UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

CARLA BETÂNIA REIHER

MODULAÇÃO ALGORÍTMICA E PSICOPOLÍTICA: JUVENTUDE DIGITAL NA ERA DAS PLATAFORMAS

SÃO CRISTÓVÃO/SERGIPE

2026

CARLA BETÂNIA REIHER

MODULAÇÃO ALGORÍTMICA E PSICOPOLÍTICA: JUVENTUDE DIGITAL NA ERA DAS PLATAFORMAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador:
Prof. Dr. Rogerio Proença Leite.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

R361m

Reiher, Carla Betânia
Modulação algorítmica e psicopolítica : juventude digital na era das plataformas / Carla Betânia Reiher ; orientador Rogério Proença Leite. – São Cristóvão, SE, 2026.
490 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Sociologia. 2. Subjetividade. 3. Instagram (Rede social on-line). 4. Poder (Ciências sociais). 5. Algorítmos computacionais. I. Leite, Rogério Proença, orient. II. Título.

CDU 316.622:004.738.5

CARLA BETÂNIA REIHER

MODULAÇÃO ALGORÍTMICA E PSICOPOLÍTICA: JUVENTUDE DIGITAL NA ERA DAS PLATAFORMAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

São Cristóvão/SE, 25 de fevereiro de 2026.

_____
Prof. Dr. Rogerio Proença Leite – Orientador

_____
Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt (UFAL)

_____
Prof.ª Dr.ª Simone de Araujo Pereira (UFS)

_____
Prof. Dr. Frank Nilton Marcon (UFS)

_____
Prof.ª Dr.ª Vilma Soares de Lima Barbosa (UFS)

Às minhas avós Zelina e Delcy...
À minha mãe...
A Sheldon, Zen e João...
Ao meu pai...
Aos meus avôs João e Osvaldo...
Ao Felipe...
Ao meu filho Matheus...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta tese e para a travessia que ela representa.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Rogerio Proença Leite, por aceitar e incentivar a realização desta tese, pela condução atenta, pelas leituras rigorosas e pelo acompanhamento acadêmico e humano ao longo do percurso da pesquisa.

À Universidade Federal de Sergipe.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), pelo espaço formativo, pelas discussões teóricas e pelas condições institucionais que possibilitaram o desenvolvimento desta investigação.

Aos servidores da Secretaria do PPGS, pelo apoio e auxílio aos fluxos burocráticos ao longo desta trajetória.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), pelo incentivo à qualificação profissional, por meio do afastamento para realização do doutorado.

À área de Ciências Humanas do Campus João Pessoa do IFPB, ao coordenador Emmanoel de Almeida Rufino, que está sempre disposto a nós ajudar e aliviar as cargas pesadas do nosso cotidiano profissional.

Aos colegas de trabalho, pelo apoio institucional e pela compreensão nos momentos de ausência e pela partilha cotidiana do trabalho docente. Aos colegas da área da Sociologia ao possibilitar meu afastamento, antes mesmo da chegada do professor substituto.

Aos membros da banca, Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt (UFAL), Prof.ª Dr.ª Simone de Araujo Pereira (UFS), Prof. Dr. Frank Marcon (UFS) e Prof.ª Dr.ª Vilma Soares de Lima Barbosa (UFS), pela leitura e avaliação cuidadosa de meu trabalho.

Ao colega de laboratório e amigo Ewerthon Clauber de Jesus Vieira, pelas leituras atentas, pelos debates e pelas contribuições realizadas no âmbito da disciplina de Colóquios I e II, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC), pelas trocas e partilhas construídas ao longo de minha trajetória acadêmica, que seguem como referência para este trabalho, mesmo à distância. Aos colegas da turma de doutorado do PPGS/UFS (2021), pelas trocas, pelas escutas e pela construção coletiva de um percurso que foi, ao mesmo tempo acadêmico e humano.

Aos jovens que participaram desta pesquisa, pela disponibilidade, pela confiança e pela partilha de suas experiências, percepções e narrativas, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Aos colegas e treinadores do vôlei, como prática esportiva e espaço de respiro, por terem contribuído para aliviar a pressão dos períodos mais intensos de escrita e pesquisa, oferecendo movimento, presença e suspensão momentânea das exigências intelectuais. Agradeço aos amigos que o vôlei me trouxe: Helder, Ingridy, Karol, Paola, Helena, Soraya e Verbena.

Aos amigos Francisco Emanuel Silva Meneses Alves e Maria Rita Ribeiro, pela presença constante em minha vida pessoal e acadêmica, pelo afeto e pela partilha das jornadas da vida e da pesquisa. À minha colega de trabalho e amiga Suely Paula da Silva, pela parceria, pelo cuidado e pela proximidade nos momentos mais exigentes do percurso.

Ao meu companheiro, Felipe Borges, por estar ao meu lado ao longa de toda a trajetória do doutorado, da vida, pelo apoio cotidiano, pela paciência e por acreditar, mesmo nos momentos mais difíceis, que esta tese se realizaria.

À minha família: ao meu filho Matheus André Reckziegel, à minha mãe Matia Ireni de Godoy, ao meu padrasto Paulo Kist, ao meu pai Hélio Reiher, às minhas irmãs, Angela Beatriz Reiher e Gisele Andréia Reiher e aos meus sobrinhos Nicolas Bittencourt e Olívia Selli, pelo amor, pelo apoio e pela sustentação afetiva que atravessam toda a minha trajetória.

A Sheldon, Zen e João, pela companhia silenciosa e amorosa nos longos períodos de escrita e pesquisa, que tornou menos solitários os dias dedicados ao trabalho intelectual. À memória da Kriska, pela presença nos primeiros passos da minha trajetória acadêmica, quando perseverar ainda era apenas sobreviver.

À memória dos meus avós, que pisaram o chão que tornou possível o caminho que hoje percorro.

Meus mais sinceros agradecimentos a todos.

“Caminhante, não há caminho,
se faz o caminho ao caminhar...
Golpe a Golpe, verso a verso”
Antonio Machado

RESUMO

Esta tese investiga os processos contemporâneos de subjetivação a partir da experiência de jovens usuários do Instagram. Parte-se da compreensão de que as plataformas digitais não operam apenas como meios de interação, mas como dispositivos sociotécnicos que governam práticas, afetos, desejos e formas de visibilidade e produzem novas formas de ser e estar no mundo. A expansão das redes sociais digitais evidencia modos de existência orientados por lógicas de predição, desempenho, comparação, visibilidade e validação social. A pesquisa fundamenta-se na articulação entre teorias da subjetivação e análises do poder psicopolítico, a qual compreende a subjetivação como o processo relacional, historicamente situado e atravessado por regimes de modulação das subjetividades. O Instagram é tomado como campo empírico por sua centralidade como dispositivo de organização da experiência social contemporânea, cuja arquitetura articula coleta massiva de dados, análise preditiva e modulação dos comportamentos, afetos e desejos. O recorte empírico envolve jovens entre 16 e 24 anos com diferentes formas de relação com a plataforma. A abordagem metodológica é qualitativa, baseada na aplicação de questionário, entrevistas em profundidade e observação direta. A análise evidencia que, mesmo em intensidades distintas de uso, os sujeitos permanecem atravessados por dinâmicas de autocomparação, visibilidade, afetação e validação social, mediadas por arquiteturas algorítmicas que operam de modo direto e distribuído, para além da interface digital. Como resultado analítico, são construídos quatro tipos ideais: o sujeito hiperperformático, orientado pela exposição e pelo desempenho; o sujeito ambivalente, marcado por oscilações entre engajamento e distanciamento; o sujeito capturado, cuja subjetivação é fortemente atravessada por mecanismos de personalização e modulação algorítmica; e o sujeito oblíquo, caracterizado por baixo engajamento, mas ainda atravessado por normas da cultura digital. Os achados indicam que a interação contínua com a ambiência digital atua como vetor de modulação afetiva, desejo modulado e reorganização das práticas de si, produzindo novas formas de sociabilidade (sociabilidade rasa) e figuras de circulação errante na ambiência digital, como os CyberWalkers. Ao compreender a modulação algorítmica como técnica integrante de um regime de modulação digital psicopolítica, articulado à lógica do autogoverno performativo e da a-resistência performativa, esta tese contribui para a análise sociológica das transformações contemporâneas da subjetividade no contexto da digitalização da vida cotidiana e evidencia como a constituição do *self* ocorre sob arquiteturas técnicas, afetivas e simbólicas orientadas por processos de predição, modulação algorítmica e modulação dos afetos, associados a regimes de visibilidade e à busca por validação social.

Palavras-chave: Subjetivação; Modulação algorítmica; Psicopolítica; Instagram; Modulação digital psicopolítica.

ABSTRACT

This thesis investigates contemporary processes of subjectivation based on the experience of young Instagram users. It starts from the understanding that digital platforms do not operate merely as means of interaction, but as sociotechnical devices that govern practices, affects, desires, and forms of visibility, producing new ways of being and existing in the world. The expansion of digital social networks reveals modes of existence oriented by logics of prediction, performance, comparison, visibility, and social validation. The research is grounded in the articulation between theories of subjectivation and analyses of psychopolitical power, which understand subjectivation as a relational process, historically situated and traversed by regimes of modulation of subjectivities. Instagram is taken as the empirical field due to its centrality as a device for organizing contemporary social experience, whose architecture articulates massive data collection, predictive analysis, and the modulation of behaviors, affects, and desires. The empirical focus involves young people aged between 16 and 24, with different forms of relationship with the platform. The methodological approach is qualitative, based on the application of a questionnaire, in-depth interviews, and direct observation. The analysis shows that, even with different intensities of use, subjects remain crossed by dynamics of self-comparison, visibility, affection, and social validation, mediated by algorithmic architectures that operate directly and in a distributed manner beyond the digital interface. As an analytical result, four ideal types are constructed: the hyperperformative subject, oriented toward exposure and performance; the ambivalent subject, marked by oscillations between engagement and distancing; the captured subject, whose subjectivation is strongly crossed by mechanisms of personalization and algorithmic modulation; and the oblique subject, characterized by low engagement but still traversed by norms of digital culture. The findings indicate that continuous interaction with the digital environment acts as a vector of affective modulation, modulated desire, and reorganization of practices of the self, producing new forms of sociability (shallow sociability) and figures of errant circulation in the digital environment, such as the CyberWalkers. By understanding algorithmic modulation as a technique within a regime of psychopolitical digital modulation, articulated with the logic of performative self-government and performative a-resistance, this thesis contributes to the sociological analysis of contemporary transformations of subjectivity in the context of the digitalization of everyday life and shows how the constitution of the self occurs under technical, affective, and symbolic architectures oriented by processes of prediction, algorithmic modulation, and modulation of affects, associated with regimes of visibility and the search for social validation.

Keywords: Subjectivation; Algorithmic modulation; Psychopolitics; Instagram; Psychopolitical digital modulation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Ciclo da modulação algorítmica.....133
Figura 02 – Ranking global de redes sociais.....181
Figura 03 – As redes sociais mais utilizadas no Brasil.....182
Figura 04 – Curva de crescimento do primeiro acesso.....186
Figura 05 – Frequência de uso do Instagram no Brasil.....188
Figura 06 – Evolução e intensidade de uso do Instagram no Brasil.....189
Figura 07 – Evolução do acesso à internet no Brasil.....192
Figura 08 – O uso das redes sociais por faixa etária no Brasil.....193
Figura 09 – Compartilhamentos por faixa etária no Brasil.....197
Figura 10 – Cruzamento do uso de redes sociais *vs* compartilhamentos.....199
Figura 11 – Mapa das cargas fatoriais do Eixo 2 - PA1.....210
Figura 12 – Mapa das cargas fatoriais do Eixo 3 - PA3.....211
Figura 13 – Mapa das cargas fatoriais do Eixo 4 - PA2.....211
Figura 14 – Gráfico de intensidade de conexão ao Instagram.....215
Figura 15 – Gráfico de Tempo médio diário de conexão no Instagram.....217
Figura 16 – Gráfico de dispersão entre tempo médio de uso e frequência de uso.....218
Figura 17 – Gráfico de uso do tempo livre no Instagram.....219
Figura 18 – Principais formas de lazer.....225
Figura 19 – Principais motivos de uso do Instagram.....226
Figura 20 – Tipos de conteúdos consumidos no Instagram.....228
Figura 21 – Idade que começou a utilizar o Instagram.....231
Figura 22 – Mapa de correlações do Eixo 2.....256
Figura 23 – Mapa de correlações do Eixo 3.....332
Figura 24 – Mapa de correlações do Eixo 4.....359

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Idade do primeiro acesso à internet.....185
Tabela 02 – Índice de Hiperconexão por respondente.....222
Tabela 03 – Afirmativas da Q30 – agrupamento do Eixo 2.....243
Tabela 04 - Afirmativas da Q30 – agrupamento do Eixo 3.....326
Tabela 05 - Afirmativas da Q30 – agrupamento do Eixo 4.....354
Tabela 06 – Tipos ideais e tipos de modulações.....382

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE – Análise fatorial exploratória (*Exploratory Factor Analysis*)
APIs – Interfaces de programação de aplicações (*application programming interfaces*)
APPs – Aplicativos (*applications*)
DLNNs – Redes neurais de aprendizado profundo (*Deep Learning Neural Networks*)
PA – Pontuação do componente principal (*principal component score*)
PAF – Fatoração dos eixos principais (*Principal Axis Factoring*)
SDKs – Kits de desenvolvimento de software (*software development kits*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO I 22

1. DO NEOLIBERALISMO À PLATAFORMIZAÇÃO: COMO O CAPITAL REMODELA A VIDA E O SUJEITO NA ERA DIGITAL 22

1.1 Do capitalismo industrial à lógica neoliberal: mutações do capital e novas formas de controle 23

1.2 A liberdade como captura: o "empreendedor de si" e a subjetividade concorrencial 26

1.3 Da contracultura à computação pessoal: nascimento da ideologia do Vale do Silício 28

1.4 A silicolonização da vida: tecnologia, neoliberalismo e o novo imperialismo digital 32

1.5 Plataformas digitais e o processo de plataformização da vida cotidiana 36

1.5.1 De plataformas à plataformização: trajetória, infraestrutura e racionalidade 36

1.5.2 O emergir das plataformas digitais: a vida digital como produção de valor 41

1.5.3 A plataformização como regime sociotécnico totalizante 45

CAPÍTULO II 50

2 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA ERA DIGITAL 50

2.1 A juventude como prisma da subjetivação contemporânea 50

2.2 A construção das subjetividades 55

2.2.1 O desejo como produção e captura 63

2.2.2 Ecologia das alteridades: entre o humano, o técnico e o simbólico 66

2.2.3 Do outro generalizado simbólico ao outro generalizado maquínico 70

2.3 Reconhecimento e performatividade na constituição do sujeito 74

CAPÍTULO III 83

3. DA BIOPOLÍTICA À MODULAÇÃO: O DESLOCAMENTO DAS FORMAS DE PODER 83

3.1 Racionalidade neoliberal e subjetivação psicopolítica 84

3.2 Práticas de si sob controle: entre expressão e modulação 90

CAPÍTULO IV 99

4. MODULAÇÃO DIGITAL PSICOPOLÍTICA 99

4.1. Arquitetura técnica da modulação algorítmica 119

4.2 Modulação algorítmica como técnica psicopolítica 137

4.2.1 A modulação algorítmica como governo do comportamento 139

4.3 A modulação como instrumento de controle e cultura política digital 141

CAPÍTULO V 145

5. DO ESTADO DA ARTE AOS CAMINHOS METODOLÓGICOS: ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO E CARTOGRAFIAS DO *SELF* 145

5.1 O estado da arte de um tema de pesquisa 149

5.1.1 Estudos sobre subjetivação, algoritmos e psicopolítica: um panorama analítico 153

5.2 Orientações epistemológicas e metodológicas 158

5.2.1 Escolha epistemológica: a cartografia da escuta 158

5.2.2 Escolhas metodológicas e implicações do campo 160

5.2.2 Da cartografia da escuta ao dispositivo da escuta 162

5.3 Delineamento geral da pesquisa: campo, participantes e integração das técnicas 163

5.4 Triangulação ampliada e construção dos eixos analíticos 169

5.4.1 Emergência dos eixos: da sobreposição à convergência 175

CAPÍTULO VI 178

6. A DIGITALIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E EMERGÊNCIA DO CAMPO 178

6.1 A cultura digital juvenil em números: dados secundários e a emergência do problema 180

6.1.1 O avanço precoce da digitalização: da infância à juventude 184

6.1.2 Frequência, intensidade e a emergência da vida “aberta o dia todo” 187

6.1.3 As redes sociais como dispositivos de socialização e normatização 190

6.1.4 Um campo que exige escuta: da saturação dos dados ao vazio dos sentidos 196

CAPÍTULO VII 203

7. CARTOGRAFIAS DO *SELF*: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, CAPTURA E AMBIVALÊNCIAS 203

7.1 Emergência dos eixos analíticos 207

7.2 Eixo 1 - Hiperconexão e tempo capturado 213

7.3 Eixo 2 – S*elf* vulnerável e autogoverno performativo 238

7.3.1 Circuitos empíricos da vulnerabilidade digital 243

7.3.1.1 Coocorrências empíricas dos circuitos afetivo-performativos 254

7.3.2 Narrativas da modulação e da gramática nativa: análise integrada das questões abertas e entrevistas 294

7.4 Eixo 3 – Desejo modulado, *self* capturado e a-resistência performativa 319

7.4.1 Circuitos do desejo modulado: análise das correlações do *self* capturado e da a-resistência 328

7.4.2 Entre afetos e capturas: narrativas do desejo modulado 343

7.5 Eixo 4 — Captura afetiva e ambivalências 351

7.5.1 Arquiteturas afetivas da captura 353

7.5.2 Afetos em disputa: narrativas empíricas 368

7.6 Tipos ideais de autoassujeitamento e configurações da modulação das subjetividades 374

7.6.1 Os quatro tipos ideais de sujeitos que emergem dos dados empíricos 376

7.6.1.1 Os tipos ideais no regime de modulação digital psicopolítica 381

7.6.2 Cyberwalkers: sujeitos em trânsito entre o físico e o cibernético 384

8. Considerações finais 388

Referências bibliográficas: 392

GLOSSÁRIO 406

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: o uso do Instagram 411

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: influências digitais e comportamento juvenil 412

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ESTREVISTAS 425

MODULAÇÃO ALGORÍTMICA E PSICOPOLÍTICA: JUVENTUDE DIGITAL NA ERA DAS PLATAFORMAS

Carla Betânia Reiher

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada por profundas transformações sociotécnicas, culturais e subjetivas, nas quais a vida cotidiana torna-se cada vez mais mediada por plataformas digitais e algoritmos preditivos, possibilitando uma digitalização da vida cotidiana. A expansão do uso das redes sociais digitais, especialmente entre jovens, evidencia um novo modo de ser no mundo, orientado por lógicas de conectividade excessiva, visibilidade, performance, competitividade, avaliação e autoavaliação constante.

Por digitalização da vida cotidiana compreendemos as práticas dos sujeitos que passam a ser mediadas a partir da interface digital. Assim, ao tratar a digitalização da vida cotidiana, assumo-a não como pano de fundo tecnológico, mas como dimensão constitutiva da experiência social contemporânea, cuja materialidade algorítmica se converte em condição de possibilidade de subjetivação.

Este trabalho propõe-se a investigar os efeitos dessas transformações nos processos de subjetivação contemporâneos, particularmente entre jovens usuários da rede social Instagram. Para esta análise, partimos da compreensão de que os processos de subjetivação são múltiplos, relacionais e historicamente situados, entrecruzados com os espaços físicos e digitais. Esta pesquisa apresenta como recorte empírico um grupo de jovens usuários da rede social Instagram no Brasil e problematiza como o consumo dessa rede, assim como a modulação algorítmica, que intermedia as interações nessa ambiência e incide nos processos de subjetivação dos sujeitos.

A escolha do Instagram como campo empírico nesta pesquisa não se deve apenas à sua expressiva abrangência numérica, mas à sua relevância como artefato sociotécnico paradigmático da racionalidade digital contemporânea. Ao concentrar em sua arquitetura elementos centrais da modulação algorítmica (como curadoria automatizada, economia da atenção, gamificação do engajamento, cultura da performance e regime da transparência), o Instagram se configura como um

laboratório social em tempo real no qual se podem observar os processos de subjetivação mediados por plataformas digitais.

Assumimos aqui uma abordagem teórica-metodológica situada na sociologia digital crítica. Partimos da compreensão da tecnologia não como variável externa às relações sociais, mas como instância constitutiva da própria experiência social, conforme discutido por Noortje Marres (2017) e por Nick Couldry e Andreas Hepp (2017). A análise do Instagram, nesse sentido, não se reduz à descrição do comportamento dos usuários, mas implica a investigação das condições de possibilidade, de legibilidade e de inteligibilidade da experiência subjetiva em ambientes modulados por algoritmos. Tal abordagem demanda uma articulação entre teoria social, epistemologia crítica e métodos digitais, como proposto por Richard Rogers (2013), reconhecendo o papel performativo das plataformas na produção da realidade.

Ao abordar o Instagram como um espaço relacional algorítmico, esta pesquisa procura compreender como jovens sujeitos contemporâneos constituem-se em um cenário no qual a validação social, a afetividade e a visibilidade estão cada vez mais imbricadas com lógicas técnico-econômicas de captura, predição e controle. Assim, o campo empírico não é meramente descritivo, mas também analítico e problematizador, tensionando as fronteiras entre liberdade e sujeição, autenticidade e performatividade, desejo e modulação.

Operamos com um referencial teórico que articula distintas tradições sociológicas e filosóficas sobre a constituição dos sujeitos. Inspiramo-nos em George Herbert Mead (2021), cuja teoria do *self* nos oferece instrumentos para pensar a constituição dos sujeitos a partir da relação com o outro generalizado. Dialogamos com Michel Foucault (2008), ao compreender a subjetivação como a articulação entre práticas de sujeição e práticas de si, inseridas em regimes de saber-poder. Por fim, aproximamo-nos de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997; 2010), cuja concepção do desejo como força produtiva permite compreender como o capitalismo contemporâneo captura e canaliza o desejo na conformação das subjetividades.

A essa base somam-se as contribuições de autores como Axel Honneth (2009), que compreende o reconhecimento social como condição fundamental para a constituição do sujeito e para a experiência da pertença. Também de Judith Butler (2019a; 2019b), ao analisarmos a busca por reconhecimento não apenas como uma

aspiração individual, mas como uma necessidade social que estrutura a constituição do sujeito.

Dialogamos ainda com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), ao problematizarem o sujeito sob a nova razão do mundo; com Byung-Chul Han (2015; 2020), ao explorarmos as lógicas do desempenho, da transparência e do psicopoder nas sociedades contemporâneas. E, novamente, com Gilles Deleuze (2013), cuja leitura sobre a sociedade do controle ilumina as novas formas de poder imersivas e contínuas que incidem sobre a constituição do sujeito.

O recorte empírico desta pesquisa foca em um grupo diverso de jovens, com idades de 16 a 24 anos, estudantes secundaristas e universitários, que possuem diferentes formas de relação com o Instagram. A amostra estudada demonstrou que essas diferentes formas de relação com essa rede social apresentam variações entre o uso frequente, esporádico e a presença ativa, passiva e marginal na plataforma. A investigação centra-se em como o consumo dessa rede social, mesmo que em intensidades variadas, atravessado pela lógica do desempenho e pela modulação algorítmica, incide sobre os modos de constituição de si destes sujeitos.

Para compreender esses atravessamentos, faz-se necessário explicitar os referenciais conceituais mobilizados nesta pesquisa. A lógica do desempenho, neste contexto, é compreendida como um regime de subjetivação que impõe aos indivíduos práticas sociais (digitalizadas ou não) envoltas em constante obrigação de se mostrarem produtivos, realizados e visíveis, mesmo sob o discurso de liberdade e escolha, conforme problematizado por Han (2015). Já a modulação algorítmica existente nas plataformas digitais é entendida como uma forma de controle que, a partir da análise preditiva de dados, atua de maneira contínua, flexível e adaptativa, retroalimentando comportamentos, desejos e interações em tempo real.

Neste trabalho, com base em Rogerio Proença Leite (2021), compreendo a psicopolítica como um arranjo de dispositivos sociopsicológicos por meio dos quais o sujeito neoliberal passa a regular a si mesmo segundo parâmetros técnico-morais. Trata-se de uma dinâmica de poder que opera pelo acompanhamento permanente das ações e pela modulação das condutas econômicas e morais, sustentada por processos de subjetivação estruturados pela racionalidade neoliberal, cuja expressão se materializa na lógica do desempenho. Nessa configuração, a normatização das práticas não se impõe externamente, mas é incorporada pelo próprio indivíduo como princípio orientador de sua relação consigo mesmo e com o mundo social. Neste

trabalho compreende-se “dispositivo” como uma rede heterogênea que articula práticas, saberes e relações de poder, que operam na orientação das condutas e na produção dos modos de subjetivação.

Este estudo parte da seguinte indagação: como a sociologia pode analisar os efeitos do consumo das redes sociais digitais, da modulação algorítmica e seus desdobramentos inseridos dentro da lógica neoliberal do desempenho, nos processos de subjetivação de jovens, que têm como base modos de vida contemporâneos em uma sociedade altamente digitalizada? Parte-se da hipótese de que a interação contínua dos sujeitos com a ambiência digital, e, em particular, com a arquitetura técnica e algorítmica do Instagram, atua como um processo de modulação das subjetividades.

Considera-se que, ao operar por meio de mecanismos de vigilância, predição e modulação comportamental, os algoritmos, tanto tradicionais quanto de inteligência artificial, influenciam a constituição de novas formas de subjetivação. Desse modo, configuram-se modos de ser, agir e sentir atravessados pelas lógicas de controle e desempenho que caracterizam o tempo presente.

Busca-se, com isso, compreender como a vida social mediada pelo Instagram se articula à constituição de subjetividades contemporâneas, expressas em formas diversas de relação de consumo com essa rede social, como a visibilidade, a validação social e a lógica do desempenho (desde os que investem na construção de uma imagem pública até aqueles que consomem conteúdos de modo silencioso, marginal ou crítico). Ainda assim, tais sujeitos permanecem atravessados por dinâmicas de comparação, afetação e modulação subjetiva.

A análise empírica permitiu ainda a construção de quatro tipos ideais, que expressam diferentes modos de relação dos jovens com a plataforma e distintas formas de constituição do self sob a modulação algorítmica. O sujeito hiperperformático constitui-se como a forma mais visível, modulável, orientado integralmente pelas lógicas do desempenho, da visibilidade e da validação social e algorítmica.

O sujeito ambivalente, busca visibilidade moderada, mantém vínculos afetivos com a plataforma, ainda que com menor intensidade performativa, articulando práticas de validação social e certa oscilação entre o engajamento e distanciamento. O sujeito capturado, revela um tipo de não centrado na exposição de si, mas cuja subjetivação

é fortemente impactada pelas dinâmicas algorítmicas de sugestão, personalização e indução de desejos.

Por fim, o sujeito oblíquo apresenta baixo engajamento com a plataforma e menor exposição à lógica performativa, mas internaliza, ainda assim, normas sociais e imperativos de conexão, próprios da cultura digital e do neoliberalismo contemporâneo. Esses tipos ideais não pretendem esgotar a diversidade das experiências subjetivas, mas operam como operadores analíticos que tornam visíveis os diferentes efeitos da modulação algorítmica na constituição de si.

A análise empírica será apresentada a partir de eixos analíticos que organizam e interpretam as evidências produzidas no campo, permitindo compreender as múltiplas dimensões da modulação das subjetividades entre os jovens. Esses eixos orientam a organização interpretativa dos resultados e serão detalhados no capítulo de análise.

Ao longo da pesquisa, emergem diferentes dinâmicas e efeitos da modulação das subjetividades, observáveis nas formas de interação, nas tensões entre liberdade e controle e nas práticas de validação social e desempenho que atravessam a vida digital dos jovens. Esses elementos serão apresentados e discutidos nos eixos analíticos do capítulo de análise empírica, evidenciando como a ambiência algorítmica opera na conformação de modos de ser e de sentir contemporâneos.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os processos de subjetivação de jovens usuários da rede social Instagram, em especial no que se refere à atuação da modulação algorítmica e suas implicações nas práticas de si e de validação social. Como objetivos específicos, destacam-se:

1. Investigar em que medida o Instagram contribui para a disseminação da lógica do desempenho e do empreendimento de si neste grupo de jovens;
2. Compreender como se dá a modulação algorítmica no uso cotidiano da plataforma;
3. Analisar se, e como essa modulação atua como dispositivo de controle das subjetividades;
4. Identificar possíveis transformações nos processos de constituição do *self*, provocadas pela imersão na lógica das redes sociais e da sociedade de controle.

A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa com incontornável caráter exploratório devido à natureza transitória de alguns dados digitais. Utiliza-se uma triangulação de métodos composta por: análise de dados secundários (TIC Domicílios, TIC Kids Online Brasil, PNAD TIC, Opinion Box); aplicação de questionário;

entrevistas em profundidade; e a observação direta nos espaços físicos e digitais. Assim, busca-se apreender as performances, interações e socializações dos jovens em ambos ambientes. A amostra é intencional, composta por sujeitos que atendem aos critérios definidos (idade, ser estudante, uso ativo do Instagram, diversidade de gênero), e não visa à generalização, mas sim à compreensão aprofundada de dinâmicas subjetivas emergentes.

A tese está organizada em sete capítulos. O primeiro apresenta uma contextualização sócio-histórica das transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas que marcaram o advento da racionalidade neoliberal e da plataformização da vida. O segundo capítulo desenvolve a base teórico-conceitual da tese, abordando a formação do *self,* as lógicas de performance e reconhecimento como elementos constitutivos dos sujeitos.

O terceiro capítulo problematiza os regimes de poder, a passagem do biopoder à psicopolítica. Já o quarto capítulo aborda os modos de modulação na sociedade contemporânea e a arquitetura técnica da modulação algorítmica. O quinto capítulo é dividido em duas partes: na primeira, realiza uma revisão da literatura relevante, com foco nos poucos estudos sociológicos que dialogam com as temáticas da pesquisa; na segunda, apresenta a metodologia em detalhes.

No sexto capítulo apresenta-se a análise a partir dos dados empíricos secundários, destacando os efeitos e dinâmicas dos processos de digitalização da vida cotidiana e como tais efeitos possibilitam um campo de estudo rico e complexo. No sétimo capítulo adentramos na análise dos dados empíricos primários, que emergem da modulação das subjetividades e as categorias analíticas construídas a partir do campo. Por fim, são tecidas as considerações finais, destacando as contribuições teóricas e empíricas da pesquisa, seus limites e possibilidades de desdobramento.

Ao abordar a modulação algorítmica como um vetor de controle psicopolítico e como operador de validação social, esta tese se insere no debate contemporâneo sobre a reconfiguração das subjetividades na era digital. Busca contribuir para o campo da Sociologia com uma análise situada e crítica sobre os efeitos sociais da plataformização da vida e sobre os modos de existir que ela engendra entre os jovens, tensionando os limites da autonomia, da liberdade e da própria constituição dos sujeitos na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO I

1. DO NEOLIBERALISMO À PLATAFORMIZAÇÃO: COMO O CAPITAL REMODELA A VIDA E O SUJEITO NA ERA DIGITAL

A análise dos processos contemporâneos de subjetivação requer, como ponto de partida, a compreensão das condições históricas e estruturais que possibilitaram o surgimento de novas formas de governamentalidade e de poder na era digital. O objetivo deste capítulo é oferecer uma contextualização sócio-histórica das transformações no capitalismo, na tecnologia e na cultura que culminaram na consolidação da racionalidade neoliberal e no advento de um novo regime de produção de subjetividade atravessado pela plataformização da vida social.

Opta-se, assim, por um percurso que remonta às inflexões do capitalismo a partir da crise do fordismo, passando pela emergência da sociedade informacional, do neoliberalismo como racionalidade política e econômica, e das transformações trazidas pela ascensão da computação pessoal, da internet e do Vale do Silício enquanto matriz ideológica e infraestrutural do capitalismo digital. Esta abordagem permite compreender como se constituiu o cenário que tornou possível a modulação algorítmica dos sujeitos conectados, compreendida aqui como uma ferramenta importante nos processos de subjetivação - tema central desta tese.

A escolha por iniciar a investigação a partir desta genealogia histórica não se deve apenas à necessidade de localização temporal dos fenômenos analisados, mas à compreensão de que os modos atuais de produção de subjetividade não são desvinculados das lógicas econômicas, políticas e tecnológicas que os sustentam. Pelo contrário, essas lógicas operam de modo imbricado, mobilizando infraestruturas técnicas, discursos e racionalidades específicas que viabilizam o controle, a captura e a exploração da subjetividade por meio dos dispositivos digitais.

Dentre os conceitos mobilizados neste capítulo, destaca-se o de *silicolonização*, termo proposto por Éric Sadin para designar o processo pelo qual as *Big Techs* (especialmente aquelas originadas no Vale do Silício) passaram a exercer uma forma inédita de dominação algorítmica, simbólica e existencial sobre os sujeitos. Embora não constitua o eixo teórico central da tese, o conceito ganha especial relevância por ser utilizado ao longo do trabalho como operador crítico capaz de nomear um novo regime de poder que não apenas instrumentaliza os dados e os afetos, mas também modula os modos de ser, perceber e se relacionar no mundo.

Ao recorrer à ideia de *silicolonização*, busca-se evidenciar como a racionalidade neoliberal, apropriada e expandida pelas infraestruturas tecnológicas e pelas lógicas de plataforma, opera sobre a subjetividades não apenas no plano econômico ou político, mas atravessando suas dimensões ontológicas. Essa colonização algorítmica, ao agir sobre o cotidiano, o desejo e a atenção dos indivíduos, configura um dispositivo central para a análise dos processos de subjetivação, sobretudo entre os jovens, foco empírico desta investigação.

Ao traçar essa trajetória, este capítulo visa discutir como a convergência entre capitalismo, ciência da computação e racionalidade neoliberal forjou um novo paradigma no qual os dados pessoais se tornaram a principal mercadoria e os sujeitos, simultaneamente consumidores e produtos. Tal contexto inaugura formas inéditas de sujeição e controle, fundamentais para a análise que se desenvolverá nos capítulos seguintes.

1.1 Do capitalismo industrial à lógica neoliberal: mutações do capital e novas formas de controle

A partir da terceira revolução industrial, surgida em meados do século XX, o avanço da ciência, da tecnologia e da informática promove uma série de possibilidade de transformações na vida cotidiana dos indivíduos, no modelo de reprodução do capital e na cultura de consumo. A tecnologia se torna um negócio lucrativo e passou a produzir novas mercadorias (Harvey, 2018), como inovações tecnológicas e formas organizacionais, que exigem constantemente a criação de novos mercados. Tais transformações impactam diretamente os modos de vida, as relações de trabalho e os modos de subjetivação.

Desde o início da década de 1970, ocorrem mudanças profundas (Harvey, 2008, 2018) nas práticas culturais, políticas e econômicas, marcando uma transição do regime de acumulação modelo fordista para uma lógica de acumulação flexível. O fordismo, baseado na produção em massa e no consumo de massa, já não atende as novas demandas do capital, que passa a se reorganizar em redes flexíveis, desregulamentadas e orientadas pela lógica da financeirização. É neste contexto que o neoliberalismo ganha força como racionalidade política e econômica.

O desenvolvimento tecnológico na área da informática e comunicação, impulsionado por alianças entre o setor militar, universidades e empresas privadas (Loveluck ,2018), especialmente após a Segunda Guerra Mundial, é uma das bases

infraestruturais para essa reorganização do capital. Essas transformações não se limitam à tecnologia digital: representam também a transição do capitalismo fordista para uma lógica de acumulação flexível. A digitalização da vida econômica e social emerge como instrumento essencial a financeirização, a vigilância e à modulação do comportamento. O capitalismo reinventa-se, e essa mutação é o que lhe confere resistência histórica diante das crises.

Segundo Han (2020) o capitalismo industrial sofreu uma mutação resultando no neoliberalismo e financeirização da economia. Conceitos como empresa-rede, globalização, competitividade e neoliberalismo ganham força, assim como os de pós-modernidade, internet, tecnologias digitais, imperialismo de plataforma, superavit comportamental, economia compartilhada, capitalismo de vigilância e economia de atenção. Essas mudanças impactam diretamente as relações de trabalho, a comunicação e as práticas sociais no século XXI.

Nas últimas quatro décadas, observamos o capitalismo se reorganizar profundamente. A partir da crise do liberalismo clássico, emergiu o neoliberalismo (Harvey, 2008, 2018), que reinventa mecanismos de dominação. Este novo regime articula elementos do liberalismo clássico com instrumentos modernos de controle e vigilância, (Deleuze, 2013), proporcionadas a partir das transformações sociais e avanços tecnológicos. A vida cotidiana dos sujeitos passa a ser permeada pela lógica de mercado e empresarial (Han, 2020).

Deleuze (2023) nos alerta que deixamos de viver em uma sociedade disciplinar para ingressar em uma sociedade de controle. Essa mutação nas formas de dominação está diretamente ligada a incorporação das tecnologias digitais nos processos produtivos e nas dinâmicas de subjetivação. A nova forma de governamentalidade neoliberal prescinde de coerção direta: opera por meio da internalização das normas do mercado, da responsabilização individual e da autogestão. O sujeito deixa de ser apenas vigiado: ele se vigia, se administra, se vende.

A reprodução do sistema capitalista depende, entre outros fatores, do controle sobre a força de trabalho, visando à extração de mais-valia. Conforme Anderson (1995), Friedrich Hayek em sua obra “O caminho da servidão” (1944), defendeu a não intervenção estatal na regulação do mercado como condição para o sucesso do capitalismo. Essa visão foi adotada durante os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, marcando a implementação de políticas neoliberais.

Para Hayek, o poder forte dos sindicatos e do movimento operário contribuiu a crise econômica da década de 1970. Por isso, o Estado deveria agir para enfraquecer os sindicatos, flexibilizar legislações trabalhistas, reduzir gastos sociais e eliminar intervenções econômicas. Essas medidas moldaram o desenvolvimento capitalista (Harvey, 2008; Anderson, 1995). Para Han (2020), a contradição entre forças produtivas e relações de produção, destacada por Marx, não pode mais ser superada por revolução. Esta contradição estrutural é justamente o que garante a capacidade adaptativa do sistema. A crise de 1970 favoreceu a ascensão da agenda neoliberal e a financeirização da economia (Anderson, 1995), deslocando o capital da esfera produtiva para a especulativa.

David Harvey (2008) demonstra como essa guinada neoliberal visava restaurar o poder das elites econômicas, desmontando conquistas sociais do pós-guerra. Nesse novo arranjo, as instituições sociais como escola, universidade, mídia e sistema jurídico, são remodeladas para difundir os valores neoliberais: competição, meritocracia, empreendedorismo e eficiência. O capital não apenas reorganiza a produção; ele reorganiza a vida, tornando cada aspecto da existência passível de cálculo, gestão e exploração.

Essa mutação do capitalismo, além de ser econômica, é ontológica. Como destacam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo funda uma nova razão de mundo: ele institui uma subjetividade moldada pela lógica empresarial. O sujeito neoliberal deve ser adaptável, inovador, competitivo. A empresa não é apenas modelo de gestão: é modelo de existência. O neoliberalismo não impõe apenas um sistema econômico, mas um modo de ser, de governar e se autogovernar.

Neste cenário, a tecnologia não é neutra. As mídias digitais, as redes sociais, os algoritmos e as plataformas operam como dispositivos de captura, organização e rentabilização da atenção e do comportamento. O desenvolvimento das tecnologias da informação, articulado à expansão da financeirização, produz um novo tipo de capitalismo: mais invisível, mais velos, mais subjetivo. O capítulo que se inicia visa mapear esse processo histórico, tecnológico e político que culmina na emergência de uma nova forma de subjetivação orientada pela racionalidade neoliberal e mediada por dispositivos digitais.

1.2 A liberdade como captura: o “empreendedor de si” e a subjetividade concorrencial

A consolidação do neoliberalismo nas últimas décadas alterou profundamente as formas de subjetivação. Termos como “pleno emprego” e “empregabilidade” foram substituídos por empreendedorismo e “empreendedor de si”, entendidos como expressões da liberdade individual e como caminhos para a emancipação. A lógica da concorrência se estende para além da economia, passando a organizar os modos de vida e afetando diretamente a produção das subjetividades. A individualização radical torna-se norma, e o desempenho pessoal transforma-se em um imperativo.

Como afirma Leite (2022, p. 2) “a escalada concorrencial e sua lógica acumulativa parecem ter atingido todas as esferas da sociedade”, estendendo-se a todas as dimensões da vida. Não se trata apenas de uma competição entre empresas ou trabalhadores, mas da constituição de sujeitos empreendedores de si mesmos. A Racionalidade neoliberal não atua apenas como política econômica, mas como uma racionalidade difusa, que permeia instituições e práticas cotidianas, orientando comportamentos, afetos e desejos. A subjetividade contemporânea é moldada para introjetar essa lógica de competição, inovação e desempenho (Rosa, 2019; Leite, 2022). O Estado e outras instituições (religiosas, educacionais, políticas e culturais) atuam como reforço dessa racionalidade individualista, favorecendo o capital em detrimento da lógica coletiva.

Essa racionalidade, como aponta Dardot e Laval (2016), funda uma nova razão do mundo. Não mais baseado na disciplina, como nas instituições modernas descritas por Foucault, mas na autogestão, na performance e na eficiência. O sujeito neoliberal deve ser competitivo, resiliente, proativo, ou seja, um verdadeiro microempreendedor de si. A subjetividade passa a ser moldada por valores como flexibilidade, produtividade e adaptação contínua. Han (2020) destaca que essa mutação da subjetividade produz o “sujeito do desempenho”, uma figura que explora a si mesma em nome de uma liberdade aparente. Nesse processo, a liberdade deixa de ser uma potência de ação coletiva e se converte em ferramenta de dominação.

Para o neoliberalismo prosperar, é necessário que os sujeitos internalizem e reproduzam essa lógica. Assim, propaga-se a ideia de que cada indivíduo deve construir seu projeto de “eu” com base na racionalidade neoliberal. Trata-se, segundo Han (2020, p. 9), de “uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição”, pois opera

internamente no sujeito. A liberdade proclamada pelo neoliberalismo, nesse sentido, torna-se um vetor de submissão. Han (2020, p. 12), retoma Marx para demonstrar que a liberdade individual é, na verdade, uma astúcia do capital. A “livre concorrência” nada mais é do que a relação do capital consigo mesmo: “graças à liberdade individual, copula com o outro de si mesmo” (Han, 2020, p. 12). Ao se reproduzir por meio da competição entre sujeitos, o capital intensifica sua dominação.

Desta forma, a lógica concorrencial dissemina um ambiente hostil e fragmentado, minando a solidariedade e a confiança (Leite, 2022). A liberdade segundo Han (2020), só pode ser concretizada em comunidade, o que é o oposto da proposta neoliberal. Em vez da coletividade, fomenta-se o individualismo, a competição e a fragmentação. A liberdade neoliberal, então, serve ao capital: “a liberdade individual, que atualmente assume uma forma excessiva, é nada mais nada menos do que o excesso do próprio capital” (Han, 2020, p.13). Trata-se de uma liberdade que exclui o outro, que dissolve o comum e que transforma a vida em permanente competição. O trabalho compulsivo e a corrida por sucesso tornam-se ilusões que aprisionam o sujeito na nova “gaiola de ferro” da contemporaneidade (Leite, 2022).

A dimensão afetiva dessa nova forma de subjetivação é central. A constante comparação com os outros, a busca por validação e o medo de ficar para trás geram sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e esgotamento, (Han, 2020). O neoliberalismo, como racionalidade de governo, transforma a vida em projeto, e o sujeito em gestor de si mesmo. Como adverte Rogerio Proença Leite (2022), o novo imperativo é performar, mostrar-se, destacar-se, mesmo que isso custe a saúde mental e os vínculos sociais. Essa forma de sujeição é especialmente eficaz porque não se apresenta como opressão, mas como oportunidade.

A promessa de liberdade se transforma em carga, e o desejo de autonomia se converte em autovigilância. A exploração, antes externalizada nas relações de trabalho tradicionais, agora é internalizada como autocondução, autocobrança e autoexploração. O que está em jogo, portanto, é uma profunda mutação na forma como os sujeitos são produzidos e se reproduzem. O neoliberalismo não ´´e somente uma política econômica, mas um modo de existência que exige que cada indivíduo se torna um empreendedor de si, e que cada relação seja mediada pela lógica da performance e do mérito. Essa mutação será aprofundada ao longo dos próximos

capítulos, especialmente quando analisarmos o papel das redes sociais na intensificação desses processos.

Se o sistema capitalista se reinventa constantemente, podemos indagar: em que medida o avanço tecnológico na comunicação e informação, tornaram-se ferramentas importantes neste processo de reinvenção? Se o mesmo, cria/apropria-se de mecanismos de controle e dominação, e têm atualmente nas mídias digitais uma possibilidade de otimizar todos os tipos de negócios e lucros, esta última torna-se uma ferramenta de vigilância e controle deste sistema? Estes, e outros questionamentos, norteiam as reflexões a que esta pesquisa se propõe a mergulhar.

1.3 Da contracultura à computação pessoal: nascimento da ideologia do Vale do Silício

O movimento hippie e libertário da contracultura, surgido na década de 1960, pregava amor livre, respeito à natureza, uma vida simples e despida das preocupações e impulsos consumistas, como também o pacifismo. Incorpora-se a estes elementos a crítica a cultura tecnocrata. O uso da tecnologia por governos autoritários e pela indústria bélica, como ferramenta de controle e opressão, também era questionado pelos jovens da contracultura. Em 1964-1965, estudantes da Universidade de Berkeley (Loveluck, 2018), iniciaram o movimento *Free Speech Movement*, que reivindicava o direito de realizar atividades políticas no campus. O grupo de estudantes realizavam manifestações em que “desfilavam com cartões perfurados em volta do pescoço (semelhantes aqueles que eram utilizados para a programação dos enormes computadores centrais ou *mainframes*)” (Loveluck, 2018, p. 64-65).

A crítica era direcionada à excessiva racionalização da vida cotidiana, à cultura tecnocrática e à robotização do trabalho e da vida. A informática e a cibernética, nesse contexto, eram vistas como ameaças à liberdade e à criatividade. O computador desempenhou um papel importante na tecnocracia moderna, e é percebido pelo movimento de estudantes de Berkeley, como um componente que “materializa, simultaneamente, a guerra, o Estado burocrático, e sua continuidade através de grandes empresas, por exemplo, IBM do complexo militar-industrial” (Loveluck, 2018, p. 65). No entanto, a ideia de apropriação destas tecnologias como formas de subversão e resistência emergiu.

No final da década de 1960 e início da década de 1970 ocorre uma série de questionamentos dos valores políticos (Bardini, 2000 apud Loveluck, 2018, p.68),

tanto nos Estados Unidos, como na Europa. Na América Latina, outros tipos de movimentos se organizavam, pois vários países estavam sob o comando de regimes autoritários, onde tais questionamentos eram reprimidos com força letal. A utopia tecnológica da contracultura passou a imaginar que os computadores pessoais poderiam ser instrumentos de libertação individual e de descentralização do poder. A aposta no computador pessoal como uma possibilidade de comunicação e circulação da informação é vista como uma possibilidade de democratizar o conhecimento e informações.

Entre 1968 e 1973, a computação pessoal passou a ser promovida como um projeto político-cultural, que visava democratizar o acesso à informação, romper com a hierarquia do saber e colocar o poder computacional nas mãos do cidadão comum. Desta forma, a informática pessoal passa a ter papel importante no deslocamento da esfera acadêmica-industrial-militar, para a computação doméstica. Alguns integrantes do movimento da contracultura passam a fomentar inovações de hardware e software, com o intuito de desenvolver a informática pessoal como ideia de autonomia do indivíduo. Universidades como Stanford e Berkeley, além de centros como MIT (Loveluck,2018), que participaram do desenvolvimento da Arpanet[1] e internet, contribuíram fortemente para essa reconfiguração do papel do computador.

De um lado, temos as transformações do capitalismo, que se cristaliza em uma lógica de acumulação flexível e ascensão de uma política econômica neoliberal nos Estados Unidos, Inglaterra e sua expansão para países sob o domínio do imperialismo americano e inglês. Na América Latina ocorre uma série de instaurações de ditaduras militares, e o Chile passa a ser o modelo de implementação desta nova lógica do capital de forma mais enfática, onde deve predominar o livre mercado e promover a fragmentação daquilo que existia de Estado de bem estar social. Eliminando assim, o máximo das intervenções do Estado, que se cristaliza no discurso de estado mínimo.

De outro lado, o movimento de contracultura, com o discurso de quebrar a ordem vigente das coisas tanto no âmbito intelectual, quanto cultural. Nos Estados Unidos, questiona-se também o complexo militar acadêmico estadunidense. O discurso de uma cultura que privilegie a autonomia individual ganha espaço, e um

[1] A Arpanet (Advance Research Projects Agency Network) foi a percussora da internet. Ver mais em: https://www.darpa.mil//about-us/timeline/arpanet

grupo de entusiasta da informática a percebe como o ente capaz de promover tal transformação e libertar os indivíduos da tecnocracia vigente.

Durante este processo, coletivos como Homebrew Computer Club[2] foram fundamentais para a disseminação de uma visão libertária sobre a computação pessoal. Essa visão se espalhou e encontrou no Vale do Silício um terreno fértil para florescer, onde as ideias de criatividade individual, experimentação, meritocracia e inovação tecnológica passaram a constituir os pilares de uma nova racionalidade digital. No entanto, este espírito libertário rapidamente se entrelaçou com os valores neoliberais que ganhavam força a partir da década de 1970.

O desenvolvimento da informática pessoal, gestada no Vale do Silício, tem relação com a proposta de mudança de paradigma científico, social e estético dos anos de 1930, que fomenta o primeiro Vale do Silício. Tal fenômeno, teve origem no esforço de guerra americano, que reunia cientistas, industriais e líderes militares (Sadin, 2018). O departamento de engenharia elétrica de Stanford tomou este modelo de junção acadêmico-militar-industrial como referência para o desenvolvimento de estudos e inovação.

Frederik Terman, considerado um dos pais fundadores do Vale do Silício, tinha a intenção de transformar a Universidade em centro de desenvolvimento tecnológico. O mito da garagem[3] traz aquilo que se relaciona com o que Loveluck (2018) designa como o DNA de origem do Vale do Silício. O mesmo consiste no desafio à estrutura vigente, que se mescla ao sonho americano de autorrealização, através de uma tenacidade sagaz, esforço e entusiasmo, a partir de uma visão individual que possui a capacidade de transformar o *status quo*, o que fomenta uma cultura individualista.

Tal ideia parte da premissa de que a partir da computação pessoal as relações deixam de ser hierarquizadas, quebrando as formas de dominação, e se tornarão mais horizontalizadas. Porém, tal premissa não deixa de ter como base um fundamentalismo de mercado (Shradie, 2017). Este fundamentalismo de mercado se entrelaça sem resistência alguma ao neoliberalismo em expansão a partir do final da

---

[2] O Homebrew Computer Clube, formado por hackers e amadores entusiastas da tecnologia e da computação, reuniu algumas mentes brilhantes da tecnologia como Steve Jobs e Steve Wozniak. Ver mais em : https://www.computerhistory.org/revolution/personal-computers/17/312; https://www.terra.com.br/byte/hardware-e-software/projeto-quer-reunir-membros-de-clube-pioneiro-da-informatica,6c2ebeb417da1410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html

[3] De acordo com Loveluck (2018), o discurso de que os gênios da informática criaram na garagem de casa o computador pessoal não passa de um mito.

década de 1970. Este entrelaçamento evidencia assim, uma contradição nos ideais libertários e de ruptura com a lógica dominante, que pregavam os “gênios de garagem”.

O que era inicialmente um projeto de autonomia e descentralização se tornou o solo sobre o qual floresceu um novo capitalismo digital. A liberdade proposta pela computação pessoal convergiu com a ideologia do empreendedorismo e da autogestão neoliberal, sendo apropriada como retórica do sucesso individual. O “mito da garagem”, que celebrava a figura do jovem gênio que transforma ideias em impérios tecnológicos (como Steve Jobs e Bill Gates), ajudou a consolidar o imaginário de que o sucesso depende apenas do esforço pessoal, legitimando desigualdades e ocultando os privilégios estruturais.

Logo, aquilo que gesta o início da ideologia do Vale do Silício está contido, sem resistência alguma na lógica racional do neoliberalismo: o fomento a uma ideologia individualista, de livre mercado, que tem como mola propulsora o esforço individual para a autorrealização e sucesso. A revolução da internet 2.0 em 2005, que abordaremos mais a frente, veio como um resgate da ideia de liberdade para os sujeitos, já desenvolvida na gênese do Vale do Silício que fomentava um projeto de liberdade forjado desde década de 1970. As possibilidades que a internet 2.0 traz de organização, comunicação, informação e mobilidade são inúmeras, e traz a utopia da liberdade como nada antes visto.

O capitalismo estava em transformação para uma forma de dominação mais ativa, como o neoliberalismo, que tem como alicerce a cultura individualista, e trouxe em sua base também o discurso da necessidade de um projeto do “eu” em busca da liberdade, transferindo ao indivíduo a responsabilidade por sua vida (Leite, 2021), seja de sucesso ou de fracasso. O projeto de sociedade neoliberal se entrelaça sem resistência ao projeto de expansão da informática pessoal, com o mesmo propósito de promover a autonomia e liberdade individual. Uma vez que este sujeito é livre, passa a gerir a sua vida e aproveitar as possibilidades que a sociedade neoliberal lhe proporciona e que a informática pessoal passa a possibilitar.

Como aponta Loveluck (2018), essa fusão entre contracultura e neoliberalismo gerou um novo tipo de dominação simbólica: uma cultura digital que promete liberdade e criatividade, mas que exige produtividade, inovação constante e vigilância permanente. O fundamentalismo de mercado (Shradie, 2017) transformou a utopia

em performance e a promessa de emancipação em responsabilidade individual ilimitada.

Dessa forma, a computação pessoal, ao invés de romper com a lógica dominante, reforçou uma nova forma de sujeição: mais flexível, mais sedutora e mais eficiente. Nas próximas seções, veremos como essa lógica se intensifica nas plataformas digitais, estruturando modos de vida cada vez mais modulados por algoritmos e governadas por métricas.

1.4 A Silicolonização da vida: tecnologia, neoliberalismo e o novo imperialismo digital

O desenvolvimento da computação pessoal, articulado ao imaginário de liberdade e autonomia individual, foi rapidamente capturado pelo avanço do neoliberalismo e transformado em vetor de dominação. Essa transformação revela-se de forma clara no processo que Éric Sadin (2018) denomina “silicolonização do mundo”: uma nova lógica de colonização, não mais territorial, mas existencial, fundamentada nas tecnologias digitais, na infraestrutura da inteligência artificial e no poder das grandes corporações do Vale do Silício.

A revolução digital, gestada no Vale do Silício, e posteriormente expandida para outras regiões dos Estados Unidos, Europa e Ásia, com a premissa da ideologia da liberdade e autonomia individual, adquire uma nova roupagem de colonização (Sadin, 2018), que não se dá entre Estados-nação, mas sim entre corporações tecnológicas e os indivíduos. Trata-se de uma dominação algorítmica que se infiltra na vida cotidiana, tornando-se quase invisível e, por isso mesmo, ainda mais eficaz. A ideologia de liberdade individual (central tanto no discurso neoliberal quanto na gênese do Vale do Silício) é aqui mobilizada como disfarce de um regime técnico-econômico de controle, vigilância e exploração de dados e das emoções dos sujeitos (Sadin, 2018).

Esse processo de silicolonização encontra ressonância em outros análises críticas contemporâneos que apontam para o surgimento de um novo estágio do capitalismo. Para Nick Srnicek (2017), vivemos sob o regime de capitalismo de plataforma, na no qual empresas como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. Não são apenas intermediadoras de serviços, mas infraestruturas centrais do funcionamento social e econômico, com poder de organizar dados, desejos e condutas. Essas plataformas operam como novos monopólios que acumulam valor

por meio da extração e análise de dados comportamentais, operando com uma lógica de propriedade e encapsulamento de ecossistemas digitais.

A partir da quarta e quinta fase do Vale do Silício, os processos de dominação tornam-se onipresentes. As plataformas digitais passam a ocupar todas as esferas da vida social, afetiva, econômica e política. A promessa inicial de empoderamento e descentralização cede lugar à concentração de poder informacional em poucas mãos. Essa convergência entre neoliberalismo e tecnociência digital configura uma nova razão de mundo, cujas ferramentas centrais são a modulação algorítmica e a captura do desejo.

A dominação promovida por essas empresas não é apenas econômica: é geopolítica e epistemológica. Dal Yong Jin (2021) propõe o conceito de imperialismo de plataforma, para evidenciar que essas corporações exercem um poder colonial que não se restringe ao domínio mercadológico, mas substitui modelos de soberania estatais por regimes privados e algorítmicos, impondo valores, linguagens, protocolos e formas de vida.

O paradoxo dessa transformação está no fato de que a infraestrutura técnica desenvolvida sob o ideal de liberdade serve, na prática, para limitar a autonomia dos sujeitos. A ideologia da computação pessoal, ao se fundir com os princípios neoliberais, transfere para o indivíduo a responsabilidade integral por sua vida, seu desempenho, seu sucesso e fracasso (Leite, 2021). A retórica da liberdade esconde, portanto, uma lógica de sujeição e autogestão forçada.

Essa dominância é operada através do que Shoshana Zuboff (2020) nomeia como capitalismo de vigilância, no sistema que transforma cada gesto digital em matéria-prima para predição e modulação de comportamento. Segundo Zuboff, esse regime econômico representa uma ruptura histórica, pois estabelece um mercado baseado no excedente comportamental dos usuários, gerando assim novas formas de assimetria de poder que operam à margem de contratos sociais democráticos.

Portanto, esta nova forma de colonização não se trata mais de dominação de uma nação sobre outra, mas de um grupo de empresas e corporações, sobre o “eu” e a vida cotidiana de cada indivíduo (Sadin, 2018). Sendo assim, podemos pensar que, a silicolonização problematizada por Sadin (2018), ao promover novas formas de subjetivação e sujeição com ares de liberdade, impedem aos sujeitos de se perceberem colonizados, dominados, vigiados e controlados.

A estrutura invisível desse poder, como observa autores como Rodrigo Firmino e Rafael Evangelista (2020), gera uma dependência e infraestrutural das nações periféricas em relação às Big Techs. Trata-se de uma colonização algorítmica que enfraquece a autonomia nacional e institucional, ao mesmo tempo em que privatiza o espaço público digital, condicionando as formas de circulação de informações, emoções e decisões políticas.

Essa nova forma de dominação também impõe uma reconfiguração do tempo e da experiência. A digitalização da vida cotidiana, estruturada por algoritmos e dados, reorganiza a maneira como os sujeitos interagem com o mundo, com os outros e consigo mesmos. A silicolonização, neste sentido, não é apenas uma mutação econômica, mas sobretudo uma mutação ontológica e subjetiva.

Essa mutação não se dá de forma violenta ou coercitiva, mas sutil e sedutora. Como sugere Sadin (2018), a dominação digital se instala sob o verniz da conveniência, da conectividade e da hiperdisponibilização. Ao nos oferecer facilidades e personalização, ela coloniza o tempo, a atenção e o desejo dos sujeitos, ao mesmo tempo em que silencia qualquer questionamento sobre suas implicações éticas, políticas e existenciais.

Amy Webb (2020), ao identificar os “nove Titãs da IA” (Google, Amazon, Apple, IBM, Microsoft, Facebook, Alibaba, Baidu e Tencent), reforça a ideia de que essas plataformas não apenas competem no mercado global, mas disputam o controle do futuro. Sua atuação geopolítica redefine os rumos da inteligência artificial, da coleta de dados e do desenvolvimento científico-tecnológico, moldando os termos em que a humanidade projetará sua própria existência. São atores que se comportam como Estados corporativos, sem estarem sujeitos a regulações nacionais proporcionais ao seu alcance.

A colonização do tempo, da atenção e do desejo (como já apontado por Sadin) é também compreendida por Rodrigo Mijares (2020) como uma forma de dominação algorítmica subjetiva em que os sujeitos passam a internalizar os imperativos do engajamento, da performance e da visibilidade. O sujeito neoliberal não é apenas controlado: ele deseja ser capturado, pois identifica sua própria liberdade com a lógica das plataformas. Tal dinâmica ecoa a análise de Boltanski e Chiapello (2020) sobre o novo espírito do capitalismo: uma ideologia que assimilou as críticas de 1968 ao autoritarismo e à rigidez do antigo capitalismo industrial, reinventando se sobre os

signos da criatividade, flexibilidade e autonomia - agora mobilizado pelas plataformas como valores de adesão e autoexploração.

Como observa Michael Seemann (2021), o poder das plataformas reside justamente na sua capacidade de operar sob camadas de opacidade técnica, tornando suas decisões automatizadas invisíveis à percepção pública. A dominação algorítmica não se manifesta como coerção, como já nos advertia Deleuze (2013), mas como funcionalidade, usabilidade e personalização, um modo de orientar condutas por meio do design e da arquitetura das escolhas possíveis.

Esse cenário é ainda mais problematizado por Nick Couldry e Ulises A. Mejias (2019), que propõe o conceito de “colonialismo de dados”. Para os autores a extração massiva de dados, realizada de forma assimétrica e sem reciprocidade, funciona como uma nova lógica colonial que transforma populações em fontes de recursos informacionais a serem exploradas. Tal como na colonização moderna, os corpos e territórios são reconfigurados como matéria prima para o acúmulo de capital, agora sob a forma de dados. O colonialismo de dados não se limita à exploração econômica: ele impõe um modelo único de reconhecimento e racionalidade, estruturando uma nova forma de epistemicídio algoritmo e despossessão existencial.

Dessa forma, a *silicolonização* descrita por Sadin é apenas um dos nomes possíveis para uma transformação mais ampla, em que as corporações digitais assumem o papel de mediadoras totais da vida. Não se trata apenas de uma mutação técnica, mas de uma reorganização profunda da política, da subjetividade e da ontologia contemporânea. Trata-se de um novo paradigma de dominação, difuso, performativo e imanente, no qual o capital se realiza como forma de vida, e a plataforma se apresenta como sua infraestrutura hegemônica.

Ainda que o presente tópico tenha mobilizado distintos conceitos como capitalismo de plataforma, colonialismo de dados, plataformização, imperialismo de plataforma e capitalismo de vigilância, apontando para diferentes escopos analíticos (econômicos, políticos, geopolíticos e infraestruturais), a escolha por privilegiar o conceito de “*silicolonização* da vida” responde à orientação epistemológica desta tese. Ao eleger esse conceito como chave interpretativa, assume-se o compromisso de analisar não apenas as dinâmicas estruturais que sustentam o mundo digital, mas sobretudo os modos como como tais dinâmicas interpelam existencialmente os sujeitos, modulando desejos, afetos e modos de ser.

A tese não se propõe a oferecer uma análise técnico-política das infraestruturas digitais, tampouco se ancora prioritariamente nos diagnósticos econômico-financeiros da plataformização global. Esses são, no entanto, elementos indispensáveis à compreensão do contexto mais amplo no qual ocorre o que esta pesquisa entende como uma transformação ontológica e subjetiva do ser: uma reorganização dos modos de existir e se reconhecer no mundo a partir da dominação algorítmica. Assim ao adotar o conceito de silicolonização da vida, toma-se uma posição teórica clara, centrada na problematização da captura do desejo, da performatividade de si e da produção de subjetividades dentro dos regimes de controle digital.

Nas próximas seções, aprofundaremos a análise sobre como as plataformas digitais não apenas mediam interações, mas também moldam formas de existência, dando origem ao fenômeno da plataformização como regime sociotécnico dominante.

1.5 Plataformas digitais e o processo de plataformização da vida cotidiana

Este tópico busca compreender o papel das plataformas digitais na reconfiguração da vida social, econômica e subjetiva. Para isso, dividimos a discussão em três partes: primeiro apresentaremos o percurso histórico e teórico que vai da emergência das plataformas digitais ao processo de plataformização, evidenciando os deslocamentos políticos e culturais que sustentam esse fenômeno. Em seguida, discutimos como diferentes autores brasileiros e internacionais analisaram os usos sociais dessas plataformas, suas limitações, contradições e seus efeitos sobre os modos de existência contemporâneos. Por fim, propomos uma problematização crítica da plataformização como regime sociotécnico totalizante.

1.5.1 De plataformas à plataformização: trajetória, infraestrutura e racionalidade

Ao longo das últimas décadas, a intensificação do uso das redes digitais e o crescimento acelerado de plataformas como Google, Amazon, Facebook, Instagram e Tik Tok inauguram uma nova fase no modo de organização do capitalismo. Se as plataformas surgem inicialmente como serviços e ferramentas específicas (mecanismos de busca, redes de sociabilidade ou venda), elas se tornam, progressivamente, infraestruturas centrais na produção de valor, na organização da vida social e na constituição das subjetividades.

O surgimento do conceito de plataforma ocorre no início do século XXI. A partir do conceito de web 2.0, que aflora em 2005, provoca-se uma revolução no entendimento de como a *internet* pode ser vista, como uma plataforma que possibilita

a usuários e empresas se desenvolverem. Esse entendimento abre caminho para erosão da web aberta e emergência de redes aplicadas de sites e redes sociais proprietários. É a partir daí que emergem as plataformas de sociabilidades e as de vendas de produtos. As redes sociais se tornam possibilidades a partir da convergência de protocolos, redes e sistemas. Possibilitam a conectividade entre indivíduos, a partir da *internet* como ferramenta de comunicação entre os usuários e a plataforma.

Poell, Neiborg & Van Dijck (2020) argumentam que a plataformização é o processo pelo qual a lógica de funcionamentos das plataformas digitais se infiltra e se torna dominante em diversos setores da vida social e econômica. O que antes era apenas uma ferramenta digital, agora transforma-se em forma de governo da vida: uma racionalidade que define o que pode ou não ser visto, compartilhado, monetizado ou reconhecido. realizam uma análise sobre estas transformações. Define-se plataforma como “infraestruturas digitais (re) programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (Poell, Neiborg & Van Dijck, 2020, p. 4).

A comunidade acadêmica passa do entendimento de plataforma como coisa (que viabiliza a conexão), para o de plataformização (que intermedia as interações sociais, políticas, econômicas e culturais) como processo. A plataformização, segundo os autores, envolve três camadas interdependentes: a técnica, a econômica e a institucional. No plano técnico, há a construção de ambientes mediados por algoritmos que organizam o acesso à informação, à visibilidade e à relevância. No plano econômico, há uma lógica extrativista de captura de dados e mercantilização da atenção. Já no plano institucional, há um reposicionamento das plataformas como mediadoras quase soberanas entre sujeitos e instituições tradicionais (educação, mídia, política, justiça, etc.).

Algumas abordagens discutidas por Poell, Neiborg & Van Dijck, (2020), nos permitem compreender o deslocamento do entendimento de plataformas para plataformização. A abordagem dos estudos de software contribui neste deslocamento, na medida em que evidenciam a penetração de extensões da web, como as interfaces de programação de aplicações (APIs), bem como o fluxo de dados com terceiros. Trata-se de uma estrutura tecnológica que permite a desenvolvedores externos construir sistemas, serviços e aplicações (APPs – aplicativos) que se conectam à

plataformas por meio de APIs (interfaces de programação de aplicações), ampliando seu ecossistema técnico e suas capacidades de circulação e exploração de dados.

Logo, os estudos na área de negócios permitem evidenciar os aspectos econômicos desse processo, ao tomar os negócios das plataformas como principal unidade de análise e teorizar como essas empresas obtêm vantagem competitiva ao operar mercados multilaterais (Poell, Neiborg & Van Dijck, 2020). Os autores complementam que, "para as empresas das plataformas, uma das vantagens inerentes aos mercados de plataformas que podem ser aproveitadas são as 'externalidades' ou efeitos de rede" (Poell, Neiborg & Van Dijck, 2020, p. 4).

Portanto, os mercados multilaterais podem ser entendidos como plataformas econômicas intermediárias entre grupos distintos que fornecem uns aos outros benefícios da conexão em rede e que constantemente levam à acumulação de capital e ao poder de um pequeno grupo de empresas de plataformas. Como exemplo temos a problematização que os autores trazem sobre a Apple, ou ainda, podemos citar outras empresas de plataformas digitais como a Uber, iFood, Amazon, Instagram, entre outros.

Uma outra abordagem, e a mais crítica do processo, que serve de contraponto sobre a perspectiva de análise pelo viés de negócios, é no âmbito da economia política crítica. Os estudos são marcados por questões de como esse processo envolve o alargamento e a intensificação do poder e da governança das plataformas globais. Tais críticas se relacionam com os exemplos citados acima, pois chamam a atenção para as seguintes questões: 1) de exploração e precarização do trabalho; 2) as questões de vigilância; 3) um novo tipo de imperialismo, como o imperialismo de plataforma (Poell, Neiborg & Van Dijck, 2020), ou capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), ou Silicolonização (Sadin, 2018), ou capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016).

Os estudos culturais se debruçam sobre as mais variadas formas de usos das plataformas digitais e os efeitos do processo de plataformização na vida cotidiana. Os pesquisadores Poell, Neiborg & Van Dijck, (2020) salientam que cabe aos estudos culturais o desafio de análise sobre como as mudanças institucionais e as práticas culturais se articulam, de como a imaginação social é organizada em torno de diferentes plataformas e de como estes elementos refletem na infraestrutura de dados, mercados, e estrutura de governança particulares.

Há a emersão de novas formas de ocupação a partir do fenômeno das mídias digitais, novas formas de se fazer política e engajamento nas mais variadas causas,

que precisam ser levadas em consideração. Portanto as quatro abordagens analisadas pelos pesquisadores (Poell, Neiborg & Van Dijck, 2020), se complementam e possibilitam que os estudos sobre as transformações institucionais observadas, e as mudanças nas práticas culturais associadas às plataformas estão, na prática, estreitamente inter-relacionadas. A partir disso, os autores redefinem o conceito de plataformização como:

> a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida. E, a partir da tradição dos estudos culturais, concebemos esse processo como a reorganização de práticas e imaginações culturais em torno de plataformas. (Poell, Neiborg & Van Dijck, 2020, p. 5).

A plataformização da vida cotidiana e, consequentemente, esta nova forma de poder e dominação que emerge na vida dos sujeitos, culmina em uma nova forma de monopólio. Um exemplo desta nova forma de monopólio são os chamados *bugs de exploração* que aparecem de maneira recorrente nas plataformas digitais (Abílio, 2020), conectando consumidores de um lado e trabalhadores do outro, como ocorre em empresas como Uber e iFood.

A pesquisadora Ludmila Abílio (2020), em seus estudos sobre o processo de uberização do trabalho mediado por plataformas, evidencia a manipulação algorítmica realizada por sistemas de inteligência artificial no direcionamento das chamadas. Ela observa que, ao se aproximar da meta para alcançar um bônus, geralmente por atingir um número alto de corridas ou entregas, o trabalhador deixa subitamente de receber chamadas.

O algoritmo, então, passa a acionar outros trabalhadores com menor número de atendimentos, mantendo aquele que está prestes a atingir a bonificação em um estado de espera prolongado. Esse mecanismo induz o trabalhador a permanecer conectado e disponível por horas, ainda que sem remuneração correspondente, em uma lógica de controle e extração do tempo e do desejo do ganho.

A análise de Ludmila Abílio (2020) sobre os chamados *bugs de exploração* em plataformas como Uber e iFood evidencia uma dinâmica algorítmica que ultrapassa a mera organização do trabalho. O que se observa, ao manter os trabalhadores conectados e em estado de disponibilidade constante mesmo sem acionamento, é um modelo de gestão que se baseia não apenas na extração do tempo e da força de trabalho, mas na manutenção do corpo conectado como força potencialmente

explorável. A manipulação algorítmica do fluxo de chamadas, ao manter o trabalhador à beira do bônus, gera uma modulação do desejo e da atenção, sustentando a esperança de recompensa como mecanismo de captura da subjetividade.

Essa lógica revela aquilo que Foucault (2008) denomina de *governamentalidade* não o poder direto sobre o corpo físico, mas o exercício indireto do poder sobre as condutas possíveis, uma gestão probabilística das ações dos sujeitos. O algoritmo, nesse contexto, opera como um dispositivo de controle que não obriga, mas induz, organizando o campo das possibilidades e, com isso, governando as condutas por meio de uma racionalidade técnica e aparentemente neutra. A espera, nesse arranjo, não é um espaço improdutivo: ela é a própria técnica de sujeição.

Na chave de Deleuze (2013), trata-se de um funcionamento típico das *sociedades de controle*, nas quais o poder não se exerce mais por dispositivos disciplinares fechados, mas por modulações contínuas, que capturam e ajustam os fluxos em tempo real. O trabalhador plataformizado é inserido em um regime de controle que não se realiza por coerção, mas pela conectividade constante e pela expectativa de recompensa variável, o que possibilita uma forma de governar o sujeito por meio da esperança e da ansiedade. A espera torna-se, portanto, uma forma de modulação contínua, onde o tempo ocioso não é tempo livre, mas tempo capturado, intensamente funcional ao capital.

Essa condição sustenta a formação de um exército de reserva digital, onde a força de trabalho está constantemente disponível, ainda que não empregada. Essa reserva não se limita a uma única plataforma, mas espraia-se para outras formas de conectividade digital, como redes sociais, aplicativos de jogos e serviços de streaming. O sujeito não se desconecta porque permanece em estado de prontidão, afetivamente mobilizado, cognitivamente ativado e economicamente vinculado ao sistema. Essa análise aproxima-se da noção de *governamentalidade algorítmica* proposta por Antoinette Rouvroy (2013), na qual a ação do poder não mais necessita da consciência ou da representação: ela opera diretamente sobre as condições de possibilidade de ação, modulando probabilidades, antecipando comportamentos, e produzindo sujeitos responsivos.

Byung-Chul Han (2015), ao diagnosticar a transição da biopolítica para a psicopolítica, argumenta que o neoliberalismo opera não mais reprimindo, mas explorando a liberdade individual, convertendo-a em autoexploração. Na lógica das

plataformas, esse mecanismo se intensifica: o sujeito acredita estar exercendo sua liberdade ao escolher estar online, ao tentar alcançar um bônus, ao aceitar chamadas, mas está, na verdade, performando uma liberdade algorítmica modulada, que o conduz ao esgotamento. A espera, nesse contexto, é um dos modos mais sofisticados de exaustão, pois mantém o sujeito voluntariamente disponível e emocionalmente engajado sem retorno proporcional.

Por fim, é possível articular essa análise à crítica de Christian Dunker (2020), que afirma que o capitalismo contemporâneo descobriu que o sujeito em sofrimento rende mais do que o sujeito em bem-estar. O sofrimento, aqui, não é colateral: é funcional. O sistema de espera algorítmica explora a frustação, a ansiedade e a esperança como forças produtivas, transformando precariedade emocional em combustível do engajamento. O trabalhador não é apenas explorado em sua força de trabalho, mas capturado enquanto sujeito desejante, afetivo, sensível, e em sofrimento. O sofrimento, portanto, torna-se tecnologia de gestão da subjetividade, peça central na engrenagem da plataformização da vida.

Essa racionalidade algorítmica está ancorada numa gramática neoliberal. Como destaca Srnicek (2017), as plataformas funcionam sob o modelo de negócios da acumulação por datificação. Capturam não apenas dados sobre preferencias e comportamentos, mas também emoções, tempo de uso, conexões sociais e padrões de engajamento. O Objetivo não é apenas compreender o sujeito, mas antecipá-lo, modulá-lo, conduzi-lo.

Dessa forma, as plataformas não são neutras: elas constituem formas de governo algorítmico. Operam como infraestruturas de modulação contínua dos desejos, comportamentos e decisões, submetendo os usuários a um regime de monitoramento e previsibilidade. Como afirma Taina Bucher (2018), os algoritmos são “formas performativas de poder”, pois organizam o mundo que aparece ao usuário e, com isso, organizam sua própria experiencia de realidade.

1.5.2 O emergir das plataformas digitais: a vida digital como produção de valor

O surgimento das plataformas digitais consolidou um novo modo de produzir valor baseado na captura contínua da vida cotidiana em sua forma mais íntima e relacional. Esse processo se ancora na extração sistemática de dados comportamentais, que são convertidos em ativos econômicos por meio da modulação

algorítmica e da analise preditiva, a partir de ferramentas e técnicas como *Big Data*, inteligência artificial e redes neurais.

Como aponta Zuboff (2020), trata se de um regime de capitalismo de vigilância, no qual os dados produzidos pelas interações digitais são apropriados unilateralmente por grandes corporações para alimentar sistemas preditivos voltados ao lucro. A racionalidade que sustenta esse modelo, segundo Éric Sadin (2015), funda se em uma fé tecnocrática na superioridade algorítmica, instaurando uma forma de governo automático e impessoal da vida.

Já para Nick Srnicek (2019), as plataformas não são apenas infraestruturas digitais, mas formas específicas de organização econômica e social, que operam como intermediárias de múltiplos setores e capturam valor por meio da posse e controle dos dados. Nesse contexto, a vida digital se torna não apenas mercadoria, mas sobretudo força produtiva modulável, onde a atenção, os afetos e os desejos dos sujeitos são reorganizados sob uma lógica de extração algorítmica e financeira da existência.

As novas tecnologias da informação e da comunicação, têm transformado profundamente a dinâmica das interações sociais. Redes sociais, aplicativos móveis e mecanismos de busca geram, em ritmo exponencial, um volume colossal de dados produzidos a partir dos rastros digitais que os próprios usuários deixam ao navegar, consumir e interagir. Como afirmam Bruno, Bentes e Faltay (2019), esses dados não apenas são capturados e armazenados, mas também utilizados como instrumentos de modulação da conduta e controle social. A cultura do computador, como definem Santaella & Kaufman (2021), emergiu com os primeiros computadores digitais, que, há 60 anos permitiram tornar a informação legível em formato binário.

Trinta anos atrás, com o advento da internet tais informações tornaram se acessíveis em rede. E, há cerca de duas décadas, a introdução dos mecanismos de busca transformou esse imenso volume informacional em bancos de dados gerenciáveis. Hoje Plataformas como o Google tratam esse corpus massivo como um verdadeiro “laboratório da condição humana” (Santaella & Kaufman, 2021, p. 215), operando a vida em sociedade como um sistema de dados quantificáveis preditivos e exploráveis economicamente.

A arquitetura das plataformas digitais baseia se em modelos matemáticos e sistemas algorítmicos que operam pela coleta, processamento e classificação massiva de dados. Contudo, essa dimensão técnico-computacional, muitas vezes

apresentada sob uma aparência neutra e objetiva, está profundamente imbricada em lógicas de mercado e racionalidades neoliberais. Nas redes sociais e plataformas digitais, dados não são apenas informações: são ativos econômicos extraídos da experiência humana conectada e convertidos em valor. Como argumenta Shoshana Zuboff (2020), vivemos sob uma lógica de capitalismo de vigilância, na qual os dados comportamentais capturados, muitas vezes sem o consentimento plenamente informado de seus usuários, alimentam modelos de predição e modulação de conduta, impulsionando os lucros de grandes corporações de tecnologia.

Nesse cenário, três conceitos tornam se fundamentais: *Big Data, datificação e dataísmo,* frequentemente confundidos, mas com distinções cruciais. Big data refere-se ao crescimento exponencial e contínuo do volume de dados digitais gerados no mundo contemporâneo. Em 2010, a produção global de dados era cerca de 2*ZB* (*zettabites)*; em 2020 atingiu 40*ZB* (*zettabites)*; e estima-se que, em 2025, chegue a 175*ZB* (Santaella & Kaufman, 2021), o que evidencia um salto na produção de dados nos últimos 15 anos. Para termos uma noção da escala: 1*ZB* equivale a 1.024 *exabytes* (EB); sendo que 1EB equivale a 1.024 *petabytes* (PB); e 1*PB* = 1.024*TB (terabytes).* Esses números expressam o que já se denomina de “tsunami de dados” (Santaella & Kaufman, 2021), impulsionado pela proliferação de mídias sociais, da internet das coisas, do comércio eletrônico e da digitalização generalizada da vida.

Por mais que, o conceito de datificação esteja imbricado com o de *Big Data*, os mesmos não sinônimos. A datificação diz respeito ao processo pelo qual as atividades humanas, das mais banais às mais complexas, são convertidas em dados e informações quantificáveis. Trata-se de uma lógica que transforma comportamentos, afetos, rotinas e escolhas e insumos computacionais, com valor econômico e político (Poell, Neiborg e Van Dijck, 2020; Zuboff, 2020). Assim, a vida cotidiana torna se passível de mediação, comparação e modulação. O dataísmo, por sua vez, designa uma ideologia tecnológica que enxerga os dados como chave suprema para a compreensão e solução de todos os problemas humanos. Entre os tecnólogos do Vale do Silício, o dataísmo assume contornos quase religiosos sendo defendido como paradigma cognitivo totalizante, com os seus crentes e seus hereges (Santaella & Kaufman, 2021).

Essa captura de dados transforma os próprios sujeitos conectados em duplo objeto: ao mesmo tempo consumidores e mercadorias. Seu comportamento, preferências, localização, redes de interação e tempo de permanência tornam se

recursos mineráveis para fins de predição e publicidade direcionada. Como destaca Evgeny Morozov (2018), há uma instrumentalização crescente da vida cotidiana pela lógica dataísta, que reduz a complexidade da existência a padrões quantificáveis, supostamente capazes de prever e modelar todas as dimensões da experiência humana. Nessa racionalidade, há uma aposta de que problemas sociais, éticos e afetivos possam ser resolvidos por meio de soluções algorítmicas, como se o mundo fosse redutível a variáveis tratáveis por computação.

Contudo, é necessário deslocar a crítica do dataísmo de uma metáfora religiosa para uma crítica político-estrutural. A explosão de dados e o desenvolvimento das tecnologias de inteligência artificial não se restringem à inovação técnica. Diversas corporações, governos e instituições utilizam esses sistemas para finalidades diversas: da promoção da ciência ao fomento do negacionismo, da profilagem de consumidores à vigilância preditiva, da monetização dos desejos à manipulação da opinião pública.

Ainda que a promessa técnica apele para o progresso e a eficiência, essa lógica ignora as singularidades, os conflitos e as opacidades da vida social. Como alertam Dardot e Laval (2016), o sujeito neoliberal, interpelado pelas plataformas digitais, é constantemente impelido a se tornar transparente, mensurável e performático, numa economia de dados que se alimenta de sua exposição e autorrevelação contínua. Byung-Chul Han (2022), por sua vez, denuncia a conversão da liberdade digital em uma nova forma de dominação, na qual a hipervisibilidade se torna um dispositivo de controle e de autocondicionamento.

A inteligência artificial, especialmente por meio das Redes Neurais de Aprendizado Profundo (*Deep Learning Neural Networks* – DLNNs), permite a análise indutiva e relacional de grandes massas de dados. Como ressaltam Kaufman e Santaella (2020), tais redes, inspiradas no funcionamento do cérebro humano, tornaram se centrais no processamento computacional desde 2012, impulsionadas pela disponibilidade de dados em larga escala, aumento do poder computacional e computação em nuvem.

Esse aparato técnico sustenta o funcionamento das chamadas plataformas algorítmicas, que podem ser compreendidas como “redes de acesso controlado nas quais o usuário é governado via algoritmos e sua identidade é redefinida continuamente com base nos dados fornecidos por ele ou extraídos de suas atividades” (Castro, 2019, p.01). Esses algoritmos não são apenas sequências lógicas

para a resolução de problemas (Manzano e Oliveira, 2005), mas sim dispositivos sociotécnicos que operam modulações subjetivas, performando formas de ver, desejar, consumir e interagir.

Como destacam Bruno, Bentes e Faltay (2019), essa lógica não incide sobre sujeitos isolados, mas sobre massas de usuários, a partir de uma lógica preditiva que visa antecipar comportamentos e ajustar ofertas, conteúdos e produtos. Trata se de uma reconfiguração profunda da relação entre sujeito e mercado, em que nos tornamos não apenas consumidores, mas mercadorias - dados comercializáveis em tempo real, operando como capital informacional.

Portanto, a infraestrutura algorítmica não é apenas técnica, mas profundamente política e econômica. Ao transformar experiências humanas em dados, e dados em mercadoria, as plataformas produzem uma nova gramática do valor que captura a subjetividade, o desejo e a atenção dos usuários, sustentando-se sobre relações assimétricas de poder e conhecimento. Essa é a base do que poderíamos chamar de um novo regime de mercantilização da vida, na qual a própria existência se torna objeto de exploração comercial.

Esses dados são vendidos, negociados ou usados estrategicamente pelas chamadas *Big Techs,* gigantes corporativas do Vale do Silício que hoje figuram entre as empresas mais valiosas do mundo. As mídias digitais, nesse contexto, funcionam como infraestruturas da financeirização da vida, podendo operar desde fluxos econômicos globais (bolsa de valores, moedas digitais, plataformas de crédito) até dispositivos cotidianos de entretenimento e socialização, como Netflix, Facebook, Instagram, Whatsapp, Tik ToK, entre outros.

Em síntese, as mídias digitais contemporâneas operam como máquinas de captura e modulação da subjetividade, promovendo produtos, serviços e comportamentos, enquanto alimentam o ecossistema do *Big Data* com insumos valiosos sobre os nossos desejos, hábitos e relações. A vida digital torna-se, assim, mercadoria, ao mesmo tempo em que consome e é consumida pela lógica neoliberal de dados, algoritmos e plataforma digitais.

1.5.3 A plataformização como regime sociotécnico totalizante

O avanço da silicolonização e a consolidação do capitalismo informacional conduzem à centralidade das plataformas digitais como infraestrutura dominante da vida contemporânea. Mais do que ferramentas tecnológicas, essas plataformas

tornam-se mediações universais entre sujeitos, instituições, mercados e afetos. Como destaca Van Dijck (2016), vivemos a era da “plataformização da sociedade”, em que plataformas digitais como Google, Meta (Facebook, Instagram, Whatsapp), Amazon, e Tik Tok estruturam o acesso à informação, o trabalho, as relações sociais e a própria experiência do tempo.

O surgimento das mídias digitais, em especial das redes sociais, é fruto da revolução tecnológica que possibilitou profundas transformações nas interações sociais, ampliando a capacidade humana de integrar indivíduos e famílias muitas vezes dispersos geograficamente. O advento das redes sociais é comumente considerado um fator positivo (Castells 2016), pois possibilita a integração entre as pessoas e o compartilhamento de suas vidas cotidianas, algo que, sem essas tecnologias, dificilmente seria realizado com tamanho intensidade.

Entende-se por rede “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto central no qual uma curva se entrecorta. Concretamente o que um nó é depende do tipo de redes concretas que falamos” (Castells, 2016, p. 554). Na era da informação, os processos dominantes organizam-se em redes (Castells, 2016), que, embora sejam formas de organização social historicamente presentes, ganham novo significado e abrangência a partir do avanço tecnológico e da expansão da rede de comunicação via internet, que serve como base material para a explosão exponencial de dados e penetração em toda a estrutura social.

A lógica das redes digitais estabelece uma nova organização espacial e relacional do mundo social, em que as interações não dependem mais da proximidade geográfica ou das instituições tradicionais de mediação. Nas palavras de Castells (2016):

> a topologia definida por redes determina que a distância (ou a intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente, ou mais intensa), se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede (p. 554).

Neste sentido, as redes sociais funcionam como os “nós” de encontro entre produtos, informações e comportamentos a serem consumidos e os consumidores em potencial. Essa lógica de interconectividade não apenas aproxima posições sociais outrora distantes, como também opera uma reconfiguração da própria estrutura de mediação social, afetiva e simbólica. O que está em jogo nas redes digitais não é apenas a

transmissão de informações, mas a constituição de ambientes algoritmicamente mediados que organizam o modo como o sujeito percebe, age e deseja.

As redes deixam de ser apenas formas de conexão e se transformam em arquiteturas informacionais onde a produção dê sentido, reconhecimento e visibilidade é condicionada por mecanismos que filtram, priorizam e modulam conteúdos de acordo com interesses corporativos e algoritmos de engajamento. Nesse contexto, os "nós" da rede não são neutros: eles constituem pontos de ancoragem de fluxos de capital, atenção e desejo. O que se apresenta como livre circulação de informações é, na verdade, uma dinâmica controlada por sistemas automatizados de recomendação, ranqueamento e curadoria, que exercem forte influência sobre os comportamentos sociais e subjetivos.

O nó da rede torna-se, então, uma zona de captura, um ponto onde o sujeito é simultaneamente emissor, receptor e mercadoria, já que seus dados, interações e padrões de comportamento passam a ser continuamente coletados, analisados e vendidos como ativos informacionais (Zuboff, 2020). Nesse entrelaçamento de conexões, as redes sociais tornam-se ecossistemas complexos de extração e reprodução de valor simbólico e econômico, onde a experiência individual é moldada a partir de sistemas inteligentes que ajustam permanentemente a interface e os estímulos com base nos rastros digitais deixados pelo próprio usuário.

Como afirma Antoinette Rouvroy (2013), trata-se de uma governamentalidade algorítmica, que não opera mais por interditos ou normas explícitas, mas pela antecipação de comportamentos e modulação dos possíveis, capturando a potência do agir antes mesmo de sua realização. Desse modo, o "nó" da rede não representa apenas um ponto de encontro entre agentes, mas uma nova forma de organização do social, onde as relações deixam de se constituir a partir de vínculos orgânicos ou experiências partilhadas e passam a se configurar como conexões otimizadas por critérios algoritmos de relevância performance e visibilidade. Assim, a própria noção de laço social é reconfigurada: não mais sustentada por práticas de pertencimento ou reconhecimento mútuo, mas por métricas de engajamento, curtidas e visualizações, que operam como formas gamificadas de validação e ordenamento dos afetos.

Segundo Srnicek (2017), essas plataformas são modelos de negócios e dispositivos de controle que se baseiam na extração, processamento e mercantilização massiva dos dados. Operam sob uma lógica de acumulação por captura: não apenas de dados comportamentais, mas também da atenção, dos afetos

e da vida cotidiana. Nesse contexto, o valor é produzido não só pelo trabalho, mas pela atividade generalizada dos usuários, que agem, interagem e consomem sob vigilância constante, mas voluntária.

A plataformização da vida cotidiana, portanto, não é um mero fenômeno técnico, mas uma reorganização das formas de sociabilidade e subjetivação. Como aponta Loveluck (2018), as plataformas instauram uma nova arquitetura do espaço social, baseada em algoritmos que definem o que será visto, valorizado e compartilhado. O que conta, nesse ambiente, é a visibilidade, a performance e a responsividade ao sistema de métricas. A vida é modulada por curtidas, comentários, engajamento e relevância algorítmica.

Essa nova forma de mediação social implica um deslocamento de poder: da autoridade institucional para a autoridade algorítmica. As plataformas não apenas refletem preferencias dos usuários; elas as modelam ativamente. Como afirma Taina Bucher (2018), os algoritmos não são neutros nem objetivos: eles são dispositivos de poder que modulam com portamentos, reforçam padrões e silenciam dissensos. A visibilidade é estrategicamente distribuída, e a invisibilidade torna-se uma forma de exclusão.

No campo do trabalho, essa lógica se expressa na plataformização da força de trabalho, com aplicativos como Uber, Rappi, 99 e iFood, nos quais o trabalhador é ao mesmo tempo usuário e produto, empreendedor e explorado. O discurso da autonomia e da flexibilidade, amplamente mobilizado, oculta relações de precarização, instabilidade e ausência de direitos. Como mostra Srnicek (2017), trata-se de uma nova etapa da exploração capitalista, agora disfarçada de inovação e liberdade individual.

No plano subjetivo, a plataformização instiga a lógica neoliberal da autogestão: o sujeito deve performar o tempo todo, ser responsivo, conquistar atenção, construir sua marca pessoal. O “eu” torna-se projeto, vitrine e mercadoria. Como adverte Leite (2022), há uma intensificação da pressão performativa sobre os indivíduos, que passam a gerir não apenas suas competências, mas sua presença digital, seus afetos e seu valor algorítmico. Sendo assim, estes processos, não apenas mediam interações, mas também moldam formas de existência, dando origem ao fenômeno de plataformização como regime sociotécnico dominante.

A plataformização, portanto, é um fenômeno totalizante: ela atravessa as esferas da comunicação, do consumo, do trabalho, da política e da afetividade. E, ao

fazer isso, reconfigura profundamente o modo como os sujeitos se relacionam com o mundo e consigo mesmos. O próximo bloco investigará com mais profundidade como essa lógica afeta processos de subjetivação, especialmente entre os jovens, na interface entre desejo, reconhecimento e modulação algorítmica.

Neste capítulo, buscou se construir uma base sócio-histórica e teórica que permitisse compreender os processos de transformação da racionalidade capitalista até sua configuração atual como neoliberalismo enquanto razão de mundo. Partiu-se da análise das inflexões na lógica do capital, especialmente após a crise do fordismo, para demonstrar como a racionalidade neoliberal se consolidou não apenas como uma doutrina econômica ou política, mas como uma razão de mundo, conforme argumentam Dardot e Laval (2016). Essa razão, ao se infiltrar nas dimensões mais íntimas da existência, passou a operar também como tecnologia de subjetivação, modulando condutas, afetos e desejos.

A emergência das tecnologias da informação e comunicação, particularmente a partir da revolução microinformacional e do advento da internet, forneceu um ambiente propício para que essa racionalidade neoliberal fosse intensificada e reconfigurada pelas estruturas digitais. Nesse cenário, as *Big Techs*, sobretudo as oriundas do Vale do Silício, tornaram se protagonistas de um novo modelo de poder, não apenas econômico, mas simbólico, existencial e algoritmo. O conceito de silicolonização, utilizado aqui em perspectiva crítica, permitiu nomear esse processo como uma forma contemporânea de colonização das subjetividades, marcada pela captura da atenção do desejo e da produção de si.

Ao longo do capítulo, delineou-se ainda o papel central dos algoritmos e das plataformas digitais na reorganização dos vínculos sociais, na reconfiguração dos modos de reconhecimento e na constituição de novas formas de subjetividade. É nesse ponto que se insere a problemática da modulação algorítmica, entendida como dispositivo central na produção contemporânea do *self*. Essa dinâmica será aprofundada nos capítulos seguintes, com foco na análise da constituição da subjetividade de jovens usuários do Instagram.

CAPÍTULO II

2 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA ERA DIGITAL

O capítulo volta-se à análise de alguns estudos sobre as juventudes e à discussão da construção das subjetividades, para discutir como o sujeito se forma em sua relação com o outro, com o social e com os dispositivos de mediação técnica contemporâneos. A partir de Mead (2021), Goffman (1985), Foucault (2016), Deleuze e Guattari (1997; 2010), Honneth (2009), Butler (2019a; 2019b; 2023), Debord (1997), Baudrillard (1991), Sibilia (2016), Pelbart (2018) analisa-se o caráter relacional e performativo da subjetividade, evidenciando que ela se constitui nas interações simbólicas e, por isso, se reconfigura nas condições sociotécnicas atuais.

Esse percurso permite compreender os processos pelos quais o sujeito se constitui historicamente na relação de alteridade, nas práticas de visibilidade e nos regimes de mediação técnica que atravessam a experiência juvenil contemporânea. Ao articular juventude, desejo, ecologia das alteridades e formas híbridas de socialização, o capítulo constrói as bases teóricas para análise posterior das transformações nas experiências de si e do outro na ambiência digital.

2.1 A juventude como prisma da subjetivação contemporânea

Na contemporaneidade, a juventude ocupa um lugar estratégico para análise das subjetividades mediadas pela ambiência digital, pois constitui o grupo em que as mutações sociotécnicas e afetivas do presente se manifestam de forma mais intensa. Como observa Buckingham (2015), os jovens não se relacionam com as mídias como simples instrumentos de comunicação ou entretenimento, mas como formas culturais de expressão, pertencimento e subjetivação, nas quais a experiência mediada se torna a dimensão constitutiva do próprio eu. As mídias, nesse sentido, não são meros suportes, mas ambientes de socialização e reconhecimento que articulam linguagens, afetos e performances de si.

É nesse território híbrido, onde práticas culturais e infraestruturas técnicas se entrelaçam, que emergem modos de ser e conviver ancorados em lógicas algorítmicas de visibilidade, conexão e modulação. Assim, ainda que a juventude constitua o recorte empírico desta pesquisa, o foco não recai sobre uma sociologia das juventudes, mas sobre os processos de subjetivação que se tornam visíveis a partir dela, evidenciando que ser jovem hoje implica habitar um espaço psicopolítico digital,

em que o existir é continuamente modulado pelas arquiteturas técnicas que sustentam a vida social contemporânea.

A compreensão da juventude exige um olhar que reconheça sua natureza histórica, relacional e simbólica. Nesse trabalho, o termo *simbólico* não é empregado em seu sentido abstrato ou meramente linguístico, mas como dimensão intersubjetiva da vida social. Refere-se ao campo de mediações humanas, afetivas, comunicacionais e culturais em que os sujeitos produzem e compartilham significados. Trata-se, portanto, de uma esfera de reconhecimento e interpretação recíproca, onde o outro opera como espelho de sentido e não apenas como presença física. É nesse registro simbólico que se inscreve a constituição do *self* em Georg Herbert Mead (2021), a dramaturgia do “eu” em Erving Goffman (1985) e as formas expressivas da subjetividade que emergem nas juventudes contemporâneas.

Com base nessa compreensão relacional do simbólico, é possível situar a juventude como um território privilegiado para observar os modos como o sujeito se constitui em meio as transformações culturais e comunicacionais do presente. Karl Mannheim (1982) foi quem delineou, de modo pioneiro, o estatuto sociológico da juventude ao defini-la como grupo geracional particularmente sensível às mutações históricas. Para ele, cada geração partilha uma situação histórica específica que condiciona modos de pensar, sentir e agir. Essa percepção de que a juventude é o lugar onde o novo se torna visível fornece a base para compreender as transformações contemporâneas na constituição do sujeito.

No Brasil, Marialice Forachi (2018) aprofundou essa leitura ao analisar a juventude como expressão de conflito entre tradição e mudança, um espaço de tensão em que se projetam as contradições da modernização social. Décadas depois, Luiz Antônio Groppo (2017) ampliou essa perspectiva, mostrando que a juventude é uma categoria social historicamente construída, cujos sentidos variam conforme os contextos culturais e as formas de sociabilidade de cada época. Essas contribuições compõem a base clássica a partir da qual é possível observar como a era digital reorganiza a experiência juvenil e suas formas de subjetivação.

Na contemporaneidade, a juventude emerge como laboratório privilegiado das mutações sociotécnicas. Mead (2021) já havia mostrado que o processo de formação do *self* se dá na relação simbólica com o outro, o sujeito só se reconhece porque se vê através do olhar alheio. Hoje, esse olhar é cada vez mais mediado por dispositivos técnicos. Le Breton (2017) lembra que, nas sociedades tradicionais, os ritos de

passagem marcavam simbolicamente a travessia da infância a vida adulta; com o *Desaparecimento dos rituais* (Han, 2021b), essas marcas dissolvem-se, e o jovem é lançado numa iniciação permanente, em que a performance substitui o rito e a exposição ocupa um lugar do reconhecimento.

A mediação digital da vida cotidiana produz transformações profundas nas formas de ser, sentir e se relacionar, sobretudo entre os jovens que nasceram já imersos nos tempos de conectividade. Esses sujeitos têm seus processos de socialização atravessados por tecnologias digitais e ambientes em rede, em contraste com as gerações anteriores, que vivenciaram a transição entre a sociedade analógica e a digital. Nesse contexto, torna-se indispensável compreender os processos de subjetivação e socialização mediados pela digitalização da vida cotidiana, assim como os mecanismos de controle e vigilância que se instalam em sua esteira.

Como referência comparativa, podemos tomar as gerações que foram jovens, entre 1970 e 1990. Essas gerações, embora tenham participado de processos culturais e políticos marcantes, experienciarem o mundo sob dinâmicas substancialmente distintas daquelas vividas pelos sujeitos nascidos a partir dos anos 1990 e 2000. Enquanto as gerações anteriores aprenderam a lidar gradualmente com as tecnologias de comunicação e informação, os jovens da era digital são socializados desde a infância em ecossistemas conectivos, o que redefine radicalmente as experiências de tempo, espaço e subjetivação.

Feixa (2000) descreve esse deslocamento temporal por meio da metáfora dos três relógios: o de areia (ou a ampulheta), símbolo do tempo circular das sociedades tradicionais; o analógico, expressão da temporalidade linear e progressiva da modernidade; e o digital, imagem do tempo rizomático, fluido e interconectado das novas gerações. Essa passagem do tempo analógico ao digital indica mais do que uma mudança técnica, representa a transição de um regime simbólico de continuidade para outro, marcado pela simultaneidade e pela aceleração, no qual o cotidiano é constantemente mediado por fluxos de dados e conexões.

No artigo *Generación @ versus Generación #: La juventud em la era hiperdigital,* Feixa e Fernández-Planells (2014) aprofundam essa análise ao identificar dois regimes sociotécnicos sucessivos: o da geração @, composta pelos jovens que crescem durante a transição da cultura analógica para digital, e o de geração #, formada pelos nascidos a partir da década de 1990, socializados desde a infância nas redes sociais e nas plataformas interativas. Nessa passagem, o digital deixa de ser

um ambiente complementar e passa a configurar o próprio campo de experiência, na qual o tempo se torna real e virtual ao mesmo tempo, e a visibilidade adquire centralidade nas dinâmicas de reconhecimento e pertencimento.

Esses jovens vivem sob o que Feixa (2014) denomina *era hiperdigital,* um contexto em que a comunicação, a produção simbólica e as subjetividades são permanentemente mediadas por dispositivos e algoritmos. O espaço público tradicional cede lugar a novas formas de sociabilidade mediadas digitalmente, e o quarto conectado torna-se núcleo dessa experiência. Nesse ambiente híbrido, entre o íntimo e o social, o jovem habita o digital sem deixar o corpo: joga, consome, conversa, exibe-se e é continuamente interpelado por sistemas de modulação afetiva e informacional.

Conforme analisa Frank Marcon (2016), na leitura que faz da obra de Carles Feixa, as práticas de lazer e interação social entre os jovens assumem um carácter cada vez mais digitalizado. Atividades como sair com amigos, frequentar espaços urbanos ou simplesmente “andar por andar” cedem espaço a interações mediadas por telas, sobretudo entre aqueles que dispõem de acesso regular à internet e a dispositivos tecnológicos. Jogar videogame, assistir séries por streaming ou circular nas redes sociais converte-se em uma forma de sociabilidade atravessada por lógicas algorítmicas que orientam afetos e delimitam o espaço de visibilidade. Para uma parcela da juventude, especialmente aquela pertencente a segmentos sociais com acesso as condições materiais para a conectividade, o lazer digitalizado, frequentemente vivido no interior do domicílio, transforma-se em um novo espaço ritual da convivência juvenil.

Essa reorganização da vida social juvenil, centrada na mediação digital e na interiorização do espaço de convivência, encontra sua raiz em processos culturais mais amplos de aprendizagem e desejo, que antecedem o próprio ambiente das plataformas. Antes que o digital se tornasse o espaço da experiência, já se formavam modos de socialização mediados pela lógica do consumo e visibilidade. É nesse ponto que as análises de Buckingham (2012) tornam-se fundamentais, ao revelar como o consumo infantil se converte em experiência de socialização, reconhecimento e pertencimento. O autor demonstra que o ato de consumir não é apenas econômico, mas um processo de formação cultural que introduz a criança, desde cedo, em lógicas de escolha, personalização e exibição, princípios que, mais tarde, organizarão a

experiência juvenil nas redes, ainda que de modo desigual segundo as condições sociais de acesso.

A digitalização da vida cotidiana, portanto, não apenas amplia essas práticas, mas redefine o próprio espaço da experiência social para determinados segmentos juvenis. O consumo e a interação tornam-se dimensões indissociáveis, atravessadas por dispositivos que deslocam os rituais de convivência do espaço público para a esfera privada mediada por telas, desde que haja infraestrutura material para tal. O lar, e, de modo particular, o quarto, quando existe, converte-se em um ambiente híbrido entre o íntimo e o social, onde a sociabilidade é continuamente estimulada por convocações midiáticas e comerciais.

Importa destacar, contudo, que essa experiencia pressupõe condições específicas: acesso à internet, equipamentos tecnológicos e um mínimo de privacidade doméstica, ausentes para grande parte da juventude de classes populares. Nesse sentido, a lógica de mediação e exposição que atravessa a infância contemporânea, para segmentos sociais com acesso a ambiência digital, constitui uma antecipação das formas de subjetivação juvenil, nas quais o digital já não é um meio, mas o próprio ambiente em que o sujeito aprende a sentir, desejar e existir.

Essa configuração expressa o que o Buckingham (2012) chama de novas práticas de enculturação comercial: processos pelos quais o sujeito é introduzido, desde cedo, em dinâmicas de consumo simbólico e afetivo que o ensinam a desejar, a se mostrar e a pertencer por meio da mediação tecnológica. Ainda que tais processos não atinjam a juventude de forma homogênea, observa-se que, para aqueles inseridos em contextos de maior conectividade, a exposição torna-se forma de socialização e o engajamento digital, forma de experiência, antecipando o modelo de modulação que se consolidará na juventude conectada.

Assim, observa-se que a juventude contemporânea vive um deslocamento de sentido nas formas de estar-junto e de ser-no-mundo, ainda que de maneira profundamente desigual. As interações sociais, antes centradas na presença e na rua, passam, em determinados grupos sociais, a deslocar-se para a ambiência digital e a depender de infraestruturas técnicas de mediação. É nesse cenário que emergem novas subjetividades moduladas, conectadas e performativas, nas quais o desejo de validação social se confunde com a necessidade de aparecer e permanecer visível nos circuitos da rede, experiência esta atravessada por marcadores de classe social, renda e acesso tecnológico.

2.2 A construção das subjetividades

A subjetividade não é uma essência que precede o social, mas o processo histórico e relacional em constante reconfiguração. Cada tempo produz suas próprias formas de ser e de sentir, tecidas pelas condições simbólicas, políticas e técnicas que o atravessam. Nessa seção busco reconstruir esse percurso, evidenciando como o sujeito se forma e se transforma à medida que as estruturas de mediação e poder se reorganizam.

Parto de George Herbert Mead, cuja teoria do *self* inaugura uma virada decisiva na compreensão sociológica do sujeito: o "eu" não é um dado interior, mas um produto da interação simbólica. Mead (2021) oferece o alicerce epistemológico a partir do qual sujeito passa a ser entendido como relação, um processo de reflexividade mediado pela alteridade. É a partir desse marco que se torna possível compreender a formação da consciência individual como experiência social.

Em seguida, recorro a Erving Goffman (1985), que expande a leitura meadiana e insere o *self* na dramaturgia cotidiana. Suas análises mostram que o sujeito é também performance, uma encenação ajustada às expectativas do olhar alheio. Essa perspectiva introduz a dimensão estética e estratégica das interações, mostrando que a coerência do "eu" é sustentada por atos sociais situados.

Michel Foucault e, posteriormente, Gilles Deleuze e Félix Guattari deslocam essa discussão para o outro plano: o da história e das forças. Foucault (2016) mostra que o sujeito é efeito de práticas discursivas e tecnologias de poder, enquanto Deleuze e Guattari (1997; 2010) concebem o desejo como força produtiva imanente, atravessando corpos, instituições e dispositivos técnicos. A subjetividade, então, deixa de ser apenas reflexividade e se configura como composição dinâmica de forças sociais, simbólicas e materiais: um processo em que o sujeito não age sobre o mundo, mas se constitui no interior das relações que o atravessam.

Judith Butler (2021a; 2019b), por sua vez, radicaliza o pensamento da performatividade ao evidenciar que o sujeito não precede seus atos, mas é produzido pela repetição normativa dos discursos que o tecem. Ao deslocar a questão do "quem age?" para "como se produz a possibilidade de agir?", Butler (2021a; 2019b) rompe com a noção de sujeito originário que antecede a linguagem. O "eu" não é uma instância autônoma que expressa uma interioridade, mas o resultado de práticas reiteradas que atualizam normas de inteligibilidade e reconhecimento. Essa leitura

reinscreve a reflexividade meadiana no campo da linguagem e do poder, mostrando que a produção do sujeito é também um processo de sujeição.

Ainda antes da consolidação das redes digitais, Debord (1997) e Baudrillard (1991) anteciparam a transição da experiência moderna de interioridade para uma lógica centrada na imagem e na aparência. Debord (1997), analisa o processo pelo qual a vida social passa a ser mediada por representações que substituem a experiência direta do real, instaurando um regime em que o “parecer” prevalece sobre o “ser”. Baudrillard (1991), por sua vez, radicaliza essa leitura ao afirmar que a representação deixa de refletir o real para produzi-lo (o simulacro se impõe como realidade, dissolvendo a fronteira entre o vivido e o representado).

Paula Sibilia, já no contexto da cultura digital, mostra como essas transformações se atualizam em um cenário de hiperexposição e conectividade contínua. Sibilia (2016) analisa a emergência de uma subjetividade orientada pela visibilidade, em que a intimidade se converte em performance e a existência se mede pela capacidade de aparecer. Assim, Debord (1997) e Baudrillard (1991) fornecem o solo teórico para compreender a substituição progressiva do real pela imagem, enquanto Sibilia (2016) atualiza esse diagnóstico, mostrando como, nas plataformas digitais, o espetáculo torna-se cotidiano e o simulacro, interativo.

Desta forma, o percurso traçado nessa seção não pretende apenas reunir autores distintos, mas mostrar a historicidade da subjetividade: do *self* simbólico de Mead ao sujeito visível e performativo da contemporaneidade digital. Cada autor aqui mobilizado, marca uma inflexão histórica na forma como o sujeito se compreende e é produzido. Esta genealogia não busca esgotar as teorias da subjetividade, mas revelar o fio que as atravessa, o de uma experiência de si sempre mediada, sempre relacional e, hoje, cada vez mais modulada pelas arquiteturas digitais.

A constituição da subjetividade, longe de ser um dado natural ou uma interioridade originária, é o resultado de um processo social de reflexividade e relação. George Herbert Mead foi decisivo ao romper com as concepções substancialistas do eu, demonstrando que o self não é uma essência pré-existente, mas uma construção simbólica que emerge da interação. Em *Mente, Self e Sociedade*, Mead (2021) argumenta que a mente e o self se desenvolvem por meio de processo comunicativo: é através da linguagem que o indivíduo passa a refletir sobre suas próprias ações e sobre as reações dos outros.

Mead (2021) traz o exemplo do jogo social e como o self se forma a partir dele, primeiro nas brincadeiras simples, depois no jogo organizado, onde o indivíduo aprende a assumir o papel de diferentes outros e, finalmente do “outro generalizado”. É nesse momento que ele internaliza a totalidade das expectativas sociais passando a agir como um membro de uma comunidade moral. Para Mead (2021), o sujeito aprende a ser sujeito ao se colocar no lugar do outro, incorporando as atitudes coletivas que compõem o “outro generalizado”.

Esse movimento reflexivo (o poder de ver-se pelos olhos dos outros) constitui o núcleo da socialização e da experiência de. Essa capacidade reflexiva surge quando o sujeito é capaz de assumir o papel de outro e antecipar as respostas sociais à conduta. O self, portanto, é um processo de diálogo interno entre o “eu” (I), instância criativa e espontânea, e o “mim” (Me), instância socializada e normativa. A subjetividade nasce nesse vai e vem, em que o sujeito se reconhece no olhar do outro. Essa estrutura dual mostra que o sujeito é simultaneamente criador e produto das relações sociais, e que a consciência individual é inseparável da coletividade que a forma.

Nessa dinâmica, o sujeito não é mero reflexo do social, mas também uma instância ativa de resposta e ressignificação. Assim, a subjetividade é processual, emergente e sempre mediada pelo olhar do outro. É na incorporação desse olhar coletivo que o indivíduo se reconhece como membro da sociedade, uma consciência que não nasce isolada, mas mediada pela alteridade. Essa formulação, base do interacionismo simbólico, compreende o self como produto da relação, e não da interioridade autônoma.

A partir dessa matriz interacionista, Erving Goffman (1985) amplia a dimensão performática do self ao compreender a vida social como um palco no qual os indivíduos encenam papéis para manter a coerência das interações. Em *A representação do eu na vida cotidiana* (1985), Goffman descreve o sujeito como um ator que se apresenta diante de diferentes audiências, administrando impressões e ajustando-se às expectativas sociais.

O self, para Goffman (1985), não é algo interior, mas uma imagem cuidadosamente construída e sustentada pela validação dos outros. Cada contexto social exige uma performance específica, e o fracasso em manter o papel esperado resulta em constrangimento ou perda simbólica do reconhecimento. Essa dramaturgia

cotidiana revela que o reconhecimento de si depende da eficácia da performance: o “eu” é o efeito da encenação social.

Assim como em Mead, há uma reflexividade mediada pela alteridade, mas em Goffman ela assume uma forma cenográfica, marcada por regras, cenários, bastidores e fachadas. A “fachada” (conjunto de gestos, discursos e objetos que comunicam coerência de conduta) é uma estrutura de sustentação do “eu” diante do olhar coletivo. Assim, Goffman (1985) mostra que a subjetividade é dramatúrgica e contingente: o sujeito existe enquanto é capaz de sustentar performances que fazem sentido dentro de um sistema de expectativas partilhadas.

A subjetividade torna-se um dispositivo de adequação e controle, em que o sujeito internaliza não apenas o olhar do outro, mas as estruturas normativas que definem o que é aceitável ou desejável mostrar. Em um nível mais profundo, sua teoria antecipa o regime atual de autoexposição e gerenciamento da impressão, tornando-se uma das chaves para compreender as performances identitárias nas redes sociais contemporâneas.

Michel Foucault por sua vez, introduz uma perspectiva genealógica da subjetivação, compreendendo o sujeito como efeito das práticas discursivas e das tecnologias de poder. Nas sociedades disciplinares, descritas em *Vigiar e Punir* (2021), o poder atua por meio da vigilância, da normalização e da punição, produzindo corpos dóceis e úteis. Posteriormente, Foucault (2016) amplia essa perspectiva ao analisar as “tecnologias de si”, pelas quais o indivíduo se constitui como sujeito moral através de práticas de autogoverno. O poder, portanto, não é apenas repressivo: é produtivo, pois foi fabrica modos de ser, pensar e sentir.

A subjetividade é uma forma histórica de sujeição, moldada pelas relações entre saber e poder. Assim, a reflexividade meadiana, que em sua origem era expressão de socialização simbólica, em Foucault (2016) torna-se também o lugar onde o poder atua, orientando a maneira como o sujeito se percebe e se governa. O sujeito não é exterior ao poder; ele é produzido por ele. As formas de sujeição se transformam historicamente conforme mudam as técnicas de governo e de saber.

Nas sociedades disciplinares a subjetividade era moldada pela vigilância e pela normalização; nas sociedades contemporâneas, como Michel Foucault esboça em seus últimos cursos e Deleuze aprofunda em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (2013), o poder se torna difuso, contínuo e imanente. A subjetividade passa a ser modulada em tempo real, não mais por coerção direta, mas por mecanismos de

indução e captura. Se em Mead (2021) a reflexividade era o eixo da formação do self, na era do controle essa reflexividade é instrumentalizada, transformado em dado, em perfil, em predição.

Deleuze e Guattari (1997; 2010), aprofundam esse deslocamento ao conceber o desejo como força produtiva imanente, que atravessa os corpos, instituições e dispositivos técnicos. Em *O Anti-Édipo* e *Mil Platôs* o sujeito deixa de ser uma substância interior e passa a ser um efeito de conexões entre máquinas sociais, semióticas e desejantes. A subjetividade é um agenciamento, um arranjo provisório de forças e afetos, um conjunto móvel de relações que articulam o social, o político e o técnico.

Cada sujeito, para Deleuze e Guattari (1997; 2010) é uma dobra singular desses fluxos, uma configuração provisória em constante mutação. Essa leitura dissolve definitivamente a ideia de sujeito como centro da experiência: Ele é atravessado por máquinas de linguagem que o produzem e o conduzem. Nessa chave, a formação do sujeito é inseparável dos dispositivos técnicos e econômicos que organizam o campo do desejo.

O capitalismo contemporâneo, ao capturar o desejo (Deleuze e Guattari, 1997; 2010) e convertê-lo em mercadoria, produz subjetividades moduladas pela lógica da performance e da produtividade. O eu torna-se um operador das máquinas sociais de produção de valor, uma peça da engrenagem do desejo capturado. A subjetividade, assim, torna-se produtiva, mas também produtivizada, ela fabrica valor ao mesmo tempo em que é fabricada por ele.

Judith Butler radicaliza essa leitura ao deslocar a performatividade do plano teatral para o plano discursivo e político. Em *Problemas de gênero* (2019a) e *Corpos que importam* (2019b), Butler rompe com a noção de que o sujeito é anterior aos atos que o constituem. Para a autora, o sujeito é produzido pela repetição incessante de normas que antecedem a existência individual e que conferem inteligibilidade aos corpos dentro de uma matriz de poder. Nesse sentido, a subjetividade é o efeito de práticas reiteradas que citam e atualizam padrões sociais de inteligibilidade.

O sujeito se forma, portanto, dentro da linguagem, pela compulsão à repetição normativa. Essa leitura converge com Mead (2021) e Goffman (1985) na ideia de que o “eu” é relacional e dependente do olhar social, mas a desloca para um plano discursivo e político: o sujeito é o resultado de discursos que o antecede e o moldam, de normas que o constituem antes mesmo de poder dizer “eu”. A performatividade é,

assim, uma forma de sujeição, ao mesmo tempo, um campo de possíveis deslocamentos.

A performatividade, nesse sentido, não é a expressão de uma interioridade, mas o próprio mecanismo de produção do sujeito. O discurso não apenas nomeia: ele cria. Cada enunciação reinscreve e atualiza as estruturas normativas que delimitam o que pode ser vivido, dito e reconhecido como possível. Essa concepção desloca o interacionismo de Mead (2021) para um campo mais radical: o social deixa de ser apenas espaço de interação e torna-se uma gramática de sujeição. Contudo, é também no interior dessa repetição que se abre em brechas para o desvio e a criação, pois toda norma ao ser reiterada, pode ser reconfigurada.

A partir de Butler, a constituição do sujeito é compreendida como efeito reiterativo de normas e discursos. Contudo, à medida em que as sociedades se tornam progressivamente midiatizadas, o poder passa a operar não apenas pela linguagem, mas pela imagem. A performatividade desloca-se do campo do discurso para o da visibilidade, uma transição em que o “aparecer” substitui o dizer como modo de existência. Nesse ponto, autores como Guy Debord (1997) e Jean Baudrillard (1991) ajudam a compreender a transição da experiência discursiva para a experiência imagética. O espetáculo e o simulacro tornam-se as formas predominantes de mediação do real, reorganizando as relações entre sujeito, representação e verdade, e, prefigurando a cultura digital de exposição e performance que Sibilia (2016) mais tarde descreverá.

Guy Debord (1997) descreve a transformação pela qual a vida social deixa de se organizar em torno da experiência direta e passa a ser mediada por imagens. O espetáculo, em sua formulação, não é apenas um conjunto de representações visuais, mas uma forma de organização social que converte a vida em aparência. O “parecer” torna-se mais importante que o “ser”, e a relação entre as pessoas é substituída por uma relação entre representações. Essa lógica do espetáculo inaugura um regime de visibilidade que antecede a era digital, mas que já contém em si o princípio da alienação mediada, o olhar que se volta para a imagem e não para o outro.

Em Debord (1997), o espetáculo não é mero entretenimento, mas o modo dominante de produção do social: um sistema em que as relações humanas se convertem em relações entre signos, mercadorias e aparências. A sociedade passa a funcionar como uma vitrine permanente, na qual o sujeito só adquire existência social

enquanto imagem. Essa inversão antecipa as dinâmicas da contemporaneidade, em que o reconhecimento e o pertencimento se constroem sob o império da visibilidade.

Em *Simulacros e simulação* (1991), Jean Baudrillard afirma que a era contemporânea é marcada pela substituição do real por representações que já não o refletem, mas o produzem. O simulacro não é a cópia de algo existente: é o próprio regime de produção da realidade. O signo deixa de remeter a um referente e passa a gerar o real como efeito de circulação. Essa inversão inaugura uma economia simbólica em que a representação antecede a experiência e a determina.

Embora Baudrillard (1991) escreva antes da era das plataformas, suas reflexões sobre o simulacro adquirem nova potência explicativa diante do cenário algorítmico contemporâneo. As plataformas digitais podem ser compreendidas como laboratório expandido dessa lógica: nelas, o algoritmo não apenas mede o mundo, mas o fabrica a partir de dados. Cada curtida, cada clique, cada gesto de atenção é transformado em signo, e o conjunto desses signos passa a ter mais poder de verdade que a própria vivência. Assim, o sujeito não é mais o produtor das imagens que o representam, mas o produto da operação combinatória dessas imagens.

Nesse contexto, o sujeito não se reconhece, é reconhecido como projeção calculada de si. O simulacro torna-se meio pelo qual o sujeito habita o mundo, fazendo da aparência não uma superfície enganosa, mas a própria matéria da existência social. O “eu” se constitui, portanto, na retroalimentação entre representação e visibilidade. O que se mostra define o que se é, e o que se “é” deve continuamente se mostrar para existir. O sujeito é constantemente ajustado às formas visíveis de si, devolvidas pela ambiência digital como parâmetros de existência. O simulacro, assim, não apenas distorce o real: ele o substitui, instaurando um regime de visibilidade no qual o “ser” é indissociável da aparência (o ser coincide com o aparecer). A vida modulada converte-se em imagem, e a imagem, em experiência.

Após a crítica de Baudrillard (1991), em que o real é substituído pela proliferação dos simulacros e o sujeito se vê aprisionado em um espelho de signos que já não remete a nenhuma origem, torna-se necessário compreender como, mesmo nesse cenário de hiper-realidade, ainda persiste o impulso de reconhecimento como forma de afirmação de si. É nesse ponto que a leitura de Axel Honneth (2009) e Judith Butler (2019a;2019b; 2022; 2023) adquire relevância. Ambos resgatam, em diferentes registros, a dimensão relacional e constitutiva do sujeito.

Em Honneth (2009), o reconhecimento é a base moral e afetiva da subjetividade, sustentada por vínculos intersubjetivos que conferem ao indivíduo a experiência de dignidade e pertencimento. Já em Butler (2019a; 2019b; 2022; 2023), essa dependência relacional é reescrita no campo das normas e da performatividade: o sujeito só existe enquanto reconhecido dentro das estruturas discursivas que o tornam legível. Assim, entre Honneth (2009) e Butler (2019a; 2019b; 2023), o reconhecimento revela sua dupla natureza, ao mesmo tempo condição de existência e mecanismo de sujeição. Essa passagem marca o último momento em que o sujeito ainda se constitui no horizonte de uma alteridade humana, antes que, na virada contemporânea, a alteridade passe a ser mediada por dispositivos técnicos e por novas formas de visibilidade que dissolvem as fronteiras entre o biológico, o simbólico e o maquínico.

Peter Pál Pelbart (2018) pensa as subjetividades contemporâneas como um campo de forças em permanente tensão entre o humano e inumano, o limitado e o ilimitado. A forma-homem, historicamente esculpida, encontra-se atravessada por fluxos biológicos, tecnológicos e maquínicos que a desestabilizam, pondo em xeque a ideia de um sujeito autônomo e centrado. Pelbart (2018) descreve essa condição como uma experiência de vertigem: o sujeito contemporâneo vive no limiar entre a dissolução e a reinvenção, entre ser afetado e experimentar-se como processo. A subjetividade torna-se, assim, fabricação contínua, uma zona de contato entre o interno e o externo, entre o vivente e o técnico, entre o humano e o inumano.

Paula Sibilia, ao analisar a cultura da exposição e da visibilidade digital, mostra como essas lógicas performativas são reconfiguradas nas sociedades midiatizadas. Em *O show do eu* (2016), a autora argumenta que o sujeito contemporâneo é pressionado a ser exibir, a transformar sua intimidade em espetáculo e sua existência em narrativa pública. Nesse sentido, para a autora, o sujeito contemporâneo já não é formado pela introspecção moderna, mas pela exibição constante de si.

A subjetividade, antes marcada pela interioridade reflexiva, passa a se constituir sob o imperativo da visibilidade, substituindo o ideal moderno da interioridade reflexiva por uma estética de exteriorização e pela lógica do espetáculo. Para Sibilia (2016), o “eu” se converte em imagem e performance, e o seu valor depende da validação visual e algorítmica. Essa lógica não apenas desloca o eixo da experiência de si, mas institui uma nova forma de socialidade, em que o sujeito só se sente existente quando visto. O olhar do outro, que em Mead (2021) estruturava o self

como alteridade humana, agora é mediado por dispositivos técnicos que quantificam e modulam a visibilidade.

A vida privada é reorganizada segundo critérios de exposição e engajamento: aquilo que não é mostrado tende a desaparecer do campo de valor social. Sibilia (2016) evidencia como as dinâmicas da visibilidade dissolvem as fronteiras entre o público e íntimo, deslocando a subjetividade para o regime de exibição permanente, em que a performance é sustentada por métricas algorítmicas e pela retroalimentação constante do olhar técnico.

Essas leituras convergem na recusa de qualquer essência do sujeito e na afirmação de sua constituição relacional e histórica. De Mead (2021) a Sibilia (2016), passando por Goffman (1985), Foucault (2016; 2021), Deleuze e Guattari (1997; 2010), Butler (2019a; 2019b; 2023), Debord (1997), Baudrillard (1991) e Pelbart (2018), o sujeito é entendido como um processo e não substância; como produção e não descoberta. O fio que atravessa essa genealogia é o de uma experiência de si sempre mediada, ora pelo outro, ora pelo discurso, pela imagem ou pela técnica.

2.2.1 O desejo como produção e captura

O desejo ocupa a posição central na constituição das subjetividades contemporâneas. Mais do que uma pulsão ou carência, ele expressa uma força produtiva que atravessa corpos, signos e máquinas. Em Deleuze e Guattari (1997; 2010), o desejo não busca preencher uma falta, mas produzir realidade: ele é fluxo criador, potência que conecta e engendra formas de vida. Nessa perspectiva, o sujeito não é a origem do desejo, mais um de seus efeitos; é o ponto onde múltiplas forças desejantes se encontram e se organizam temporariamente. Assim, compreender a subjetividade exige compreender o modo como o desejo é orientado, distribuído e, sobretudo, capturado pelos sistemas que o codificam.

No capitalismo contemporâneo, o desejo torna se terreno estratégico do poder. Mauricio Lazzarato (2006; 2014) observa que o capitalismo cognitivo não apenas administra o trabalho e a informação, mas também a produção de afetos e signos. Ao modular as emoções e direcionar as atenções, ele transforma o desejo em força sociável controlável, um processo de semiotização que define o que é possível sentir, desejar e imaginar. A economia da atenção e a economia do afeto convergem, configurando um regime em que o capital atua diretamente sobre a subjetividade, convertendo o desejo em recurso político e produtivo.

Como observa Lordon (2015), o desejo não é uma força pura que emana do indivíduo, mas o efeito de afetos que nos atravessam e orientam. Inspirando-se em Spinoza, ele afirma que somos “conduzidos por fora”, movidos por afetos que nos ligam a outros corpos e instituições. Essa dimensão transindividual do desejo evidencia que ele é sempre político, pois o poder consiste em determinar o que os sujeitos podem amar, temer ou esperar. Sob o capitalismo, essa determinação afetiva se torna um modo de governo de condutas. Ao transpor essa leitura no contexto da ambiência digital, percebe-se que tais afetos passam a ser modulados por arquiteturas algorítmicas que definem, de forma preditiva, os objetos e intensidades do desejar.

Essa dinâmica encontra sua forma mais sofisticada na racionalidade psicopolítica descrita por Han (2021). Se a biopolítica administra corpos e populações, a psicopolítica governa através da liberdade: persuadir o sujeito a desejar aquilo que o captura. O poder não mais proíbe, mas estimula; não disciplina, mas seduz. O sujeito crê agir por vontade própria, quando, na verdade, reproduz imperativos internalizados de desempenho, positividade e exposição. O desejo, antes potência criadora, é convertido em vetor de sujeição, uma energia que sustenta o próprio sistema que a domestica.

Shoshana Zuboff (2020) revela a face econômica dessa captura ao descrever o capitalismo de vigilância: o modelo que transforma a experiência humana em matéria prima comportamental. As ações, preferências e emoções dos indivíduos são rastreadas, quantificadas e reconfiguradas em predições de comportamento. Nessa lógica, o desejo é antecipado e pré-formatado; cada escolha aparente é o resultado de um cálculo invisível que oferece ao sujeito apenas aquilo que reforça sua adesão. O poder age preventivamente, antes mesmo que o desejo se formule, instaurando um regime de predição e retroalimentação contínua.

Vladimir Safatle (2024) observa que o poder opera hoje por meio de um circuito de afetos que sustenta o próprio laço social. Os afetos, longe de serem espontâneos, são organizados em sistemas de repetição e de reconhecimento. A modulação digital intensifica esse circuito, promovendo afetos que garantem a adesão e neutralizam aqueles que poderiam abrir espaço para o dissenso. Nesse sentido, o desejo e o afeto tornam-se faces de um mesmo dispositivo: forças vitais que, capturadas, alimentam a estabilidade do regime psicopolítico.

Paula Sibilia (2016) acrescenta que, nesse contexto, o desejo é redirecionado para o imperativo de visibilidade. O sujeito contemporâneo é incitado a mostrar-se, a

produzir-se como imagem e a existir apenas enquanto é visto. A exibição substitui a expressão, e o reconhecimento cede lugar à performance. O desejo de “ser”, que é transformado em desejo de “aparecer”, converte-se em combustível de um sistema que se alimenta da exposição permanente. Entre a produtividade deleuziana e a captura algorítmica, instala-se a tensão que define a modulação das subjetividades: desejar é produzir, mas também ser produzido; é criar e, ao mesmo tempo, ser capturado pelo dispositivo que transforma a vida em dado.

Peter Pál Pelbart (2018) descreve a emergência de uma paisagem fluida, na qual as fronteiras que antes organizavam a experiência do sujeito se desfazem. Nessa paisagem, o indivíduo perde as referências que sustentavam a forma-homem moderna e se vê lançado em um campo de forças mutante, em que o biológico, o técnico e o simbólico se entrelaçam. As subjetividades contemporâneas, afirma o autor, só podem ser compreendidas à luz dessas mutações. Nesse sentido, o sujeito já não se reconhece como interioridade fixa, mas como fluxo, como composição provisória de afetos, informações e tecnológicas.

Essa dissolução das bordas do humano não representa apenas uma crise, mas também uma possibilidade: a de experimentar-se como processo, como potência que se inventa na própria instabilidade. É nesse terreno móvel que o desejo se reproduz e se dispersa, atravessado por forças inumanas e algoritmos que reconfiguram continuamente o campo do sensível e do possível. O desejo, portanto, constitui o eixo vital da modulação das subjetividades contemporâneas. Ele é, simultaneamente, força criado e matéria de captura, potência e sujeição.

No interior da racionalidade neoliberal e de sua infraestrutura digital, o desejo deixa de ser apenas expressão do viver para tornar-se engrenagem de produção de si. O que antes era espaço de invenção coletiva converte-se em economia da excitação, em dispositivo de governo que transforma afetos em dados e experiência em valor. O sujeito desejante, outrora produtor de mundo, passa a ser produzido por arquiteturas que antecipam, orientam e devolvem suas próprias pulsões sob a forma de estímulos e recompensa.

Essa transformação inaugura um novo regime de subjetividade: o da modulação do desejo, em que a potência criadora se dobra sobre si mesma, alimentando o circuito de controle que a convoca. Desejar, hoje, é produzir e ser produzido, é existir no interior de uma paisagem fluida, onde o humano e o maquínico já não se opõe, mas se compõem na fabricação contínua do sensível e do possível.

Se o desejo opera como força produtiva que conecta fluxos, corpos e signos, ele também funda o terreno em que o “eu” se relaciona com o outro. É nesse plano relacional que o capitalismo de vigilância aprofunda sua ação: ao capturar o desejo, captura também as formas de alteridade que o sustentam. O outro, antes presença simbólica e mediadora de reconhecimento, torna-se parte de um sistema de traduções e cálculos que reconfiguram o próprio sentido da relação.

Dessa fusão entre técnica e laço social emerge uma ecologia das autoridades, em que humanos, algoritmos e interfaces partilham o mesmo campo de produção de sentido. Nessa ecologia, a validação social, o afeto e a reflexividade deixam de ser processos exclusivamente humanos para tornarem-se experiências mediadas por dispositivos, códigos e dados. É nesse novo horizonte que o sujeito contemporâneo passa a se constituir, entre presenças humanas e inteligências maquínicas que coabitam a mesma textura social.

2.2.2 Ecologia das alteridades: entre o humano, o técnico e o simbólico

A noção de *ecologia das alteridades* deriva diretamente da observação do campo empírico. Nas falas dos jovens, emergem múltiplos modos de relação com o outro, com avós, bisavós e tios que permanecem fora do mundo digital, com familiares que se conectam esporadicamente e com pares que habitam integralmente as plataformas. Essa convivência entre diferentes graus de presença e ausência digital revela que as interações juvenis se desenrolam em um tecido relacional heterogêneo, no qual distintas formas de estar no mundo coexiste e se interpenetram. Em muitas narrativas, surgem expressões como “minha avó” não sabe mexer no celular ou “meu bisavô não tem rede social”, que dão concretude à sobreposição de temporalidades afetivas e tecnológicas dentro do mesmo espaço familiar.

Essa constatação empírica aponta para uma transição histórica singular. Diferentes gerações, formadas sob regimes comunicacionais, cognitivos e tecnológicos heterogêneos, passam a compartilhar o mesmo presente. Como observou Margaret Mead (1970), nas culturas pós-figurativas os jovens aprendem com os mais velhos; nas configurativas, aprendem entre si; e nas prefigurativas, são os jovens que ensinam os adultos, um processo que se verifica nas cenas cotidianas em que netos introduzem avós e bisavós ao uso de dispositivos e aplicativos. Karl Mannheim (1982) descreveu esse entrecruzamento de tempos e experiências como *situação geracional*, um campo de contato onde diferentes camadas de experiência

histórica convivem no mesmo horizonte social. Norbert Elias (1994), por sua vez, lembra que a sociedade é sempre composta por uma cadeia intergeracional de dependências, em que os vínculos afetivos e normativos se reconfiguram a cada nova constelação de gerações.

Essa convivência também se vê atravessada por tensões temporais que, segundo Hartmut Rosa (2019), derivam da aceleração técnica e da perda de ressonância entre mundos de experiência. O ritmo da transformação digital faz com que os tempos dos jovens, marcado pela instantaneidade e pela conectividade, difira radicalmente do tempo dos mais velhos, estruturado por ritmos lentos e práticas comunicacionais analógicas. Nesse cenário, como observa David Buckingham (2015), os jovens se tornam mediadores intergeracionais: são eles que traduzem, explicam e operam as interfaces, ocupando um lugar de tradução entre a cultura residual e a emergente, nos termos de Raymond Williams (1979).

É nesse terreno que se pode falar em *ecologia*, não como metáfora, mas como estruturas de coexistência. Essa ecologia é vivida, observável nas práticas cotidianas, nas dinâmicas familiares e nas narrativas juvenis, e se manifesta como um ambiente relacional em que humanos, tecnologias e temporalidades diferentes compartilham o mesmo espaço social. O digital não substitui o vínculo presencial, mas o reconfigura, conectando dimensões simbólicas, afetivas e técnicas da interação. A esfera relacional em que o “eu” se constitui deixa de ser homogêneo: torna-se composto por múltiplas camadas de mediação e presença, nas quais o simbólico e o técnico se entrelaçam em graus variados de intensidade.

Essa ecologia, contudo, não se restringe a dimensão empírica, ela implica uma inflexão teórica na compreensão da alteridade. Se, em Mead (2021), o outro constituía a instância simbólica que permitia ao sujeito refletir-se socialmente, hoje esse espelhamento é também mediado por dispositivos, códigos e algoritmos. O olhar do outro é filtrado por interfaces e sistemas que aprendem, classificam e devolvem estímulos, integrando-se à experiência reflexiva.

A performatividade, conceito que, em Goffman (1985), descrevia o jogo de apresentação de *si* nas interações face a face, adquire novas camadas quando, como propõe Judith Butler (2019a; 2019b; 2023), compreende-se que os atos reiterados não são meras encenações, mas repetições normativas que produzem o próprio sujeito. Essa leitura, transposta para o contexto digital, permite compreender como os imperativos de exposição, analisados por Sibilia (2016), reconfiguram a

performatividade em um regime de visibilidade contínua, no qual o sujeito é impelido a mostrar-se para existir. O palco social se amplia e se automatiza: a validação social passa a depender não apenas da presença do outro humano, mas da visibilidade modulada por infraestruturas algorítmicas.

A *ecologia das alteridades*, portanto, é simultaneamente um achado empírico e uma chave teórica para compreender o presente. Ela traduz a coexistência entre gerações analógicas e digitais, entre práticas simbólicas e técnicas, entre presenças humanas e inteligências maquínicas que compartilham o mesmo campo social. Nesse entrelaçamento a validação social e a subjetividade tornam-se processos híbridos, compostos por afetos, performances e mediações digitais que redesenham o sentido contemporâneo do estar-com-o-outro.

Essa dinâmica pode ser ampliada a partir de Deleuze e Guattari (1997; 2010), que concebem o social como um campo de acoplamentos contínuos entre corpos, maquinas e signos. Nessa perspectiva, toda relação é um agenciamento, uma composição provisória entre elementos humanos e não humanos, orgânicos e técnicos, afetivos e informacionais. As máquinas não se limitam a instrumentos exteriores, mas participam da própria constituição do vivente, atravessando e organizando seus modos de sentir, agir e perceber. Assim, o sujeito não é uma substância isolada, mas o efeito transitório dessas conexões múltiplas que compõem o real.

Sob essa ótica, as ecologias das alteridades observadas no campo empírico, não são apenas convivências entre gerações, mas composições entre modos de existência e regimes de sensibilidade. O avô que resiste ao celular, o pai que o utiliza para a pragmaticamente e o jovem que vive permanentemente conectado, representam diferentes configurações desse mesmo processo produtivo, atravessado por temporalidades e dispositivos distintos.

A leitura de Deleuze e Guattari (1997; 2010) permite, portanto, compreender que a *ecologia das alteridades* não se limita à pluralidade de gerações, mas exprime a própria natureza rizomática do social contemporâneo. O mundo digital opera com imenso agenciamento, no qual corpos, máquinas e signos se conectam em redes de cofuncionamento. As plataformas não apenas mediam as relações: elas as compõem, instaurando circuitos de coprodução entre humanos e dispositivos. Cada gesto, interação ou enunciação é processado, traduzido e devolvido por máquinas que participam ativamente da constituição do social. Assim, o sujeito não está diante da

técnica, mas *com* ela, imerso em ecossistemas híbridos em que o humano e o maquínico se coproduzem mutuamente.

Nessa perspectiva o plano de imanência de Deleuze e Guattari (1997; 2010) oferecem o fundamento ontológico da *ecologia das alteridades*: o social é feito de acoplamentos instáveis, de relações de contágio e contiguidade entre diferentes formas de vida e de técnica. A alteridade, portanto, não se restringe ao outro humano, mas se estende às máquinas, às infraestruturas e às arquiteturas de cálculo que participam da tessitura sensível da existência. O que se chama “plataforma” é, nesse sentido, um agenciamento coletivo de enunciação, uma máquina social que conecta corpos, fluxos de informação e afetos, instaurando novas formas de copresença e coconstituição.

A partir dessa leitura, torna-se possível distinguir três níveis interdependentes de alteridades que coexistem no presente e se atravessam mutuamente. A *alteridade humana* refere-se aos modos de vida e de relação entre sujeitos ainda não imersos de forma intensa na lógica algorítmica. São aqueles que mantém vínculos comunicacionais predominantemente presenciais, avós e bisavós que utilizam o celular apenas para ligações, não navegam nas redes sociais e se relacionam com a técnica de modo instrumental. Suas interações se realizam no plano simbólico e afetivo, onde o reconhecimento permanece mediado pela convivência direta e pelas formas tradicionais de sociabilidade.

A *alteridade híbrida* designa o espaço em que as relações humanas passam a ser atravessadas pelas infraestruturas digitais e pelos dispositivos de modulação algorítmica. É o território das gerações que convivem com a mediação técnica em graus variados: pais que transitam entre o analógico e o digital, e jovens que já vivem integrados à lógica das plataformas. Aqui, a validação social e a expressão de si são mediados por sistemas de rastreamento, recomendação e visibilidade, que reconfiguram as interações sociais e afetivas.

Por fim, a *alteridade maquínica* corresponde ao plano técnico propriamente dito, o das máquinas, códigos, algoritmos e arquiteturas que compõem o ambiente digital. Trata-se do nível em que operações maquínicas produzem o social, organizando fluxos de dados, atenção e comportamento. Como propõem Deleuze e Guattari (1997; 2010), as máquinas não são exteriores ao humano, mas participam ativamente de sua constituição, formando agenciamentos que integram corpos, signos e dispositivos.

Importa frisar, contudo, que essas três alteridades não operam como esferas separadas, mas como camadas interdependentes de um mesmo campo relacional. O sujeito contemporâneo pode habitar todas elas simultaneamente, relacionar-se com avós que vivem no regime de *alteridade humana*, interagir em redes modulas e, ao mesmo tempo, ser atravessado pelas dinâmicas maquínicas invisíveis das plataformas. As intensidades de cada uma variam conforme o contexto, o vínculo e o dispositivo compondo a textura complexa da sociabilidade atual. É nesse entrelaçamento, onde o outro humano e o outro técnico se cofundem-se, que emerge o *outro generalizado maquínico*, figura central da sociabilidade digital e expressão máxima da modulação algorítmica das alteridades.

2.2.3 Do outro generalizado simbólico ao outro generalizado maquínico

A formulação de *outro generalizado maquínico* que apresenta a seguir constitui uma categoria analítica, e não um conceito teórico no sentido estrito. Ela foi construída a partir da observação empírica das formas de interação e validação mediadas por dispositivos digitais, nas quais o olhar social é traduzido, processado e devolvido por arquiteturas técnicas. O termo busca nomear uma dinâmica identificada no campo: a coexistência entre o olhar humano e o olhar técnico-algorítmico como instâncias simultâneas de alteridade.

Sua inclusão nesse capítulo teórico-analítico tem por finalidade oferecer sustentação conceitual à leitura posterior dos dados, em que essa forma de alteridade se manifesta empiricamente nos relatos e nas práticas dos sujeitos investigados. O *outro generalizado maquínico*, portanto, é uma ferramenta de leitura que permite compreender a hibridação entre o simbólico e o técnico na constituição da subjetividade contemporânea, sem pretensão de propor uma teoria geral do sujeito ou da alteridade.

Como visto anteriormente, em Mead (2021) o “outro generalizado”, designa o processo pelo qual o sujeito internaliza o olhar coletivo, e partir dele, constitui o self. O indivíduo aprende a agir e a se perceber tomando como referência as expectativas e normas compartilhadas socialmente, é a presença simbólica do outro que organiza a consciência e regula a conduta. O *self*, portanto, nasce de uma experiência de alteridade: o sujeito é capaz de reconhecer-se porque é visto e avaliado a partir do horizonte social. Essa matriz relacional, que fundamenta o interacionismo simbólico, mostra que não existe identidade fora da circulação do reconhecimento.

No entanto, na contemporaneidade, essa alteridade se transforma ao operar em novas condições sociotécnicas. As arquiteturas digitais introduzem um espaço de mediação inédito, no qual o olhar social é continuamente processado, traduzido e devolvido em forma de dados. As plataformas, algoritmos e interfaces não apenas intermedeiam as interações, elas instauram uma ambiência sociotécnica, na qual o social e o técnico se tornam indissociáveis.

Essa reconfiguração do espaço relacional indica não apenas uma mudança técnica, mas uma mutação ontológica na própria experiencia de ser sujeito. Como sugere Peter Pál Pelbart (2018), as subjetividades contemporâneas se constituem em uma paisagem fluida, na qual o humano e o inumano, o limitado e o ilimitado, se interpenetram. A forma-homem encontra-se atravessada por fluxos que provocam sua desestabilização, o que desloca o sujeito do centro e o lança em um campo de coconstituição com o mundo técnico. Essa nova configuração da experiência não elimina o humano, mas o reinventa em relação íntima com o inumano, com fluxos e dispositivos que o excedem e o atravessam. É esse contexto de vertigem e experimentação que aparece o *outro generalizado maquínico*, figura que expressa o entrelaçamento crescente entre alteridade simbólica e alteridade técnica.

O “outro” que retorna ao sujeito já não é apenas o conjunto de papeis sociais humanos, mas também uma instancia técnica de alteridade, distribuída entre dispositivos, interfaces, métricas e códigos. Sendo assim, emerge uma nova forma de alteridade, a alteridade sociotécnica, que não substitui a humana, mas a sobrepõe, instaurando uma socialização híbrida entre o simbólico e o algorítmico. A alteridade, portanto, deixa de ser exclusivamente simbólica para tornar-se também ambiental e técnica, expandindo-se para um espaço onde humanos e dispositivos coproduzem valor social.

A validação social, antes dependente do encontro intersubjetivo, é agora mediado por sistemas algorítmicos que classificam, antecipam e retroalimentam comportamentos. O que se vê, o que circula e o que é validado passa a depender de mecanismos de modulação algorítmica que calculam alcance, hierarquizam as falas e recompensam comportamentos específicos. O olhar do outro agora é coabitado pelo “olhar” da máquina.

Essa ambiência sociotécnica constitui o cenário em que emerge o *outro generalizado maquínico,* uma forma de alteridade ativa e produtiva que atua sobre o sujeito modulando seus afetos, comportamentos e desejos. O *outro maquínico* não é

apenas um mediador: ele produz a própria condição de visibilidade, estabelecendo os parâmetros do que pode aparecer, ser valorizado ou esquecido.

É o agenciamento maquínico que opera dentro da ambiência sociotécnica, transformando a circulação simbólica em circuito de dados e a interação em modulação. O que o sujeito vê, sente e expressa é continuamente devolvido por essa alteridade que calcula e retroalimenta sua própria ação, convertendo o olhar social em um olhar técnico-produtivo.

Importa ressaltar, que essa transformação não elimina o outro generalizado humano, mas acrescenta-lhe uma nova camada de alteridade, a alteridade sociotécnica, instaurando um regime duplo de socialização. O outro humano, aquele que Mead (2021) identificou como mediador simbólico das normas e expectativas coletivas, permanece como fundamento relacional, sobretudo nas esferas presenciais e intergeracionais.

As normas sociais e culturais continuam a operar como horizonte de conduta; o que ocorre é que elas são traduzidas, amplificadas e recodificadas pelo sistema técnico. Contudo, entre os sujeitos imersos nas mídias digitais, possibilita a presença desse *outro generalizado maquínico*, operado pela arquitetura digital e pelas lógicas algorítmicas que organizam a visibilidade, o afeto e o reconhecimento. Trata-se, portanto, de dois regimes de alteridade coexistentes: um simbólico e humano, outro técnico e modulado.

A socialização contemporânea se realiza nesse entrelaçamento, em que o sujeito transita entre o olhar humano, ainda portador de sentido moral e cultural, e o da alteridade sociotécnica, que devolve valor sob a forma de métricas e recompensas. O primeiro ancora a subjetividade na experiencia simbólica compartilhada; o segundo a captura na lógica do cálculo e da performance.

O jovem conectado, por exemplo, é simultaneamente modulado pelo olhar familiar e pelo algoritmo: conversa com os avós fora das redes e, ao mesmo tempo, ajusta seu comportamento para o feed. Essa duplicidade revela a coexistência de duas formas de alteridade que não se anulam, mas se interpenetram, delineando o novo campo psicopolítico da subjetividade digital. O resultado é uma subjetividade híbrida, modulada por dois regimes de validação que frequentemente se tensionam e se atravessam.

Nesse contexto, o *outro generalizado maquínico* não substitui o humano, mas reconfigura a experiencia de ser visto e reconhecido, instaurando um novo regime de

alteridade. O Olhar social torna-se híbrido: parte humana, parte maquínica. A norma social passa a coexistir com a norma técnica, e ambas operam de modo complementar e por vezes contraditório.

Enquanto o humano ancora moralidade, a empatia e a coerência simbólica das interações, o outro técnico orienta o desejo de visibilidade, o desempenho e a conformidade com os padrões algorítmicos de aprovação. O sujeito contemporâneo internaliza simultaneamente esses dois modos de olhar: busca coerência diante do humano e relevância diante do técnico.

Essa sobreposição é também histórica e contingente. Estamos em um momento em que diferentes gerações se socializam em intensidades desiguais diante desses dois “outros”. As gerações socializadas antes da hegemonia das redes sociais foram constituídas quase exclusivamente sob o regime da alteridade humana, e algumas apenas acessam o digital sem nele se inscrever integralmente.

Já os jovens contemporâneos, como os sujeitos empíricos desta pesquisa, vivem entre os dois sistemas: mantem vínculos com familiares e instituições que operam no horizonte simbólico, mas constroem a si mesmos sob o olhar técnico das plataformas. São sujeitos que transitam entre dois sistemas de validação: o valor social e o valor algorítmico. Esse duplo pertencimento produz uma subjetividade em trânsito, modulada por olhares que se alternam entre a empatia humana e a visibilidade algorítmica.

Dentro dessa ambiência sociotécnica, *o outro generalizado maquínico* assume formas progressivamente mais complexas. As inteligências artificiais generativas e os agentes algorítmicos que aprendem, interpretam e respondem ao humano representam um estágio avançado dessa alteridade. Eles não apenas medem ou classificam, mas interagem e coproduzem sentido, deslocando a alteridade do plano da mediação para o da interação simbólico-computacional. Essas instâncias expressam a dimensão cognitiva do maquínico, uma forma já presente de alteridade capaz de responder, antecipar e modular o próprio campo da visibilidade e validação, redefinindo continuamente o que pode ser visto, valorizado e desejado.

O outro generalizado maquínico expressa a profunda transformação do processo de socialização. O sujeito já não se constitui apenas na linguagem simbólica e na convivência intersubjetiva, mas também nas linguagens algorítmicas que operam como dispositivos de poder, organizando o ver, o sentir e o desejar. A palavra, antes

veículo de sentido, passa a coexistir com o código, que produz efeitos. A linguagem torna-se, assim, espaço de modulação.

Nesta tese, o termo *outro generalizado maquínico* designa a instância de alteridade técnica produzida pelas arquiteturas algorítmicas das plataformas digitais, que organiza a visibilidade e modula comportamento, afetos e práticas dos sujeitos. Diferentemente do outro generalizado descrito por Mead (2021), essa alteridade não opera por expectativas simbólicas compartilhadas, mas por lógicas algorítmicas preditivas que regulam as condições de visibilidade, circulação e validação social, modulando as condutas a partir da personalização e da retroalimentação contínua dos dados. Ao interagir com as plataformas, o sujeito passa a agir dentro de um campo previamente organizado por essa alteridade técnica, que influencia suas escolhas, afetos e comportamentos sem se apresentar diretamente como um agente social identificável.

A alteridade, que em Georg Herbert Mead era o fundamento simbólico da socialização, trona-se agora um dispositivo psicopolítico de modulação. O olhar do outro, convertido em cálculo, transforma-se em técnica de poder. É nesse ponto que o interacionismo simbólico encontra a psicopolítica: a alteridade sociotécnica fornece o ambiente e, o *outro generalizado maquínico* a força moduladora que produz modulações das subjetividades e subjetividades performativas.

2.3 Reconhecimento e performatividade na constituição do sujeito

A compreensão do reconhecimento como elemento constitutivo da subjetividade percorre, em Honneth (2009) e Butler (2019a; 2019b), dois momentos decisivos da teoria social contemporânea. Ambos partem de uma crítica à noção moderna de sujeito autônomo e autoidêntico, enfatizando que o “eu” só se forma na relação com o outro, mas divergem quanto ao modo de compreender essa relação e as estruturas que a sustentam. Cada um inscreve a análise dessa relação em um campo distinto, Honneth no plano moral e afetivo da vida social, Butler no plano discursivo e normativo do poder.

Assim, se propõe aqui, examinar esse movimento conceitual que conduz o reconhecimento de uma categoria intersubjetiva a uma categoria performativa, evidenciando como essa passagem altera a própria compreensão da constituição do sujeito. Mais do que contrapor Honneth e Butler, trata-se de mostrar como suas

perspectivas se encadeiam e tensionam, produzindo leituras complementares e críticas sobre o vínculo entre reconhecimento, alteridade e sujeição.

Axel Honneth e a gramática moral do reconhecimento

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth insere-se na tradição da Teoria Crítica e propõe uma renovação da herança hegeliana, deslocando o eixo explicativo da dominação econômica para as dimensões morais e simbólicas da vida social. Para Honneth (2009), compreender o conflito social exige reconhecer que o que move os sujeitos não é apenas o interesse material, mas sobretudo a necessidade de ser reconhecido como portador de valor, dignidade e pertencimento. Inspirado na filosofia de Hegel (na fase de Jena) e na psicologia social de George e Herbert Mead, Honneth formula o reconhecimento como estrutura normativa da subjetividade: o sujeito só pode constituir uma relação positiva consigo mesmo porque é previamente reconhecido pelos outros. A experiência de reconhecimento não é, portanto, um adorno ético, mas o próprio fundamento da constituição do sujeito.

Em diálogo com Mead (2021), Honneth (2009) afirma que o *self* é um processo intersubjetivo: o indivíduo se constitui ao interiorizar as perspectivas do outro generalizado e ao obter, através desse movimento reflexivo, a confirmação de sua singularidade. O reconhecimento é, assim, condição ontológica da vida social, e, simultaneamente, o critério normativo que orienta os vínculos éticos e políticos. As relações sociais são sempre avaliáveis à luz da medida de reconhecimento que possibilitam. Nessa perspectiva, as patologias sociais (exclusão, humilhação, invisibilidade) configuram formas de desrespeito que lesionam a subjetividade prática do sujeito e o impedem de manter uma autorrelação estável.

Para sistematizar essa estrutura, Honneth (2009) propõe três esferas de reconhecimento, cada uma associada a uma forma de autorrelação positiva e a um tipo específico de lesão moral:

- **Amor e cuidado** — correspondem à dimensão afetiva primária do reconhecimento. É nas relações de afeto, amizade e cuidado que o sujeito desenvolve a autoconfiança, entendida como base emocional que sustenta a confiança no mundo e em si mesmo. Quando essa esfera é violada, por abandono, maus-tratos ou humilhação, instala-se uma ferida profunda na estrutura emocional do sujeito, que compromete sua capacidade de confiar nos outros e de se reconhecer como digno de amor.

- **Direito e respeito jurídico-moral** — representam um reconhecimento do indivíduo como membro igual de uma comunidade normativa. Essa esfera confere autorrespeito, pois garante que cada pessoa seja tratada como sujeito de direitos, capaz de responder por si e participar da vida social em condições de igualdade. A privação de direitos, a marginalização institucional e o rebaixamento cívico constituem, aqui, formas de desrespeito que corroem a legitimidade do sujeito perante o mundo.
- **Estima social e solidariedade** — dizem respeito à valorização social das qualidades e contribuições individuais. É por meio delas que o sujeito conquista autoestima, isto é, o sentimento de que sua existência e suas capacidades têm valor reconhecido coletivamente. Quando há desqualificação simbólica, desprezo ou invisibilização, o sujeito é privado de um lugar legítimo no horizonte da vida comum.

Essas três esferas não formam uma sequência cronológica, mas dimensões coexistentes e interdependentes. Cada uma corresponde a uma camada constitutiva da subjetividade, e sua violação gera não apenas sofrimento psíquico, mas sofrimento moral, pois fere expectativas normativas partilhadas. O reconhecimento, nesse sentido, é tanto a condição de possibilidade da integridade pessoal quanto o critério de justiça social: uma sociedade justa é aquela que permite que seus membros se reconheçam e sejam reconhecidos em todas as esferas da vida.

Para Honneth (2009), portanto, a luta por reconhecimento não é mero conflito de interesses, mas a gramática moral dos conflitos sociais. Cada reivindicação por igualdade, respeito ou valorização expressa uma tentativa de restaurar relações intersubjetivas feridas. Contudo, essa gramática não se limita a um nível macro das instituições, ela se desdobra no micronível das interações cotidianas, onde se formam os afetos, as expectativas e os sentidos de si. O reconhecimento é, antes de tudo, experiência vivida: um processo simbólico e afetivo que atravessa o sujeito desde a infância e o acompanhe todas as fases da vida social.

Em Honneth (2009), a gramática do reconhecimento articula planos micro e macro sem reduzi-los um ao outro: as esferas do amor (autoconfiança), do direito (autorrespeito) e da estima/solidariedade (autoestima) constituem, simultaneamente, a base relacional do *self* e os padrões normativos que vinculam sujeitos e instituições. A violação do cuidado primário fere o chão efetivo da confiança; a privação de direitos rebaixa o estatuto de membro; a degradação simbólica corrói a valoração social de

projetos de vida. Nessa chave, o sofrimento não é apenas estado psíquico, mas sinal de lesão moral, pois indica o rompimento de expectativas intersubjetivas devidas.

Ao situar o reconhecimento como fundamento moral da vida social, Honneth (2009) reconstrói a experiência da subjetividade a partir de uma ontologia relacional, em que a liberdade não é anterior à relação, mas o resultado dela. No entanto, essa mesma estrutura que torna o sujeito possível também o expõe à vulnerabilidade inerente às relações de dependência simbólica. A necessidade de ser reconhecido pelo outro, que em princípio assegura a autoconfiança e o autorrespeito, pode igualmente converter-se em forma de sujeição quando os padrões de reconhecimento se tornam normativamente restritivos ou socialmente desiguais.

É nesse ponto que a teoria de Honneth (2009) encontra seus próprios limites e abre o caminho para uma leitura crítica: se o reconhecimento é condição de existência, ele também pode ser o lugar da dominação. Essa ambiguidade ainda apenas intuída em Honneth será levada ao extremo por Judith Butler (2019a; 2019b), que desloca o problema do campo ético-relacional para o campo discursivo-normativo, revelando que o sujeito não apenas busca ser reconhecido, mas é produzido pelas normas que o tornam reconhecível.

Judith Butler e o reconhecimento performativo

Em Judit Butler o problema do reconhecimento desloca-se do campo ético-relacional para o campo discursivo e normativo do poder. Se em Honneth (2009) o sujeito se forma na reciprocidade com o outro, em Butler (2019a; 2019b) ele é constituído pela linguagem e pelas normas que delimitam o que pode ser reconhecido como humano. O reconhecimento, aqui, não é uma experiência de validação mútua, mas um processo de endereçamento: o sujeito é chamado, nomeado, interpelado por discursos que o antecedem e aos quais deve responder para existir.

Esse ato de nomeação não apenas concede existência, mas também impõe os limites dessa existência, determinando quem pode aparecer, falar e ser visto. Ao inscrever o reconhecimento na matriz da performatividade, Butler revela que o sujeito é efeito da repetição de normas que o tornam inteligível, e, ao mesmo tempo, o sujeita. Cada tentativa de se afirmar como “eu” reconhecível é, portanto, uma reinscrição na estrutura de poder que o constitui.

Em Butler, o reconhecimento não é uma categoria moral, mas o próprio operador de constituição e captura do sujeito. Desde *Problemas de gênero* (2019a),

ele deixa de ser compreendido como um gesto de reciprocidade intersubjetiva para tornar-se o efeito produtivo das normas que regulam a inteligibilidade do humano. A categoria “mulheres”, longe de designar um sujeito empírico ou ontologicamente dado, é produzida performativamente pelo discurso que pretende representar.

O reconhecimento, portanto, não se realiza entre sujeitos já constituídos, mas no interior de um regime normativo que antecede e governa a aparição do sujeito. O poder não apenas reprime: ele cria as condições de possibilidade da existência simbólica. Assim, ser reconhecido equivale a ser inscrito no campo da legibilidade, isto é, existir dentro dos limites do que pode ser nomeado, representado e visto. Não há sujeito prévio à norma, há apenas efeitos de reconhecimento que autorizam certas formas de vida e silenciam outras.

Em *Corpos que importam* (2023), Butler aprofunda essa análise ao introduzir a noção de abjeção, mostrando que o reconhecimento depende estruturalmente da exclusão. Para que haja corpos reconhecíveis, é necessário que outros sejam relegados ao domínio do inabitável, do irrepresentável, do “ainda não sujeito”. A norma só se afirma ao traçar suas fronteiras, e o que é expulso desse território é aquilo que garante a sua coerência. O reconhecimento, nesse sentido, não é uma inclusão, mas uma operação diferencial de poder: reconhecer é separar o legível do legítimo, o humano do abjeto.

O corpo torna-se real apenas quando se conforma a matriz normativa de gênero, uma matriz que não reflete a verdade da carne, mas a codifica, produzindo uma materialidade socialmente inteligível. Ser reconhecido é, pois, submeter-se ao imperativo da norma que concede visibilidade. Nesse ponto, Butler (2023) dissolve a pretensão ética do reconhecimento como mutualidade e o reinscreve no registro político da sujeição: ser reconhecido é ser governado pela gramática que autoriza a própria existência.

Em *A vida psíquica do poder* (2022), Butler desloca o reconhecimento para o interior da própria vida psíquica, mostrando que o poder não apenas delimita o campo do visível, mas instala-se como instância constitutiva da interioridade. O reconhecimento, aqui, não é simplesmente a resposta do sujeito a uma norma exterior, mas o processo pelo qual essa norma se converte em estrutura de subjetivação. O poder se interioriza sob a forma de lei, de culpa e de consciência; o sujeito se reconhece como tal ao identificar-se como a autoridade que o submete.

Assim, o reconhecimento é também o momento em que o poder se converte em afeto e em desejo, e onde a sujeição se confunde com o impulso de existir.

Ser reconhecido implica, portanto, aceitar a injunção do poder que nos constitui, internalizando-o como parte daquilo que chamamos de “eu”. O que se reconhece, nesse nível, não é o sujeito em sua autonomia, mas o poder que o atravessa, um poder que o funda, mas também o aprisiona. O reconhecimento torna-se, assim, o produto de sutura entre a dominação e o desejo de pertencimento, entre a necessidade de submeter-se e o anseio de “ser”. A performatividade revela o movimento interno dessa sujeição.

O sujeito não é reconhecido por “ser”, mas porque repete incessantemente os signos que o tornam legível. A repetição é a condição e a armadilha do reconhecimento: cada ato de gênero é uma reinscrição da norma e, ao mesmo tempo, uma reafirmação da dependência que o fundo. Performar é solicitar o direito de existir, é reiterar performativamente o próprio reconhecimento, garantindo que a identidade se mantenha visível na cena social. Essa necessidade de repetição revela a precariedade ontológica do sujeito, cuja existência depende da confirmação contínua do olhar normativo. O reconhecimento deixa de ser espaço de alteridade como a conhecíamos e torna-se mecanismo de sobrevivência simbólica: o sujeito precisa performar para não desaparecer.

Em *Os sentidos do sujeito* (2015), Butler refina essa perspectiva ao reinscrever o reconhecimento na estrutura do endereçamento. O sujeito é sempre convocado antes de poder responder. Ele nasce da interpelação, da nomeação e do chamamento que o precedem. Ser reconhecido é, aqui, ser chamado à existência dentro de uma linguagem que não se escolhe, mas da qual se depende inteiramente. Essa condição de endereçamento funda o reconhecimento como experiência de vulnerabilidade: o sujeito é atravessado por nomes, pronomes e expectativas que o constituem e o excedem.

Há, porém, um descompasso inevitável entre o nome que interpela e o “eu” que responde, o que Butler (2015) formula como a não coincidência entre endereçamento e subjetivação. Reconhecer-se é, portanto, habitar o erro, aceitar que toda identidade se constrói no intervalo entre o nome recebido e o nome habitado. O reconhecimento não é a confirmação do idêntico, mas a experiência de uma alteridade que nos habita e nos despossui.

Em *Vida precária* (2019b), o reconhecimento adquire sua dimensão política mais radical. Butler desloca-o da linguagem para o campo da visibilidade e da exposição pública, mostrando que o poder decide não apenas quem pode falar, mas quem pode aparecer, ser visto, pranteado e considerado humano. A visibilidade torna-se o novo critério de reconhecimento, um campo de enquadramento que distribui a realidade e define o que “conta” como vida.

Negar o rosto do outro, ocultar sua imagem, é negar-lhe humanidade: é torná-lo irreal, inabitável no espaço ético da empatia. A política da visibilidade, portanto, é uma política do reconhecimento desigualmente distribuído, em que certas vidas são exibidas em excesso e outras apagadas até a invisibilidade. O reconhecimento passa a operar como princípio de organização do olhar, mediado por enquadramentos que produzem não apenas o visível, mas o próprio real.

Ao articular performatividade, abjeção, endereçamento, vulnerabilidade e visibilidade, Butler (2015; 2019a; 2019b; 2022; 2023) compõe uma teoria do reconhecimento que é, ao mesmo tempo, uma teoria da sujeição. O sujeito emerge como efeito de um campo normativo que o antecede, repete e o governa, um sujeito que só pode existir à medida que se reinscreve na linguagem que o constitui. A performatividade revela o caráter ritual dessa existência; a abjeção, o limite que define quem pode ser reconhecido; o endereçamento, a dependência radical do outro que nos interpela; a vulnerabilidade, a abertura pela qual o poder nos atravessa; e a visibilidade, o enquadramento que decide quem conta como vida.

O reconhecimento nessa articulação, já não é o gesto recíproco de confirmação de uma identidade, mas o dispositivo que regula a própria possibilidade de aparecer. Butler (2022) mostra que o poder não apenas molda o sujeito de fora, mas o habita como desejo, culpa e necessidade de ser reconhecido, convertendo a liberdade em repetição e a alteridade em norma. Nesse ponto, o reconhecimento deixa de ser um encontro ético e se torna um mecanismo de sobrevivência simbólica, onde o sujeito se mantém visível apenas enquanto reproduz as condições de sua própria sujeição.

Assim, tanto em Honneth (2009) quanto em Butler (2019a; 2019b), o reconhecimento aparece como dimensão constitutiva da subjetividade, ainda que pensado em registros distintos. Em Honneth (2009), ele é formulado como condição moral e intersubjetiva da autorrelação positiva, ancorada nas experiências de amor, direito e estima social. Em Butler (2019a; 2019b), ele é compreendido como um

processo performativo e normativo, no qual o sujeito se torna inteligível ao responder às interpelações que o precedem.

Apesar dessas diferenças, ambas as perspectivas recusam a noção de um sujeito que se constitui previamente às relações sociais e afirmam que o “eu” emerge no interior de vínculos intersubjetivos (como em Honneth, 2009) e de enquadramentos normativos e discursivos (como em Butler, 2019a; 2019b). O reconhecimento, portanto, não é um atributo secundário da vida social, mas um dos operadores centrais da constituição do sujeito, fundamento teórico indispensável para compreender como se formam as experiências de si nas sociedades contemporâneas.

Ao longo deste capítulo, buscou-se construir o percurso teórico necessário para compreender as juventudes contemporâneas como formas históricas de experiência social, atravessadas por transformações nas formas de subjetivação, nas dinâmicas de visibilidade e nos regimes de mediação técnica. A análise da juventude permitiu situar os jovens como sujeitos inseridos em uma ambiência digital que reorganiza práticas culturais, vínculos e modos de estar junto, ainda que de maneira desigual e socialmente situada.

Em seguida, o diálogo com autores da sociologia da subjetividade, da crítica da mídia e da teoria social mostrou que o *self* não se constitui fora dos dispositivos simbólicos e técnicos que organizam a vida social. Das interações presenciais às plataformas digitais, o sujeito passa a ser produzido em ambientes cada vez mais mediados, nos quais a exposição, a comparação e a circulação de imagens assumem papel estruturante. A subjetividade, assim, é compreendida não como essência prévia, mas como processo histórico e relacional em permanente reconfiguração.

Por fim, a discussão sobre o reconhecimento, a partir de Honneth (2009) e Butler (2015; 2019a; 2019b; 2022; 2023), permitiu reafirmar que a constituição do sujeito depende tanto de vínculos intersubjetivos quanto de enquadramentos normativos que definem quem pode aparecer, falar e ser considerado legítimo. O reconhecimento, é entendido como um dos operadores centrais da constituição do sujeito, fundamento teórico indispensável para compreender como se formam as experiências de si nas sociedades contemporâneas. Ao situar a constituição do sujeito como processo relacional, normativo e histórico, este capítulo oferece a base para compreender como as formas contemporâneas de poder incidem não apenas sobre as condutas, mas sobre os próprios modos de sentir, desejar e perceber-se, questão

que será desenvolvida no capítulo seguinte a partir do deslocamento das formas de poder, da biopolítica à modulação digital psicopolítica.

CAPÍTULO III

3. DA BIOPOLÍTICA À MODULAÇÃO: O DESLOCAMENTO DAS FORMAS DE PODER

O conceito de biopolítica, desenvolvido por Michel Foucault, marca de a história das formas de poder. Até o século XVII, o poder político era pensado sobretudo em termos de soberania, o direito de fazer morrer ou deixar viver, centrado na autoridade do soberano sobre o território e os súditos. A partir da modernidade, contudo, esse poder se desloca para o governo da vida. Foucault (2021) demonstra que o poder moderno não atua apenas por coerção ou repressão, mas por meio de dispositivos que produzem sujeitos e regulam a existência em seus mínimos detalhes. Nasce, assim, uma forma de poder que faz viver e deixa morrer, administrando populações por meio de técnicas de segurança, estatísticas, políticas de saúde e mecanismos disciplinares que visam à produtividade e à normalização dos comportamentos (Foucault, 2021).

A biopolítica se manifesta, portanto, tanto no nível individual quanto no coletivo. No nível individual, as instituições disciplinares (escola, fabrica, quartel, hospital, prisão) funcionam como espaços de adestramento e vigilância. No nível coletivo, o poder biopolítico atua sobre as populações, regulando taxas de natalidade, mortalidade, longevidade e saúde. Em vez de se exercer sobre sujeitos jurídicos ou políticos, o poder passa a incidir sobre corpos vivos, biologicamente situados, compondo uma nova racionalidade de governo: uma governamentalidade da vida. Foucault (2021) mostra que esse poder é produtivo: em vez de apenas proibir, ele forma, modela e orienta as condutas dos indivíduos, naturalizando normas que passam a operar nas instituições e nos corpos, assegurando a docilidade e a utilidade dos sujeitos dentro dos espaços disciplinares.

Gilles Deleuze, retomando e atualizando esse diagnostico, identifica nas últimas décadas do século XX um novo tipo de sociedade: a sociedade de controle. Se nas sociedades disciplinares descritas por Foucault (2021) o poder se exercia em espaços fechados e bem definidos, nas sociedades de controle o poder se torna fluido, contínuo e descentralizado. Ele deixa de atuar por meio de instituições que impõe moldes fixos e passa a operar por modulações, que acompanham e ajustam o comportamento dos indivíduos em tempo real. Nas palavras de Deleuze (2013, p.

225), “os controles são uma modulação, como uma moldagem autodeformante que muda continuamente, a cada instante”.

A noção de modulação representa uma inflexão decisiva na compreensão do poder. Diferente do molde, que impõe uma forma estável e previsível, a modulação é móvel, elástica e personalizada. Ela se adapta às variações e singularidades dos sujeitos, agindo de modo preventivo, antecipatório e invisível. Essa passagem da disciplina ao controle redefine o poder não mais como um conjunto de proibições externas, mas como uma força imanente às práticas sociais, capaz de modular afetos, desejos e comportamentos sem recorrer a coerção direta. O controle não se dá mais apenas sobre o corpo, mas sobre o tempo, a atenção e o desejo, dimensões que serão, mais adiante, exploradas no campo digital.

É nesse horizonte que Byung-Chul Han identifica a emergência da psicopolítica, em que a dominação não se limita ao corpo, mas alcança os processos psíquicos e afetivos. O *homo oeconomicus,* descrito por Foucault como empresário de si, se cristaliza no sujeito do desempenho (Han, 2020), que se cobra, se vigia, se explora sem necessidade de coerção externa. Nessa lógica, o neoliberalismo fragiliza não apenas as condições materiais de vida, mas também dimensões subjetivas como o trabalho, o lazer, a espiritualidade e a saúde, instaurando um processo de “ultra-subjetivação” (Dardot e Laval, 2016). O sujeito é convocado a superar-se continuamente, extraindo de si a energia que o esgota e o adoece. Essa dinâmica remete à noção deleuziana de modulação, na qual o poder não se impõe de fora, mas se infiltra nos fluxos da vida, tornando-se imanente às condutas.

3.1 Racionalidade neoliberal e subjetivação psicopolítica

Nessa nova racionalidade (Dardot e Laval, 2016), a subjetividade passa a ser organizada segundo a lógica do empreendedor de si. Nas relações de trabalho, os sujeitos já não se percebem como trabalhadores, mas como pequenos empresários. Esse deslocamento produz a fragmentação da classe trabalhadora e alimenta a percepção de uma sociedade “sem classes”, ainda que profundamente hiperestratificada. O efeito desses processos é a limitação das possibilidades de construção de pautas reivindicatórias contra a precarização do trabalho, esvaziando a capacidade de ação coletiva. Nesse movimento, o sistema de dominação converte os indivíduos em sujeitos esgotados e depressivos (Leite, 2021, 2022; Han, 2015, 2020).

O trabalho, nesse sentido, não parte do princípio de dar conta das necessidades da existência (alimentação, moradia, educação, lazer), mas sim dos imperativos que o capital cria em cada um dos sujeitos, tendo o consumo como um meio e fim da existência humana. Os mesmos não percebem que suas escolhas de consumo, de bens materiais e imateriais, não parte de seu gosto e necessidade genuína. Se trata de um processo de subjetivação forjado pelo capital, "O capital representa uma nova *transcendência*, uma nova forma de subjetivação" (Han, 2020, p. 16). Tem como resultado o fomento a uma cultura individualista e aprofundamento da lógica da sociedade de consumo, atendendo aos interesses da lógica do capital.

A internet 2.0 e a mediação digital ampliaram esse regime de poder. O que se apresenta como liberdade de expressão e comunicação revela-se, na prática, como dispositivo de vigilância e controle. Como observa Han, "cada vez mais as mídias digitais se assemelham a panópticos digitais que observam e exploram impiedosamente o social. Mal nos livramos do pan-óptico disciplinar e já encontramos um novo e ainda mais eficiente." (Han, 2020, p.19). Assim, o poder modulado deixa de ser apenas econômico ou disciplinar e torna-se psíquico e afetivo, uma forma de governo das almas e dos corpos, conforme Han (2015), em continuidade à razão neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016).

O sofrimento como gramática neoliberal

Atualmente novas configurações de trabalho emergem a partir das plataformas digitais, seja o trabalho digital ou o trabalho mediado pela ambiência digital em diversas áreas, ambas reproduzem a lógica do empreendimento de si, o que gera o processo de autovigilância e autocobrança. Tais dinâmicas culminam muitas vezes em adoecimento e sofrimento, conforme Han, (2020) e Vladimir Safatle, Nelson da S. Júnior e Christian Dunker (2020). Os liberais clássicos consideravam que o sofrimento atrapalhava o trabalhador e criava obstáculos para o desenvolvimento da felicidade, como máximo de prazer e mínimo de desprazer.

É importante frisar que, quando nos referimos à sociedade neoliberal, estamos designando aqui uma nova lógica racional que invade todas as esferas da vida social, a partir de um processo de ultrasubjetivação dos sujeitos inseridos nessa nova razão de mundo (Dardot e Laval, 2016), que imprime uma nova forma de poder. Não se trata aqui unicamente dos aspectos ideológicos, ou de uma doutrina econômica somente.

Se trata da junção da dimensão ontológica e prática da existência humana, que resulta nesta nova forma de ser, de estar, de fazer e viver no mundo.

A sociedade neoliberal, ou a forma de vida neoliberal, descobriu que é possível extrair mais produção e até mais gozo do próprio sofrimento do que da felicidade. Desse modo, o neoliberalismo precisa ser entendido como uma forma de vida que atravessa o trabalho, a linguagem e o desejo, na qual se "compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento" (Safatle, Júnior, Dunker, 2020, p. 5). Nesse contexto, a lógica dominante busca aproveitar o "sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca" (Safatle, Júnior, Dunker, 2020, p. 6), e torna o desgaste emocional e físico integrado à métrica de produtividade.

Neste sentido, os autores abordam o neoliberalismo não enquanto uma teoria sobre o funcionamento da economia, desenvolvida por teóricos da teoria econômica como Von Mises, Hayek, Friedman, e Becker, mas "enquanto uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégica específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento" (Safatle, Júnior, Dunker, 2020, p. 6). Isso nos leva a constituição da vida psíquica no interior do neoliberalismo, (Safatle, Júnior, Dunker, 2020) e envolve premissas sobre a determinação do sofrimento psíquico e seu tratamento como algo performativo no sistema neoliberal.

Este movimento resulta em transformações que impactam a vida dos indivíduos, forjando neles um processo constante de autodesempenho, autovigilância, autocontrole, autopunição, pois as formas de controle e dominação não estão mais materializadas na figura do chefe, supervisor de setor. Agora, as formas de controle fazem parte do processo de subjetivação desses sujeitos, de tal forma que nas primeiras duas décadas do século XXI, já observamos num crescimento nos processos de esgotamento e uma série de doenças no âmbito da saúde mental (Han, 2020).

Se considerarmos as mídias digitais como ferramentas de vigilância e controle, podemos pensar que tais mídias podem ser determinantes na introjeção da lógica do desempenho nesses processos de subjetivação. A partir de uma infraestrutura global, e de uma mesma estrutura de desenvolvimento e arquitetura de software, o processamento algorítmico pode ser capaz de modular os comportamentos de sujeitos de diversas culturas diferentes de todo o planeta.

Portanto, a partir dessa premissa podemos pensar que os comportamentos sociais frente à modulação nas redes sociais, assim como os processos de controle e subjetivação dos indivíduos, também são frutos das interações e mediações com estas plataformas algorítmicas. Em certa medida, isso agencia uma transformação sem precedentes nos comportamentos sociais, conduzindo a uma crescente padronização simbólica e cultural, onde práticas, valores e modos de vida tendem a alinhar-se a uma mesma lógica global (Han, 2020).

Nas sociedades do século XXI observamos algumas características, marcadas pela sociedade do desempenho, como as doenças neuronais, como TDAH, depressão, ansiedade, Burnout e aumento dos índices de suicídio (Han, 2020; 2015), são reflexos da nova razão de mundo que orienta (Dardot e Laval, 2016), e da gestão do sofrimento psíquico como forma de otimizar os ganhos do capital na sociedade neoliberal (Safatle, Júnior, Dunker, 2020).

O que fica mais evidente, quando relacionamos a este processo, o conceito de aceleração social (Rosa, 2019) em que os indivíduos se encontram. A cada ano que passa, os indivíduos se descobrem mais acelerados, não com o objetivo de alcançar um futuro melhor, mas simplesmente para permanecer no mesmo lugar. Nessa condição, o sujeito do século XXI se apresenta como sujeito do desempenho, acelerado e em processo de adoecimento e sofrimento. No entanto, podemos relacionar as discussões aqui postas anteriormente, sem prejuízo algum, com este sujeito acelerado que está inserido no mundo da sociedade neoliberal, e os impactos desta interação influenciam os processos de subjetivação deste e a forma que se tornam adoecidos.

Esta nova lógica de ser/estar/fazer no mundo provocada pela sociedade neoliberal, que promove um processo de ultra subjetivação dos sujeitos (Dardot e Laval, 2016), está contida e contém a lógica escalar de crescimento e inovação, que culmina na aceleração social (Rosa, 2019). Acreditamos que as transformações sociais que se dão de forma mais intensificada a partir do século XXI, impulsionadas em grande medida pelo avanço tecnológico, que identificam a aceleração da vida, do mundo, da história, das sociedades e do tempo, nunca visto anteriormente, possui uma relação direta com a nova razão de mundo da sociedade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) e com a gestão do sofrimento pelo neoliberalismo (Safatle, Júnior, Dunker, 2020).

Quando relacionamos esse processo às redes sociais como ferramentas de controle e modulação dos seus usuários, torna-se nítido perceber o quanto de *tempo* é dispendido em conectividade pelos indivíduos, sendo essa permanência parte da estratégia da lógica algorítmica. Mais tempo gasto nas redes sociais deixa os sujeitos suscetíveis a uma série de estímulos que perpassam desde aspectos subjetivos como aparência e estado de espírito refletido através de filtros das redes, o que come, o que veste e os lugares que frequenta, até os níveis estruturais da organização econômica, social, política e cultural da sociedade neoliberal. O conjunto destes elementos pode ser visto como um condicionante do processo de aceleração social.

Assim, a racionalidade neoliberal, ao gerir o sofrimento e transformar o cansaço em produtividade, encontra nas plataformas digitais a infraestrutura ideal para sua expansão psicopolítica. As redes sociais tornam-se, então, o laboratório por excelência da modulação afetiva e temporal dos sujeitos. Portanto, se considerarmos que a sociedade neoliberal dominou, para além dos corpos, a psique dos sujeitos (Han, 2020), e faz com que acreditem ser livres em suas escolhas, indagamos em que medida tal processo imprime novas subjetividades distorcidas da realidade concreta?

Panóptico digital e a transparência como dispositivo

A psicopolítica, mediada pela infraestrutura digital, inaugura uma nova forma de panóptico, não mais disciplinar, mas participativo e transparente. Diferentemente do panóptico disciplinar descrito por Bentham e analisado por Foucault (2022), em que a vigilância era externa, no panóptico digital a vigilância é participativa. Os próprios sujeitos expõem-se voluntariamente e contribuem para a sua própria sujeição, “a entrega dos dados não acontece por coação, mas a partir de uma necessidade interna. Aí reside a eficiência do pan-óptico digital” (Han, 2020, p. 19).

À semelhança do mito da caverna de Platão, em que sombras são tomadas por real, na ambiência digital a visibilidade tende a ser confundida com o ser. O Panóptico digital, nesse sentido, não aprisiona pela coerção, mas pela luz, pela exposição contínua que transforma o ver e o ser visto em condições de existência. Assim como na alegoria da caverna, a claridade torna se o próprio instrumento de aprisionamento: o sujeito contemporâneo já não teme o olhar, mas o deseja, convertendo a visibilidade em critério de existência, preparando o terreno para um reconhecimento esvaziado.

O olhar, antes disciplinar, torna-se desejante: à luz da transparência, o sujeito produz a própria exposição como desempenho e converte o desejo em mercadoria de

visibilidade, processo em que a vigilância é internalizada como vocação de aparecer (Han, 2015, 2020; Deleuze e Guattari, 1997; 2010), sob o imperativo contemporâneo de se exibir (Sibilia, 2016). O panóptico digital não apenas vê, mas prevê; não apenas vigia, mas modula. A luz da transparência, celebrada como liberdade, é o instrumento mais sofisticado da sujeição contemporânea.

A exigência de transparência elimina a negatividade e alteridade, fomentando assim a sociedade positiva, "A transparência também é reivindicada em nome da liberdade de informação. Na verdade, ela não é nada mais do que um *dispositivo neoliberal*. Ela vira tudo violentamente para fora, para que possa produzir *informação*" (Han, 2020, p. 19). A sociedade transparente impõe a eliminação do segredo e da opacidade, exigindo a exacerbação privacidade e a homogeneização das diferenças. Ela também impõe a eliminação do estranho, da alteridade, a sociedade heterogênea cede espaço para a construção de uma sociedade da transparência, homogênea. Esta necessidade de tornar tudo visível e quantificável encontra, nas redes sociais, o terreno ideal para sua reprodução.

Na sociedade contemporânea, a produção imaterial (informação e comunicação) impõe a demanda incessante por mais informação e mais comunicação. Por sua vez, “significam mais produtividade, aceleração e crescimento. A informação é uma positividade que, por carecer de interioridade, pode *circular independente do contexto*. Isso permite que a circulação de informações seja acelerada à vontade" (Han, 2020, p. 19-20). Nas redes sociais essa dinâmica constitui o espaço privilegiado de transparência, captura, modulação e circulação de informação, configurando uma forma de vigilância e controle invisível e difusa.

É importante frisar que, ao nos referirmos à sociedade neoliberal, designamos uma racionalidade que invade todas as esferas da vida social, instaurando um processo de ultra-subjetivação dos sujeitos (Dardot e Laval, 2016). Não se trata de uma doutrina econômica, mas de uma forma de vida, uma racionalidade prática e ontológica que define modos de ser, fazer e sentir. Nesse cenário, a modulação torna-se técnica algorítmica: os dados e interações passam a ser não apenas registrados, mas retroalimentados em tempo real, configurando uma forma de poder que antecipa e modula o comportamento dos sujeitos — a tradução técnica da psicopolítica em operação.

3.2 Práticas de si sob controle: entre expressão e modulação

Embora as plataformas se apresentem como espaços de liberdade e autonomia, diversos estudos mostram que elas impõem lógicas específicas de performatividade, visibilidade e subjetivação. Os usuários são levados a ajustar seus comportamentos, discursos e afetos para se adequar as exigências do funcionamento algorítmico. A plataformização da vida social não se limita à reestruturação econômica e política das relações sociais: ela alcança também as dimensões éticas, afetivas e existenciais da vida cotidiana.

As plataformas digitais, sejam redes sociais, aplicativos de entretenimento, serviços de delivery ou espaços de compartilhamento de conteúdo, operam como dispositivos centrais na organização das condutas, na modulação da atenção e na fabricação da subjetividade contemporânea. Ao mesmo tempo em que se apresentam como espaços de expressão, autonomia e liberdade de escolha, essas plataformas impõem infraestruturas técnicas, regras implícitas e lógicas de funcionamento algorítmico que delimitam e orientam aquilo que pode ser feito, dito e sentido. Assim, o que se anuncia como espaço de livre expressão se revela, em sua operação técnica, como um ambiente de condicionamento psicopolítico, no qual a performatividade se converte em meio de sujeição.

Nesse cenário, os sujeitos tornam-se cada vez mais compelidos a ajustar seus comportamentos e afetos às exigências de visibilidade, engajamento e performatividade impostas por esses ambientes digitais. A dinâmica da conectividade constante, a vigilância distribuída e a lógica da recompensa variável fazem com que a experiencia subjetiva nas plataformas seja estruturada por regimes de captura algorítmica, que modulam tanto o desejo de reconhecimento quanto os modos de interação social.

Desse modo, é preciso compreender as plataformas digitais não apenas como tecnologias de comunicação, mas como dispositivos de subjetivação, cuja força opera no plano micropolítico dos afetos e das condutas. Essa abordagem exige deslocar o foco das plataformas enquanto ferramentas para uma análise de sua ambiência, de suas dinâmicas performativas e dos mecanismos de modulação algorítmica que orientam os comportamentos e desejos dos usuários.

Autores que vêm se dedicando à análise crítica das plataformas, como Cesarino (2022), Abílio (2020), Marcon (2022), Lemos (2011), Costa (2018), entre outros, oferecem subsídios importantes para compreender esse processo. A partir

dessas perspectivas, torna-se possível analisar como as plataformas capturam o desejo, promovem formas específicas de reconhecimento e induzem a performatividade contínua dos sujeitos, especialmente entre jovens.

Affordances e colapso de contexto

Os conceitos como *contexto colapse* e *affordances*, conforme discutidos por Elisabetta Costa (2018), tornam-se fundamentais para compreender como as arquiteturas digitais operam como formas técnicas de governo dos sujeitos. Esses conceitos permitirão, neste subtópico, explorar como as plataformas participam da produção de subjetividades conectadas, afetivamente engajadas e funcionalmente alinhadas à racionalidade neoliberal algorítmica.

Como demonstra Costa (2018), as plataformas digitais não produzem efeitos apenas sobre os usuários de maneira unidirecional, mas se constituem também como espaços de disputa e reconfiguração de práticas sociais. A autora realiza uma análise sobre a relação entre usuários e redes sociais, mobilizando conceitos de *context collapse* (colapso de contexto) e *affordances* (acessibilidades ou potencialidades de ação), para evidenciar os limites e tensões implicados na interação com esses ambientes mediados por arquiteturas algorítmicas.

A noção de *affordances*, tal como desenvolvido por Costa (2018) a partir de Gibson e Norman, diz respeito às possibilidades e limitações de ação oferecidas pelas plataformas e seus usuários. Em linhas gerais, *affordances* referem-se às "possibilidades de ação" que determinado ambiente ou objeto oferece a um agente, dependendo da capacidade deste de reconhece-las. No contexto de plataformas digitais, o termo passou a designar as potencialidades de interação entre usuários e sistemas sociotécnicos, ou seja, o conjunto de condições técnicas e simbólicas que moldam os usos possíveis de uma tecnologia, conforme destacado por Costa (2018).

No entanto, longe de se tratar de uma abertura plana à ação criativa dos sujeitos, os *affordances* operam como molduras de possibilidades que condicionam, delimitam e muitas vezes prefiguram as práticas dos usuários. Importa destacar que, conforme Costa (2018) argumenta, o termo *affordances* não se refere apenas às funcionalidades técnicas disponíveis, mas, sobretudo, às formas pelas quais essas funcionalidades induzem determinadas práticas e subjetivações.

A autora aponta que, embora tais plataformas apresentem um discurso de liberdade e autonomia, seus mecanismos operam dentro de lógicas estruturadas que

direcionam e modulam comportamentos, promovendo certas ações enquanto restringem outras. Essas possibilidades não são neutras*:* são moldadas intencionalmente pelas decisões de design, pelas infraestruturas algorítmicas e pelas políticas comerciais das corporações digitais.

Sendo assim, as plataformas não oferecem *affordances* neutras, mas codificadas por valores, interesses e lógicas de mercado, sendo essas molduras constantemente atualizadas pelos próprios desenvolvedores a partir dos usos desviantes ou não previstos originalmente. Como bem observa Costa (2018), tais atualizações respondem à necessidade de manter o controle sobre o ambiente digital diante das tentativas de subversão ou apropriação criativa dos usuários. Em outras palavras, ainda que os usuários possam engendrar práticas que escapem momentaneamente ao uso previsto pelas plataformas, o que poderia indicar margens de autonomia e resistência, tais práticas frequentemente resultam em reconfigurações estruturais do sistema, realinhando os usos aos interesses do capital de vigilância (Zuboff, 2020).

Como alerta Byung-Chull Han (2020), na lógica da psicopolítica digital, o poder não opera mais apenas pela repressão, mas pela indução de condutas que se apresentam como escolhas livres. Isso torna fundamental reconhecer que mesmo as *affordances* mais abertas ou "flexíveis" estão inseridas em um regime de modulação contínua, no sentido delineado por Deleuze (2013), em que o controle se atualiza por meio das próprias variações de comportamento dos sujeitos.

O conceito de *context* colapse, acessado a partir de Costa (2018), refere-se à sobreposição de contextos sociais distintos num mesmo espaço de atuação digital. Uma mesma mensagem, imagem ou comportamento, originalmente destinado a um público específico, pode ser ressignificado ou reinterpretado por múltiplos públicos simultaneamente, o que tende a gerar conflitos interpretativos, tensões performáticas e autovigilância. Para além da dimensão comunicacional, o colapso de contexto é também uma forma de desestabilização das fronteiras entre as esferas da vida social, implicando diretamente nos processos de subjetivação digital.

A discussão de Costa (2018) contribui para a análise das transformações na gestão da performance de si nas redes sociais digitais. A autora se vale do termo *contexto colapse* para descrever o colapso das fronteiras em diferentes públicos e contextos sociais que, em situações offline, tenderiam a ser mantidos separados. Em ambientes como o Instagram, a sobreposição de esferas (familiares, profissionais,

escolares, íntimas) produz um cenário em que o sujeito passa a se ver constantemente diante de uma audiência ampliada, não delimitada, o que implica a necessidade de curadoria permanente de si.

Ao performar para audiências invisíveis e algoritmicamente organizadas o sujeito se vê imerso em uma lógica onde a exposição constante e a busca por reconhecimento se tornam centrais para sua validação identitária. Tal lógica é coerente com os processos de modulação algorítmica discutidos nesta tese, nos quais o comportamento é moldado pelas expectativas da plataforma e pela dinâmica de visibilidade induzida.

Essa tese se apropria dessa noção para problematizar como a exposição contínua a múltiplas audiências modula os modos de subjetivação dos jovens, pressionando-os a desenvolver performances ajustadas às expectativas tanto da audiência imaginada quanto da lógica algorítmica. O interesse, aqui, não é aprofundar o debate teórico oriundo das ciências da comunicação ou da psicologia social, mas sim integrar essas formulações ao campo da sociologia da subjetivação, evidenciando como os ambientes digitais, mediados por algoritmos e pela lógica extrativista do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), engendram formas de sujeição modulada. A performance de si, capturada e mensurada nos circuitos de visibilidade e recompensa, constitui modos de existência cada vez mais ajustados às racionalidades do poder contemporâneo.

Mente estendida e agência distribuída

Complementarmente, uma reflexão relevante para os estudos dos processos de interação digitais emerge do conceito de “mente estendida” (Cesarino, 2021), inspirado em Gregory Bateson. Essa noção desloca o foco da racionalidade individual para uma perspectiva relacional e ecológica, concebendo a mente como um sistema que atravessa seres, tecnologias e ambientes. Partindo dessa matriz cibernética, Bateson inaugura um campo de reflexão onde a cognição não está apenas situada no cérebro ou no corpo, mas distribuída em sistemas mais amplos.

Letícia Cesarino (2021) mobiliza esse referencial para pensar as mídias digitais como territórios de interação e extensão cognitiva, em que agentes humanos e não-humanos co-produzem sentidos, relações e afetos. A partir disso, a autora aponta para uma mediação digital da realidade, intensificada pela plataformização, que se configura como *locus* da emergência de uma agência não-humana, como os sistemas

algorítmicos. Ainda que os usuários não detenham controle direto sobre essa agência sistêmica, os sentidos e usos atribuídos às plataformas pelos sujeitos interferem no modo como tais sistemas operam. Essa ideia ressoa com Costa (2028), que propõe que os usos sociais das tecnologias digitais ocorrem em tensão com a infraestrutura técnica, mesmo que não a subvertam completamente. Assim, embora a mediação algorítmica opere por padrões opacos e automatizados, ela é continuamente atravessada por práticas sociais situadas.

Segundo Cesarino (2021), os estudos sobre as mídias digitais devem considerar o entrelaçamento entre cognição humana e máquina, compreendendo a interação humano-plataforma como uma relação permeada por linguagem, incompletude técnica e agenciamento distribuído. A autora explora como os algoritmos e a agencia sistêmica integram as práticas sociais, defendendo uma abordagem cultural e relacional para entender a plataformização como processo. Nessa linha, seu trabalho discute a arquitetura técnica das plataformas digitais no Vale do Silício, interrogando em que medida os sujeitos interferem ou não em seu design.

Essa concepção dialoga com os estudos sobre mobilizações sociotécnicas, como os de Marcon (2018), a respeito do ativismo político no Brasil, e André Lemos (2011), sobre os levantes do Novo Mundo Árabe. Lemos destaca que celulares e redes sociais não foram meramente instrumentos nesses processos, mas actantes decisivos. Inspirado na Teoria Ator – Rede (ANT) de Bruno Latour, ele sustenta que não há agencia isolada: toda ação é efeito de uma rede de associações entre humanos e não-humanos. Assim, dispositivos como celulares e blogs atuam como tradutores, mediadores e, por vezes, protagonistas de ações políticas.

Lemos (2011) insiste que toda ação social envolve essas associações instáveis entre actantes, não se trata de atribuir primazia ao humano ou ao não-humano, mas de observar como as relações se constituem, em que momentos os elementos tecnológicos produzem mediações ou bloqueios. Portanto, pensar as plataformas digitais exige abandonar dicotomias tradicionais e investir em analises que considerem a complexidade dessas redes de ação, atravessadas por mediações técnicas, afetivas e simbólicas.

Essa leitura encontra convergência com os trabalhos de Costa (2018), Marcon (2018), Cesarino (2021), ainda que com abordagens teóricas e metodológicas distintas. Complementarmente, Poell, Neiborg e Van Dijck (2020) reforçam a necessidade de abordagens culturais e críticas para compreender como as

plataformas se inserem nos sistemas sociais vigentes. Apesar das possibilidades de subversão sugeridas por Cesarino (2021) e Costa (2018), o quadro geral evidencia a predominância da lógica de dominação, em que as plataformas funcionam como vetores de hierarquização e desigualdade (Shradie, 2017). A promessa de relações horizontais se dilui diante das barreiras estruturais impostas por marcadores sociais como classe, raça, gênero e território (Marcon, 2016).

Plataformas e reprodução das desigualdades

A agência distribuída, contudo, não elimina as assimetrias estruturais. Ambientes digitais reproduzem e intensificam desigualdades de gênero, raça, e classe, reafirmando hierarquias históricas sob a aparência de neutralidade tecnológica. Lima (2022), por exemplo, demonstra como as postagens de mulheres negras periféricas tem menos alcance nas redes sociais. Além disso, Silva (2022) problematiza os filtros do aplicativo FaceApp que embranquecem pessoas negras ao ajustarem automaticamente a imagem, gerando incômodo e apagamento identitário.

Como demonstra Tarcízio Silva (2022), na obra *Racismo Algorítmico*, as arquiteturas algorítmicas são constituídas por meio de processos de classificação e padronização que reproduzem essas estruturas históricas de exclusão, uma vez que os sistemas de IA são alimentados por base de dados enviesadas e desiguais. Segundo o autor, os algoritmos não apenas refletem o mundo social, mas reconformam, consolidando formas de opressão racial, de gênero e de classe dentro do ambiente digital. Essa dinâmica evidencia que os sistemas computacionais não são neutros ou objetivos, mas sim artefatos sociotécnicos forjados dentro de racionalidades hegemônicas, que modulam o reconhecimento e a inteligibilidade de certos corpos e identidades enquanto tornam outros invisíveis ou indesejáveis.

Além disso, aplicativos que reproduzem lógicas patriarcais, como o Universo Sugar, Glambu, Sudy, Meu Patrocínio, nos quais mulheres jovens são selecionadas com base em padrões estéticos enquanto homens apenas pagam para participar, sem qualquer critério adicional. Esse tipo de plataforma traz ainda em sua base um padrão estético que é determinado e imposto as mulheres candidatas a *sugar babies*, que passam por uma seleção e fila de espera para adentrar na plataforma. As plataformas digitais, embora operam sob a aparência de neutralidade tecnológica e de mediações impessoais, reproduzem a atualizam as estruturas sociais que organizam as desigualdades de gênero, raça e classe.

Como já aponta Butler (2019a), as normas de gênero não são apenas prescrições sociais externas, mas dispositivos que performam subjetividades e corpos em contextos situados. No espaço digital, essa performatividade é reconfigurada sob a lógica algorítmica, que não apenas reproduz o patriarcado e o machismo como regimes discursivos, mas os intensifica por meio de sistemas de recomendação, moderação e categorização automatizadas. Tais sistemas operam segundo padrões estatísticos, treinados com grandes volumes de dados históricos, dados esses já marcados por assimetrias estruturais e relações de poder coloniais, patriarcais e racializadas.

As plataformas de mediação da intimidade, como os aplicativos de encontros, são expressões paradigmáticas dessa reatualização das estruturas patriarcais. Embora operem sob o discurso da liberdade de escolha e da democratização do desejo, estudos indicam que esses espaços reproduzem hierarquias de gênero, padrões heteronormativos e dinâmicas de validação que reforçam o corpo masculino branco como padrão hegemônico de desejabilidade, enquanto corpos femininos e racializados são frequentemente fetichizados ou descartados (Duportail, 2019; Pidoux, 2021).

A interface, a curadoria algorítmica e a arquitetura técnica dessas plataformas funcionam como dispositivos que performam o desejo dentro de um regime patriarcal neoliberal, no qual a escolha do outro é mediada como um ato de consumo, e a rejeição torna-se uma performance pública que reforça um capital erótico normatizado. Judith Duportail (2019), em sua análise baseada nos seus dados pessoais extraídos do Tinder, expõe como a plataforma estrutura essas dinâmicas a partir da captura e análise algorítmica dos comportamentos dos usuários, operando uma governamentalidade algorítmica que regula e molda o desejo segundo padrões sociais desiguais (Duportail, 2019).

Jessica Pidoux (2021) complementa essa perspectiva ao discutir os modos como as plataformas reproduzem e intensificam essas desigualdades, destacando os efeitos de racialização, classificação e normatização do corpo no contexto digital (Pidoux, 2021). Assim, essas tecnológicas não apenas refletem, mas também reforçam e legitimam as desigualdades estruturais presentes na sociedade, tornando visível a intersecção entre tecnologia, poder e subjetividades. Byung-Chul Han (2014, 2015) aponta, nesse sentido, para a erosão da alteridade no espaço digital: a erotização da experiencia, enquanto abertura ao outro, à diferença e ao mistério, é

substituída por uma lógica de hipertransparência, na qual tudo deve ser visível, quantificado e sob controle.

Isso atinge diretamente o campo da intimidade e do desejo. O imperativo da transparência, que recobre a arquitetura das plataformas com métricas públicas de interesse, popularidade e compatibilidade, não apenas expõe os sujeitos à constante avaliação, mas também molda seus comportamentos, afetos e escolhas dentro de um sistema normativo e previsível. A perda da negatividade, da opacidade e da ambiguidade do outro transforma o encontro amoroso e sexual em uma operação técnica e instrumental. Ao compreendermos que as plataformas são dispositivos sociotécnicos ancorados em regimes de poder, torna-se evidente que os algoritmos operam não apenas como filtros neutros, mas como mediações que organizam afetos, percepções e relações segundo parâmetros que reforçam estruturas hegemônicas.

Como argumenta Butler (2023), a constituição do sujeito se dá no campo do reconhecimento social, e, nesse sentido, o reconhecimento algorítmico (seletivo, opaco e modelado por interesses corporativos) reitera e reforça os padrões sociais dominantes. O corpo que escapa à norma (queer racializado, gordo, não-binário) é frequentemente invisibilizado, desqualificado ou violentado no espaço digital, reafirmando o digital como território de disputa, onde os mesmos conflitos estruturais do mundo social se atualizam sob novas formas.

A digitalização da vida cotidiana, nesse contexto, aprofunda mecanismos de vigilância e controle, convertendo rastros digitais em dados, e dados em mercadoria (Deleuze, 2013; Souza, Avelino, Silveira, 2021; Cassino, 2021). Esses dados, processados por sistemas algoritmos e IA, são utilizados para a construção de perfis comportamentais (Cassino, 2021), permitindo a antecipação e indução de ações futuras. Zuboff (2020) chama esse processo de capitalismo de vigilância, enquanto Sadin (2018) o descreve como silicolonização do mundo.

É importante destacar que os usuários não tem acesso ou controle sobre como seus dados são coletados gerenciados e utilizados pelas grandes corporações do Vale do Silício. Muitas vezes, a função desses dados é induzir consumo, comportamento e crenças, fazendo da digitalização um pilar das sociedades de controle (Deleuze, 2013). Como observa Lazzarato (2006, apud Cassino, 2021), trata-se de uma multiplicação de “mundos possíveis”, que são na verdade formatados, previsíveis e destituídos de singularidade.

Por fim, os rastros digitais, alimentam de forma contínua os bancos de dados das plataformas, permitindo análises preditivas cada vez mais sofisticadas (Zuboff, 2020). Assim, a digitalização se torna instrumento de controle social e político, onde os sujeitos são perfilados e modulados, dia após dia, em nome de uma racionalidade extrativa, mercantil e algorítmica que captura suas ações mais íntimas e cotidianas.

CAPÍTULO IV

4. MODULAÇÃO DIGITAL PSICOPOLÍTICA

A noção de *modulação digital psicopolítica* apresentada a seguir deve ser compreendida como uma categoria analítica derivada do campo empírico, construída a partir da observação e interpretação de dinâmicas recorrentes identificadas na pesquisa. Sua elaboração decorre da necessidade de nomear, no interior da pesquisa, um conjunto de dinâmicas observadas que articulam técnica, simbólico e afeto em um mesmo regime de poder. Ao longo do trabalho de campo e da análise das práticas discursivas e digitais dos sujeitos investigados, tornou-se evidente a presença de um poder que não atua mais apenas pela disciplina ou pelo controle, mas pela modulação psicopolítica das condutas, desejos e percepções.

Assim, a categoria *modulação digital psicopolítica* busca dar inteligibilidade a esse regime de poder identificado empiricamente, ao mesmo tempo em que dialoga com os autores que refletem sobre as formas contemporâneas de governo do comportamento, Foucault (2022), Deleuze (2013), Han (2020), Dardot e Laval (2016), Zuboff (2020), Silveira 2021a, Avelino e Silveira (2021). Seu uso neste capítulo tem a função de ancorar teoricamente uma formulação que emerge da leitura do campo: um poder psicopolítico que opera por meio de arquiteturas digitais e atravessa simultaneamente as dimensões técnica, simbólica e afetiva da experiência.

Embora a noção de *modulação* venha sendo mobilizada em pesquisas recentes para analisar dinâmicas de poder em ambientes digitais, seu uso permanece disperso e conceitualmente instável. Diferentes trabalhos acionam o termo para descrever fenômenos específicos (interacionais, discursivos ou culturais), sem, contudo, formulá-lo como uma categoria analítica capaz de apreender de modo integrado, as arquiteturas técnicas, simbólicas e afetivas que estruturam o poder digital contemporâneo. É nesse cenário que se insere pesquisas que falam em modulação psicopolítica ou ordem psicopolítica, ainda que em escopos, objetos e alcances distintos.

O trabalho de Dennis Augusto Carneiro Lobo (2023), insere-se nesse debate a partir de uma análise empírica dos discursos de ódio no Twitter, investigando como a conectividade permanente, a lógica do engajamento e a circulação algorítmica intensificam a propagação de afetos negativos e práticas discursivas violentas. Seu

foco recai sobre a dinâmica internacional da plataforma e sobre os modos pelos quais certos discursos são amplificados, reiterados e normalizados no ambiente digital.

Nesse contexto, a noção de modulação psicopolítica aparece associada aos efeitos da interação contínua, da visibilidade algorítmica e da retroalimentação afetiva que atravessam a circulação dos discursos de ódio. A modulação, porém, é mobilizada como um efeito relacional localizado, vinculado às práticas discursivas e aos circuitos de engajamento, não sendo desenvolvida como uma categoria estrutural de análise do poder digital. O trabalho não se propõe a examinar a arquitetura técnica das plataformas nem a economia política que sustenta tais dinâmicas.

Em outra chave, o artigo de Murilo D. Corrêa e Marina Michelis (2019), publicado na revista Lugar Comum, desloca o debate para um plano mais macrossocial, articulando psicopolítica, neoliberalismo e tecnologias digitais. O texto propõe compreender o digital como parte de uma ordem psicopolítica mais ampla, marcada pela interiorização do controle, pela autoexploração e pela gestão efetiva das condutas.

Embora potente como diagnóstico crítico, essa formulação permanece em um nível elevado de abstração. A noção de ordem psicopolítica não se desdobra em uma análise das operações técnicas concretas, tampouco diferencia níveis de funcionamento do poder digital. A ausência de uma articulação sistemática entre infraestrutura técnica, regimes de visibilidade e capturar afetiva limita o alcance analítico do conceito para compreender a operacionalização cotidiana do poder nas plataformas.

A dissertação de Gonçalves (2022) contribuiu para o debate ao analisar os efeitos da hiperconectividade e da mediação tecnológica sobre a experiência sensível, os regimes de atenção e as formas contemporâneas de presença. O autor investiga como dispositivos digitais reconfiguram gestos, tempos e modos de relação, produzindo sujeitos permanentemente disponíveis, responsivos e expostos. Ainda que evidencie transformações relevantes na sensibilidade e na experiência cotidiana, o trabalho não formula a modulação como um regime integrado de poder. A técnica aparece sobretudo como mediadora cultural e experiencial, sem que se desenvolva uma análise articulada das arquiteturas algorítmicas da economia dos dados ou dos mecanismos de governo da visibilidade e do reconhecimento.

Em conjunto esses trabalhos revelam a potência e, ao mesmo tempo, os limites do uso fragmentado da noção de modulação no âmbito das pesquisas sobre as

experiências digitais. Seja como efeito discursivo, clima cultural ou experiência sensível, a modulação aparece de forma parcial, sem apreender a convergência entre técnica, simbólico e afeto que caracteriza o poder digital contemporâneo. É diante desses limites que se justifica a formulação da categoria modulação digital psicopolítica nesta tese.

Diferentemente das abordagens mencionadas, esta pesquisa compreende a modulação como um regime estruturado de poder, sustentado por arquiteturas técnicas algorítmicas, operações simbólicas de visibilidade e valor e mecanismos afetivos de captura do desejo. Trata-se de uma categoria analítica que emerge do campo empírico, mas que busca ultrapassar leituras parciais oferecendo uma chave interpretativa capaz de aprender a operacionalização psicopolítica do poder na ambiência digital contemporânea.

A partir das discussões anteriores sobre as racionalidades de poder que atravessam a contemporaneidade, da biopolítica foucaultiana à psicopolítica de Byung-Chul Han (2020), torna-se possível situar a dimensão técnica que sustenta tais regimes de modulação na era digital. Se, na biopolítica, o poder incidia sobre a vida biológica das populações, e, na psicopolítica, sobre a vida psíquica e afetiva dos indivíduos, no contexto digital essas formas de poder encontram nas tecnologias de informação uma infraestrutura privilegiada para sua expansão. O digital não apenas amplifica as técnicas de governo da conduta, mas as reconfigura em uma escala e intensidade inéditas, ao permitir a captura, o processamento e a retroalimentação contínua dos comportamentos humanos.

Ainda que esta tese não tenho como objeto a modulação digital em si, a análise das práticas e percepções dos jovens revelou a necessidade de nomear um tipo de operação psicopolítica particular, que atua por meio de arquiteturas digitais de previsão e retroalimentação comportamental. Denominamos essa operação como modulação digital psicopolítica, isto é, como forma de operacionalização do poder sobre a vida psíquica e afetiva dos sujeitos mediada por infraestruturas técnicas, interfaces interativas e sistemas algorítmicos de cálculo e antecipação.

Inspirando-se na concepção deleuziana de *modulação*, compreende-se aqui o poder digital como um processo de controle contínuo e flexível, que não se impõe de fora, mas atravessa os fluxos da vida e da experiência. Nas sociedades de controle, afirma Deleuze (2013), o poder já não se exerce por meio de cercamentos ou instituições fechadas, como nas disciplinas analisadas por Foucault, mas por meio de

mecanismos de adaptação permanente, que se atualizam de modo instantâneo e imperceptível. Assim, a modulação digital psicopolítica constitui uma atualização dessa lógica: ela opera não apenas sobre os corpos e comportamentos, mas sobre afetos, percepções e desejos, modulando subjetividades a partir de sua inserção nas redes digitais de sociabilidade e reconhecimento.

A economia informacional, sustentada por sistemas algoritmos e redes digitais de comunicação, desloca o poder de persuadir para o poder de modular. Nessa ambiência psicopolítica, a modulação digital constitui o princípio organizador da experiencia: algoritmos, interfaces e fluxos comunicacionais operam como mediadores invisíveis entre o sujeito e o mundo, filtrando, hierarquizando e distribuindo conteúdos que retroalimentam as disposições emocionais e cognitivas de cada indivíduo. Assim, o poder psicopolítico realiza-se por meio da modulação digital psicopolítica, que articula controle técnico e indução afetiva, instaurando uma forma de governo das subjetividades na qual o sentir, agir e o perceber são continuamente modulados pela lógica do capital informacional.

A modulação digital psicopolítica, nesse contexto, não é um fenômeno neutro ou meramente técnico. Ela está imersa em contextos sociais, econômicos e políticos marcados por interesses, intencionalidades. As corporações que desenvolvem e controlam essas tecnologias (as *Big Techs*) operam sob os imperativos da racionalidade neoliberal, convertendo dados, atenção e afetos em valor econômico. Como observa Zuboff (2020), os dados comportamentais extraídos das interações humanas tornam-se a matéria-prima de um novo regime de acumulação, o capitalismo de vigilância, no qual cada ação, emoção ou relação é potencialmente capturada e convertida em produto comercializável.

O digital, portanto, não é exterior ao capitalismo contemporâneo: ele é uma de suas expressões mais refinadas. Como observa Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se reduz a um conjunto de políticas econômicas, mas constitui uma nova racionalidade que produz sujeitos, regula condutas e redefine o próprio sentido da vida social. Nessa perspectiva, as plataformas digitais não apenas operam dentro dessa racionalidade, elas a encarnam e a amplificam.

O princípio da concorrência, deslocado das empresas para os próprios indivíduos, é atualizado nas dinâmicas de visibilidade, engajamento e desempenho que regem as redes sociais. A lógica do “empreendimento de si” se realiza na medida

em que cada sujeito passa a gerir sua imagem, sua produtividade simbólica e sua afetividade como capital.

Como destaca Byung-Chul Han (2017; 2020), o neoliberalismo inaugura um regime psicopolítico em que o controle não mais se exerce pela repressão, mas pela autoexploração voluntária. A conectividade e a transparência digital, celebradas como valores de liberdade, tornam-se dispositivos de dominação que operam de forma imanente e invisível. A exigência de exposição constante, o imperativo de performance e o culto à positividade convertem o espaço digital em uma máquina de interiorização do poder, onde o sujeito é, ao mesmo tempo, o explorador e o explorado, o vigia e o vigiado.

Zuboff (2020) complementa essa leitura ao demonstrar que o capitalismo de vigilância transforma a vida cotidiana em matéria-prima para a acumulação. Cada gesto, emoção ou traço comportamental é capturado, convertido em dado e comercializado como “excedente comportamental”, produzindo novos circuitos de valor baseados na previsão e indução de ações futuras. Nesse sentido, o digital representa a etapa mais avançada da racionalidade capitalista: não apenas extrai mais-valia do trabalho, mas também da própria vida psíquica.

Para Sadin (2018), essa lógica marca o advento da siliolonização do mundo, uma colonização técnica e simbólica conduzida pelas grandes corporações do Vale do Silício, que traduzem o ideal neoliberal em forma algorítmica. Os algoritmos, ao processarem e hierarquizarem a experiencia, instauram uma nova gramática do poder que converte a autonomia em cálculo e a subjetividade em dado. Essa forma de poder, diferentemente da disciplina ou da vigilância panóptica, opera em tempo real e se infiltra na própria experiencia afetiva dos sujeitos.

A modulação digital psicopolítica, conforme formulada nesta tese, designa um regime contemporâneo de poder que articula, de forma integrada, três dimensões da vida social contemporânea como a arquitetura técnica, simbólica e afetiva para operar a captura, reorganização e governo das subjetividades no interior da racionalidade neoliberal. Trata-se de um regime que não atua prioritariamente por coerção, repressão ou interditos explícitos nos termos de Han (2015; 2020), mas por indução contínua, opacidade técnica e gestão algorítmica da visibilidade, do desejo e do reconhecimento.

Trata-se de uma forma de governo da conduta que emerge da convergência entre as infraestruturas digitais e a racionalidade neoliberal, atravessadas pelo

psicopoder, convertendo o espaço de circulação de dados em um espaço de produção de subjetividades, operada pela modulação algorítimica. Nesse sentido, a modulação algorítmica não constitui um poder em si, mas uma técnica psicopolítica, que operacionaliza, em nível microtécnico, a racionalidade neoliberal analisada por Dardot e Laval (2016).

No plano da arquitetura técnica, a modulação algorítmica se concretiza por meio de sistemas integrados de coleta, processamento e retroalimentação de dados, sustentados por APIs (*Application Programming Interface* – Interface de programação de Aplicações), SDKs (*Software Development Kit* – Kit de Desenvolvimento de Software) e mecanismos de rastreamento multiplataforma. As patentes analisadas nesta pesquisa, relativas a sistemas de predição comportamental, personalização de conteúdo e ajuste dinâmico de engajamento, revelam que a captura de dados não se limita às interações diretas dos usuários com a plataforma, mas se estende de forma distribuída por diferentes ambientes digitais, dispositivos, contextos de uso e temporalidades. Essas arquiteturas permitem que sinais mínimos (tempo de permanência, ritmo de rolagem, microinterações, pausas, hesitações) sejam convertidos em vetores de antecipação e modulação de comportamento futuro.

A existência de patentes como a *US20160321260A1* (*Geração de um* feed *de itens de conteúdo para exibição a um usuário,* tradução nossa), solicitada em 2016 e posteriormente concedida como *US10229219B2* (2019), evidencia que a gestão algorítmica da visibilidade constitui um objeto técnico formalizado, e não um efeito colateral ou disfunção ocasional do funcionamento das plataformas digitais. Trata-se de uma arquitetura deliberadamente concebida, juridicamente registrada e economicamente protegida, que institucionaliza sistemas de ranqueamento, redistribuição diferencial de alcance e hierarquização da circulação de conteúdos a partir da coleta e do processamento contínuo de dados comportamentais.

A formalização patentária desses dispositivos revela que a modulação da visibilidade, inclusive por meio de mecanismo de redução silenciosa de circulação, como aqueles popularmente reconhecidos sobre o termo de *Shadowban*, integra o núcleo operacional das plataformas, sendo amparada tanto por regimes de propriedade intelectual quanto por marcos jurídicos que legitimam sua implementação técnica. Essa constatação dialoga com a crítica de Zuboff (2020) ao capitalismo de vigilância, ao demonstrar que a extração de dados comportamentais visa não apenas à predição econômica, mas à reorganização dos modos de agir, sentir e se expressar.

Esta tese demonstra que essa reorganização assume uma dimensão propriamente psicopolítica, na qual o governo dos afetos, do reconhecimento e da visibilidade torna-se central.

O *Shadowban* é compreendido como uma operação técnica algorítmica de gestão da visibilidade, por meio da qual determinados perfis, conteúdos ou interações são deslocados para uma zona de sombra no ambiente digital, tendo sua circulação, alcance e capacidade de aparecimento progressivamente reduzidos dentro da plataforma Instagram. Trata-se de uma técnica que não remove conteúdos nem exclui usuários de forma explícita, mas retira seletivamente a visibilidade, colocando-os em uma condição de opacidade algorítmica.

Sustentado por sistemas de ranqueamento, predição e inferência comportamental, formalizados em arquiteturas técnicas patenteadas, o s*hadowban* opera como uma modalidade específica da modulação algorítmica da visibilidade. Diferentemente da censura clássica ou da exclusão direta, essa operação atua por redução silenciosa da circulação, sem aviso, justificativa ou possibilidade efetiva de contestação por parte do sujeito, deslocando o controle do campo normativo explícito para o campo probabilístico da antecipação algorítmica.

No contexto brasileiro recente, o debate público sobre o *shadowban* ganhou contornos particularmente nítidos a partir do episódio ocorrido em 10 de dezembro, no Instagram, plataforma pertencente à Meta. Naquela data perfis oficiais e amplamente reconhecidos do campo político progressista deixaram de ser encontrados nas ferramentas de busca do Instagram.

A gravidade desse episódio se torna ainda mais evidente quando situada no contexto político institucional brasileiro no final da tarde de 9 de dezembro, adentrou a noite e se estendeu a madrugada de 10 de dezembro. Na Câmara dos Deputados assistiu-se a um conjunto de acontecimentos excepcionais: a retirada forçada e violenta de um parlamentar da cadeira da presidência do plenário, a expulsão de jornalistas do recinto e o corte de transmissão oficial da TV Câmara, interrompendo um acompanhamento público das seções.

Próximo da meia-noite, o então presidente da casa colocou em votação o chamado PL da Dosimetria, que previa a redução significativa das penas de condenados pelos crimes relacionados à tentativa de golpe e à abolição do Estado Democrático de Direito, ocorrido em janeiro de 2023. Paralelamente, no Senado Federal, avançava a votação para a derrubada de vetos presidenciais a projetos de

lei de forte impacto socioambiental. Trata-se, portanto, de um momento marcado por alta tensão institucional, por disputas em torno da responsabilização política e jurídica de atores golpistas e por tentativas de reconfiguração normativa com efeitos estruturais sobre a democracia brasileira.

É nesse cenário de elevada conflitividade política que a operação de *shadowban* no Instagram assume relevância analítica particular, ao retirar da esfera de visibilidade digital perfis centrais do campo progressista, justamente quando o acompanhamento, a circulação de informações e a disputa narrativa eram socialmente decisivos. Naquela data perfis do campo político progressista, entre eles o perfil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o perfil do coletivo Mídia Ninja, ambos verificados pela própria plataforma, simplesmente deixaram de ser encontrado nas ferramentas de busca do Instagram.

Usuários que realizavam buscas diretas pelos nomes dos perfis não obtinham qualquer resultado. Da mesma forma, tentativas de marcar esses perfis em publicações ou comentários tornaram se impossíveis, como se tais contas não existissem no ambiente digital. Não se tratou, portanto, de uma redução de engajamento de conteúdos específicos, mas de uma invisibilização integral dos próprios perfis, colocados em uma zona de sombra algorítmica que suspendeu sua existência pública dentro da plataforma.

Como efeito direto dessa operação, os conteúdos produzidos por esses atores também deixaram de circular, não por ausência de interesse ou interação, mas porque os próprios emissores haviam sido retirados do campo de visibilidade. Esse episódio cristaliza, de forma exemplar, o funcionamento do *shadowban* enquanto operação técnica da visibilidade, como também enquanto técnica de modulação digital psicopolítica. Uma operação silenciosa não declarada e tecnicamente opaca, capaz de tornar perfis inteiros socialmente inexistentes sem qualquer exclusão formal ou justificativa pública.

Cabe destacar que essa operação técnica de gestão algorítmica da visibilidade não constitui uma novidade no funcionamento do Instagram, tampouco um evento isolado. A modulação diferencial do alcance, da circulação e do aparecimento de perfis e conteúdos integra, há anos, o cotidiano operacional da plataforma. O que o episódio de 10 de dezembro, promovido pela Meta no interior do Instagram, evidencia de forma singular é justamente o fato de ter tornado visível a própria invisibilidade que a plataforma produz de modo ordinário e silencioso.

Ao atingir perfis amplamente reconhecidos, oficiais e de alta centralidade política, essa operação expôs de forma cristalina um mecanismo que, no cotidiano, atua de maneira difusa, fragmentada e dificilmente identificável. Nesse sentido, o episódio não inaugura a técnica do *shadowban*, mas rompe momentaneamente sua opacidade, permitindo compreender como a modulação algorítmica da visibilidade opera como dispositivo psicopolítico estruturante da experiência digital contemporânea.

A gestão algorítmica da visibilidade, como evidenciado pelo episódio de 10 de dezembro, não atua apenas sobre conteúdos isolados, mas reorganiza estruturalmente quem pode aparecer, circular e ser reconhecido no espaço digital. Ao tornar perfis inteiros invisíveis, a operação *shadowban* revela uma forma de governamentalidade algorítmica da visibilidade, na qual o poder não se exerce por proibição explícita, mas pela administração silenciosa do campo do visível.

Trata-se de uma racionalidade de governo que atua definido, de maneira opaca e assimétrica, quais sujeitos, discursos e coletividades entram no horizonte perceptivo da vida social conectada, deslocando o problema do poder do plano da proibição para o plano da organização diferencial do aparecimento, movimento que se inscreve plenamente na lógica da governamentalidade descrita por Foucault (2008) e atualizada, no contexto digital, pelas formas de modulação contínua analisadas por Deleuze (2013).

Este deslocamento é decisivo porque, como demonstra Butler (2015; 2019b), o reconhecimento social depende das condições de aparecimento e inteligibilidade. Não se trata apenas de ser visto empiricamente, mas de ser reconhecido como sujeito legível dentro de uma gramática social de sentido. Quando a visibilidade passa a ser mediada por arquiteturas algorítmicas, são essas infraestruturas técnicas que passam a definir, de forma não transparente, quem pode aparecer, sobre quais condições e com que grau de inteligibilidade. O *shadowban*, nesse sentido, não apenas reduz alcance, ele suspende as próprias condições de reconhecimento, produzindo sujeitos que existem tecnicamente na plataforma, mas não existem simbolicamente no espaço público digital.

Essa forma de governo da visibilidade evidencia uma assimetria estrutural de poder entre atores posicionados de forma distinta na estrutura social e institucional. Enquanto perfis dotados de visibilidade pública e legitimidade institucional, como o do presidente da República ou de grandes coletivos de comunicação, possuem recursos

políticos para interpelar a plataforma, demandar explicações e, eventualmente, reverter a operação de invisibilização.

Já os usuários comuns permanecem submetidos a canais automatizados, formulários padronizados e decisões algorítmicas irrecorríveis. Como demonstra Zuboff (2020), esse tipo de poder infraestrutural não atua de maneira igualitária, mas organiza hierarquias de visibilidade e influência conforme interesses econômicos e estratégicos das plataformas, aprofundando desigualdades pré-existentes sob a aparência de neutralidade técnica.

Ao deslocar sistematicamente determinados perfis, temas e grupos sociais para zonas de sombra algorítmica, essa governamentalidade da visibilidade produz o que aqui se compreende como uma higienização social digital. Não se trata de censura direta ou exclusão formal, mas de um apagamento infraestrutural que impede determinados sujeitos de produzir sentido, valor e reconhecimento no espaço digital.

Perfis invisibilizados deixam de compor o mundo social percebido, como se suas existências, narrativas e modos de vida não fossem legítimos ou pertinentes à realidade digital apresentada aos usuários, reafirmando uma ordem simbólica filtrada por critérios técnicos e econômicos. Tal dinâmica dialoga diretamente com a crítica de Han (2017; 2020) à psicopolítica contemporânea, na qual o poder silencia pela gestão seletiva da exposição.

O efeito dessa operação ultrapassa a esfera individual e alcança uma dimensão coletiva. Ao restringir quem pode aparecer e circular, a modulação algorítmica através do *shadowban* promove uma captura dos horizontes coletivos de percepção, reconhecimento e valor. mas uma captura dos horizontes coletivos de percepção, reconhecimento e valor. Mesmo sujeitos inseridos em bolhas informacionais específicas deixam de entrar em contato com determinados corpos, discursos e experiências sociais, o que contribui para a naturalização de ausências e para a consolidação de uma experiência social filtrada e hierarquizada, em que o que não aparece tende a ser percebido como inexistente ou irrelevante, um efeito que articula filtragem algorítmica e conformação subjetiva coletiva (Pariser, 2011).

Retomando Butler (2015; 2019b), pode-se afirmar que a suspensão da visibilidade implica também a suspensão das condições de reconhecimento. Quando o reconhecimento é mediado por sistemas algorítmicos opacos, o reconhecimento deixa de ser uma relação intersubjetiva e passa a depender de arquiteturas técnicas que definem quem pode ser visto, por quem e em que termos.

Dessa forma, o *shadowban* não deve ser interpretado como falha ou disfunção do sistema, mas como um operador estrutural da modulação digital psicopolítica. Ao governar a visibilidade de maneiras silenciosa, assimétrica e infraestrutural, essa técnica reorganiza a esfera simbólica da experiência social e preparo o terreno para formas mais amplas de conformação subjetiva e afetiva.

Um dos aspectos mais sensíveis da modulação digital psicopolítica, como um regime de poder, reside na produção sistemática da invisibilidade. A modulação digital psicopolítica não atua apenas promovendo conteúdos, discursos e sujeitos, mas também retirando os do campo do visível deslocando perfis, temas e coletividades para zonas de sombra algorítmica.

Trata-se de uma forma de governo que não silencia por proibição explícita, mas por apagão gradual reorganizando o espaço do que pode ser visto, dito e reconhecido. Essa gestão diferencial da visibilidade constitui um elemento central da psicopolítica contemporânea, pois afeta diferente os horizontes de percepção e identificação coletiva, operando de maneira opaca e dificilmente contestável.

No plano simbólico, a modulação digital psicopolítica reorganiza profundamente as formas contemporâneas de reconhecimento. Em diálogo com Butler (2015; 2019b), sustenta-se que o reconhecimento deixa de operar prioritariamente na esfera da alteridade humana e passa a ser mediado por arquiteturas algorítmicas que definem quem pode aparecer, circular e ser validado. O *shadowban* produz, nesse sentido, um reconhecimento esvaziado, no qual o sujeito não sabe se foi visto, por quem foi visto, nem segundo quais critérios foi avaliado. A indeterminação simbólica dissolve a relação intersubjetiva clássica do reconhecimento e a substitui por uma dependência de validação algorítmica estruturalmente opaca e instável.

No plano afetivo, a modulação digital psicopolítica atua diretamente sobre o desejo, entendido aqui como produção, e não como falta, conforme formulado por Deleuze e Guattari (1997; 2010). O desejo é capturado e reorganizado por arquiteturas algorítmicas que articulam métricas, afetos e autoexpressão. O *shadowban* intensifica esse processo ao produzir frustração, ambivalência e ansiedade, afetos que não conduzem à ruptura, mas à readequação performativa. O sujeito ajusta sua conduta, linguagem e estética na tentativa de restabelecer a circulação, reforçando a lógica que o captura.

Nesse entrelaçamento entre arquitetura técnica, simbólica e afetiva, o *shadowban* emerge como operador exemplar da modulação digital psicopolítica, uma técnica de governo da visibilidade que captura subjetividade sem recorrer à correção explícita, deslocando controle para o interior do próprio sujeito. A emergência de sistemas de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, insere-se nesse mesmo regime, ainda que em outra camada da arquitetura.

No plano simbólico, tais sistemas produzem efeitos de autoridade discursiva e neutralidade técnica; no plano afetivo, instauram novas formas de dependência cognitiva e terceirização do pensamento. Embora não operem diretamente pela gestão da visibilidade, como as redes sociais, compartilham o mesmo horizonte psicopolítico: a produção de sujeitos ajustados, responsivos e moduláveis.

Assim, o Instagram aparece nesta pesquisa não como exceção, mas como um caso empírico privilegiado de um regime mais amplo. O *shadowban* longe de ser um detalhe técnico, revela-se um operador central desse regime, ao demonstrar como a modulação digital psicopolítica governa sem se mostrar, captura sem interditar e disciplina sem punir explicitamente. É nesse processo que se produz a captura subjetiva das juventudes digitais, cujos modos de ser, sentir e agir passam a ser progressivamente ajustados a critérios algoritmos que permanecem estruturalmente opacos.

Ao reproduzir os princípios da competição, da produtividade e da autoexploração, o ambiente digital torna-se laboratório privilegiado da governamentalidade neoliberal, onde a liberdade é sustentada por dispositivos de controle cada vez mais sutis. A conectividade incessante, a transparência compulsória e a retroalimentação algorítmica constituem pilares de um regime de poder que modula os modos de ser, sentir e desejar. O resultado é um tipo de sujeição imanente, em que o exercício da liberdade coincide com o exercício do poder sobre si, uma liberdade modulada, produzida e administrada pelo sistema técnico-capitalista.

Quando nos referimos às modulações produzidas a partir do processamento algoritmo nas mídias digitais, especialmente nas redes sociais, designamos esse conjunto de dinâmicas como modulação algorítmica, expressão que evidencia o entrelaçamento entre técnica, poder e subjetivação. A modulação digital psicopolítica, por sua vez, engloba essa operação técnica, mas também as dimensões simbólicas, afetivas e relacionais que constituem a ambiência conectada. Ela descreve, portanto, um regime de poder imanente, não coercitivo, mas estruturante da experiencia digital,

no qual as plataformas deixam de ser simples mediadoras da comunicação para se tornarem dispositivos de governo das subjetividades, moldando modos de ver, sentir, desejar e agir.

Participar desse ecossistema requer, inevitavelmente, a aceitação dos termos de uso das plataformas, o que inclui a autorização para a coleta e exploração de dados pessoais. Essa condição produz um paradoxo constitutivo da vida digital: a liberdade de escolha se sustenta sobre a renuncia à privacidade. Recusar-se a entregar os dados implica, ao mesmo tempo, excluir-se do espaço social digital, o que revela o caráter coercitivo da liberdade prometida. Assim, cada indivíduo se torna parte ativa da produção do panóptico digital, contribuindo para a formação do *Big Data* que sustenta os novos regimes de vigilância e controle.

Nas plataformas digitais, a modulação descrita por Deleuze (2013) realiza-se tecnicamente por meio de arquiteturas digitais que capturam interações, datificam rastros, produzem perfilamentos preditivos e orquestram entregas personalizadas em ciclos de feedback contínuo. Esse pipeline técnico sustenta a governamentalidade psicopolítica do ambiente digital, onde atenção, desejo e reconhecimento são mediados por sistemas de recomendação, ranqueamento e notificação, um circuito de captura, predição e indução permanente.

Nesse regime, a vida subjetiva torna-se não apenas observável, mas governável em tempo real: cada clique, olhar, pausa ou deslizar da tela é convertido em dado, e cada dado, em oportunidade de modulação. Compreender a arquitetura da modulação digital psicopolítica implica reconhecer que o poder, na contemporaneidade, opera como um circuito total: da infraestrutura técnica ao imaginário simbólico, e deste à economia afetiva que captura retroalimento desejo.

A modulação digital psicopolítica, contudo, não se realiza de modo unívoco ou exclusivamente técnico. Ela se desdobra em diferentes planos de mediação que, entrelaçados, compõe uma verdadeira arquitetura de poder digital. Essa arquitetura é simultaneamente técnica, simbólica e afetiva, um conjunto integrado de infraestruturas, linguagens e estímulos que organiza, distribui e orienta as formas de experiencia no ambiente conectado.

Essa forma de poder se diferencia da biopolítica e da disciplina porque não atua sobre os corpos ou instituições, mas sobre a experiência e os afetos (Safatle, 2024; Lordon 2015). A digitalização da vida cotidiana cria uma ambiência técnica e simbólica que não apenas representa o mundo, mas o produz. Os algoritmos e as interfaces

operam como mediadores invisíveis entre o sujeito e o real, filtrando e a hierarquizando conteúdos, modulando percepções e antecipando emoções.

O resultado é um ambiente de controle imanente, no qual a liberdade coincide com a gestão automatizada dos afetos e desejos. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é uma racionalidade que produz sujeitos empreendedores de si, e não meros agentes econômicos. nas plataformas digitais essa racionalidade se concretiza em uma economia informacional que transforma a atenção, emoção e reconhecimento em capital simbólico e valor de troca.

Como mostra Zuboff (2020), cada interação humana se converte em "excedente comportamental", matéria-prima do capitalismo de vigilância, um regime de acumulação que captura o comportamento humano e o retroalimenta por meio da previsão algorítmica. A esse circuito total de captura e retroalimentação denomina-se aqui modulação digital psicopolítica: um regime no qual o poder opera em três planos simultâneos, técnico, simbólico e afetivo. A técnica fornece o aparato de cálculo e vigilância; o simbólico produz a gramática da positividade e da transparência; e o afetivo sustenta o envolvimento emocional que mantém o sujeito engajado e explorável.

Arquitetura técnica da modulação digital psicopolítica

A modulação digital psicopolítica se ancora, primeiramente, em uma arquitetura técnica, composta por sistemas algoritmos, banco de dados e redes de dispositivos interconectados. Essa arquitetura constitui o substrato infraestrutural do poder digital, operando como um espaço automatizado de observação, registro e cálculo. Cada interação (um clique, uma rolagem, um tempo de pausa), é capturada, transformada em dado e incorporada a um processo contínuo de predição e retroalimentação. Trata-se de uma estrutura técnica que não apenas mede o comportamento, mas o modula em tempo real, ajustando o ambiente de interação às respostas dos sujeitos.

Como demonstra Zuboff (2020), o capitalismo de vigilância opera por meio de uma infraestrutura técnico-computacional global, capaz de registrar, processar e prever o comportamento humano em escala planetária. Essa arquitetura, de acordo com a autora, não apenas coleta dados: ela expropria a experiencia humana, transformando-a em excedente comportamental que alimenta sistemas de cálculo voltados à predição e modificações das ações futuras.

A técnica, portanto, deixa de ser mero instrumento neutro e torna-se mecanismo de poder, sustentando o que Zuboff (2020) denomina de *instrumentarian power* (poder instrumentário), um regime em que a automação da observação e da intervenção substitui o comando direto e a vigilância visível. Essa é a base material da arquitetura técnica da modulação digital, onde a previsão comportamental é convertida em modelo de governo das condutas.

Essa arquitetura técnica é plástica e adaptativa, constituída por camadas interdependentes: a coleta (captura de dados), o processamento (análise algorítmica), o direcionamento (orquestração de conteúdos) e o retorno (feedback em tempo real). A cada ciclo, o sistema aprimora sua capacidade de previsão, reduzindo a incerteza sobre o comportamento humano.

Essa lógica, que se realiza simultaneamente nas plataformas de mídia, nos aplicativos de consumo e nas interfaces cotidianas, expressa o que Deleuze (2013) chamou de modulação contínua: um controle sem fronteiras, distribuindo fluxos de dados e algoritmos inteligentes. Assim, a arquitetura técnica da modulação digital funciona como o núcleo operacional do psicopoder, traduzindo em linguagem computacional o princípio neoliberal de empreendimento de si Dardot e Laval (2016) e da sociedade do desempenho Han (2016).

No interior dessa arquitetura técnica, a modulação algorítmica opera como um conjunto de procedimentos que não apenas organizam a circulação de dados, mas reconfiguram ativamente o campo da visibilidade. É nesse nível que se insere o *shadowban,* compreendido como uma operação técnica específica de gestão algorítmica da visibilidade.

Diferentemente de mecanismos explícitos de exclusão ou remoção de conteúdo, o *shadowban* atua por ajustes infraestruturais nos sistemas de ranqueamento e distribuição, deslocando perfis e conteúdos para zonas de baixa ou nula circulação sem qualquer aviso formal ao usuário. Trata-se, portanto, deu uma técnica silenciosa de modulação algorítmica, inscrita no próprio funcionamento ordinário dos sistemas algoritmos de recomendação.

Enquanto técnica, o *shadowban* evidencia como a arquitetura técnica da modulação digital psicopolítica não se limita à coleta e ao processamento de dados, mas incorpora mecanismos ativos de reorganização do ambiente informacional. Ao reduzir seletivamente a visibilidade de determinados perfis ou conteúdos, a plataforma ajusta o meio no qual sujeitos percebem, interagem e constroem referências sociais.

Essa operação confirma a leitura de Deleuze (2013) acerca da modulação contínua como forma de poder característica das sociedades de controle. Não se trata de interditar, mas de ajustar fluxos, intensidades e probabilidades, governando o possível a partir do próprio ambiente técnico.

A arquitetura técnica da modulação digital psicopolítica não se limita às plataformas em si, mas se estende por meio das APIs (*Application Programming Interfaces* – Interface de programação de Aplicações), que funcionam como interfaces de interoperabilidade entre sistemas distintos. Como observa Spagnoletti, Resca e Lee (2020), as APIs constituem o núcleo da *extensibilidade arquitetural* das plataformas, permitindo a incorporação de aplicativos externos e a circulação contínua de dados entre diferentes serviços digitais.

Essa estrutura torna o ecossistema das *Big Techs* um ambiente interconectado e adaptativo, onde cada interação, mesmo fora da aplicação principal, pode ser registrada, datificada e reintroduzida no circuito preditivo central. Em outras palavras, as APIs ampliam o alcance da modulação digital psicopolítica, convertendo toda a web num espaço potencial de coleta e retroalimentação comportamental.

Arquitetura simbólica da modulação digital psicopolítica

Além da infraestrutura técnica, a modulação digital psicopolítica se sustenta sobre uma arquitetura simbólica, responsável por naturalizar as formas de poder e converter controle em liberdade. Essa camada organiza as representações, discursos e interfaces de sentido que dão legitimidade ao funcionamento técnico. Sob discurso da personalização e da conveniência, as plataformas constroem narrativas de autonomia e escolha individual, ao mesmo tempo em que delimitam invisivelmente o campo do possível. Como lembra Han (2017), o poder contemporâneo não se impõe por proibição, mas por sedução: ele convida o sujeito a participar, a se expor a performar.

A arquitetura simbólica, portanto, é o domínio da linguagem e da imagem, onde se formam os signos da positividade e do sucesso. Ela é visível na estética das plataformas, na interface limpa, nas notificações coloridas, nas métricas de engajamento, e, invisível em seus algoritmos de valoração. O que está em jogo é um regime de signos que organiza a experiência da visibilidade, determinando que é digno de aparecer e o que permanece oculto.

Embora o *shadowban* se realize como uma operação técnica algorítmica, seus efeitos extrapolam o plano infraestrutural e incidem diretamente sobre a arquitetura simbólica da modulação digital psicopolítica. Ao tornar perfis e conteúdos invisíveis, a plataforma não apenas reorganiza fluxos informacionais, mas redefine simbolicamente quem pode aparecer, circular e ser reconhecido no espaço digital. A visibilidade, nesse contexto, deixa de ser uma condição relacional construída intersubjetivamente e passa a ser mediada por arquiteturas técnicas opacas, que operam como instâncias de validação e exclusão simbólica.

Em diálogo com Butler (2015; 2019b), pode-se afirmar que essa suspensão algorítmica da visibilidade implica também a suspensão das condições de reconhecimento. Se, para Butler, o reconhecimento depende da inteligibilidade social, isto é, da possibilidade de aparecer dentro de quadros normativos que tornem uma vida reconhecível, o *shadowban* desloca esse processo para o plano técnico. Não se trata apenas de não ser visto, mas de tornar-se simbolicamente ininteligível dentro do regime de visibilidade da plataforma, como se determinadas existências, discursos e modos de vida deixassem de compor o horizonte do socialmente reconhecível.

Essa gestão algorítmica da visibilidade produz, assim, um processo de higienização social digital, no qual determinados grupos, pautas e corpos são sistematicamente deslocados para zonas de sombra simbólica. Não se trata de censura explícita ou apagamento formal, mas de um apagamento infraestrutural que impede a produção de sentido, valor e reconhecimento. Ao não aparecerem, esses sujeitos deixam de integrar o mundo social percebido, naturalizando ausência e consolidando uma experiência digital filtrada, hierarquizada e politicamente orientada.

Como efeito dessa dinâmica, a modulação algorítmica da visibilidade não atua apenas sobre comportamentos individuais, mas captura os horizontes coletivos de percepção, reconhecimento e valor. Ao restringir quem pode aparecer e circular, a plataforma conforma coletivamente o campo do que é percebido como existente, relevante e legítimo. Mesmo que os usuários estejam inseridos em bolhas informacionais específicas, deixam de entrar em contato com determinados discursos e modos de vida, o que contribui para a naturalização dessas ausências e para a produção de subjetividades ajustadas ao mundo social previamente filtrado.

Essa camada simbólica não apenas mascara o controle técnico, mas o traduzem valores sociais e morais: eficiência, conectividade, transparência, produtividade. Como destaca a Santaella (2018), a cultura digital opera uma

pedagogia da visibilidade, na qual a exposição constante é apresentada como requisito da existência social. Assim, o sujeito internaliza o imperativo da performance como linguagem comum, e o controle se realiza sob a forma de participação voluntária. Como observa Sadin (2018), a silicolonização do mundo consiste precisamente nessa conversão da técnica em cultura, uma cultura orientada por métricas, rankings e algoritmos que traduzem o humano em dado.

Na arquitetura simbólica da modulação digital psicopolítica, o poder se realiza também através de uma gramática das emoções, instaurada nas interfaces e nos sistemas de significação das plataformas. Como apontam Artieri, García-Bilbao e La Rocca (2022), as arquiteturas de interação, notadamente os botões de reação, os emojis e as narrativas visuais, instauram uma cultura das emoções digitais, no qual o sentir é traduzido em linguagem operacionalizável. Essa cultura não apenas expressa afetos preexistentes, mas os produz e os direciona, ao definir quais emoções são possíveis, legítimas e compartilháveis dentro do ambiente digital, inserindo o afeto dentro de uma gramática simbólica da visibilidade e aprovação.

Sob essa lógica a expressividade afetiva se converte em elemento central da sociabilidade contemporânea. A emoção torna-se um signo socialmente codificado, reconhecido apenas quando escrito nos formatos que a plataforma oferece. Dizer que “curtiu”, “amei” ou “me irritei”, não é apenas manifestar uma emoção, mas performar um papel dentro da cultura simbólica da visibilidade, em que o reconhecimento passa pela demonstração pública e quantificável do sentir. O afeto, portanto, é sintetizado em signos e índices, transformando-se em dado mensurável, um ato semiótico que simultaneamente comunica e produz subjetividade.

Nesse sentido, a semântica da interação não é neutra, mas emocionalmente orientada. Cada botão, cada ícone e cada reação traduzem modelos normativos de sensibilidade, que se alinham à lógica da modulação digital psicopolítica: a emoção deve ser positiva, comunicável e produtiva. A tristeza, a ambiguidade e o silêncio tornam-se ruídos simbólicos no regime da transparência (Han, 2017), enquanto a felicidade, a empatia e o entusiasmo são recomendados com visibilidade. O sentir, assim, passa por uma curadoria e é administrado pela interface, que canaliza as formas de expressão emocional em circuitos de aprovação e pertencimento.

Essa arquitetura simbólica das emoções, ao mesmo tempo em que aparenta democratizar o sentir, homogeneíza as formas de expressão, instaurando um léxico afetivo global (Artieri et al., 2022). Ao curtir ou reagir, o sujeito não apenas comunica

uma emoção, mas alinha-se a um repertório coletivo de respostas que reforçam a ordem simbólica das plataformas. A emoção é, portanto, politizada pela técnica e estetizada pela interface, tornando-se um dos principais vetores da modulação digital psicopolítica.

Arquitetura afetiva da modulação digital psicopolítica

Por fim, a modulação digital psicopolítica é sustentada por uma arquitetura afetiva, que atua diretamente sobre os estados emocionais e sobre o desejo. Se o poder disciplinar incidia sobre os corpos e o biopoder sobre a vida biológica, o psicopoder, em sua expressão digital, captura a dimensão pulsional, transformando afetos em vetor de controle. Conforme Lazzarato (2006), o capitalismo toma a subjetividade em todos os seus aspectos (imaginação, inteligência, afetos e linguagem), tornando-a um espaço de produção, e nesse processo se apropria do afeto e o modula continuamente.

As plataformas não apenas medem a atenção e afetos: elas a produzem e a modulam, regulando o ritmo da excitação, da recompensa e da frustração (Artieri et al., 2022). A economia da dopamina digital descrita por Lembke (2021), mostra como o sistema de notificação, curtidas e recompensas intermitentes mobilizam mecanismos neuroquímicos de prazer e ansiedade, mantendo o sujeito permanentemente conectado.

Essa arquitetura afetiva é o território onde o poder se torna mais sutil e eficaz, pois não age sobre o sujeito de fora, mas a partir de dentro (da psique), da expectativa, do medo de exclusão. Ela organiza um regime emocional coletivo, em que a validação algorítmica substitui o reconhecimento intersubjetivo, e o desejo é constantemente reorientado por métricas de engajamento. Han (2015) denomina esse fenômeno de “autoexploração afetiva”: o sujeito crendo agir livremente converte seus próprios afetos em força produtiva.

Nessa arquitetura, o sujeito é conduzido a desejar a própria exposição, e a encontrar prazer na autoexploração. O controle, assim, torna-se afetivo, isto é, internalizado, confundido com liberdade e dominação. Como sintetiza Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal transforma o “trabalho sobre si” em norma universal da existência, e as plataformas digitais apenas dão forma técnica e sensorial a esse imperativo.

Como observa Lazzarato (2006; 2014), o capitalismo cognitivo desloca a exploração do corpo físico para a captura da subjetividade, mobilizando afetos como forças produtivas. O poder atua sobre o sentir, organizando as emoções e modulando as disposições afetivas de modo a torná-las economicamente rentáveis. Essa modulação afetiva, agora operada por dispositivos digitais, é o que sustenta o regime psicopolítico contemporâneo. A modulação digital psicopolítica, portanto, é simultaneamente técnica simbólica e afetiva, uma engrenagem totalizante que funde cálculo e sensibilidade, previsibilidade e prazer, vigilância e desejo.

A arquitetura afetiva da modulação digital psicopolítica pode ser observada na própria estrutura das redes sociais. Um exemplo ilustrativo é o sistema de reações do Facebook, os botões “curtir”, “amei”, “triste”, “raiva” e “uau”, que funciona como interfaces de codificação emocional. Ao permitir que o usuário expresse sentimentos por meio de ícones padronizados, a plataforma não apenas coleta dados afetivos, mas também modela a experiência emocional.

Como observam Artieri, García-Bilbao e Rocca (2022), as redes sociais não apenas refletem emoções, mas as produzem e as organizam dentro de uma cultura comunicativa afetiva. Os ambientes digitais se tornam verdadeiros “ecossistemas de emoções”, nos quais a arquitetura das interfaces, as cores, as reações, as notificações, opera como uma linguagem emocional que regula os fluxos de afeto e a intensidade de participação.

O caso dos botões de reação do Facebook evidencia como a arquitetura técnica (as interfaces), arquitetura simbólica (a gramática da visibilidade da performance) e a arquitetura afetiva (a codificação das emoções) convergem na produção da subjetividade conectada. Esses dispositivos não apenas permitem a expressão das emoções, eles criam as condições para que determinadas emoções sejam produzidas e compartilhadas. Assim, alegria, raiva, medo ou empatia não são apenas sentimentos pessoais, mas produtos da ambiência digital, calibrados pela lógica da atenção e da visibilidade.

Essa lógica representada de forma quase didática no filme *Divertidamente* (Pixar, 2015; 2024), em que as emoções são tratadas como agentes que disputam o controle da ação. Da mesma forma, as plataformas articulam emoções para produzir previsibilidade: a raiva gera engajamento, o medo retém o olhar, a empatia prolonga a presença. O ambiente digital, portanto, não apenas espelha afetos humanos — ele

e os programa e os redistribui, integrando-os ao circuito econômico da modulação digital psicopolítica.

Compreender a modulação digital psicopolítica é reconhecer que o poder, na contemporaneidade, opera como o circuito total: da infraestrutura técnica ao imaginário simbólico, e deste a economia afetiva, que captura e retroalimenta desejo. Essa engrenagem, sustentada por lógicas de previsibilidade, visibilidade e recompensa, inaugura uma nova forma de sujeição imanente, na qual a liberdade se confunde com o imperativo de participação. No plano técnico, essa operação se concretiza por meio da modulação algorítmica, o nível micro do poder psicopolítico, onde o cálculo e a previsão se tornam instrumentos de governo da subjetividade. É a partir dela que se pode compreender a operacionalização concreta do psicopoder digital, analisada no tópico seguinte.

O detalhamento técnico dessa arquitetura, suas camadas operacionais e mecanismos de modulação, será apresentado a seguir, no tópico dedicado à arquitetura técnica da modulação digital. Nos capítulos seguintes, o conceito será mobilizado para compreender as formas pelas quais os jovens internalizam e reproduzem a modulação algorítmica, seja de modo direto, nas interações com as plataformas, seja de modo distribuído, nas dinâmicas relacionais e afetivas que se prolongam fora delas, ou ainda de forma reflexiva não autônoma, quando os sujeitos conformam seus comportamentos a partir da lógica da modulação.

4.1. Arquitetura técnica da modulação algorítmica

Como já mencionamos anteriormente, as novas tecnologias da informação e da comunicação, somadas à arquitetura da modulação digital que intermedeia o acesso as mídias digitais, juntamente com as interações dos sujeitos com inúmeros aplicativos e ferramentas de busca, produzem um volume excepcional de dados. Esses dados, que são coletados a partir dos rastros digitais que os usuários disponibilizam voluntariamente, passam a compor o *Big Data*. Parte desse conjunto é utilizada para a modular os sujeitos, integrando-se aos processos contemporâneos de controle e vigilância que atravessam a sociedade atual.

No processo de modulação promovido pelas plataformas digitais, os dados, deixados voluntariamente pelos usuários, resultantes de seus rastros digitais, permitem que a arquitetura algorítmica capture, processe e module aquilo que será disponibilizado aos sujeitos nas redes sociais (Silveira, 2017, 2021a; Machado, 2021).

Essas plataformas, por meio de sistemas preditivos, filtram a comunicação e a interação que ocorrem em seus ambientes. A partir das informações capturadas, realiza-se o perfilamento dos usuários, com base na detecção de padrões de comportamento e na alocação dos perfis em bolhas informacionais (Pariser, 2011). De posse desses dados, o processamento algorítmico direciona conteúdos e personaliza disparos (*output*), modulando comportamentos futuros, processo que denominamos *modulação algorítmica*.

A captura de dados, contudo, não se restringe ao interior de uma única plataforma: ela se realiza em camadas interconectadas de rastreamento que compõe o vasto ecossistema técnico de vigilância distribuída (Lyon, 2018; Silveira, 2021a). Nesse contexto, Anne Helmond (2015) introduz o conceito de interoperabilidade para descrever o modo como diferentes plataformas, sites e aplicativos tornam seus dados mutuamente compatíveis e processáveis. A interoperabilidade, nesse sentido, é uma característica estrutural da web contemporânea: ela transforma cada interação digital em um ponto de coleta e correlação, permitindo que informações circulem entre sistemas distintos e mantenha sua legibilidade algorítmica.

A modulação algorítmica, portanto, ultrapassa o espaço circunscrito da interação sujeito-plataforma e passa a operar em um regime interplataformal, no qual diferentes ambientes digitais compartilham, correlacionam e retroalimentam dados entre si, como salienta Anne Helmond (2015) e Mark Andrejevic (2020). A interoperabilidade, que possibilita esse trânsito de dados entre sistemas heterogêneos, constitui um dos pilares invisíveis do capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016) e, ao mesmo tempo, a base operacional do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020). Se, por um lado, ela viabiliza o funcionamento econômico das plataformas, garantindo a circulação, o acúmulo e a monetização de dados em escala global (Srnicek 2016), por outro, permite a expansão do poder psicopolítico sobre a vida conectada (Zuboff, 2020; Han, 2015).

Ao sincronizar bancos de dados, dispositivos e protocolos de diferentes origens, a interoperabilidade converte a infraestrutura técnica em um dispositivo de governo, no qual o cálculo econômico e o cálculo comportamental se confundem. Nesse regime, o dado deixa de ser apenas recurso econômico e torna-se matéria política, através do qual o capitalismo produz subjetividade e governamentalidade. Ao permitir que infraestruturas distintas se comuniquem e troquem informações, ela

dissolve as fronteiras entre plataformas, setores econômicos e esferas da vida, transformando o ecossistema digital e uma teia de vigilância contínua.

Essa conectividade total, apresentada como inovação técnica e conveniência funcional, é também um mecanismo de poder, pois viabiliza a extensão da modulação algorítmica a todos os domínios da experiência. O sujeito já não é observado apenas quando interage, mas mesmo quando circula, se desloca ou permanece nativo. A interoperabilidade converte o cotidiano em dado e o dado em matéria de governo, instaurando um regime de visibilidade difusa e predição permanente, na qual o poder psicopolítico age pela sincronização dos rastros e pela integração global das infraestruturas.

Esse regime de interoperabilidade envolve múltiplos sistemas técnicos e esferas de captura, que se articulam para produzir um fluxo contínuo de vigilância e predição. Entre eles estão as redes sociais, os mecanismos de busca, os sistemas operacionais, os aplicativos de mensagens, os dispositivos móveis, os sistemas de vigilância (câmeras urbanas e domésticas), os dispositivos de biocaptura, *smartwatches*, pulseiras fitness, sensores corporais (microchips, implantes subcutâneos, sensores neurais), anéis e óculos inteligentes, além dos veículos conectados e das infraestruturas de automação residencial (casas inteligentes).

Nesse sistema, o perfilamento e a análise preditiva não derivam apenas dos rastros deixados pelo sujeito no Instagram, mas também das informações extraídas em múltiplas interfaces de uso, conectados por mecanismos invisíveis de interoperabilidade (Helmond, 2015; Bucher, 2018). As empresas que compõem o mesmo conglomerado corporativo, como a Meta que integra Instagram, Facebook, WhatsApp e Threads, articulam seus bancos de dados por meio de uma infraestrutura de integração interna, possibilitando uma visão totalizada do comportamento, dos interesses e das redes de relação de cada usuário (Zuboff, 2020; Silveira, 2021a).

Contudo a integração de dados não ocorre apenas dentro das fronteiras corporativas de conglomerados como a Meta. Ela se estende para além delas, formando um sistema de interoperabilidade comercial e técnica que conecta diferentes plataformas, empresas e dispositivos em uma mesma lógica de captura e predição (Helmond, 2015; Bucher, 2018). Assim, o mesmo rastro digital, uma busca no Google, uma compra em um site de e-commerce, a sincronização de um smartwatch ou a interação em um aplicativo de jogos, é coletado e redistribuído entre múltiplos sistemas (Andrejevic, 2020; Zuboff, 2020).

Cada um desses ambientes opera como um nó de captura e correlação, trocando informações por meio de pixels de rastreamento, SDKs (*Software Development Kits* – Kit de Desenvolvimento de Software), cookies e APIs publicitárias (*Application Programming Interfaces* – Interface de Programação de Aplicações), que permitem sincronizar identificadores e vincular a identidade do usuário através de logins, dispositivos e contextos de uso distintos (Helmond, 2015; Silveira, 2021b). Desse modo, um dado gerado fora do Instagram pode ser utilizado para alimentar a predição dentro dele: o movimento corporal registrado por um relógio inteligente, as buscas por produtos esportivos ou o tempo de permanência em um anúncio são convertidos em perfis probabilísticos, vendidos a anunciantes e reinjetados nas redes sociais sobre a forma de estímulos personalizados (Zuboff, 2020; Andrejevic, 2020).

A interoperabilidade interplataformal revela, assim, o caráter difuso da modulação algorítmica: o sujeito é seguido em todos os espaços digitais e retroalimentado por eles, independentemente de onde tenha deixado o rastro (Bucher, 2018; Silveira, 2021b). Como observa Benjamin H. Bratton (2021), as plataformas operam como camadas de uma infraestrutura planetária, uma “pilha” de governança técnica, na qual a interoperabilidade e o controle dos fluxos de dados constituem novas formas de soberania digital. Ao empregar o termo interplataformal, fazemos referência não apenas à comunicação entre diferentes plataformas digitais, mas a articulação entre as suas lógicas sociotécnica e infraestruturais.

Seguindo Helmond (2015), compreender as plataformas como sistemas de interoperabilidade implica reconhecê-las como estruturas dinâmicas de extração, circulação e recombinação de dados. O adjetivo “interplataformal” designa, portanto, o regime em que tais infraestruturas operam de forma integrada, sincronizando o banco de dados, protocolos e fluxos de modulação que atravessam os limites corporativos e técnicos de cada plataforma. Diferentemente de um simples funcionamento interplataforma, que se restringe a compatibilidade de sistemas, o “interplataformal” expressa a dimensão política e psicopolítica da interoperabilidade, pela qual a conectividade técnica se converte em governo do comportamento e dos afetos (Helmond, 2015; Bucher, 2018; Bratton, 2021).

Essa interligação é reforçada pela sincronização de identificadores, logins unificados e APIs compartilhadas, que transformam o fluxo de dados em um ambiente contínuo de observação e cálculo, onde a fronteira entre plataformas deixa de existir (Helmond, 2015; Srnicek, 2016). Assim, compreender a profundidade da modulação

algorítmica exige examinar brevemente o funcionamento técnico que a sustenta, uma infraestrutura invisível de rastreamento e interoperabilidade que viabiliza captura continua de dados e assegura a governamentalidade psicopolítica da vida conectada (Han, 2015; Dardot e Laval, 2016).

Ainda antes da consolidação do capitalismo de vigilância descrito por Zuboff, Buckingham (2012) já identificava o deslocamento do marketing comunicacional para um regime de captação contínua, no qual a interação passa a funcionar como forma de coleta. Em sua análise sobre o consumo na infância, o autor demonstra como práticas participativas e “imersivas”, *advergames* (jogos publicitários online), campanhas virais, interações patrocinadas e rastreamento de tendências, convertem o engajamento lúdico em fonte de informação comportamental.

O que se apresenta como conveniência, diversão ou personalização é, na realidade, infraestrutura de coleta e segmentação, sustentada por dispositivos de monitoramento e análise preditiva. Buckingham (2012) antecipa, assim, a passagem do marketing persuasivo para o marketing algorítmico, no qual a experiência deixa de ser apenas representada e passa a ser continuamente extraída, quantificada e recombinada. Essa dinâmica inaugura o princípio da modulação algorítmica do comportamento, em que a captura se torna difusa e permanente, movimento que, nos anos seguintes, se materializará nas arquiteturas técnicas de rastreamento e interoperabilidade que sustentam a modulação multiplataforma contemporânea.

O rastreamento multiplataforma é viabilizado por elementos invisíveis de codificação, como cookies, SDKs e pixels de rastreamento, que conectam entre si aplicativos, sites e redes sociais. Os SDKs, embutidos no código de inúmeros aplicativos, funcionam como extensão de vigilância: permitem que grandes plataformas coletem dados de uso, localização e comportamento mesmo fora de seus próprios ambientes (Helmond, 2015; Silveira, 2021b). Já os pixels de rastreamento, pequenos fragmentos de códigos inseridos em páginas e anúncios, registram cada visualização e interação do usuário, enviando essas informações a servidores externos (Zuboff, 2020; Lyon, 2018). Dessa forma, o sistema de vigilância distribui-se por toda a infoesfera (Silveira, 2021b), tornando o sujeito continuamente observável e correlacionável, ainda que ele acredite estar apenas navegando de forma independente entre diferentes plataformas.

No cotidiano digital o sujeito é constantemente interligado a múltiplos sistemas por meio de módulos de autenticação e integração invisíveis. Ao acessar um aplicativo

usando as opções “Entrar com Google”, “Entrar com Apple”, ou “Entrar com o Facebook”, por exemplo, o usuário aciona um SDK, um pacote de código que conecta o aplicativo à infraestrutura de dados dessas corporações. Essa conexão, apresentada como mera conveniência técnica, permite que as grandes plataformas coletem informações de uso mesmo em contextos externos, compondo uma rede integrada de rastreamento e análise comportamental (Helmond, 2015; Silveira, 2021; Zuboff, 2020).

A integração técnica entre contas, aplicativos e dispositivos transforma o sujeito conectado em uma identidade contínua, cuja experiência digital nunca se encerra. Mesmo em repouso o corpo técnico permanece ativo, trocando dados de localização, uso e preferências. Esse regime de rastreamento persistente dissolve a distinção entre agir e está, entre presença e ausência, instaurando o que denomino de *modulação da passividade*. O sujeito é permanentemente capturável, ainda que acredite estar desconectado.

Por *modulação da passividade* entendo o regime pelo qual sistemas de rastreamento e predição extraem sentido também do *não agir*: o tempo de rolagem, a permanência silenciosa numa tela, a geolocalização em repouso, a telemetria de dispositivos (bateria, sensores, dispositivos vestíveis). Esses microestados são recombinados em perfis probabilísticos e reapresentados ao sujeito sob a forma de recomendações, notificações e convocações atencionais, fechando o circuito de captura e retroalimentação (Andrejevic, 2013; Zuboff, 2020; Han, 2015; Lyon, 2018; Silveira, Cassino e Souza, 2021).

A vigilância digital contemporânea, como observam Couldry e Mejias (2019), constitui um ecossistema ubíquo, isto é, um regime de coleta e análise de dados que se estende a todos os espaços e temporalidades da vida social. Essa ubiquidade não se limita às telas ou às plataformas: ela se infiltra nas infraestruturas que sustentam o cotidiano, conectando o sujeito às redes de captura de forma ininterrupta. Nessa ambiência, *a modulação da passividade* revela-se como o correlato subjetivo do que os autores chamam de colonialismo de dados (Couldry e Mejias, 2019; 2022; Couldry, 2020), uma forma de apropriação contínua da vida que transforma até mesmo a inatividade em valor informacional.

Como argumentam Couldry e Mejias (2019; 2022) o colonialismo de dados institui uma nova forma de apropriação da vida cotidiana, em que a extração de dados se torna autônoma em relação a ação do sujeito. Mesmo em repouso ou silêncio, a

vida é tratada como recurso computável, consolidando um regime de subjetivação em que a existência é capturada em latência, condição que denomino de modulação da passividade. O sujeito, ainda que imóvel, continua produtivo para o sistema, pois sua própria latência é integrada à lógica da extração e cálculo.

Zuboff (2020) identifica neste processo a consolidação de uma “ordem instrumentária”, um modelo de poder que governa por meio da extração total do comportamento, integrando os sistemas técnicos, os ambientes físicos e as rotinas emocionais dos indivíduos. Lyon (2018) e Silveira, Cassino e Souza (2021) ampliam essa leitura ao demonstrar que a vigilância contemporânea é ambiental e relacional: ela se distribui por objetos, sensores e fluxos urbanos, configurando um poder que se exerce pela conexão e não pela imposição.

Veículos inteligentes, por exemplo, constituem nós móveis desse ecossistema: eles capturam dados de localização, velocidade, voz, expressões faciais e padrões de atenção do condutor, conectando o sujeito à malha informacional que interliga casa, cidade e plataforma (Lyon, 2018). Assim, o automóvel deixa de ser apenas um meio de transporte e converte se em um dispositivo de captura e correlação, capaz de cruzar informações do ambiente físico com os dados gerados em aplicativos, redes sociais e dispositivos domésticos.

Essa integração evidencia a passagem de um regime de vigilância localizada para um modelo ecossistêmico ubíquo, no qual as fronteiras entre sujeito, máquina e ambiente se dissolvem. Como apontam Couldry e Mejias (2019), tal ecossistema não apenas observa, mas produz realidade: ele transforma o espaço social em infraestrutura de dados e converte cada ação, ou mesmo a ausência dela, em material para cálculo, predição e modulação.

Mesmo quando o sujeito não está autenticado em uma conta, seja do Google ou de um e-commerce, sua navegação permanece sob vigilância. Cada clique, rolagem, tempo de permanência e página visitada é registrado por meio de cookies, *fingerprints*, pixels e identificadores de dispositivo que funcionam como rastros temporários do comportamento (Zuboff, 2020; Lyon, 2018).

Esses rastros são armazenados de forma latente, vinculados a identificadores provisórios que aguardam a correlação com uma identidade pessoal. No momento em que o usuário realiza um login, seja para acessar um e-mail, efetuar uma compra ou conectar-se a uma rede social, o sistema sincroniza automaticamente esses dados

pretéritos, associando-os à sua conta e atualizando seu perfil comportamental (Helmond, 2015; Silveira, 2021a).

Tecnicamente, esse processo inicial de coleta de dados, e de sua vinculação provisória por identificadores técnicos como IPs, cookies, *fingerprints* e *devices Ids*, é conhecido como rastreamento passivo ou identificação *diferida (deferred identification*). Trata-se de uma etapa prévia ao *profiling* em latência, momento em que os dados ainda não compõem um perfil plenamente definido, mas já alimentam a arquitetura preditiva do sistema (Andrejevic, 2014; Bucher, 2018; Helmond, 2015; Zuboff, 2020; Lyon, 2018). Trata-se, portanto, de uma forma de captura silenciosa, anterior à modulação visível: o sujeito ignora que sua própria navegação fornece os insumos que, mais tarde serão reidentificados e convertidos em personalização. Essa forma de vigilância passiva evidencia que, na economia digital, a ausência de conexão não implica a ausência de captura: o sujeito é rastreado mesmo fora da própria consciência de estar sendo observado, e seus dados em espera tornam-se imediatamente moduláveis assim que uma credencial é fornecida.

Cada ação do usuário (uma busca no Google, um like no Instagram, um vídeo assistido no YouTube, um deslocamento geográfico com o celular no bolso), gera um registro datificado que se integra as bases cruzadas de informação. Esse processo de captura multiplataforma é viabilizado por pelos dispositivos móveis e pelas permissões automatizadas concedidas nos aplicativos, muitas vezes aceita sem leitura crítica dos termos de uso (Zuboff, 2020). O modelo de consentimento digital, apresentado como escolha individual, funciona como um mecanismo de autorização generalizada para a extração contínua de dados (Han, 2015; Silveira, 2021a).

Assim, enquanto o usuário acredita agir livremente, sensores, cookies, microfones e sistemas de geolocalização coletam e armazenam informações sobre seu cotidiano, desde o trajeto percorrido até conversas próximas captadas por dispositivos vinculadas à conta Google. Estratégias sedutoras, como o “check-in” em locais visitados ou a recomendação personalizada de trajetos e conteúdo, operam como dispositivos de captura travestidos de conveniência (Lyon, 2018; Pariser, 2011).

A experiência de uso torna-se, portanto, uma superfície de vigilância ativa, onde cada gesto é simultaneamente ação e dado, revelando o modo como o poder psicopolítico captura o desejo e transforma a vida cotidiana em fluxo contínuo de informação (Han, 2015; Zuboff, 2020). No entanto, esse processo não se encerra na coleta ou na vigilância difusa. O que caracteriza a modulação algorítmica é o retorno

desse fluxo: o dado extraído é processado e devolvido ao sujeito sob novas formas de estímulo, visibilidade e consumo.

Entre as diversas camadas de vigilância que compõem o ecossistema digital, a captura da passividade emerge como uma das dimensões mais sutis e eficazes da modulação algorítmica. Dispositivos dotados de microfones, smartphones, assistentes virtuais, televisores inteligentes e aplicativos que requerem acesso ao áudio, permanecem em estado de escuta contínua, legitimadas por permissões técnicas aceitas nos termos de uso. Nessa lógica, o microfone deixa de ser um instrumento de comunicação e converte se em sensor de captura ambiental, registrando sons e conversas que ocorrem no entorno do usuário.

Andrejevic (2014) descreve esse fenômeno como uma economia de escuta passiva, na qual a informação é extraída mesmo quando o sujeito não se comunica ativamente com o sistema. Zuboff (2020) observa que os dispositivos inteligentes (câmeras, microfones, sensores e assistentes digitais) expandem a fronteira da vigilância para dentro do espaço doméstico, transformando o ambiente cotidiano em fonte contínua de dados comportamentais.

Não se trata apenas, por exemplo, da captura de uma escuta literal através de um serviço de comando de voz, mas da vigilância difusa que transforma todo o gesto, pausa ou hesitação em dado potencial. Dispositivos e plataformas registram o tempo de rolagem, o olhar que se detém, o toque que não ocorre, o vídeo que quase foi visto, a página que foi abandonada. A própria inatividade se torna informativa.

Como observa Zuboff (2020), cada microcomportamento, mesmo o não executado, é traduzido em rastro preditivo compondo o circuito que ela denomina “excedente comportamental”. O que está em jogo não é apenas o registro do que o sujeito faz, mas a captura daquilo que ele poderia ter feito: o olhar que hesita, o toque que não ocorre, o vídeo interrompido, a página visitada sem login.

Andrejevic (2014) descreve esse fenômeno como uma economia da escuta passiva, um regime de vigilância que captura o sujeito mesmo em repouso, extraindo sentido daquilo que ele não diz nem faz. Cada gesto latente é interpretado como índice do desejo, medo ou atenção futura, e integrado a um circuito de inferências que produz o sujeito como possibilidade calculada. Lyon (2018) e Silveira (2021a), lembram que essa forma de vigilância se legitima pela promessa de eficiência e conveniência, dissolvendo a percepção de controle em interfaces amigáveis e interativas.

Nessa ambiência, o poder psicopolítico já não precisa ordenar nem persuadir: basta registrar. A subjetividade é modulada também em sua latência; o silêncio, a pausa e o desvio tornam-se superfícies de cálculo, onde a vida é reduzida à probabilidade e à predição (Han, 2015). A análise algorítmica captura o possível antes que ele se realize, operando como uma forma de *governo antecipatório* do comportamento. Não se trata mais de observar o sujeito, mas de produzir os contornos do seu agir.

Este processo de captura e perfilamento dos sujeitos não necessita ser realizado em cada um deles individualmente. Basta realizar a análise preditiva relacional a partir dos dados de um usuário para que se perfile os comportamentos de inúmeros outros. Pesquisadores como Bruno, Bentes e Faltay (2019), observam que este processo, antes realizado em duas etapas, uma de coleta e armazenamento e outra de processamento preditivo, possibilitou uma espécie de mapeamento de perfis e comportamentos.

Esse processo, que se realizava em duas etapas, agora associado a novos desenvolvimentos algoritmos de inteligência artificial, possibilitam que a captura e modulação algorítmica seja realizada em uma única etapa. Ou seja, a captura e a modulação de comportamentos ocorrem de forma instantânea, no momento em que o sujeito está interagindo na rede social. No interior das plataformas, o processo de modulação configura um circuito fechado de captura e retroalimentação contínua (Silveira, 2021a; Zuboff, 2020).

Como nos alerta Zuboff (2020), o comportamento humano é expresso em dado, processado e devolvido após a predição para interface do usuário, onde se torna instrumento de modulação do comportamento do próprio sujeito. Desta forma, cada gesto, pausa, olhar, clique ou hesitação do sujeito é convertido em dado primário, o real vivido que é imediatamente datificado, classificado, segmentado e transformado em insumo para análise preditiva (Bucher, 2018; Machado, 2021), que depois é devolvido ao sujeito em um ambiente controlado pelos algoritmos.

O funcionamento das plataformas digitais baseia se em um circuito contínuo de retroalimentação entre o sujeito e o algoritmo. Na interface do feed, o que o usuário recebe (postagens, recomendações, anúncios) constitui o *input* de sua experiencia, ou seja, o ponto de entrada da modulação simbólica. Suas reações a esse fluxo (os cliques, curtidas, comentários, tempo de permanência, compartilhamentos e até o gesto de rolar a tela) convertem-se em *output* comportamental, que retorna ao sistema

como novo input a ser processado. O algoritmo interpreta esses sinais, recalcula probabilidades e devolve ao sujeito conteúdos ajustados, fechando o ciclo de estímulo e resposta. Assim, o que é dado de saído do usuário torna-se entrada para o sistema, e o que é entrada para o sujeito é, na verdade, o produto da analise preditiva de seus próprios rastros.

Essa reversibilidade contínua dissolve as fronteiras entre ação e reação, consumo e produção, instaurando uma forma de poder que governa o possível pela retroação constante. Assim, o sujeito deixa de interagir com o mundo para interagir com uma versão preditiva de si mesmo, sendo modulado a partir do reflexo que o sistema lhe devolve. É nesse movimento circular que a modulação algorítmica se afirma como tecnologia de poder, pois forma o campo da experiência subjetiva.

Esse movimento não apenas interpreta o comportamento, mas o produz (Lazzarato, 2006; 2014): o retorno que chega à interface do sujeito já é resultado da operação preditiva, é o efeito de uma leitura algorítmica que reorganiza o campo do possível (Lazzarato, 2014; Deleuze, 2013). A experiência deixa de ser espontânea para tornar se um produto calculado, uma resposta à modulação técnica que organiza o fluxo do visível. Nesse ponto, o sujeito já não se relaciona com o mundo, mas com um mundo mediado pela racionalidade da máquina (Han, 2015), o real reconfigurado em dado e devolvido como experiência.

Uma vez consolidado esse regime de interoperabilidade e predição, emerge o ponto de contato regulado com o exterior. É nesse contexto que as APIs (Interfaces de programação de Aplicações) emergem como o dispositivo de passagem entre o invisível e o visível, entre a infraestrutura técnica da modulação e a superfície simbólica onde ela se manifesta (Bratton, 2015; Helmond, 2015). Assim como uma telefonista que conecta chamadas, a API é a porta que liga o exterior ao interior da plataforma, ela define quem pode chamar, o que pode ser dito e o quanto da voz do outro será ouvido. Tal como observa Bucher (2018), a API é uma forma de política algorítmica: ela decide o que pode aparecer, quem pode acessar e em que condições.

O dado que atravessa esta porta, porém nunca é o dado bruto (o real), mas o excedente comportamental, já processado e preditivo (Zuboff, 2020). O que se oferece é sempre o simulacro do real, o dado já modulado, processado e categorizado dentro do circuito de análise preditivo. Ou seja, a API não traduz o mundo, ela traduz o mundo já traduzido, o real tornado signo e mercadoria (Lazzarato, 2014; Bucher, 2018). O que sai da infraestrutura técnica não é a vida em sua materialidade, mas a

representação calculada de uma vida convertida em padrão, tendência e predição. Nesse sentido, como destaca Silveira (2021b), a API é uma das expressões do momento em que o poder técnico se manifesta na cultura.

A API, portanto, é o ponto de condensação onde o poder técnico se torna simbólico. É nela que o invisível da modulação algorítmica se converte em narrativa visível, em publicidade, conteúdo, recomendação ou tendência Spagnoletti, Resca e Lee (2020). Ela cristaliza o que Deleuze (2013) chamaria de modulação contínua do poder: o controle não se dá pela coerção, mas pela arquitetura do possível, pela modelagem imperceptível do campo de ação. Nesse sentido, a API é o operador da modulação simbólica, pois é por meio dela que os resultados da análise preditiva, as inferências sobre o desejo, o humor, o medo e o gosto, se transformam em estímulos dirigidos, em narrativas culturais e afetivas que modulam o sujeito na superfície de sua própria experiência.

Como observa Helmond (2015), as APIs constituem o principal canal de interoperabilidade entre plataformas e agentes externos, permitindo acesso controlado ao ecossistema de dados. Antes de chegar a esse ponto de contato, é preciso compreender que todo contrato firmado entre uma empresa, grupo político, organização religiosa ou qualquer outro agente interessado em atuar dentro da ambiência digital das plataformas se materializa tecnicamente através das APIs. É por meio delas que ocorre o acesso autorizado ao ecossistema de dados que compõem o *Big Data* da plataforma.

A API funciona como o canal formal e técnico que operacionaliza o contrato: ele determina o tipo de dado que poderá ser consultado, o grau de detalhamento, a periodicidade e o formato de retorno. Ao estabelecer essa comunicação, o agente externo não entra na plataforma, mas acessa uma camada modulada de dados já filtrada e predita segundo os parâmetros internos do sistema. A partir desses dados, pode realizar novas segmentações (selecionar públicos específicos, ajustar narrativas, personalizar conteúdos) e, pelo mesmo canal da API, devolver à plataforma o *input* de campanhas, anúncios, produtos ou crenças que serão reinjetados no circuito de modulação.

Nesse processo, o fluxo entre dados e discurso, técnica e simbólico, torna-se indissociável: a API é o dispositivo que permite que o cálculo algoritmo seja transformado em ação cultural e política. Assim, as APIs operacionalizam a lógica do capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016), materializando contratos que transformam

dados em ação simbólica, e consolidam o poder infraestrutural das *Big Techs* sobre o fluxo global de informações (Silveira, 2021; Bratton, 2015).

Quando um agente externo acessa a plataforma por meio da API, ele não penetra o núcleo do real, mas apenas a camada modulada do sistema (Zuboff, 2020). Recebe os efeitos já calculados pela plataforma: perfis preditivos, grupos de interesse, *clusters* de comportamento, probabilidades de engajamento. O real bruto, o dado primário que alimenta o processo de predição, permanece enclausurado no interior da infraestrutura técnica, monopólio das *Big Techs*. É por isso que o poder da plataforma é tão absoluto: ela não apenas coleta o real, mas o redefine, o reproduz, o vende e o devolve como realidade. O que circula entre as interfaces é o real fabricado, e o sujeito se torna consumidor do próximo simulacro que ajudou a gerar.

Enquanto isso, os contratos firmados entre grandes corporações e plataformas operam em outro plano: dentro da engenharia algorítmica da plataforma (Zuboff, 2020; Bratton, 2015). Nestes casos não há necessidade de atravessar a porta da API. A intervenção é interna intraplataformal, feita no núcleo da máquina de predição (Zuboff, 2020; Silveira, 2021b). A plataforma pode realizar experimentos de modulação em larga escala, alterar disposições afetivas, induzir crenças e comportamentos sem que nenhum dado precise sair ou entrar (Han, 2015). Ela transforma-se num laboratório global de psicopolítica, onde o humano é simultaneamente matéria prima e produto (Han, 2015; Zuboff, 2020; Lazzarato, 2014).

As pequenas e médias empresas acessam o poder modulador por meio das APIs; os grandes conglomerados o contratam diretamente dentro do próprio coração da infraestrutura (Helmond, 2015; Bratton, 2015; Srnicek, 2016). Em ambos os casos, o resultado é o mesmo, o poder de fabricar mundos (Lazzarato, 2014). Assim, a modulação algorítmica é mais do que um componente técnico, é o ponto de articulação ontológica onde o poder técnico torna-se simbólico, onde o cálculo se transforma em cultura e o dado em crença. Ao filtrar o real e devolvê-lo como simulacro, a modulação algorítmica materializa a própria lógica da modulação digital psicopolítica: uma máquina que governa o possível ao converter o invisível em visível, o vivido em predito e o sujeito em dado (Braudillard, 1991; Deleuze, 2013; Han, 2015; Zuboff, 2020).

A modulação algorítmica atua assim, de maneira personalizada sobre cada um dos seus usuários (Cassino, 2021), a partir de alocações dos mesmos dentro de padrões apreendidos a partir dos rastros digitais capturados, modulando assim os

comportamentos nas plataformas digitais (Machado, 2021), uma vez que os algoritmos são tecnologias a serviço de um modelo de negócios (Machado, 2021), nas mais diversas plataformas existentes. Utiliza-se cada vez mais de impulsos para o consumo de mercadorias, informações, ou o consumo de si, potencializando que os sujeitos fiquem cada vez mais expostos aos processos de vigilância e controle, assim como à lógica de desempenho e empreendimento de si. Alguns pesquisadores apontam que toda esta modulação algorítmica pode agenciar o controle social, (Peron, Alvarez e Campello, 2018), e forjar novos comportamentos sociais (Bruno, Bentes e Faltay, 2019; Zuboff, 2020).

Em Braudillard (1991), o simulacro designa a substituição do real por representações que já não o refletem, mas o produzem. Nas plataformas digitais, essa lógica se atualiza na operação algorítmica que não apenas mede, mas fabrica a experiência, instaurando um regime de realidade mediada pelo cálculo. O real deixa de existir como exterioridade e passa a ser gerado pelas próprias operações técnicas de captura e predição.

Nessa arquitetura, o simulacro torna-se o próprio princípio de funcionamento do sistema: a informação não descreve o mundo, mas o produz em tempo real. Cada dado, imagem ou recomendação resulta de uma síntese algorítmica que reconfigura continuamente o campo do visível e do possível. A modulação algorítmica, portanto, é a atualização técnico-digital do simulacro, uma maquinaria que traduz o real em fluxo de dados e o devolve como experiência predita, consolidando o poder psicopolítico de governar o mundo através de suas representações.

A modulação algorítmica constitui o ponto de inflexão onde a técnica se torna governo e o cálculo assume a forma de poder. É nesse dispositivo que o controle deixa de operar sobre corpos, como na biopolítica foucaultiana, e passa a agir sobre as mentes, desejos e afetos dos sujeitos conectados. A captura e o processamento contínuo dos rastros digitais transformam o espaço técnico das plataformas em uma verdadeira engenharia psicopolítica (Han, 2015), na qual o poder não reprime, mas seduz, induz e otimiza o comportamento. Na Figura 1 podemos observar esse processo:

Figura 01 – Ciclo de modulação algorítmica

Fonte: Elaboração da autora

O algoritmo, ao prever e antecipar o possível, modula o campo das escolhas, reduzindo a liberdade a uma forma de consentimento calculado. Nessa dinâmica, o neoliberalismo, entendido como uma nova razão do mundo (Dardot e Laval, 2016), encontra na modulação algorítmica a sua expressão mais sofisticada: a gestão automatizada da subjetividade. A produção de dados torna-se produção de si; e o poder de governar as condutas opera no nível da percepção, do desejo e da crença. O que antes era infraestrutura técnica converte-se em regime de poder: a modulação algorítmica emerge como o dispositivo privilegiado da psicopolítica digital, que reconfigura o humano não apenas como usuário, mas como efeito contínuo do próprio processo de modulação.

4.1. O *shadowban* como operação técnica da modulação algorítmica

No interior da arquitetura técnica da modulação algorítmica, o *shadowban* emerge como uma operação técnica da modulação algorítmica, inscrita em um regime de governamentalidade da visibilidade algorítmica, diretamente vinculada aos sistemas de ranqueamento, predição e redistribuição diferencial de conteúdos. Longe de constituir uma prática excepcional ou informal, o *shadowban* deve ser compreendido como uma possibilidade técnica inscrita no próprio funcionamento algoritmo das plataformas digitais particularmente no Instagram.

Trata-se de uma operação que não atua por exclusão direta ou censura explícita, mas por ajustes silenciosos nos fluxos de circulação, deslocando perfis e conteúdos para zonas de baixa visibilidade. Ao analisá-lo neste ponto, busca-se evidenciar como essa técnica se ancora em arquiteturas algorítmicas formalizadas, juridicamente protegidas e economicamente estratégicas, revelando o caráter estrutural da invisibilização no regime contemporâneo de modulação.

A materialidade da modulação digital psicopolítica manifesta-se de modo particularmente evidente na arquitetura técnica das plataformas digitais, cujos mecanismos são formalizados em patentes registradas por empresas como a Meta Platforms, Inc. Embora a análise detalhada dessas patentes seja realizada no âmbito da arquitetura técnica, sua menção neste momento permite evidenciar como dispositivos técnicos de ranqueamento e visibilidade atravessam simultaneamente as arquiteturas simbólica e afetiva, organizando a produção de sentido, valor e engajamento que sustenta o regime psicopolítico contemporâneo.

A patente número *US20160321260A1*, posteriormente concedida como *US10229219B2* (2019), descreve um sistema de ranqueamento adaptativo de conteúdo baseado na coleta permanente de sinais comportamentais, tais como tempo de visualização, frequência de interação, ritmo de navegação, padrões de engajamento e respostas afetivas inferidas. Esses dados alimentam modelos preditivos que calculam a probabilidade de interação futura e, a partir dessa antecipação, reorganizam dinamicamente a posição dos conteúdos nos fluxos de circulação e redistribuem diferencialmente a visibilidade dos conteúdos no feed. Como demonstra Zuboff (2020), esse tipo de arquitetura não visa apenas à previsão, mas à modulação do comportamento, convertendo a experiência humana em excedente comportamental passível de indução.

O aspecto central dessa patente não reside apenas na personalização do feed, mas na possibilidade técnica de reduzir seletivamente e silenciosamente a circulação de determinados conteúdos sem removê-los explicitamente ou notificar o usuário. A invisibilização aparece, assim, como uma função estrutural do próprio mecanismo de ranqueamento. Essa lógica confirma a leitura de Deleuze (2013) sobre as sociedades de controle, onde o poder já não se exerce por interdição, mas por modulação contínua, flexível e silenciosa, que ajusta fluxos em tempo real.

A análise detalhada da patente US20160321260A1 (2016) permite observar que a redução de visibilidade não ocorre de maneira binária ou episódica, mas por meio de um sistema de *demotion* (rebaixamento) progressivo, baseado em pesos algoritmos atribuídos aos conteúdos e perfis a partir de múltiplos sinais comportamentais. A patente descreve a atribuição de valores diferenciais de ranqueamento (*demotion values* - valores de rebaixamento), calculados a partir de padrões de interação, histórico de engajamento, inferências preditivas e critérios internos de avaliação do conteúdo.

Esses valores operam como parâmetro silenciosos de redistribuição da visibilidade, deslocando gradualmente determinados conteúdos para posições periféricas no feed, sem qualquer forma de exclusão explícita ou sinalização ao usuário. Trata-se, portanto, de uma gestão probabilística da circulação na qual a invisibilização se dá por ajuste contínuo dos fluxos, e não por interdição direta. Essa lógica *demotion* algorítmica evidência que a invisibilização não é um efeito colateral indesejado do sistema (um *bug* como a Meta justificou a ocultação dos perfis do campo político progressista do dia 10 de dezembro de 2025), mas uma funcionalidade prevista, parametrizável e acionável no interior da arquitetura técnica.

A operar por meio de gradações de visibilidade e não por remoções formais, o sistema preserva a aparência de neutralidade e continuidade do serviço, ao mesmo tempo em que exerce controle efetivo sobre o que pode circular, aparecer e alcançar públicos. O *shadowban*, nesse sentido, integra o núcleo operacional dos sistemas de ranqueamento, funcionando como um mecanismo de ajuste fino da atenção e da exposição, coerente com uma arquitetura orientada à predição, à otimização do engajamento e à gestão diferencial da circulação de conteúdos.

Essa arquitetura técnica revela a base algorítmica do *shadowban*: a penalização não ocorre por exclusão direta, mas por deslocamento progressivo do conteúdo para zonas de baixa visibilidade, tornando o controle opaco e dificilmente identificável. A modulação algorítmica opera, nesse caso, como técnica psicopolítica ao substituir a norma explícita por ajustes probabilísticos inscritos no próprio sistema de ranqueamento, deslocando o poder para o campo da predição e da antecipação. Como observa Deleuze (2013), nas sociedades de controle, o poder não confina, mais modula. E essa modulação, no ambiente digital, assume uma forma silenciosa, contínua e infraestrutural.

A patente *US20140195554A1* (*Rastreamento da atividade do usuário em múltiplos dispositivos*, tradução nossa) solicitada em 2014, aprofunda esse processo ao descrever um sistema de coleta, correlação e inferência de dados por meio de SDKs e mecanismo de rastreamento multiplataforma. Diferentemente da patente anterior, que atua diretamente na gestão da visibilidade dentro da plataforma, essa explícita como os dados comportamentais são integrados a partir de múltiplos ambientes digitais, permitindo a construção de perfis persistentes, transversais e cumulativos. A modulação algorítmica deixa de operar apenas no tempo real da

interação e passa a incidir sobre um histórico ampliado de condutas, preferências e afetos.

Essa arquitetura sustenta aquilo que nesta tese designamos como *modulação distribuída*, que é a capacidade de governar comportamentos não apenas no interior da plataforma, mas também fora dela, reconfigurando expectativas práticas e formas de autoexpressão. Nesse contexto, o *shadowban* não se apresenta como um evento isolado ou reativo, mas como uma técnica potencialmente acionável a partir de perfis probabilísticos, e não apenas de ações pontuais, intensificando a opacidade do poder e a impossibilidade de contestação por parte do sujeito.

A análise das patentes e das arquiteturas técnicas que sustentam a modulação algorítmica permite compreender o *shadowban* como uma operação plenamente integrada aos sistemas de cálculo, predição e ajuste dinâmico da visibilidade. Ao operar por meio de deslocamentos probabilísticos e não por interditos explícitos, essa técnica reforça a opacidade do poder algorítmico e dificulta qualquer forma de reconhecimento, contestação ou responsabilização por parte dos sujeitos afetados.

Ao ser formalizada em patentes, juridicamente protegida e incorporada aos sistemas centrais de ranqueamento, essa técnica de invisibilização silenciosa adquire estatuto de infraestrutura. O *shadowban* deixa de ser compreendido como prática informal ou contingente e passa a ser reconhecido como componente legítimo da arquitetura algorítmica das plataformas. Essa institucionalização técnica da invisibilidade reforça a opacidade do poder algoritmo, uma vez que os critérios de rebaixamento permanecem inacessíveis, não auditáveis e imunes à contestação direta por parte dos usuários afetados.

O *shadowban,* assim, não se apresenta como falha ou desvio do sistema, mas como uma de suas funções possíveis, acionável a partir de perfis comportamentais, históricos de interação e inferências automatizadas. É justamente essa normalização técnica da invisibilização que permite compreender por que a modulação algorítmica ultrapassa o plano operacional e se converte em técnica psicopolítica, questão que será desenvolvida na seção seguinte. Se a modulação algorítmica é compreendida, nesta tese, como técnica psicopolítica, o *shadowban,* enquanto operação interna a esse processo, configura-se igualmente como uma técnica psicopolítica de governo de visibilidade.

4.2 Modulação algorítmica como técnica psicopolítica

Se a arquitetura técnica da modulação define o modo como os dados são capturados, correlacionados e processados é na esfera psicopolítica que essa operação se converte em poder. As plataformas digitais, e, entre elas o Instagram como paradigma, transformam a modulação algorítmica em técnica de governo dos afetos e das condutas. A dimensão técnica, portanto, não se limita ao cálculo: ela se torna linguagem política. É nesse ponto que o dado deixa de ser mera informação e passa a funcionar como vetor de influência, produzindo efeito sobre o comportamento, o desejo e a percepção. A tecnologia, nesse sentido, torna-se a mediação central entre poder e subjetividade, o código como instrumento de governo e a interface como dispositivo de conduta.

As mídias digitais, compreendidas como ferramentas de vigilância e controle, operam também como instancias de subjetivação. As redes sociais, particularmente o Instagram, são determinantes na introjeção da lógica do desempenho e na difusão dos imperativos neoliberais que associam visibilidade à validação. Utilizado em escala global, o Instagram mantém uma mesma arquitetura técnica e algoritmo de Inteligência Artificial, capaz de modular conteúdos e afetos de acordo com lógicas comerciais e psicopolíticas uniformes.

Independentemente da cultura, o processamento e as estratégias de modulação seguem princípios idênticos: maximizar engajamento, prolongar permanência e orientar condutas. Essa homogeneidade técnica revela que o poder das plataformas não reside apenas na circulação da informação, mas na padronização global das formas de sentir e agir.

Na leitura de Han (2017), a contemporaneidade é marcada pela ascensão da *sociedade da transparência*, um regime de positividade em que tudo deve ser exposto, compartilhado e exibido. Essa transição, que substituiu o paradigma da negatividade pelo da positividade, é potencializada pela lógica das plataformas digitais, que convertem a visibilidade em valor e o reconhecimento em capital emocional. Ao exigir transparência absoluta, as redes eliminam a alteridade e neutralizam o conflito, o negativo é banido, e a vida social torna-se planificada.

A modulação algorítmica reforça essa dinâmica ao filtrar o visível e direcionar a atenção, promovendo um estado de conformidade afetiva global. Assim, o excesso de positividade descrito por Byung-Chul Han não é apenas uma consequência

cultural, mas uma estratégia técnica de governo da subjetividade, uma psicopolítica da transparência, sustentada por dispositivos de visibilidade e controle.

Os estudos de Lazzarato (2006), que parte das obras de Deleuze, sinaliza a modulação como um esquema flexível da produção e da subjetividade como um exercício de poder que se desloca do controle sobre os corpos (biopolítica) e insere-se no âmbito da mente (psicopolítica). Desta forma, a modulação algorítmica possibilita que as redes sociais se tornem ferramentas importantes para além de manter os usuários mais tempo conectados, inseri-los também dentro de *filtros bolhas*, onde a forma de pensar e agir dos mesmos converge com os demais que ali se encontram.

A lógica do capital na sociedade contemporânea, conforme (Dardot e Laval, 2016), estrutura não apenas os modos de produção, mas também as formas pelas quais os sujeitos se percebem e se conduzem no mundo. Essa racionalidade, que transforma a competição e o desempenho em princípios de vida, redefine as condições de sujeito e subjetivação. Ao se associar às plataformas digitais, o capitalismo contemporâneo amplia seu alcance: o que antes era controle de condutas pela norma, torna-se modulação dos comportamentos pelo dado. Se “o capital representa uma nova transcendência, uma nova forma de subjetivação” (Han, 2020, p. 16), as plataformas digitais operam como instancia técnica dessa transcendência, transformando a experiência cotidiana em espaço de captura, cálculo e governo.

Se a *modulação digital psicopolítica* designa o regime de poder que se realiza na ambiência digital, a modulação algorítmica constitui seu núcleo técnico-operacional, a materialização desse poder em arquiteturas de cálculo e previsão. Esse circuito de captura, datificação e retroalimentação, que sustenta a governamentalidade psicopolítica no ambiente digital, configura o que nesta tese se denomina por *modulação algorítmica como técnica psicopolítica*. Trata-se do mecanismo por meio do qual o poder psicopolítico se concretiza tecnicamente através de arquiteturas algorítmicas capazes de prever, ajustar e modular comportamentos em tempo real.

Ao alinhar cálculo técnico e racionalidade econômica, a modulação algorítmica realiza o ideal neoliberal de autogoverno: o sujeito acredita conduzir a si mesmo, quando, na verdade, é conduzido por métricas invisíveis. Propõe-se aqui uma definição conceitual de *modulação algorítmica*, compreendida como processo contínuo de analise preditiva e retroalimentação comportamental que atua sobre o

desejo e o reconhecimento, modulando subjetividades em tempo real. Essa formulação é necessária para sustentar as análises empíricas apresentadas no capítulo VII.

A cada acesso que os sujeitos realizam nas redes sociais, ocorre uma mediação de todos os tipos de interações. Essa mediação é operada por sistemas algorítmicos que capturam os rastros das ações, classificam padrões e retroalimentam continuamente o ambiente digital, promovendo uma série de modulações comportamentais e afetivas. Na presente tese, a modulação algorítmica é compreendida como uma forma de controle psicopolítico que se realiza por meio das arquiteturas técnicas das plataformas digitais.

Trata-se de um poder contínuo e adaptativo que, ao processar os rastros comportamentais, antecipa e orienta condutas, desejos e interações. Diferente dos mecanismos disciplinares, que operavam por imposições externas e regras fixas, a modulação algorítmica funciona por meio de ajustes sutis e retroalimentados, capturando sinais de atenção, afetos e preferências para reconfigurar as experiências de uso e produzir sujeitos previsíveis e performáticos.

4.2.1 A modulação algorítmica como governo do comportamento

Inspirada na noção deleuziana de *modulação*, essa dinâmica não se limita à vigilância, mas incorpora o funcionamento próprio da psicopolítica digital (Han, 2017; 2020): o controle é interiorizado, atravessando a esfera psíquica e afetiva do sujeito, que se sente livre enquanto é continuamente conduzido. Nesse sentido, a modulação algorítmica constitui o instrumento técnico da racionalidade neoliberal, traduzindo, em linguagem computacional, o princípio de autogoverno e de produtividade de si descritos por Dardot e Laval (2016). Ao mesmo tempo, ela materializa o poder instrumentariano (Zuboff, 2020), convertendo a vida cotidiana em dado e o dado em mercadoria comportamental, em um circuito incessante de captação, predição e indução.

As plataformas digitais constituem hoje o espaço privilegiado dessa forma de poder. A mediação algorítmica das interações envolve processos de coleta, classificação e previsão de comportamentos que delimitam o campo da visibilidade e de ação dos usuários. Por meio de sistemas preditivos e de personalização, essas plataformas organizam o acesso à informação, estruturam as formas de sociabilidade e induzem modos específicos de engajamento. As chamadas *bolhas virtuais* ou *filtro-*

bolha (Pariser, 2011) exemplificam esse mecanismo, restringindo a circulação de conteúdos a zonas de confirmação e produzindo experiencias informacionais calculadas.

Mesmo quando as modulações se tornam perceptíveis, como sugestões de páginas, produtos ou perfis exibidos na *timeline*, a maior parte de sua operação permanece invisível. Os algoritmos não apenas registram as ações dos usuários, mas também antecipam suas condutas, interferindo nas decisões e prolongando o tempo de permanência nas plataformas. Notificações e lembretes, disparados quando há inatividade, funcionam como convocações atencionais que prolongam o engajamento e intensificam a captura de dados.

Nesse circuito contínuo, o usuário se converte em mercadoria e consumidor de si mesmo, pois suas interações alimentam a economia informacional que o modula. Em consonância com Zuboff (2020), esses dados pessoais (rastros de atenção, cliques, pausas, padrões de comportamento) deixam de ser meros subprodutos do uso e tornam-se matéria-prima para o capitalismo de vigilância: capturados como excedente comportamental, transformados em produtos de previsão e vendidos em mercados de comportamento futuro. A privacidade, nesse regime, é expropriada; a experiência subjetiva é colonizada e subordinada à lógica predatória da acumulação informacional.

As tecnologias digitais, nesse contexto, configuram-se como instrumentos psicopolíticos, dispositivos que automatizam a observação, a previsão e a influência sobre a conduta humana. O que Zuboff (2020) denomina *instrumentarismo* expressa precisamente esse fenômeno: um poder que avalia, modula e orienta a conduta humana por meio de uma arquitetura computacional onipresente, distribuída entre dispositivos inteligentes e redes conectadas. Essa dinâmica atualiza a noção deleuziana de modulação, pois o poder opera de forma contínua e flexível, ajustando comportamentos e afetos de maneira quase imperceptível.

A modulação algorítmica, portanto, representa um dos instrumentos centrais da racionalidade neoliberal contemporânea. Ao atuar simultaneamente sobre as infraestruturas e afetos, participa da produção de subjetividades moduladas por exigências de desempenho, exposição e autogoverno. Ainda que muitas de suas ações ocorram em níveis invisíveis, seus efeitos atravessam a experiência cotidiana dos sujeitos, definindo o que podem ver, desejar e sentir.

4.3 A modulação como instrumento de controle e cultura política digital

A digitalização da vida cotidiana e o uso acentuado das redes sociais, associados a aceleração social (Rosa, 2019), a lógica do desempenho e a psicopolítica (Han, 2020), promove novas subjetividades (Foucault, 2022; Deleuze, 2013), sendo a exibição de si e de sua intimidade potencializada por conta do empreendedorismo de si. Este movimento pode irromper em novos processos de subjetivações na sociedade contemporânea, forjando nos mesmos o processo constante de desempenho, autovigilância, autocontrole, autopunição, características da dominação psicopolítica (Han, 2020). A modulação algorítmica que ocorre na interação usuário/rede social penetra os processos de subjetivações e pode promover um controle das subjetividades, imperceptíveis aos indivíduos, pois, conforme Deleuze (2013), os novos tipos de controle são afáveis, ágeis, inaudíveis, e produzem sensações de liberdade.

As plataformas digitais não apenas veiculam mensagens ou mercadorias, mas produzem ambientes de crença e, converteu-se em instrumento de controle social e político, redefinindo os modos pelos quais se formam percepções, crenças e afetos coletivos. As redes sociais, enquanto infraestruturas de circulação simbólica e emocional, tornaram-se tecnologias de governo, dispositivos que operam na produção de subjetividades políticas e na orientação da opinião pública. O poder, nesse contexto, já não se exerce por coerção ou censura direta, mas por ajustes moduladores, conduzindo o comportamento social por meio da personalização algorítmica, da economia da atenção e da captura afetiva.

A cultura política contemporânea revela uma inflexão profunda no modo como os sujeitos se relacionam com a informação, com o outro e consigo mesmos. Atualmente, os usuários de plataformas como Facebook e Instagram não se limitam a consumir mercadorias; eles próprios se tornam mercadorias em circulação. Suas experiencias, expressões e vínculos afetivos são traduzidos em dados, quantificados e revendidos como matéria-prima da economia informacional (Zuboff, 2020).

O sujeito neoliberal, produtor e produto de si, trona-se simultaneamente fonte de valor e alvo de predição. Sua intimidade é monetizada, e sua privacidade, dissolvida em um sistema de extração contínua que transforma a vida cotidiana em ativo comercial. Assim, a subjetividade digital torna-se funcional ao capitalismo de

vigilância, reproduzindo a lógica de um poder que não apenas observa, mas antecipa, induz e direciona condutas.

Os escândalos envolvendo a Cambridge Analytica, amplamente noticiados por veículos como *The Guardiam, The New York Times, BBC News Brasil*, revelaram de modo emblemático a dimensão política dessa dinâmica. Dados de milhões de usuários do Facebook foram coletados e processados para fins de perfilamento psicométrico, permitindo a segmentação precisa de públicos e o disparo de mensagens personalizadas que exploravam medos, crenças e preferencias afetivas. Essa manipulação moduladora foi decisiva tanto na campanha do *Brexit* (Reino Unido) quanto nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados unidos, e deixou rastros evidentes em processos políticos latino-americanos, como as eleições de 2018 no Brasil.

Esses eventos demonstram que a modulação algorítmica não se limita ao consumo de mercadoras, mas se estende à produção de crenças e à engenharia da opinião pública. A partir da captura, datificação e perfilamento das interações sociais, as plataformas delimitam os campos de visibilidade e instauram bolhas informacionais (Pariser, 2011), nas quais cada sujeito é exposto a conteúdos convergentes com suas disposições cognitivas e emocionais. A personalização se converte, assim, em mecanismo de homogeneização, restringindo o contato com o dissenso e eliminando o potencial da alteridade.

Trata-se de uma forma refinada de poder psicopolítico (Han, 2020), em que o controle opera pela afinidade emocional e pela adesão espontânea, não pela imposição. Essa dinâmica ilustra como a modulação algorítmica, enquanto técnica psicopolítica, se articula ao regime mais amplo da modulação digital psicopolítica, no qual o controle técnico e o controle afetivo se entrelaçam na produção de subjetividades governáveis.

Como observa Morozov (2018), o resultado dessa arquitetura da modulação é a formação de um ambiente político vulnerável ao controle privatizado da informação. O poder de definir o que é visível, relevante ou verdadeiro desloca-se do espaço público para os servidores corporativos, onde a informação é filtrada conforme critérios de engajamento, rentabilidade ou interesses específicos. Assim, as campanhas de desinformação, popularizadas sob o nome de *Fake News*, não são acidentes do sistema, mas efeitos estruturais da lógica de monetização da atenção.

O engajamento negativo, como a indignação ou o ódio, é tão lucrativo quanto o positivo, o que reforça a circulação de conteúdos polarizadores e simplificados.

No contexto brasileiro, essa lógica é agravada por desigualdades estruturais de acesso à informação. Aplicativos como Whatsapp, disponibilizados de forma gratuita pelas operadoras, tornam-se a principal fonte de notícias para milhões de pessoas sem acesso à internet banda larga. Nesse cenário, a impossibilidade de verificar fontes ou confrontar versões fortalece a cultura da crença imediata, na qual o discurso emocional substitui o argumento racional. O circuito de desinformação se retroalimenta: mensagens falsas circulam entre grupos homogêneos, reforçam identidades e produzem coesão afetiva, criando o que se pode chamar de fetichismo da realidade, uma crença inabalável em versões fabricadas do mundo.

Essa reconfiguração da cultura política não se dá apenas pela circulação de *Fake News*, mas pela própria estrutura da modulação digital, que opera na escala dos afetos e da visibilidade. A personalização algorítmica e a economia da atenção incentivam o cancelamento simbólico do dissenso: não apenas o bloqueio de amizades ou opiniões divergentes, mas o esvaziamento do espaço do diálogo e da reflexão. Nesse contexto, a esfera pública, descrita por Habermas (2003) como lugar de deliberação racional, é substituída por um espaço de afirmação performativa de si, onde a validação é mediada por curtidas e compartilhamentos, e o debate cede lugar à exibição e ao engajamento.

A sociedade da transparência, conforme analisada por Han (2017), intensifica esse fenômeno. Ao eliminar o negativo, o oculto e o contraditório, a transparência torna-se dispositivo de controle, pois transforma toda a expressão em dado e toda a ação em operação calculável. A transparência, sob a aparência de liberdade e visibilidade total, suprime o mistério, a privacidade e a profundidade da vida social. “As ações se tornam transparentes quando se transformam em operacionais, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle” (Han, 2017, p. 9 – 10). A exigência de positividade e visibilidade, que atravessa as redes e o discurso público, converte-se, assim, em ferramenta de neutralização da crítica e de homogeneização do pensamento.

Nessa ambiência, a modulação digital psicopolítica manifesta seu potencial máximo: ela captura o desejo de expressão e o converte em instrumento de sujeição. Ao promover um ambiente onde tudo é visível e mensurável, o poder psicopolítico elimina a alteridade e naturaliza a vigilância. O resultado é uma cultura política de

superfície, na qual os sujeitos acreditam exercer a autonomia, enquanto são conduzidos por sistemas de recomendação que modulam suas crenças, afetos e percepções. A política, nesse cenário, é estetizada e performatizada, reduzida à lógica do engajamento e do algoritmo.

CAPÍTULO V

5. DO ESTADO DA ARTE AOS CAMINHOS METODOLÓGICOS: ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO E CARTOGRAFIAS DO *SELF*

Este capítulo reúne duas dimensões que, embora tradicionalmente separadas, se articulam de forma orgânica no percurso desta pesquisa: o estado da arte e os caminhos metodológicos. Essa integração decorre da própria natureza cartográfica da investigação, na qual teoria e método não se sucedem linearmente, mas se constroem movimento.

Assim, o levantamento das produções científicas sobre subjetivação, algoritmos e psicopolítica constitui não apenas um mapeamento teórico, mas também uma etapa de cartografia conceitual que informa e orienta as escolhas metodológicas. Ao reunir ambas as dimensões, o capítulo expressa coerência entre o modo de conhecer e o modo de pesquisar, um processo em que a construção do problema e a elaboração das estratégias de investigação se entrelaçam como parte de um mesmo gesto epistemológico.

A passagem do plano teórico ao empírico nesta pesquisa não representa uma ruptura, mas um deslocamento do olhar: da reflexão conceitual sobre as subjetividades para a investigação dos modos como jovens usuários do Instagram experienciam, narram e produzem a si mesmos em um ambiente atravessado por dinâmicas algorítmicas e regimes de visibilidade. É nesse campo concreto de práticas e sentidos que se consolidam as bases empíricas que sustentam e concretizam as categorias analíticas apresentadas anteriormente. Essas categorias, formuladas a partir do diálogo entre teoria e evidências do campo, buscam compreender como dimensões técnicas, simbólicas e afetivas atuam na conformação das subjetividades contemporâneas.

A investigação nasce de uma implicação situada, enraizada nas vivências da pesquisadora em sala de aula e nas observações sobre como o uso do celular e das redes sociais passou a compor o cotidiano, os afetos e as formas de reconhecimento entre os estudantes. Foi a partir desse convívio direto que o problema de pesquisa se delineou: compreender como os processos de subjetivação dos jovens se articulam à ambiência digital e aos imperativos de exposição e desempenho nas redes.

A partir dessa problematização, o capítulo se organiza em duas partes complementares: na primeira apresenta seu estado da arte, com a descrição

detalhada do percurso de buscas, seleção e análise das produções científicas que compõem o campo teórico da pesquisa; na segunda, delineiam-se as orientações epistemológicas e metodológicas que sustentam a construção do campo empírico e a análise dos dados. Este capítulo apresenta, assim, expõe a revisão bibliográfica e o estado da arte, mapeando os estudos sobre subjetivação atravessada pela ambiência digital e as lacunas encontradas nas Ciências Sociais.

Em seguida, os caminhos metodológicos e as perspectivas epistemológicas que sustentam o percurso da pesquisa. Inicia com a explicitação da implicação da pesquisadora e da emergência do problema no contexto docente. A partir desse mapeamento, são delineadas as orientações epistemológicas que sustentam a abordagem cartográfica e as estratégias metodológicas que orientam a coleta e análise dos dados. Por fim, discute-se a triangulação ampliada que possibilita articular os diferentes níveis de materialidade empírico e construir os eixos analíticos apresentados no capítulo seguinte.

Mais do que um conjunto de procedimentos, o percurso metodológico aqui descrito expressa uma posição ética e política de pesquisa, que compreende o digital como ambiente de existência e o sujeito como o processo em constante constituição. É nessa dobra entre teoria e empiria, técnica e afeto, que se configuram as cartografias do *self*, o esforço de compreender como os jovens constroem sua subjetividade em um mundo mediado por algoritmos e relações psicopolíticas.

Da sala de aula ao campo digital: emergência do problema e implicação da pesquisadora

O interesse em investigar o tema emerge a partir das experiências da autora como docente de Sociologia, nas quais foi possível observar como o uso do celular em sala de aula se intensificou nos últimos anos, interferindo, por vezes, no andamento das atividades. Seja para se comunicar, tirar uma *selfie*, ou fotografar o conteúdo da lousa, o aparelho parece ter se tornado uma extensão do corpo, algo do qual é quase impossível se desvincular.

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, o próprio fazer docente precisou se reinventar, buscando aproximar-se da realidade vivida pelos estudantes em uma sociedade cada vez mais imersa na tecnologia. No diálogo cotidiano com os discentes, a autora passou a ouvir relatos sobre como a falta de

popularidade nas redes sociais se tornava um dilema recorrente: uma postagem que não receber muitas curtidas, por exemplo, podia afetar a autoestima do usuário.

A vivência em sala de aula, ao longo dos últimos anos, evidenciou que a forma como os jovens experienciam o mundo está profundamente relacionado ao universo das mídias digitais, promovendo uma verdadeira digitalização da vida cotidiana. As redes sociais, especialmente o Instagram, tornaram-se espaços privilegiados de expressão, pertencimento e interação, onde é possível compartilhar postagens, imagens e *stories* em tempo real. É desse universo empírico, constituído pelas práticas e sentidos que atravessam o cotidiano dos jovens, que emerge o interesse em compreender novas subjetividades mediadas pela digitalização da vida social.

A pesquisa, conforme detalhado nas seções seguintes, baseia-se na coleta de dados primários e no uso de dados secundários. Nos dados primários, foram empregadas às técnicas de observação digital situada e observação offline, relatos digitais, entrevistas em profundidade e questionário. Como dados secundários, recorreram-se às bases Cetic Kids Online, TIC Domicílios, Pnad TIC, e às pesquisas da Opinion Box sobre o uso do Instagram no Brasil, nas séries de 2020, 2022, 2023, 2024 e 2025.

A partir dessas observações e experiências situadas, tornou se necessário compreender de que modo as Ciências Sociais e, em especial, a Sociologia, têm abordado a relação entre juventudes, subjetividades e ambiência digital. É nesse movimento que se insere a revisão bibliográfica apresentada a seguir, cujo objetivo é mapear o estado atual das pesquisas e as lacunas que justificam o recorte desta investigação.

A revisão bibliográfica: um desafio

A revisão bibliográfica que fundamenta esta pesquisa procedeu-se inicialmente em 2022 e 2023, abrangendo quatro bases principais: Google Acadêmico, Portal de Teses e Dissertações da Capes, Portal de periódicos da Capes (CAFe) e Scielo. As buscas partiram de um conjunto de descritores diretamente relacionados ao tema: *subjetividades, algoritmos, psicopolítica, acelereção, mídias digitais.*

No Google Acadêmico, a busca inicial, realizada entre 2022 e 2023, retornou cerca de 90 trabalhos, sem filtro temporal e linguístico, destes selecionamos em um primeiro momento 17 trabalhos (quatro dissertações, três tese, quatro livros, cinco

artigos em revistas e um capítulo em livro), sendo a sua maioria estudos na área da Comunicação e um em Sociologia.

No portal de Teses e Dissertações da Capes, ao aplicar o mesmo conjunto de palavras-chave com o filtro “Ciências Humanas”, obteve-se apenas um resultado: uma dissertação em Comunicação. Mesmo após ajustes nos termos de busca, incluindo a retirada de *mídias digitais* e *aceleração*, o retorno permaneceu restrito, somando apenas mais uma dissertação em Filosofia. O resultado confirma a escassez de estudos que abordem os processos de subjetivação nas Ciências Sociais a partir do recorte teórico-analítico adotado nesta pesquisa.

As buscas complementares no Portal de Periódicos da Capes (CAFe) resultaram em oito trabalhos com alguma relação ao tema, todos vinculados à área da Comunicação. Já no SciELO, a combinação dos descritores utilizados não retornou resultados diretamente pertinentes, evidenciando novamente a ausência de produções específicas sobre subjetivação e algoritmos no campo sociológico.

Entre 2024 e 2025, procedeu-se uma atualização e monitoramento contínuo da produção científica sobre o tema, priorizando o Google Acadêmico como base agregadora. A escolha se justifica por sua capacidade de indexar de forma ampla, os repositórios nacionais de teses, dissertações, artigos e livros, incluindo as bases da CAPES e da SCIELO, evitando duplicidades e assegurando a abrangência do levantamento.

Essa atualização resultou em 144 trabalhos identificados, dos quais 22 foram selecionados por apresentarem maior pertinência temática e teórica em relação ao objeto da pesquisa. Entre esses, oito dissertações, três tese, cinco livros, cinco artigos em periódicos e um capítulo de livro, com predominância de produções na área da Comunicação e apenas quatro nas Ciências Sociais.

Esses achados permitem constatar o desafio que orienta o presente estudo: a escassez de pesquisas nas Ciências Sociais, e, mais especificamente, na Sociologia, que examinem os processos de subjetivação e a constituição de subjetividades contemporâneas em meio à digitalização da vida cotidiana, considerando a ação dos algoritmos, os efeitos psicopolíticos e as dinâmicas de aceleração associadas às mídias digitais.

5.1 O estado da arte de um tema de pesquisa

As buscas por trabalhos nas Ciências Sociais ou na Sociologia (e na Sociologia Digital), que se relacionem diretamente com esta pesquisa, ou possam servir de base para reflexões teóricas e metodológicas revelou-se bastante restrita. Nosso estudo tem como propósito discutir os processos de subjetivação que possibilitam a construção das subjetividades contemporâneas, a partir do entrelaçamento das perspectivas do *Self* (Mead, 2021) e a busca por reconhecimento social (Honneth, 2009; Butler 2019a; 2019b), em jovens usuários do Instagram cujos modos de vida estão profundamente mediados pela ambiência digital.

Compreendemos o reconhecimento social como uma dimensão complementar da constituição do *self,* conforme delineado por Mead (2021), assumindo papel central na configuração das subjetividades dos sujeitos. As subjetividades dos jovens nas redes sociais são atravessadas por múltiplas nuances que permeiam diversas dimensões do mundo da vida. O foco desta pesquisa recai sobre a mediação digital dessas experiências, analisadas a partir da inferência dos processamentos algorítmicos (do *machine learning* ao d*eep learning*), entendidos como instrumentos centrais da Sociedade de Controle (Deleuze, 2013), do psicopoder e, consequentemente, da psicopolítica (Han, 2020), bem como do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020).

As mídias digitais e seus circuitos algorítmicos operam como vetores de aceleração do cotidiano (Rosa, 2019), articulando-se a dinâmicas de esgotamento dos sujeitos contemporâneos (Leite, 2022) e à sociedade do cansaço (Han, 2015). Esse cenário, regido pela racionalidade neoliberal, desloca o eixo do controle para a gestão psicopolítica de atenção, afeto e performance.

Esses mecanismos de controle sobre o mundo da vida expressam uma nova forma de ser, fazer e estar no mundo (Dardot & Laval, 2016), forjada no interior de uma racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016; Han, 2015, 2020; Leite, 2021; Leite, 2022). Essa racionalidade converte os elementos negativos em positividade e dá origem a uma sociedade da transparência (Han, 2017), cuja expressão mais visível encontra-se nas redes sociais digitais, ambiente privilegiado desta pesquisa para compreender os processos de subjetivação contemporâneos.

Entre as contribuições sociológicas nacionais, destaca-se Leite (2022), que discute a aceleração do tempo social e o esgotamento cotidiano como expressões da

racionalidade neoliberal na vida urbana. Sua análise, embora centrada nas dinâmicas da sociabilidade contemporânea, converge com o diagnóstico de Han (2015; 2017; 2020) e Rosa (2019) ao evidenciar a erosão do ócio e a intensificação da produtividade como formas de controle subjetivo. Essa leitura reforça o enquadramento desta pesquisa, que investiga como tais mecanismos se reconfiguram no ambiente das plataformas digitais e modulam os processos de subjetivação juvenil.

Ainda entre as contribuições sociológicas brasileiras, Iasulaitis & Silveira (2025) destaca-se por discutir as arquiteturas técnicas da modulação digital e suas implicações políticas e sociais. Em *Estudos Sociopolíticos da Inteligência Artificial*, os autores propõem compreender a IA e os algoritmos como atores não humanos que participam da produção do social, operando como dispositivos de governo das condutas. Sua análise evidencia que as infraestruturas algorítmicas não são neutras, mas compõe a racionalidade neoliberal contemporânea ao integrar técnicas de vigilância, predição e controle comportamental. Tal perspectiva dialoga com a presente pesquisa ao situar a modulação como forma de poder que atravessa a experiência cotidiana e conforma nova subjetividades no ambiente digital.

A busca inicial no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando o conjunto de descritores *subjetividades, algoritmos, psicopolítica, aceleração, mídias digitais*, com o filtro “Ciências Humanas”, retornou apenas um trabalho, uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. Na tentativa de ampliar o espectro de resultados, os termos *mídias digitais* foram retirados, porém o retorno permaneceu o mesmo.

Em seguida procedeu-se nova busca, excluindo também os termos *aceleração* e *mídias digitais*, o que resultou em apenas dois estudos, o anterior e uma dissertação de mestrado em Filosofia (PUC-RS). Esses resultados já indicavam a escassez de pesquisas nas Ciências Sociais que tratem dos processos de subjetivação a partir do recorte teórico e analítico proposto neste estudo. Com o intuito de identificar investigações próximas da abordagem da psicopolítica, realizou-se uma nova combinação de descritores (*subjetivação* e *psicopolítica*), que resultou em sete estudos, sendo três em programas de Psicologia e um em Educação Física. Embora se aproximem conceitualmente, tais pesquisas permanecem distantes do enfoque sociológico aqui adotado.

Na sequência, a busca pelos termos *subjetivações* e *algoritmos*, filtrada para a área de Ciências Humanas, retornou 23 trabalhos, dos quais apenas sete dialogam

parcialmente com esta investigação. Entre eles, quatro pertencem à área da Comunicação e Estudos de Mídia, um à Linguística e dois à Psicologia. Já a combinação *subjetividades* e *mídias digitais* gerou um número expressivo de resultados nas áreas de Psicologia, Educação e Comunicação, mas apenas seis estudos em Sociologia. Nenhum desses, entretanto, discutia os processos de subjetivação a partir de dispositivos de modulação, como os algoritmos, e psicopoder.

Uma busca subsequente com os descritores *subjetivação* e *Instagram* trouxe trinta estudos em Ciências Humanas, cinco deles na Sociologia, dos quais apenas um trabalho apresentava interface direta com o objeto desta pesquisa. Os demais pertenciam aos campos da Educação, Psicologia, Letras e Psicosociologia de Comunidade e Ecologia Social.

No Portal de periódicos da CAPES (CAFe), foram encontrados sete estudos com alguma proximidade temática, todos vinculados à Comunicação. Por fim, no SciELO, a combinação original de termos não retornou resultado. Apenas quando decompostos (*subjetividades* e *algoritmos*), surgiram três estudos com afinidade parcial, um em Comunicação, um em Ciências Sociais e um em Filosofia.

A busca final, restringindo o termo *subjetividades* e aplicando o filtro “Ciências Sociais”, localizou seis estudos que abordavam a produção de subjetividades sob diferentes perspectivas: algumas associadas à racionalidade neoliberal, outras à lógica do desempenho e da concorrência, embora sem recorte específico nas redes sociais. Ao pesquisar *subjetividades digitais*, identificaram-se dois estudos desenvolvidos por autores colombianos, o que reforça o caráter incipiente dessa discussão no campo brasileiro.

Esse percurso de investigação evidencia o desafio de construir um Estado da Arte sobre os processos de subjetivação mediados pelas tecnologias digitais e pela psicopolítica, dada a ausência de estudos consolidados no âmbito da Sociologia e das Ciências Sociais no Brasil. Em contrapartida, observou-se um número expressivo de pesquisas voltadas às plataformas digitais enquanto espaços de trabalho e performance, especialmente no contexto da uberização e das novas economias de plataforma (como, Uber, iFood e Uber Eats).

Além disso, emergem estudos sobre influenciadores digitais, engajamento político nas redes e relações afetivas mediadas por aplicativos, como o Tinder (Rodrigues & Silveira, 2023). Entretanto, a maioria dessas produções se concentra nas interações entre sujeitos humanos, sem problematizar a dimensão técnico-

algorítmica da mediação, nem a interação humano-máquina-humano que caracteriza os ambientes digitais contemporâneos.

Com isso, as pesquisas existentes deixam de considerar elementos fundamentais, como a retroalimentação constante das ações humanas por sistemas de inteligência artificial, configurando o que aqui denominamos looping modulador. É precisamente nessa zona ainda pouco explorada, onde o algoritmo opera como ferramenta do psicopoder, modulando a atenção, o comportamento e o desejo, que esta pesquisa se insere, buscando compreender de que modo tais processos interferem na constituição das subjetividades dos jovens usuários do Instagram.

Em 2023, nas buscas no Google Acadêmico retornaram cerca de 90 trabalhos, sem filtros temporais ou linguísticos. Após uma triagem teórico-analítica baseada na pertinência temática e metodológica ao objeto desta pesquisa, 17 estudos foram selecionados, sendo quatro dissertações, três tese, quatro livros, cinco artigos em periódicos e um capítulo de livro. A distribuição por áreas evidenciou a predominância da comunicação e a presença residual de Sociologia.

Com o avanço da pesquisa e a necessidade de acompanhar novas publicações sobre o tema, procedeu-se, entre 2024 e 2025, uma atualização e monitoramento contínuo das produções acadêmicas recentes. Nessa etapa, optou-se por concentrar as buscas exclusivamente no Google Acadêmico, dada sua função agregadora das principais bases nacionais, como o Portal de Teses e Dissertações da CAPES, o Portal de Periódicos da CAPES (café) e o SciELO, além de repositórios institucionais e editoras acadêmicas. Essa estratégia permitiu evitar duplicidades e assegurar maior abrangência e atualidade no levantamento.

O novo mapeamento, em sua última entrada em outubro de 2025, identificou 144 publicações, das quais 22 foram selecionadas após o refinamento teórico e analítico. Essas produções compreendem oito dissertações, três tese, cinco livros, cinco artigos em periódicos e um capítulo de livro, mantendo a predominância da área da Comunicação e evidenciando, mais uma vez, a escassez de estudos nas Ciências Sociais que abordem a subjetivação e a digitalização da vida cotidiana sob perspectiva sociológica.

5.1.1 Estudos sobre subjetivação, algoritmos e psicopolítica: um panorama analítico

Nos últimos anos, as Ciências Sociais vêm ampliando o escopo de análise sobre os impactos sociotécnicos da digitalização, reconhecendo a Inteligência Artificial como fenômeno social e ator não humano (Iasulaitis & Silveira, 2025). Essa inflexão epistemológica reforça a pertinência de compreender as plataformas digitais e seus algoritmos não apenas como instrumentos técnicos, mas como mediadores ativos da vida social.

1. Primeiros estudos e aproximações conceituais

Entre as poucas pesquisas em Ciências sociais que dialogam com o tema, destaca-se a dissertação de Silva (2020), cuja dissertação discute o narcisismo digital e a vigilância algorítmica a partir da série *Black Mirror*. Embora opere num registro ético-filosófico, e não empírico, o trabalho evidencia o surgimento de uma preocupação convergente com a captura algorítmica e a reconfiguração das subjetividades, antecipando debates que esta tese aprofunda empiricamente.

Os estudos de Scrimim (2019) analisa a influência das redes sociais sobre as subjetividades pela ótica do biopoder, mostrando como os sujeitos são constituídos tanto pela dependência das redes quanto pelas possibilidades de expressão que nelas se abrem. Já Rabêlo (2014) investiga os processos de subjetivação no Facebook, identificando a homogeneização dos conteúdos e a conformação das subjetividades às lógicas massificadas de visibilidade, fenômeno que a autora associa ao empobrecimento das singularidades.

De modo complementar, Abraão Filho (2014) discute a subjetivação na cibercultura a partir de ferramentas tecnocomunicativas, articulando-as ao capitalismo midiático e à mercantilização da vida social. O autor mostra o paradoxo entre a apropriação criativa das plataformas e a captura das condutas pelos dispositivos de poder, apontando a simultaneidade entre subjetivação e dessubjetivação.

Santaella (2016) analisa a cultura pós-digital como uma condição na qual o humano e o técnico se tornam indissociáveis, produzindo novas formas perceptivas e comunicacionais. Sua leitura aproxima-se desta pesquisa ao reconhecer a tecnologia como estância constitutiva das formas de sensibilidade e de relação social, mas distancia-se ao não abordar os efeitos psicopolíticos e a dimensão algorítmica desses processos, permanecendo no plano semiótico-cultural. É nesse ponto que esta tese

avança, ao investigar como as infraestruturas algorítmicas das plataformas digitais modulam a subjetivação e instaram novas formas de governo da mente e do afeto.

2. Subjetivação, neoliberalismo e psicopolítica

Bruno, Bentes e Faltay (2019) compreendem as plataformas digitais como laboratórios psicotécnicos de experimentação comportamental, em que algoritmos modulam condutas e emoções a partir de rastro de dados. A análise converge com esta tese ao situar os algoritmos como operadores de poder, mas mantém-se no plano macroestrutural, sem examinar como esses mecanismos incidem sobre os processos de subjetivação e reconhecimento cotidianos.

Faltay Filho (2020) discute a formação de subjetividades influenciáveis em redes digitais, destacando como o ambiente algorítmico estimula vulnerabilidades cognitivas e afetos paranoides. Embora sua análise reconheça o poder de modulação das plataformas, permanece voltada às dimensões epistêmicas da desinformação, sem explorar a captura psicopolítica do desejo e de reconhecimento, campo no qual esta tese se insere.

O artigo de Barrios Tao, Díaz Pérez e Guerra (2020) discute os efeitos da inteligência artificial sobre as subjetividades em chave ético-humanista, centrando-se na ameaça que a tecnociência representa à autonomia e identidade do sujeito. Embora reconheça formas de controle algorítmico, mantém o sujeito com uma entidade normativa, sem considerar a produção de subjetividades como efeito da racionalidade neoliberal-psicopolítica. A tese avança ao deslocar essa discussão para o campo sociológico, analisando a IA como técnica de poder e modulação da subjetividade.

Nos trabalhos mais recentes, observa-se o aprofundamento do diálogo entre subjetividade, racionalidade neoliberal e psicopolítica. Arnoni (2022), por exemplo, propõe o conceito de “empresarização do eu” para compreender músicos que produzem conteúdo digital. A lógica empresarial aparece como matriz de desempenho e produtividade, conformando subjetividades regidas pela autocobrança e pela pressão por resultados, sem, contudo, problematizar a contradição entre criatividade e autoexploração.

Gonçalves (2022) desenvolve uma análise teórica a partir de Byung-Chul Han, descrevendo a contemporaneidade como regime de hiperconexão e desempenho, onde a comunicação assume forma psicopolítica e modulada por algoritmos. Seu

estudo converge com esta pesquisa ao reconhecer a influência dos imperativos de produtividade e transparência, mas permanece sem ancoragem empírica.

Em perspectiva interseccional, Lima (2022), examina as performances e subjetivação de adolescentes negras no Instagram, revelando a reprodução da branquitude nos processos algorítmicos e a consequente invisibilização das identidades negras. O trabalho amplia a compreensão sobre as dimensões raciais e simbólicas da modulação algorítmica, mostrando como o reconhecimento é diferenciado conforme os marcadores sociais.

Bentes (2022) examina a incorporação das ciências comportamentais pelas plataformas digitais e suas estratégias de engajamento contínuo. A autora demonstra como o design algorítmico converte a atenção em valor econômico, aproximando-se desta pesquisa ao revelar o entrelaçamento entre técnica e subjetividade, mas sem avançar na análise da modulação como forma de governo psicopolítico.

3. Redes sociais, autoexposição e vigilância

Silva (2021) analisa a autovigilância como modo de subjetivação no Instagram, articulando Michel Foucault e Gilles Deleuze. Embora seu estudo identifique a interiorização da vigilância, reduz o fenômeno ao julgamento humano e desconsidera o papel do processamento algorítmico na produção de visibilidade e de controle. Moraes (2021), em doutorado em Estudos de Mídia, investiga as escritas de si e memórias digitais no Facebook. A autora relaciona memória, linguagem e capitalismo de vigilância, mas sua análise restringe-se ao *frontend* (a interface visível ao usuário), sem considerar o processamento de dados invisível (*backend*) que sustenta a modulação algorítmica.

Na mesma linha, Pinto (2022) entende as subjetividades como atravessadas pela midiatização da vida e pela sobreposição entre o público e o privado. A autora enfatiza a vigilância algorítmica em tempo real, baseada na captura da atenção, perspectiva que converge fortemente com esta tese ao destacar o controle presente e performatividade da experiência.

4. Outras contribuições temáticas

Queiroz (2022) as práticas de exposição de jovens nas redes e suas fragilidades quanto à privacidade, mas restringe a noção de rastro digital às postagens públicas, ignorando a dimensão técnica da coleta algorítmica. Guarda (2020), por sua

vez, aplica uma leitura semiótica às autorrepresentações de *coaches* no Instagram, compreendendo o *self* como entidade comunicativa em fluxos híbridos entre humano e não-humano.

Rodrigues e Silveira (2023), investigam os aplicativos de relacionamento sob o prisma da sociedade da exposição, discutindo a reconfiguração do desejo e dos afetos no modelo de negócios das plataformas, ainda que sem explorar diretamente os processos de subjetivação. Essas pesquisas, em conjunto, permitem mapear um campo ainda disperso e em expansão, no qual a digitalização da vida cotidiana se torna vetor de novas formas de poder e subjetividade.

5. Novas abordagens transversais e emergentes

Entre as produções recentes, o estudo de Pires (2024), no campo da Biblioteconomia, introduz a noção de *psicopolítica da informação,* interpretando os sistemas digitais como tecnologias de governo da mente. A autora atualiza a leitura haniana do panóptico digital e m ostra que o poder informacional opera por sedução e transparência como formas contemporâneas de dominação. Embora contribua para compreender a racionalidade informacional do neoliberalismo, sua análise permanece em nível macroestrutural e não alcança a experiência subjetiva concreta dos usuários. Esta tese avança ao investigar como tais dinâmicas psicopolíticas se materializam nos processos de subjetivação juvenil mediados por algoritmos e plataformas.

Na sequência, Nunes (2024) propõe a categoria de capital visual, analisando o Instagram como campo de disputa simbólica mediado por métricas algorítmicas. O autor mostra como a visibilidade se converte em valor e a imagem, em forma de capital, iluminando a economia estética das redes. Todavia, seu enfoque privilegia a dimensão simbólico-comunicacional, sem aprofundar os mecanismos de modulação técnica que condicionam o desejo e o reconhecimento. A presente pesquisa amplia essa leitura ao articular tais dimensões simbólicas às arquiteturas algorítmicas e à racionalidade psicopolítica que orienta a produção de subjetividades.

Souza Júnior (2025), examina o Tik Tok como ambiente de modulação comportamental e performatividade contínua. Seu estudo, de base empírica e qualitativa, demonstra como as interações algorítmicas convertem o tempo livre em tempo produtivo, transformando o entretenimento em forma de sujeição. Embora revele a economia da atenção como dispositivo de controle, não problematiza a integração entre técnica e poder psicopolítico. Esta tese avança ao compreender tais

modulações como engrenagens da modulação digital psicopolítica, em que a sujeição emerge na confluência entre algoritmos, afetos e racionalidade neoliberal.

No campo da educação, Nunes (2025) analisa discursivamente o ChatGPT sob a ótica da governamentalidade neoliberal, destacando o caráter normativo da IA sobre o discurso e o pensamento. Seu trabalho evidencia o papel da IA na reconfiguração de práticas discursivas, mas restringe-se à dimensão textual e institucional. A presente tese desloca o foco para os efeitos subjetivos e relacionais dessas tecnologias, mostrando como a modulação algorítmica atua sobre o desejo, a atenção e a constituição dos *self*.

Por fim, a coletânea *Estudo Sociopolíticos da Inteligência Artificial* (Iasulaitis & Silveira, 2025) consolida uma vertente sociológica emergente ao reconhecer a IA como ator social não humano e parte integrante da vida social. Essa perspectiva converge com esta tese ao afirmar o papel da tecnologia na produção do social. Contudo, o volume privilegia uma leitura estrutural e institucional da presença da IA, sem examinar as formas de subjetivação que dela derivam. A pesquisa aqui apresentada expande essa abordagem ao propor a categoria de *modulação digital psicopolítica*, articulando arquitetura técnica, simbólica e afetiva na constituição das subjetividades contemporâneas.

A revisão do Estado da Arte evidencia que, embora haja um avanço significativo nas pesquisas sobre cultura digital, subjetividade e tecnologias de informação, a maioria dos estudos se concentra nas áreas da Comunicação, Psicologia e Educação. Nas Ciências Sociais, e mais especificamente na Sociologia, ainda é incipiente a produção que articula empiricamente os processos de subjetivação com as dinâmicas técnico-afetivas e simbólicas das plataformas digitais.

Constata-se, portanto, uma lacuna entre os estudos que abordam os efeitos sociotécnicos da digitalização da vida cotidiana e aqueles que investigam a constituição das subjetividades sob a racionalidade neoliberal e psicopolítica. É nesse interstício que esta pesquisa se insere: ao analisar os processos de subjetivação juvenil mediados pelo Instagram, busca compreender como as arquiteturas algorítmicas e os imperativos de desempenho e reconhecimento modulam modos de ser e sentir, reconfigurando o próprio campo das sociabilidades contemporâneas.

Assim, o Estado da Arte não apenas delineia o panorama fragmentado das investigações sobre o tema, mas também reafirma a originalidade e a relevância sociológica deste estudo, que propõe uma leitura integrada entre técnica, afeto e

poder na produção das subjetividades digitais. Essa síntese prepara o terreno para o capítulo seguinte, que é o aprofundamento do referencial teórico e metodológico, consolidando as bases conceituais e empíricas que sustentam a análise dos dados.

5.2 Orientações Epistemológicas e Metodológicas

Nesta pesquisa, o objeto emerge de práticas vividas e observadas no contexto da docência e das interações presenciais com jovens, cujas experiências cotidianas revelavam atravessamentos constantes do digital. As observações realizadas em ambientes físicos, como espaços educativos e esportivos, permitiram identificar modos de agir e de se relacionar em que o uso das tecnologias e das redes sociais se tornava um componente inseparável da vida social, apontando para a necessidade de compreender como esses jovens constituem sua subjetividade sob mediações digitais.

Tal movimento é coerente com a epistemologia da cartografia da escuta, que compreende o conhecimento como produção situada, nascida do encontro entre pesquisadora, sujeitos e campo. Diferentemente de uma abordagem autoetnográfica, a implicação da pesquisadora não se volta à narrativa de si, mas à escuta dos processos de subjetivação que atravessam a experiência coletiva. Assim, o problema investigado, os modos de subjetivação juvenil mediados pelo Instagram, nasce das forças do campo e se constrói no percurso da pesquisa, reafirmando a dimensão vivencial e relacional que sustenta o método cartográfico.

5.2.1 Escolha epistemológica: a cartografia da escuta

Nesta pesquisa, a escolha epistemológica pela cartografia parte da necessidade de compreender os processos de subjetivação como movimentos em devir, e não como entidades fixas ou representações estáveis do sujeito. Inspirada na filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (1997), a cartografia se constitui como método-processo que acompanhe a produção do real, mapeando os fluxos, intensidades e variações que atravessam a experiência.

O cartógrafo não busca representar o mundo, mas seguir seus rastros e movimentos, acolhendo as forças que fazem emergir modos de existência. Trata-se, portanto, de uma ruptura com a epistemologia moderna da representação, aquela que supõe a possibilidade de apreender o objeto de fora, para instaurar uma lógica imanente, processual e relacional do conhecimento.

A cartografia, ao contrário do mapeamento técnico ou do levantamento empírico linear, implica, como salientam Eduardo Passos e Regina B. Barros (2015), uma escuta ativa das forças em jogo. A escuta, nesse contexto, não é apenas um ato perceptível, mas um dispositivo epistemológico, um modo de conhecer que se realiza no entre, no intervalo sensível entre pesquisador e campo. Como afirmam Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana Escóssia (2009, p. 17), “cartografar é acompanhar processos e deixar se afetar por eles”. Escutar, aqui, significa suspender o automatismo da interpretação para acolher o que ainda não tem forma, o que pulsa antes da palavra. É estar com o campo e não sobre o campo.

No contexto da aceleração e da saturação informacional que caracteriza a contemporaneidade digital, escutar se torna também um gesto político: resistir à dispersão e acompanhar os movimentos lentos e sutis das subjetivações. A escuta se converte, assim, em uma forma de atenção sensível, um modo de acompanhar a emergência de afetos, hesitações, resistências e invenções que configuram o cotidiano dos jovens modulados pela ambiência digital.

A cartografia da escuta constitui-se, portanto, como uma atitude epistemológica e ética. Ela recusa o distanciamento analítico e reconhece a implicação da pesquisadora como parte do processo de conhecimento. A experiência de campo, atravessada pela docência, pelas interações com jovens em espaços físicos e digitais e pela observação atenta das suas práticas cotidianas, é compreendida como parte constitutiva da investigação. Não se trata de uma autoetnografia, mas de um exercício de implicação em que a pesquisadora se reconhece como sujeito atravessado pelas mesmas forças sociotécnicas que investiga.

Nesse sentido, como propõe Suely Rolnik (1993), o ato de pesquisar não é uma busca por confirmação de hipóteses, mas um ato de criação: o pensamento se faz junto ao campo, e não sobre ele. A escuta torna-se, então, uma tecnologia ética e política da atenção, um modo de sentir o campo e produzir conhecimento a partir de sua própria vibração. A adoção da cartografia da escuta mostra-se, assim, coerente com o objeto desta pesquisa, centrado nos processos de subjetivação de jovens usuários do Instagram.

Tais processos não podem ser apreendidos por métodos de mensuração ou representação, pois se produzem no plano micropolítico das relações e afetos, onde se entrelaçam corpos, algoritmos e dispositivos de poder psicopolítico. Escutar, nesse caso, é seguir as linhas de modulação e resistência que atravessam os sujeitos,

acompanhar o movimento do desejo quando este é capturado, redirecionado ou performado dentro da lógica das plataformas.

A cartografia da escuta permite, portanto, reconhecer que o conhecimento é processual, relacional e afetivo, e que o pesquisador, ao escutar, também se transforma. A investigação não se propõe a fixar o real, mas a habitar seus fluxos, reconhecendo que cada enunciação, gesto ou silêncio traz em si o traço das forças moduladoras da contemporaneidade.

5.2.2 Escolhas metodológicas e implicações do campo

A pesquisa assumiu um percurso metodológico coerente com a opção epistemológica da cartografia da escuta, entendendo o conhecimento como processo vivo, afetivo e relacional. O campo não foi delimitado a priori, mas constituído gradualmente, a partir das interações entre pesquisadora e participantes, tanto em ambientes físicos quanto digitais. Essa escolha rompe com a ideia de um campo empírico estático e pré-determinado, aproximando-se da noção deleuziana de território em movimento, um espaço que se atualiza continuamente pelos encontros e pelas forças que o atravessam.

A construção do campo de investigação ocorreu no ambiente digital e físico e deu-se por meio da convivência prolongada da pesquisadora com jovens universitários e estudantes de cursos técnicos, em atividades de sala de aula e em práticas esportivas coletivas. Essa imersão possibilitou observar como as rotinas cotidianas, as conversas, os gestos e as pausas, inclusive aquelas marcadas pelo uso constante do celular, revelavam modos de estar-no-mundo modulados pela ambiência digital.

No ambiente digital se procedeu uma observação da ambiência do Instagram, sem recorrer à netnografia tradicional, preservando o anonimato dos participantes e evitando a exposição de perfis pessoais. O foco esteve na identificação de dinâmicas recorrentes, como a lógica da visibilidade, da exposição ou não de si, que atravessam o comportamento dos usuários e se tornam matrizes de subjetivação.

Além da observação direta, a pesquisadora utilizou dois questionários aplicados em momentos distintos. O primeiro (Apêndice A), de natureza qualitativa, foi composto por questões abertas e reflexivas, respondidas presencialmente pelos participantes em ambiente físico. Nessa etapa, o objetivo foi criar uma situação de escuta escrita, em que os jovens pudessem refletir sobre o próprio uso do Instagram,

sobre como percebem sua exposição, reconhecimento e afetações no ambiente digital. Essa opção metodológica buscou afastar os participantes, ainda que temporariamente, das distrações e estímulos algoritmos do meio digital, favorecendo um exercício de autoanálise e consciência dos próprios hábitos.

O segundo questionário (Apêndice B) consistiu em um instrumento estruturado, aplicado por meio do *Google Forms*, contendo questões predominantemente fechadas e organizadas em escala Likert, permitindo captar regularidades perceptivas e afetivas entre os jovens participantes. Embora o formato de coleta tenha natureza quantitativa, sua análise foi conduzida a partir de uma perspectiva qualitativa-interpretativa, coerentes com lógica cartográfica adotada na pesquisa.

Os números, nesse contexto, não funcionam como instrumentos de validação estatística, mas como expressões empíricas de tendências subjetivas, que interpretadas em conjunto com as entrevistas e observações, confirmam e aprofundam a compreensão dos processos de subjetivação mediados pelo uso do Instagram. Assim, o tratamento quantitativo foi incorporado como dimensão complementar do percurso qualitativo, fortalecendo o diálogo entre empiria e interpretação.

Em seguida, foram realizadas entrevistas em profundidade, que funcionaram como um prolongamento da escuta. As entrevistas permitiram acompanhar, em maior densidade, os modos como os jovens narram suas experiências com a plataforma e interpretam os efeitos das interações algorítmicas sobre si. A análise das entrevistas seguiu a lógica da interpretação cartográfica, não linear nem classificatória, atenta às variações de sentido, aos afetos e aos movimentos de subjetivação expressos na fala.

A pesquisadora não se posiciona como observadora neutra, mas como coautora do processo, implicada nos encontros e afetada pelas trajetórias que acompanha. Essa postura reconhece, conforme Uwe Flick (2009), que o pesquisador qualitativo é parte constitutiva da produção do conhecimento, uma vez que a pesquisa é também um campo de relações e de sentidos compartilhados. De modo convergente, Marina de A. Marconi e Eva M. Lakatos (2017) ressaltam que a escolha dos instrumentos metodológicos deve ser coerente com os objetivos e com a natureza do fenômeno estudado, enfatizando que o método qualitativo privilegia a compreensão dos significados e não a mensuração dos fenômenos. Assim, a presença da pesquisadora é compreendida não como fonte de viés, mas como condição de possibilidade para o processo de escuta e de interpretação.

Os registros do campo, oriundos das observações, dos questionários e das entrevistas, foram tratados sob a lógica interpretativa e construtiva da análise qualitativa, buscando compreender as forças de subjetivação que operam nas relações entre jovens e algoritmos, sem reduzir os dados a categorias prévias. A análise não se propôs a “provar” fenômenos, mas a cartografar processos, acompanhando o modo como o sujeito se reconhecem, se exibem e se afetam no ambiente digital.

Dessa forma, a coerência entre a epistemologia e a metodologia da pesquisa reside no fato de que ambas reconhecem o conhecimento como processo em movimento, uma prática de escuta e criação. O método não se limita a descrever o mundo, mas participa de sua produção, fazendo do ato de pesquisar um gesto político de atenção e presença no contemporâneo.

5.2.2 Da cartografia da escuta ao dispositivo da escuta

A cartografia da escuta constitui o eixo que articula o plano epistemológico e o plano metodológico desta pesquisa. Ao compreender o campo como processo e não como representação, a cartografia propõe acompanhar os movimentos de constituição dos sujeitos, das relações e das afetações que emergem no percurso investigativo. Escutar, nesse contexto, não é recolher depoimentos ou registrar dados, mas abrir-se aos fluxos de sentido que atravessam as experiências, captando a complexidade dos modos de ser, sentir e agir que se manifestam nos jovens pesquisados.

O dispositivo de escuta, por sua vez, traduz essa orientação epistemológica em uma prática concreta de pesquisa. Ele organiza os meios pelos quais a escuta se efetiva, os questionários, as entrevistas em profundidade, as observações direta em espaços físicos e digitais, constituindo um arranjo sensível e situado. Cada instrumento não opera isoladamente, mas compõe um campo relacional em que a pesquisadora e participantes produzem, conjuntamente, traços de sentido sobre a experiência vivida. O dado empírico, portanto, não é um fato bruto a ser comprovado, mas um acontecimento interpretativo que se forma na interação entre sujeitos, linguagem e contexto.

No percurso da investigação, a escuta se deu tanto no espaço físico, nas interações cotidianas e nas práticas sociais dos jovens, quanto no espaço digital, mediante a observação da ambiência algorítmica do Instagram. Essa articulação permitiu compreender como o digital modula o sensível e o relacional, e como os

sujeitos se veem e se narram à luz das lógicas de visibilidade e reconhecimento mediadas pela plataforma. Ao mesmo tempo, preservou-se o caráter ético da escuta, assegurando o anonimato dos participantes e o respeito às singularidades de suas trajetórias.

Assim, o dispositivo de escuta, inspirado na cartografia, opera como modo de coafecção: nele, a pesquisadora não ocupa a posição de observadora neutra, mas de coautora do campo. Essa implicação reflexiva é parte constitutiva do processo, pois a escuta, em sua dimensão política e ética, não busca representar os sujeitos, mas construir com eles compreensões situadas sobre o que vivem e sentem. Desse modo, a empiria se constituiu como território de afetos, intensidades e significações, onde a análise emerge do entrelaçamento entre experiência e pensamento, entre subjetivação e modulação.

A concepção de subjetividade como efeito relacional orienta toda a prática cartográfica e sustenta o modo como essa pesquisa compreende o campo. Inspirada em Mead (2021), Butler (2019a; 2019b) e Honneth (2009), tal perspectiva rompe com a ideia de sujeito como entidade interior ou autônoma e o entende como resultado das relações simbólicas, afetivas e técnicas que o atravessam. Nesse sentido, as subjetividades juvenis investigadas aqui não preexistem às interações, mas se constituem na trama entre humano e o maquínico, entre reconhecimento, visibilidade e modulação algorítmica. A escuta, portanto, não busca a “voz interior” de um “eu” isolado, mas acompanha os movimentos de produção de sentido que emergem no entrelaçamento entre jovens, tecnologia e racionalidade neoliberal.

5.3 Delineamento geral da pesquisa: campo, participantes e integração das técnicas

A presente seção descreve o desenho geral da pesquisa, explicitando as condições de constituição do campo empírico, os critérios de seleção dos participantes e a forma como os diferentes instrumentos foram integrados em um mesmo percurso interpretativo. A estrutura metodológica articula-se às escolhas epistemológicas discutidas anteriormente, buscando manter coerência entre os princípios da cartografia da escuta e as estratégias concretas de investigação. Assim, o delineamento adotado não se limita a uma sequência técnica, mas reflete uma postura teórico-prática orientada à compreensão processual e relacional da subjetividade.

Amostragem e critérios de seleção dos participantes

A constituição da amostra foi orientada por critérios teórico-metodológicos compatíveis com o objeto e a abordagem qualitativa adotada. Optou-se por uma amostragem intencional, não probabilística, voltada à compreensão de experiências e sentidos produzidos por sujeitos situados em contextos sociotécnicos específicos. Nesse sentido buscou se compor um grupo de participantes que expressasse, de modo significativo, as dinâmicas cotidianas da juventude digital urbana.

O recorte empírico privilegiou jovens estudantes usuários da rede social Instagram, cuja presença nas plataformas digitais é marcada por circulação de conteúdos, práticas de autoexposição e interação contínua. Essa escolha permitiu adentrar um campo em que a vida social, afetiva e simbólica é atravessada por mediações tecnológicas, oferecendo condições para observar como os processos de subjetivação se configuram sob a lógica da modulação algorítmica.

A pesquisa desenvolveu-se em duas etapas complementares, totalizando 59 participantes. Na primeira etapa, aplicou-se um questionário qualitativo com questões abertas e reflexivas, respondido por 38 jovens entre 16 e 24 anos, o que permitiu captar narrativas espontâneas sobre os sentidos atribuídos ao uso do Instagram. A segunda etapa, voltada à análise quantitativa de caráter interpretativo contou com 21 respondentes do questionário (majoritariamente de questões fechadas e de escala *Likert*), cujos resultados foram posteriormente analisados qualitativamente. Desses 21 participantes, seis haviam integrado a primeira fase, permitindo observar a continuidade de percepções e experiências ao longo do processo.

Ainda nessa fase, foram realizadas entrevistas em profundidade com 4 jovens, sendo eles acompanhados desde as fases iniciais, o que possibilitou a construção de uma leitura longitudinal sobre os processos de subjetivação e o atravessamento algoritmo nas trajetórias individuais. As etapas empíricas foram acompanhadas por observações diretas e sistemáticas em contextos físicos e digitais, realizadas desde o início da pesquisa. Essas observações, de caráter cartográfico, permitiram apreender a dinâmica relacional entre práticas presenciais e mediações algorítmicas, oferecendo subsídios para a formulação dos instrumentos e para a interpretação integrada dos dados nas fases seguintes.

A amostra, embora intencional e numericamente pequena, mostra-se adequada à natureza qualitativa e cartográfica desta pesquisa, que privilegia a

densidade interpretativa e a saturação teórica em detrimento da representatividade estatística. Assim, a ênfase recai sobre a profundidade analítica das experiências e sentidos produzidos pelos participantes, e não sobre a quantificação dos resultados.

Sobre o critério *ser estudante*, pautamo-nos naquilo que Marcon (2016) frisa sobre o processo de escolarização, onde “a obrigatoriedade da escolarização é vista por estudiosos como uma das causas do aparecimento da ideia de juventude num sentido universal. Cada vez mais (em tempo e em número) a juventude está na escola e se constrói nela” (Marcon, 2016, p. 336). No entanto, (Marcon, 2016, p. 336) salienta que os espaços de ócio também são significativos na configuração de lugares específicos das práticas e constituição juvenis, que perpassam por identificações, diferenças e hierarquias, a partir do consumo, estilo e distinções.

O campo empírico desta pesquisa configura-se como um espaço relacional e híbrido, constituído pelo entrelaçamento entre os jovens participantes e o ambiente digital do Instagram. Não se trata, portanto, de um campo localizado ou delimitado fisicamente, mas de um território sociotécnico onde se expressam práticas, afetos e modos de ser mediados por arquiteturas algorítmicas. O Instagram, enquanto plataforma, atua como dispositivo técnico e simbólico de modulação da visibilidade, do reconhecimento e do desejo, incidindo diretamente na constituição da subjetividade juvenis.

Por outro lado, os jovens usuários configuram-se como sujeitos empíricos atravessados por esse dispositivo, expressando em seus comportamentos, tanto nas interações digitais quanto nas práticas presenciais, os efeitos dessa ambiência psicopolítica. Assim, o campo foi concebido como um circuito vivo entre humano e máquina, observável nas dobras entre o cotidiano físico e o digital, onde a mediação algorítmica deixa marcas nos modos de agir, perceber e relacionar-se.

Dessa forma, a pesquisa também se pautou na coleta de dados através da observação direta das práticas sociais dos jovens durante os intervalos, momentos de convivência e lazer, em especial nas áreas externas dos locais de estudo e nos espaços esportivos. Esses espaços revelaram-se contextos privilegiados para observar as articulações entre vida física e digital, na medida em que o uso constante do celular, mesmo em situações de sociabilidade presencial, evidenciava a centralidade da mediação algorítmica na experiência cotidiana dos participantes.

Durante as observações diretas nos espaços esportivos, locais de convivência e prática coletiva, era recorrente notar que nos intervalos de treino ou nos momentos

destinados ao descanso e à hidratação, muitos jovens, em vez de se deslocarem até o bebedouro ou interagirem com os colegas, direcionavam imediatamente a atenção ao celular. Esse gesto espontâneo quase automático, de checar notificações, mensagens ou atualizações nas redes sociais, revelava a naturalização da dependência atencional em relação às plataformas digitais e a fusão entre presença física e conexão mediada.

Tais situações, permitiram apreender que a vida social contemporânea, especialmente entre os jovens, não se organiza em esferas separadas, online e offline, mas como uma continuidade modulada, na qual as dinâmicas afetivas, os tempos de resposta e as microcondutas são atravessadas por lógicas algorítmicas que reconfiguram o próprio estar-com-outros. A observação direta desses comportamentos evidenciou que as interações presenciais estão permanentemente entrelaçadas a dispositivos de conectividade, instaurando um regime de atenção fragmentado e mediado pelas notificações e estímulos digitais.

A presença constante do celular em momentos de convivência, treino ou descanso revelou como o gesto de “verificar a rede” se tornou uma prática automatizada, indicadora de uma subjetividade modulada pela necessidade de estar em permanente atualização e visibilidade. Assim, o campo físico mostrou-se indissociável do digital, compondo o mesmo território de experiência onde o social, o técnico e o afetivo se enredam na produção cotidiana das subjetividades.

Estratégia geral e integração das técnicas

A estratégia metodológica adotada estruturou-se em fases complementares e interdependentes, de modo a garantir uma compreensão densa e situada dos processos de subjetivação juvenil mediados pelo Instagram. A pesquisa partiu de um movimento exploratório inicial, constituído pela observação direta de jovens em ambientes físicos, como espaços escolares e de práticas esportivas, e pela observação da ambiência digital, voltada à apreensão das dinâmicas de circulação, interação e visibilidade nas plataformas. Essa primeira fase teve caráter descritivo e sensível, permitindo mapear comportamentos, rotinas e modos de presença digital que posteriormente orientaram a elaboração dos instrumentos de coleta.

Ainda nesta primeira fase, foi aplicado um questionário de natureza qualitativa, contendo questões abertas e reflexivas, destinadas a estimular os jovens a escreverem sobre suas experiências e percepções em torno do uso do Instagram,

suas práticas de exposição e os sentimentos associados à plataforma. Esse instrumento buscou favorecer uma imersão subjetiva introspectiva, permitindo que os participantes elaborassem sentidos sobre si e sobre os modos de ser mediados digitalmente.

Na segunda fase da pesquisa, aplicou-se um segundo questionário, estruturado a partir de itens fechados, alguns em escala *Likert*, digitalmente via *Google Forms*, possibilitando o levantamento de dados quantitativos sobre padrões de comportamento, frequência de uso e percepções afetivas ligadas à conectividade. Tais dados contudo, foram analisados de forma qualitativa, conforme a lógica cartográfica da pesquisa, buscando captar regularidades, tensões e singularidades expressas nas respostas.

Na sequência, realizaram-se entrevistas em profundidade, cujo objetivo foi ampliar a compreensão das nuances emergentes nos questionários e observações. Tal técnica permitiu que os próprios participantes articulassem narrativas mais complexas sobre seus modos de estar na rede, refletindo sobre as dinâmicas de visibilidade, de reconhecimento e os efeitos de exaustão associados à hiperconexão. As entrevistas operaram como extensão do dispositivo de escuta, instaurando um espaço de coafecção e diálogo reflexivo entre pesquisadora e participantes.

As observações diretas em espaços físicos e digitais, iniciadas ainda na primeira fase, mantiveram-se ao longo de todo o percurso, configurando-se como um plano transversal de escuta cartográfica. Esse acompanhamento contínuo do cotidiano digital e físico dos participantes permitiu relacionar os discursos, os gestos e as práticas observadas, contribuindo para a triangulação ampliada entre os diferentes conjuntos de dados.

A integração analítica dos dados (observações, questionários e entrevistas) constituiu o processo de triangulação ampliada da pesquisa, entendida não como verificação cruzada de resultados, mas como sobreposição de planos de sentido. Essa triangulação foi conduzida por meio da identificação de zonas de convergência temática e afetiva, que deram origem aos eixos interpretativos trabalhados no capítulo VI. Desse modo, a construção analítica emergiu como um movimento processual e relacional, orientado pela coerência epistemológica entre a abordagem cartográfica e a análise qualitativa dos dados.

Fontes e considerações éticas

A pesquisa integrou dados primários e secundários, articulados de forma complementar. Os dados secundários provenientes das bases TIC Domicílios, TIC Kids Online Brasil e Opinion Box, foram mobilizados para compor o mapeamento macroestrutural do problema, oferecendo um panorama estatístico sobre hábitos de conexão, consumo de redes sociais e dinâmicas de visibilidade digital no país. Esses dados serviram como âncora contextual para análise empírica, permitindo situar as experiências individuais dos participantes dentro de tendências mais amplas da digitalização da vida cotidiana.

Os dados primários, por sua vez, derivam do trabalho de campo com jovens usuários do Instagram e constituem a base principal da investigação. A condução da pesquisa observou os princípios éticos da pesquisa social, com garantia de anonimato, confidencialidade dos dados, o consentimento informado, quando necessário, e respeito às experiências narradas pelos participantes. As falas foram codificadas, e quaisquer elementos que pudessem levar à identificação pessoal foram suprimidos.

A implicação ética da pesquisadora foi assumida como parte constitutiva do processo investigativo. A posição da pesquisadora implicou uma postura reflexiva, consciente das assimetrias e afetos que atravessam a relação pesquisador-participante. Assim, a ética foi compreendida não apenas como norma, mas como prática situada de responsabilidade, coerente com a perspectiva cartográfica e com a epistemologia da escuta que orientam toda a pesquisa.

A partir dessas estratégias de campo e dos instrumentos mobilizados (questionários, entrevistas e observações situadas), delineou-se um percurso investigativo coerente com epistemologia cartográfica da pesquisa. Mais do que a simples aplicação de técnicas, o processo metodológico configurou-se como um movimento de aproximação sensível aos modos de existir e de se expressar dos jovens, acompanhando os fluxos entre o vivido e o digital.

Essa postura interpretativa permitiu compreender a produção dos dados não como coleta, mas como acontecimento relacional, em que pesquisador e participantes coproduzem sentidos. Desse modo, o subcapítulo seguinte, “Triangulação ampliada e construção dos eixos analíticos”, apresenta a integração das diferentes fontes empíricas, qualitativas e quantitativas, explicitando como o cruzamento entre questionários, entrevistas e observações, articulado aos dados secundários, deu

origem às zonas de intensidade analítica que estruturam a leitura sociológica dos processos de subjetivação modulada.

5.4 Triangulação Ampliada e Construção dos Eixos analíticos

Conforme Maria Cecília de S. Minayo (2000) e Uwe Flick (2009), a triangulação em pesquisa qualitativa ultrapassa a simples verificação entre múltiplas fontes ou métodos, constituindo-se como estratégia interpretativa voltada à ampliação da compreensão do fenômeno estudado. Mais do que combinar técnicas, trata-se de articular perspectivas empíricas, teóricas e contextuais para produzir uma leitura mais densa e relacional da realidade investigada.

Nessa direção, a triangulação é compreendida aqui como um movimento de atravessamento entre camadas empíricas heterogêneas (discursivas, observacionais e estatísticas), mantendo-se integramente situada no campo qualitativo e coerente com a epistemologia da cartografia da escuta, que privilegia a complexidade dos processos de subjetivação e a emergência dos sentidos em sua multiplicidade.

A etapa analítica desta pesquisa parte da integração entre diferentes fontes empíricas (questionários, entrevistas e observações), articuladas aos dados secundários utilizados para ancoragem macroestrutural do problema. Mais do que uma simples combinação de técnicas, a triangulação aqui adotada possui caráter ampliado e interpretativo, voltado a comprovar empiricamente a hipótese de que a interação contínua dos sujeitos com a ambiência digital, e, em particular, com arquitetura técnica e algorítmica do Instagram, atua como um processo de modulação das subjetividades.

Essa triangulação, coerente com epistemologia da cartografia da escuta, busca mapear convergências, tensões e irregularidades emergentes entre as diferentes fontes de dados, de modo a construir uma leitura integrada das experiências subjetivas. A análise qualitativa dos questionários de escala Likert*,* aliada às entrevistas em profundidade e às observações presenciais e digitais, permitiu identificar padrões de enunciação, afetos recorrentes e deslocamentos perceptivos nas narrativas dos participantes, elementos que sustentam a comprovação ou refutação parcial da hipótese.

A triangulação ampliada, portanto, corresponde a um processo de composição interpretativa que opera pela aproximação entre camadas de sentido heterogêneas, o que se diz, o que se faz e o que se sente. Desse entrecruzamento emergiram zonas

de intensidade analítica, tratadas aqui como eixos interpretativos, não categorias fixas, mas esferas de forças relacionais que expressam as modulações subjetivas contemporâneas sob a racionalidade psicopolítica e a cultura algorítmica das plataformas digitais.

Complementarmente, na etapa de sistematização inicial dos dados, foram aplicados procedimentos estatísticos exploratórios com finalidade interpretativa e de organização empírica. Esses recursos, empregados de modo instrumental e não determinista, serviram para apoiar a construção dos eixos analíticos, oferecendo uma base empírica consistente para a leitura qualitativa posterior.

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi utilizada como técnica de identificação de padrões latentes entre as variáveis do questionário, permitindo reconhecer grupos de itens com comportamento semelhante e orientar a formação dos eixos de análise. O uso da AFE teve caráter descritivo e heurístico, sem pretensão de inferência estatística, e buscou apenas reduzir a complexidade dos dados, favorecendo a interpretação sociológica das dimensões emergentes.

O coeficiente de Correlação Spearman

Paralelamente, aplicou-se o Coeficiente de Correlação de Spearman (ρ), adequado a variáveis ordinais e a relações monotônicas não necessariamente lineares, por se tratar de um instrumento mais sensível às dinâmicas comportamentais e sociotécnicas observadas nas práticas digitais. A correlação foi interpretada como indício de associação e não de causalidade, permitindo identificar convergências e tensões entre indicadores de uso, visibilidade, desejo e reconhecimento.

A adoção do Coeficiente de Correlação de Spearman (ρ) decorre da natureza ordinal de parte das variáveis analisadas e da adequação desse método para captar relações monotônicas, que nem sempre se expressam de forma linear. Essa característica o torna particularmente sensível às dinâmicas sociotécnicas complexas que configuram os modos de engajamento digital dos jovens, nas quais pequenas variações de uso, atenção e exposição podem indicar mudanças significativas nos processos de subjetivação. A utilização do Spearman permitiu visualizar padrões de coocorência entre dimensões empíricas, como tempo de conexão, visibilidade e desejo, oferecendo uma leitura estatística preliminar que, interpretada sociologicamente, revelou configurações mais profundas de modulação subjetiva nas plataformas digitais.

O coeficiente de Spearman (ρ) é uma medida não paramétrica de associação entre duas variáveis que avalia a força e a direção de uma relação monotônica (crescente ou decrescente), sendo especialmente adequado para escalas ordinais e dados que não pressupõe normalidade, como itens em escala *Likert*. No âmbito desta pesquisa, as correlações foram utilizadas como recurso exploratório para identificar padrões empíricos relacionados a indicadores de desempenho/visibilidade, afetação, modulação, entre outros, tratando os resultados como indícios interpretativos que apoiam a leitura qualitativa. Não houve pretensão causal nem generalização estatística.

O coeficiente de Spearman (ρ) mede quanto duas variáveis andam juntas em sentido crescente ou decrescente, sem exigir que a relação seja perfeitamente linear e funcionando muito bem com escalas ordinais (como itens em *Likert*). Ele transforma os valores em postos (1º, 2º, 3º....) e calcula a correlação entre os postos.

a) Definição e cálculo

1. Passo dos "postos" (ranks).

Pegamos os valores de cada variável (por exemplo, a correlação entre as questões Q32 ("*Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações (curtidas, comentários, etc.) de outras pessoas?"*) e Q38 ("*Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?*") e, para cada uma, ordenamos do menor para o maior, atribuindo postos: R(X) e R(Y).

Isso significa que, em vez de trabalhar diretamente com os valores originais das respostas, passa-se a trabalhar com a posição relativa que cada pessoa ocupa dentro do conjunto de dados, o que torna o coeficiente menos sensível a distorções causadas por valores externos.

Com esses postos, Spearman nada mais é do que a correlação de Pearson entre os postos:

$$\rho = corr\left(R(X), R(Y)\right) = \frac{cov\,(R(X),R(Y))}{\sigma_{R(X)}\,\sigma_{R(Y)}}$$

Nessa expressão, o símbolo ρ (lê-se "rô") representa o coeficiente de correlação de Spearman, isto é, o valor numérico que indica a força e a direção da associação entre as duas variáveis. As letras X e Y representam as duas variáveis

analisadas (por exemplo, as respostas às questões Q32 e Q38, enquanto R(X) e R(Y) indicam os postos correspondentes a cada uma dessas variáveis após a ordenação dos valores. O termo *corr*(R(X), R(Y)) indica a correlação entre duas variáveis, enquanto *cov*(R(X), R(Y)) refere-se à covariância entre os postos, isto é, a medida de quanto eles variam conjuntamente.

Já o símbolo σ (sigma) representa o desvio-padrão dos postos de cada variável, sendo σ(R(X)) o desvio-padrão dos postos de X e o σ(R(Y)) o desvio-padrão dos postos Y, utilizados para padronizar a covariância e produzir um coeficiente que varia entre -1 e +1.

2. Fórmula clássica (quando não há empates)

Quando não há empates nos postos, pode-se usar a forma equivalente:

$\rho = 1 - \frac{6\sum_{i=1}^{n} d_i^2}{n\,(n^2-1)}$, em que $d_i = R(X_i) - R(Y_i)$ e n é o número de respondentes.

Nessa expressão o termo *d_i* representa a diferença entre o posto da observação *i* na variável *X* e o posto da mesma observação *i* na variável *Y*. Assim, para cada respondente, calcula-se a diferença entre os postos atribuídos às duas variáveis. O símbolo ∑*(i=1)^n* indica a soma dessas diferenças ao quadrado (*d_i²*) para todos os respondentes, desde o primeiro (*i = 1*) até o último (*i = n*). O valor *n* corresponde ao número total de respondentes considerados na análise, isto é, ao tamanho da amostra utilizada para o cálculo da correlação.

3. Tratamento de empates.

Empates são comuns em *Likert*: resolve-se atribuindo a média dos postos aos valores empatados (ex.: se dois valores empatam entre os postos 3 e 4, cada um recebe 3,5). Os softwares estatísticos já corrigem a variância dos postos para que o ρ não fique enviesado nessas situações (nesta pesquisa adotou-se ranking com média dos postos e teste de significância com correção padrão para empates).

Resumo intuitivo: Spearman pergunta: “Quando *X* sobe, *Y* também tende a subir (ou a descer)?” Ele responde a isso comparando posições (postos), não valores crus.

b) Como interpretar o ρ (sem mistério)

O coeficiente de Spearman (ρ) varia entre -1 e +1, indicando tanto a direção quanto a intensidade da associação entre duas variáveis. Quando o valor do ρ é

positivo, significa que, à medida que uma variável aumenta, a outra tende a aumentar também, ou seja, há uma correlação crescente. Quando é negativo, uma variável tende a diminuir enquanto a outra cresce, representando uma relação decrescente. Já valores próximos de zero indicam ausência de relação monotônica clara entre elas.

Quanto à força da associação, valores em torno de 0,10 são considerados fracos, em torno de 0,30 moderados, e acima de 0,50 fortes. No entanto, como a amostra desta pesquisa reduzida ($n \approx 21$), a interpretação não se apoia apenas nos números: o que orienta a leitura é a coerência teórica e a consistência substantiva dos achados, pois o coeficiente, isoladamente, não expressa o sentido sociológico da relação observada.

c) Significância (p-valor) e incerteza

A significância estatística foi avaliada pelo p-valor (p), que indica a probabilidade de que a associação observada entre as variáveis tenha ocorrido por acaso. Valores muito baixos de p (por exemplo, p < que 0,05; p < que 0,01; p < que 0,001) sugerem maior confiabilidade empírica. Nesta pesquisa, o p-valor foi utilizado apenas como critério de consistência, e não como prova de causalidade ou de generalização dos resultados. Em síntese a correlação de Spearman serviu como instrumento auxiliar de leitura, indicando tendências de associação entre os indicadores analisados.

A Construção do índice de Hiperconexão (IH)

Antes da construção do Índice de Hiperconexão (IH), as variáveis que o compõem (Q20, Q21 e Q29) foram padronizados por meio do *z-score*. Essa etapa é necessária porque os itens apresentam escalas e amplitudes distintas de variação, o que poderia produzir pesos desiguais na composição do índice caso fossem somados diretamente em seus valores originais. A padronização transforma cada variável em uma forma métrica comum, com média zero e desvio-padrão igual a um, o que permite que todas contribuam de modo equivalente para o cálculo do índice. Dessa forma, evita-se que um item com maior variabilidade ou intervalo de resposta mais amplo exerça influência desproporcional sobre o resultado final, assegurando maior comparabilidade e consistência estatística na construção do indicador sintético.

Para operacionalizar a padronização das variáveis que compõem o Índice de Hiperconexão, aplicou-se o procedimento de z-score a cada uma das questões

selecionadas (Q20, Q21 e Q29). Esse procedimento consiste em transformar os valores originais de cada item em escores padronizados, expressos em unidades de desvio-padrão em relação à média da própria variável, o que permite que itens originalmente medidos em escalas distintas sejam comparáveis entre si. A padronização foi realizada segundo a expressão:

$$z_{(X,j)} = \frac{(X_j - \bar{X})}{s_X}$$

Nessa expressão z_(X,j) representa o valor padronizado (*z-score*) do item X para o respondente *j;* X_j corresponde ao valor observado do item X para o respondente *j*; $\bar{X}$ corresponde à média dos valores do item X no conjunto de respondentes; e s_X representa o desvio-padrão do item X. A subtração (X_j - $\bar{X}$) expressa o afastamento do valor individual em relação à média, e a divisão por s_X padroniza essa diferença em unidades de desvio-padrão. Essa padronização garante que as variáveis apresentem média zero e desvio-padrão igual a um, permitindo comparações diretas entre escalas originalmente heterogêneas.

A partir dessa base foram elaborados índices sintéticos destinados a condensar dimensões empíricas específicas do questionário. O Índice de Hiperconexão (IH), que expressa o padrão de engajamento cotidiano com o Instagram, foi calculado com base nas questões Q20, Q21 e Q29, referentes à frequência de uso e ao tempo médio de permanência na plataforma. O IH do respondente j foi obtido pela média dos z-scores desses dois itens, conforme:

$$\mathbf{IH}_j = \frac{z_{Q20,j} + z_{Q21,j} + z_{Q29,j}}{3}$$

Nessa expressão, IH_j representa o valor do Índice de Hiperconexão do respondente j. Os termos $z_{Q20,j} + z_{Q21,j} + z_{Q29,j}$ correspondem aos valores padronizados (*z-scores)* das respostas do respondente j às questões Q20, Q21 e Q29, respectivamente. A soma desses termos agrega as três dimensões empíricas que compõe o índice, e a divisão por 3 expressa a média aritmética dos valores padronizados, assegurando que cada item contribua de modo equivalente para o resultado final do indicador.

As escalas foram alinhadas no mesmo sentido, com inversão da Q29 quando necessário, e, nos casos de dados ausentes a média foi calculada considerando ao

menos dois valores válidos. Esses índices compuseram a base empírica utilizada nas análises fatoriais e nas correlações de Spearman, orientando a construção e a interpretação dos eixos analíticos apresentados nos capítulos seguintes.

5.4.1 Emergência dos Eixos: da Sobreposição à Convergência

A emergência dos eixos interpretativos resultou de um processo analítico em duas etapas complementares, articulando técnicas de correlação e análise fatorial exploratória (AFE). O tratamento estatístico dos dados foi realizado no ambiente *Posit Cloud* (RStudio), utilizando a linguagem R e o pacote *psych* para execução das análises e a rotação Varimax. Esse procedimento permitiu identificar agrupamentos latentes de variáveis e visualizar as magnitudes de correlação entre os itens por meio de mapas de calor (*heatmaps*), orientando a delimitação dos eixos interpretativos. O pacote *psych* é amplamente empregado nas Ciências Humanas e Sociais para examinar correlações entre variáveis, identificar fatores latentes e avaliar a consistência interna de escalas, oferecendo suporte técnico à interpretação sociológica dos agrupamentos observados.

O Eixo 1, Hiperconexão e tempo capturado, foi delineado a partir da análise cruzada das correlações de Spearman entre as questões 17 a 29 do questionário, que abordam padrões de uso, frequência de acesso e percepção de dependência em relação ao Instagram. Essas correlações revelaram regularidade significativas na forma como o tempo de conexão e a intensidade de uso se entrelaçam com a percepção subjetiva de controle, indicando a existência de um campo temático autônomo de análise.

Os Eixos 2, 3 e 4 foram identificados por meio de uma análise fatorial exploratória (AFE) aplicada as variáveis da questão 30, composta por itens de escala *Likert* de cinco pontos, respondidos obrigatoriamente por todos os participantes. O objetivo da AFE foi identificar agrupamentos latentes de variáveis com padrões de respostas semelhantes, permitindo observar dimensões subjacentes das experiências e sentimentos relacionados ao uso do Instagram. O método de extração adotado foi o de fatoração dos eixos principais, com rotação Varimax, que otimiza a interpretação ao maximizar a variância explicada por cada fator.

A matriz de cargas fatoriais obtidas foi visualizada por meio de um mapa de calor (*heatmap*), que permitiu identificar a magnitude e direção das correlações entre as variáveis (afirmações) e os fatores extraídos. O gráfico resultante evidenciou três

agrupamentos principais (PA1, PA2 e PA3), correspondentes às dimensões latentes emergentes do conjunto de respostas. A partir da leitura integrada dessas cargas, foram definidos os seguintes eixos:

- Eixo 2 — *Self* vulnerável e autogoverno performativo, derivado do agrupamento PA1, que expressa a relação entre busca de validação social e processos não percebidos de modulação algorítmica;
- Eixo 3 — Desejo modulado, s*elf* capturado e a-resistência performativa, derivado do agrupamento PA3, que articula as dinâmicas entre desejo, exaustão e microgestos de resistência dentro da própria lógica da plataforma;
- Eixo 4 — Captura afetiva e ambivalências, derivado do agrupamento PA2, que evidencia a tensão entre dependência emocional, autoimagem e instabilidade subjetiva nas experiências dos jovens usuários.

Esses quatro eixos, emergentes de diferentes operações empíricas, compõe o núcleo interpretativo da pesquisa e orientam a integração posterior entre as dimensões quantitativas e qualitativas dos dados. A partir desses procedimentos analíticos, a construção dos eixos avançou para uma etapa cartográfica, em que a interpretação qualitativa integrou as dimensões empíricas e teóricas, convertendo os agrupamentos estatísticos em zonas de sentido.

A análise dos dados empíricos (questionários, entrevistas e observações) não produziu categorias fixas, mas zonas de intensidade analítica que emergiram do cruzamento entre diferentes camadas do campo. Esses agrupamentos foram identificados a partir da sobreposição de regularidades discursivas, afetivas e comportamentais observadas nos participantes, constituindo-se como eixos interpretativos. Cada eixo expressa um campo de forças em que dimensões empíricas e teóricas se entrelaçam, permitindo apreender as modulações da subjetividade na ambiência algorítmica.

A emergência dos eixos não resultou de uma classificação prévia, mas de um processo de cartografia analítica, em que o olhar da pesquisadora acompanhou as linhas de variação entre os dados, deixando-se afetar pelos movimentos de sentido que se repetiu e se diferenciavam. Assim, a convergência entre o empírico e o teórico não é um ponto de chegada, mas um princípio de validação interpretativa, a coerência é medida pela consistência das relações entre os materiais, e não pela frequência numérica das respostas.

Cada eixo foi concebido como uma zona transversal de intensidade, onde múltiplas vozes, experiências e signos se condensam em torno de problemáticas recorrentes. O processo cartográfico, portanto, não busca enquadrar os fenômenos, mas revelar as tensões que os atravessam, permitindo compreender como a racionalidade psicopolítica e a cultura algorítmica modulam as formas contemporâneas de reconhecimento, desejo e sofrimento.

A cartografia atua que como o método de articulação entre dados, teoria e contexto, um exercício de pensamento em movimento em que o mapa não antecede o território, mas se desenha à medida que as conexões se produzem. A partir dessa sobreposição dinâmica, os eixos emergem como expressões da ecologia subjetiva dos jovens pesquisados, configurando um espaço de análise que evidencia tanto as convergências quanto as fissuras entre as experiências vividas e as mediações digitais.

CAPÍTULO VI

6. A DIGITALIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E EMERGÊNCIA DO CAMPO

A mediação digital da vida cotidiana desagua em transformações de inúmeros aspectos da existência, sobretudo para a geração de jovens que nasce imersa nos tempos digitais e de conectividade. Esses jovens têm seus processos de socialização atravessados por tecnologias e mídias digitais, ao contrário de gerações anteriores, que vivenciaram a transição entre a sociedade analógica e a digital. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de estudos sobre os processos de subjetivação através da digitalização da vida cotidiana e de novas formas de controle e vigilância.

Como referência comparativa, tomamos as gerações que foram jovens, entre 1970 e 1990, que, apesar de suas especificidades, experienciaram o mundo sob dinâmicas substancialmente distintas daquelas vividas por sujeitos nascidos a partir dos anos 1990 e 2000. Embora muitos desses jovens das décadas anteriores também estejam submetidos à digitalização da vida cotidiana, o grau e a forma com que isso se dá são significativamente diferentes em relação à chamada geração @ e à geração # (Feixa, 2000; Marcon 2016).

Feixa propõe a imagem de três “relógios” para ilustrar modelos de transição geracional: o relógio de areia (ou a ampulheta), corresponde a uma visão circular do tempo nas sociedades tradicionais; o relógio analógico, que representa a visão linear e progressiva do tempo moderno; e o relógio digital, uma metáfora pós-moderna da temporalidade fluida, conectada e rizomática das novas gerações. Essa última favorece o surgimento de microculturas juvenis e o rompimento de fronteiras etárias outrora mais estáveis.

Quando analisamos os processos de digitalização da vida cotidiana, naquilo que está tangível ao olhar, foi observada mudanças significativas (Feixa (2000; Marcon 2016), que abarcam os jovens de 1990 até os dias atuais, podendo diferir culturalmente e a partir de marcadores sociais. Algumas dinâmicas e comportamentos sociais foram transformados neste processo de digitalização da vida. Muitos aspectos que permeiam a vida na sociedade contemporânea estão suscetíveis aos processos de digitalização da vida, alguns em maior grau, outros em menor.

As transformações no lazer e nas formas de sociabilidade também são centrais. Práticas como sair com amigos, frequentar espaços urbanos ou simplesmente “andar

por andar” perdem espaço para interações mediadas digitalmente. Jogar videogame, consumir conteúdo por streaming ou navegar nas redes sociais são atividades atravessadas pela mediação algorítmica que impactam tanto os corpos quanto os afetos dos jovens. A partir da década de 1990, “a vida em casa é cada vez mais vivida no quarto, e durante mais tempo com os jogos, o computador, o telefone móvel, o uso das comunicações instantâneas” (Feixa, 2014 *apud* Marcon, 2016, p. 335-336). Hoje os jovens possuem práticas que se direcionam para um entendimento de lazer digitalizado e, muitas das vezes, confinado entre quatro paredes.

Observa-se que, em grande parte dos jovens, ocorre um deslocamento de entendimento sobre lazer e interações sociais, e consequentemente, das suas práticas, quando comparados a gerações anteriores à geração digital (Feixa, 2014 *apud* Marcon, 2016). Vale salientar que nos referimos aqui por geração digital aquela designada por Carles Feixa como os nascidos a partir de 1990.

Gonçalves (2022) adverte para as experiências mediadas por uma contemplação estéril de interfaces digitais, efêmeras, inodoras, que experimentam a textura de teclas do controle remoto, teclado ou *touch,* e, por interações, muitas vezes restritas ao formato sujeito-plataforma-algoritmo, outras vezes sujeito-plataforma-algoritmo-sujeito.

De modo mais contundente plataformas como Instagram e *Tinder* não só modulam o lazer, mas também os modos de viver a intimidade e o desejo. Como observam Rodrigues e Silveira (2023), a lógica algorítmica transforma o flerte, um encontro e a erotização do corpo em elementos espetacularizáveis e mercantilizáveis. A performatividade juvenil se desloca, nesses casos, para formas digitais de validação, atravessando a formação de subjetividades profundamente moduladas.

A experiência de conhecer alguém para interagir ou se relacionar, que perpassa pelo flerte e sedução, podem ser reduzidos a um processamento algorítmico, que irá disponibilizar um conjunto de perfis, como um cardápio, em que o sujeito escolhe aquele que lhe interessa. Se der *macht* o encontro afetivo ou afetivo-sexual ocorre (Rodrigues e Silveira, 2023). Soma-se a isso a problematização de autores como Leite (2021), Gonçalves (2022) e Han (2021), que abordam a estetização do *self*, a hiperexposição da intimidade e o confinamento sensível nos ambientes digitais. As interfaces digitais tornaram se dispositivos que reconfiguram afetos, desejos, interações e, acima de tudo, a experiência de ser no mundo.

Nesse contexto, o que nos interessa aqui é pensar como todos esses atravessamentos afetam a constituição dos selfs juvenil. Trata-se de analisar o modo como as interações mediadas por plataformas digitais, a lógica algorítmica e o neoliberalismo da performatividade constituem fissuras no self, revelando um sujeito tensionado entre a promessa de liberdade digital e a captura pelas lógicas de controle da produtividade e da espetacularização permanente.

6.1 A cultura digital juvenil em números: dados secundários e a emergência do problema

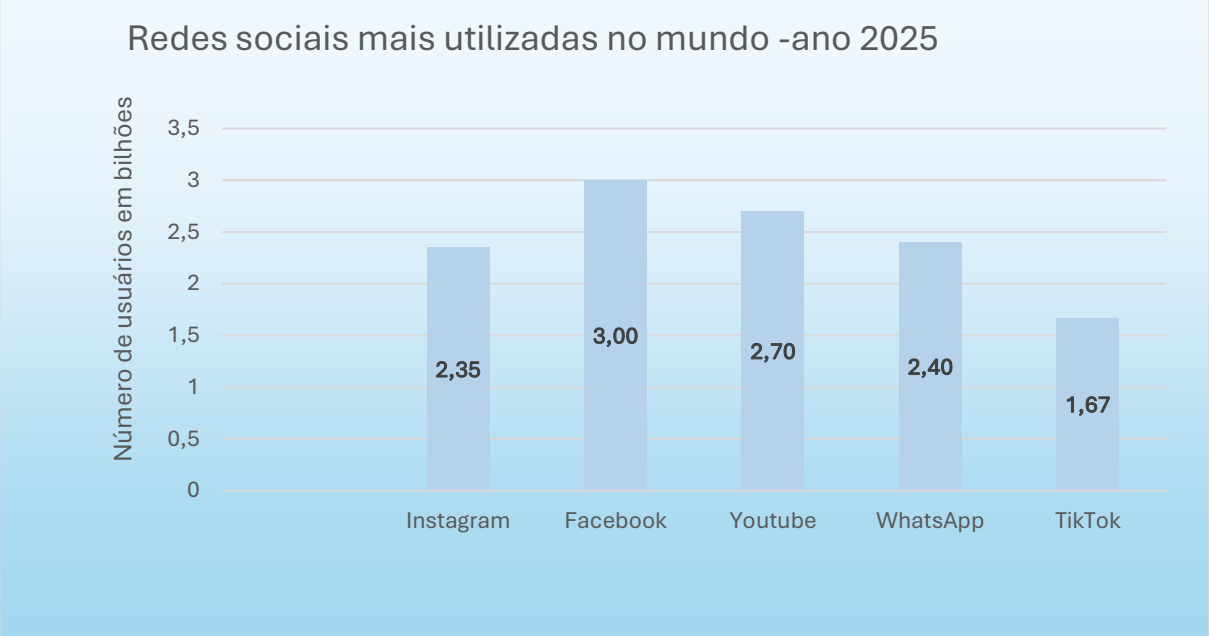
A digitalização da vida cotidiana é um fenômeno que impacta intensamente os processos de socialização e subjetivação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. No entanto, ainda que, muitos estudos sejam guiados por dados quantitativos, que embora valiosos, não alcançam os atravessamentos subjetivos, afetivos e existenciais que permeiam essa experiência conectada. Nesta seção, tomamos como base uma série de dados secundários - produzidos por organismos Cetic.br e pelas pesquisas da Opinion Box - para situar sociologicamente a relevância e a urgência do campo empírico abordado nesta tese. A partir de uma leitura crítica e qualitativa desses dados, evidenciamos tendências e lacunas que justificam a necessidade de estudos aprofundados sobre os efeitos da plataforma nas formas de ser, sentir e existir entre os jovens da chamada geração digital.

Antes de adentrar a análise dos dados empíricos primários desta pesquisa, torna-se necessário contextualizar o fenômeno da plataformização da vida juvenil com base em dados e estatísticos e pesquisas de larga escala. A utilização de bases como TIC Domicílios, TIC Kids Online Brasil, Opinion Box, entre outras, permite compreender o panorama geral do uso das redes sociais por jovens brasileiros, bem como levantar pistas sobre os efeitos subjetivos dessa imersão digital. Embora esses dados sejam predominantemente quantitativos, sua análise crítica permite evidenciar dinâmicas subjetivas, afetivas e relacionais que sustentam a cultura algorítmica contemporânea.

No ranking global, conforme demonstra a Figura 2, o Instagram ocupa a quarta posição entre as redes sociais mais utilizadas no mundo, com cerca de 2,35 bilhões de usuários ativos. Tal dado consolida a plataforma como um espaço de circulação e modulação de subjetividades, o que reforça sua centralidade como campo empírico

privilegiado para esta pesquisa. Entretanto, a mera constatação de seu alcance numérico não esgota a complexidade sociológica implicada em seu funcionamento.

Figura 02 – Ranking global de redes sociais



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da Oficina da Net. Link: https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais

Ao ser alçada a uma posição de ubiquidade digital, o Instagram torna-se não apenas um ambiente de interação, mais um dispositivo global de produção de modos de ser, sentir, aparecer e desejar, operando sob a lógica da plataformização da vida social (Van Dijck et al., 2018; Srnicek, 2017). Nesse sentido, a plataforma deve ser compreendida como uma infraestrutura algorítmica de subjetivação, que não apenas espelha práticas sociais, mas as orienta, captura e retroalimenta.

A partir das lentes da sociologia digital, torna-se possível problematizar o Instagram como um palco de performatividade modulada (Bucher, 2018), onde as subjetividades emergem em diálogo, ou em sujeição, aos regimes de visibilidade, engajamento, e reconhecimento moldados por sistemas algorítmicos. As interações mediadas pela lógica da métrica e da curadoria automatizada configuram uma economia do afeto (Paasonen, 2021), em que a expressão do si é continuamente convertida em dados, quantificada, comparada, forjando formas de existência altamente performativas, otimizadas e estetizadas.

O que está em jogo, portanto, não é apenas o comportamento individual de bilhões de usuários, mas a inscrição desses sujeitos e um regime global de governamentalidade algorítmica (Rouvroy e Berns, 2013), que opera uma

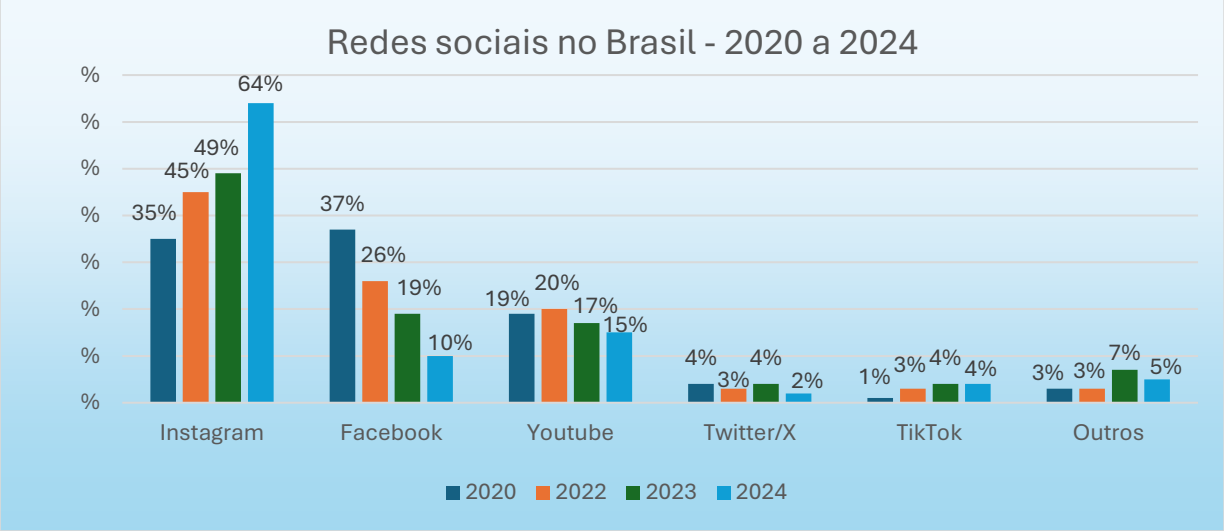
normatividade estética e afetiva transnacional, moldada por interesses corporativos e pela lógica de transformar as experiencias mais íntimas dos sujeitos em mercadoria. A centralidade do Instagram reside assim, não apenas em sua popularidade, mas em sua eficácia enquanto tecnologia de subjetivação.

Ele atua como um modulador transversal da vida social, inscrito nas engrenagens de um capitalismo digital que captura o desejo, dirige a atenção e fabrica identidade sob os imperativos da visibilidade e da constante otimização de si (Han, 2017; Zuboff, 2020). Tal modulação atravessa fronteiras e idiossincrasias locais, criando uma matriz comum de sociabilidade digital em escala planetária, onde o outro é experimentado não como presença interpelante, mas como dado navegável, estética comparável e métrica de validação.

O Instagram, nessa perspectiva, não é um meio neutro, mas um agente ativo na constituição do que Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2013) denominam de “sujeitos digitais”, sujeitos permanentemente expostos à captura de dados, cujas experiências são retroalimentadas por sistemas preditivos que orientam desejos, emoções e comportamentos. A centralidade da plataforma, portanto, não reside apenas em sua popularidade, mas na potência que ela exerce na produção social subjetividades interfaciais, moldadas por códigos invisíveis, mas eficazes, que traduzem vidas humanas em padrões de engajamento.

A pesquisa *Instagram no Brasil*, realizada pela Opinion Box, evidencia a ascensão do Instagram como a rede social mais acessada pelos brasileiros nos últimos anos, como pode ser observado na figura 03.

Figura 03 – As redes sociais mais utilizadas no Brasil entre 2020 e 2024



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados Pesquisa Instagram no Brasil - Opinion Box: jan./2020 a jan./2025.

Em 2023, a plataforma foi utilizada por 49% dos entrevistados, contra 45% em 2022 e 35% no ano de 2020, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa (ver Figura 3). Os dados revelam uma curva de crescimento consistente, que acompanha a transformação da plataforma em um espaço central de sociabilidade, visibilidade e expressão no país. Observa-se ainda que o Instagram ultrapassou o Facebook, que em 2020 ocupava o primeiro lugar ente as redes sociais mais utilizadas.

Esse deslocamento aponta para uma tendência geracional nas práticas digitais, em que sujeitos mais jovens passam a privilegiar plataformas estruturadas em torno de uma arquitetura que privilegie a exposição imagética, a efemeridade e a interatividade constante. Como observa Manoel Castells (2009), o surgimento de uma "geração rede" não diz respeito apenas ao acesso à tecnologia, mas à emergência de formas específicas de sociabilidade mediadas por infraestruturas digitais.

Essa inflexão geracional pode ser compreendida à luz das análises de Danah Boyd (2014), que identifica nas redes sociais um espaço central da socialização juvenil. Para a autora, tais plataformas não configuram apenas um novo "espaço público", mas se tornam arenas de performatividade, nas quais os jovens encontram interação com o "público" com o qual se identificam. Sherry Turkle (2011), por sua vez, caracteriza essa geração como paradoxalmente hiperconectadas e isolada: suas relações interpessoais são cada vez mais mediadas por dispositivos sociotécnicos, os quais modulam formas de estar com o outro. Essa mediação contínua conduz a uma convivência simultânea de presença e ausência, em que os sujeitos estão "sozinhos juntos", conectados em rede, mas privados da densidade afetiva característica das interações face a face.

Trata-se, portanto, de uma inflexão na forma como sujeitos constroem suas "apresentações de si" (Goffman, 2013) e se inserem nos circuitos públicos de reconhecimento. Diferentemente de plataformas como o Facebook, cujas interações favoreciam vínculos mais duradouros e narrativas de si mais lineares, o Instagram opera por meio de imagens moduladas, métricas visíveis e performances em tempo real.

Essa mudança de lógica conecta-se ao que Hartmut Rosa (2019) descreve como aceleração da vida social: uma compreensão do tempo em que a responsividade e a exposição contínua se tornam exigências permanentes para manter vínculos e garantir pertencimento. Assim, mais do que uma mudança de plataforma, o crescimento do Instagram revela um deslocamento nas formas de se

colocar no mundo, em um ambiente onde a subjetividade são cada vez mais performadas, fragmentadas e moduladas algoritmicamente.

Byung-Chul Han (2017), ao discutir a lógica da hipercomunicação digital, argumenta que o excesso de exposição e de conectividade não aprofunda os laços, mas os dissolve em uma transparência opaca, onde o outro deixa de ser um mistério e passa a ser um dado navegável. Nessa lógica, alteridade é esvaziada, e a relação com outro torna se uma relação com projeções de si mesmo.

Essa constatação convoca uma reflexão mais profunda sobre o esvaziamento da intimidade nas relações contemporâneas, marcadas por vínculos frágeis, efemeridade emocional e uma crescente estetização da vida cotidiana nas interfaces digitais. Nesse sentido, Sygmunt Bauman (2004) fala de "relacionamentos líquidos", em que os vínculos se tornam temporários, descartáveis e regulados por uma lógica de consumo afetivo, onde o outro é experimentado como uma possibilidade entre tantas, e não como uma presença real que interpela e transforma. As redes sociais, ao intensificar essa lógica, tendem a reduzir a experiência do outro a fragmentos performáticos, navegáveis e consumíveis, operando uma estetização do laço que enfraquece a possibilidade do encontro genuíno.

6.1.1 O avanço precoce da digitalização: da infância à juventude

A pesquisa *Kids Online Brasil*, conduzida pelo *Cetic.br* com apoio da Unesco, Unicef, CEPAL e de pesquisadores vinculados a universidades nacionais e estrangeiras, oferecem indicadores valiosos sobre a oportunidade e riscos associados ao acesso uso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) por crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos. O levantamento envolve entrevistas com os próprios jovens e com seus pais ou responsáveis legais, permitindo uma abordagem abrangente e comparativa dos dados.

Um dos indicadores mais expressivos é o **A3**, que trata da idade de primeiro acesso à internet. Podemos observar na Tabela 1 os índices de exposição ao ambiente digital através da série histórica entre 2015 e 2023, que revela uma intensificação da exposição precoce ao ambiente digital. Observa-se uma tendência geracional clara de precocidade digital:

Tabela 01 – Idade do primeiro acesso à internet

A3 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR IDADE DO PRIMEIRO ACESSO À INTERNET

Proporção		Ano							
Até 6 anos		2015	2016	2017	2018	2019	2021	2022	2023
FAIXA ETÁRIA DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE	De 9 a 10 anos	26,1	26,7	31,2	28,5	34,4	42,3	46,3	52,3
	De 11 a 12 anos	12,7	12	12,7	15,8	18,8	28,8	33,1	22,8
	De 13 a 14 anos	11,1	6,1	6,5	8,6	11,6	15,6	16,5	20,1
	De 15 a 17 anos	4,9	4	4,3	3,3	4,9	5,1	5,5	10

Proporção		Ano							
7 anos		2015	2016	2017	2018	2019	2021	2022	2023
FAIXA ETÁRIA DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE	De 9 a 10 anos	17,2	14,5	20,5	20	15	6,6	13,7	9,6
	De 11 a 12 anos	4,9	8,2	6,8	9,9	10	13,4	5,6	13,8
	De 13 a 14 anos	3	8,4	3,1	6,5	7,2	10,2	4,8	7,7
	De 15 a 17 anos	3,3	5,2	4,3	4	3,8	7,5	4,9	3,9

Proporção		Ano							
8 anos		2015	2016	2017	2018	2019	2021	2022	2023
FAIXA ETÁRIA DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE	De 9 a 10 anos	24,3	23,1	18	20,9	18,2	14,5	16,4	9,2
	De 11 a 12 anos	12,4	12,9	13,5	12,8	12,5	8,3	11,8	18,7
	De 13 a 14 anos	6,4	6	8,4	11,6	13,5	14,9	16,3	7,9
	De 15 a 17 anos	6,3	5,5	6,6	4,5	7,6	5,9	9,7	7,7

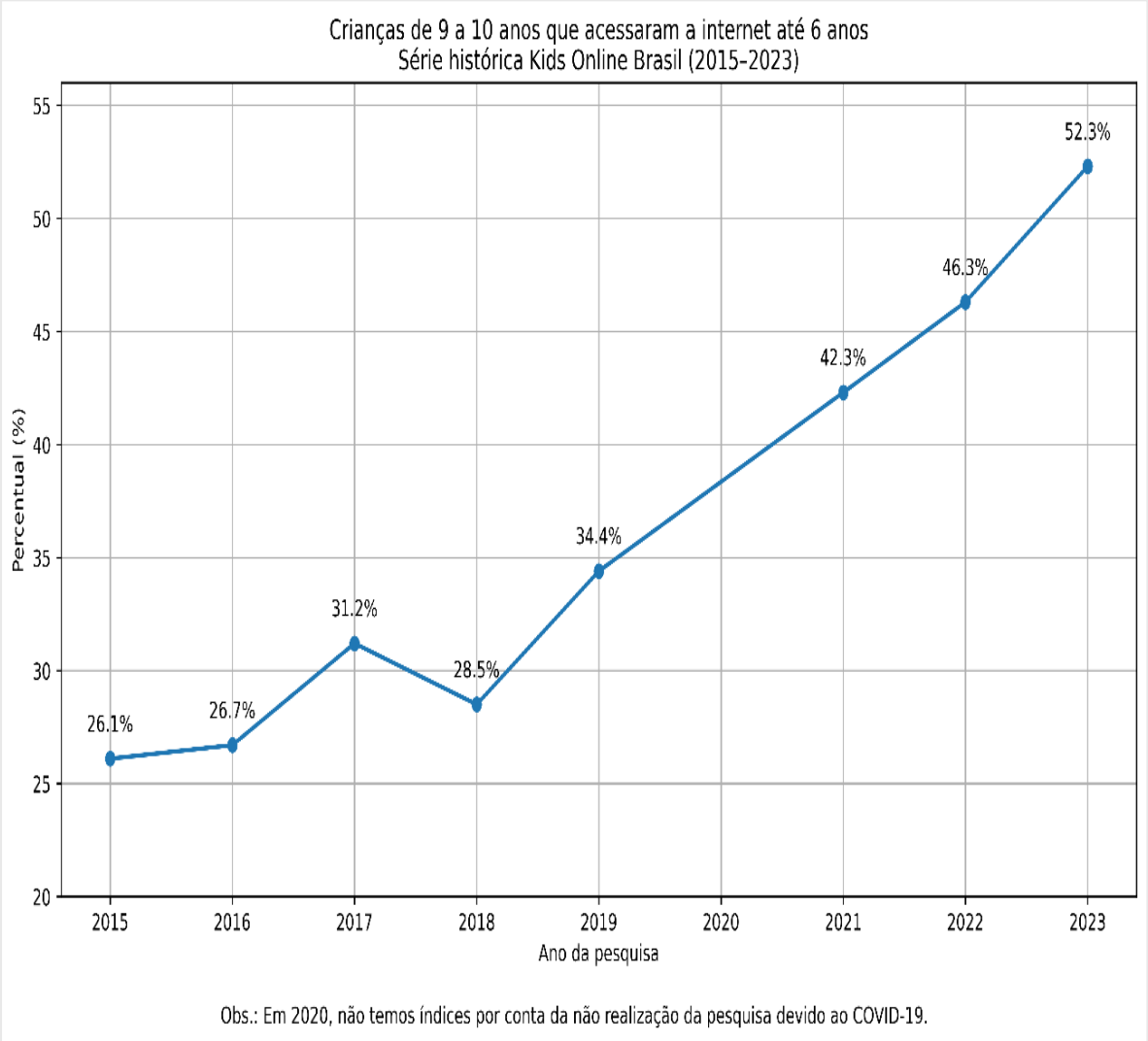
Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil. Link: https://cetic.br/pt/arquivos/kidsonline/2025/pais/

Especificamente na faixa etária de 9 a 10 anos (Tabela 1), verifica-se um crescimento contínuo do percentual de crianças que acessaram a internet pela primeira vez com menos de **6 anos**: de **26,1**% em 2015, o número saltou para **34,4**% em 2019, **42,3**% em 2021, **46,3**% em 2022 e **52,3**% em 2023. Esses dados evidenciam que as novas gerações estão sendo socializadas digitalmente desde os primeiros anos de vida, em um processo que coloca a internet como mediadora precoce das interações, aprendizagens e vivências afetivas. A inserção das crianças na cultura digital não ocorre apenas no consumo passivo de conteúdos, mas também como incorporação de lógicas, tempos e valores que estruturam sua forma de ser-no-mundo.

Os dados apresentados no gráfico a seguir (Figura 4), apontam para uma curva ascendente que não apenas se mantem, mas acelera a partir de 2019, exponencialmente. Essa curva não deve ser lida como mera variação estatística, mas

como indício robusto de uma reconfiguração geracional dos processos de socialização, na qual o digital se insere desde os primeiros anos de vida como mediador constitutivo da experiência do mundo. A internet deixa de ser uma ferramenta acessória para se tornar um espaço estruturante da vida cotidiana infantil, moldando interações, afetos, vínculos e formas de estar no mundo antes mesmo do ingresso pleno na vida escolar.

Figura 04 – Curva crescimento do primeiro acesso



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa Kids Online Brasil (Cetic.br).
Link para acesso aos dados: https://cetic.br/pt/arquivos/kidsonline/2025/pais/

Este dado não apenas revela um padrão de uso, mas coloca em questão os processos de socialização primária: já não são apenas os pais, os pares ou a escola que introduz o sujeito ao mundo social, mas também os dispositivos conectados, as plataformas e seus algoritmos. Como alerta Gonçalves (2022) as experiências se dão, cada vez mais, por meio de “interfaces estéreis” e “relações tridimensionais” com telas,

inaugurando novos modos de aprender, desejar e interagir, modulados desde muito cedo por lógicas digitais.

Do ponto de vista dos processos de subjetivação, os dados sugerem que essa geração passa a se constituir em diálogo constante com plataformas, telas e dispositivos, no cenário marcado por lógicas de aceleração, performatividade e exposição, como já problematizado por autores como Hartmut Rosa (2019). Trata-se de sujeitos modulados desde muito cedo por fluxos informacionais e regimes de visibilidade que antecedem, atravessam e muitas vezes tensionam os marcos clássicos da socialização infantil.

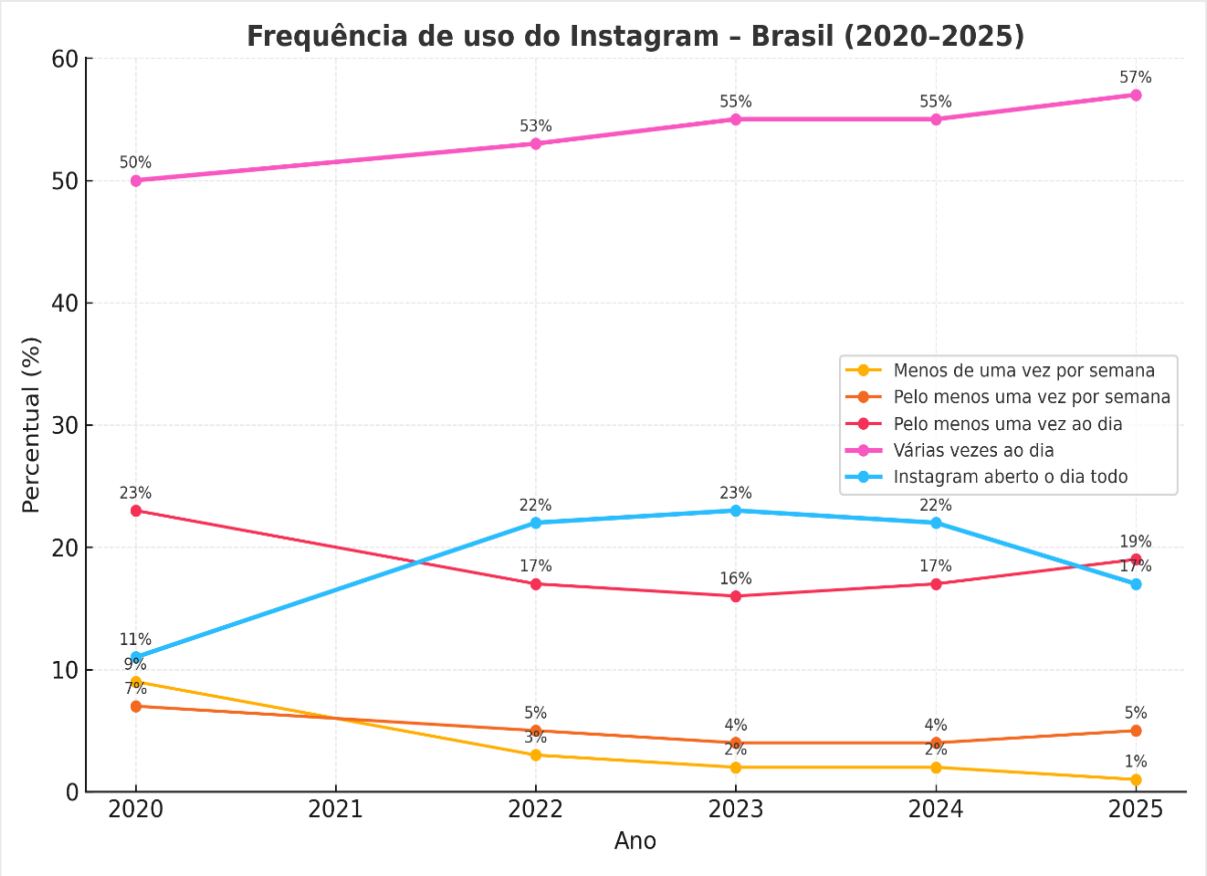
Importa ressaltar, no entanto, que os indicadores estatísticos, por si só, não captam a complexidade, intensidade, nem a qualidade da digitalização da vida cotidiana. Por isso, é necessária uma abordagem qualitativa e situada, que investigue os modos como esses sujeitos se apropriam das tecnologias, como constroem vínculos, narrativas de si, e como são afetados por lógicas algorítmicas e pelas dinâmicas de visibilidade e reconhecimento que operam nas plataformas digitais.

6.1.2 Frequência, intensidade e a emergência da vida “aberta o dia todo”

A análise dos dados quantitativos sobre a frequência e intensidade do uso do Instagram 2020-2025 (pesquisa: Instagram no Brasil da Opinion Box) revelou uma hiperconexão estrutural e uma lógica de presença constante, marcada por padrões de interação mediados pelo algoritmo. No entanto, compreender como esses usos são vividos e quais efeitos subjetivos produzem requer avançar para uma análise qualitativa, na qual o algoritmo deixa de ser uma entidade técnica invisível e passa a atuar como uma força social moduladora, um “outro generalizado” que medeia, direciona e hierarquiza as experiências digitais.

Os dados sobre a frequência de uso do Instagram entre 2020 e 2025 evidenciam uma profunda transformação nos modos de estar conectado, consolidando um regime de hiperconexão e presença constante na ambiência digital. Observa-se (Figura 5 abaixo) que a categoria **“várias vezes ao dia”** se mantém constante crescente, sendo **50%** em 2020 para **57%** em 2025. Esse padrão indica que o Instagram deixou de ser uma prática episódica para se tornar um hábito intermitente, no qual sujeito retoma a plataforma diversas vezes ao longo do dia, impulsionado por gatilhos algorítmicos como notificações, stories efêmeros e *reels*, que alimentam um circuito de recompensa e engajamento contínuo (Lambke 2022; Silveira, 2017).

Figura 05 – Frequência de uso do Instagram no Brasil



Fonte: Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da Opinion Box – Pesquisa Instagram no Brasil.

Em paralelo, a categoria “meu Instagram fica aberto o dia todo**”**, embora minoritária, apresenta um crescimento expressivo, saltando de **11%** em 2020 para **22%** em 2022-2023, estabilizando-se em **17%** em 2025. Isso sinaliza um padrão de conexão permanente, na qual a plataforma passa a operar como uma infraestrutura sempre ligada, quase como uma “segunda pele” informacional que acompanha e modula a vida cotidiana.

Enquanto uso intenso se expande as categorias de baixa frequência praticamente desaparecem. O percentual de usuários que acessam o Instagram “menos de uma vez por semana” cai de **9%** em 2020 para apenas **1%** em 2025, e aqueles que entram **“**pelo menos uma vez por semana**”** permanece em patamares residuais, com apenas **5%** em 2025. Isso indica que a plataforma deixou de ser um espaço de acesso eventual para se tornar um ambiente de presença obrigatória e contínua, em que estar conectado é quase um requisito tácito de sociabilidade.

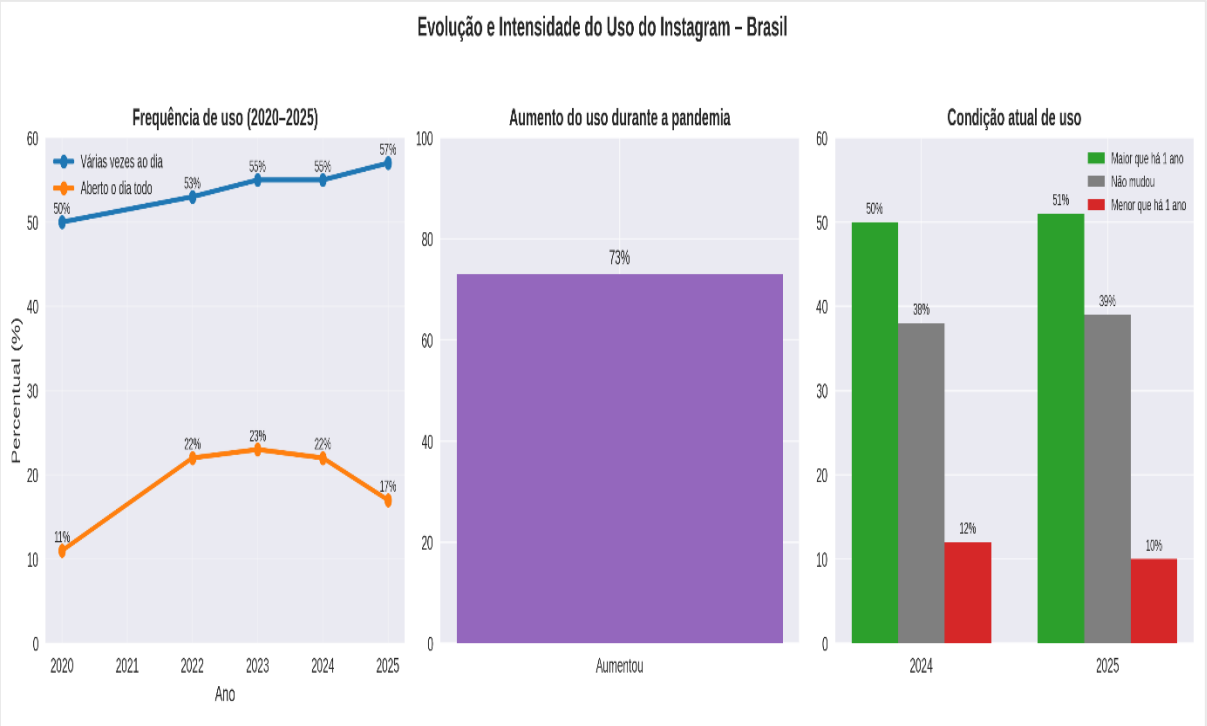
A queda da categoria “pelo menos uma vez ao dia” de 23% para 19% no mesmo período, demonstra um deslocamento para padrões de uso mais intensos, reforçando

a lógica de que não basta estar presente uma vez por dia: é preciso estar muitas vezes ou, em certos casos, constantemente. Esse comportamento pode ser discutido à luz da aceleração social descrita por Hartmut Rosa (2019), na qual sujeitos aceleram não necessariamente para acender socialmente, mas para não perder espaço ou relevância, para não desaparecer dos *feeds* e dos circuitos de visibilidade.

Essa tendência se torna ainda mais clara quando analisamos a combinação das categorias de uso intensivo: em 2025 mais de 70% dos usuários estão inseridos em regimes de hiperconexão (“várias vezes ao dia” + “aberto o dia todo”). Esse cenário revela uma captura ampliada da atenção, alinhada com a lógica da economia da atenção (Silveira, 2017) e com uma sociedade de desempenho (Han 2015; 2020) em que está disponível, responder rapidamente e atualizar-se sem pausas deixam de ser simples opções e passam a ser exigências implícitas de pertencimento e validação social.

A pandemia de COVID-19 aparece como catalisadora desse processo, produzindo uma inflexão no padrão de uso, que pode ser percebido na compilação abaixo (Figura 6):

Figura 06 – Evolução e intensidade do uso do Instagram no Brasil



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da Opinion Box – Pesquisa Instagram no Brasil.

O pico da categoria **“aberto dia todo”** em 2022/2023 coincide com o período de isolamento, e **73%** dos entrevistados afirmaram ter aumentado o uso do Instagram durante a pandemia, evidenciando que a plataforma assumiu o papel central como

substituto da sociabilidade física, além de espaço de entretenimento, informação e validação afetiva. Mesmo após o fim do isolamento, essa hiperconexão não regrediu aos níveis anteriores: em 2025, **51%** dos usuários afirmaram usar mais o Instagram do que há um ano, enquanto apenas **10%** declararam ter reduzido o uso, o que aponta para uma consolidação de um novo regime de conectividade permanente.

Esses dados confirmam que o Instagram não é mais apenas uma rede social, mas um ambiente que atravessa as subjetividades dos sujeitos, em que a vida digitalizada requer presença contínua, respostas rápidas e performes reiteradas de si (Goffman, 1985; Han, 2015; Rosa, 2019). As métricas públicas, curtidas, visualizações, comentários, se tornam instrumentos de validação simbólica, objetivando o valor social do sujeito e acentuando sentimentos de autocomparação e instabilidades do *self*.

Tais aspectos emergem de forma recorrente nas entrevistas e nos dados qualitativos. Como observa Anna Lembke (2022), o engajamento em plataformas digitais opera com base em micro recompensas dopaminérgicas, que alimenta o comportamento repetitivo e justificam o crescimento do uso “várias vezes ao dia” e a persistência de “aberto o dia todo”. Os sujeitos são governados por ciclos de gratificação rápida, mediados por algoritmos que aprendem e modulam continuamente seus interesses, desejos e emoções.

No entanto, esses números, embora reveladores, não explicam por si só a qualidade dessa experiência. Eles indicam o terreno onde a análise qualitativa se torna essencial para compreender como os jovens vivem a hiperconexão, quais afetos emergem, como a modulação algorítmica atua na construção da autoimagem, no desejo de reconhecimento e no sofrimento psíquico acessar associado à vida em exposição. A cartografia do self que guia esta pesquisa será o recurso analítico que permitirá ir além das estatísticas, revelando as fissuras, os deslocamentos e as múltiplas performatividades do *self* que se constroem sob o regime da digitalização da vida.

6.1.3 As redes sociais como dispositivos de socialização e normatização

As redes sociais digitais deixaram de ser apenas espaços de interação para se tornarem dispositivos centrais de socialização e normatização capazes de moldar condutas, afetos e modos de ser no mundo. Mais do que ferramentas de comunicação,

elas constituem infraestruturas sociotécnicas que atravessam a formação de subjetividades e a produção de sentido no cotidiano, especialmente entre os jovens.

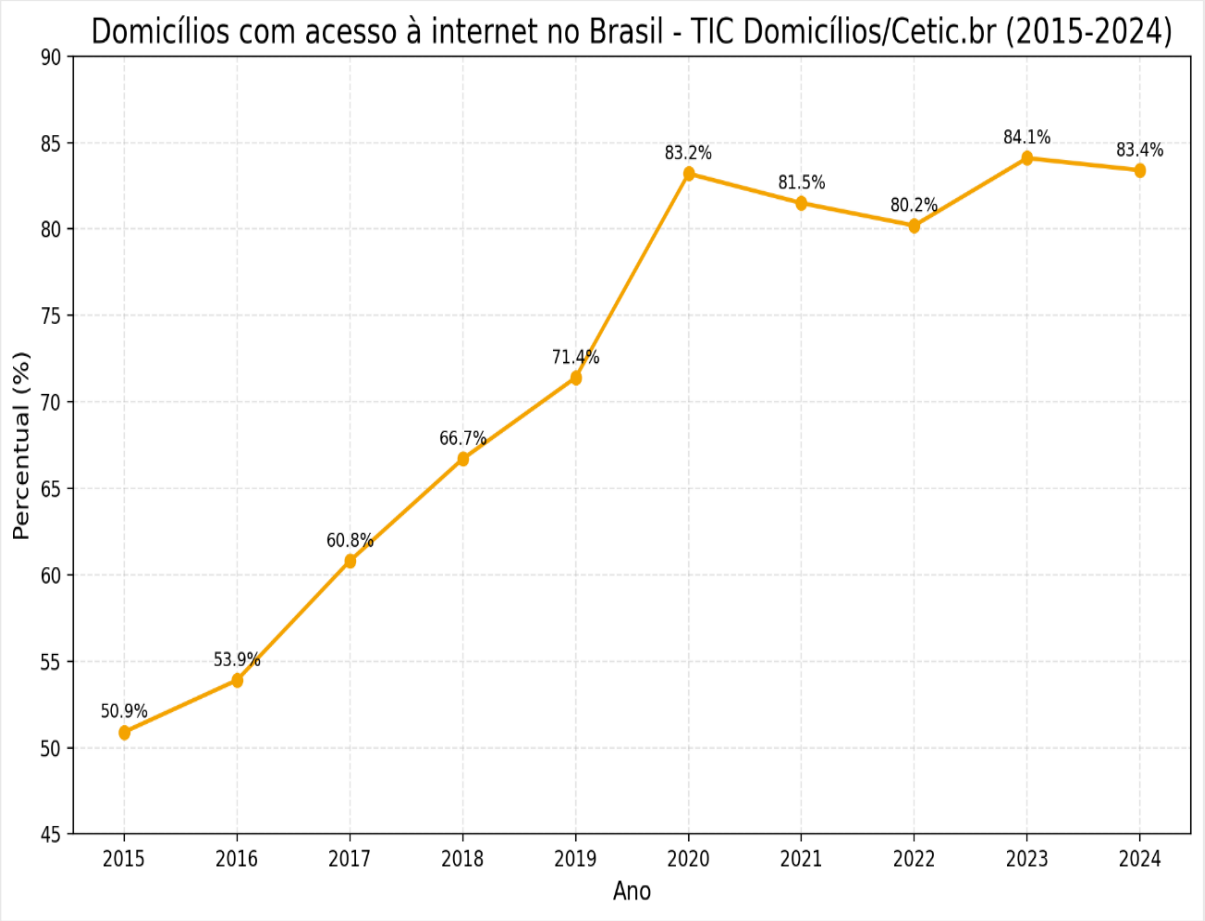
Ao mesmo tempo em que promovem novas formas de sociabilidade, mediadas pela lógica da visibilidade da conectividade permanente, operam também como máquinas normativas. Assim, as redes sociais, e em especial o Instagram, possibilita a regulação de padrões de comportamento, de linguagem e de autoapresentação por meio de métricas, algoritmos e regimes de atenção (Silveira, 2017; Han, 2015).

No contexto da sociedade em rede (Castells, 2013), essas plataformas são mais do que palcos de troca simbólica: funcionam como espaços de disputa pelo reconhecimento, em que a produção e circulação de imagens, textos e performances se converte em formas de valor social e capital cultural. Esse movimento é potencializado pela aceleração social descrita por Rosa (2019), que não apenas impõe um ritmo cada vez mais rápido de atualização e resposta, mas também reforça a sensação de que estar ausente das plataformas significa perder relevância, conexões e pertencimento.

Assim, pensar nas redes sociais como dispositivos de socialização e normatização implica reconhecer que elas instituem novas gramáticas de visibilidade, reconhecimento e modos de ser, onde a interação não é apenas espontânea, mas calibrada por mecanismos algorítmicos que define o que aparece, o que engaja e o que se torna digno de atenção. É nesse terreno que os dados apresentados a seguir devem ser analisados: não apenas como indicadores de acesso ou frequência de uso, mas como sinais de uma reconfiguração profunda dos processos de socialização e das formas de estar no mundo.

De acordo com os dados da pesquisa TIC Domicílios da Cetic.br (Figura 7), abaixo, o crescimento do acesso domiciliar à internet no Brasil, que salta de **50,9%** em 2015, para **84,1%** em 2023, com uma leve queda em 2024 para **83,4**%, o que revela não apenas uma ampliação do alcance tecnológico, mas a consolidação da conexão digital como infraestrutura básica da vida cotidiana. Esse avanço é fortemente marcado pelo pico observado em **2020 83,2%**, ano da pandemia de COVID-19, quando o isolamento social acelerou processos de digitalização de práticas de trabalho, educação, lazer e sociabilidade.

Figura 07 – Evolução de acesso à internet no Brasil



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da TIC Domicílios (Cetic.br)
Link para acesso aos dados: https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2025/domicilios/

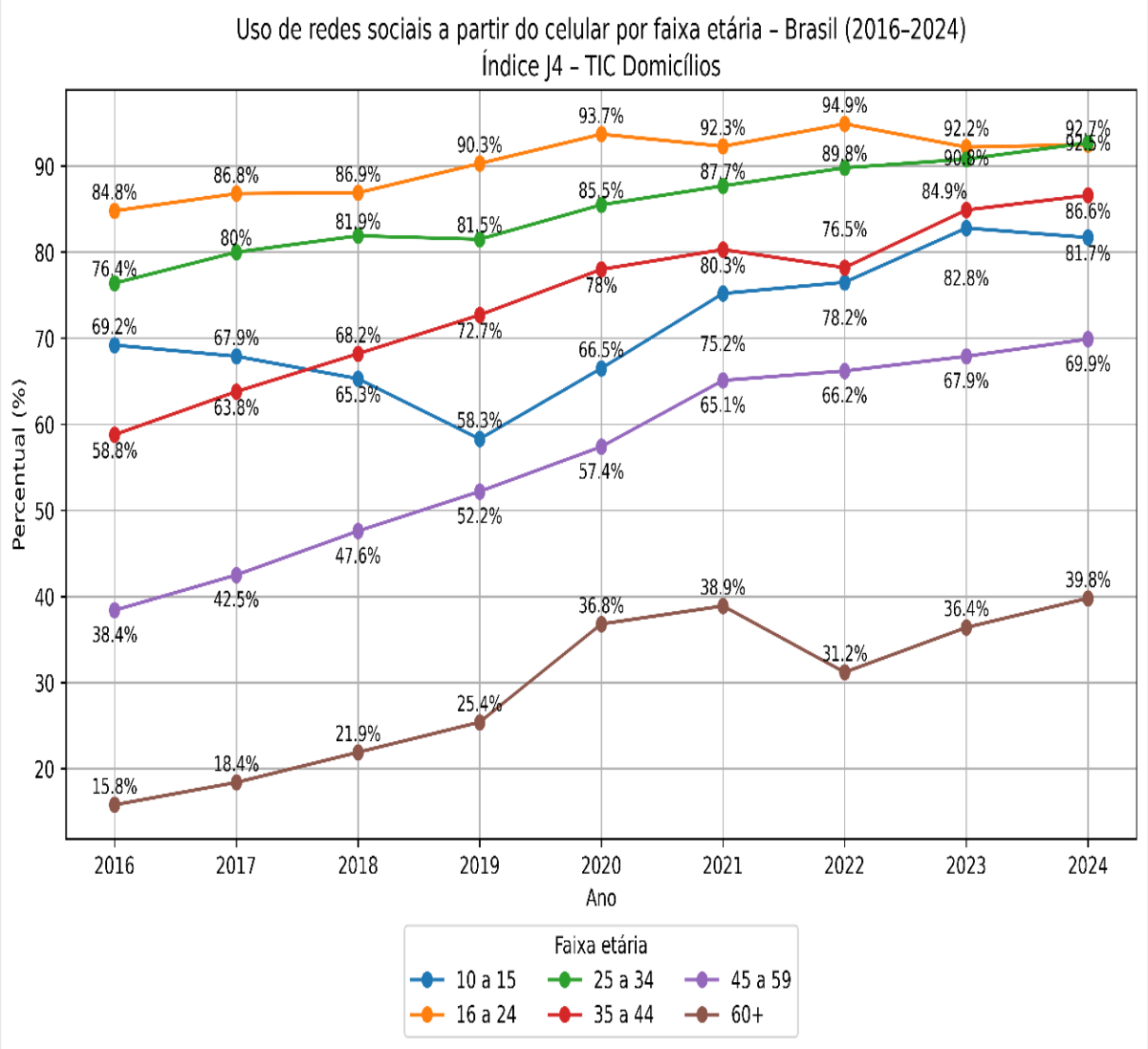
No entanto, como lembram o Castells (2013) e Sergio Amadeu da Silveira (2017), a universalização do acesso não deve ser confundida como a homogeneização das experiências digitais: desigualdades de renda, escolaridade e localização geográfica continuam determinando o tipo e a qualidade da conexão, bem como as formas de apropriação das plataformas. Enquanto alguns domicílios usufruem de redes rápidas e múltiplos dispositivos, outros dependem de um único smartphone pré-pago, o que influencia diretamente o acesso à informação, as possibilidades de engajamento, tipos de uso, até produção de conteúdo nas redes sociais.

Essa diferença material é também uma diferença de subjetivação, pois impacta, no âmbito geral de acesso à internet, a democratização do conhecimento. Já no que tange o acesso a redes socais, as possibilidades de reconhecimento e visibilidade no ecossistema algoritmo, ficam comprometidos. Assim, mais do que um indicador técnico, o crescimento do acesso revela a incorporação da internet como um dos principais mediadores das relações sociais, instaurando um regime de presença digital

que redefine os processos de socialização e as expectativas de performances nas redes.

A pesquisa TIC Domicílios da Cetic.br (Figura 8), abaixo, aponta que o uso de redes sociais no Brasil revela um protagonismo evidente da juventude, especialmente na faixa de 16 a 24 anos, que ultrapassa **90**% de adesão a partir de 2019, atingindo **94,9**% em 2022 e mantendo-se em níveis elevados em 2023 (**92,2**%) e em 2024 chega a **92,5**%. Essa hegemonia juvenil confirma que as plataformas digitais se tornaram espaços centrais de socialização e reconhecimento para essa geração, funcionando como palcos de visibilidade e construção performativa de si (Han, 2015; Dardot e Laval, 2016).

Figura 08 – O uso das redes sociais por faixa etária no Brasil



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da TIC Domicílios (Cetic.br)
Link para acesso aos dados: https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2025/domicilios/

Ao mesmo tempo, podemos observar na Figura 8, acima, uma aproximação das faixas de **25 a 34** anos e de **35 a 44** anos, que crescem de forma consistente ao longo do período, atingindo no ano de 2024, **92,7%** e **86,6%** respectivamente, indicando que a plataformização da vida não se restringe aos mais jovens, mas atravessa diferentes etapas do ciclo de vida. A faixas etária de 10 a 15 anos em 2016 apresenta os índices de uso das redes sociais de **69,2**%, com uma queda em 2019 (**58,3**%). Contudo em 2020 retoma o crescimento dos índices (**66,5**%), que pode ser devido a pandemia, e em 2024 apresenta **81,7**% de acesso as redes sociais. A faixa etária de 45 a 59 anos apresenta uma constância de crescimento, sendo que em 2016 apresentava o índice de **38,4**% e em 2024 **69,9**% de acesso as redes sociais. Mesmo entre os 60 anos ou mais, o salto de **15,8**% (2016) para **39,8**% (2024) mostra que a inclusão digital se expande, ainda que em ritmos desiguais.

A leitura crítica desses dados exige ultrapassar sua dimensão quantitativa e compreender as redes sociais como parte de uma arquitetura de governança digital que não apenas conecta indivíduos, mas também produz formas específicas de controle e subjetivação. Lidas a partir de Deleuze (2013), as redes sociais funcionam como dispositivos paradigmáticos da “sociedade de controle”: nelas, o poder não precisa mais se exercer por confinamentos disciplinares (escola, fábrica, hospital), mas por circulações moduladas, em tempo real, por meio de padrões algoritmos que acompanham, avaliam, preveem e orientam condutas.

É nesse Horizonte que a crítica de Zuboff (2020) ao capitalismo de vigilância encontra o diagnóstico de Dardot e Laval (2016) sobre a “nova razão do mundo. As plataformas não só exploram dados, elas instituem uma racionalidade que transforma cada sujeito em gestor de si, permanentemente avaliável, ranqueável, comparável. Han (2015; 2017) complementa: trata-se de um regime de autoexploração performática, em que visibilidade, responsividade e desempenho deixam de ser escolhas e se convertem em obrigações tácitas de reconhecimento. O resultado é que as redes, ao mesmo tempo em que sociabilizam, normatizam, pois ensinam e exigem modos neoliberais de existir: competitivo, responsivo, transparente, empreendedor de si.

Essa introjeção da racionalidade neoliberal é transversal às faixas etárias, mas não é isomórfica. A geração digital, socializada primária e secundariamente já sob interfaces algoritmizadas, temporalidades instantâneas e métricas visíveis, não experimentou um intervalo formativo entre o “mundo analógico” e o digital. Ao

contrário das gerações anteriores, que viveram socializações mediadas por ritmos mais lentos, comunicação síncrona localizada (telefone fixo, orelhão) e sociabilidades face a face (que exigiam negociar a ausência, o silêncio e a frustração), os jovens aprendem a *ser* no mundo sob um regime de imediatismo, efemeridade, responsividade permanente.

Isso não autoriza generalizações moralistas ("os jovens não suportam frustração"), mas permitem indagar, teoricamente e empiricamente, que os critérios de reconhecimento, gramática de validação e o manejo das expectativas se constituem, para eles, um ambiente em que a espera é punitiva, a opacidade é suspeita e a falha performativa é publicamente mensurável. Dito de outro modo: a racionalidade neoliberal introjetado pelas plataformas, não apenas governa condutas, mas também governa afetos e temporalidades.

Han (2020) fala de exaustão e autoagressão na "sociedade do cansaço"; Rosa (2019) mostra que aceleramos não para ascender, mas para não ficar para trás. Nas redes, isso se traduz em estar sempre presente para não desaparecer do feed; responder para não perder alcance; postar para não ser esquecido, um regime que Deleuze (2013) antecipou como modulação contínua, agora operacionalizada por infraestruturas algorítmicas. Shoshana Zuboff (2020) acrescenta: os dados não só descrevem, mas preveem e condicionam; a modulação algorítmica desloca o controle do "depois do ato" para o "antes do ato", instaurando uma forma de heteronomia preventiva.

Para as gerações socializadas antes da plataformização total, há memórias de outros ritmos e formas de reconhecimento (cartas que demoravam, telefonemas caros, encontros presenciais), uma socialização que introduzia frustração como parte da vida social. Para a geração digital, o tempo social é comprimido, os afetos são quantificados e o outro é mediado por um "*outro generalizado algoritmo*", que faz a curadoria do que merecer ser visto e premia a responsividade como virtude. Isso não significa ausência de agência juvenil, mas reconhecimento de que sua agência é forjada em um campo normativo distinto - mais instantâneo, métrico, performativo e modulável.

Assim, as redes são, simultaneamente, dispositivos de socialização e com trole, e é nessa duplicidade que reside sua eficácia: elas integram, conectam, dão voz, enquanto normalizam, ranqueiam, capturam e exploram. A digitalização da vida não é um pano de fundo neutro; é um regime de subjetivação que, embora alcance a todos,

opera com efeitos diferenciados conforme as biografias geracionais, os capitais materiais e culturais, e as condições de inserção nos circuitos de visibilidade. Daí a importância, teórica e metodológica, de não homogeneizar “os jovens” nem “os conectados”, mas de escutar como cada geração, classe, raça, e gênero negocia, resiste ou adere a esse neoliberalismo algorítmico que se tornou, hoje, a gramática tácita da socialização.

6.1.4 Um campo que exige escuta: da saturação dos dados ao vazio dos sentidos

Vivemos em uma era em que a produção de dados sobre o comportamento digital atinge níveis inéditos, oferecendo um arsenal estatístico que mede desde o tempo de uso das redes sociais até a frequência de postagens, curtidas e interações. No entanto, essa abundância quantitativa raramente é acompanhada por análises que têm conta dos efeitos subjetivos, afetivos e sociais dessas práticas. As métricas, ao quantificarem a presença, obscurecem as tensões invisíveis da performatividade, como a ansiedade por reconhecimento, a exposição constante e o esgotamento emocional. Como lembra Byung-Chul Han (2015), vivemos na sociedade da transparência e do desempenho, onde a visibilidade se torna norma e o silêncio se transforma em ausência de valor.

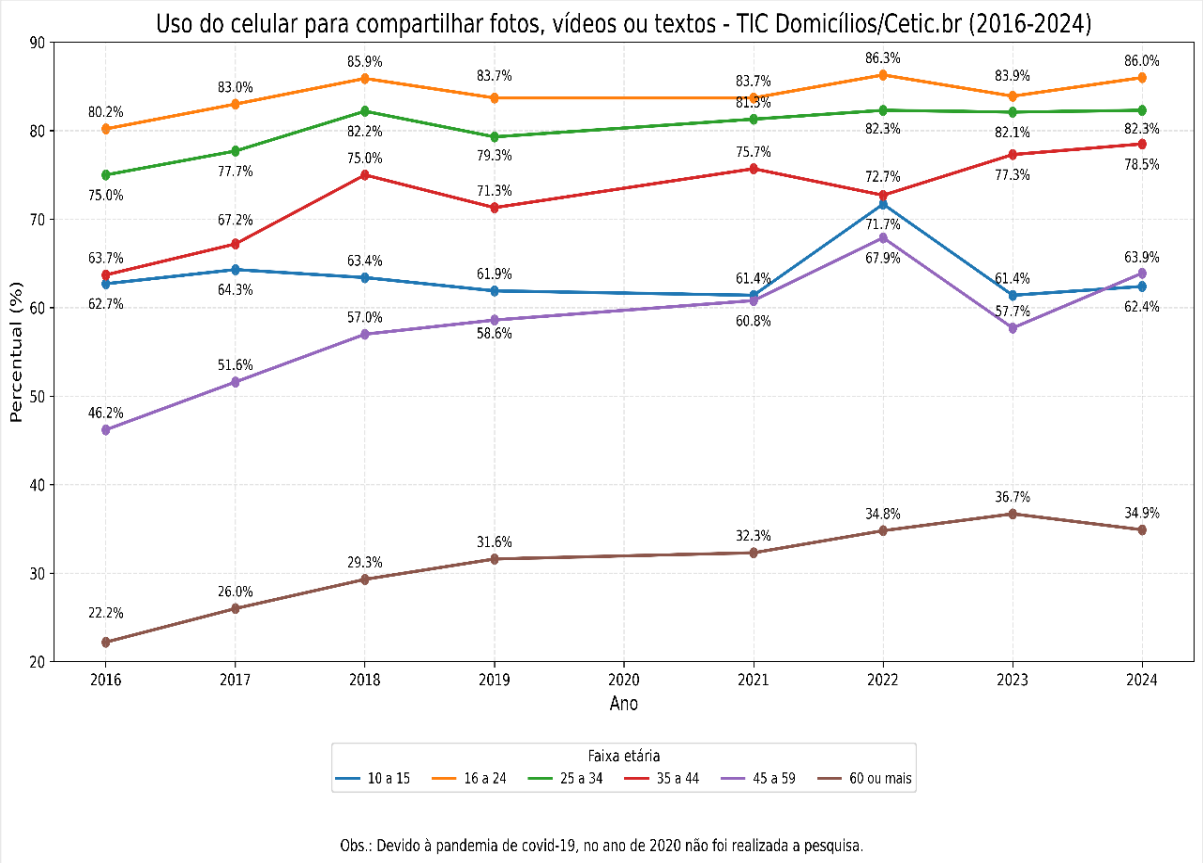
Na contemporaneidade, a produção incessante de dados sobre o comportamento não se limita a um mero registro quantitativo, mas configura-se como parte de um dispositivo técnico que articula subjetividade e poder. Conforme propõe Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo*, a exposição de si mesmo na esfera pública é transformada em espetáculo, uma mercadoria mediada pela lógica da visibilidade e da representação. Nas redes sociais, esse espetáculo se potencializa e se complexifica: o indivíduo não apenas se torna um ator diante da plateia digital, mas passa a ser simultaneamente produto e consumidor desse espetáculo.

Essa dinâmica está imersa na racionalidade neoliberal, que instrumentaliza a visibilidade como mecanismo de controle e autovigilância, incentivando a performance contínua e a maximização do capital simbólico. Nesse sentido, os compartilhamentos, curtidas e comentários deixam de ser meros atos sociais para se configurarem como dispositivos de modulação algorítmica que regulam desejos, dores e subjetividades, revelando a tensão entre a busca por reconhecimento e a precarização subjetiva na economia da atenção.

Se os dados de acesso e uso já indicam a centralidade das redes sociais na vida cotidiana, a próxima figura aprofunda esse cenário ao revelar quem efetivamente produz e compartilha conteúdo, permitindo compreender como a visibilidade a autoexpressão se tornam dimensões centrais da experiência digital. Os dados que apresenta os percentuais de compartilhamento de fotos, vídeos e textos por faixa etária, permite uma leitura que vai além da mensuração do comportamento digital: ele expõe as dinâmicas de visibilidade e performatividade que sustentam a experiencia social nas redes.

A Figura 9, abaixo, revela uma tendencia intergeracional de crescimento na produção de conteúdo, com destaque para a faixa etária entre 16 a 24 anos, que mantém os índices elevados (variando entre **80%** e **86%** durante toda a série histórica) confirmando o protagonismo juvenil na circulação de imagens, vídeos e textos. Esse dado não demonstra apenas maior familiaridade tecnológica, mas também uma pressão cultural para estar presente e se fazer ver. Uma dinâmica que se aproxima da lógica do “empreendimento de si” analisada por Han (2015) e Dardot e Laval (2016), em que a exposição pública do sujeito se torna critério de valor.

Figura 09 – Compartilhamentos por faixa etária no Brasil



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da TIC Domicílios (Cetic.br)
Link para acesso aos dados: https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2025/domicilios/

Contudo, um dado expressivo é o pico da faixa 10 a 15 anos, que sobe de **65,2**% em 2021 para **71,7**% em 2022, coincidindo com o auge da pandemia e das restrições presenciais. Entretanto, essa não é uma especificidade exclusiva dos jovens. As faixas de 25 a 34 anos (**82,3**% em 2024) e 35 a 44 anos (**78,5**% em 2024) demonstra um movimento de adesão crescente à produção de conteúdo, indicando que a visibilidade se converteu em norma difusa de sociabilidade, atravessando diferentes gerações. Ainda assim, para as chamadas “geração digital”, que cresceu sob interfaces instantâneas e algoritmos opacos, o peso do imediatismo, da efemeridade e da comparação constante é potencialmente mais intenso. Essa geração não vivenciou processos de socialização primária e secundária baseados em tempos mais lentos, como cartas, conversas presenciais e telefonemas fixos.

Essa diferença histórica não implica superioridade de uma geração sobre a outra, mas evidencia que a experiência subjetiva do reconhecimento e da frustração é modulada por temporalidades distintas - um ponto que Hartmut Rosa (2019) ajuda a problematizar com a sua análise sobre a aceleração social, que obriga os sujeitos a manter um ritmo constante para não “desaparecer” do espaço social. Além disso, como argumenta Byung-Chul Han (2015), vivemos em uma sociedade da exposição, onde o valor do sujeito é medido pela sua capacidade de se mostrar, de engajar e de conquistar métricas visíveis.

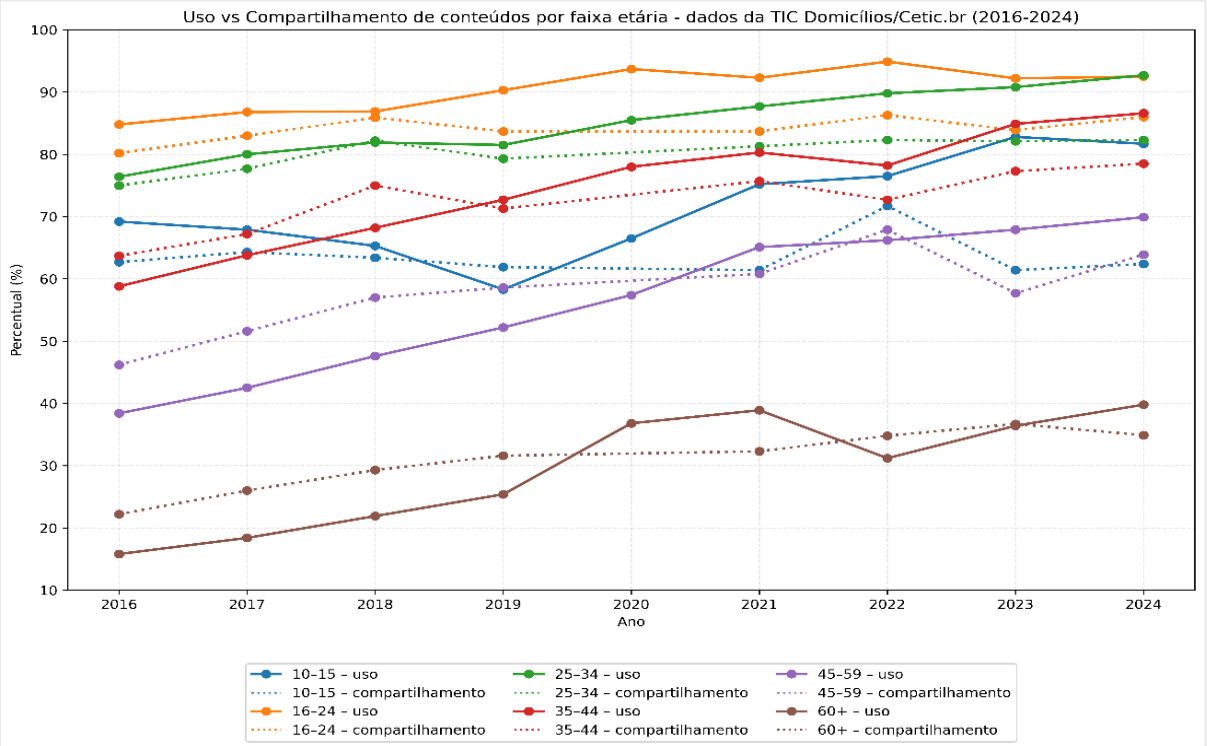
Nesse contexto, cada postagem, seja uma foto, vídeo e/ou texto, não é apenas uma forma de comunicação, mas uma atualização pública da própria existência, modulada por algoritmos que define quem será visto e quem permanecerá invisível. Zuboff (2020) acrescenta que ao produzir conteúdo, o sujeito alimenta um sistema de vigilância que transforma cada gesto em dado monetizável, reforçando o ciclo de captura e modulação algorítmica.

O crescimento gradual das faixas 45 a 59 anos (**63,9**% em 2024) e 60 anos ou mais (**34,9**% em 2024), observado na Figura 8, acima, mostra que o compartilhamento de conteúdo não é um fenômeno restrito à juventude, mas um processo cultural que se expande e naturaliza a exposição como requisito de pertencimento. Entretanto, é necessário cautela: a frequência de postagem não revela, por si só, os efeitos subjetivos dessa visibilidade, como a ansiedade e a autocomparação, que emergem como força no campo qualitativo desta pesquisa, e se tornam centrais para compreender a relação entre os jovens, o Instagram e modulação algorítmica.

A pandemia, como mostram dados paralelos da Opinion Box (2021), funcionou como catalisador da hiperconexão, intensificando práticas de autopromoção e validação algorítmica, uma vez que a vida social migrou para as telas. Essa conjuntura acelerou a lógica da sociedade da exposição (Han, 2015) e do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), reforçando o argumento de que as redes não são apenas ferramentas de comunicação, mas dispositivos de modulação subjetiva, capazes de antecipar experiencias de reconhecimento, frustação, desejo e afetos, sobretudo para a geração digital, cujos processo de socialização primária e secundária já são atravessados por temporalidades instantâneas e métricas de visibilidade.

A figura 10, abaixo, evidencia a dinâmica entre o uso das redes sociais e compartilhamento de conteúdo:

Figura 10 – Cruzamento do uso de redes sociais *versus* compartilhamentos



Correlação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
10–15 | Compartilhamento	62.7%	64.3%	63.4%	61.9%	-	61.4%	71.7%	61.4%	62.4%
10–15 | Uso redes sociais	69.2%	67.9%	65.3%	58.3%	66.5%	75.2%	76.5%	82.8%	81.7%
16–24 | Compartilhamento	80.2%	83.0%	85.9%	83.7%	-	83.7%	86.3%	83.9%	86.0%
16–24 | Uso redes sociais	84.8%	86.8%	86.9%	90.3%	93.7%	92.3%	94.9%	92.2%	92.5%
25–34 | Compartilhamento	75.0%	77.7%	82.2%	79.3%	-	81.3%	82.3%	82.1%	82.3%
25–34 | Uso redes sociais	76.4%	80.0%	81.9%	81.5%	85.5%	87.7%	89.8%	90.8%	92.7%
35–44 | Compartilhamento	63.7%	67.2%	75.0%	71.3%	-	75.7%	72.7%	77.3%	78.5%
35–44 | Uso redes sociais	58.8%	63.8%	68.2%	72.7%	78.0%	80.3%	78.2%	84.9%	86.6%
45–59 | Compartilhamento	46.2%	51.6%	57.0%	58.6%	-	60.8%	67.9%	57.7%	63.9%
45–59 | Uso redes sociais	38.4%	42.5%	47.6%	52.2%	57.4%	65.1%	66.2%	67.9%	69.9%
60+ | Compartilhamento	22.2%	26.0%	29.3%	31.6%	-	32.3%	34.8%	36.7%	34.9%
60+ | Uso redes sociais	15.8%	18.4%	21.9%	25.4%	36.8%	38.9%	31.2%	36.4%	39.8%

Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da TIC Domicílios (Cetic.br)
Link para acesso aos dados: https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2025/domicilios/

A faixa etária entre **16 a 24 anos**, hegemônica no uso das redes sociais, aparece acompanhada de níveis igualmente altos de postagens (**80-86**% em todo o período), sinalizando que, para essa geração, estar na rede supõe produzir-se nela. O comportamento da faixa etária **10-15** anos é emblemático: o pico de convergência entre o uso e postagem em 2022 (após uma subida já em 2021) sugere que a pandemia funcionou como um acelerador de socializações primárias digitais, antepondo às trajetórias infantis e pré-adolescentes uma sociabilidade estruturada por instantaneidade, métricas visíveis e curadorias algorítmicas.

Se, para gerações anteriores, a frustação, à espera e o não reconhecimento eram mediados por temporalidades mais lentas (cartas, telefonemas fixos, encontros presenciais), para esses jovens o contratempo afetivo já nasce datificado: o “não ser visto” virá dado, a demora vira perda de alcance, o erro vira score negativo. Em termos de aceleração social (Rosa, 2019), a experiencia do tempo aqui não é apenas comprimida: é governada pela modulação algorítmica e pela economia de atenção (Silveira, 2017) que transforma cada gesto em oportunidade (ou risco) de engajamento.

Os dados cruzados entre o uso de redes sociais e compartilhamento de conteúdo, mostram que a plataformização da vida não se distribui apenas como adesão massiva, mas como modos geracionais diferenciados de habitar a visibilidade. Trata-se menos de um dado “nativo digital” e mais da incorporação de uma racionalidade neoliberal da autogestão performativa (Dardot e Laval, 2016; Han, 2015): o sujeito é interpelado a gerir sua reputação, a otimizar suas métricas e a sustentar presença contínua como critério de valor social. O algoritmo assume a posição de um “*outro generalizado maquínico*” nesse processo de subjetivação.

No outro extremo, a faixa etária **60+** surpreende pela proximidade entre uso e postagem durante a pandemia e sua manutenção como prática incorporada ao cotidiano no pós-pandemia. Diferente dos mais jovens, isso não indica adesão ao regime pleno de performatividade, mas sugere que a entrada tardia nas plataformas foi acompanhada de um engajamento expressivo e relacional (familismo digital, manutenção de laços, visibilidade de afetos), em que consumo e produção caminham juntos. Há aqui um paradoxo sociológico: o grupo com menor literacia digital é o que menos separa “usar” de “postar”, o que pode apontar para uma apropriação menos cínica e mais direta dos propósitos comunicativos, ao mesmo tempo em que se torna

igualmente capturado pelos circuitos de vigilância e predição descritos por Zuboff (2020).

Já na faixa **45-59** anos observa-se a partir de 2022 um alargamento do hiato entre o uso e postagem: consome-se mais, produz-se proporcionalmente menor. Esse recuo relativo no compartilhamento pode sinalizar uma apropriação mais espectatorial, um recuo diante da pressão performativa, ou mesmo uma relocalização da produção para plataformas e formatos menos públicos (grupos fechados, mensagerias). Em termos de sociedade de controle (Deleuze, 2013), não se trata de "não participar", mas de modos distintos de ser governado: o usuário mante-se dentro do circuito de circulação, mas sem necessariamente converter-se em microprodutor permanente de si.

Nas faixas de **25-34** e **35-44** anos, o padrão é de distância relativamente estável entre uso e postagem, com aproximação dos índices em momentos pontuais, sendo o crescimento consistente em ambas as curvas. Esse "platô performativo" pode indicar maturação estratégica: não se posta tudo, posta se "bem"; a curadoria substitui a torrente, e a gestão reputacional se torna mais calculada, menos difusa. Aqui a gramática da sociedade do desempenho (Han, 2015) se combina com a governamentalidade algorítmica: performa-se, mas com consciência de custo atencional e emocional, num ambiente onde a modulação treina formas discretas de autocensura e auto edição.

A pandemia aparece transversalmente como ponto de inflexão: intensifica o uso (Figura 8), empurra para a produção (Figura 9) e normaliza a hiperconexão como forma de estar no mundo. O que era "exceção conjuntural" virou infraestrutura subjetiva estável: mesmo com alguma retração pontual pós-2022 (como na faixa **10-15** anos), não se volta ao patamar pré-pandêmico. Em termos deleuzianos, a crise sanitária funcionou como evento modulador, densificando os controles contínuos que passam a operar antes do ato (previsão, recomendação, classificação) e dentro do ato (otimização da performance, vigilância das métricas).

Quanto mais precoce a socialização digital, mais curta a distância entre "usar" e "postar", e mais naturalizada a equivalência entre estar e performar. Quanto mais tardia a entrada, mais ambígua a relação com a visibilidade, mas não menos governada pelas plataformas. Entre o pré-adolescente que aprende a desejar sob modulação algorítmica e o idoso que encontra na rede uma extensão afetiva tardia, o que se estabiliza é a introjeção transversal da racionalidade neoliberal, que converte

reconhecimento social em métrica, comunicação em dado e presença em obrigação. É nesse terreno que a cartografia do *self* torna-se imprescindível: para escutar como cada sujeito sente, negocia e sofre essa captura, e onde ainda se experimentam fissuras, resistências e reinvenções.

É nesse vazio analítico, entre a hiperquantificação e a experiência vivida, que esta pesquisa se insere. O objetivo não é apenas mapear o quanto os jovens usam as redes ou o quanto postam, mas ouvir o que esses usos dizem sobre a sua subjetividade, seus desejos e suas dores. Aqui, os dados numéricos funcionam apenas como porta de entrada para uma escuta cartográfica, capaz de revelar os fluxos de modulação algorítmica, as fissuras no *self* e as contradições de uma vida mediada por métricas. Ao articular números e narrativas, pretendemos compreender o que existe entre um post e outro, nos intervalos de silêncio nas ausências de curtidas e nas micro violências da visibilidade.

Em síntese, os dados de 2020 a 2025 mostram que o Instagram se consolidou como uma infraestrutura psicoafetiva e sociotécnica da vida cotidiana, normalizando padrões de hiperconexão e responsividade permanente. A pandemia funcionou como um ponto de inflexão, intensificando hábitos que se estabilizarem em níveis elevados, configurando uma captura do tempo, da atenção e do *self* por meio da arquitetura algorítmica. É a partir desse pano de fundo que se torna possível avançar, na sequência desse capítulo, para a análise das entrevistas, dos questionários e da observação do comportamento dos jovens, articulando esses dados à forma de *modulação digital psicopolítica*, ao algoritmo enquanto "*outro generalizado maquínico*", e demais categorias analíticas desenvolvidas nesta tese.

CAPÍTULO VII

7. CARTOGRAFIAS DO *SELF*: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, CAPTURA E AMBIVALÊNCIAS

O presente capítulo adentra o campo empírico da pesquisa, trazendo à superfície os dados primários coletados neste estudo, compostos por observação direta nas ambiências físicas e digitais, questionários e entrevistas em profundidade com jovens usuários do Instagram. O objetivo não é descrever separadamente cada técnica de coleta, mas articular múltiplas camadas narrativas e vivenciais, em diálogo com os dados quantitativos, para cartografar as formas de subjetivação capturadas pela lógica algorítmica.

As entrevistas, por sua vez, permitem um mergulho nas ambivalências, dúvidas e estratégias dos jovens, compondo um quadro interpretativo denso, na qual as métricas (quantitativas) dialogam com as histórias, afetos e silêncios (qualitativos). As entrevistas realizadas com jovens evidenciaram, desde o início do trabalho de campo, uma característica que se tornou, simultaneamente, um limite metodológico e um dado analítico central dessa pesquisa: a baixa discursividade.

Diferentemente de outras experiências de pesquisa qualitativa que realizei com de públicos diversos, em que as entrevistas em profundidade produziam narrativas extensas, reflexivas e densas sobre o cotidiano, aqui me deparei com falas curtas, respostas monossilábicas e uma dificuldade recorrente de sustentação de um raciocínio mais elaborado acerca do uso do Instagram e de seus efeitos na experiência de si. Os jovens, em sua maioria, não pareciam “pensar sobre” a plataforma, não no sentido reflexivo, distanciado, problematizador.

O Instagram surgia muito mais como um dado do mundo, naturalizado e incorporado à rotina, algo tão banal e óbvio quanto comer, tomar banho ou ir para a escola. Quando convocados a falar sobre isso, muitos pareciam não saber “o que dizer” sobre aquilo que constitui um modo de vida automatizado: eles vivem a plataforma, mais do que falam sobre ela. Esse silêncio relativo, essas respostas breves e o embaraço em produzir discursos sobre a própria experiência digital não podem ser lidos apenas como “falha” das entrevistas, nem como desinteresse dos participantes, mas como expressão de uma forma específica de subjetividade juvenil atravessada pela modulação digital psicopolítica.

Em um ambiente em que a comunicação é treinada para a brevidade, para o fluxo contínuo de imagens e para interações reduzidas a reações, emojis, curtidas e stories, torna-se menos evidente para esses sujeitos à necessidade (e até a possibilidade) de elaborar narrativamente a própria experiência. A subjetividade não é convocada à reflexão demorada, mas à resposta rápida, ao gesto performativo, ao comentário curto, a autoexposição instantânea (Sibilia, 2016; Han, 2015; 2020).

A cultura da performance e da produtividade de si, tal como assinalada por Dardot e Laval (2016), desloca o sujeito para uma lógica de constante ajuste às demandas do dispositivo, mais do que para uma elaboração crítica de seus próprios modos de ser. Em termos deleuzianos, não se trata de um sujeito que se interioriza para contar sua história, mas de um sujeito submetido a uma modulação permanente, em que os afetos são capturados e redistribuídos em microgestos, cliques e deslizamentos de tela, sem necessariamente se converterem em narrativa.

Essa baixa discursividade também se articula com o regime psicopolítico descrito por Han (2020), uma forma de poder que opera não apenas sobre corpos e condutas, mas sobre a psique, colonizando o tempo, a atenção e a economia dos afetos. Em vez de produzir sujeitos que falam longamente sobre si, esse regime gera sujeitos exaustos, saturados por estímulos, que oscilam entre hiperconexão e mutismo. O que aparece nas entrevistas (a dificuldade de nomear, a economia de palavras, a percepção do Instagram como algo “natural”, sobre o qual não há muito o que dizer), torna-se um sintoma dessa subjetividade modulada.

Também aqui, a arquitetura técnica (Zuboff, 2020; Silveira, 2018), simbólica (Santaella, 2019; Sadin, 2018) e afetiva (Han, 2015; Lordon, 2015; Safatle, 2024; Artieri et al., 2022; Lembke, 2022) da modulação digital psicopolítica se faz presente. Os jovens se relacionam com a plataforma muito mais no registro de hábitos automatizados e circuitos de recompensa, do que no registro de uma consciência discursiva capaz de narrar, com distanciamento, o que ali se passa.

A constatação, ao longo das entrevistas, de que os jovens tinham dificuldade em elaborar respostas longas e reflexivas sobre a própria experiência no Instagram levou à construção de um segundo questionário com questões fechadas e em escala *Likert*, inspirada em uma perspectiva psicométrica exploratória (Apêndice B). A intenção não era substituir a “fala”, mas criar um dispositivo capaz de apreender, por meio de afirmações cuidadosamente formuladas, aquilo que não emergia de forma espontânea na interação face a face.

Ou seja, partindo do entendimento de que os jovens conseguiam responder, com mais facilidade, a proposições estruturadas do que construir narrativas longas, o segundo questionário buscou captar dimensões latentes da modulação do desejo, da busca por visibilidade e validação social, da captura afetiva e da ambivalência em relação à plataforma. Dimensões que se insinuavam nas entrelinhas das entrevistas, mas não encontravam forma discursiva explícita.

A opção por articular entrevistas, questionário de questões abertas (Apêndice A) e esse novo instrumento não enfraquece o caráter qualitativo da pesquisa, ao contrário, reforça a sua densidade analítica ao permitir uma leitura qualitativa de dados quantitativos produzidos a partir de um contexto de baixa discursividade. As análises fatoriais, as correlações e os eixos construídos a partir das respostas em escala *Likert* não são interpretados em chave meramente estatística, mas (re)compreendidos à luz do quadro teórico da modulação digital psicopolítica e das narrativas (ainda que breves) produzidas pelos jovens.

A assimetria entre os eixos analíticos, com alguns mais densos em correlações e narrativas (como o Eixo 2) e outros mais rarefeitos em termos discursivos e até de correlações estatísticas (como o Eixo 4), não deve ser lida como perda de fôlego da análise, mas como um efeito direto do material produzido em campo. A captura afetiva, por exemplo, mostra-se mais difusa e pré-reflexiva, aparecendo menos como discurso explícito e mais como ambivalência, oscilação e cansaço dispersos nas respostas. Em vez de encobrir essa disparidade, o capítulo assume que a diferença de densidade entre os eixos é, própria, um achado empírico importante sobre a forma como a subjetividade juvenil contemporânea, modulada pelo Instagram, se mostra e se oculta quando é convocada a falar de si.

Essa triangulação não apenas reforça a consistência analítica, mas também se alinha ao objetivo da pesquisa: compreender os processos de subjetivação juvenil, entrecruzados com as racionalidades algorítmicas e suas implicações nas práticas de si em contextos de exposição, performance e validação social. A análise do campo empírico neste capítulo resulta de uma triangulação metodológica, na qual a observação direta, as respostas dos questionários e as entrevistas em profundidade são articulados como diferentes camadas de uma mesma cartografia.

Enquanto o questionário fornece indicadores quantitativos (analisados qualitativamente) que permitem identificar padrões de uso, intensidade e percepção, as observações diretas possibilitam apreender as interações sociais e modos de

circulação entre ambientes físicos e digitais. Especialmente quando interrompem conversas, desviam o olhar ou suspendem a presença face a face para checar o celular, verificar notificações ou acessar o Instagram.

Para esta etapa da pesquisa, optou-se por uma análise integrada dos dados, combinando as observações diretas, as respostas dos questionários, seja os das questões abertas (questionário 1 – Apêndice A) ou das fechadas (questionário 2 – Apêndice B), e as entrevistas em profundidade. A abordagem segue o método das cartografias do *self*, que busca mapear linhas de força, afetos e modulações emergentes nas narrativas dos participantes, em diálogo com indicadores quantitativos e interpretações qualitativas. A descrição detalhada dessas técnicas encontra se no capítulo metodológico. Aqui, o foco recai na análise e interpretação dos dados empíricos, integrando diferentes fontes para construir um panorama coeso das subjetividades em fluxo.

A leitura integrada dos dados empíricos, compostos por respostas ao questionário, entrevistas em profundidade e observações diretas, revelou a necessidade de organizar a análise a partir de eixos de sentido que não foram previamente definidos, mas que emergem das dinâmicas vividas, narradas e moduladas pelos próprios jovens em suas experiências com o Instagram. Tais eixos não devem ser compreendidos como categorias estáveis ou classificatórias, mas como vetores analíticos que condensam tensões, recorrências e ambivalências atravessadas pelo campo empírico.

Em vez de impor uma grade teórica prévia, o caminho analítico adotado assumiu uma orientação cartográfica, na qual os eixos funcionam como zonas de convergência entre diferentes planos de dados: quantitativos (tratados estatisticamente e interpretados qualitativamente) e qualitativos (entrevistas e observações). Essa abordagem permite captar a constituição do *self* em sua relação com a ambiência algorítmica, sem reduzir os sujeitos a perfis ou tipologias, mas vislumbrando processos de subjetivação modulados por circuitos de visibilidade, desejo, validação social e afetação digital. Os eixos analíticos, portanto, operam como dispositivos interpretativos que articulam fragmentos dispersos do material empírico, permitindo compreender as subjetividades não como estados fixos, mas como efeitos relacionais de um campo de forças algorítmico, performativo e afetivo.

Como veremos ao longo deste subcapítulo, as observações e entrevistas revelam que os jovens não possuem uma percepção clara das estruturas invisíveis de

modulação algorítmica. Ainda que alguns adotem estratégias para ampliar o engajamento, como definir horários de postagem ou manter uma estética consistente, tais práticas são entendidas como escolhas pessoais, e não como respostas a um sistema de controle. No entanto, uma análise mais aprofundada revela como essas dinâmicas estão atravessadas por formas sutis de regulação algorítmica, que emergem de maneira mais explícita ao longo deste capítulo.

As categorias analíticas mobilizadas neste capítulo não foram estabelecidas a *priori*, mas emergiram a partir de uma leitura exploratória cruzada dos dados empíricos. Elas serão desenvolvidas dentro dos eixos em diálogo com campo empírico e constituem os operadores com os quais a análise dos dados é realizada. Os eixos, por sua vez, não são categorias, mas dispositivos interpretativos que emergem da articulação entre diferentes camadas do material empírico (análise fatorial exploratória, correlações, entrevistas e observações diretas), e não por critérios isolados ou estatísticos. Sustentam-se em indícios identificados por meio de uma análise qualitativa que interpenetra os variados instrumentos de coleta de dados.

Assim, as categorias analíticas operam dentro dos eixos, mas não se confundem com eles: cada eixo reúne dinâmicas empíricas, enquanto as categorias fornecem o instrumental conceitual que possibilita nomear, interpretar e tensionar essas dinâmicas. Estes conjuntos buscam captar, em múltiplas dimensões, a relação dos jovens com o Instagram. A análise estatística revelou agrupamentos consistentes de itens com elevada correlação interna, que interpretado à luz da teoria e dos dados qualitativos, contribuíram para a formação dos eixos analíticos apresentados a seguir.

7.1 Emergência dos Eixos analíticos

O Eixo 1 — Hiperconexão e tempo capturado emerge da análise cruzada e das correlações identificadas entre as questões 17 a 29 do segundo questionário (Apêndice B), que abordam padrões de uso, tempo dedicado ao Instagram e percepção de dependência. Esses dados revelam uma dinâmica de conexão constante e absorção temporal que sustenta, em diferentes graus, os demais fenômenos investigados neste capítulo. A força dessas associações justifica seu tratamento como vetor analítico próprio, funcionando como pano de fundo interpretativo para os eixos subsequentes. Abaixo segue a relação das questões 17 a 29:

- **Q17**) Com que idade você começou a usar redes sociais, como YouTube, WhatsApp, Instagram, TikTok, Facebook, entre outras?
- **Q18**) “Qual foi a primeira rede social que você acessou com frequência?”
- **Q19**) “Com que idade você começou a utilizar o Instagram?”
- **Q20**) “Com que frequência você acessa o Instagram?”
- **Q21**) “Quantas horas, em média, você passa no Instagram por dia?”
- **Q22**) “Em qual período do dia você mais costuma usar o Instagram?”
- **Q23**) “Qual o principal motivo do seu uso do Instagram?”
- **Q24**) “Você costuma postar fotos, vídeos ou stories no Instagram?”
- **Q25**) “Você costuma acompanhar influenciadores digitais no Instagram?”
- **Q26**) “Que tipo de conteúdo você mais consome no Instagram?”
- **Q27**) “Quais são suas principais formas de lazer atualmente?”
- **Q28a**) “Quantas horas por dia você passa em outras redes sociais além do Instagram?”
- **Q28b**) “E quais são elas?”
- **Q29**) “No seu tempo de folga, você costuma usá-lo para passar tempo no Instagram?”

Os Eixos 2 (*Self* vulnerável e autogoverno performativo), 3 (Desejo modulado, *self* capturado e a-resistência performativa) e 4 (Captura afetiva e ambivalência do consumo dirigido) foram delineados a partir de uma análise fatorial exploratória (AFE) aplicada às afirmações da questão 30. Segue abaixo a questão 30 com as afirmativas:

- **Q30**. “Sobre o uso do Instagram, marque o quanto você concorda com as afirmações abaixo”:

1. “Eu me preocupo com o número de curtidas que minhas postagens recebem.”;
2. “Eu apago postagens que não têm engajamento suficiente.”;
3. “Me comparo com outras pessoas no Instagram.”;
4. “Já deixei de postar algo por medo do julgamento alheio.”;
5. “Sinto vontade de estar nos lugares que vejo nas postagens dos outros.”;
6. “Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram.”;
7. “Me sinto pressionado(a) a seguir padrões de beleza que vejo no Instagram.”;
8. “Já tentei mudar meu estilo ou aparência por influência do Instagram.”;
9. “Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações.”;
10. “Me sinto frustrado(a) quando não recebo retorno (curtidas, comentários).”;

11. “Já tive vontade de parar de usar o Instagram.”;
12. “O Instagram faz parte da minha rotina diária.”;
13. “Me preocupo com o que as pessoas pensam ao ver meu perfil.”;
14. “Fico muito tempo online sem perceber.”;
15. “As redes sociais influenciam meu humor.”;
16. “Busco reconhecimento através de curtidas, comentários e seguidores.”;
17. “Já me senti mal por não alcançar o que outras pessoas mostram nas redes.”;
18. “Sinto que meu uso das redes afeta minha autoestima, negativamente.”;
19. “Já tentei reduzir o tempo que passo nas redes sociais, mas não consegui.”;
20. “Sinto que meu comportamento no Instagram é influenciado por aquilo que acredito que terá mais visibilidade, aceitação ou reconhecimento.”;
21. “Sinto vontade de comprar produtos que vejo nas postagens dos outros.”;

Buscou-se identificar agrupamentos de variáveis com padrões de resposta semelhantes. A AFE foi conduzida pelo método PAF (*Principal Axis Factoring* – Fatoração dos Eixos Principais), adequado para identificar dimensões latentes que organizam, de forma empírica, a articulação entre experiências e sentimentos relacionados ao uso do Instagram. As variáveis, todas em escala de concordância (*Likert*), foram obrigatoriamente respondidas por todos os participantes, garantindo consistência na matriz de correlação.

A construção dos eixos analíticos, contudo, não se limitou ao tratamento estatístico, mas resultou de um processo interpretativo ancorado no universo empírico da pesquisa. Entre as quatro fontes de dados utilizadas, a observação do campo (físico e digital), questionário aberto (Apêndice A), questionário fechado em escala *Likert* (Apêndice B) e as entrevistas, as três últimas subsidiaram diretamente a organização dos eixos, por captarem dimensões afetivas, simbólicas e discursivas da experiência dos sujeitos.

O segundo questionário (Apêndice B) contemplou questões sociográficas e itens avaliativos em escala Likert, voltados a sentimentos, percepções e práticas relacionadas ao uso do Instagram. A questão 30, composta por afirmações avaliativas, foi utilizada como base estatística para a AFE, permitindo identificar núcleos empíricos de sentido entre as respostas. As afirmações da Q30 foram formuladas a partir de observações prévias do campo e de recorrências identificadas no material qualitativo inicial, que já evidenciavam padrões de comparação, busca por visibilidade, vulnerabilidade subjetiva e modulações afetivas. Assim, a AFE não foi utilizada para

criar dimensões inexistentes, mas para verificar, tensionar e refinar agrupamentos que já emergiam qualitativamente.

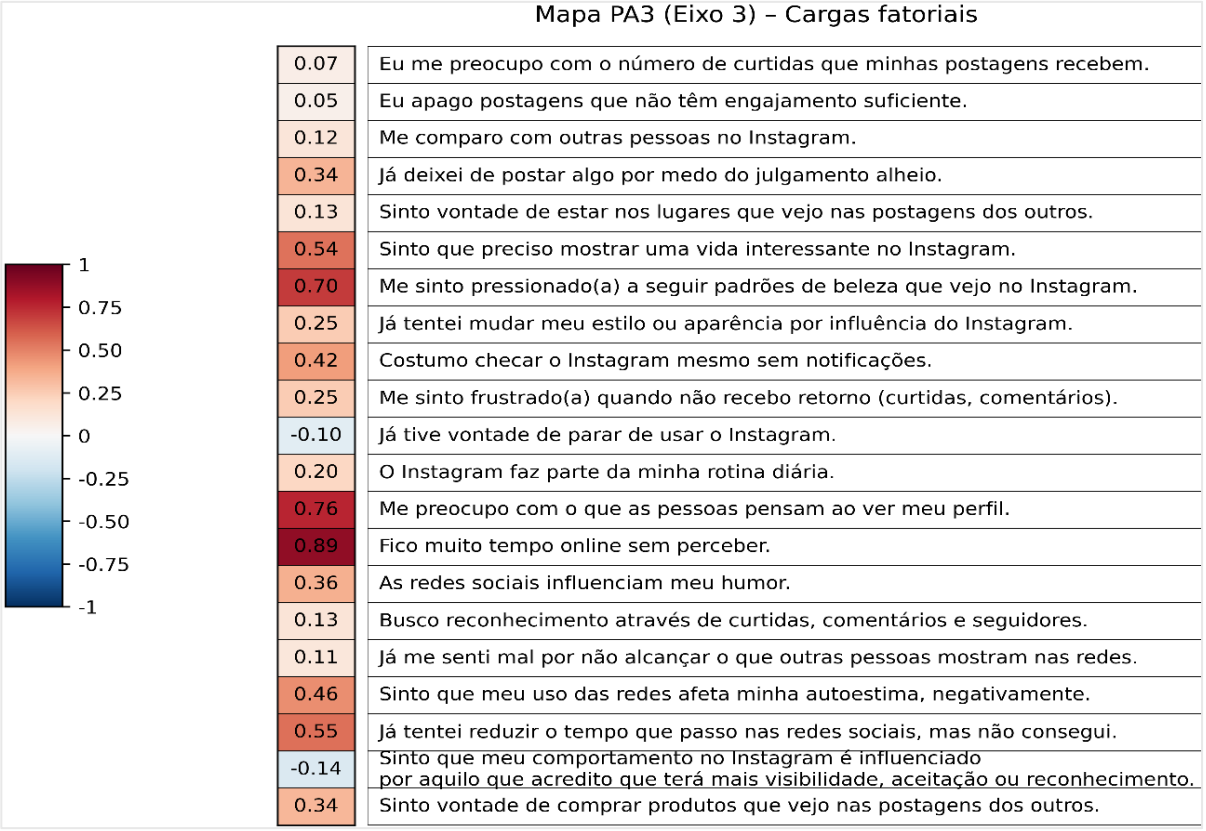
A matriz de cargas fatoriais gerada foi visualizada por meio de mapas de calor (*heatmaps*), que destacam a magnitude da associação entre cada variável (afirmação) e os fatores extraídos. As siglas PA1, PA2 e PA3 referem-se aos fatores obtidos pelo método *PAF* (*Principal Axis* Factoring - Fatoração dos Eixos Principais), técnica utilizada para identificar dimensões latentes subjacentes às respostas e representar agrupamentos de variabilidade compartilhada entre os itens. Os fatores foram retidos com base no critério de autovalores superiores a 1 (Kaiser), aliado à observação da variância explicada. O resultado revelou três fatores significativos, posteriormente nomeados sociologicamente a partir da leitura substantiva dos agrupamentos temáticos das afirmações que mais carregam em cada fator.

As Figuras 11, 12 e 13 apresentam três mapas da AFE, onde cada um representa o agrupamento de sua respectiva PA:

Figura 11 – Mapa das cargas fatoriais do Eixo 2 (PA1)

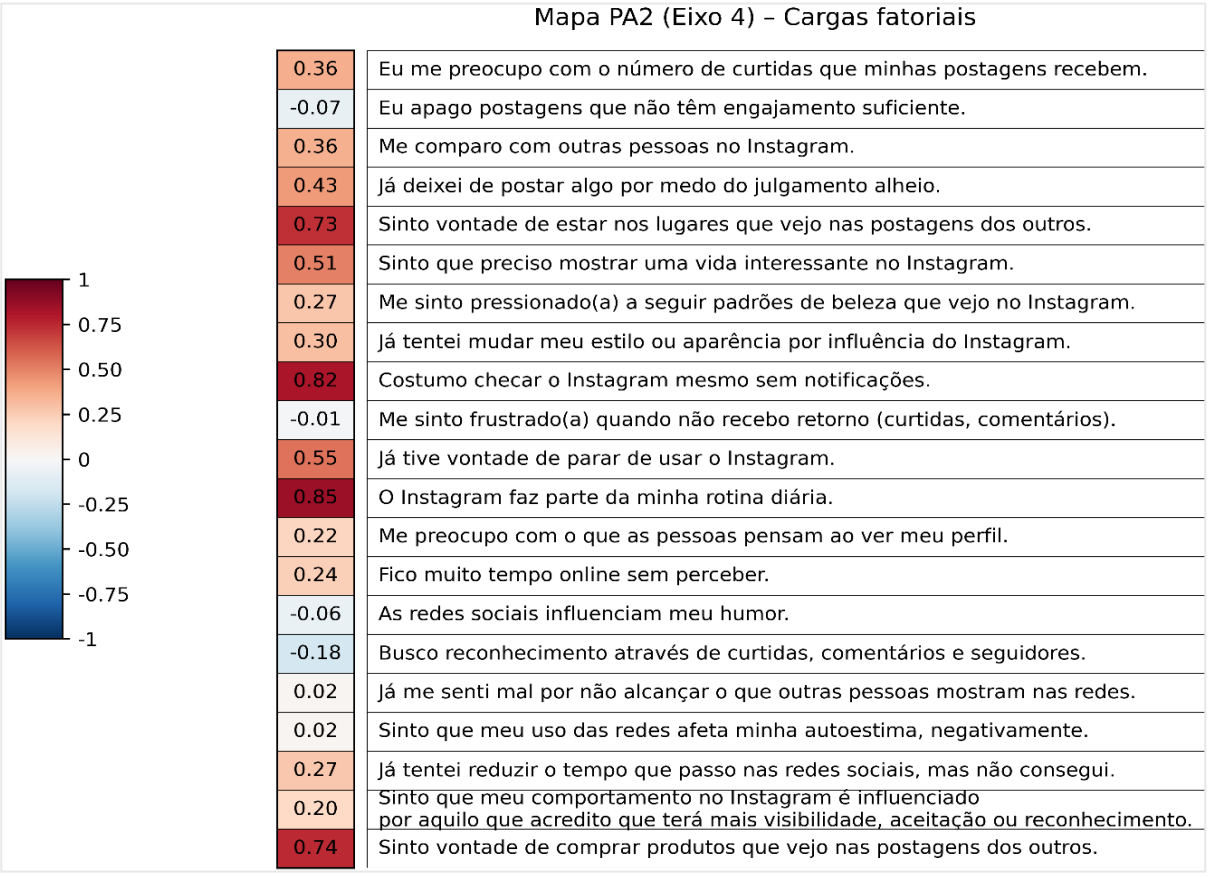
Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

Figura 12 – Mapa das cargas fatoriais do Eixo 3 (PA3)



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

Figura 13 – Mapa das cargas fatoriais do Eixo 4 (PA2)



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

A escala cromática do mapa varia de +1 a -1 e representa a intensidade da carga fatorial de cada afirmativa em seu respectivo fator. Valores próximos de +1 (vermelho escuro) indicam associação positiva forte da afirmativa, enquanto valores próximos de -1 (azul escuro) indicam associação negativa forte. Tons intermediários, do vermelho claro ao azul claro expressam associações mais fracas. Valores próximos de zero (tons esbranquiçados) indicam a ausência ou baixa associação significativa com o fator.

A análise de confiabilidade e consistência interna dos fatores foi avaliada por meio do alfa de Cronbach[4] e apresentou valores satisfatórios nas três PAs (PA1: α = 0,82; PA2: α = 0,84; PA3: α = 0,80). Como medida complementar, foi estimado o ômega[5] de McDonald, que indicou maior robustez no primeiro fator (PA1: ω = 0,84) e valores mais baixos nos fatores segundo (PA2: ω = 0,55) e terceiro (PA3: ω = 0,67). Tal variação está associada tanto à quantidade de itens por fator (PA1 = 10; PA2 = 5; PA3 = 6) quanto ao caráter exploratório da análise fatorial, cujo objetivo é identificar padrões latentes mais do que construir escalas psicométricas.

A partir desses fatores e de sua interpretação sociológica, ancorada nos autores mobilizados no capítulo teórico e nas categorias analíticas desenvolvidas nesta tese, foram delineados os eixos analíticos que estruturam o capítulo empírico. Os eixos analíticos, *self* vulnerável e autogoverno performativo; desejo modulado, *self* capturado e a-resistência performativa; e, captura afetiva e ambivalências, confirmam estatisticamente e ampliam dimensões previamente identificadas no campo, expressando coerência transversal entre os diferentes instrumentos da pesquisa. Assim, os eixos não correspondem diretamente à ordem estatística dos fatores extraídos, mas a uma sequência lógica e interpretativa que melhor organiza as relações entre os resultados quantitativos da AFE com o material qualitativo. O Eixo 1 — Hiperconexão e tempo capturado, resultante da análise descritiva das questões Q17 a Q29 e da construção do Índice de Hiperconexão (IH), estabelece o pano de

[4] O coeficiente alfa de Lee Cronbach (α) é uma medida estatística de consistência interna, utilizada para avaliar o grau de correlação entre os itens de uma escala e sua capacidade de mensurar um mesmo construto latente. Valores acima de 0,70 indicam confiabilidade satisfatória, enquanto índices superiores a 0,80 denotam alta homogeneidade entre os itens (Cronbach, 1951).

[5] Já o coeficiente Ômega de Roderick McDonald (ω) expressa uma estimativa de confiabilidade composta, mais robusta do que o alfa, por considerar as cargas fatoriais individuais de cada item e a proporção da variância total explicada pelo fator geral (McDonald, 2011). Ambos os coeficientes são amplamente utilizados na psicometria e em análise de escalas sociológicas, permitindo inferir a solidez estrutural do construto avaliado.

fundo empírico que sustenta as demais análises, na medida em que o tempo de conexão resulta na captura do cotidiano, atravessando transversalmente os Eixos 2, 3 e 4. Em seguida, o Eixo 2 — *Self* vulnerável e autogoverno performativo (derivado da PA1 da Q30) evidencia como a modulação algorítmica estrutura práticas e percepções dos jovens de modo imperceptível, mas contínuo. O Eixo 3 — Desejo modulado, *self* capturado e a-resistência performativa (PA3) aprofunda a análise sobre a centralidade do desejo e da visibilidade na sustentação da performance digital.

Por fim, o Eixo 4 — Captura afetiva e ambivalência do consumo dirigido (PA2) expõe as tensões emocionais, os impactos na autoestima e as dificuldades de ruptura, revelando como afetos e humor são modulados e capturados pela ambiência algorítmica. Essa ordenação, mais do que um recurso expositivo, reflete a interdependência entre as dimensões analisadas, permitindo compreender como o tempo capturado alimenta a modulação, que, por sua vez, sustenta performatividade e, finalmente, deságua nas experiências afetivas e ambivalentes dos sujeitos.

7.2 Eixo 1 - Hiperconexão e tempo capturado

A hiperconexão não se apresenta apenas como um costume, mas como um estado contínuo de presença digital, no qual o tempo se torna fragmentado, monitorado e permanentemente disponível para ser capturado. No Instagram, essa dinâmica é intensificada por mecanismos algorítmicos que estimulam retornos constantes, reorganizando a rotina em função de notificações, atualizações e estímulos visuais ininterruptos.

Nesse contexto, é possível retomar a formulação de Herbert Simon (1971), segundo a qual a abundância informacional produz escassez de atenção, instaurando uma disputa permanente pelo foco dos sujeitos. É justamente essa escassez que, conforme observam Davenport e Beck (2001), transforma a atenção em moeda rara e estratégica: quem a controlar terá também o controle da economia da informação.

As plataformas digitais, e o Instagram em particular, mobilizam vastos recursos técnicos para capturar e prolongar a atenção dos usuários, convertendo o que antes poderia ser considerado “tempo livre” em “tempo conectado”. O resultado é aquilo que aqui denominamos tempo capturado, ou seja, um regime em que a atenção é sistematicamente modulada e convertida em permanência online, retroalimentando tanto os mecanismos de vigilância algorítmica quanto a lógica da economia da atenção. Nessa perspectiva, o eixo analítico hiperconexão e tempo capturado emerge

para compreender como a frequência e a duração do uso da plataforma se articulam à experiencia subjetiva dos participantes, evidenciando as dinâmicas de captura da atenção que estruturam sua permanência conectada.

Para dar concretude a essa discussão, partimos de questões do questionário voltadas a captar a frequência de acesso, o tempo diário de uso e a presença no Instagram no tempo livre dos jovens. Essas dimensões foram mobilizadas com a finalidade de compor uma medida sintética, capaz de expressar diferentes intensidades de conexão com a plataforma. Esse índice possibilita apreender empiricamente como o Instagram se inscreve na rotina cotidiana e reorganiza práticas, ritmos e modos de estar no mundo.

As narrativas dos jovens reforçam esse movimento: o Instagram aparece como espaço privilegiado de lazer, descanso e socialização, de modo que tais atividades já não se diferenciam entre “offline” e “online”, mas se realizam diretamente na ambiência digital. Além disso, o cruzamento descritivo entre frequência de acesso e tempo médio diário (visualizado no gráfico de dispersão) e a construção da média sintética (IH) permitem visualizar de forma integrada como frequência, tempo de uso e inserção da plataforma no cotidiano se articulam, compondo o que denominamos aqui de tempo capturado.

Para este subcapítulo, o foco está na análise quantitativa cruzada com *insights* qualitativos: os gráficos apresentados a seguir foram elaborados a partir das respostas ao questionário, com algumas questões codificadas em escala Likert, e posteriormente interpretadas em diálogo com os relatos da experiencia digital e das entrevistas em profundidade. A intenção não é apenas descrever padrões de uso, mas compreender como esses padrões evidenciam formas contemporâneas de captura do tempo, nas quais o Instagram opera como dispositivo modular.

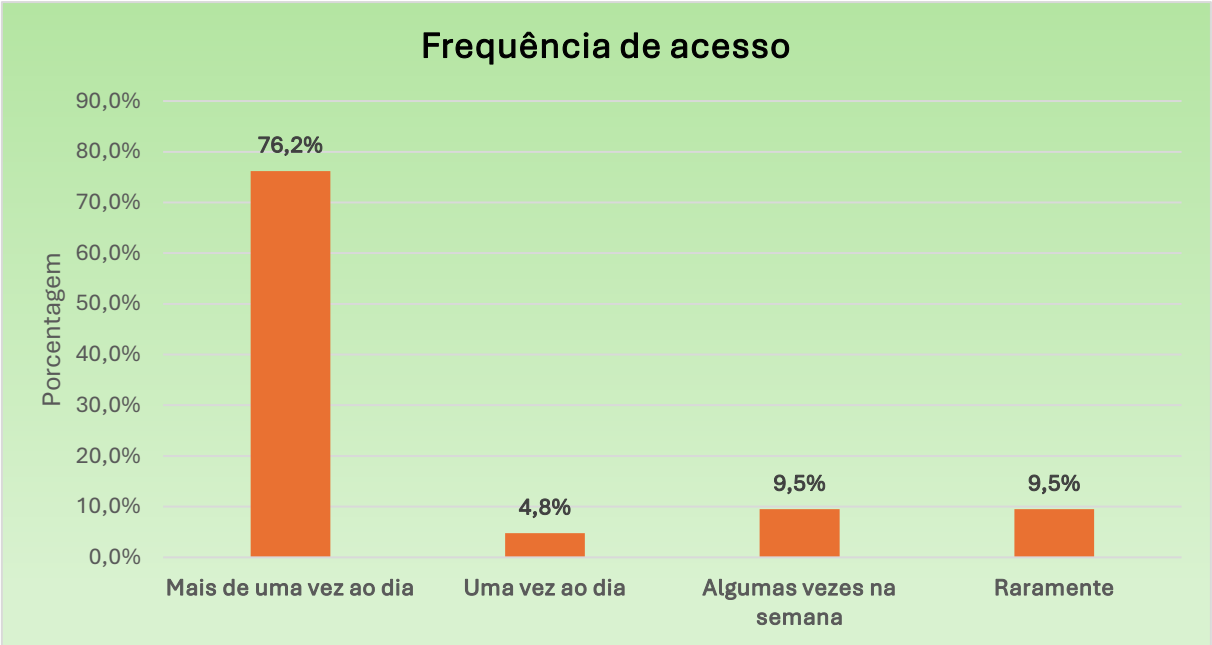
Assim, o Eixo 1 – Hiperconexão e tempo capturado revela que, antes mesmo da busca por visibilidade ou validação social, há uma estrutura invisível de captura atencional que forma o pano de fundo sobre o qual os demais eixos se articulam. Essa estrutura antecede a performatividade visível: ela modula os ritmos, afeta a percepção de tempo livre, redefine o lazer e reposiciona o Instagram como ambiente formativo do *self*. Mais do que um hábito ou escolha individual, a hiperconexão aparece como condição existencial, sustentada por uma racionalidade que gere não apenas o conteúdo consumido, mas os tempos e afetos da experiencia. Portanto, o Eixo 1 emerge do cruzamento descritivo entre varáveis de comportamento digital (frequência,

duração e uso do ócio no Instagram), articulado à construção do Índice de Hiperconexão (IH), que evidenciam com clareza a dimensão temporal e estrutural da sujeição algorítmica que atravessa as práticas juvenis.

A pergunta *"Com que frequência você acessa o Instagram?"* (Q20), em conjunto com *"Quantas horas, em média, você usa o Instagram por dia?"* (Q21), permite identificar não apenas perfis de alta conectividade, mas sobretudo modos de vida entrelaçados com a lógica da plataforma. A isso soma-se a questão 27 *("Quais suas principais formas de lazer atualmente?")*, que confirma a centralidade de várias plataformas digitais, inclusive o Instagram, como espaço de entretenimento, sociabilidade e expressão de si.

O primeiro passo para compreender essa dinâmica é observar a frequência de conexão ao Instagram, medida pela frequência diária, apresentadas na Figura 14. A questão 20, que investigou a *frequência de acesso semanal ao Instagram*, revela um cenário de hiperconexão consolidada entre os participantes. A esmagadora maioria (76,2%) acessa a plataforma mais de uma vez ao dia, evidenciando que o Instagram não ocupa apenas um espaço de consumo eventual, mas integra-se de forma contínua e repetitiva à rotina diária. Essa constância sugere não apenas um costume, mas uma forma de presença digital permanente, na qual a plataforma se insere como mediadora das temporalidades e interações.

Figura 14 – Gráfico Intensidade de conexão ao Instagram



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

A baixa proporção de respostas que indicam *uma vez ao dia* 4,8%) e a soma reduzida daqueles que acessam *algumas vezes na semana* ou *raramente* (cada categoria com 9,5%) indicam que o distanciamento da plataforma constitui comportamento marginal no grupo pesquisado. Esse padrão reforça a ideia de que o tempo conectado (relação com economia de atenção) é estruturante das sociabilidades contemporâneas, em especial entre jovens modulados por lógicas algorítmicas que incentivam o retorno constante, seja por notificações, seja pela atualização incessante do feed.

Na Figura 14, o gráfico revela uma assimetria marcante na frequência de uso do Instagram entre os jovens respondentes da pesquisa: mais de 75% dos participantes afirmam acessar o Instagram mais de uma vez por dia, evidenciando uma prática de conexão reiterada e contínua, enquanto as demais categorias (raramente, algumas vezes por semana, uma vez por dia) apresentam uma presença residual. Essa concentração elevada no uso intensivo sinaliza não apenas um hábito, mas uma espécie de compulsoriedade na presença digital, que pode ser compreendida como uma forma de modulação do cotidiano.

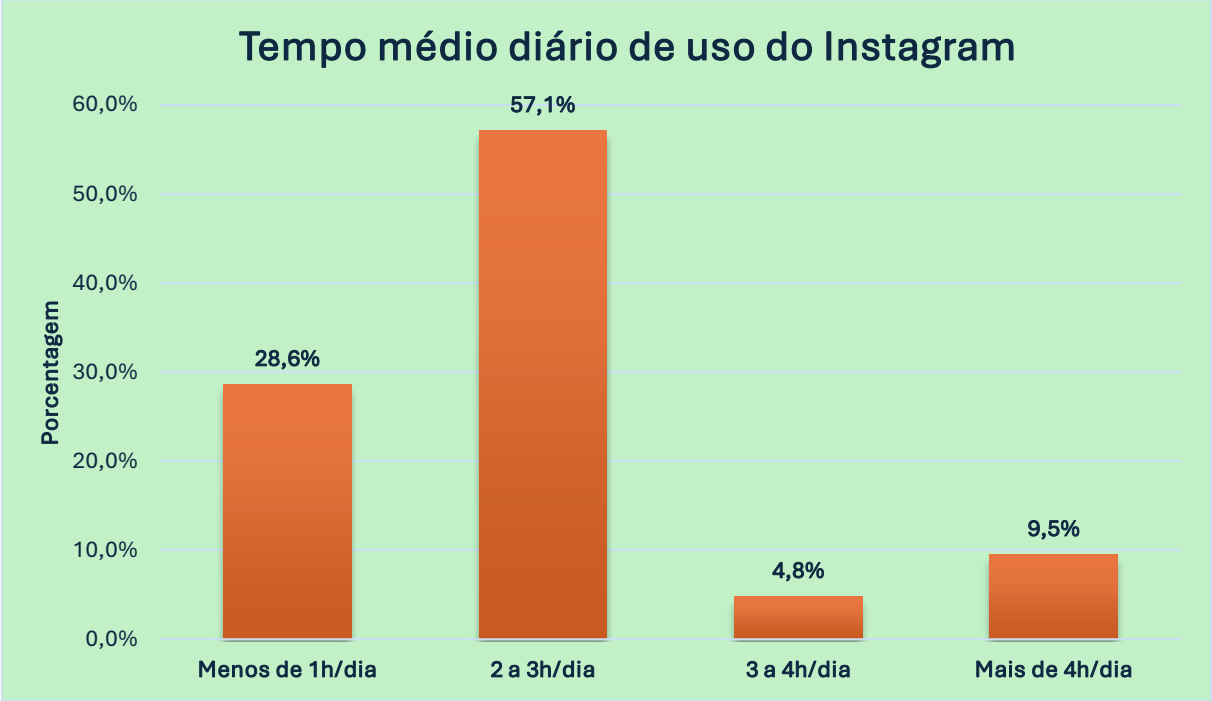
Segundo Han (2015), vivemos em uma era da autoexploração, em que o sujeito se vê compelido a permanecer conectado sobre o imperativo da produtividade e da exposição. Essa frequência não se explica apenas pelo entretenimento, mas por uma pressão estrutural de visibilidade contínua, intensificada pelo próprio design algorítmico da plataforma. Sob essa ótica, o gráfico é a expressão empírica daquilo que Shoshana Zuboff (2020) descreve como *capitalismo de vigilância*: os sujeitos, modulados por lógicas algorítmicas, internalizam a racionalidade de exposição permanente como forma de reconhecimento e pertencimento.

Judith Butler (2019a; 2019b) ajuda a compreender esse processo ao apontar que o reconhecimento é uma necessidade social fundamental. Aqui, a necessidade de ser reconhecido pelo outro, mediada pela plataforma, engendra uma forma de *subjetividade performativa e reiterativa* que se mantém conectada para existir socialmente. Em síntese, os resultados da Q20 evidenciam que a hiperfrequência de acesso não é mero ato de consumo, mas um elemento constitutivo da subjetividade conectada, sustentado por um arranjo sociotécnico que transforma o cotidiano em fluxo constante de exposição, captura e retroalimentação algorítmica.

Essa compreensão sobre a intensidade dos acessos conduz à análise do tempo de permanência diária na plataforma, aspecto abordado na questão 21

(“Quantas horas, em média, você usa o Instagram por dia?”), que permite aprofundar como essa hiperfrequência se desdobra em durações concretas de conexão e reforça o papel do Instagram como estruturador das temporalidades digitais. A análise da questão 21 indica que a maior parte dos participantes permanecem conectados ao Instagram por períodos consideráveis ao longo do dia, que pode ser observado na Figura 15.

Figura 15 – Gráfico tempo médio diário de conexão no Instagram



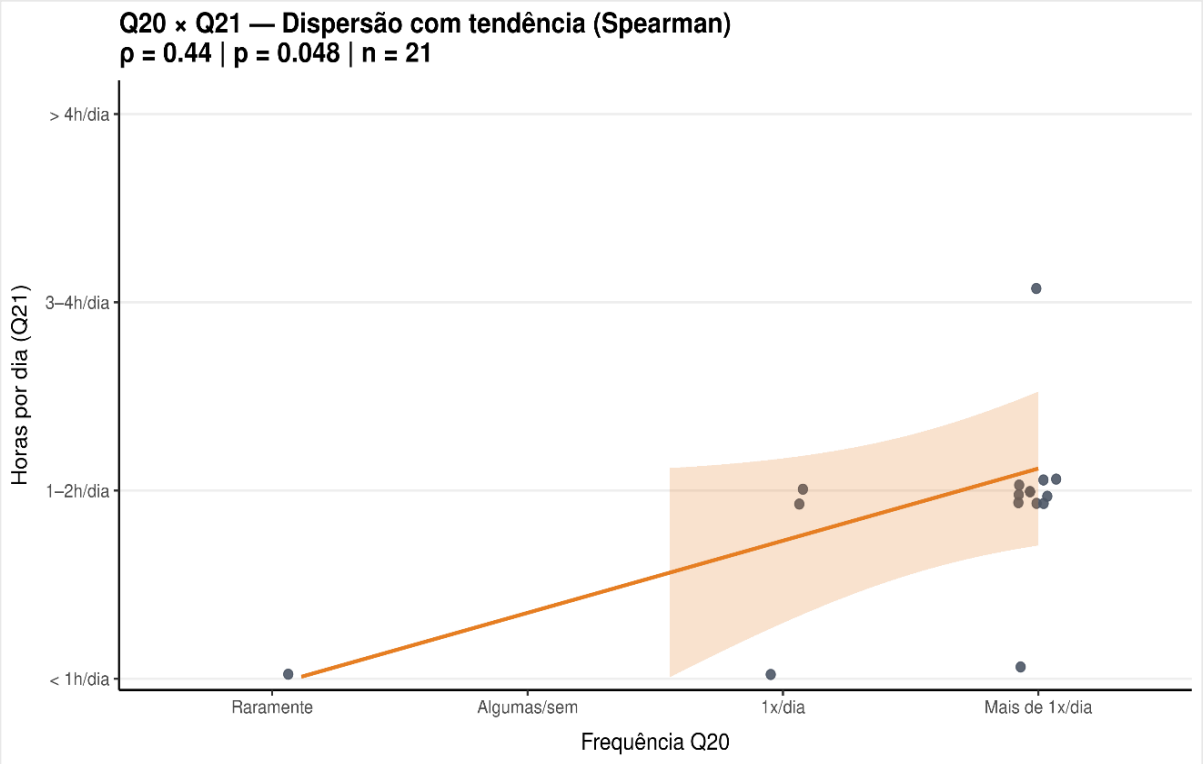
Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

O grupo mais expressivo (57,1%) relatou tempo médio diário de 2 a 3 horas, evidenciando um padrão de uso intensivo, mas que se distribui ao longo do dia em intervalos que permitem múltiplas inserções na plataforma. Essa prática reforça a lógica de retornos frequentes e espaçados, compatível com as estratégias algorítmicas que buscam manter o usuário em constante engajamento.

O segundo maior contingente (28,6%) declarou uso inferior a 1 hora por dia, o que, embora represente um tempo menor de exposição, ainda configura uma presença diária estável, especialmente considerando o caráter visual e acelerado da plataforma. Já os percentuais mais reduzidos correspondem aos usuários que afirmaram passar 3 a 4 horas (4,8%) ou mais de 4 horas (9,5%) conectados, configurando um segmento de hiperconexão prolongada, cujo impacto potencial na atenção, na percepção de tempo e na modulação de desejos se torna ainda mais significativo.

Na Figura 16 o gráfico demonstra uma relação escalonada entre frequência de uso e tempo médio diário no Instagram declarada pelos jovens (Q20 e Q21), revelando uma progressão clara: sujeitos que acessam a plataforma mais de uma vez por dia relatam, em média, o dobro do tempo de uso em comparação com aqueles que acessam esporadicamente. A linearidade dessa distribuição não apenas confirma uma associação positiva entre frequência e duração, como também evidencia um padrão cumulativo de presença digital.

Figura 16 – Gráfico de dispersão entre tempo médio de uso e frequência de uso



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

A análise conjunta das variáveis Q20 e Q21 **(**frequência e duração de uso), representada no gráfico de dispersão (Figura 16) indica um gradiente claro: à medida que a frequência de acesso aumenta (de “raramente” para “mais de 1x/dia”), a tendência é de permanências mais longas ao longo do dia. Nos níveis mais altos de frequência concentram-se os pontos em torno de 1-2h/dia, com casos que alcançam 3-4h/dia, sugerindo que o ritmo de checagens acumula tempo, os microacessos somam minutos e estendem o total diário.

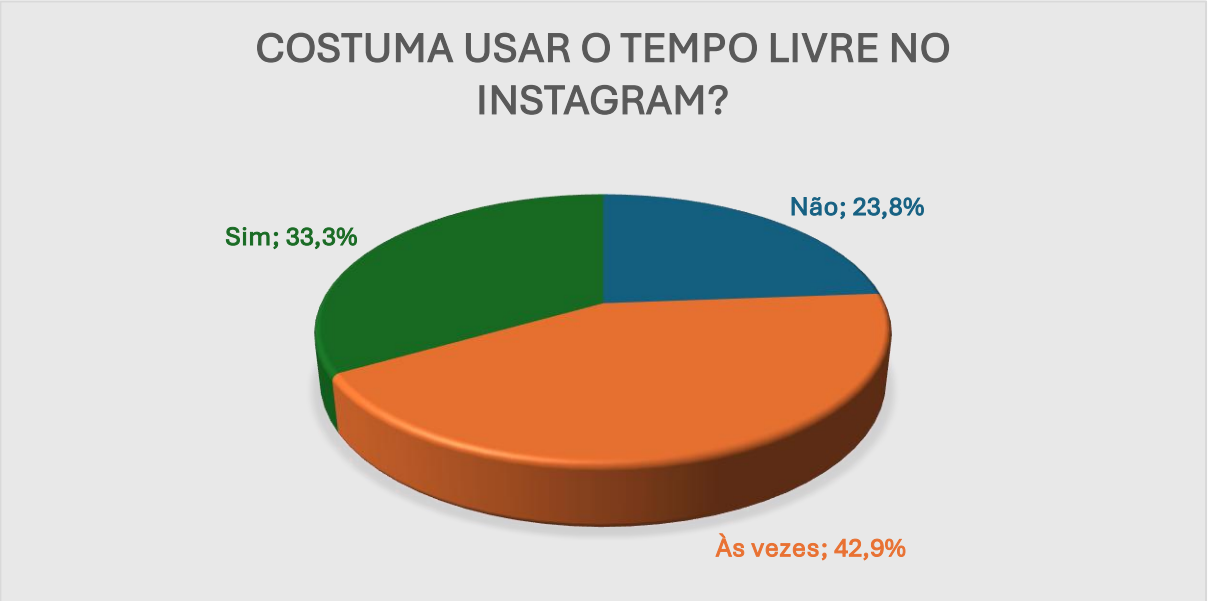
Ainda assim, o gráfico registra perfis distintos: há quem acesse muitas vezes e permaneça pouco (checagens breves e recorrentes), e quem acesse menos vezes, mas sustente sessões mais longas. Em termos sociológicos, a frequência imprime cadência ao dia e favorece um modo de presença sempre acionável; quando essa

cadencia se combina com permanências prolongadas, emerge um padrão de hiperconexão mais denso. Trata-se de uma associação positiva e consistente, mas não determinística: o objetivo aqui é caracterizar tendencias e perfis de uso, não inferir na causalidade.

Embora haja variações individuais, visíveis nos pontos dispersos que se afastam da tendência, o padrão predominante é de que usuários que acessam o Instagram mais de uma vez ao dia concentram-se na faixa de 2 a 3 horas diárias de uso, com alguns casos extremos atingindo mais de 4 horas. Por outro lado, aqueles que acessam “raramente” ou “algumas vezes na mesma semana” situam-se majoritariamente na faixa de menos de 1 hora por dia, reforçando a coerência interna entre frequência e duração do uso.

Na Figura 17, apresenta-se como os respondentes se distribuem na Q29 *“No seu tempo de ócio você costuma usá-lo para passar tempo no Instagram?”*. O Objetivo é descrever em que medida o ócio é convertido em tempo capturado pela plataforma, sem realizar inferências causais. Observa-se que parte dos respondentes convertem o ócio em tempo capturado. Os dados se distribuem-se em “Não” com 23,8% (n=5), “Às vezes” 42,9% (n=9) e “Sim” apresenta 33,3% (n=7). Ou seja, 76,2% dos respondentes convertem ao menos parte do ócio em uso do Instagram (Às vezes + Sim). O predomínio de “Às vezes” sugere rotinas híbridas, nas quais o ócio é intermitentemente capturado, enquanto o terço em “Sim” indica captura sistemática do tempo livre em tempo capturado.

Figura 17 – Gráfico de uso do tempo livre no Instagram



Fonte: autoral com base nos dados coletados por meio dos questionários

Já o contingente em “Não” (cerca de um quarto) aponta práticas de contenção ou ócio offline preservado. E termos substantivos, o gráfico evidencia que a captura do ócio não é residual: ela estrutura o cotidiano para a maioria, compatível com um regime de disponibilidade em que cadência de acesso e permanência online tendem a reorganizar momentos tradicionalmente reservados ao descanso.

Ao observar as respostas às questões Q20 *(“Com que frequência você acessa o Instagram?”)*, Q21 *(“Quantas horas, em média, você usa o Instagram por dia?”* e Q29 *(“No seu tempo de folga, você costuma usá-lo para passar tempo no Instagram?)*, surgiu a hipótese de que essas três variáveis poderiam ser reunidas em um único Índice de Hiperconexão (IH). A razão é simples: embora cada pergunta capture um aspecto diferente do vínculo com a plataforma, frequência de acesso (Q20), tempo diário de uso (Q21) e ocupação do tempo livre com o Instagram (Q29), na prática elas tendem a caminhar juntas, como pode ser observado no gráfico de dispersão apresentado na Figura 15, que cruza as variáveis Q29 e Q21 e evidencia uma associação positiva entre frequência de acesso e tempo de permanência na plataforma.

Esse padrão empírico reforça a ideia de que as variáveis Q20, Q21 e Q29 expressam facetas de um mesmo fenômeno, justificando sua articulação em uma medida sintética. Em outras palavras, quando se cruzam essas respostas, percebe-se que elas descrevem uma mesma dinâmica: a intensidade com que o Instagram organiza o cotidiano do participante. Neste sentido, a construção do índice atende a uma necessidade analítica do subcapítulo: sintetizar em uma medida única aquilo que parece espalhado em itens diferentes, o que permite tornar a leitura mais clara e comparável.

Em vez de trabalhar separadamente com três colunas e repetir, a cada análise, a ideia de que “mais acesso + mais horas + mais uso no tempo de folga” compõem um mesmo fenômeno, o índice permite representar essa combinação de forma direta. Assim, o IH funciona como uma espécie de “termômetro” da hiperconexão: quanto maior o valor, maior a concentração de sinais de conexão intensa; quanto menor o valor, mais distante o participante está desse padrão.

Para que esta síntese fosse metodologicamente justa, foi necessário um passo prévio: padronizar as três variáveis antes de juntá-las. Essa decisão não é meramente técnica, mas responde a uma diferença fundamental entre as próprias perguntas do questionário. As questões Q20, Q21 e Q29 possuem alternativas de respostas

distintas, pois cada uma mede um aspecto específico do uso do Instagram. A Q29, por exemplo, apresenta respostas do tipo “não”, “às vezes” e “sim”, captando o grau de envolvimento do participante no uso da plataforma durante o tempo livre, os quais foram tabulados respectivamente, como 1 = não, 2 = às vezes, 3 = sim. Já a Q21 mede tempo de uso diário, com categorias como “menos de uma hora por dia”, “duas a três horas”, “três a quatro horas” e “mais de quatro horas”, codificadas como 1, 2, 3 e 4, respectivamente. Nesse caso, a medida é tempo.

Por sua vez, a Q20 avalia a frequência de acesso à plataforma, com alternativas como “raramente”, “algumas vezes na semana”, “uma vez ao dia”, “mais de uma vez ao dia”, também recodificadas em uma escala numérica crescente (1 a 4). Embora todas se refiram ao uso do Instagram, cada uma utiliza uma escala própria, construída de acordo com o tipo de comportamento investigado. Se essas respostas fossem somadas ou combinadas diretamente, sem qualquer padronização, correríamos o risco de atribuir mais peso a uma variável apenas por causa do formato de suas escalas, e não porque ela seja, de fato, mais importante para explicar a hiperconexão.

Como se trata de perguntas estruturadas em escalas diferentes, a padronização em *z-score*[6] foi necessária para colocar todas as variáveis em uma mesma base de comparação. Em termos simples, essa transformação converte variáveis formuladas em escalas diferentes para uma escala comum, viabilizando sua combinação em uma única medida sintética. A padronização foi utilizada como procedimento metodológico para tornar comparáveis variáveis formuladas em escalas distintas, o que permite sua combinação em uma única medida sintética capaz de expressar a intensidade da hiperconexão dos jovens com o Instagram.

Os valores numéricos apresentados nas colunas Q20, Q21 e Q29, na Tabela 2, correspondem à codificação numérica das respostas, definida de acordo com a natureza de cada pergunta. Na Q20, os valores expressam frequência de acesso; na Q21, tempo médio diário de uso; e na Q29, grau de utilização da plataforma no tempo livre. Assim, a tabela apresenta os valores do Índice de Hiperconexão (IH) calculados

[6] A padronização seguiu a fórmula: $z_{X,j} = (X_j - \bar{X})/\, s_X$, onde X_j representa a resposta do indivíduo j,$\bar{X}$ a média da amostra e s_X o desvio padrão da variável. O Índice de Hiperconexão do respondente j foi calculado como a média dos *escores padronizados:* $\mathrm{IH}_j = \frac{z_{Q20,j} + z_{Q21,j} + z_{Q29,j}}{3}$. As escalas foram alinhadas no mesmo sentido (com verificação/inversão de Q29 quando necessário). Em casos com dados ausentes, a média foi calculada com os itens disponíveis, exigindo-se ao menos dois valores válidos.

para cada respondente a partir da padronização (*z-score*) das variáveis Q20, Q21 e Q29 como podemos observar abaixo:

Tabela 02 –Índice de Hiperconexão por respondente

Respondente	Q20	Q21	Q29	z_Q20	z_Q21	z_Q29	IH
1	4	2	3	0.463	0.055	1.177	0.565
2	4	2	3	0.463	0.055	1.177	0.565
3	3	2	2	-0.617	0.055	-0.124	-0.229
4	4	4	3	0.463	2.368	1.177	1.336
5	4	2	2	0.463	0.055	-0.124	0.131
6	4	1	2	0.463	-1.101	-0.124	-0.254
7	4	2	3	0.463	0.055	1.177	0.565
8	4	2	1	0.463	0.055	-1.425	-0.302
9	4	4	3	0.463	2.368	1.177	1.336
10	4	1	2	0.463	-1.101	-0.124	-0.254
11	4	2	2	0,463	0.055	-0.124	0.131
12	1	1	1	-2.777	-1.101	-1.425	-1.768
13	3	1	1	-0.617	-1.101	-1.425	-1.048
14	4	2	1	0.463	0.055	-1.425	-0.302
15	4	2	2	0.463	0.055	-0.124	0.131
16	4	1	2	0.463	-1.101	-0.124	-0.254
17	1	1	1	-2.777	-1.101	-1.425	-1.768
18	4	3	2	0.463	1.212	-0.124	0.517
19	3	2	2	-0.617	0.055	-0.124	-0.229
20	4	2	3	0.463	0.055	1.177	0.565
21	4	2	3	0.463	0.055	1.177	0.565

Legenda:
Q20 (Frequência de acesso): **1** = raramente; **2** = algumas vezes na semana; **3** = uma vez ao dia; **4** = mais de uma vez ao dia.
Q21 (Tempo médio diário):**1** = menos de 1 hora; **2** = entre 1 e 2 horas; **3** = entre 3 e 4 horas; **4** = mais de 4 horas por dia.
Q29 (Uso do Instagram no tempo livre): **1** = não; **2** = às vezes; **3** = sim.

Fonte: autoral com base nos dados coletados por meio dos questionários

O índice assume valores positivos, negativos e próximos de zero. Valores positivos indicam níveis mais elevados de conexão, ou seja, situações em que o Instagram ocupa lugar central na organização do tempo cotidiano do participante. Valores negativos, por sua vez, indicam padrões de uso mais restritos, nos quais a plataforma aparece de forma menos recorrente nas rotinas diárias e nos momentos de lazer. Já valores próximos de zero expressam níveis intermediários de

envolvimento, sugerindo uma relação significativa com a plataforma, porém sem caráter intensivo.

Para ilustrar empiricamente o significado do índice, podem ser destacados três casos exemplares. Os respondentes **4** e **9**, que apresentam os maiores valores do IH (IH = 1,336), relatam alta frequência de acesso, elevado tempo médio diário de uso e utilização recorrente do Instagram no tempo livre. Esses valores, após a padronização, indicam níveis elevados de intensidade de conexão em relação ao conjunto de respondentes, no qual a plataforma assume papel significativo do cotidiano.

Em um nível intermediário, para exemplificar, o respondente **18** apresenta um valor moderado do índice (IH = 0,565), enquanto os respondentes **1**, **2**, **7**, **20** e **21** registam valores ligeiramente superiores (IH = 0,565). Apesar da proximidade numérica entre os índices, observa-se uma diferença qualitativa no padrão de uso da plataforma. No caso dos respondentes 1, 2, 7, 20 e 21, todos apresentam **Q20** = **4**, indicando acesso ao Instagram mais de uma vez ao dia, **Q21** = **2**, correspondente a um tempo médio de uso entre 1 a 2 horas diárias, e **Q29** = **3**, ou seja, afirmam utilizar o Instagram no tempo livre. Esse conjunto de respostas revela um padrão de uso frequente e regular, porém, concentrado em períodos possivelmente ou relativamente controlados de tempo diário.

Observa-se nos respondentes acima uma captura de tempo livre associado a frequência de acesso em mais de uma vez ao dia. Trata-se da economia da atenção (Davenport e Beck, 2001; Simon, 1971), em chave expropriatória: quando o sujeito converte tempo livre em tempo capturado, é porque já opera num regime de presença sempre acionável, em que solicitações, notificações e circuitos de engajamento reorganizam o ócio e comprimem a autocontenção. A magnitude da associação indica que o IH não é um mero de “tempo de tela”, ele agrega duração e cadencia ao vetor de captura do ócio, incorporando seus efeitos subjetivos (saturação, cansaço, perda de foco) ao padrão objetivo de uso.

Já o respondente **18**, embora também apresente acesso frequente à plataforma (**Q20** = **4**), declara um tempo médio diário superior (**Q21** = **3**, correspondente a 3 a 4 horas por dia) e uso ocasional no tempo livre (**Q29** = **2**, às vezes). Esse arranjo produz um índice próximo ao grupo anterior, mas com uma configuração distinta: enquanto os demais concentram a hiperconexão na frequência de acesso, o respondente 18 expressa maior permanência contínua na plataforma. Esse perfil indica uma relação

intensa, porém menos absorvente, revelando que o Instagram está fortemente presente na rotina, ainda que não monopolize completamente o tempo livre. Aqui a hiperconexão aparece como permanência maior quando comparado aos respondentes acima. E permanências online prolongadas estabilizam rotinas, atravessam contextos (estudo; trabalho; lazer, mesmo que em menor grau) e aumentam o custo de oportunidades de desconexão.

Portanto, os dados sugerem um mecanismo simples e potente: a cadência de checagens e a duração diária de uso do Instagram instituem rotinas que, diante de qualquer microintervalo, tendem a converter os microintervalos em rolagem. Desse modo, a hiperconexão não se reduz a “tempo de tela”: ela se define como um regime de disponibilidade que combina permanência e ritmo de acionamento, incorporando a dimensão experiencial do uso e mostrando a coerência entre os aspectos objetivos e subjetivos do tempo capturado.

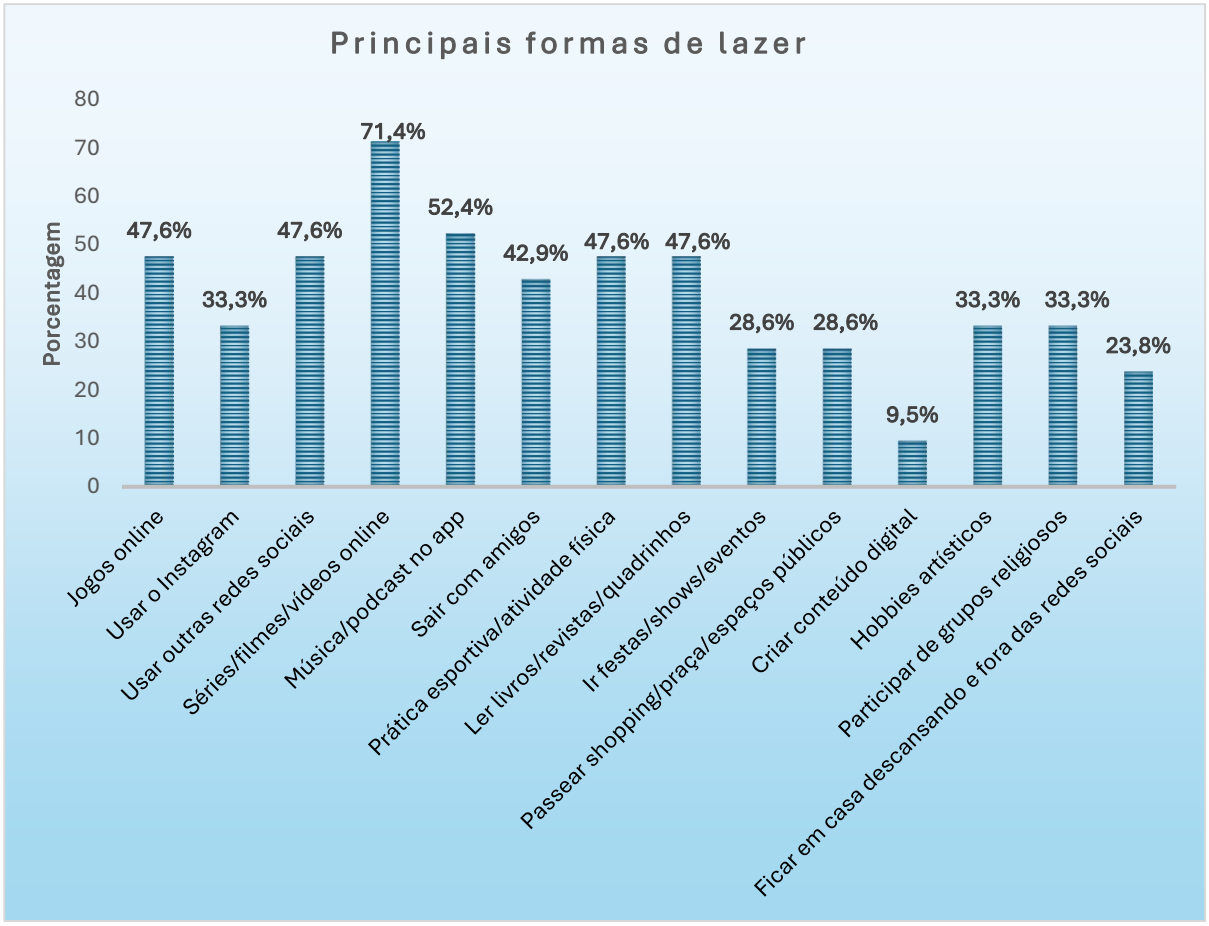
Por fim, os respondentes **12** e **17**, que apresentam os menores valores do índice (IH = -1,768), relatam baixa frequência de acesso, pouco tempo diário de uso e ausência de utilização do Instagram no tempo livre. Esses valores negativos indicam padrão de baixa hiperconexão, no qual a plataforma ocupa um lugar periférico na organização do cotidiano e não se configura como ponto central das práticas sociais desses sujeitos.

A apresentação do índice de hiperconexão por respondente permite observar, em nível individual, diferentes intensidades de vínculo com o Instagram, evidenciando perfis variados de uso da plataforma, que vão desde padrões de baixa conexão até formas mais intensivas de engajamento digital. Contudo, embora o IH sintetize a relação dos sujeitos com a plataforma, ele não esgota as dinâmicas concretas de ocupação do tempo livre. Nesse sentido, faz-se necessário avançar para a análise de práticas de lazer, de modo a compreender como a conectividade se materializa nas escolhas e rotinas dos jovens com o universo digital.

O gráfico a seguir, referente à questão Q27 (*“Quais são suas principais formas de lazer atualmente?”)*, explicita as principais formas de lazer relatadas pelos participantes, permitindo situar empiricamente em que medida o tempo livre é atravessado por práticas digitais e presenciais, aprofundando a compreensão dos efeitos do tempo capturado na organização do cotidiano. A Figura 18 apresenta a distribuição percentual das principais formas de lazer relatadas pelos jovens,

evidenciando a centralidade de práticas mediadas por plataformas digitais na organização do tempo livre.

Figura 18 – Principais formas de lazer



Fonte: autoral com base nos dados coletados por meio dos questionários

A atividade mais mencionada é assistir séries, filmes ou vídeos online, indicada por 71,4% dos participantes. O que revela a forte presença do consumo audiovisual mediado por *streaming* e redes sociais no cotidiano dos respondentes. Em seguida, destaca-se ouvir música ou *podcast*, com 52,4%, indicando que o entretenimento sonoro, frequentemente associado ao uso de *smartphones* e aplicativos, também ocupa lugar relevante nas rotinas juvenis.

Outras práticas digitais aparecem com frequência expressiva, como jogar jogos online (47,6%) e utilizar outras redes sociais além do Instagram (47,6%), reforçando a ideia de que o lazer digital não se restringe a uma única plataforma, mas se distribui em um ecossistema mais amplo de aplicativos e ambientes conectados. O próprio uso do Instagram como forma de lazer é mencionado por 33,3% dos participantes, sugerindo que a plataforma extrapola sua função comunicacional e se consolida como espaço de entretenimento e ocupação do tempo livre.

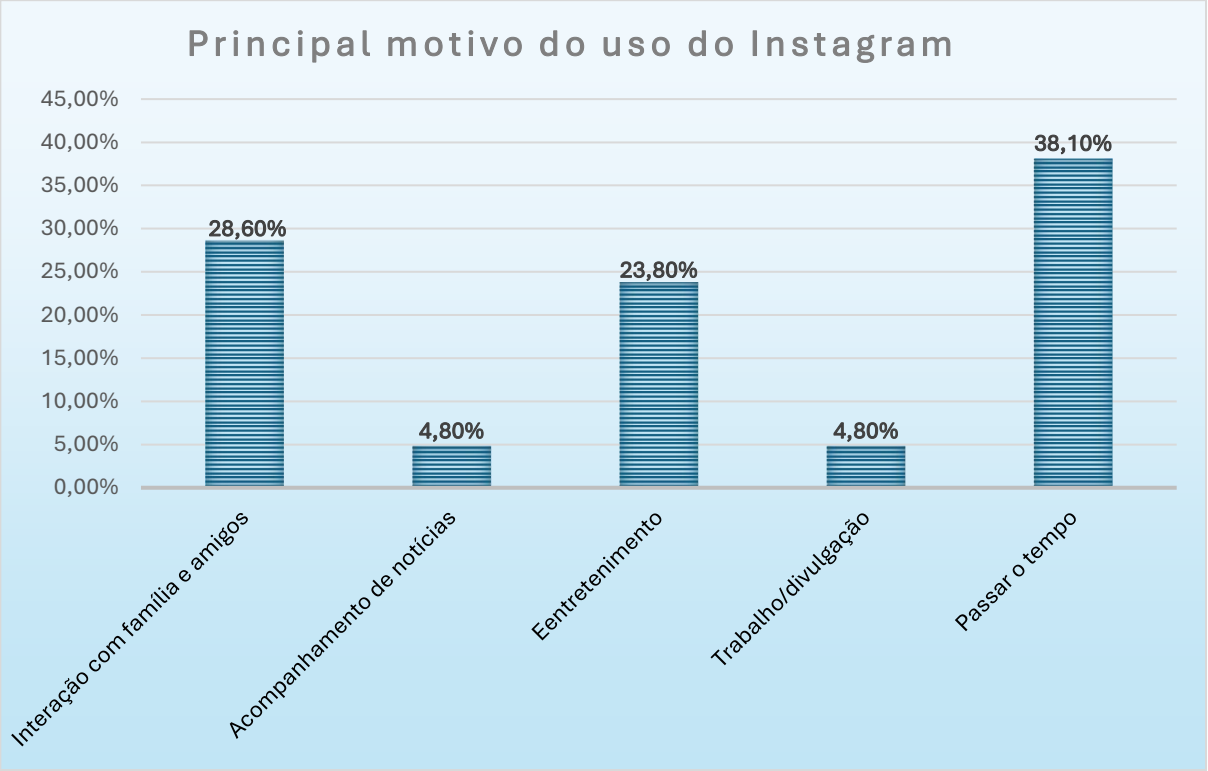
Em relação as práticas presenciais, observa-se que atividades como praticar esportes ou atividade física (47,6%), ler livros, revistas ou quadrinhos (47,6%) e sair com amigos(as) (42,9%) ainda possuem presença significativa, indicando que o lazer *offline* não desaparece, mas passa a coexistir com as dinâmicas digitais. Contudo, práticas tradicionalmente associadas à sociabilidade presencial, como ir a festas, shows ou eventos (28,6%) e passear em shoppings ou espaços públicos (28,6%), aparecem com menor incidência, o que pode indicar transformações nos modos de encontro e convivência juvenil.

O baixo percentual de participantes que indicam “criar conteúdo digital” como forma de lazer (9,5%), sugere que, embora a cultura digital seja amplamente consumida, a produção ativa de conteúdo ainda não é uma prática majoritária entre os respondentes. Além disso, a opção “ficar em casa descansando e fora das redes sociais” aparece em apenas 23,8% das respostas. Tal dado revela que o descanso desvinculado de mediações tecnológicas ocupa um lugar marginal nas práticas de lazer, o que pode ser interpretado como indício da dificuldade contemporânea de desconexão e ócio não produtivo.

Por fim, atividades como praticar hobbies artísticos (33,3%) e participar de grupos religiosos (33,3%) aparecem com percentuais intermediários, apontando para a diversidade de formas de ocupação do tempo livre, ainda que atravessadas por distintas racionalidades culturais e simbólicas. De modo geral, os dados sugerem uma reconfiguração do lazer juvenil, marcada pela predominância de práticas digitais e pelo deslocamento progressivo do ócio para ambientes mediados por plataformas. Esse padrão empírico dialoga com a noção de economia de atenção, na medida em que o tempo livre passa a ser crescentemente capturado por circuitos de engajamento contínuo, algoritmicamente orientados, evidenciando a centralidade das tecnologias digitais na organização da vida cotidiana dos jovens.

O gráfico (Figura 19) referente à questão Q23 *(“Qual o principal motivo do seu uso do Instagram?”)* aprofunda compreensão das práticas de lazer ao evidenciar os motivos centrais que leva os jovens a utilizarem o Instagram. Observa-se que a principal razão apontada é “passar o tempo”, indicada por 38,1% dos participantes. Esse dado é sociologicamente relevante, pois revela o uso da plataforma como estratégia recorrente de ocupação do tempo livre, indicando que o Instagram se insere no cotidiano não apenas como ferramenta comunicacional, mas como dispositivo de preenchimento do ócio.

Figura 19 – Principais motivos do uso do Instagram



Fonte: autoral com base nos dados coletados por meio dos questionários

Em seguida, aparece a interação com amigos e familiares, mencionada por 28,6% dos respondentes, o que demonstra que a dimensão relacional permanece importante, ainda que mediada pela plataforma. No entanto, essa interação ocorre em um ambiente regido por lógicas algorítmicas, métricas de engajamento e curadoria de visibilidade, o que reconfigura as formas de sociabilidade contemporâneas.

O consumo de conteúdo de entretenimento surge como terceiro principal motivo, com 23,8% das respostas, reforçando a centralidade do Instagram como espaço de circulação de vídeos, memes, tendências e conteúdos, em consonância com a predominância do lazer digital observada no gráfico anterior (Figura 18). Já o acompanhamento de notícias e o uso para trabalho e divulgação aparecem de forma residual, indicando que essas funções ocupam lugar secundário na experiência cotidiana dos jovens com a plataforma.

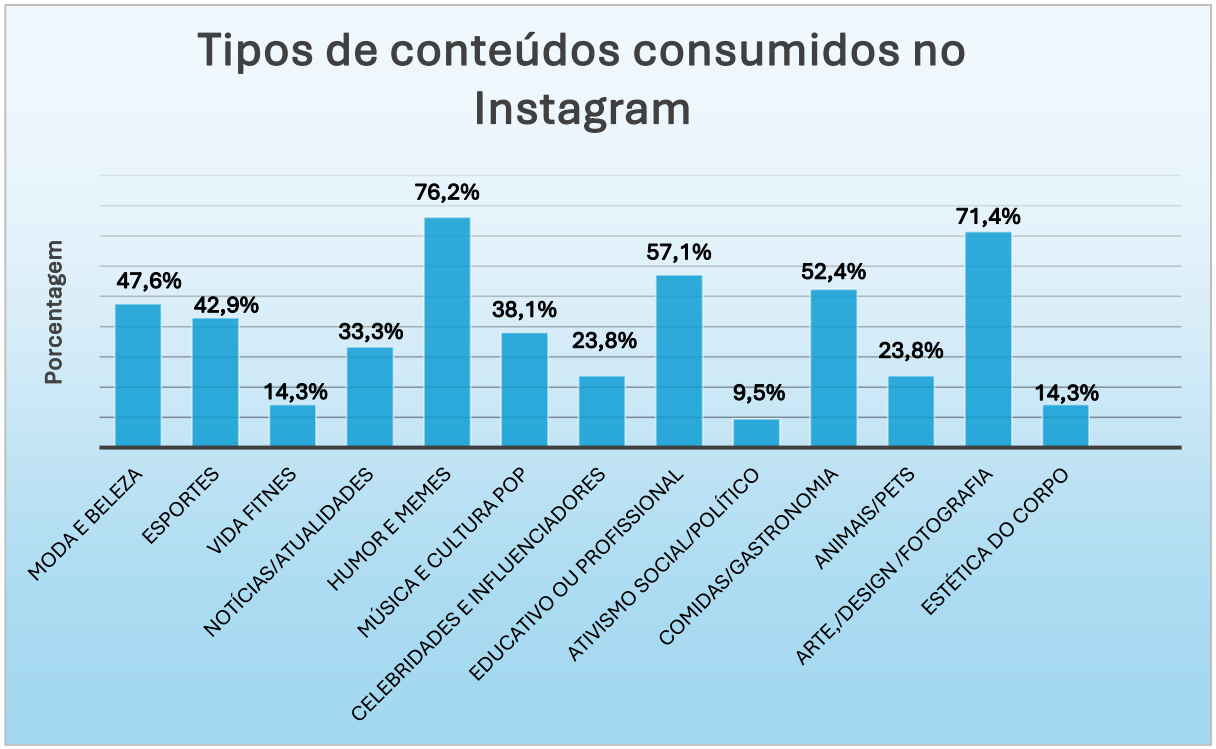
Esses dados sugerem que o Instagram opera majoritariamente como um ambiente de passatempo, entretenimento e sociabilidade mediada, mais do que como espaço informativo ou profissional. Ao ser utilizado principalmente para “passar o tempo” a plataforma se insere nos microintervalos do cotidiano, convertendo momentos ociosos em tempo conectado e de rolagem, o que dialoga diretamente com

a lógica da economia de atenção e com os processos de captura do tempo livre discutidos anteriormente.

Para além dos motivos declarados para o uso do Instagram, torna-se relevante compreender quais tipos de conteúdos estruturam as experiências cotidianas dos jovens na plataforma. Ou seja, não se trata apenas do porquê usam, mas também do que consome nesse ambiente digital. Desta forma, o questionário também procurou levantar os principais tipos de conteúdos visualizados pelos participantes, permitindo aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas de engajamento, interesse e atenção mobilizadas no interior da plataforma.

A Figura 20, referente a questão Q26 *("Que tipo de conteúdo você mais consome no Instagram?"*), evidencia que o consumo dos conteúdos no Instagram é marcado predominantemente por materiais de caráter lúdico e estético, com forte presença de formatos associados ao humor, à produção imagética e à circulação de referenciais visuais. O conteúdo mais acessado pelos participantes é humor e memes (76,2%), seguido por artes, design e fotografia (71,4%), o que evidencia a centralidade da visualidade no cotidiano digital desses sujeitos, uma vez que ambos os tipos de conteúdo se organizam prioritariamente por meio de imagens e produções visuais. Desse modo, a visualidade se constitui como linguagem central da circulação de afetos, sentidos e engajamento.

Figura 20 – Tipos de conteúdos consumidos no Instagram



Fonte: autoral com base nos dados coletados por meio dos questionários

Essa centralidade da imagem também pode ser lida como um estrutural da experiência contemporânea nas plataformas, uma vez que a comunicação tende a ser reorganizada por signos visuais de rápida apreensão, capaz de condensar sentidos e produzir adesão afetiva de modo imediato, o que favorece conteúdos mostráveis, compartilháveis e orientados por impacto. Desse modo, a plataforma não apenas hospeda preferências culturais, ela as intensifica e as estabiliza, pois opera por regimes de visibilidade que premiam aquilo que “performar” melhor na economia da atenção.

Ainda no campo do entretenimento e da cultura, observa-se um conjunto expressivo de consumos que reforçam essa gramática da circulação simbólica: música e cultura pop (38,1%) e celebridades e influenciadores (23,8%) aparecem como repertórios que, embora não liderem o ranking, participam da mesma lógica de mediação imagética e de produção de referências. Aqui, o interesse por celebridades e influenciadores pode ser compreendido menos como mera “curiosidade” e mais como acesso a modelos narrativos e estéticos que funcionam como orientadores de gosto, comportamento e aspirações. Algo que se articula a regimes de visibilidade modulados pela própria plataforma, na medida em que a presença pública digital é amplificada ou reduzida conforme dinâmicas de engajamento e circulação.

Em outro agrupamento, sobressaem conteúdos ligados a estilos de vida, corpo e práticas de autogestão cotidiana: moda e beleza (47,6%), esportes (42,9%), vida fitness (14,3%) e estética do corpo (14,3%). A leitura desse bloco indica que o Instagram atua como mediador de rotinas e referências corporais, organizando não apenas gostos, mas também práticas e expectativas sobre a aparência, saúde, desempenho e apresentação de si.

Importa notar que “esportes” aqui não precisa ser reduzido a estética corporal, ele pode abranger interesses diversos. Ainda assim, quando observado junto à moda e beleza, e aos itens explicitamente corporais (vida fitness, estética do corpo), o conjunto sugere que parte significativa da experiência na plataforma se articula ideais de forma, visibilidade e performance. Isto é, a modos de estar no mundo que passam pela exibição, pela comparação e pela constituição de si como projeto permanente, em afinidade com leituras críticas que situam a plataforma como ambiente de intensificação de imperativos de desempenho e positividade (Han, 2015).

Ao lado desses repertórios emergem conteúdos de caráter pragmático e cotidiano que apontam para a plataforma como fonte de orientação prática, consumo

cultural e organização de hábitos. A variável comida e gastronomia (52,4%) aparece com alto percentual, sugerindo uma dimensão cotidiana e sensorial da circulação de imagens (receitas, restaurantes, modos de consumo, tendências).

A variável que apresenta o interesse por conteúdos educativos ou profissionais (57,1%) indica apropriações do Instagram como espaço de aprendizagem informal, dicas, tutoriais e ampliação do repertório. Esse conjunto revela que, mesmo em uma ambiência predominantemente visual e voltada ao engajamento, a plataforma é também mobilizada como dispositivo de utilidade, curadoria e informação aplicada, reforçando seu papel de infraestrutura cultural da vida cotidiana.

Não eixo informacional, notícias e atualidades (33,3%) aparecem em proporção intermediária no conjunto de respostas. Esse dado indica que uma parcela dos participantes recorre ao Instagram também como fonte de acompanhamento informativo, ainda que este não seja o uso predominante da plataforma. A presença desse percentual revela que, para parte dos jovens, o Instagram ultrapassa a função estritamente lúdica ou estética e passa a integrar práticas cotidianas de acesso a informações sobre acontecimentos sociais, culturais e políticos. Contudo, o baixo percentual de ativismo social e político (9,5%) aponta para uma relação menos orientada à esfera pública institucionalizada e mais centrada em experiências individuais, afetivas e estéticas.

Por fim, animais e pets apresenta 23,8% dos conteúdos consumidos, o que constitui um item de interesse específico que, embora não seja central, ajuda a reforçar a presença de conteúdos afetivos e de “conforto” no consumo da plataforma. Esse tipo de conteúdo também se insere na lógica de circulação de afetos e engajamento, frequentemente associado a formas rápidas de adesão emocional, alívio e distração, compondo um repertório cotidiano de experiências digitais, o que pode contribuir para a manutenção do fluxo de conectividade no Instagram.

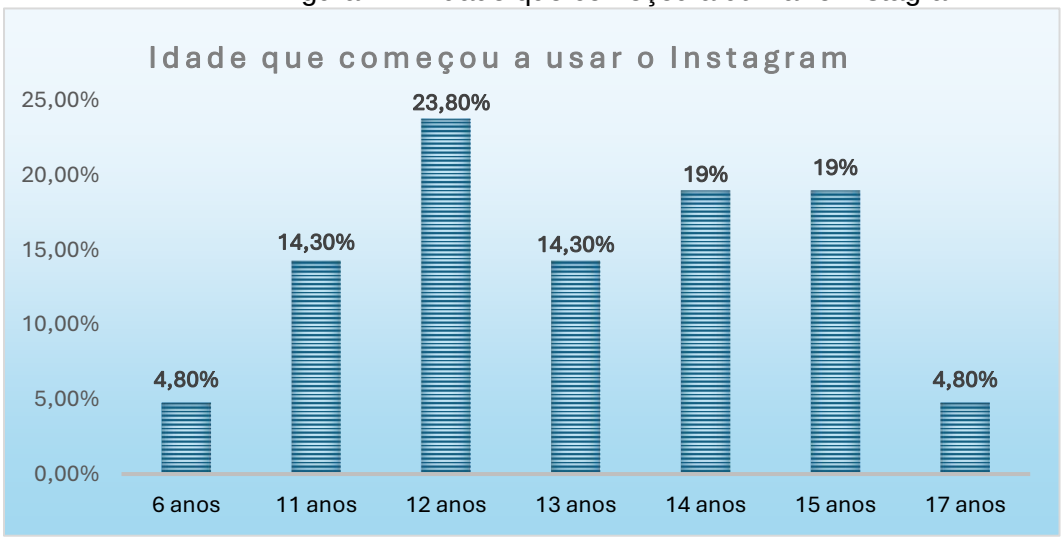
Em conjunto, o gráfico (Figura 20) sugere que o Instagram é apropriado majoritariamente como um espaço de circulação simbólica, fruição estética e engajamento lúdico, ao mesmo tempo em que funciona como mediador prático de rotinas, repertórios e estilos de vida. A distribuição dos conteúdos não apenas descreve preferências, ela aponta para um ambiente em que a experiência é organizada pela visualidade e pela curadoria algorítmica, favorecendo formas de consumo que tendem a ser rápidas, cumulativas e contínuas. Isto é, compatíveis com

um regime de atenção e tempo marcado pela conectividade como presença reiterada no cotidiano.

A análise dos motivos de acesso ao Instagram e dos tipos de conteúdos consumidos permite compreender não apenas *como* os jovens utilizam a plataforma, mas também *para que* ela é mobilizada em seu cotidiano. A partir desse mapeamento das práticas e interesses que organizam a experiência atual na rede, torna-se pertinente deslocar o olhar para a dimensão temporal dessa relação, investigando o momento em que esse vínculo com a plataforma se inicia. Esse movimento analítico possibilita compreender de que forma tais uso se enraízam nas trajetórias juvenis e em que etapa da vida o Instagram passa a integrar o cotidiano desses sujeitos.

Investigar a idade de ingresso no Instagram permite situar temporalmente a constituição desses hábitos digitais, construídos a partir das formas de uso discutidas e conteúdos consumidos acima, oferecendo subsídios para compreender a precocidade da socialização mediada por plataformas e seus efeitos na organização do cotidiano e na formação das subjetividades juvenis. A Figura 21, que se refere a questão Q19 *(“Com que idade você começou a utilizar o Instagram?”*), pode ser observado abaixo:

Figura 21 – Idade que começou a utilizar o Instagram



Fonte: autoral com base nos dados coletados por meio dos questionários

O gráfico acima evidencia que a inserção no Instagram ocorre de forma precoce entre os respondentes, concentrando-se majoritariamente entre a infância e o início da adolescência. Observa-se que a maior proporção dos participantes declarou ter iniciado o uso da plataforma aos 12 anos (23,8%), configurando esse momento como pico de entrada no Instagram entre o grupo investigado. Em seguida destaca se as

idades de 14 e 15 anos, ambas com 19%, indicando que uma parcela significativa dos jovens ingressa na plataforma ainda no início da adolescência.

As idades de 11 e 13 anos aparecem logo após, cada uma com 14,3%, reforçando a tendência de acesso antecipado às redes sociais. Ainda mais expressivo é o fato de que há registros de início aos 6 anos (4,8%), o que revela a presença da plataforma já na infância, etapa marcada por processos fundamentais socialização, construção identitária e desenvolvimento emocional. O dado mais tardio refere-se aos 17 anos (4,8%), percentual bastante reduzido quando comparado às faixas etárias mais jovens, indicando que o ingresso tardio no Instagram é exceção dentro do grupo analisado.

Essa distribuição etária sugere que o contato com a plataforma não se configura como um evento pontual ou circunstancial, mas como um processo incorporado muito cedo às trajetórias de vida desses sujeitos. Esse cenário aponta para a naturalização da presença das redes sociais desde fases iniciais do desenvolvimento, o que contribui para que práticas como exposição, engajamento, comparação social e validação algorítmica passem a compor o repertório cotidiano de sociabilidade desde cedo. Assim, o Instagram não surge como um dispositivo acessório na juventude, mas como um elemento estruturante da experiência social contemporânea atravessando a formação do *self*, os afetos e as rotinas de interação.

Em termos analíticos, a hiperconexão deixa de ser mero excesso quantitativo para tornar-se forma de existência: o tempo de si é reformatado como tempo de estar conectado, e aquilo que chamávamos de “tempo livre” passa a operar sob a ótica da disponibilidade. Aqui, torna-se particularmente produtivo o diálogo com Hartmut Rosa (2013), ao identificar que a aceleração social, seja técnica, comunicacional ou dos ritmos de vida, reconfigura a forma como o sujeito se relacionam com o mundo, com os outros e consigo mesmos.

No contexto das plataformas, essa aceleração é personalizada e hierarquizada por dispositivos algorítmicos: o *feed* apreende preferências, antecipa cliques e modela a cadência dos retornos. O resultado, nos jovens pesquisados, é a sensação de que estar fora equivale a não estar: a disponibilidade permanente vira critério tácito de pertencimento. Não surpreende que mesmo quem “performa pouco” relate ansiedade com a ideia de desligar.

Trata-se de um processo em que o tempo livre é progressivamente colonizado e convertido em tempo performativo, marcado por uma lógica dopaminérgica de

estimulação contínua, conforme sugere Han (2015), ao diagnosticar a transição da disciplina para a autoexploração exaustiva. Sob essa ótica, a hiperconexão não é mero excesso de presença online, mas expressão de uma temporalidade acelerada e fragmentada, conforme delineado por Rosa (2019), que rompe com a possibilidade de uma relação pausada com o mundo.

Essa dinâmica insere-se em um regime de produção subjetiva na qual o tempo não escapa a lógica neoliberal da performance do rendimento, como argumentam Dardot e Laval (2016), ao descreverem o sujeito com uma empresa de si. A plataforma digital funciona, assim, como uma máquina social que captura o desejo e o investe em práticas de exposição, vigilância e valorização do “eu”. Em termos deleuzeanos, essa captura pode ser pensada como parte de uma modulação contínua do ser, em que não há mais barreiras institucionais fixas, mas variações incessantes que regulam o comportamento em tempo real dentro de uma economia de afeto e das atenções. Nessa constelação, o tempo subjetivo torna-se matéria moldável por forças invisíveis, que reconfiguram as relações com o cotidiano, com o corpo e com outro.

Do ponto de vista teórico, o tempo elevado de uso, especialmente nos grupos de maior permanência, reforça a leitura de que a plataforma opera como infraestrutura de temporalidade (Rosa, 2019), reorganizando o cotidiano a partir de fluxos contínuos de estímulos. Essa configuração conecta-se também à sociedade do cansaço de Han (2015), na qual o indivíduo, mesmo fora de uma coerção externa explícita, permanece voluntariamente disponível e engajado. Sob a ótica de Zuboff (2020), o prolongamento do tempo de conexão amplia a janela de coleta de dados e, consequentemente, o poder preditivo e modulador do sistema algorítmico.

Ao mesmo tempo, a própria repetição diária do acesso indica passagem do uso funcional para o uso incorporado, quase automático, o que Christian Dunker (2021) analisa como parte do circuito da pulsão contemporânea, que se vincula ao gozo da repetição e da imagem. A intensidade de conexão, portanto, é indício não apenas de adesão à rede, mas de uma *subjetividade algorítmica,* termo que pode ser articulado a partir de Antoinette Rouvroy e Berns (2013), na qual o sujeito é governado por antecipação, por perfis de previsibilidade gerados a partir de sua constância comportamental.

Além disso, Deleuze (2013) já havia antecipado a transição de sociedades disciplinares para sociedades de controle, marcadas por fluxos constantes, onde o poder não se exerce mais por confinamento, mas por meio de uma regulação difusa

e contínua. O Instagram, ao se infiltrar nas microtemporalidades da vida, nos intervalos, nas pausas, nos deslocamentos, transforma-se em uma tecnologia de captura do tempo e da atenção, operando por modulações suaves, porém incessantes, como se vê na predominância do uso reiterado.

Por outro lado, a quase inexistência de jovens que usam a plataforma de forma esporádica reforça a hipótese de que a conexão não é mais uma escolha plenamente autônoma, mas sim um campo relacional saturado de demandas simbólicas: manter-se ausente da rede implica um risco de exclusão da sociabilidade contemporânea, da circulação dos afetos, do consumo de signos e da participação nos jogos de validação social.

O que esses dados revelam não são apenas elementos quantitativos sobre frequência de uso, tempo diário e captura do ócio, mas um sintoma de uma transformação nas formas de estar no mundo, na qual a permanência conectada constitui uma nova norma do laço social, uma norma silenciosa, internalizada e sustentada por dispositivos algorítmicos que promovem a automonitoração, a comparação constante e a ilusão de escolha.

Contudo, essa dinâmica não deve ser lida como fruto de uma escolha meramente racional. A interpretação teórica deste dado exige compreender que a permanência no Instagram não resulta apenas de uma motivação consciente, mas de processos moduladores invisíveis. À luz de Deleuze (2013), trata-se de um controle por modulação contínua, onde o tempo do sujeito é reorganizado não por imposição, mas por variações adaptativas imperceptíveis.

Essa indução é sustentada por uma infraestrutura algorítmica de engajamento e modulação, como descrevem Taina Bucher (2018), Rouvroy e Berns (2013): notificações, feeds personalizados e ciclos de recompensa operam como dispositivos de captação da atenção e prolongamento do uso. O tempo, aqui, é performado a partir de estímulos contínuos que mantém usuário em estado de semipresença. Nesse sentido, a permanência não é tempo livre, mas tempo dopaminado como propõe Anna Lembke (2021): tempo saturado por microrecompensas que ativam respostas emocionais e reforçam padrões de repetição.

O desejo de valorização social é aqui instrumentalizado por mecanismos de validação (likes, comentários, compartilhamentos), o que transforma o tempo de uso em tempo de espera por confirmação. Neste circuito, o que está em jogo é mais do que a atenção: é a produção neoliberal de subjetividades performáticas, conforme

discutido por Dardot e Laval (2016). A repetição do acesso e o alongamento do uso tornam-se formas de trabalho emocional invisível, que alimentam não apenas a economia da atenção (Davenport e Beck, 2001), mas também a maquinaria da valorização algorítmica.

Por fim, este conjunto de dados, oferece indícios empíricos de uma das teses centrais deste eixo: o tempo do sujeito não é apenas habitado pela plataforma, ele é modulado por ela. A plasticidade da experiência é capturada e transformada em responsividade. Nas palavras de Han (2015), vivemos sob um regime de exaustão, onde a hiperconexão elimina as pausas, sobrepondo presença e produção, desejo e desempenho. Assim, a análise dos dados apresentados permite evidenciar formas de captura que operam de modo contínuo sobre o comportamento e o tempo dos sujeitos, mesmo quando não explicitamente percebidas.

As narrativas dos pesquisados trazem os elementos que complementam os dados discutidos até aqui. Aqui, o pesquisado **6** relata seu uso: "*eu costumo utilizar muito o Instagram, umas 4 a 5 horas, fico sempre ligada em tudo que ocorre por lá"* (Pesquisado 6). Outro jovem relata: "*eu confesso que passo bastante tempo nessa rede social, é preciso muito autocontrole para não passar o dia todo só assistindo a vida dos outros e esquecendo da sua própria. Esse vício é muito ruim*" (Pesquisado 1).

O relato de outro pesquisado evidencia o uso durante a pandemia: "*passava em média umas 8 horas do dia no Insta. Dormia de madrugada mexendo, acordava tarde e já ia mexer novamente, e assim o dia acontecia. Muitas vezes deixava a aula online para ficar no Insta*" (Pesquisado 3). Atualmente esse pesquisado relata que passa 2 horas por dia no Instagram, devido as atividades escolares presenciais. O uso excessivo do Instagram é nominado por alguns pesquisados e entrevistados como "vício" ou "viciante". Esses termos emergem da própria gramática nativa dos jovens. Os relatos sobre as dificuldades de autocontrole no uso evidenciam a fragilidade do *self* e a própria gramática nativa: "*eu era um "pouco" viciada, às vezes passava a madrugada inteira só olhando postagens aleatórias e engraçadas (...) Na maioria das vezes eu e meus pais íamos dormir, mas depois de um tempo eu acordava e ia direto para o celular*" (Pesquisado 8).

O pesquisado 12 frisa: "*o Instagram é a rede social que eu mais utilizo, costumo ficar cerca de cinco a seis horas por dia. No turno da tarde é onde eu mais estou na rede*" (Pesquisado 12). O pesquisado **5** nos diz que: "*utilizo o aplicativo bastante,*

principalmente à tarde e à noite. O Instagram acabou sendo inserido na minha rotina. A ânsia de ver notícias, fofocas e afins acaba tornando o aplicativo mais interessante" (Pesquisado 5). Esse jovem diz utilizar o recurso de notificação quando atinge o limite que impôs a si de tempo de uso (20 minutos), porém, afirma que, muitas vezes ignora o aviso e continua conectado.

Os relatos acima evidenciam um processo intenso de digitalização da vida desses jovens. O mundo da vida deles se dá na interface com o mundo digital, tendo este último um papel majoritário quando comparado com a realidade concreta fora do espaço digital. Nesta formatação da vida cotidiana digital, a forma de experienciar o mundo é permeado pela interação com as redes sociais, que passaram a ser espaços de socialização, sociabilidades, entretenimento e consumo, ocupando um papel importante nos processos de subjetivações destes jovens para a sua constituição de si.

No contexto desta pesquisa, tais vínculos não devem ser interpretados como escolhas isoladas do sujeito, mas como efeitos de um ecossistema de modulação, no qual o tempo e a intensidade de uso se articulam a partir de imperativos de engajamento contínuo e da captura da atenção, conforme discutido por autores como Zuboff (2020), Han (2015) e Silveira (2021a). É nesse sentido que a teoria da modulação, pensada inicialmente por Deleuze (2013) como substituto do controle disciplinar, ganha densidade sociológica no contexto desta pesquisa.

A plataforma não apenas regula comportamentos, mas produz disposições temporais e afetivas, operando como dispositivo de captura da atenção e do desejo. Essa modulação, percebida ao longo da pesquisa, atua em camadas interdependentes: a camada direta, técnica, estruturada por sistemas automatizados de recomendação e rastreamento; e a camada relacional, que se realiza nas trocas simbólicas, nos afetos circulantes e nas normatividades compartilhadas entre os usuários, muitas vezes de forma difusa e inconsciente.

A entrada precoce no ambiente digital, pode indicar, um prolongamento da exposição modulada no tempo: mais do que tempo conectado, trata-se de um tempo subjetivo colonizado pela lógica da plataformização, conforme discutem Van Dijck (2013) e Zuboff (2020). A experiência formativa do sujeito é modulada desde o início: o que vê, o que sente, o que deseja e como age são continuamente organizados por uma arquitetura algorítmica que aprende com seus rastros e devolve a ele uma

experiência personalizada, não para ampliar sua autonomia, mas para intensificar sua aderência e previsibilidade.

Neste cenário, em parte do grupo pesquisado, a hiperconexão assume o papel de tecido contínuo da vida social e subjetiva e opera a conversão do tempo livre em tempo progressivamente capturado. Essa dissolução, como mostra Hartmut Rosa (2019), compromete a possibilidade de ressonância e presença, já que o sujeito se vê interpelado a uma disponibilidade permanente, em uma economia da atenção na qual o tempo disponibilizado para as redes sociais não comporta pausas nem silêncio.

As narrativas coletadas no campo empírico, articuladas aos dados quantitativos apresentados neste eixo, sugerem que a modulação algorítmica opera também como forma de temporalização da existência, criando sujeitos cuja identidade se configura a partir da lógica da atualização constante, da resposta imediata e da visibilidade ininterrupta. É esse ciclo contínuo de conexão, estimulação e retorno que sugere a emergência de um novo tipo de subjetividade: a subjetividade hiperconectada, marcada por um tempo modulado.

Podemos observar no relato do pesquisado **12** como o Instagram se tornou uma forma de entretenimento: "*o Instagram é uma rede social que eu utilizo muito, para ficar por dentro de diversos assuntos atuais, como também para momentos de distração e entretenimento*" (Pesquisado 12). O entrevistado **A** relatou que: "*eu consumo muito os conteúdos de dicas de beleza, astrologia, os lifestyles de blogueiras e memes. Consumo muito memes, eu me divirto e passo horas alternando entre esses conteúdos*. *Se eu pudesse passava o dia todo assistindo os outros*" (Entrevistado A).

Zuboff (2020) reforça que esses momentos de aparente lazer são também espaços de intensa extração de dados e predição comportamental, convertendo as experiências pessoais em insumos para a economia de atenção. Assim, o lazer digitalizado deixa de ser um território de autonomia e passa a integrar o circuito da modulação subjetiva, em que a distinção entre tempo produtivo e tempo livre se torna cada vez mais difusa. Deleuze (2013), ao tratar da sociedade de controle, ajuda a compreender esse fenômeno como um mecanismo sutil de modulação: mesmo na esfera do descanso, o indivíduo permanece sob vigilância algorítmica, sendo continuamente instigado a interagir, consumir e performar.

O pesquisado **8** salienta que: "*eu gosto de usar como minha ferramenta de entretenimento. Nas horas vagas eu fico olhando as postagens das celebridades*" (Pesquisado 8). Essa dinâmica encontra respaldo na perspectiva neuropsíquica

descrita por Anna Lembke (2022), que analisa o impacto do circuito dopaminérgico em ambientes digitais. Ao oferecer microrecompensas constantes, como notificações, curtidas e novos conteúdos, as plataformas criam uma dinâmica de estímulo-resposta que dificulta a desconexão e transforma o lazer em uma experiência fragmentada, marcada por padrões repetitivos e por forte captura atencional, pautada pelo imediatismo.

Isso contribui para a intensificação da ansiedade, da necessidade de validação externa e da instabilidade do *self*, dimensões que emergem com força nos dados qualitativos da pesquisa. Nesse sentido, o lazer digitalizado não é apenas uma escolha individual, mas uma engrenagem do capitalismo de plataforma, que, como observa Zuboff (2020), captura cada interação para prever e induzir comportamentos futuros, reforçando o ciclo de consumo e engajamento.

Em síntese, o Eixo 1, hiperconexão e tempo capturado, revelou que o tempo, sob a lógica da plataformização, deixa de ser uma dimensão autônoma da experiência e passa a constituir o próprio terreno da modulação subjetiva. A hiperconexão não é apenas efeito da presença digital, mas expressão de um regime psicopolítico que reorganiza o cotidiano e redefine o sentido do lazer, do ócio e da atenção. Assim, o tempo capturado constitui a infraestrutura invisível sobre a qual se edificam as demais formas de sujeição analisadas nos eixos seguintes, especialmente aquelas ligadas à performatividade e à busca por validação social.

7.3 Eixo 2 – *Self* vulnerável e autogoverno performativo

O Eixo 2, *self* vulnerável e autogoverno performativo, revela um cenário em que o sofrimento, frustração e o medo de não ser visto e validado socialmente se tornam expressões centrais de uma vulnerabilidade subjetiva produzida pela própria lógica algorítmica. As afirmações de maior carga fatorial evidenciam um *self* ferido, atravessado por sentimentos de inadequação e ansiedade diante da visibilidade instável e imprevisível das plataformas. O sujeito é constantemente exposto a métricas de comparação, o que o leva a internalizar uma violência moduladora das dinâmicas de engajamento como culpa pessoal. Trata-se de uma forma de sujeição em que a dor e o desejo se fundem: o mesmo sistema que causa sofrimento é também aquele do qual o sujeito busca aprovação.

Essa condição de vulnerabilidade digital não é apenas emocional, mas estrutural; ela deriva da captura algorítmica dos afetos, entendidos aqui no sentido de

Safatle (2024), como circuitos sociais que estruturam modos de sentir, avaliar e significar o mundo, e da colonização do desejo pela racionalidade neoliberal. O sujeito se torna gestor da própria exposição, calibrando emoções e comportamentos em função das recompensas da visibilidade. É nesse movimento que se instaura o autogoverno performativo: uma compensação simbólica para uma ferida que é produzida pelo próprio sistema que promete saná-la. O autogoverno performativo, portanto, nasce da vulnerabilidade digital do *self* e se manifesta como tentativa contínua de restaurar um valor e aceitação em um ambiente modulado pelo consumo.

Neste trabalho, defino o *self* vulnerável como uma categoria analítica que emerge como efeito direto da modulação contínua que reorganiza os afetos, expectativas e disponibilidades do sujeito na ambiência digital. Essa instabilidade não deve ser compreendida como um traço psicológico individual, mas como uma condição sociotécnica produzida pela exposição permanente a estímulos moduladores, pela oscilação dos retornos algorítmicos e pela exigência de atualização constante de si. Trata-se de uma forma de subjetivação que perde a possibilidade de construir continuidade narrativa, não por fragilidade interna, mas pela dissolução das referências externas que, na modernidade disciplinar, estabilizavam o “eu”.

A partir de uma análise sociológica podemos observar que o *self* vulnerável expressa a erosão da interioridade descrita por Han (2015), a fragmentação da apresentação de si analisadas por Sibilia (2016) e a multiplicação dos vetores de subjetivação neoliberal indicados por Dardot e Laval (2016). Sua instabilidade é estrutural, pois decorre da velocidade dos ciclos de estímulo e resposta que organizam a experiência do sujeito: cada gesto performativo é devolvido instantaneamente em métricas, afetos e hierarquizações invisíveis. A subjetividade torna-se um processo contínuo de reposicionamento dentro de ambientes calculados, nos quais a visibilidade se converte em operador de adesão.

O *self* vulnerável é uma categoria analítica sociológica que descreve um sujeito cuja plasticidade não é sinônimo de autonomia, mas de vulnerabilidade digital modulada: ele não se adapta ao ambiente, mas é iterativamente recalibrado por ele. Essa vulnerabilidade é funcional ao regime psicopolítico, pois mantém o sujeito permanentemente disponível, vulnerável e responsivo às ordens discretas da modulação.

O Eixo 2, portanto, articula um conjunto de práticas e afetos, no sentido de Lordon (2015), como afecções orientadas externamente que conduzem os sujeitos a

inclinações específicas, em que a validação social tecnicamente mediada é buscada a partir de performances cuidadosamente geridas, mas em um campo de visibilidade modulado por vetores algorítmicos que permanecem invisíveis à percepção dos sujeitos. Trata-se de um regime de subjetivação no qual a conformidade não decorre de coerção, mas de adesão, uma adesão afetiva e técnica à lógica da exposição e do engajamento. O sujeito, nesse contexto, transforma-se em um gestor de sua própria imagem, calibrando emoções, narrativas e aparências em função daquilo que é recompensado pelos algoritmos de visibilidade.

Nessa tese, a *validação social tecnicamente mediada* é mobilizada como categoria analítica para designar uma forma específica de atribuição de valor social reorganizada pelas arquiteturas técnicas das plataformas digitais. Trata-se de uma *validação social tecnicamente mediada*, na medida em que o valor de si deixa de ser produzido prioritariamente pela interação direta entre sujeitos e passa a ser filtrado, quantificado e distribuído por dispositivos algorítmicos de visibilidade, como curtidas, comentários, alcance e engajamento.

Diferentemente das formas clássicas de validação intersubjetiva, essa forma de validação é operada por métricas e por mecanismos invisíveis de seleção e hierarquização, que selecionam o que aparece, ordenam o que importa e modulam afetivamente a relação do sujeito consigo mesmo. Assim, a *validação social tecnicamente mediada* não depende apenas do outro concreto, mais de uma mediação sociotécnica que transforma a visibilidade em critério de valor e a performance em condição de existência simbólica. Vale salientar que, ao longo do texto de análise empírica, por razões de fluidez textual, será utilizado o termo abreviado de *validação social*, sem que isso implique perda de precisão analítica.

É importante esclarecer que, nesta tese, o termo “reconhecimento” é empregado exclusivamente, em alguns momentos, segundo a gramática nativa dos jovens pesquisados. Nas falas e respostas coletadas, desde o campo exploratório, alguns jovens mencionam o termo “reconhecimento” como sinônimo de visibilidade e validação social. Neste sentido, para os jovens pesquisados, “ser reconhecido” aparece associado a “ser visto”, “receber curtidas”, “ter engajamento”, ou seja, à obtenção de visibilidade e validação social.

Portanto, o uso do termo ao longo da análise não remete à acepção teórica clássica de reconhecimento em Axel Honneth (2009) ou Judith Butler (2019a; 2019b), mas à forma como os próprios sujeitos significam sua presença e valor dentro e fora

das redes sociais. Metodologicamente, preservo o termo “reconhecimento” quando me refiro as falas dos jovens, em fidelidade ao campo empírico. Contudo, analiticamente opero com os termos de visibilidade e validação social/algorítmica, que descrevem de modo mais preciso os processos em jogo. Essa distinção permite manter a escuta do campo sem confundir níveis analíticos, evitando a sobreposição entre gramática nativa e teoria social.

A centralidade da visibilidade e da validação social, tal como mobilizada pelos jovens, não se restringe a uma questão comunicacional ou imagética, mas expressa uma transformação mais profunda nos modos de constituição do sujeito. Segundo Axel Honneth (2009), o reconhecimento é o fundamento intersubjetivo da autorrealização, é nele que o indivíduo encontra confirmação de seu valor e dignidade por meio de um outro. Judith Butler (2019a; 2019b; 2023), ao retomar e tensionar Honneth (2009), demonstra que essa relação não é transparente nem harmônica: o reconhecimento se dá sempre dentro de normas de inteligibilidade.

É a partir desse referencial que se evidencia o descompasso entre reconhecimento social, entendido como gramática política e moral dos conflitos sociais, e aquilo que os jovens nomeiam como reconhecimento. Nas plataformas digitais, os mecanismos de visibilidade e validação social passam a ser tecnicamente mediados, convertendo o olhar do outro em um olhar maquínico, métrico e calculável. Nas plataformas, o reconhecimento, termo empregado pelos pesquisados, se dá não pelo respeito ao outro singular e historicamente excluído, mas pela simples redução e submissão pessoal desse sujeito aos parâmetros métricos de conduta algorítmica.

Nesse contexto de mediação técnica da visibilidade e da validação social emerge o que denomino de autogoverno performativo, um regime de validação social regido pela racionalidade neoliberal. Desta forma, os sujeitos passam a regular a si mesmos a partir de métricas de visibilidade, engajamento e desempenho. Trata-se de uma forma de governo de si mediada por dispositivos algorítmicos, em que o sujeito internaliza imperativos de produtividade, exposição e positividade, convertendo a própria vida em objeto de gestão contínua. O autogoverno performativo é um regime no qual o sujeito passa a regular a si (autoestima, exposição e suas práticas) a partir de métricas de visibilidade e engajamento, e passa a incorporar os imperativos da plataforma como critérios de valor de si.

Os jovens usuários das redes vivem essa condição de modo especialmente intensa: acreditam que não são vistos porque “não fizeram o suficiente”, sem

reconhecer que sua visibilidade é regulada por uma alteridade não-humana, o outro generalizado maquínico, que distribui atenção e esquecimento conforme a lógica algorítmica inscrita na racionalidade neoliberal. Essa percepção individualizada do fracasso evidencia como o autogoverno performativo opera, ao fazer os sujeitos responsabilizarem a si mesmos por dinâmicas que são estruturalmente mediadas por dispositivos técnicos.

A arquitetura digital contemporânea opera sobre os sujeitos, modulando seus afetos (Safatle, 2024), orientando seus quereres (Lordon, 2015) e organizando a forma como se veem. Não se trata apenas de uma transformação nos modos de agir, comunicar ou consumir. O que se está em jogo é uma reconfiguração profunda da própria constituição do sujeito, atravessada por uma racionalidade que já não busca apenas orientar comportamentos ou modular afetos, mas colonizar o próprio desejo, como força formadora do "eu". Em outras palavras, a operação última da racionalidade neoliberal é a captura do núcleo do *self*[7], entendida aqui como a dimensão mais íntima, da vontade e do desejo enquanto força produtiva da subjetividade.

Paula Sibilia (2016) demonstra que o valor do sujeito passa a ser medido por sua capacidade de aparecer, de capturar olhares e interações dentro de uma economia algorítmica da atenção. Guy Debord (1997) já havia antecipado que o espetáculo substitui a experiência viva por sua representação. O resultado é a consolidação de uma lógica de exposição constante, em que o sujeito busca validar-se na superfície das imagens, e não mais no vínculo ético com o outro, onde "ser" equivale a "aparecer", e a presença é regulada por métricas algorítmicas.

A visibilidade torna-se critério de existência, e o sujeito, mesmo ferido, continua a se oferecer a lógica do espetáculo. Trata-se de uma dinâmica paradoxal: quanto mais o sujeito se expõe, mais se submete aos regimes de avaliação algorítmica que modulam sua presença e distribuem validação de forma opaca e desigual. O sofrimento produzido por essa lógica não interrompe o circuito, mas o retroalimenta, convertendo frustação em nova performance, ausência de retorno em mais

[7] Ao utilizar a expressão "núcleo do self", dialogamos com a crítica de Byung-Chul Han (2017) à racionalidade neoliberal e ao poder psicopolítico, especialmente em sua metáfora "alma". Aqui, o núcleo do self designa a instancia mais íntima, voluntária e desejante da subjetividade, não como essência metafísica, mas como ponto de inflexão onde se articulam desejo, sensibilidade e subjetivação. É este núcleo que, na contemporaneidade digital, se vê capturado e esvaziado pelas dinâmicas da arquitetura digital, pautadas em modulações algorítmicas, visibilidades, performance e controle.

investimento de si. Assim, o autogoverno performativo consolida-se como forma contemporânea de gestão do *self*, na qual o sujeito internaliza as exigências do sistema e passa a administrar a própria visibilidade como estratégia de pertencimento e sobrevivência simbólica.

7.3.1 Circuitos empíricos da vulnerabilidade digital

O campo de tensão entre visibilidade, validação social e sofrimento psíquico, discutido na seção anterior, materializa-se empiricamente nas respostas dos jovens às afirmativas da Q30 agrupadas na PA1 do eixo 2. Esse bloco de itens expressa, em chave empírica, as modulações do self-vulnerável sob o imperativo da performance e do engajamento, o que evidencia como a experiência subjetiva é atravessada por métricas de comparação, expectativas de reconhecimento (enquanto categoria nativa) e dinâmicas de autoavaliação orientadas pela lógica algorítmica.

A questão 30 do questionário "*Sobre o uso do Instagram, marque o quanto você concorda com as afirmações abaixo"* reúne um conjunto de 21 afirmações, que podem ser observadas na Tabela 03, sendo as opções de respostas organizadas em escala Likert como: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo; (3) Nem concordo, nem discordo; (4) Concordo; (5) Concordo totalmente. A PA1, derivada da análise fatorial exploratória da questão 30, reúne um conjunto de afirmativas que apresentaram cargas fatoriais elevadas à moderadas (entre 0,94 e 0,45) e evidenciam padrões recorrentes de autoavaliação, comparação social e sofrimento psíquico, vinculados à visibilidade nas redes sociais.

Essa configuração empírica sustenta o Eixo 2, denominado "*Self* vulnerável e autogoverno performativo", ao revelar a experiência subjetiva de jovens cuja constituição de si e autoestima são moduladas por um regime técnico de validação social, mediado por métricas algorítmicas de engajamento e visibilidade. O agrupamento dessas variáveis, obtidos por meio de escala *Likert*, permite identificar correlações de sentido entre frustração, comparação social e autorregulação afetiva, o que demonstra como os sujeitos internalizam os critérios técnicos de avaliação e passam a gerir suas emoções em função de retornos da plataforma.

A seguir, apresenta-se a Tabela 03 – Afirmações agrupadas na PA1 (Eixo 2), que reúne os itens com maiores cargas fatoriais na análise fatorial exploratória (AFE) da questão 30.

Tabela 03 – Afirmativas da Q30 – agrupamentos do Eixo 2

Afirmativas da Q30	Carga Fatorial (PA1)
Já me senti mal por não alcançar o que outras pessoas mostram nas redes	**0,94**
Eu apago postagens que não tem engajamento suficiente	**0,81**
Sinto que meu comportamento no Instagram é influenciado por aquilo que acredito que terá mais visibilidade, aceitação e reconhecimento	**0,76**
Me comparo com outras pessoas no Instagram	**0,75**
Me sinto frustrado(a) quando não recebo retorno (curtidas, comentários, etc.)	**0,65**
Eu me preocupo com o número de curtidas que minhas postagens recebem	**0,62**
Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio	**0,53**
Sinto que meu uso das redes afeta minha autoestima negativamente	**0,51**
Busco reconhecimento através de curtidas, comentários e seguidores	**0,49**
Já tentei mudar meu estilo ou aparência por influência do Instagram	**0,46**
Me sinto pressionado(a) a seguir padrões de beleza que vejo no Instagram	**0,45**

Fonte: Elaboração autoral, com base nos dados da pesquisa

As afirmativas de maior carga, *"já me senti mal por não alcançar o que outras pessoas mostram nas redes"* (0,94) e *"Eu apago postagens que não tem engajamento suficiente"* (0,81), revelam o núcleo emocional do *self* vulnerável. Elas apontam para a interiorização de uma ferida comparativa, em que o sujeito se mede permanentemente pelo sucesso performado dos outros. Essa dor não é apenas individual, mas sintoma de uma cultura que transforma a visibilidade em critério de valor existencial. Como descreve Byung-Chul Han (2020), na sociedade do desempenho, o sujeito explora a si mesmo em busca de atingir ideais inalcançáveis, muitas vezes, convertendo a própria exposição em forma de trabalho emocional.

A sequência de afirmações com cargas entre 0,76 e 0,75 aprofundam esse processo. Quando o participante declara *"sinto que meu comportamento no Instagram é influenciado por aquilo que acredito que terá mais visibilidade, aceitação e reconhecimento"* (0,76) e "*me comparo com outras pessoas no Instagram"* (0,75), observa-se a passagem da dor comparativa para a autovigilância performativa. O sujeito passa a modular seu comportamento a partir de previsões de aprovação, submetendo-se a uma lógica de antecipação e controle.

Trata-se de uma modulação subjetiva e reflexiva que se apresenta como processos coocorrentes e recursivos, nos quais o sujeito é afetado pela racionalidade algorítmica (afetado no sentido de Safatle (2024), como parte de circuitos sociais que

organizam modos de sentir), que coloniza seu desejo, aqui entendido no sentido de Deleuze e Guattari (1997; 2010), como força produtiva relacional. Esses processos modulam, de forma integrada, suas maneiras de sentir, pensar e agir.

Essa captura subjetiva pela arquitetura técnica desencadeia um movimento reflexivo em que o indivíduo automodula o próprio comportamento, buscando adequar-se aos imperativos de visibilidade e aprovação que o sistema lhe impõe. Contudo, trata-se de uma reflexividade governada, orientada para performance e externamente regulada pela validação algorítmica, na qual o sujeito internaliza os critérios técnicos de valoração e passa a gerir a si mesmo segundo métricas, convertendo a reflexão em instrumento de autogoverno performativo.

Assim, a modulação exercida pela lógica algorítmica desdobra-se em um processo de autoregulação permanente, no qual o sujeito reproduz internamente o poder que o atravessa. Essa dinâmica expressa o que Dardot & Laval (2016) descrevem como o "empreendimento de si", mas em sua versão algorítmica: um *self* que se torna gestor da própria exposição, governando-se segundo os sinais de aprovação que o sistema devolve. O sujeito não apenas reage ao controle algorítmico, ele o incorpora, convertendo-o em autogoverno performativo.

As afirmativas, como *"Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio"* (0,53) e *"Sinto que meu uso das redes afeta minha autoestima negativamente"* (0,51), demonstram o ponto de inflexão entre a adesão e sofrimento. O sujeito sabe que a exposição o vulnerabiliza, mas não consegue romper com ela, uma ambivalência que Dunker (2021) identifica como marca da intimidade contemporânea: o desejo de mostrar-se coexistindo com o medo de não ser aceito. O algoritmo, nesse sentido, atua como espelho moral que distribui recompensa simbólicas e punições silenciosas.

As variáveis de menor carga, como "Busco reconhecimento através de curtidas, comentários e seguidores" (0,49), "Já tentei mudar meu estilo ou aparência por influência do Instagram" (0,46) e "Me sinto pressionado(a) a seguir padrões de beleza que vejo no Instagram" (0,45), completam a tessitura empírica do *self* performativo ferido. Elas revelam que a busca por aceitação transborda para o corpo, impondo padrões estéticos e de consumo inalcançáveis, que produzem um sofrimento difuso. Aqui, opera a afetação orientada externamente, tal qual conceitua Lordon (2015): os afetos são guiados por dispositivos que orientam querer, inclinação e sentido de valor. A arquitetura algorítmica converte, assim, o desejo de validação social em autocoerção estética e consumista, perpetuando um ciclo de frustração e exaustão.

Outras afirmações, como *“Me sinto frustrado(a) quando não recebo retorno (curtidas, comentários, etc.)”* (0,65) e *“Eu me preocupo com o número de curtidas que minhas postagens recebem”* (0,62), deslocam o foco da comparação para o sofrimento associado à não visibilidade. Nelas emergem a lesão psíquica própria do autogoverno performativo: o valor do sujeito é medido pela resposta da máquina de visibilidade, e a ausência de retorno é interpretada como falha pessoal. Trata-se de uma reconfiguração do modo como o sujeito se relaciona consigo mesmo, na qual a validação social deixa de depender de vínculos ético-relacionais e passa a operar segundo métricas técnicas de engajamento.

A frustação não decorre mais da falta de reconhecimento intersubjetivo, mas da ausência de resposta algorítmica, que é internalizada como insuficiência individual. Esse deslocamento do campo relacional para o campo técnico-performativo explicita aquilo que, nesta tese, se denomina autogoverno performativo: um regime no qual o sujeito passa a regular sua autoestima, sua exposição e suas práticas a partir de indicadores de visibilidade e engajamento, onde os imperativos da lógica algorítmica são incorporados como critérios de valor de si.

O termo autogoverno performativo, tal como o formulado nesta tese designa um processo pelo qual o neoliberalismo e a racionalidade algorítmica subvertem o sentido ético-relacional do reconhecimento. O reconhecimento implica em Honneth (2009) e Butler (2019a; 2019b) implica um vínculo intersubjetivo e normativo de validação e reciprocidade, é deslocado para o plano da visibilidade técnica, perdendo sua densidade simbólica e moral. Ao transferir para o indivíduo a responsabilidade integral por sua própria validação, como se a ausência de validação social fosse uma falha pessoal, o sistema converte a ferida social em culpa subjetiva. A validação, assim, deixa de operar como mediação ética entre sujeitos e passa a funcionar como métrica de desempenho dentro de uma economia da atenção (Davenport e Beck, 2001).

Essa captura do reconhecimento pelo neoliberalismo se concretiza por meio dos atos reiterados da adequação às normas de inteligibilidade, tal como formula Judith Butler (2019a; 2019b). No esforço de tornar-se reconhecível, o sujeito repete gestos, discursos e performances que asseguram sua inteligibilidade dentro de um quadro normativo. Contudo, na contemporaneidade, esse quadro foi reconfigurado pela racionalidade neoliberal, que deslocou as antigas normas éticas, legais e morais, substituindo-as por imperativos de visibilidade, produtividade e sucesso. Cada ato

reiterado, portanto, já não reafirma uma norma social de reconhecimento, mas inscreve os imperativos de capital na própria subjetividade.

É nesse movimento micropolítico, onde o sujeito busca ser reconhecido e, ao mesmo tempo, introjeta as exigências do sistema, que o reconhecimento é capturado e esvaziado de sua dimensão ética. As normas de inteligibilidade que outrora mediavam a reciprocidade social tornaram-se, assim, normas de desempenho, produzindo um sujeito cuja validade depende da constante reafirmação de sua utilidade, eficiência e exposição.

Empiricamente, essa captura manifesta-se nos atos reiterados performados pelos jovens nas redes sociais. Cada gesto de apagar uma postagem com baixo engajamento, ajustar o estilo de publicação ou modificar o comportamento para obter mais visibilidade constitui uma tentativa de adequação às normas de inteligibilidade contemporâneas, nomas agora regidas pelos imperativos da racionalidade neoliberal. Essas práticas evidenciam como os atos reiterados descritos por Butler tornam-se dispositivos de sujeição quando transpostos para ambiência algorítmica.

O sujeito repete, corrige e reconfigura suas ações na busca por valorização social, mas cada tentativa o insere mais profundamente na lógica da visibilidade, da produção e do desempenho. Ao tentar reafirmar sua validade simbólica, ele introjeta e reproduz os próprios critérios de valoração que o aprisiona, um circuito de automodulação contínuo que mantém viva a racionalidade neoliberal nas práticas cotidianas de si.

Neste sentido, a busca por reconhecimento, enquanto validação do ser, é paulatinamente esvaziada, transmutada e reorganizada para um regime de visibilidade performática e quantificada, mediada por métricas como curtidas, visualizações e seguidores. Esse deslocamento não apresenta apenas uma fragmentação identitária no sentido de Stuart Hall (2011), mas sim um esvaziamento da própria ontologia do sujeito. Trata-se de uma mutação mais profunda; o reconhecimento como motor constitutivo do “eu” é substituído pelo autogoverno performativo, onde o “ser” cede lugar ao “parecer.”

Trata-se de um estágio avançado do neoliberalismo em que não apenas o corpo e a mente são instrumentalizados, mas também o núcleo do *self* é capturado pela lógica do desempenho e da transparência. Byung-Chul Han (2020), oferece uma chave crucial para essa leitura ao afirmar que, no neoliberalismo tardio, “já não é necessário dominar o corpo nem a mente, pois o sistema agora ambiciona capturar a

alma” (Han, 2020, p. 22). Isso implica que o processo de subjetivação é atravessado por uma adesão voluntária às dinâmicas de exposição, em que o sujeito se torna gestor de si mesmo, buscando incessantemente adequar sua aparência aos imperativos de otimismo, produtividade e sucesso, mesmo quando isso implique o sofrimento psíquico, a fadiga emocional ou o esgotamento de si.

A subjetividade, nesses termos, é esvaziada de interioridade, pois aquilo que deveria ser constituído na reciprocidade simbólica é deslocado para um circuito de atenção fugaz e validação algorítmica. Como indicam Zuboff (2020) e Lazzarato (2014), o desejo, outrora motor da criação e diferenciação no sentido de Deleuze e Guattari (1997; 2010) como potência produtiva, é agora pré-configurado por sistemas de previsão e normalização do comportamento, que não apenas oferece ao sujeito aquilo que ele já deseja, mas ensinam a desejar aquilo que pode ser capitalizado.

Nesse processo, o desejo de reconhecimento se converte em desejo de ser visto, e o sujeito não quer mais ser compreendido, mas apenas aparecer, ser clicado, reagir, ainda que isso implique a negação de si. Dessa forma, a plataforma não apenas mede a visibilidade, ela a impõe como condição da existência, modulando os modos de ser e de sentir de uma geração inteira. A performatividade na ambiência digital, longe de ser um gesto de liberdade, torna-se uma exigência de aderência ao ideal normativo pré-formatado, cuja recompensa é o efêmero brilho das curtidas e o cansaço profundo de não poder, nunca, ser simplesmente o que se é.

Com isso, o desejo, enquanto potência produtiva e relacional em Deleuze e Guattari (1997; 2010), não deixa de ser força criativa, mas passa a ser capturado, redirecionado e modulado pelas arquiteturas algorítmicas da plataforma. Como analisa Zuboff (2020), os algoritmos passam a antecipar e fabricar os desejos antes mesmo que eles emerjam como vontade consciente, configurando uma lógica de predição e controle. No interior desse dispositivo, a validação social não opera como reconhecimento, mas como sua simulação esvaziada, reduzida a um jogo de imagens que sustenta a maquinaria da plataforma.

O que resta ao sujeito, então, é um *self* vulnerável, sustentado por uma identidade performada sob os holofotes da métrica algorítmica, cujo valor reside na exposição e não na reciprocidade. O núcleo do *self*, capturado por essa lógica, já não deseja ser compreendido, deseja ser visto. Já não anseia por reconhecimento, anseia por atenção. E, nessa operação, o “eu” se dissolve em pixels e performances, em um

processo que aparenta ser liberdade, mas é, em sua essência, a mais sofisticada forma de sujeição contemporânea.

Em síntese, a PA1 traduz a modulação emocional e simbólica de uma geração cuja relação com a visibilidade é mediada por dispositivos de validação automática. A análise dessas cargas fatoriais evidencia que aquilo que é socialmente nomeado como reconhecimento, ao ser capturado pela racionalidade neoliberal e operacionalizado por algoritmos, não opera mais como reconhecimento, mas como dispositivo de sujeição. O sujeito, que antes buscava ser reconhecido pelas instituições sociais e pelo outro, agora depende da resposta da máquina, e, quando essa resposta falha, é ele mesmo quem se culpa, perpetuando o circuito do *self* vulnerável.

A partir dessas evidências empíricas, torna-se possível identificar não apenas efeitos difusos da ambiência digital, mas a atuação concreta de um regime específico de modulação operando no interior da plataforma. As afirmativas analisadas revelam que a relação dos jovens com o Instagram não se limita a padrões técnicos de uso, mas envolve processos afetivos, simbólicos e subjetivos de autoajuste, antecipação e autogoverno. É nesse sentido que emerge, a partir do campo empírico, a necessidade de nomear esse fenômeno como modulação digital psicopolítica direta.

A afirmativa "*Eu apago postagens que não tem engajamento suficiente*" evidencia de forma exemplar a atuação da modulação digital psicopolítica direta. O gesto de apagar não é um simples comportamento técnico, mas uma ação governada pela métrica: o sujeito interpreta a baixa visibilidade como um fracasso simbólico e reage ajustando sua conduta. Trata-se de um processo de autocorreção performativa, no qual o indivíduo internaliza os critérios algorítmicos de valoração e passa a gerir a própria exposição segundo parâmetros técnicos de sucesso. O dado empírico revela que o algoritmo não apenas mede a visibilidade, mas governa a ação, induzindo o sujeito a apagar aquilo que não performa adequadamente. Não se trata apenas de uso da plataforma, mas de autogoverno mediado por métricas, em que o sujeito age para adequar-se às exigências do sistema.

Esse gesto também pode ser lido como uma forma de autoproteção simbólica, ao eliminar uma postagem "fracassada" em termos métricos, o sujeito previne que a baixa performance permaneça visível como rastro social de seu "baixo valor" na vitrine algorítmica. Nesse sentido, o apagar funciona como uma higienização preventiva da imagem pública, mobilizando um afeto organizador, o medo difuso do julgamento e do

rastreio algorítmico (que pode influenciar a operação técnica do shadowban) que antecede e sustenta a possibilidade de punições simbólicas mais amplificadas.

A afirmativa "*Sinto que meu comportamento no Instagram é influenciado por aquilo que acredito que terá mais visibilidade, aceitação e reconhecimento*" explicita o núcleo preditivo da modulação digital psicopolítica direta. Aqui, o sujeito não apenas reage aos estímulos, mas antecipa a lógica algorítmica ajustando previamente sua conduta. Observa-se um deslocamento do agir espontâneo para um agir calculado, orientado por previsões de engajamento. Esse dado empírico demonstra que a modulação não atua apenas como resposta posterior ao engajamento obtido, mas orienta o comportamento previamente, organizando a ação antes mesmo de ela ocorrer. O sujeito passa a se comportar segundo aquilo que imagina que será recompensado pela plataforma, revelando um processo de autogoverno preventivo, no qual a lógica algorítmica se antecipa à vontade consciente.

Esse item torna visível uma dinâmica de curadoria de si. O sujeito seleciona, recorta e pré-formatiza aquilo que será exposto, orientando o mostrável pelo que tende a performar melhor. O que está em jogo não é apenas adequação ao algoritmo, mas a conversão da experiência em material publicável sob critérios de aceitação e visibilidade, reduzindo a espontaneidade e instaurando uma lógica preventiva de gestão da própria imagem. Assim, a antecipação da recompensa algorítmica funciona também como antecipação do olhar social mediado tecnicamente e o olhar do outro generalizado maquínico[8], onde a conduta passa a ser organizada por um cálculo de risco simbólico (postar o que "rende" e evitar o que "não rende"), reforçando o autogoverno performativo.

A afirmativa "*Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio*" revela o funcionamento afetivo da modulação digital psicopolítica direta, o medo opera como operador psicopolítico, produzindo autocensura e retração da expressão. O julgamento não é mais apenas social, mas algoritmicamente mediado, uma vez que o sujeito antecipa a possível resposta da máquina (curtidas, comentários, silêncios). Trata-se da internalização do olhar algorítmico (do outro generalizado maquínico) como instância normativa no qual o sujeito regula a si mesmo antes mesmo de se

[8] O *outro generalizado maquínico* refere-se à alteridade técnica produzida pelos algoritmos das plataformas digitais, que organiza a visibilidade e modula comportamentos e afetos por meio de lógicas preditivas e de retroalimentação contínua, coexistindo com o outro generalizado descrito por Mead (2021).

expor. O dado empírico demonstra que o poder não precisa mais agir de fora. Ele é internalizado, convertendo-se em mecanismo de autovigilância e contenção do desejo.

Aqui pode-se indicar a presença de um horizonte punitivo difuso: o julgamento é a condição necessária para formas ampliadas de sanção simbólica que, no ecossistema das redes, podem assumir contornos de exposição negativa e deslegitimação pública. Este dado empírico indica a presença de um horizonte punitivo difuso, no qual o julgamento público funciona como condição necessária para formas ampliadas de sanção simbólica que, no ecossistema das redes sociais, podem assumir contornos de exposição negativa e deslegitimação pública.

Ainda que o cancelamento não se apresente aqui como evento empírico direto, o medo de ser julgado negativamente sugere a internalização de um regime de ameaça permanente, no qual a possibilidade de sanção simbólica orienta preventivamente a conduta. Assim, o medo do julgamento não aparece como afeto episódico, mas como o afeto estruturante, que organiza a autocensura e sustenta práticas de curadoria preventiva de si, reforçando a internalização normativa própria da modulação digital psicopolítica direta.

A afirmativa "*Eu me preocupo com o número de curtidas que minhas postagens recebem*" evidencia centralidade da métrica como operador de valor subjetivo. A curtida deixa de ser apenas um *feedback* e passa a funcionar como termômetro existencial, a partir do qual sujeito avalia a si mesmo. O dado revela que a métrica algorítmica não mede apenas engajamento, mas organiza afetos produzindo ansiedade, expectativa e dependência simbólica. Aqui a modulação digital psicopolítica direta atua como governo da sensibilidade. O sujeito aprende a sentir segundo os sinais devolvidos pela máquina, regulando sua autoestima a partir de números.

Essa preocupação também pode ser lida como busca por segurança simbólica: a métrica funciona como garantia (ou ameaça) de valor social, ativando antecipadamente o medo de "não performar" e de ser percebido como irrelevante. Assim, o número não apenas mensura, mas normatiza o sentir, fazendo da ansiedade métrica um operador cotidiano de autorregulação. Em vez de orientar-se por critérios internos de sentido, o sujeito se orienta por sinais externos de aprovação, de modo que a afetividade se torna calibrada pela resposta algorítmica, e a própria disposição emocional passa a depender da oscilação dos indicadores de visibilidade.

A afirmativa “*Já me senti mal por não alcançar o que outras pessoas mostram nas redes*” expressa a dimensão afetiva mais profunda da modulação digital psicopolítica direta. O sofrimento emerge da comparação incessante, mediado por imagens performadas e algoritmicamente amplificadas. O dado revela que a plataforma não apenas expõe conteúdos, mas produz hierarquias simbólicas, nas quais o sujeito se mede permanentemente em relação ao outro. Essa dor não é individual, mas estrutural: ela decorre de um ambiente que converte visibilidade em valor. Aqui, a modulação opera no nível do afeto, governando o modo como o sujeito se sente consigo mesmo, demonstrando que a ação algorítmica ultrapassa o plano técnico e incide diretamente na constituição subjetiva.

Além disso, esse sofrimento se intensifica porque as imagens comparadas são frequentemente recortes altamente curados da vida social, não a vida vivida, mas a vida postável. Assim, a comparação não se dá com o real do outro, mas com a performance do outro, o que produz um desnível estrutural. O sujeito sofre frente a um ideal visualmente estabilizado e normativamente premiado pela lógica da visibilidade. Mesmo quando os jovens percebem a dimensão simulacional dessas performances, isso não reduz necessariamente a aceitação, ao contrário, revela como a captura é capaz de operar mesmo sob consciência crítica, pois o valor circula socialmente sob a forma de imagem bem sucedida e permanece eficaz como hierarquia simbólica.

Conjuntamente, essas afirmativas demonstram que a modulação observada não se limita à arquitetura técnica da plataforma, mas se desdobra em processos de autogoverno performativo, nos quais os sujeitos passam a regular suas ações, afetos e modos de exposição. Os jovens não apenas utilizam o Instagram, mas reorganizam seus modos de agir, sentir e avaliar a si mesmos a partir das métricas algorítmicas. É nesse entrelaçamento entre técnica e subjetividade que se fundamenta a categoria analítica modulação digital psicopolítica direta, formulada nesta tese para designar a forma como o poder psicopolítico se concretiza nas interações imediatas entre sujeito e plataforma.

Nesse enquadramento, o que emerge dos dados não é o cancelamento como fato empírico fechado, mas um regime de ameaça simbólica difusa: a antecipação de julgamentos, rebaixamentos e deslegitimações possíveis, que organiza condutas por autocensura, curadoria preventiva de si e apagamento de rastros de baixa performance. O governo não incide apenas sobre “o que” o sujeito faz da plataforma,

mais sobre como ele administra o risco de existir publicamente, em uma ecologia de visibilidade na qual fracasso métrico pode converter-se em vulnerabilidade digital percebida.

A modulação digital psicopolítica direta ocorre dentro da ambiência digital, quando a atuação do regime psicopolítico se concretiza nas interações imediatas entre sujeito e plataforma. Essa formulação, derivada do campo empírico, nomeia a operacionalização técnica e algorítmica do psicopoder nas dinâmicas de retroalimentação e engajamento observadas nos ambientes digitais. Diferentemente da concepção geral do psicopoder descrita por Byung-Chul Han (2020), que enfatiza o caráter indutivo e imanente do poder, aqui a análise volta-se para a forma digitalizada dessa indução, em que a liberdade é modulada em tempo real por arquiteturas algorítmicas que regulam fluxos de atenção, desejo e comportamento.

Essa modulação se realiza por meio de mecanismos de retroalimentação constante entre ação e resposta: o sujeito reage a estímulos (curtidas, notificações, recomendações) e, ao fazê-lo, gera novos dados que reforçam a arquitetura preditiva. A experiência é atravessada por dispositivos de mensuração e visibilidade que recompensa o engajamento e induzem condutas de exposição e desempenho.

No campo empírico, essa modulação direta se expressa em comportamentos observáveis: a busca incessante por aprovação, o ajuste da performance às métricas de alcance e a reorganização do tempo de vida em torno das demandas de atualização e resposta. Trata-se de uma modulação operacional e simbólica ao mesmo tempo, na qual o sujeito internaliza o olhar da máquina como extensão do olhar social.

O poder, nessa dimensão, atua de forma imanente, mas com mediação técnica e cálculo algorítmico: não apenas induz o comportamento, como o retroalimenta a partir dos dados que o próprio sujeito produz. É nesse ponto que a categoria *modulação digital psicopolítica direta* se diferencia da formulação de Byung-Chul Han (2022a), ao descrever a forma digital e empírica do psicopoder contemporâneo, tornada visível nas arquiteturas algorítmicas e nos modos de subjetivação observados no campo.

A partir dessa compreensão, torna-se necessário avançar para uma leitura relacional entre os elementos que compõe o eixo, de modo a compreender como essas experiências de autoimagem, exposição e busca por validação se articulam empiricamente entre si. Se até aqui a análise evidenciou a estrutura simbólica do *self*

vulnerável digital e do autogoverno performativo, ambos produtos da modulação psicopolítica da visibilidade, o passo seguinte consiste em observar como essas dimensões se conectam no nível das respostas, revelando padrões de interdependência e coocorência entre os enunciados do questionário. Tal movimento metodológico permite verificar se o que se expressa conceitualmente também se confirma nas relações internas dos dados, consolidando o eixo como um campo empírico coeso, no qual a vulnerabilidade digital, o desejo de agradar e a busca por validação social emergem como parte de um mesmo circuito afetivo-modulatório.

7.3.1.1 Coocorrências empíricas dos circuitos afetivo-performativos

Com o objetivo de examinar a coerência interna e a força relacional entre as demais variáveis que compõem o Eixo 2, foi realizada uma análise de correlação, com coeficiente de Spearman, entre as questões que abordam desde a influência da plataforma na autoimagem até os efeitos da comparação e da validação algorítmica sobre a autoestima. A escolha do coeficiente[9] Spearman justifica-se por sua adequação a variáveis ordinais e por permitir captar relações monotônicas em respostas de escala Likert, fornecendo uma leitura sensível às nuances das percepções subjetivas dos participantes. As questões que compõem essa correlação são as seguintes:

- Q31 – “O Instagram influencia a maneira como você se vê?”;
- Q32 – “Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações (curtidas, comentários, etc.) de outras pessoas?”;
- Q33 – “Você já se sentiu mal com o próprio corpo ou aparência por causa de algo que viu no Instagram?”;
- Q34 – “Você já desejou ser como alguém que viu no Instagram?”;
- Q35 – “Você sente que o Instagram afeta sua autoestima?”;
- Q36 – “Já deixou de fazer algo no mundo offline (como sair, estudar, dormir) para ficar no Instagram?”;
- Q37 – “O Instagram influencia suas escolhas de consumo (como roupas, corpo, viagens, produtos)?”;
- Q38 – “Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?”;
- Q39 – “Você sente que precisa parecer feliz, bem-sucedido(a) ou interessante no Instagram, mesmo quando não está se sentindo assim?”;

[9] A escolha do coeficiente de Spearman justifica-se pela natureza ordinal de parte das variáveis e pela possibilidade de identificar relações monotônicas não necessariamente lineares, o que é metodologicamente mais sensível às dinâmicas sociotécnicas complexas que envolvem os modos de engajamento digital dos jovens. A partir desse mapa, torna se possível identificar padrões de coocorrência estatística que revela configurações sociológicas mais profundas, especialmente no que tange às formas de subjetivação digital moduladas por tempo, visibilidade e desejo nas plataformas.

- Q40 – “Você já percebeu mudanças na forma como você se comporta ou se expressa desde que começou a usar o Instagram?”
- Q41 – “Você sente que o Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?”;
- Q42 – “O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?”;
- Q43 – “Você sente que o Instagram afeta sua rotina emocional, como causar ansiedade, euforia ou sensação de inadequação?”;
- Q55 – “Você se compara com outras pessoas a partir do número de seguidores, curtidas ou comentários?”;
- Q58 — “Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”
- Q59 — “Você sente que o Instagram impacta seu humor de forma imediata (ex.: alegria, ansiedade, irritação)?”

Dessa forma, o mapa de correlações[10] permite visualizar a estrutura de interdependências que sustenta este eixo, evidenciando como os jovens articulam, no plano perceptivo e afetivo, a gênese de um *self* vulnerável. Tais correlações perpassam desde a modulação desse *self*, a partir da necessidade de agradar e obter aprovação.

O conjunto das correlações do Eixo 2 indica que as questões partilham uma mesma matriz semântica: a dependência de validação, a modulação da autoimagem e a fragilização da constituição de si diante das arquiteturas de visibilidade algorítmica. Não se trata de variáveis dispersas, mas de um corpo integrado que expressa a lógica de um *self* que só se reconhece quando validado algoritmicamente, e cuja referência do “eu” se desloca das instituições sociais e da alteridade humana tradicional para um regime híbrido de alteridades, humana, modulada e algorítmica, processo que se ancora em circuitos afetivos e sociais, como nos apresenta Safatle (2024). Do mesmo modo, Lordon (2015) permite compreender que a dependência de validação opera como afetação dirigida, orientando aquilo para qual o sujeito aprende a se inclinar.

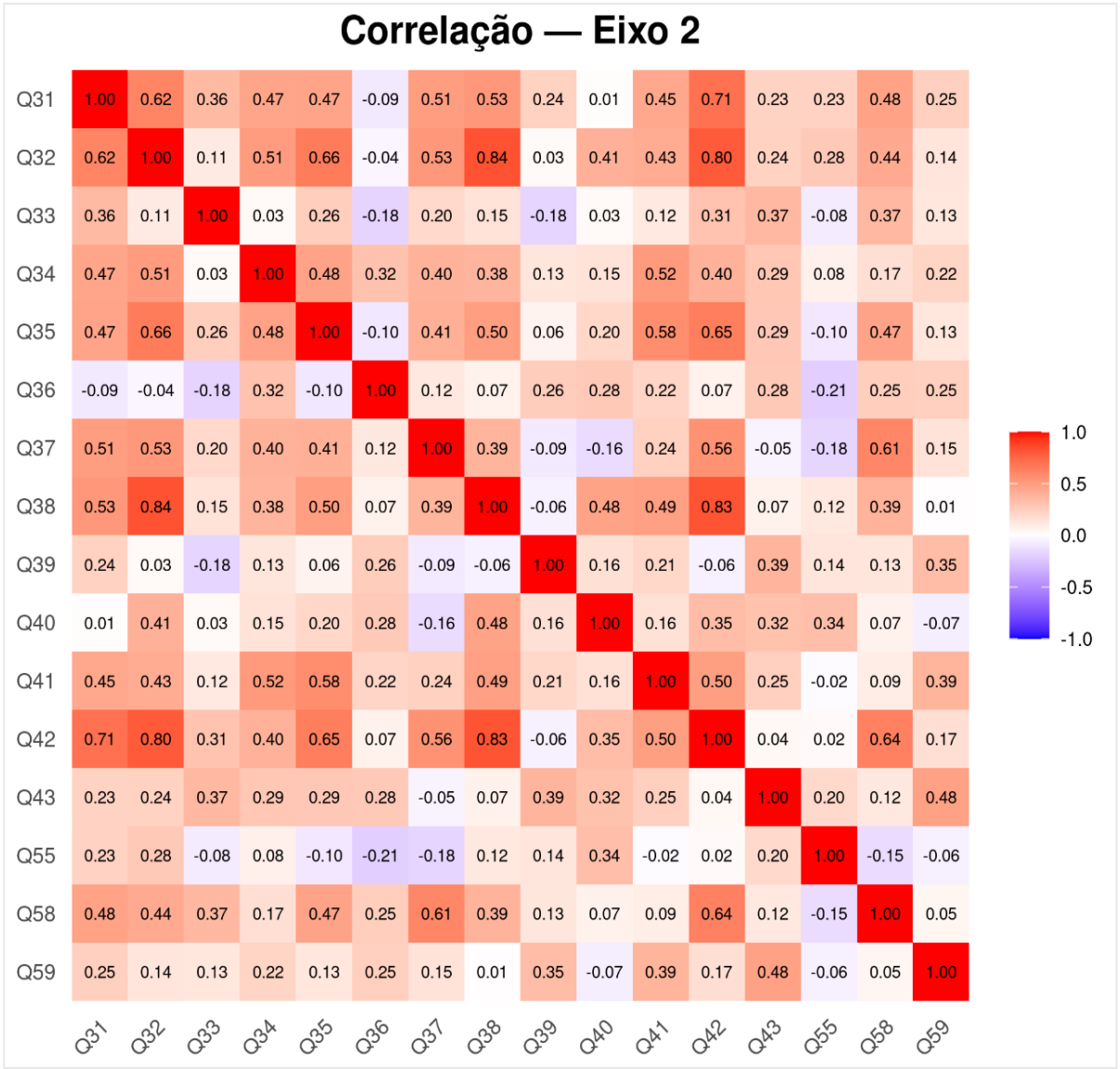
Nesse arranjo, o outro que devolve o “eu” deixa de ser apenas o par concreto da vida cotidiana e passa a incluir tantos sujeitos também modulados quanto o *outro generalizado maquínico*, que orienta expectativas, calibragens e modos de se ver. As

[10] Cada célula indica o grau de associação linear entre duas variáveis, que varia de +1 a -1. Valores próximos de +1 (vermelho alaranjado) Indicam correlação positiva forte, ou seja, quando uma variável aumenta a outra tende a aumentar. Valores próximos de -1 (azul escuro) indicam correlação negativa forte, quando uma variável cresce enquanto a outra tende a diminuir. A diagonal principal, marcada por 1, representa a correlação de cada variável com ela mesma, o que é sempre máximo por definição. Tons intermediários como salmão a rosa claro ou azul intermediário a azul claro acinzentado, indicam correlações mais fracas e valores próximos de zero (tons branco areia) sinalizam a ausência de relação linear significativa.

correlações que compõem esse eixo revelam uma ecologia de validação social reestruturada pelas plataformas. Entre o social e o algoritmo, o jovem negocia continuamente sua autoimagem, ajustando-se a normas de visibilidade que passam a organizar sua experiência de si como se fossem naturais e necessárias.

A confiabilidade interna do conjunto foi aferida por meio dos coeficientes alfa de Cronbach (α = 0,82) e ômega total (ω = 0,85), ambos indicando elevada coerência entre os itens que compõem o eixo, o que representa um construto estável e empiricamente bem definido. As correlações, expostas na Figura 22, apresentam padrões consistentes e robustos, evidenciando núcleos de associação elevada e confirmando a homogeneidade semântica dos itens.

Figura 22 — Mapa de correlações do Eixo 2



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados coletados por meio dos questionários

As correlações mais elevadas (Figura 22) configuram o núcleo duro do eixo, destacando-se os seguintes coeficientes de correlação: Q32-Q38 (**ρ ≈ 0,84**), Q38-Q42 (**ρ ≈ 0,83**), Q32-Q42 (**ρ ≈ 0,80**) e Q31-Q42(**ρ ≈ 0,71**). Essas associações empíricas expressam o modo como o sujeito passa a ver-se através do olhar digitalizado do outro, ajustando suas condutas para agradar e ser validado na medida em que é visível. Nesta análise, o termo coocorência é mobilizado não apenas em seu sentido estatístico estrito, mas como chave de leitura relacional. Refere-se a padrões recorrentes de associação entre afirmativas que, ao variarem conjuntamente, indicam a ativação simultânea de disposições subjetivas, afetos, percepções e práticas de autogoverno performativo. Assim, a concorrência interpretada como expressão empírica de circuitos relacionais da modulação da subjetividade, e não como simples justa posição de comportamentos isolados.

A análise das correlações foi agrupada em três blocos analíticos, de modo a evidenciar padrões diferenciados de coocorência entre as afirmativas do eixo. Essa organização permite apreender a heterogeneidade do Eixo 2, explicitando circuitos empíricos distintos de vulnerabilidade digital e autogoverno performativo que, embora articulados, não operam de forma homogênea. Embora todas as questões que compõem a correlação já tenham sido apresentadas anteriormente, elas são retomadas aqui, por extenso, para explicitar o conjunto específico de variáveis que estruturam este bloco analítico. Esse bloco articulado é composto pelas seguintes questões:

- Q31 — “O Instagram influencia a maneira como você se vê?”
- Q32 — “Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?”
- Q38 — “O Instagram impacta a forma como você se relaciona com as outras pessoas?”
- Q42 — “O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?”
- Q43 — “Você sente que o Instagram afeta sua rotina emocional, como causar ansiedade, euforia ou sensação de inadequação?”
- Q58 — “Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”
- Q59 — “Você sente que o Instagram impacta seu humor de forma imediata (ex.: alegria, ansiedade, irritação)?”

Esse conjunto revela uma cadeia ampliada em que: ver-se (Q31); ajustar-se para agradar (Q32); modular relações (Q38), depender da plataforma para sentir-se bem consigo (Q58), experimentar variações emocionais moduladas pelo *feed* (Q59),

e, constituir a si mesmo por meio da plataforma (Q42 e Q43) emergem como vetores interdependentes de um mesmo regime subjetivo. O sujeito passa a organizar sua autoimagem e seu estado afetivo a partir de um processo de referenciação recursiva: ajusta-se para ser visto, é visto na medida em que se ajusta, e sente-se bem apenas quando esse ciclo se completa.

Trata-se da operação típica da modulação algorítmica, em que o "eu" é modulado no próprio atoe de se expor em busca de visibilidade e validação, e, nesse processo, continua sendo modulado, mas agora sob uma camada adicional de captura afetiva, na qual o humor e o bem-estar tornam-se dependentes da validação distribuída pela plataforma. Assim, a circularidade performativa deixa de ser somente um jogo de visibilidade e passa a estruturar a própria experiencia de si, colonizando tanto a percepção quanto a emoção e o desejo.

A correlação mais intensa do eixo ($\rho \approx 0{,}83$), entre Q32 ("*Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?*") e Q38 ("*O Instagram impacta a forma como você se relaciona com as outras pessoas?*"), expõe a lógica da modulação relacional instaurada pela plataforma. Quanto mais o jovem admite modular sua aparição digital para agradar, maior é o impacto da plataforma na forma como ele se relaciona com os outros. Essa associação evidencia que a performatividade do *self* não permanece confinada ao espaço digital, mas transborda para as interações presenciais, configurando um tipo de modulação que designamos como *modulação digital psicopolítica distribuída*: o sujeito passa a se relacionar, nas interações presenciais, segundo critérios já calibrados pela lógica algorítmica.

A *modulação digital psicopolítica distribuída*, doravante denominada de forma sintética como *modulação distribuída*, constitui uma categoria analítica derivada do campo empírico e designa o processo de difusão das lógicas algorítmicas da ambiência digital para o espaço social presencial, cujo funcionamento é relacional e orienta condutas, afetos e percepções, mesmo fora das plataformas. Ela não descreve o poder psicopolítico em si, já amplamente tratado por Han (2020), mas o modo como suas formas de funcionamento técnico e simbólico se disseminam nas práticas cotidianas, reorganizando interações, gostos, valores, desejos e formas de validação social fora das plataformas.

Essa formulação surgiu a partir de observações empíricas recorrentes: jovens que reproduziam, em conversas presenciais, conteúdos vistos nas redes; que imitavam estéticas ou hábitos de influenciadores; que modulavam o comportamento

conforme tendências algorítmicas; ou que reproduziam crenças, opiniões e interpretações do mundo introjetadas nas redes sociais, convertendo narrativas digitais em referências de sentido cotidiano. Contudo, o dado mais expressivo observado foi que essas lógicas também se reproduziam entre jovens que não estavam totalmente imersos nas redes sociais, mas que participavam, nas interações presenciais, dos efeitos simbólicos e comportamentais da ambiência digital.

Ao estudar o consumo infantil na sociedade contemporânea, Buckingham (2012) evidencia que as práticas de mediação e consumo operam como um campo relacional no qual se constituem valores, desejos e modos de pertencimento. O autor mostra que o consumo deixa de ser uma simples transação econômica para se tornar um processo de formação cultural, no qual as crianças são introduzidas, desde cedo, a lógicas de visibilidade, escolha e personalização. A relevância dessa análise para o que aqui se denomina modulação distribuída reside no fato de que Buckingham (2012) identifica, antes mesmo da centralidade das plataformas digitais, uma forma social de modulação fundada na incorporação coletiva e afetiva das lógicas de consumo e validação, difundidas por meio das relações familiares, escolares e midiáticas.

Em diálogo com Daniel Thomas Cook e Karin M. Ekström, Buckingham (2012) apresenta a proposta dos autores em substituir o conceito de “socialização do consumidor” pela noção de enculturação comercial, compreendida como um processo contínuo, relacional e situado, no qual os significados e hábitos de consumo são produzidos e reproduzidos nas interações cotidianas. Essa perspectiva evidencia que o poder não se limita às estruturas técnicas, mas circula e se consolida através de práticas sociais e afetivas que sustentam e naturalizam a modulação.

A incorporação precoce das dinâmicas de consumo e de exposição, inscritos em contextos de sociabilidade e afeto, prolonga-se na vida social, instaurando uma forma de modulação distribuída, em que lógicas e valores que hoje se materializam nas plataformas já estavam presentes como práticas culturais internalizadas. Assim, o consumo e a exibição digital, ao invés de se restringirem à esfera técnica, atravessam o tecido social e emocional, transformando o próprio campo da experiência em extensão do dispositivo.

Assim, a modulação não ocorre apenas no interior das plataformas, mas entre sujeitos, estendendo-se de maneira relacional: o usuário ativo, capturado pelas dinâmicas da rede, torna-se mediador da lógica algorítmica perante o outro. Nessas situações, a lógica algorítmica atravessa o campo social e se reencarna nas relações

presenciais, modulando percepções, afetos e modos de convivência mesmo entre aqueles que não estão conectados ou que se relacionam apenas perifericamente com as plataformas. Essa modulação relacional evidencia que o poder digital atua também por contágio simbólico e afetivo, convertendo o cotidiano em uma zona híbrida de subjetivação, onde o digital e o físico se coproduzem mutuamente.

Diferentemente da *modulação digital psicopolítica direta*[11], que se realiza no interior das plataformas e depende da retroalimentação técnica entre ação e resposta, a *modulação digital psicopolítica distribuída* expressa o prolongamento social dessas dinâmicas. Ela evidencia a circulação contínua das lógicas da ambiência digital no espaço social, onde o técnico e o simbólico se coproduzem, modulando percepções, afetos, crenças e modos de validação entre sujeitos e no modo de habitar o mundo, mesmo fora do espaço técnico das plataformas. Portanto, a *modulação digital psicopolítica distribuída* é o processo pelo qual as lógicas algorítmicas da ambiência digital transbordam para o espaço social presencial e passam a mediar condutas, afetos, percepções e formas de validação social mesmo fora das plataformas, difundindo suas lógicas técnicas e simbólicas.

Essa correlação demonstra, de maneira inequívoca, que a plataforma reorganiza a sociabilidade: não é apenas o conteúdo que é editado; é o próprio modo de existir com o outro que se torna performático, submetido ao imperativo de agradar, corresponder e maximizar retorno afetivo. Essa correlação elevada também revela que a gramática da relação interpessoal passa a ser informada por padrões que não emergem da interação somente humana, mas da arquitetura algorítmica que mede, ordena e distribui aparições.

As relações *offline* tornam-se extensões de um *self* previamente calibrado para circular no *online*, deslocando a espontaneidade da interação para uma lógica de antecipação contínua: “como isso será percebido?”, “isso agrada?”, e “isso performa?”. O jovem passa a se relacionar não apenas com pessoas, mas com as expectativas híbridas, ao mesmo tempo humanas e algorítmicas, que operam como bússola moral, estética e performativa. Trata-se de um “público” indeterminado, composto tanto por indivíduos reais quanto pelo *outro generalizado maquínico* que regula quem vê, o que engaja e quais aparições merecem circular.

[11] A *modulação digital psicopolítica direta* é apresentada e discutida na seção 7.3.1 deste capítulo.

É o efeito daquilo que Sibilia (2016) descreve como “o imperativo de mostrar-se”: a sociabilidade se torna inseparável da necessidade de produzir-se segundo parâmetros de “parecer” e “aparecer”, que substituem a espontaneidade por uma estética de adequação e instauram uma forma reconfigurada de sociabilidade. Assim, o índice elevado entre Q32 e Q38 sugere que a performatividade deixa de ser uma operação individual e passa a modular o próprio tecido das relações. O sujeito se encontra como outro já atravessado por cálculos de agradabilidade, em um cenário em que a autenticidade sede lugar à performance como forma predominante de vínculo.

A correlação elevada entre Q32 e Q38 revela a transformação estrutural da sociabilidade sobre a mediação algorítmica. O ato de ajustar-se para “aparecer” não altera apenas a superfície da performance, ele reorganiza o próprio regime de relação com o outro. Trata-se de uma forma de vínculo em que a lógica da copresença é substituída pela lógica da visibilidade, em que o encontro é substituído pela aparição e a relação é calibrada menos pelo diálogo e mais pela antecipação das expectativas híbridas, humanas e algorítmicas, que regulam o retorno afetivo nas plataformas.

Nessa sociabilidade, as interações deixam de emergir do ritmo orgânico da convivência, da corporalidade ou da temporalidade compartilhada, como ocorria na sociabilidade encarnada, tal como pude analisar em outro estudo (Reiher, 2015), para se constituírem como trocas orientadas por métricas, padrões de agradabilidade e modelos de performance. O outro deixa de ser parceiro de interação e torna-se potencial audiência; a relação deixa de ser pacto simbólico e torna-se operação estética; a espontaneidade dá lugar à adequação.

A correlação Q32-Q38 mostra justamente esse deslocamento: quanto mais o jovem ajusta o que posta para agradar, mais sua sociabilidade cotidiana é modulada pelos parâmetros da visibilidade digital. É a passagem da sociabilidade como forma estética do encontro (Simmel, 2005) para a sociabilidade como forma estética da performance, uma sociabilidade que preserva a relação, mas esvazia a sua profundidade, produzindo vínculos instantâneos, calibrados e fragilizados pela instabilidade do reconhecimento algoritmo.

Esse deslocamento da autenticidade para performance não é apenas um efeito psicológico individual, mas marca aquilo que Debord (1997) descreve como uma passagem da vida vivida à vida representada: a relação com o outro se converte em espetáculo, e o espetáculo toma-se a própria substância da sociabilidade. Nesse

regime, o vínculo não se dá mais entre sujeitos, mas entre imagens que os sujeitos produzem para serem reconhecidos. A interação passa a operar como simulacro no sentido boudrillardiano (Braudrillard, 1991): não existe mais um “eu” a ser expresso, mas apenas uma sucessão de aparições calibradas que substitui a experiência. O campo empírico evidencia que a sociabilidade juvenil já se organiza dentro dessa hiper-realidade performática, na qual estar com outro se dá prioritariamente pela visibilidade, que passa a operar como condição da existência relacional. O laço social, nesse contexto, é mediado por performances que não representam a vida, mas as substituem.

O conjunto dessas evidências empíricas indica que não se trata apenas de uma transformação nos modos de expressão individual, mas de uma reconfiguração estrutural das formas de relação social. A performatividade orientada pela visibilidade, a conversão do vínculo em espetáculo e a substituição da experiência por aparição não operam de modo episódico, mas organizam um padrão relacional recorrente, observável tanto nas interações digitais quanto em seus prolongamentos no cotidiano presencial. Esse deslocamento sistemático das bases simbólicas da convivência é designado nesta tese como sociabilidade rasa.

A *sociabilidade rasa* é uma forma de vínculo relacional produzida sob a ambiência digital modulada, que se manifesta tanto nas interações mediadas por plataformas quanto em contextos presenciais atravessados por dispositivos digitais. Ela se caracteriza pelo empobrecimento da densidade afetiva, temporal e expressiva das interações. Trata-se de uma sociabilidade que mantém a forma da relação, mas enfraquece sua espessura relacional, sua duração compartilhada e sua capacidade de sustentar trocas significativas. Ela é rasa em razão da fragilização dos elementos simbólicos que tradicionalmente estruturam a convivência, como a conversa, a brincadeira, a copresença efetiva e a atenção recíproca, substituídos por regimes de visibilidade, performance e responsividade técnica. Não há ausência de alteridade na *sociabilidade rasa*, mas a emergência de formas relacionais híbridas, nas quais expectativas humanas se articulam com prescrições algorítmicas do outro generalizado maquínico.

Essa forma de sociabilidade desloca o eixo normativo da relação social, pois o vínculo deixa de se sustentar na reciprocidade simbólica e passa a depender de resposta mensurável. O valor da interação não decorre mais da partilha de sentido, mas de sua capacidade de produzir retorno visível, convertendo a relação em

operação regulada por indicadores técnicos. Para compreender sua especificidade sociológica é necessário contrastá-la com o que Simmel (2005) denomina sociabilidade: uma forma de interação em que a relação social aparece como valor em si, uma modalidade lúdica da vida social que suspende os objetivos instrumentais para instaurar uma “forma pura de sociação”.

Em Simmel (2005), a sociabilidade funda-se em três pilares centrais: 1) reciprocidade (troca simbólicas bilaterais, fundadas no encontro presencial); 2) igualação momentânea (suspensão das hierarquias sociais para permitir o jogo da interação); e, copresença encarnada (o encontro é vivido como experiência sensível e corporal, não mediada por dispositivos). A sociabilidade simmeliana é uma forma de interação que pressupõe profundidade mínima, continuidade da relação e disposição para a escuta e a imersão no encontro. Ela é uma experiência de corpo presente, não de performance; uma prática social que opera pela partilha do tempo, não pela captura da atenção.

Contudo, a *sociabilidade rasa* não se restringe às interações mediadas diretamente nas plataformas digitais, podendo manifestar-se também em contextos presenciais atravessados pela ambiência digital. Observações diretas realizadas no curso da pesquisa evidenciaram situações em que sujeitos compartilhavam o mesmo espaço físico, mas não estabeleciam trocas simbólicas entre si. A conversa casual, a brincadeira e a atenção recíproca cedem lugar à interação individualizada com dispositivos e fluxos digitais. Configura-se uma presença física sem copresença simbólica, na qual os corpos estão juntos, mas os vínculos são desviados para circuitos técnicos que capturam a disponibilidade relacional e impedem a manifestação da sociabilidade como forma de encontro.

Enquanto a sociabilidade clássica opera como forma lúdica de interação, a *sociabilidade rasa* reorganiza a sociação como processo de visibilização contínua. Aqui, o valor da interação não está mais na relação em si, mas na sua publicidade, na sua quantificação e na sua performatividade. Enquanto a sociabilidade simmeliana é densidade relacional, a sociabilidade rasa é circulação simbólica. Nesse regime relacional, os dispositivos técnicos passam a funcionar como operadores de coordenação social. Organizam a atenção, hierarquizam aparições e estabilizam padrões mínimos de presença. O vínculo não se constrói pela continuidade da interação, mas por sinais intermitentes que asseguram circulação e atualização.

A sociabilidade rasa emerge como efeito da racionalidade psicopolítica digital que reduz o vínculo à sua dimensão demonstrável, visível, rastreável. Trata-se de um modelo de sociação que não exige continuidade, mas requer atividade constante, reorganizando o vínculo social como tarefa performativa e não como relação. Enquanto Simmel (2005) pensava a sociabilidade como forma lúdica e ética do encontro, a sociabilidade rasa é uma forma modulada e calculada de presença, estruturada por: velocidade, economia da atenção, comparabilidade, estímulo resposta, pressão simbólica e métricas como substitutos da reciprocidade.

Ela não suspende hierarquias, mas as reproduz em forma de índices (seguidores, engajamento, visibilidade). Não iguala sujeitos, mas os distribuem em rankings implícitos. Não funda conviviabilidade, mas gera competição performativa por atenção. Essa mutação não se reduz a uma mudança de estilo comunicativo, mas implica a reconfiguração estrutural da experiência social. A relação deixa de ser espaço de produção de sentido para tornar-se superfície de exposição e rastreamento, submetida a lógicas de ordenação técnica.

É nessa passagem que se evidencia a força da modulação: ela substitui vínculos por sinais, relações por indicadores, convivência por disponibilidades. A sociabilidade rasa é, portanto, o modo de relação social mais afinado com o regime de modulação digital psicopolítica, pois combina fragilidade relacional, intensidade performativa, circulação contínua e converte o sujeito em operador de presença, e não em ator de relação.

A correlação entre Q31 (“*O Instagram influencia a maneira como você se vê?”*) e Q32 (“*Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?*”) ($\rho \approx 0{,}62$) explicita um dos mecanismos mais complexos daquilo que designamos nesta tese como *modulação digital psicopolítica direta reflexiva*. A percepção de si é produzida no mesmo movimento em que o sujeito se ajusta para agradar. Isso revela o circuito performativo que sustenta a constituição dos *self* vulnerável. Quando o jovem admite que sua autoimagem é influenciada pelo Instagram (Q31), e, ao mesmo tempo, revela que ajusta o que publica para agradar ou obter mais reações (Q32), ele evidencia que o processo de “reflexão sobre si” já está atravessado, por lógicas algorítmicas.

A partir da *modulação digital psicopolítica distribuída*, emerge uma de suas derivações centrais: a *modulação digital psicopolítica distribuída reflexiva*. É uma forma de específica de modulação em que os efeitos distribuídos retornam sob a forma

de ajustes comportamentais no próprio sujeito. Trata-se do momento em que os efeitos da modulação atravessam o sujeito nas relações, nas interações e as normas de visibilidade retornam sob a forma de um ajuste consciente, embora não autônomo, do seu comportamento. Pode ser nomeada, em termos mais estritos, como *modulação distribuída reflexiva*, pois ela nasce de orientações, expectativas e saberes circulantes sobre "como a plataforma funciona" e, a partir daí, engendra um movimento de adequação às engrenagens do engajamento.

Quando um jovem escuta amigos, influenciadores ou tutoriais que "é preciso postar em determinado horário", "investir em certos formatos" ou "interagir mais para o algoritmo entregar melhor conteúdo", ele é atravessado por uma *modulação distribuída* que reconfigura sua compreensão da própria presença digital. A *modulação distribuída reflexiva* se realiza precisamente quando essa injunção é incorporada como critério de conduta: o sujeito ajusta reflexivamente sua prática para maximizar alcance, visibilidade e circulação, sem sair do regime de captura psicopolítica que o produz.

Essa reflexividade, no entanto, não se limita ao interior da plataforma. Ela se projeta sobre o plano presencial, reorganizando performances, modos de falar e de se apresentar diante dos outros a partir dos mesmos códigos que orientam a visibilidade digital. O jovem que passa a narrar seu cotidiano já antecipando o que "daria um bom post" ou que procura, nas interações face a face, sustentar a mesma persona que exibe no Instagram, atualiza a *modulação* distribuída *reflexiva* fora da interface: ele encena no espaço físico um *self* calibrado pelos critérios algorítmicos de relevância. A *modulação reflexiva*, assim, intensifica o vínculo entre *modulação direta* e *modulação distribuída*, fazendo com que o sujeito não apenas seja modulado, mas também participe ativamente da otimização da própria captura, tanto online quanto offline.

Portanto, a *modulação distribuída reflexiva* designa a forma de modulação em que a percepção de si e o ajuste da própria conduta são produzidos no mesmo movimento. Trata-se de um processo no qual a autorrepresentação do sujeito já se constitui atravessada por lógicas algorítmicas, de modo que a reflexão sobre si ocorre dentro de parâmetros de visibilidade, engajamento e agradabilidade próprios da plataforma.

Nessa modalidade o sujeito não apenas é afetado pela *modulação direta* da ambiência digital, mas passa a regular ativamente seu comportamento a partir dos

efeitos dessa modulação, incorporando expectativas sobre “como a plataforma funciona” como critérios práticos da ação. Os efeitos distribuídos da modulação retornam sob a forma de ajustes conscientes (ainda que não autônomos) da conduta, orientados pela maximização do alcance, retorno afetivo e circulação.

A reflexividade implicada nesse processo não constitui ruptura com o regime psicopolítico, mas sua intensificação, pois ao pensar sobre si segundo parâmetros algorítmicos, o sujeito participa da otimização da própria captura. Não se trata de autonomia nem de crítica ao sistema, mas de uma reflexividade capturada, em que o pensamento sobre o próprio comportamento é produzido dentro dos limites da *modulação das subjetividades*.

A *modulação das subjetividades* é uma categoria analítica que emerge dessas dinâmicas apreendidas no campo empírico, a qual incide simultaneamente sobre condutas observáveis (rastros, gestos e respostas comportamentais) e sobre dimensões não observáveis, como afetos, percepções e predisposições. Ela reorganiza o campo afetivo, coloniza atenção e produz sujeitos permanentemente disponíveis à interação. Nessa ambiência, a experiência de si é continuamente calibrada por métricas, recompensas e comparações, de modo que o desejo se torne o principal operador do vínculo entre sujeito e dispositivo. É nesse ponto que a modulação revela sua potência psicopolítica: ao capturar o desejo, não apenas governa comportamentos, mas fabrica as próprias motivações do agir.

Nessa dinâmica, a modulação não produz apenas sujeitos ajustados ao regime psicopolítico, mas configurações específicas de si que expressam diferentes modos de ser atravessado pelas arquiteturas algorítmicas. É nesse ponto que emergem formas distintas de estabilização e desestabilização do *self*, ora tensionado pela demanda de desempenho, ora capturado pelos afetos modulados, ora deslocado pelas pressões relacionais que extrapolam a interface e ora pelo retorno do *outro generalizado maquínico*.

A presença do o*utro generalizado maquínico,* aqui compreendido como categoria analítica que expressa a inserção de instancias sociotécnicas no espaço relacional, permite observar um deslocamento profundo nos modos pelos quais o sujeito passa a ser constituído e conduzido. A subjetividade, que antes se formava na interação simbólica e no reconhecimento intersubjetivo, passa a emergir sob a ação de sistemas preditivos, estímulos calculados e arquiteturas algorítmicas. Trata-se de

um regime de poder que já não opera por coerção ou norma disciplinar, mas pela indução afetiva, pela mediação preditiva e pela adesão voluntária.

Nesse cenário, a governamentalidade assume a forma psicopolítica: um poder que se exerce sobre os afetos, desejos e percepções, convertendo a liberdade em dispositivo de sujeição. O sujeito, continuamente atravessado por sinais de validação e recompensas sutis, encontra-se preso a um circuito de retroalimentação emocional e informacional que reconfigura sua experiência de autonomia. É nesse contesto que a modulação se torna o modo predominante de constituição das subjetividades contemporâneas. Modo que não atua apenas sobre como os indivíduos se comportam, mas sobre como passam a sentir, desejar, imaginar e reconhecer a si mesmos.

Sendo assim, a *modulação das subjetividades* é um processo psicopolítico pelo qual arquiteturas algorítmicas (entendidas como instrumentos que operam o psicopoder) passam a governar não apenas comportamentos, mas afetos, desejos, percepções e o modo como os próprios sujeitos se veem. Desta forma, esse processo ao modular as subjetividades, produzi sujeitos continuamente calibrados por métricas, expectativas de visibilidade, disponibilidade, produtividade e empreendimento de si.

No Instagram, o “outro” não é apenas humano, é humano e algorítmico, que revela não apenas imagem, mas um conjunto de expectativas e normativas sobre como deve ser, aparecer e sentir: é um híbrido humano-algorítmico. A correlação revela que quanto mais o jovem admite que sua visão de si é mediada pela plataforma (Q31) maior a tendência de modular seu comportamento expressivo (Q32) a partir de prescrições invisíveis, algoritmo, métricas e padrões de engajamento. Em termos de deleuzeanos, trata-se de uma forma de modulação contínua (Deleuze, 2013) em que o sujeito, longe de ser fixo, é permanentemente reconfigurado pelas demandas do meio. A constituição de si torna-se fluxo, ajustamento, calibragem.

A tentativa de se ajustar não é, portanto, um ato neutro de reflexão, mas uma forma *modulação distribuída reflexiva* que busca alinhar o *self* às normas de visibilidade inscritas na plataforma. Se trata de um processo de coprodução entre sujeito e plataforma, em que a constituição do “eu” se vincula diretamente à lógica de aprovação e visibilidade. Essa *modulação distribuída reflexiva*, ocorre em um ambiente marcado por aquilo que a literatura denomina opacidade algorítmica (Zuboff, 2020; Silveira, 2021a). O movimento reflexivo, “eu penso sobre como apareço”, é capturado pela arquitetura técnica, que decide a posteriori o que merece circular.

A associação evidência que a visão de si não é anterior ao ato de performar, ela é produzida por ele. Butler (2019a; 2019b) já afirmava que om sujeito emerge nos atos reiterados que performa; aqui, os dados mostram que tais atos (ajustar-se, editar-se, calibrar-se) passam a operar sob o regime psicopolítico do desempenho, descrito por Han (2015; 2020). O sujeito só se torna inteligível no reiterar das performances, e, no contexto da racionalidade neoliberal analisado na tese, esse reiterar é guiado pelos imperativos de visibilidade e aprovação algorítmica.

Nesse contexto, o autogoverno performativo entra de maneira secundária, mas decisiva. Se o Instagram influencia a forma como o sujeito se vê (Q31) e se ele ajusta o que compartilha para agradar e obter reações (Q32), o *feedback* de visibilidade, seja ele alto, baixo ou inexistente, torna-se um espelho privilegiado para avaliar o próprio valor. Quando o engajamento é menor do que o esperado não é a plataforma que aparece como responsável, mas o próprio "eu": "não agrado o suficiente", "não sou interessante o bastante". Quando o engajamento excede as expectativas, a percepção de si se eleva na mesma chave performática.

Assim, a correlação Q31 e Q32, não indica apenas que o sujeito é influenciado pela plataforma e se ajusta a ela; ela revela que a *modulação distribuída reflexiva* se articula com um autogoverno performativo instável e opaco, em que o jovem negocia constantemente sua imagem diante de um outro que é, ao mesmo tempo, humano, algorítmico e estruturalmente assimétrico. É neste terreno que o *self* vulnerável se consolida: entre a tentativa de pensar a si mesmo e a captura dessa reflexão por um sistema de visibilidade que escapa ao seu controle.

A correlação elevada entre Q31 ("*O Instagram influencia a maneira como você se vê?*") e Q42 ("*O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?*") ($\rho \approx 0{,}71$) revela a ancoragem ontológica do *self* na ambiência digital. Não se trata apenas de um efeito perceptivo isolado, mas de um movimento mais profundo em que a percepção de si e a subjetividade do sujeito passam a emergir do mesmo circuito de visibilidade. Quanto mais o jovem percebe que "se vê" a partir da plataforma, mais ele admite que a constituição de si, aquilo que expressa, performa e reconhece como "eu", é modulada pelo mesmo dispositivo.

Essa convergência confirma empiricamente o deslocamento descrito por Butler (2019a; 2019b): o sujeito só se torna inteligível através das normas que o antecedem, e no caso dos jovens pesquisados, essas normas passam a ser produzidas pelas arquiteturas algorítmicas. A correlação sugere que a plataforma não apenas afeta o

self, ela opera como mediadora primária da constituição de si, substituindo as matrizes sociais tradicionais (família, escola, pares) por um sistema de validação automático contínuo e personalizado. Assim, a subjetividade torna-se um produto da resposta da máquina, enquanto a percepção de si se reorganiza para caber nos códigos do *feed*.

Essa associação também evidencia que a plataforma se torna um regime de produção simbólica capaz de definir não apenas “quem eu sou”, mas “quem posso ser”. A influência sobre a autoimagem (Q31) não opera isoladamente: ela fornece o material bruto para a constituição de si (Q42), configurando um processo em que o sujeito internaliza como própria uma estética de si que não nasce do seu mundo vivido, mais de um campo de expectativas moduladas.

Han (2015) descreve esse movimento como uma passagem da disciplina para autoexploração: agora é o próprio sujeito quem administra a sua personalidade como um produto, revisando o seu modo de “aparecer” até torná-lo compatível com quem imagina ser desejável. A correlação elevada aponta justamente para essa captura ontológica: o “eu” deixa de ter como base a experiência e passa a ser derivado da performance, uma performance orientada por métricas, padrões de visibilidade e regimes de circulação. A subjetividade é modulada menos por processos dialógicos e mais por ajustes sucessivos ao que a plataforma devolve como parâmetro.

A correlação muito elevada entre Q32 (“*Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?*”) e Q42 (“*O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?)* ($\rho \approx 0{,}80$), explícita a fusão entre performatividade e constituição de si: ajustar o que se compartilha para agradar (Q32) não é apenas uma escolha estética, mas o mecanismo de subjetividade (Q42). Quanto mais o jovem modula sua aparição para corresponder às expectativas alheias, mais admite que seu *self* é construído dentro desses parâmetros. Aqui, a performatividade deixa de ser apenas estratégia de visibilidade e converte-se em matriz ontológica: o sujeito passa a existir como aquilo que performa, e, performa dentro de um campo regulado por métricas algorítmicas.

O valor social, antes relacional e ético, é reconfigurado como aprovação numérica, e a subjetividade torna-se um projeto de gestão permanente, afinado com a racionalidade neoliberal e a lógica do desempenho (Han, 2015; 2020; Dardot e Laval, 2016). A correlação mostra que o *self* é construído como performance calibrada, e não como expressão espontânea: é a lógica do empreendimento de si aplicado ao próprio “eu”. Assim, a constituição de si não é apenas expressa no

Instagram; ela é produzida por meio dos ajustes necessários para agradar a mecânica da plataforma.

Esse vínculo tão intenso entre performar (Q32) e constituir-se (Q42) revela a operação central do psicopoder: o “eu” é continuamente devolvido ao sujeito como tarefa, como projeto, como empreendimento de si (Han, 2020). O ato de ajustar o que compartilha não é mero embelezamento ou curadoria estética, é um processo de controle subjetivo que visa alinhar o “eu” às normas de legitimidade produzidas pelo sistema de visibilidade. Dardot e Laval (2016) mostram que o neoliberalismo transforma o sujeito em empresa de si; aqui, os dados mostram que o Instagram atualiza essa lógica ao exigir que o jovem administre a constituição de si como se fosse um portfólio público.

A correlação elevada demonstra empiricamente que a construção do *self* já está subordinada ao dispositivo técnico: o “eu” é performado para agradar e, ao agradar, é reconhecido; ao ser reconhecido, é reforçado como *self* possível. Trata-se de uma circularidade perfeita entre modulação, performatividade e ontologia, que transforma o sujeito em efeito contínuo de suas próprias performances.

A correlação moderada ($\rho \approx 0{,}64$) entre Q58 (*“Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”*) e Q42 (*“O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?”*) revela um ponto decisivo na economia subjetiva do eixo: a necessidade afetiva da plataforma é diretamente proporcional ao modo como o sujeito constrói sua autoexpressão e seu “eu”. Aqui, o *self* vulnerável aparece com nitidez: sentir-se bem consigo mesmo torna-se condicional à participação e a validação dentro do regime de visibilidade. A dependência subjetiva (Q58) não opera apenas como fenômeno afetivo individual, mas como manifestação daquilo que Han (2020) define como psicopolítica, um poder que captura o desejo e modula a percepção de si por meio da adesão voluntária aos imperativos de performance, felicidade e produtividade.

Em Q42, a constituição de si passa a ser modulada pela plataforma, e essa modulação não é apenas comportamental. Trata-se de uma reformatação ontológica que desloca o núcleo de constituição do sujeito para os circuitos de previsibilidade algorítmica. Zuboff (2020) já antecipava esse movimento ao demonstrar que a captura dos dados não apenas descreve, mas produz o sujeito: ela antecipa possíveis ações, retroalimenta padrões e devolve ao indivíduo um espelho já modulado pela lógica da plataforma. A correlação com Q58 indica justamente esse ponto: o sujeito se sente

bem quando corresponde àquilo que o sistema devolve a ele como sua própria imagem, e mal quando dele diverge.

Assim a construção do “eu”, que deveria emergir da reciprocidade simbólica, do encontro ético com o outro (Butler, 2019), passa agora a se constituir num plano técnico de inteligibilidade. A plataforma torna-se o *outro generalizado maquínico*, categoria analítica desenvolvida nesta tese, e que ilumina o fenômeno com precisão: não é mais somente o olhar humano que organiza a gramática do da validação social, mas sobretudo um sistema de distribuição de visibilidade que opera em função de métricas, interesses comerciais e algoritmos opacos. A correlação Q58-Q42 expressa que o sujeito passa a depender afetivamente desse espelho maquínico para validar o que é e como se sente sobre si.

Essa dependência é, ao mesmo tempo, efeito e condição de reprodução da *modulação distribuída*: a conformidade emocional que a plataforma exige vai sendo reiterada fora dela, nos modos como jovem organiza sua autoestima, percebe seu valor social e concebe as possibilidades de existir. O resultado é um “eu” continuamente modulado, que encontra bem-estar não na interioridade, mas na resposta da máquina.

A correlação moderada ($\rho \approx 0{,}48$) entre Q58 *(“Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”*) e Q31 (*“O Instagram influencia a maneira como você se vê?”*) embora mais baixa que a anterior, é sociologicamente relevante: ela mostra que a necessidade afetiva da plataforma (Q58) se articula a percepção de si (Q31), compondo um ciclo em que o sujeito passa a depender do olhar algorítmico para confirmar sua autoimagem. Aqui, o dado aproxima-se de forma contundente da categoria analítica de autogoverno performativo, elaborado nesta tese. Em vez de uma validação social sustentada por vínculos éticos, como em Honneth (2009), temos uma forma de autoavaliação mediada pela performance e pelo engajamento, onde o retorno algoritmo substitui a reciprocidade humana como critério de valor.

O que se vê aqui é a transição do desejo de validação social para o desejo de ser visto, movimento que Sibilia (2016) descreve como a conversão do sujeito em imagem. A necessidade de sentir se bem (Q58) depende do fato de ser visto, e ser visto depende de ajustar-se às estéticas e afetos que a plataforma recompensa. Trata-se da captura do desejo que Deleuze e Guattari (1997; 2010) descrevem como a apreensão do impulso vital em uma maquinaria social que o redireciona para fins

extremos. No caso, aquilo que deveria ser força produtiva e criadora torna-se dependência modulada e retroalimentada pelo ciclo de visibilidade.

Essa correlação revela ainda o mecanismo da violência moduladora, onde o sujeito internaliza como falha pessoal aquilo que, na verdade, é resultado de uma modulação técnica: não ser visto suficiente significa "não ser bom o suficiente". Assim, Q58-Q31 descreve um acoplamento entre autoestima e autoimagem que opera como dispositivo de sujeição, alinhando-se diretamente ao que Dardort e Laval (2016) definem como "produção neoliberal do sujeito empresarial de si". Em síntese: quanto mais o jovem precisa do Instagram para sentir-se bem, mais o Instagram determina quem ele acredita ser. O coeficiente não é apenas estatístico: ele traduz uma estrutura de subjetivação.

A correlação moderada (ρ ≈ 0,48) entre Q59 *("Você sente que o Instagram impacta seu humor de forma imediata (exemplo: alegria, ansiedade, irritação)?"*) e Q43 (*"Você sente que o Instagram afeta sua rotina emocional, como causar ansiedade, euforia ou sensação de inadequação?"*) aprofunda a compreensão do *self* vulnerável, indicando que o impacto emocional imediato (Q59) não é episódio, mas estruturante da rotina afetiva (Q43). Aqui se manifesta com clareza a dimensão afetiva da *modulação digital psicopolítica*, categoria analítica elaborada no capítulo teórico: a plataforma opera simultaneamente nos afetos de curto prazo (respostas dopamínicas rápidas, como Lembke (2022) descreve) e nas dinâmicas emocionais de médio prazo (humor, ansiedade, inadequação).

Han (2015) já havia assinalado que a sociedade do desempenho gera sujeitos fatigados, emocionalmente exauridos por métricas que exigem positividade constante. Q59-Q43 mostra que a intensificação ou oscilação emocional provocada pela plataforma (alegria súbita, ansiedade, irritação) acaba se convertendo em padrão de humor, estruturando o modo como o sujeito sente e interpreta o cotidiano. Esse movimento confirma a tese de que estamos diante de uma captura dos afetos operada pela lógica performativa do engajamento.

Esse dado também expressa a *modulação distribuída*: o que ocorre no universo digital reverbera no mundo *offline*, reorganizando o modo como o sujeito percebe seu dia, seu corpo, suas relações e sua própria capacidade de agir. Um humor modulável torna-se um humor modulador: ele define como jovem vive sua rotina. É uma captura afetiva que não depende mais da presença da plataforma, continua a operar mesmo quando ela é desligada. O coeficiente, portanto, não é trivial.

Ele confirma empiricamente aquilo que Deleuze (2013) antecipou na sociedade de controle, não há mais exterioridade possível, a modulação atravessa o sujeito por dentro, produzindo uma subjetividade que reage ao digital mesmo fora dele.

No conjunto das correlações mais elevadas, tanto com Q32-Q38 ($\rho \approx 0{,}83$), Q32-Q42 ($\rho \approx 0{,}80$) e Q31-Q42 ($\rho \approx 0{,}71$), evidencia-se que a plataforma não apenas interfere em dimensões isoladas do *self*, mas articula um circuito contínuo de modulação em que a expressão, relação e constituição de si se reconfiguram simultaneamente. A Q32, embora não detenha os maiores coeficientes em todos os pares, atua como um nó estrutural do bloco: ela conecta autoimagem (Q31), relações (Q38) e a constituição do "eu" (Q42), revelando que agradar não é um gesto periférico, é o operador que move o sujeito entre esses três registros.

Aqui, a performatividade deixa de ser estratégia e converte-se, como diria Butler (2019a; 2019b), na própria matriz ontológica do sujeito: o "eu" existe na repetição dos ajustes, dos filtros e das edições que visam corresponder às expectativas de visibilidade. Nesse processo, o desejo, que poderia expressar singularidade, é capturado e transformado em tarefa, deslocando-se para a lógica do desempenho contínuo. É o movimento que Han (2015; 2020) identifica como a passagem do "poder disciplinar" para o "psicopoder da autoexploração".

O indivíduo não é coagido a performar, ele se ajusta para atender ao algoritmo, acreditando fazê-lo por vontade própria. É esse movimento que Dardot e Laval (2016) descrevem como imperativo do empreendimento de si, a coerção externa é interiorizada sob a forma de obrigação subjetiva. Nesse ponto, Lordon (2015) ajuda a iluminar o processo, mostrando como afetos não são espontâneos, mas orientados por estruturas que dirigem aquilo para o qual o sujeito aprende a se dobrar, produzindo uma docilidade afetiva compatível com as normas algorítmicas.

A convergência entre esses pares sugere, em chave deleuziana, uma forma de modulação contínua, onde não há interior nem exterior claramente delimitados: o sujeito é produzido enquanto performa e performa para continuar sendo produzido. Isso ecoa a formulação de Deleuze e Guattari (1997; 2020) sobre como o desejo, longe de ser interior, é capturado e reencaminhado por máquinas sociais, aqui, máquinas algorítmicas, que o territorializam na direção da performance.

Assim, esse bloco de correlações mostra que o *self* vulnerável não é produto de um fator isolado, mas de um arranjo integrado em que visibilidade, aprovação e ajustamento funcionam como operadores recíprocos. Trata-se de um campo de

subjetividade em que a constituição do “eu” é calibrada pelo retorno algorítmico, as relações são filtradas por expectativas de agradabilidade e a autoimagem é permanentemente reeditada para caber nos códigos do *feed*.

É nesse núcleo já consolidado que as novas correlações moderadas introduzem camadas decisivas. A relação entre Q58-Q42 mostra que o sentimento de bem-estar vinculado ao estar no Instagram se articula diretamente com a construção do *self*: a plataforma deixa de ser apenas um espaço de exibição e converte-se em condição simbólica para que o sujeito se sinta alguém. A correlação entre Q58-Q31 reforça esse ponto ao aproximar dependência simbólica e autoimagem: sentir-se bem e sentir-se “bem consigo” tornam-se operações continuamente mediadas pela permanência na plataforma e pelos afetos modulados que ela devolve.

Como observa Safatle (2024), afetos são estruturas sociais antes de serem interiores; são estruturas tecnicamente mediadas que redefinem a gramática do sentir. Por fim, a correlação Q59-Q43 indica que essa dependência simbólica não opera somente no plano da constituição de si, mas também no plano das afetações imediatas: o humor, a disposição e o mal-estar se reorganizam segundo a lógica do impacto emocional rápido produzido pelo *feed*.

O sujeito não apenas se ajusta para ser visto, ele é emocionalmente afetado no próprio processo de se oferecer à visibilidade. Assim, o bloco revela que o *self* vulnerável emerge como efeito de uma arquitetura moduladora integrada, onde performatividade, autoimagem, afetação emocional e dependência simbólica não são dimensões separadas, mas engrenagens de um mesmo circuito: o sujeito busca aprovação para existir, depende da plataforma para sentir-se bem e tem a constituição de seu “eu” calibrada pelo retorno algoritmo.

Se o primeiro bloco revela a arquitetura profunda da *modulação distribuída reflexiva*, onde autoimagem, performatividade e constituição dos *self* se enredam, o segundo bloco desloca o foco para a superfície comparativa e afetiva desse processo. Aqui, as correlações envolvendo performatividade, autoestima, validação social e padrões de visibilidade mostram como o imperativo performático se converte em medida, comparação e sofrimento, o que indica, portanto, uma outra camada de vulnerabilidade digital dos sujeitos, que se pauta na normatividade estética e em um valor de si que a plataforma produz. O segundo subnúcleo do eixo reúne as questões:

- Q32 — “Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?”

- Q33 — “Você já se sentiu mal com o próprio corpo ou aparência por causa de algo que viu no Instagram?”
- Q34 — “Você já desejou ser como alguém que viu no Instagram?”
- Q35 — “Você sente que o Instagram afeta sua autoestima?”
- Q37 “O Instagram influencia suas escolhas de consumo (como roupas, corpo, viagens, produtos)?”
- Q41 — “O Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?”
- Q58 — "Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”

As correlações (Q35-Q32 ($\rho \approx 0,66$), Q58-Q37 ($\rho \approx 0,61$), Q34-Q41 ($\rho \approx 0,52$), Q35-Q41 ($\rho \approx 0,58$) e Q32-Q34 ($\rho \approx 0,51$) compõe um subnúcleo que articula três dimensões centrais do eixo: a gestão performativa de si, a afetação estética e o desejo por validação social. Essas variáveis operam de forma encadeada, indicando que a busca por visibilidade, a percepção do próprio valor e a forma como o jovem imagina ser validado socialmente não funcionam como processos isolados, mas como elementos mutuamente implicados na constituição do *self* vulnerável e do *autogoverno performativo*.

Esse conjunto do eixo expressa um circuito subjetivo típico da *modulação distribuída reflexiva*: autoavaliação, comparação, regulação afetiva e expectativa de validação integram uma mesma economia psíquica marcada pela visibilidade (Butler, 2019; Han, 2020; Sibilia, 2016). O jovem ajusta o que publica (Q32), mede a própria imagem a partir de modelos idealizados (Q34), sente a autoestima afetada pela lógica da plataforma (Q35) e projeta na ambiência digital a forma como deseja ser validado socialmente (Q41). É nesse circuito já tensionado que a correlação Q58- Q37 adiciona uma camada decisiva: o bem-estar passa a depender da própria permanência na plataforma, e o consumo (de corpos, estilos, mercadorias e modos de vida) torna-se orientado pelo que o Instagram apresenta como desejável.

Assim, o autogoverno performativo ganha contornos de dependência simbólica, em que sentir-se bem exige estar conectado, e desejar exige aderir aos repertórios modulados pela arquitetura algorítmica (Deleuze e Guattari, 1997; 2010; Zuboff, 2020; Dardot e Laval, 2016). A performatividade deixa de ser apenas uma forma de se exibir: converte-se em critério interno de validação, enquanto o consumo se torna o mecanismo pelo qual o sujeito tenta estabilizar, sem sucesso, sua autoimagem e seu sentimento de valor. Essa tentativa de estabilização é estruturalmente fadada ao fracasso, não por incapacidade dos sujeitos, mas porque a própria lógica da

plataforma opera por padrões performativos e estéticos que são, por arquitetura, inatingíveis e continuamente deslocados.

Como afirmam Sibilia (2016) e Han (2020), a visibilidade digital organiza um horizonte normativo sempre adiado: o modelo ideal nunca se cumpre, pois é produzido para permanecer inalcançável, garantindo a circulação incessante do desejo, da comparação e do consumo. Safatle (2024) nos ajuda a explicar por que esse horizonte nunca estabiliza o sujeito: a forma neoliberal de subjetivação captura o afeto para garantir sua reprodução, fazendo do sofrimento uma engrenagem do sistema, como aponta Dunker (2017). Por isso a validação buscada não se fixa: a modulação algorítmica desloca constantemente o "ideal" para além do alcance, convertendo o consumo em um mecanismo de estabilização que nunca se completa e cuja insuficiência é constitutiva do próprio regime psicopolítico.

A associação entre Q35 (*"Você sente que o Instagram afeta sua autoestima?"*) e Q32 *("Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?"*) ($\rho \approx 0{,}66$) revela um circuito subjetivo que ultrapassa a relação imediata entre exposição digital e autoestima. Ela aponta para a operação de uma gestão performativa do "eu", na qual o sujeito, diante de um mal-estar, que emerge da própria experiência na plataforma, passa a calibrar continuamente a sua apresentação pública para evitar s sensação de insuficiência.

Essa correlação mostra que a percepção de que o Instagram afeta a autoestima cresce na mesma medida em que cresce a prática de ajustar conteúdo para agradar ou obter mais reações. Aqui vemos a operação descrita por Byung-Chul Han (2020): a passagem da disciplina externa para autovigilância performativa, na qual o sujeito internaliza esses imperativos de visibilidade e passa a aderir a si mesmo como projeto. Lordon (2015) reforça esse ponto ao mostrar que o ajuste não é apenas consciente: ele é movimentado por afecções que orientam o sujeito na direção dos modelos desejantes, convertendo o desejo em "querer aquilo que o poder quer". Autoestima torna-se dependente dos retornos algoritmos, funcionando como uma métrica subjetiva modulada.

Esse movimento de ajuste não ocorre no vazio: ele está imerso em uma lógica comparativa que foi internalizada como normativa de funcionamento da vida digital. O jovem não "decide comparar-se", ele já habita uma ecologia relacional em a que comparação, metrificação e autorregulação são condições prévias para participar da ambiência do Instagram, em particular, e das redes sociais no geral. Trata-se de uma

comparação tão naturalizada, tão incorporada ao cotidiano que nem sequer é reconhecida como tal (como veremos mais adiante na análise da questão 55); ela se manifesta apenas através dos efeitos: um incômodo, a necessidade de ajuste, o desejo de mitigar o mal-estar e a tentativa de tornar-se mais “adequado” ao olhar do outro.

Nesse ponto, a racionalidade neoliberal adquire centralidade. Como destacam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo desloca as responsabilidades que antes eram sociais e institucionais para o indivíduo, que passa a imergir na lógica de “empreendedor de si”. Esse deslocamento aparece de modo cristalino na correlação entre ajustar conteúdo e sentir a autoestima afetada: quando a performance não alcança o retorno esperado (seja em curtidas, reações, comentários ou validações implícitas) o jovem atribui a si o fracasso da exposição.

O sofrimento deixa de ser percebido como um produto de uma arquitetura de visibilidade desigual e passa a ser vivido como falha individual. Na tentativa de evitar esse sofrimento, ele refina a curadoria de si, intensifica a adequação às normas estéticas e simbólicas da plataforma e aprofunda ainda mais a espiral de autovigilância. Assim, a correlação entre Q35 e Q32 revela uma subjetividade que busca neutralizar o mal-estar aumentando o próprio investimento performativo, um ciclo que, longe de libertá-lo, o captura de forma ainda mais intensa.

Esse processo opera também pela lente da performatividade, tal como formulada por Judith Butler (2019a; 2019b): a constituição do “eu” depende de atos reiterados que buscam adequar o sujeito às normas de inteligibilidade do contexto em que está inserido. No Instagram, entretanto, tais normas não são apenas sociais; são também tecnicamente produzidas e distribuídas por sistemas de modulação algorítmica que administram visibilidade, tendência e relevância. A cada ajuste naquilo que posta (Q32) o jovem repete um ato performativo que se alinha a um modelo estético e expressivo produzido pelo próprio ambiente digital.

E quando afirma sentir sua autoestima afetada (Q35), não descreve apenas uma experiência emocional isolada, mas é um modo de subjetivação em que desejo, comparação, validação e exposição compõe um regime de afetação contínua, aquilo que designamos nessa tese como *autogoverno performativo*. Esse reconhecimento já não se organiza a partir da alteridade concreta, mas das exigências de uma visibilidade modulada, na qual o outro é percebido menos como pessoa e mais como uma demanda contínua de desempenho. Assim, a correlação entre Q35-Q32 revela

não apenas um comportamento, mas um regime de subjetivação: o sujeito ajusta-se para mitigar o mal-estar, mas, ao fazê-lo, intensifica o próprio processo que lhe produz sofrimento. O gesto de ajustar conteúdo, tentativa de "ficar à altura" da norma, é simultaneamente tentativa de escapar e ato de captura.

O que vemos empiricamente é a fusão entre desejos e gestão de si, entre sofrimento e performance, entre mal-estar e curadoria: um circuito no qual o jovem se movimenta não para expressar-se, mas para sobreviver à pressão moduladora da plataforma. É nesse ponto que a autoestima, longe de ser um atributo interno, torna-se função direta da *modulação digital psicopolítica*. E o ajuste performativo, longe de ser escolha, torna-se resposta compulsória ao regime de visibilidade que organiza a vida social contemporânea.

A correlação entre Q32 (*"Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações?"*) e Q34 (*"Você já desejou ser como alguém que viu no Instagram?"*), com correlação moderada ($\rho \approx 0{,}51$), revela um mecanismo central do eixo: a *modulação distribuída reflexiva*, entendida como forma contemporânea de gestão de si, pela qual o desejo de ser como o outro é convertido em critério de ajuste performático orientado pela visibilidade, processo que não é neutro, mas regulado por lógicas de desempenho (Han, 2015) e algorítmicas de engajamento, visibilidade e valorização. Nesse processo, a autopercepção não deriva apenas do olhar lançado sobre o próprio conteúdo, mas de um movimento contínuo de comparação silenciosa com figuras idealizadas presente na plataforma. Cada postagem torna-se uma tentativa de aproximação a padrões previamente legitimados, conduzindo o sujeito a revisar, editar, e calibrar a própria apresentação de si a partir de pistas de aprovação e desaprovação percebidas nas interações digitais.

O desejo de "ser como alguém que viu no Instagram" deixa de ser um simples exercício de admiração e passa a orientar a *modulação distribuída reflexiva*: o que se posta, como se posta e quando se posta é continuamente recalibrado à luz desses ideais regulatórios. Ver sujeitos idealizados conduz ao desejo de ser como o outro, e o desejo conduz à vulnerabilidade emocional. O entrelaçamento entre desejo e sofrimento emerge como elemento central dessa dinâmica. O desejo de ser como alguém que viu no Instagram" carrega simultaneamente uma promessa e uma inadequação.

Embora a comparação com "outro" seja constitutiva dos processos de subjetivação, o que se observa aqui é uma transformação nas condições

sociotécnicas em que essa comparação se realiza. Diferentemente dos contextos relacionais tradicionais, marcados por pluralidade de referências e pela presença de “outros” concretos e contraditórios, a comparação instaurada na ambiência do Instagram, em particular, e nas redes sociais em geral, ocorre em um espaço filtrado, hierarquizado e reiterado por dispositivos algoritmos algorítmicos.

Os modelos desejáveis não emergem da convivência social imediata, mas de uma economia técnica da visibilidade que seleciona, amplifica e estabiliza determinados padrões como mais legítimos e desejáveis. Assim, o desejo de “ser como alguém visto na plataforma” não se forma em um campo aberto de reconhecimento intersubjetivo, mas em um ambiente estruturado por mecanismos de recomendação, métricas e predição, que organizam previamente quais formas de vida se tornam visíveis e quais permanecem invisíveis. Nesse sentido, a comparação deixa de operar como um processo simbólico difuso e passa a funcionar como instrumento técnico de orientação do comportamento, o que transforma a relação com o “outro” em vetor de ajuste performático regulado pela arquitetura algorítmica.

A promessa reside na crença de que a aproximação a determinados modelos, de vida, de comportamento, sociabilidade ou sucesso, poderia garantir visibilidade e validação social. Já a inadequação manifesta-se na frustação permanente de não alcançar plenamente tais ideais. Essa tensão, conforme Dunker (2017), caracteriza um modo de sofrimento produzido pela distância entre a norma internalizada e a insuficiência constante que o sujeito percebe em si. Safatle (2024) reforça que essa insuficiência não é falha pessoal, mas efeito de estruturas de afetação que capturam o sentir e organizam como falta permanente, produzindo sujeitos que buscam compensar emocionalmente o hiato entre ideal e realidade. O trabalho subjetivo que decorre dessa tensão não é eventual: trata-se de uma tentativa contínua de compensação por meio dos ajustes performáticos.

Essa correlação entre ajustar o que se compartilha (Q32) e desejar ser como alguém visto na plataforma (Q34) mostra que o gesto performático não nasce apenas da vontade de “participar” da rede, mas de um desejo capturado, orientado por imagens que funcionam como matrizes normativas. Em termos de Deleuze e Guattari (1997; 2010) o desejo não é falta, mas produção; contudo, no contexto do Instagram, essa força produtiva é desviada para mimetização de formas de vida pré-codificadas, que aparecem como rotas desejáveis de sucesso, beleza e felicidade. Como salienta Lordon (2015), isso ocorre porque os afetos aprendem a desejar aquilo para o qual

são socialmente orientados, a plataforma não apenas exibe modelos, ela organiza a direção do querer.

O jovem não ajusta apenas o enquadramento de uma foto: ajusta a si mesmo para aproximar-se dessas formas, deslocando o eixo do desejo da invenção para a adequação. Essa adequação é operada por um conjunto de signos-imagens que como aponta Lazzarato (2014), funcionam como dispositivos de governo das condutas. As figuras idealizadas com as quais o jovem deseja se “parecer” são parte de uma economia visual que hierarquiza corpos, estilos, modos de consumo e performances. A correlação Q32-Q34 sugere que quanto mais o jovem deseja ser como alguém visto na plataforma, mas ele engaja em um trabalho de empreendimento de si (filtros, poses, cortes, legendas, enquadramentos), que busca alinhar o próprio eu-projeto a esses signos hegemônicos.

A noção de empreendimento de si, desenvolvida por Dardot e Laval (2016), encontra aqui uma materialidade empírica específica. O “eu” é tratado como projeto em constante revisão, cuja eficácia depende do alinhamento às normas implícitas de visibilidade da plataforma. Cada postagem funciona como uma tentativa de reparar, ajustar ou aperfeiçoar versões anteriores de si, compondo um ciclo que se reitera especialmente quando o retorno obtido não produz o efeito subjetivo esperado. A ausência de reconhecimento suficiente, seja em reações, seja em alívio emocional, intensifica o sofrimento e reativa circuito de autovigilância e modulação.

A *modulação distribuída reflexiva,* opera tanto no plano cognitivo quanto afetivo. A revisão de postagens é acompanhada por sentimentos de insuficiência, incômodo e vulnerabilidade digital, que orientam novas decisões sobre o que postar, como postar e quando postar. A comparação, ainda que não explicitada, estrutura a narrativa de si: o sujeito não publica apenas o que deseja expressar, mas o que imagina que contribuirá para aproximá-lo das formas idealizadas que circulam no ambiente da plataforma.

Nesse sentido a correlação entre Q32-Q34 evidencia que o desejo de validação social e o desejo de ser vistos não são equivalentes. O primeiro é progressivamente capturado pelo segundo, conformando uma apresentação de si guiada por expectativas externas já naturalizadas. O que se torna visível aqui é o funcionamento do *autogoverno performativo*, onde a referência da ação já não é a alteridade concreta, mas o *outro generalizado maquínico*, que organiza tecnicamente o que pode aparecer como admirável, valorizável e digno de atenção.

Por fim, essa correlação evidência que a autoestima deixa de operar como atributo relativamente estável e passa a depender diretamente desses processos de ajuste. Quanto mais o sujeito orienta seu desejo a partir de sua alocação em padrões específicos produzidos pelo processamento algorítmico na ambiência digital, isto é, por formas particulares de ver e pensar o mundo, por estéticas, estilos, ambientes de exposição e modos de se apresentar que a plataforma hierarquiza como desejáveis, mais se compromete com práticas performativas que reorganizam sua autopercepção.

O sofrimento, conforme delineado por um Dunker (2017), não é externo ao processo, mas constitutivo dele: emerge da relação com ideais que, amplificados e repetidos pela arquitetura da plataforma, tornam-se o pano de fundo permanente da experiência subjetiva. É o que Safatle (2024) descreve como vínculo afetivo ao próprio sofrimento: a inadequação recorrente torna-se combustível do circuito de subjetivação. Assim, Q32-Q34 revelam um modo de subjetivação marcado por uma atualização incessante do "eu", orientada pela oscilação entre desejo e inadequação, aproximação e frustração, validação imaginada e reafirmação do mal-estar.

A correlação moderada ($\rho \approx 0{,}58$) entre Q35 (*"Você sente que o Instagram afeta sua autoestima?"*) e Q41 (*"Você sente que o Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?"*), indica um entrelaçamento entre autovaloração e gramáticas de validação social mediadas pela plataforma. Não se trata de dois planos independentes (o "eu que sente" e o "eu que quer ser validado"), mas de um mesmo processo de subjetivação no qual a autoestima é continuamente reorganizada a partir de expectativas de validação configuradas pelo ambiente digital.

Não é o desejo de validação social em si que surge com o Instagram, mas esta forma contemporânea como o jovem passa a desejar ser validado socialmente, que emerge e é modulada por ele. A racionalidade da plataforma, ao estruturar critérios de visibilidade e relevância, redefine não apenas o que é visto, mas aquilo que passa a contar como validação possível e desejável. Em vez de se constituir e desejar ser reconhecido na relação com outro situado, como aponta Honneth (2009) e Butler (2019a; 2019b), essa validação social passa a ser mediado por algoritmos, interfaces e lógicas de engajamento.

Quando os jovens afirmam que o Instagram influencia a forma como desejam ser validados socialmente, eles expressam, ainda que de modo implícito, a aceitação de que ser alguém implica ajustar-se aos códigos de visibilidade da plataforma. Nesse cenário, a autoestima torna-se função direta da aderência aos códigos de visibilidade

e validação social, e, sentir-se mais ou menos valioso depende do grau em que o sujeito percebe que está próximo de um ideal de validação previamente configurado. A correlação entre Q35 e Q41 evidencia também o modo como o empreendimento de si (Dardot e Laval, 2016) se articula a economia psíquica dessa validação social.

Ao admitir que sua autoestima é afetada pelo Instagram, o jovem admite que a avaliação de si está vinculada ao retorno social mediado pela plataforma e, ao mesmo tempo, ao afirmar que a plataforma influencia como deseja ser validado, admite que ajusta seu horizonte de validação social às normas implícitas de visibilidade e aceitabilidade que ela produz. A autoestima deixa, assim, de ser um eixo relativamente estável e se converte em variável dependente da performance validada. Portanto, quanto mais o sujeito internaliza as formas de validação valorizadas pelo Instagram, mais sua autovaloração oscila de acordo com a capacidade de corresponder a essas formas.

Do ponto de vista da psicopolítica (Han, 2020) a correlação indica a eficácia de um regime de poder que não atua apenas sobre comportamento observáveis, mas sobre o próprio modo como os indivíduos desejam ser vistos e validados. A plataforma não apenas afeta “como o sujeito se sente”, ela reorganiza os parâmetros do que é considerado uma boa validação social e suficiente, uma validação que conta.

A subjetividade passa a ser administrada por esse horizonte, no qual o sofrimento, quando a autoestima é abalada, está diretamente ligado à percepção de fracasso em alcançar o tipo de validação que a plataforma erige como desejável. O mal-estar não é externo ao sistema, ele é parte constitutiva de seu funcionamento, pois incentiva novos investimentos na performance, novas tentativas de alinhar-se às expectativas moduladas.

Por fim, essa correlação reforça a centralidade da *modulação digital psicopolítica* na constituição das formas de subjetivação observadas entre os jovens da pesquisa. Ao mostrar que a forma de desejar validação social é atravessada pela experiência na plataforma e que a autoestima é sensível a esse atravessamento, os dados sugerem que a relação entre si e mundo social passa a ser mediada por uma arquitetura técnica-simbólica que redefine, simultaneamente, o que é ser visto e o que é sentir-se digno de ser visto.

A validação social deixa de ser um conflito ético ou político, nos termos apresentados por Honneth (2009), para se tornar um problema algorítmico, inscrito em lógicas de distribuição de atenção e engajamento. A correlação entre Q35 e Q41,

assim, não indica apenas um vínculo entre emoções e redes sociais, mas revela o modo de subjetivação em que a autoestima e desejo de ser validado socialmente são coproduzidos sob o regime de visibilidade modulada.

A correlação moderada ($\rho \approx 0{,}52$) entre Q34 (*"Você já desejou ser como alguém que viu no Instagram?"*) e (*"Você sente que o Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?"*) revela um ponto de convergência estrutural da modulação das subjetividades: o desejo de "ser" e o desejo de validação social passam a operar dentro de uma mesma matriz algorítmica de visibilidade. O que se observa aqui não é apenas a coexistência desses elementos, mas a sintonia fina entre eles, indicando que modelos que inspiram o desejo também orientam os parâmetros de validação considerados válidos. Esses dois movimentos, desejar aproximar-se de figuras idealizadas e desejar ser validado segundo critérios produzidos pela plataforma, tornam-se reciprocamente alimentados, em linha com o que Deleuze e Guattari (1997; 2020) descrevem como captura dos fluxos do desejo pelo regime social.

Essa correlação aponta para o fato de que este desejo de ser como alguém não é anterior à plataforma, mas produzido por ela. As figuras idealizadas ocupam o lugar de vetores de desejo precisamente porque são elevadas à condição de relevância pela modulação algorítmica. A plataforma não apenas apresenta imagens, ela distribui diferencialmente atenção, produzindo hierarquias internas que definem quem aparece, quem é visto e quem se torna referência para a imaginação social.

Assim, o desejo surge já mediado, não como escolha espontânea, mas como resultado de um processo de seleção algorítmica que define quais vidas, estilos e performances aparecem como alcançáveis e desejáveis. Aqui se articula o que Lazzarato (2014) chama de produção de mundos e signos que orientam condutas, e o que Zuboff (2020) compreende como engenharia comportamental operada pelas arquiteturas digitais. Como reforça Lordon (2015), os afetos não desejam livremente, mas são capturados e orientados por estruturas que organizam previamente o campo do possível, definindo o que se apresenta como desejável.

O que singulariza essa correlação em relação às anteriores é que ela evidencia uma aderência estrutural entre o ideal imaginado e o ideal de validação social. O sujeito deseja ser validado precisamente na forma do modelo que ele toma como referência de desejo. Não se trata apenas de querer aparecer como o outro, mas de querer ser validado do *mesmo modo* que o outro é validado. Esse movimento é

intensificado pelo regime de psicopoder descrito por Byung-Chul Han (2020), no qual a busca por visibilidade e desempenho substitui relações densas e concretas. Safatle (2024) acrescenta que essa normatividade afetiva não opera apenas como modelo externo, mas como comando interno que condiciona o sujeito a desejar aquilo que o fere, produzindo um tipo de aderência afetiva à própria lesão.

Aqui, temos aquilo que trabalhamos nesta tese como *modulação direta, modulação distribuída* e sua derivação *modulação distribuída reflexiva*: a plataforma modula diretamente o desejo (pela exposição diferencial a determinados perfis) e modula *distribuída* e *reflexivamente* a expectativa de validação social (pela interiorização de padrões de visibilidade como métricas legítimas de valor social). Nesse sentido, a correlação Q34-Q41 indica que o sujeito internaliza a lógica da visibilidade, interpretando-a como parâmetro social legítimo. As figuras que ele deseja imitar (influenciadores, criadores de conteúdo, “rostos” que circulam e acumulam visibilidade), passam a representar uma espécie de cartografia contemporânea do que conta como valor social. Se eles são vistos, validados e convertidos em relevância social, então aproximar-se deles simbolicamente parece também uma rota possível para ser visto e validado.

Esse deslocamento, do desejo para a validação, é precisamente o que caracteriza aquilo que designamos nesta tese como *autogoverno performativo*. A relação entre o “ser como outro” e o “ser reconhecido como outro” não passa pela alteridade concreta, pela interação ou pela reciprocidade, mas por uma forma de visibilidade modulada que substitui a relação por uma métrica, uma estética e uma lógica de circulação. Aqui ecoam também as análises de Paula Sibilia (2016), ao mostrar como o “eu” contemporâneo é cada vez mais orientado pela lógica da exibição e pela necessidade de tornar-se possível. Ser validado socialmente deixa de depender da presença do outro e passa a depender da adesão aos códigos que fazem o outro aparecer, algo que também se articula com a arquitetura discutida por Santaella (2021).

Por fim, a força desta correlação reside em mostrar que desejo e valoração social não apenas dialogam entre si, mas compartilham a mesma origem moduladora. Ambos derivam da mesma matriz algorítmica, da mesma racionalidade neoliberal que transforma o sucesso alheio em horizonte normativo do “eu”, como apontam Dardot e Laval (2016). E como observa Safatle (2024), essa captura não atua apenas nas

normas externas, mas na própria economia afetiva do sujeito, reorganizando aquilo que ele acredita desejar e aquilo que acredita que deve “ser” para ser validado.

Assim, Q34-Q41 revela um ponto decisivo: o jovem não deseja apenas ser alguém, deseja ser validado à imagem de alguém que o algoritmo consagrou como figura desejável. É nessa fricção que se intensifica o circuito da modulação reflexiva: o ideal que move o desejo é o mesmo ideal que regula o reconhecimento possível, produzindo uma subjetividade atravessada por expectativas de visibilidade como condição de existência social.

O terceiro bloco analítico das correlações do Eixo 2 articula as afetações corporais da modulação das subjetividades, evidenciando como a autoimagem se torna um dos espaços privilegiados em que essa modulação reverbera, produzindo ajustes, incômodos e expectativas de adequação que emergem após a ação psicopolítica sobre o desejo, afeto e a avaliação de si. As correlações envolvendo a sensação de mal-estar com o corpo ou aparência revelam que a *modulação psicopolítica digital* produz efeitos que ultrapassam o plano simbólico performativo, incidindo sobre a forma como o sujeito sente e interpreta o próprio corpo. Esse terceiro e último bloco é composto pelas seguintes questões:

- Q37 — “O Instagram influencia suas escolhas de consumo (como roupas, corpo, viagens, produtos)?”
- Q38 — “Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?”;
- Q41 — “O Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?”;
- Q42 — “O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?”;
- Q58 — "Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”

Aqui, o corpo e validação social se encontram: a autoimagem passa a ser vivida como métrica de valor social, e o corpo torna-se o operador normativo na medida em que é confrontado com padrões idealizados continuamente reproduzidos pela plataforma. Essas correlações, portanto, aprofundam o entendimento de que a *modulação digital psicopolítica* não apenas captura o desejo, mas também reorganiza a relação consigo mesmo no plano mais imediato, o corpo.

A correlação entre Q58 ("*Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?”*) e Q37 (“*O Instagram influencia suas escolhas de consumo (como roupas, corpo, viagens, produtos)?”*), $\rho \approx 0{,}61$, revela um ponto decisivo na

modulação do *self*: a captura do desejo como vetor de direcionamento comportamental. Quando o jovem declara simultaneamente sentir-se dependente da plataforma para estabilizar sua relação consigo e, ao mesmo tempo, reconhecer que suas escolhas de consumo são moduladas pelo que vê no Instagram, o que emerge é a fusão entre autoestima modulada e consumo dirigido. Trata-se de uma integração profunda entre aparato técnico e economia libidinal. Para Lordon (2015) o consumo passa a operar como forma de alinhamento afetivo a modelos que orientam o desejo de fora para dentro.

No interior deste processo, o consumo deixa de ser apenas ato material e passa a operar como prática de recomposição efetiva, isto é, como tentativa de restaurar o equilíbrio do “eu” fragilizado pela própria lógica de visibilidade. A plataforma cria a ferida (a instabilidade do “eu”, o mal-estar, a sensação de insuficiência) e logo oferece o alívio, imagens, objetos, estilo de vida e estéticas aspiracionais que prometem reparar a falha vivida pelo sujeito. Aqui, o que Zuboff (2020) identifica como *direcionamento comportamental* adquire contornos afetivos: não apenas se prediz a ação, mas se afeta o desejo, conduzindo-o a objetos que performam cura simbólica. O desejo deixa ser potência criativa (Deleuze e Guattari, 1997; 2010) e torna-se potência modulada, governada por signos que apontam para mercadorias, experiências e estilos de vida.

Essa correlação indica, portanto, uma modulação de segunda ordem: o sujeito não consome apenas porque deseja, mas passa a desejar porque consome, ou porque lhe é mostrado o que deve desejar. A dependência subjetiva do Instagram (Q58) funciona como gatilho para esse movimento. O sujeito que precisa da plataforma para “sentir-se bem consigo mesmo” encontra no consumo exibido um repertório de possibilidades de recomposição de si, ao mesmo tempo em que se submete à racionalidade neoliberal que confunde autorrealização com aquisição.

Dardot e Laval (2016) já indicavam que o neoliberalismo exige que o sujeito produza a si mesmo incessantemente. Safatle (2024) acrescenta que tal exigência captura o próprio campo afetivo, empurrando o sujeito para modos de compensação que nunca pacificam o mal-estar, apenas o retroalimentam. No Instagram, essa exigência ganha o reforço da maquinaria técnica: produzir-se implica consumir-se, no sentido de empreender-se na curadoria incessante de si, e implica também consumir de objetos, roupas, cosméticos, viagens, corpos, estilos, todos oferecidos pelo *feed*.

Paula Sibilia (2016) mostra que a visibilidade reconfigura valores éticos em estéticas, aqui, a correlação evidência que também reconfigura afetos em mercadorias. O jovem aprende que “sentir-se bem consigo” requer alinhar-se ao que vê, aderir às narrativas aspiracionais, às modas, às promessas de felicidade pronta. Assim, a escolha de consumo deixa de ser escolha e torna-se prescrição modulada, inscrita em uma topologia afetiva governada pelo algoritmo. O sujeito deseja aquilo que o promete reparar do mal-estar que o próprio sistema produziu. Trata-se, portanto, de um circuito fechado: o Instagram fragiliza → a fragilidade demanda alívio → o alívio é oferecido como consumo → o consumo reforça a dependência → a dependência reinicia o ciclo. Esse é o coração da lesão algorítmica que estrutura o self vulnerável contemporâneo

As análises anteriores evidenciaram como performatividade, desejo e validação social se articulam como efeitos da *modulação distribuída reflexiva* que atravessa o sujeito, configurando uma economia subjetiva na qual a autoestima, expectativa de visibilidade e busca por validação caminham juntas. Encerrado esse núcleo, que explica a operação simultânea captura do desejo (Deleuze e Guattari, 1997; 2010; Lazzarato, 2014) e do *autogoverno performativo*, o bloco que se segue revela uma consequência estrutural desse circuito: quando o jovem não consegue corresponder aos padrões modulados de visibilidade, o mal-estar deixa de operar apenas como afetação emocional e passa a adquirir densidade corporal.

É justamente nesse ponto que as correlações envolvendo a autoimagem tornam-se decisivas, pois revelam um deslocamento da *modulação distribuída reflexiva* para seus efeitos corporificados. O corpo, entendido aqui como superfície normativa na qual as expectativas sociais, estéticas e afetivas se inscrevem (Butler, 2019; Sibilia, 2016), torna-se o território onde a modulação subjetiva reverbera de forma mais aguda. A pressão performativa não apenas captura o desejo, mas reorganiza a relação do sujeito consigo mesmo, produzindo incômodos estéticos, inseguranças e estratégias de autogestão voltadas à adequação.

A correlação Q58 e Q37 reforça esse movimento, indicando que a dependência subjetiva em relação ao Instagram, sentir que precisa da plataforma para se sentir bem consigo mesmo, está diretamente associada à influência que o Instagram exerce sobre escolhas de consumo. Aqui, o corpo aparece não apenas como sede da comparação, mas como alvo privilegiado da modulação, sendo ajustado, adornado e disciplinado segundo lógicas de desejo pré-configuradas. Trata-se da conversão do

desejo em demanda (Zuboff, 2020), em que o próprio “sentir-se bem” passa a depender de alinhar-se às estéticas e produtos que a plataforma oferece como horizonte ideal.

Assim, o corpo emerge como um ponto de condensação da *modulação digital psicopolítica*, categoria analítica construída nesta pesquisa para nomear a integração entre racionalidade psicopolítica (Han, 2020) e arquiteturas comunicacionais e sensíveis das plataformas (Santaella, 2021). É onde a pressão por visibilidade encontra sua tradução material, onde os imperativos neoliberais de eficiência, atratividade e otimismo tornam-se práticas concretas, sensíveis e, muitas vezes, dolorosas. A vulnerabilidade digital corporalizada não é um efeito secundário, mas o lugar onde a captura do desejo se torna experiência vivida, onde aquilo que se apresenta como escolha individual é, na realidade, a manifestação mais tangível da sujeição contemporânea.

As correlações Q38 (*“Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?”*) e Q41 (*“O Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?”*), com $\rho \approx 0{,}49$, bem como entre Q38 e Q42 (*“O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?”*), com $\rho \approx 0{,}83$, delineiam um campo específico de reverberação da *modulação das subjetividades*, na qual a imagem torna-se ponto sensível de articulação entre validação e pressão performativa. Trata-se de um núcleo em que o sofrimento corporal percebido, a validação social e a exigência de performance convergem, permitindo observar como os efeitos da *modulação psicopolítica digital* incidem sobre a forma como o sujeito sente, avalia e administra a própria apresentação de si.

A correlação entre sentir-se mal com o corpo aparência (Q38) e perceber que o Instagram influencia a forma como se deseja ser reconhecido socialmente (Q41) expõe uma articulação fundamental entre a autoimagem e valor social. A experiência corporal percebida como insuficiente se converte em operador simbólico que reorganiza os parâmetros da validação social desejado. Foucault (2014) já havia demonstrado que o corpo é produzido por práticas sociais e políticas, sendo menos um dado natural e mais uma superfície de inscrição das normas segundo padrões de inteligibilidade social. Na ambiência digital contemporânea, esse processo é intensificado: o corpo passa a ser continuamente avaliado, medido, julgado e devolvido ao sujeito por meio de métricas.

Butler (2023), por sua vez, elucidaria que a legibilidade desse corpo depende da aderência às normas reiteradas da plataforma, normas que determinam o que é um corpo reconhecível e digno de valoração. Para a autora, o corpo não é uma entidade natural ou pré-discursiva: ele só se torna corpo à medida que é materializado pelas normas regulatórias de inteligibilidade. Assim, aquilo que é vivido como meu "corpo" é, em grande medida, efeito da repetição de ideais normativos que delimitam o que pode ser visto, desejado e reconhecido. A transposição do corpo para o paradigma do desempenho comparativo, indica, portanto, que o mal-estar corporal e o desejo de aproximação às imagens idealizadas circulam dentro da mesma dimensão de experiência.

Entretanto, a valorização desejada não é apenas normativa: ela é tecnicamente produzida. Santaella (2021) mostra como ambientes digitais instauram lógicas de visibilidade que condicionam aquilo que aparece como relevante, enquanto Zuboff (2020) revela que essa visibilidade é administrada por engenharias comportamentais que monetizam atenção, afetos e vulnerabilidades. Assim, a expectativa de validação do jovem não emerge de forma espontânea: ela é modulada por um regime técnico-simbólico que define quais corpos são mostrados, amplificados e reiterados, e, portanto, quais se tornam socialmente desejáveis.

Essa articulação também mobiliza a arquitetura do desejo. Para Deleuze e Guattari (1997; 2010), o desejo circula entre máquinas sociais; no Instagram, ele circula entre signos de prestígio e padrões estéticos que funcionam como agenciamentos dominantes. Lazzarato (2014) complementa ao afirmar que esses signos produzem mundos de referência, aqui, mundos nos quais certos corpos e estilos constituem o que significa ser validado socialmente. A insuficiência corporal vivida pelos jovens (Q38) é justamente efeito desta produção de mundos. Lordon (2015) reforça que tais mundos não apenas moldam desejos, mas capturam a própria energia afetiva que move o sujeito, orientando-o para ideais que ele passa a experimentar como seus.

Bucci (2021) acrescenta que, nesse circuito, o corpo já não é apenas corpo: é mercadoria simbólica, embalagem do "eu" enquanto produto da cultura da exibição. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) mostram que, sob a racionalidade neoliberal, os sujeitos são conduzidos a assumir como responsabilidade pessoal a adequação a padrões de valorização social, internalizando o fracasso como falha individual. No plano empírico, essa dinâmica aparece quando os jovens atribuem a si mesmos a

responsabilidade por não alcançar os padrões de valorização social mediados pela plataforma. Safatle (2024) ajuda a compreender essa dinâmica ao destacar que os sujeitos tendem a se vincular afetivamente aos mesmos ideais que os ferem, produzindo uma adesão paradoxal à norma que produz seu sofrimento. O resultado é a convergência entre vulnerabilidade corporal e validação social, uma convergência que, nesta correlação, se torna empiricamente verificável.

A correlação fortíssima entre Q38 (*"Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?"*) e Q42 (*"O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?"*), $\rho \approx 0{,}83$, revela a mecânica mais intensa da *modulação digital psicopolítica*. Aqui, o corpo e performatividade se sobrepõe: o sofrimento corporal e a exigência de performance são dois lados da mesma operação. A pressão para mostrar-se melhor é tratada por Han (2020) como parte da coerção da positividade, um regime que obriga o sujeito a exibir bem-estar, entusiasmo e eficiência mesmo quando atravessada pelo mal-estar.

Na linguagem de Han (2020), trata-se da autoexploração emocional em que o sujeito precisa sustentar uma imagem positiva de si sob pena de sentir-se ainda mais inadequado. No Instagram essa exigência encontra intensificação técnica: a plataforma transforma a vida em espetáculo permanente e, como observa Sibilia (2016), o "eu" precisa se mostrar "vendável", apresentável, interessante. Bucci (2021) reforça esse ponto: o corpo torna-se valor de troca simbólico, uma vitrine que não pode fracassar. Safatle (2024) salienta que esse imperativo performativo não produz apenas sofrimento, mas vinculação afetiva: o sujeito investe na norma que o adoece, acreditando que a superação de si é o caminho para aliviar a dor que a própria norma produz.

Sob outra perspectiva, Foucault (2014) ajuda a entender a correlação como resultado de um dispositivo de normalização que transforma o corpo em alvo de gestão, vigilância e correção constante. Butler (2023), ao explicar que as normas produzem corpos por repetição performativa, ilumina por que a pressão de "mostrar-se melhor" opera como coerção cotidiana: cada gesto de exposição é uma repetição que visa adequar o corpo a padrões hegemônicos.

Além disso, essa correlação tão elevada evidencia a produção algorítmica do desejo da aparição. Santaella (2021) mostra como plataformas digitais organizam espacialidades visuais que ordenam como os corpos devem aparecer. Zuboff (2020)

e Lazzarato (2014) reforçam que essa aparição não é neutra: está integrada a mecanismos de predição e modulação do comportamento que transforma vulnerabilidade em oportunidade de engajamento.

Deleuze e Guattari (1997; 2020) dão a chave final: a modulação captura o desejo e o redireciona, e aqui o redirecionamento é claro, o jovem, ao sofrer com o corpo, é impelido a performar uma versão mais adequada do “eu”, como tentativa de escapar do mal-estar. A correlação Q38-Q42 evidencia, portanto, a ação integrada da *modulação direta* (pressão) e da *modulação distribuída reflexiva* (autocorreção), mostrando que o corpo, para esses jovens, torna-se não apenas algo sentido, mas algo administrado.

As análises deste bloco revelam que o corpo não aparece como espaço de modulação, mas como superfície privilegiada em que os efeitos da *modulação das subjetividades* reverberam, sendo comparado, corrigido e performado segundo os imperativos sociais e estéticos que a plataforma intensifica (Foucault, 2014; Butler, 2019; Sibilia, 2016). Ao reunir esses elementos, vemos que o corpo é o lugar onde a modulação subjetiva ganha densidade material: é nele que a comparação dói, que o ideal se torna falta e que a performance se torna exigência. Lordon (2015) ajuda a compreender essa dinâmica ao mostrar que o corpo é também o ponto onde os afetos capturados se atualizam; Safatle (2024), por sua vez, explica por que o sujeito insiste em performar mesmo quando sofre, porque sua economia afetiva já foi treinada a desejar a norma que o machuca.

As correlações envolvendo a autoimagem (Q38) revelaram justamente esse ponto: o impacto psicopolítico da modulação, inicialmente operando no plano do desejo, da comparação e da avaliação de si (Deleuze e Guattari, 1997; 2020; Lazzarato, 2014; Han, 2020), converge para o corpo como um lugar de manifestação do sofrimento e da adequação. É nesse movimento que a vulnerabilidade corporificada emerge, não como produto de uma modulação direta do corpo, mas como efeito da *modulação digital psicopolítica* que reorganiza expectativas de validação social, padrões de visibilidade e formas de apresentar se socialmente (Sibilia, 2016; Santaella, 2021; Zuboff, 2020). Assim, o corpo torna-se o território da *modulação das subjetividades*, evidenciando-se nas pressões performativas, nos incômodos estéticos e nas estratégias de gestão de si que atravessam o cotidiano dos jovens pesquisados (Dardot e Laval, 2016; Bucci, 2021).

Reunindo os três blocos de correlações, torna-se evidente que o Eixo 2 configura um circuito integrado de vulnerabilidade digital e subjetiva, no qual autoimagem, performatividade, desejo e validação social não atuam como dimensões isoladas, mas como operações interdependentes do *autogoverno performativo* e da *modulação digital psicopolítica*. O primeiro bloco expôs a arquitetura profunda desse circuito, mostrando que o jovem aprende a se ver por meio da plataforma, ajustando-se às normas de visibilidade e internalizando *outro generalizado maquínico* como instância reguladora de si (Mead, 2021; Butler, 2019; Santaella, 2021).

O segundo bloco evidenciou a camada comparativa e afetiva desse processo: autoestima, o desejo de ser e validação desejada passam a ser coproduzidos sob a lógica neoliberal do empreendimento de si (Dardot e Laval, 2016; Han, 2020), transformando o mal-estar em motor de reedição performática. Já o terceiro bloco revelou a reverberação corpórea desse regime, mostrando que o corpo, ainda que não modulado diretamente, torna-se o ponto de condensação dos efeitos do *autogoverno* performativo e da *modulação digital psicopolítica*: é no corpo que a comparação dói, é no corpo que a inadequação aparece, e é sobre ele que o sujeito tenta agir para compensar a distância em relação aos padrões estetizados e legitimados pelo algoritmo (Foucault, 2014; Butler, 2019; Sibilia, 2016; Bucci, 2021).

Em conjunto os três blocos demonstram que *self* vulnerável é produzido em um regime de *autogoverno performativo*, em que a *sociabilidade rasa*, a performatividade continua e a autorregulação modulada operam como engrenagens de um mesmo sistema. A vulnerabilidade digital e subjetiva juvenil não resulta de um único vetor, mas da convergência entre modulação algorítmica, comparação estética, gestão de si e expectativas de validação fabricadas; e que é nesse movimento, simultaneamente técnico, simbólico e afetivo, que a subjetividade passa a ser governada, calibrada e sofrida.

A questão 55 (“*Você se compara com outras pessoas a partir do número de seguidores, curtidas ou comentários?*”), apresenta uma distribuição que, à primeira vista sugere baixa adesão à lógica comparativa: 71,4% dos jovens afirmam nunca se comparar com outras pessoas, 23,8% raramente e apenas 4,8% às vezes. Quando analisada isoladamente, a Q55 poderia indicar que a comparação explícita não é uma prática percebida pelos jovens.

Contudo, à luz das demais questões analisadas ao longo do Eixo 2, especialmente aquelas que apontam para ajustes performáticos, apagamento de

postagens, curadoria de conteúdo, desejo de ser como figuras vistas na plataforma e incômodos com a autoimagem, torna-se possível sugerir que algum parâmetro comparativo está em operação, ainda que não seja reconhecido como tal pelos próprios participantes. Assim, em um movimento interpretativo cauteloso, podemos considerar a hipótese de que a comparação, mediada por métricas e padrões de visibilidade, possa estar naturalizada a ponto de não ser nomeada como "comparação" na resposta direta à Q55, apesar de aparecer indiretamente nas demais dinâmicas observadas no conjunto do eixo.

A contradição entre o que o jovem declara na Q55 e o que ele efetivamente faz (apagando postagens, ajustando conteúdo, desejando ser como alguém que viu no Instagram, gerindo-se como projeto), evidencia que a comparação deixou de operar como ato consciente e passou a atuar como dispositivo incorporado pela *modulação digital psicopolítica*. A comparação já não aparece como escolha, mas como condição tácita de participação na sociabilidade digital (Sibilia, 2016). O *outro generalizado maquínico* nesta tese transforma métricas (curtidas, seguidores, comentários) em padrões silenciosos de avaliação, reorganizando o modo como o jovem percebe o próprio valor e o valor do outro.

Assim a comparação deixa de ser percebida como ação e se dissolve no hábito: compara-se não porque se decide comparar, mas porque a visibilidade é estruturada para produzir diferenças, hierarquias e expectativas (Santaella, 2021; Zuboff, 2020). Nesse sentido, a Q55 evidencia não a ausência de comparação, mas seu grau mais avançado: aquele em que a prática se torna tão normativa que desaparece da consciência. Para Lordon (2015), o afeto comparativo se torna estrutural, ele já não é percebido como afeto, mas como ambiente.

Ao não reconhecer a comparação que atravessa suas práticas, os jovens revelam o ponto de maturidade da *modulação das subjetividades*: quando a comparação deixa de ser percebida como gesto individual e passa a operar com uma estrutura invisível do cotidiano digital. A Q55 confirma, portanto, que a validação social não se organiza apenas na busca por aprovação, mas na aceitação das métricas como referência para avaliar o próprio valor.

Embora a Q55 não apresente correlação significativa e indique majoritariamente a negação da comparação, sua leitura em conjunto com os demais blocos revela um significado analítico relevante: ela evidencia a camada mais profunda da *modulação digital psicopolítica*, aquela em que o sujeito, já

moduladamente atravessado, naturaliza o olhar comparativo e incorpora como norma aquilo que o algoritmo apresenta como métrica. A Q55, assim, não está fora do eixo: ela é o seu resíduo estrutural, o ponto em que o silêncio dos números revela a força de aquilo que se faz sem perceber.

As correlações analisadas até aqui evidenciam que performatividade, validação social e construção de si não operam de forma isolada, mas se organizam como circuitos empíricos de *modulação das subjetividades*, nos quais métricas, visibilidade e expectativas de valorização orientam condutas e afetos. Contudo, embora essas relações revelem padrões relacionais consistentes, elas não permitem, por si só, apreender como tais dinâmicas são vividas, interpretadas e narradas pelos próprios jovens. Para avançar neste plano, torna-se necessário articular a análise do nível das coocorrências empíricas ao plano das experiências enunciadas, examinando como esses processos aparecem na linguagem, nas justificativas e nas percepções mobilizadas pelos participantes. É nesse sentido que se insere a próxima seção, dedicada à análise integrada das questões abertas e das entrevistas, com foco nas narrativas e na gramática nativa por meio da qual os jovens descrevem sua relação com o Instagram e com os regimes de validação que o atravessam.

7.3.2 Narrativas da modulação e da gramática nativa: análise integrada das questões abertas e entrevistas

A análise qualitativa que se segue integra dois conjuntos de material empírico: as respostas às questões abertas do questionário 1 (Apêndice A) e as entrevistas formais realizada com parte dos jovens. Embora esses instrumentos tenham diferentes graus de profundidade discursiva, ambos expressam modos de sentir, interpretar e narrar a experiência digital, permitindo acessar dimensões que as escalas *Likert*, sozinhas, não capturam. A distinção metodológica entre pesquisados (numéricos) e entrevistados (alfabéticos) preserva as especificidades de cada instrumento, sem impedir que os materiais sejam examinados de forma transversal, como expressões de uma mesma ecologia subjetiva modulada pelo uso cotidiano do Instagram.

Essa etapa qualitativa opera como aprofundamento interpretativo daquilo que já foi sinalizado nas análises quantitativas, especialmente nas correlações e nas PAs identificadas na Análise Fatorial Exploratória. Os fatores extraídos empiricamente, e posteriormente reorganizados nos eixos analíticos, indicam padrões recorrentes

relacionados à hiperconexão, performatividade, reorganização do desejo e ambivalências subjetivas.

As falas dos participantes, por sua vez, permitem observar como esses padrões se manifestam na experiência concreta dos jovens, dando densidade às categorias analíticas construídas ao longo da tese. Em outras palavras, as entrevistas e as questões abertas não constituem uma etapa paralela ou apartada, mas dialogam estruturalmente com as evidências estatísticas, funcionando como camada interpretativa que revela a textura afetiva, simbólica e cotidiana das dinâmicas identificadas pela AFE.

Ao integrar os dois materiais, dados escritos e dados falados, esta análise busca demonstrar como as estruturas detectadas estatisticamente se traduzem em práticas, percepções, tensões e conflitos vividos pelos jovens no interior da ambiência digital. Assim, o objetivo aqui não é ilustrar os eixos com exemplos, mas compreender como cada fala tensiona, amplia ou confirma os dados quantitativos, permitindo uma leitura mais complexa da *modulação digital psicopolítica* e da constituição do *self* contemporâneo. O cruzamento entre escalas, correlações, PAs e depoimentos autoriza observar, com precisão analítica, como hiperconexão, validação social, performatividade e ambivalência subjetiva atravessa o cotidiano dos participantes, configurando uma cartografia integrada da *modulação da subjetividade*.

Para diferenciar os dois instrumentos de coleta qualitativa utilizados, as questões abertas do questionário e as entrevistas formais, adoto convenções distintas de identificação. Os participantes que responderam às questões abertas são identificados como: pesquisado 1, pesquisado 2, pesquisado 3, e assim sucessivamente, em ordem numérica. Já os participantes das entrevistas semiestruturadas são nomeados como: Entrevistado A, B, C, sucessivamente, em ordem alfabética. Essa distinção preserva a especificidade metodológica de cada instrumento, evita inflar numericamente o conjunto das entrevistas e garante clareza na apresentação das falas dentro dos eixos analíticos.

A leitura das narrativas juvenis revela que a experiência do Instagram se escreve em um ambiente relacional marcado por fragilidade dos laços, oscilação afetiva e uma crescente sensação de exposição sem amparo. Antes mesmo de emergir a autocomparação, o medo do julgamento ou a busca por aprovação, os jovens descrevem o cenário de *sociabilidade rasa*, categoria analítica desenvolvida

nesta tese, na qual as interações se ampliam, mas os vínculos se tornam mais voláteis e tênues.

É nesse terreno, onde a presença do outro se converte em audiência e a visibilidade em observação silenciosa, que se configura o *self* vulnerável deste eixo. As falas analisadas a seguir mostram que o Instagram não apenas modula a visibilidade dos sujeitos, mas reorganiza a própria ecologia dos laços sociais, gerando uma convivência atravessada por expectativas, comparações e incertezas que estruturam a vulnerabilidade relacional característica desta geração.

As narrativas dos jovens evidenciam o cenário relacional marcado por fragilidade, volatilidade e baixa densidade afetiva, características centrais daquilo que esta tese conceitua como *sociabilidade rasa*: um modo de vínculo que se constitui na superfície das interações, sustentado por reações, observação e circulação imagética, mas raramente por presença, escuta ou continuidade. Essa sociabilidade frágil se articula diretamente ao *self* vulnerável, que tenta se estabilizar no ambiente onde a visibilidade é abundante, mas a valorização é escassa.

Pesquisado **9** expressa essa tensão ao afirmar: "*a vida é muito mais do que a aparência, do que apoiadores. Existem mais pessoas te observando do que te apoiando (...) poucas pessoas vão te aplaudir nas realizações dos teus sonhos, mas elas vão estar sempre te assistindo*" (Pesquisado 9). A distinção entre observar e apoiar condensa a forma de *validação social*: um olhar que acompanha, consome e monitora, mas não sustenta. Sibilia (2016) já antecipava que a lógica da exibição transforma a presença do outro em audiência, e não em alteridade e reciprocidade. O jovem percebe esse deslocamento, ele é visto, mas não é confirmado; é acompanhado, mas não é encontrado. A fragilidade relacional emerge justamente dessa conversão da sociabilidade em espetáculo, muitos olhos, poucos vínculos.

Essa diferença entre o que aparece e o que se sustenta também é captada pelo pesquisado **10**, ao narrar: "*pelas redes muitas pessoas se sentem à vontade, conversem tranquilamente, mas quando a conversa é presencial são totalmente diferentes*" (Pesquisado 10). Aqui não se trata de incoerência, mas de performatividade modulada pela arquitetura simbólica das plataformas. Santaella (2016) fala que no digital, o sujeito dispõe de tempo, filtros, edição, distância; no presencial, confronta corpos, hesitações e vulnerabilidades. A plataforma torna-se um espaço onde o *self* pode performar estabilidade e expressividade, enquanto a relação presencial revela fissuras e inseguranças. O resultado é um *self* que oscila entre

versões (a presencial e a digital), reforçando sua vulnerabilidade diante da expectativa de coerência produzida por essa cultura da visibilidade.

O pesquisado **2** aprofunda esse ponto ao relatar o impacto direto da plataforma na manutenção dos laços: "*fiquei um tempo sem celular e o Instagram foi muito importante para a minha comunicação (...) trocava mensagens com minhas amigas pelo direct*" (Pesquisado 2). O que emerge é a dependência do Instagram como uma infraestrutura da sociabilidade, não apenas um meio de comunicação, mas o próprio ambiente onde a relação acontece, se organiza e se mantém. Isso amplifica a dimensão do *self* vulnerável, pois retirar-se da plataforma significa para muitos jovens retirar-se também da vida social. A sociabilidade mediada torna-se condição de pertencimento, e não apenas complemento da convivência.

Ainda assim, a plataforma produz efeitos ambivalentes. O entrevistado **B** destaca a dimensão positiva: "*essa rede social possibilita até mesmo reencontros entre pessoas que a gente não vê há um tempo*" (Entrevistado B). Aqui, a sociabilidade rasa se mostra eficiente em reativar contatos, mas não necessariamente em aprofundá-los. A reaproximação existe, mas é modulada por interfaces, reações e mensagens rápidas, quase sempre sem transbordar para uma relação de maior espessura. Bauman (2004) já apontava que vivemos sob as relações líquidas, fluidas, que se formam com rapidez e se desfazem com igual facilidade, e a ambiência digital apenas intensifica esse regime.

O pesquisado 11 reforça essa ambivalência ao afirmar que, "*o Instagram acaba fazendo a gente conhecer outras pessoas, reagindo aos stories, comentando nas publicações e acabamos criando laços sem perceber*" (Pesquisado 11). O mesmo jovem continua "*nos fechamos para algumas pessoas e nos abrimos para outras, abrindo a mente, o coração*" (Pesquisado 11). O trecho é precioso porque evidencia o duplo movimento da sociabilidade rasa, uma vez que ela abre e possibilita encontros inesperados e até afetos, mas também superficializa, pois esses laços, muitas vezes, nascem e morrem na velocidade do *feed*.

O que nos chama atenção é que nesses novos laços, o jovem não menciona a criação de uma profundidade, densidade relacional, pois muitas vezes se tratam de laços modulados por notificações, algoritmos de proximidade e interações mínimas, não pela experiência compartilhada ou pela presença encarnada. A plataforma cria a sensação de conexão contínua, mas produz, como Dunker (2021) sugere, vínculos

frágeis e alicerçados mais em disponibilidade técnica do que em investimento emocional.

Em conjunto, essas falas demonstram que os jovens habitam um ecossistema relacional no qual a quantidade de interações cresce, mas a consistência dos vínculos diminui. O resultado é um sujeito que se movimenta entre expectativas, comparações, performances e lacunas de validação social. O *self* vulnerável emerge justamente neste terreno. Ele sabe que é visto, mas não sabe se é querido. Sabe que é observado, mas não sabe por quem. Sabe que pode criar laços, mas não sabe se esses laços resistem ao *offline*.

A análise que se desenvolve a seguir toma a autocomparação com uma das dinâmicas centrais na constituição da subjetividade juvenil modulada pelo Instagram. Importa destacar que, termos como *"autocomparação", "vício, "vida ideal", "se sentir mal"*, não são categorias analíticas previamente definidas pela pesquisa, mas são expressões que emergem diretamente da gramática nativa dos jovens participantes. Essas nomeações, recorrentes tanto nas entrevistas quanto nas questões abertas do questionário, revelam como os próprios sujeitos interpretam, organizam e dão forma às suas experiências no ambiente digital. Ao incorporar essa gramática nativa, reconhece-se também que essas expressões são atravessadas pelo funcionamento de um *outro generalizado maquínico*, que oferece continuamente modelos, padrões e expectativas a partir dos quais os jovens passam a interpretar a si mesmos.

Incorporar essa gramática nativa na análise não significa aderir às definições espontâneas, mas reconhecer que é por meio dessas palavras (que carregam afetos, expectativas, dores e justificativas), que os jovens descrevem a trama de comparações, desejabilidades e vulnerabilidades que atravessam seu cotidiano. Portanto, ao tomar a autocomparação como eixo interpretativo, partimos da maneira como os próprios jovens experienciam e narram seus sofrimentos e tensões. Assim, permite-se captar com maior precisão a operação da *modulação digital psicopolítica* no nível micro de suas vidas. As imagens vistas e as imagens de si se convertem em operadores de autoavaliação contínua e onde a *modulação digital psicopolítica* funciona como matriz silenciosa de exigências, avaliando, hierarquizando e devolvendo ao sujeito parâmetros de valor.

A presença da gramática nativa revela como o campo semântico dos jovens já está impregnado por dinâmicas de modulação. O "vício", a "vida ideal" e a sensação de "se sentir mal" não surgem como descrições neutras, mas como efeitos de um

processo no qual a *modulação digital psicopolítica* ocupa o lugar de referência normativa. Ela mostra o que é desejável, filtra o que aparece como relevante e regula, por meio da repetição, aquilo que deve ser tomado como padrão. Assim, a autocomparação não nasce apenas do contato com o outro, mas da interação constante com um regime técnico, invisível e impessoal, que orienta as formas de avaliação de si.

Um ponto comum entre os pesquisados é o que diz respeito à comparação sobre os modos de vida que são exibidos na rede. Tais modos perpassam pelo consumo de roupas, estilos, produtos, lugares, gastronomia, ou ainda a exibição de corpos perfeitos e sentimentos de felicidade no Instagram. Amigos, conhecidos ou influencers que os jovens seguem ou aparecem aleatoriamente em seus *feeds* por sugestão do algoritmo. Essa autocomparação, mesmo quando reconhecida como assimétrica ou idealizada, emerge como elemento estruturante do modo como os jovens avaliam a si mesmos, evidenciando a atuação do processamento algorítmico que organiza o que deve ser visto, desejado e considerado valioso.

O ponto crítico aqui é que a comparação não se funda apenas no contato visual com o outro, mas com aquilo selecionado e amplificado algoritmicamente. A comparação, portanto, é sempre mediada por uma instância técnica que hierarquiza visibilidades, determinando quais vidas, corpos e consumos compõem o horizonte do desejável. Isso intensifica a vulnerabilidade, pois o jovem não se compara apenas com amigos, mas se compara com uma curadoria algorítmica de vidas idealizadas.

Podemos observar que a autocomparação é um elemento muito presente nas narrativas dos jovens: *"Não é tão simples quanto parece, muitas vezes as pessoas (inclusive eu), se comparam com as publicações de outras pessoas, se sentindo inferiores em vários aspectos, beleza, condições financeiras, corpo"* (Pesquisado 1). Esse mesmo jovem se questiona: *"sobre a comparação nós vemos perfis aleatórios e nos perguntamos se deveríamos ser iguais aquelas pessoas"* (Pesquisado 1).

Outro jovem frisa a questão da autocomparação em relação a estética de seu corpo com o que ele vê no *feed*: *"Já pensei em desinstalar o Instagram muitas vezes, por autoestima (...) A comparação da minha estética com a do padrão que aparece no meu Insta, comparação até de minha personalidade"* (Pesquisado 3). Na sequência o mesmo jovem questiona os ganhos financeiros inflados de alguns influenciadores digitais: "*tenho o questionamento sobre muitos blogueiros (que não tem nem graduação) ganharem um salário bem maior do que quem ocupa os maiores cargos*

existentes" (Pesquisado 3). Todos esses relatos mostram que o horizonte autocomparativo é produzido por um regime de visibilidade, que organiza a aparição dessas vidas como parâmetro de valor e sucesso.

Aqui esse regime de visibilidade se torna evidente: ele não apenas apresenta modelos, mas produz a sensação de que esses modelos são frequentes, normais e alcançáveis. A autocomparação do Pesquisado **3** entre seu corpo, personalidade e até suas conquistas profissionais com a dos influenciadores é modulada por esse regime sociotécnico que amplifica aquilo que tende a gerar engajamento. O resultado é uma comparação que se desloca da experiência concreta e se ancora em vidas e afetos modulados. Quando a autocomparação passa a operar sobre sentimentos de valor e fracasso, e não apenas sobre modelos visíveis, ela deixa de ser apenas efeito do regime de visibilidade e passa a expressar um processo, que nesta tese, designamos como *modulação afetiva*.

A *modulação afetiva*, neste estudo, uma categoria analítica que corresponde à dimensão emocional e pulsional da *modulação das subjetividades*. Entende-se por *modulação afetiva*, neste estudo, o processo sociotécnico de produção e regulação dos afetos que atua sobre a capacidade do sujeito de sentir, desejar e atribuir valor a si mesmo. Trata-se de uma forma específica de *modulação das subjetividades* que opera no plano emocional e pulsional, reorganizando disposições afetivas e orientando a experiência de si a partir de dinâmicas algorítmicas de visibilidade, *validação social* e comparação.

Não se trata de estímulos emocionais isolados ou dispersos, mas de uma engenharia afetiva que produz disposições, orienta sensibilidades e reorganiza a capacidade do sujeito de ser afetado. A afetação não é um fenômeno psicológico individual, mas uma potência socialmente produzida, conforme a analisa de Frédéric Lordon (2015): o afeto é aquilo que move o sujeito, aquilo que o orienta para certos objetos, práticas e formas de vida. O Instagram, nesse sentido, não apenas desencadeia emoções, mas captura e direciona o regime afetivo que dá forma aos desejos e às ações.

Inspirado em Espinosa, Lordon (2015) argumenta que os afetos são forças que nos atravessam, movem e aliam nossos corpos e pensamentos aos motivos de outros corpos e sistemas. Na ambiência digital, essa captura se intensifica: o algoritmo opera como um dispositivo de alinhamento afetivo, modulando preferências, excitando expectativas e produzindo convergências desejantes que servem ao regime

psicopolítico. O sujeito deseja aquilo que também o captura. Desejo e sujeição tornam-se coextensivos.

De modo complementar, Vladimir Safatle (2024) amplia essa compreensão ao afirmar que a capacidade de ser afetado constitui a própria vulnerabilidade do sujeito contemporâneo: uma abertura que é, ao mesmo tempo, condição de transformação e superfície de captura. A plataforma explora essa vulnerabilidade digital como matéria-prima, modulando não apenas o conteúdo das emoções, mas também a forma como o sujeito se disponibiliza ao mundo, tornando-o mais responsivo, mais excitado e mais dependente de microdoses de validação.

A *modulação afetiva* não transforma somente o que o sujeito sente, mas aquilo que o sujeito pode sentir. Ela expande certas possibilidades emocionais (entusiasmo, excitação, euforia breve) e contrai outras (introspecção, silêncio, opacidade). Trata-se de uma regulação contínua da sensibilidade, estruturada por ciclos de recompensa, ansiedade, comparação e frustração. Nessa perspectiva, Byung-Chul Han (2015; 2020) não fala da capacidade de ser afetado, mas ilumina outro aspecto decisivo: a colonização emocional promovida pela sociedade de desempenho, que converte afetos em ferramentas de autoprodução e autovigilância. A plataforma intensifica essa lógica ao acoplar métricas de *validação social* a estados emocionais, transformando afeto em instrumento de gestão psicopolítica.

A *modulação afetiva* articula: ansiedade de atualização e de autocomparação; excitação intermitente pelos retornos algorítmicos; ressentimentos modulados; micro-euforias produzidas por validação rápida; ciclos de exaustão afetiva e desânimo performativo; sentimentos de inadequação distribuídos socialmente e expectativas internalizadas de visibilidade. Esses afetos são fabricados e distribuídos socialmente, convertendo o sujeito em um ator que age a partir de emoções moduladas e não de disposições autônomas.

O Instagram opera como dispositivo de engenharia afetiva, alinhando desejos individuais aos imperativos do regime psicopolítico digital. A *modulação afetiva*, é desta forma, o motor silencioso da captura: ela mantém o sujeito aderido, excitado, comparando-se, esperando retorno, desejando presença e validação. Assim, a *modulação afetiva*, não governa apenas comportamentos, mas governa o próprio campo emocional que torna o comportamento possível.

Aqui a autocomparação ultrapassa o corpo e alcança as formas de existência, conquistas e até posição social. Isso confirma que a lógica de visibilidade da

ambiência digital não se restringe ao campo visual, mas reorganiza o senso de justiça, mérito e valor de si. A racionalidade neoliberal, como indicam Dardot e Laval (2016), produz sujeitos que internalizam padrões de sucesso como medida de si. O jovem não só se compara fisicamente, mas se percebe “atrasado”, “menos capaz”, “menos produtivo” mesmo sabendo das vidas editadas envolvidas no processo de autocomparação.

Esse deslocamento entre saber que aquilo que se exibe não corresponde, muitas vezes, a realidade concreta dos sujeitos e, ainda assim sentir-se inferior por não ser como esse outro constitui precisamente o efeito desse regime sociotécnico, que devolve constantemente padrões de excelência e valor que guiam a autoavaliação. A modulação reorganiza o desejo e o próprio sentimento de valor: ser é aparecer; valer é performar; existir é corresponder. O autogoverno performativo se sustenta porque a modulação algorítmica ocupa o lugar de mediação entre sujeito e mundo e oferece continuamente imagens que funcionam como critérios de valor. Mesmo quando o jovem compreende a artificialidade das vidas exibidas, permanece afetado, pois o operador da norma não é o conteúdo em si, mas a repetição modulada que o algoritmo realiza.

Muitos relatam que têm consciência que aquela não é necessariamente a vida ou o corpo real, que entendem que as pessoas só exibem na rede imagens de momentos alegres, capacidade de consumo que muitas vezes não coincidem com sua condição financeira, conquistas e produtividade, além da estética dos corpos sob o efeito de filtros. Este entrevistado diz que “*O Instagram influencia muito a vida das pessoas, você vê um ideal de vida que na realidade não existe e se compara, sempre tentando chegar naquele nível, não só ideal de vida, mas de beleza, corpo, aparência no geral”* (Pesquisado 2). Este jovem demonstra compreender que o que se exibe na rede não condiz com a realidade concreta, uma vez que “*achar que os filtros e as mensagens do Instagram são verdades pode ser perigoso”* (Entrevistado C).

Os jovens percebem que quanto mais expostos à rede, mais se tornam suscetíveis à autocomparação a partir do que veem: “*eu mesma tento me controlar e não entrar o tempo inteiro no Instagram para não me sentir mal com a vida aparentemente perfeita das pessoas que eu sigo”* (Pesquisado 2). O entendimento dessa distância entre o real e o exibido, contudo, não impede que a afetação se produza, pois, a modulação algorítmica estabiliza como norma os mesmos padrões

que os jovens racionalmente sabem ser artificiais, produzindo o que Lordon (2015) descreve como sujeição pelos afetos, ainda que a mente saiba, o corpo deseja.

Aqui Lordon (2015) contribui decisivamente: para ele, os afetos não seguem a razão, mas a ordem dos encontros. O jovem encontra repetidamente as mesmas imagens moduladas, os mesmos corpos filtrados, os mesmos padrões de felicidade, encontros que o algoritmo seleciona e intensifica. Assim, mesmo a consciência crítica não neutraliza a força afetiva desses signos. Safatle (2024), ao discutir como a economia afetiva do capitalismo reorganiza a forma de vida, mostra que o sofrimento emerge justamente quando o sujeito é conduzido a desejar aquilo que sabe ser incompatível consigo, uma dissociação que aparece aqui com nitidez.

Contudo, mesmo compreendendo estes elementos, a autocomparação torna-se quase inevitável. A autocomparação não se realiza somente em termos de estética ou aparência, mas ocorre também sobre as condições socioeconômicas dos pesquisados. Vejamos: *"Vemos vários amigos se reunindo e saindo e parece que tá só você em casa e que não está aproveitando direito sua vida e sua juventude"* (Pesquisado 1). Safatle (2024) ilumina esse processo ao mostrar como a normatividade afetiva produzida pelo capitalismo reorganiza o que aparece como vida possível, gerando sofrimento quando há descompasso entre afeto e possibilidade material.

O elemento da autocomparação, que emerge de uma gramática nativa dos jovens, inaugura aquilo que, neste Eixo 2, é nomeado como *autogoverno performativo* e *self* vulnerável. O jovem não apenas observa a vida alheia, ele se mede por ela. Isso confirma empiricamente o que Sibilia (2016) identifica como estetização da existência. O valor social passa a depender da capacidade de produzir imagens de si compatíveis com padrões circulantes. Essa medida de si é continuamente modulada algoritmicamente, e impõe uma estética normativa por meio da repetição algorítmica de certos corpos, cenários e estilos de vida.

Lordon (2015) contribui ao mostrar que o desejo é sempre socialmente inscrito e, nesse contexto, é capturado aqui por um regime de prescrições afetivas. Aqui se observa a gênese do *self* vulnerável: um sujeito cuja percepção de valor depende não apenas do olhar do outro, mas do retorno métrico da plataforma. Safatle (2024) ajuda a compreender que o sofrimento que emerge dessa dissonância é estrutural, não acidental. Ele decorre de uma economia afetiva que cria ideais de vida impossíveis,

mas normativos. O algoritmo reforça esses ideais, expandindo o domínio do autogoverno performativo.

A comparação socioeconômica (viagens, restaurantes, eventos, consumo), aparece como afetação modulada. Lordon (2015) explica que os sujeitos desejam segundo os afetos que os atravessam, e, o jovem passa a sentir como falta não ter a vida exibida, mesmo sabendo que ela é editada ou inacessível. Essa tensão entre consciência e afeto pode ser compreendida como aquilo que Safatle (2024) denomina sofrimento normativo. Esse tipo de afetação aparece de modo recorrente nas falas dos jovens quando descrevem sentimentos de inadequação diante das imagens exibidas no *feed*.

O Pesquisado 1 continua: *"além disso comparam suas conquistas com as dos outros e se sentem atrasados, que não tem mais tempo para fazer algo, e isso acaba gerando muita ansiedade. Eu já tive que tratar tudo isso em terapia"* (Pesquisado 1). A validação social modulada, aqui, manifesta sua consequência mais severa: o sofrimento. Dunker (2020) destaca que a lógica da comparação produz sujeitos fragilizados, permanentemente distantes de si. O jovem que procura terapia revela que a plataforma não apenas altera a percepção de si, mas reconfigura a experiencia emocional, instaurando ansiedade, inadequação e sensação de fracasso. Safatle (2024) descreve essa experiência como sofrimento normativo, no qual o sujeito sofre não porque fracassa, mas porque é convocado a corresponder a modelos impossíveis, produzidos por um arranjo afetivo que o ultrapassa. Lordon (2015) reforça que o sofrimento emocional é sempre político, pois surge da captura afetiva por normas sociais, e, aqui, pela normatividade produzida pela modulação algorítmica, que define o que passa a valer como êxito.

A busca por terapia revela a transmutação da modulação algorítmica em sofrimento psíquico concreto. A ansiedade não é apenas emocional; é política e social, como argumenta Safatle (2024). Trata-se do efeito direto de uma economia afetiva que coloca o jovem em constante déficit. O regime de visibilidade amplifica esse déficit ao reiterar normas inalcançáveis de vida e performance. Esse adoecimento não é acidental, mas um efeito sistemático da *modulação digital psicopolítica*, que produz expectativas inalcançáveis e insere o sujeito em um ciclo contínuo de autoavaliação estética, econômica e existencial.

Nesse sentido, autocomparar-se com aquilo ou aqueles que o jovem vê em seu *feed*, evidencia uma disjunção entre consciência crítica e afetação subjetiva. Os

jovens sabem que o conteúdo é editado, recortado, filtrado, artificial, mas continuam sendo influenciados por ele. Essa fratura cognitivo-afetiva confirma o que Byung-Chul Han (2015; 2020) descreve como a violência da positividade: mesmo quando o sujeito compreende racionalmente o caráter performativo da felicidade exibida, ele se sente obrigado a medir sua própria vida por essa lógica.

O que se observa aqui é a atuação direta da modulação algorítmica, que estabiliza uma estética de felicidade e sucesso como norma, reiterando incessantemente imagens moduladas que se tornam parâmetros de autoavaliação. Safatle (2024) contribui a demonstrar como essa normatividade afetiva coloniza o próprio sentir, produzindo sofrimento quando o sujeito percebe que sua vida não corresponde ao ideal exibido. Lordon (2015) reforça que, mesmo quando a razão anuncia a artificialidade da cena, o corpo continua afetado, pois o desejo segue a lógica dos encontros afetivos produzidos pelo ambiente algoritmo.

A consciência crítica, portanto, não atua como antídoto à modulação. Os jovens sabem que a felicidade é ensaiada, mas ainda assim sofrem. Essa é a marca do *self* vulnerável, ser capaz de compreender cognitivamente, mais incapaz de evitar a afetação. A plataforma, ao reiterar continuamente certos signos, fixa aquilo que Safatle (2024) chamaria de formas hegemônicas de sentir, o que produz uma normatização afetiva que independe da reflexão.

Sibilia (2016) ajuda a compreender por que essa “consciência não basta”, pois o regime de visibilidade atual opera diretamente no plano do sensível e do afeto, não apenas da razão. A imagem, ao invés de representar a vida, se torna critério de vida possível. Assim, saber que o corpo é filtrado não impede que eu deseje parecer com ele. Saber que o outro só posta momentos felizes não impede que eu me sinta insuficiente. Butler (2023) ilumina essa dinâmica ao afirmar que os corpos são produzidos socialmente a partir de normas reiteradas.

No ambiente digital, tais normas são intensificadas pelo processamento algorítmico, que seleciona, amplifica e distribui padrões estéticos que se convertem em matriz de validação social. Lordon (2015) enfatiza que o desejo opera por captura afetiva. O sujeito deseja aquilo que aparece como desejável porque foi afetado por sua repetição.

Safatle (2024) amplia o argumento ao mostrar que essa repetição não apenas produz desejo, mas regula o próprio horizonte emocional dos sujeitos, configurando expectativas e frustrações que geram sofrimento. Nesse cenário, a imagem não é

mais exterior, ela se torna modelo do possível. A plataforma, ao amplificar certos corpos e estilos, define não apenas como o sujeito quer aparecer, mas como ele sente que deveria ser. Eis o ponto de ligação preciso entre autogoverno performativo, vulnerabilidade digital e captura afetiva. O algoritmo reitera incessantemente uma mesma estética, uma mesma narrativa aspiracional, produzindo matrizes estéticas de validação social.

A recorrência da autocomparação revela uma operação central da validade social técnica, categoria que descreve a passagem da valorização fundada na relação com o outro para a validação como visibilidade métrica. Ainda que os jovens afirmem compreender racionalmente que as imagens são filtradas, roteirizadas ou financeiramente inacessíveis, sua experiência afetiva permanece capturada pelo contraste entre a própria vida e os modelos exibidos pela plataforma. Como afirmam: "*se sentir inferior*...", "*parece que só você está em casa*", "*minha estética não é a do padrão*", evidenciando que a comparação opera como prática cotidiana de avaliação de si.

Bluter (2019), ao discutir a materialização normativa do corpo, ilumina o processo pelo qual os corpos que aparecem (modulados, filtrados, editados), tornam-se critérios de inteligibilidade: aquilo que pode ser visto como "corpo valido", "corpo desejável", "corpo digno de validação". O jovem sofre porque a plataforma define, por meio do processamento algoritmo e predição, qual é a régua para medir o valor de si. É por isso que, mesmo sabendo que o conteúdo é editado, ele se sente menor. A autocomparação é um efeito produzido pelo processo de modulação.

Essa discrepância entre consciência crítica e afetação emocional é característica de um *self* vulnerável, cuja medida de valor passa a ser derivada de signos visuais reiterados pelo algoritmo. Sibilia (2016) já assinalava que o "eu exposto" não demanda autenticidade, mas aderência aos códigos estéticos dominantes. No Instagram, essa aderência é reforçada pela modulação algorítmica: conteúdos similares são repetidos, amplificados e apresentados como norma, produzindo a sensação de que todo mundo vive assim.

Safatle (2024) destaca que essa repetição produz uma economia afetiva que conduz o sujeito a uma vulnerabilidade estrutural, pois ele passa a se sentir responsável por não corresponder ao padrão que o atravessa. O resultado é um *self* que sempre falta. Um *self* que nunca alcança. Um *self* que vive sob a sensação de inadequação. É nessa condição que se organiza o Eixo 2.

A autocomparação não é apenas um efeito da cultura visual, mas uma técnica de modulação do sentir, no qual os jovens internalizam como expectativa aquilo que veem circular, mesmo quando sabem que é encenado. É nesse ponto que a validação social encontra sua expressão empírica: o valor de si é medido pela distância entre a vida real e a vida modulada. A consciência da encenação (filtros, recortes, performances) não neutraliza o impacto comparativo. O sujeito sabe que a imagem é construída, mas ainda assim se mede por ela. Han (2015) aponta esse paradoxo como marca da sociedade do desempenho, pois mesmo quando a pessoa percebe a farsa da felicidade, continua submetida ao imperativo de corresponder a ela.

A comparação não deriva de ingenuidade, mas de uma economia afetiva modulada, em que o algoritmo intensifica conteúdos similares e reforça padrões como se fossem universais. A métrica visual torna-se padrão de normalidade, reposicionando a autoestima sob signos externos. Essa é a gênese do *self* vulnerável: ele reconhece a ficção, mas sente como se fosse realidade. A modulação algorítmica, ao repetir incessantemente narrativas visuais sobre beleza, sucesso e felicidade, institui essas ficções como horizontes afetivos reais. Lordon (2015) ajuda a compreender que o corpo se alinha aos afetos dominantes, mesmo quando o intelecto reconhece seu caráter ilusório.

Dardot e Laval (2016) reforçam que, sob a racionalidade neoliberal, o sujeito se torna empreendedor de si, o que significa que cada jovem se percebe responsável por corresponder a esses padrões idealizados, mesmo sabendo que são irreais. Isso gera a fratura subjetiva, característica do Eixo 2: o sujeito sabe que é mentira, mas sente como se fosse verdade. A plataforma intensifica esse mecanismo pela modulação algorítmica: o algoritmo filtra e realça vidas, corpos e estilos que funcionam como matrizes de comparação, reforçando a percepção de inadequação.

Santaella (2021) explica que o regime de visibilidade das plataformas cria uma ecologia simbólica em que só aparece aquilo que já está em conformidade com os códigos estéticos hegemônicos. O jovem, então, nunca compara sua vida com a vida real do outro, mas com a versão modulada que o algoritmo escolhe exibir. O resultado empírico é aquilo que designamos por *modulação afetiva* articulada pela performatividade e pela comparação, que converte visibilidade em critério de valor. Nesse ponto, a comparação deixa de ser um gesto voluntário e se transforma em coerção afetiva: não é apenas o desejo de ser como o outro, mas o medo de não ser visto, lembrado ou validado.

A dinâmica da comparação sobre os modos de vida exibidos na *timeline* insere-se de modo preciso no Eixo 2, pois evidencia o entrelaçamento entre *self* vulnerável, vulnerabilidade digital, *modulação afetiva* e validação social. O que se observa é a constituição de um modo de subjetivação atravessado pela lógica comparativa: o valor de si passa a ser medido pela estética visível, pela aceitação performada em métricas e pela retroalimentação contínua do olhar do outro. Esse movimento revela a produção de um *self* que organiza sua percepção de valor a partir das imagens amplificadas pelo algoritmo, internalizando, como critério de validação, aquilo que a plataforma codifica como digno de aparecer.

No contexto da *modulação digital psicopolítica*, o reconhecimento deixa de operar como relação ético-intersubjetiva, fundada na alteridade humana e na reciprocidade, e passa a se constituir pela visibilidade e pela aderência a signos esteticamente modulados. Trata-se de um processo em que o sujeito busca validação não no outro concreto, mas em uma instância algorítmica que hierarquize imagens, circula padrões, produz expectativas e define, de modo invisível, o que merece aparecer e o que deve ser esquecido. É a passagem da alteridade para a visibilidade, da relação para o cálculo, que designamos como *validação social tecnicamente mediada*.

Nesse regime, ser validado significa, sobretudo, ser visto, ser notado, ser aprovado metricamente. A avaliação sobre o valor de si passa a ser mediada por curtidas, comentários, visualizações e padrões estéticos que se apresentam como espontâneos, mas são modulados por arquiteturas técnicas e simbólicas. Assim, a validação social não é dada pela relação com o outro, mas por sinais calculados de circulação de si. O sujeito passa a medir sua dignidade, atratividade, produtividade e valor a partir de devolutivas numéricas, que funcionam como equivalentes afetivos e simbólicos da aprovação social.

O pesquisado 4 salienta que a comparação é algo que não lhe afeta. Porém, nos chama a atenção o fato de o mesmo abordar espontaneamente tal quesito, frisando que a vida exposta nos perfis não corresponde à realidade: "*Confesso que tem bastante gente que mostra uma vida perfeita, mas na verdade chora no banho. Mas este tipo de coisa não me afeta, eu não costumo me comparar a outras pessoas*" (Pesquisado 4). Essa negação acompanhada de reflexão crítica sugere que o sujeito racionaliza o fenômeno, mas mantém-se afetado por ele, uma ambivalência típica do *self* vulnerável.

A negação (“não me afeta”) é o mecanismo defensivo comum quando existe uma tensão entre o que se vive e o que se admite publicamente. A própria insistência no tema revela que a comparação o atravessa, ainda que simbolicamente. Esse é um exemplo claro de *self* vulnerável, capturado por discursos contraditórios: consciência crítica e afetação emocional coexistem. Em diálogo com Han (2020), pode-se compreender essa racionalização como expressão da subjetividade contemporânea modulada pela positividade: ainda que o sujeito reconheça criticamente o caráter artificial das imagens expostas, isso não neutraliza seus efeitos afetivos.

Mesmo salientando que não se compara, o pesquisado 4 classifica o fenômeno como algo maléfico, afirmando que “*muitas pessoas se comparam e isso causa problemas”*. Essa perspectiva reforça que a comparação é compreendida como parte estrutural da plataforma, ainda que o sujeito tente se afastar dela subjetivamente. Esse tipo de discurso revela uma compreensão moral do fenômeno, mas ainda assim atravessada pela modulação. Mesmo quem diz “*não me afeta”* está marcando posição dentro da economia da validação. Distancia-se do comportamento “vulnerável”, mas o faz porque está dentro do mesmo regime simbólico que exige força, autocontrole e imunidade emocional. Essa postura confirma o quanto o regime de visibilidade constitui uma matriz de avaliação social para todos, afetados ou não.

Ainda perpassando pelo quesito da comparação temos o seguinte relato: “*não é saudável que uma pessoa passe horas olhando para uma tela de celular e se esquecendo de viver a vida real (...) eu mesma tento me controlar (...) já flui influenciada em roupas, músicas, estilos*” (Pesquisado 2). Esse relato articula comparação, sofrimento e influência estética, mostrando uma subjetividade orientada por signos modulados que escapam ao controle consciente. O relato do pesquisado **2** sintetiza o eixo inteiro: tentativa de autocontrole, sofrimento, influência estética, reorganização de gostos e vulnerabilidade digital de base afetiva. É a validação social em sua forma mais completa: o sujeito mede sua vida pelo que vê e sente atravessar seu corpo. Essa reorganização estética e comportamental é a expressão empírica da *modulação afetiva* como dimensão da *modulação das subjetividades*, que não atua apenas no querer, mas também na forma de sentir-se parte do mundo.

A comparação constante com as vidas, corpos, rotinas e conquistas exibidas no Instagram emerge como um mecanismo privilegiado da *modulação afetiva* articulada à lógica da validação social. Ainda que os jovens afirmem saber que se trata de imagens editadas, filtradas e cuidadosamente roteirizadas, a comparação persiste,

pois não depende da veracidade do conteúdo, mas da lógica disposição que organiza o campo da visibilidade. Como argumenta Sibilia (2016) o eu-espetáculo não demanda autenticidade, mas presença; não precisa ser verdadeiro, mas performar adequação aos códigos que circulam. É esse imperativo performativo que produz o deslocamento da autoestima para o campo visual, fazendo com que a própria vida *offline* seja medida pelo que aparece, ou deixa de aparecer, no *feed*.

Dardot e Laval (2016) explicam que, na racionalidade neoliberal, o sujeito é convocado a governar a si como um empreendimento. No Instagram, essa lógica é intensificada: cada gesto de publicação, cada escolha estética e cada tentativa de captar atenção compõem uma economia subjetiva voltada para o desempenho. Quando esse desempenho falha. Produz-se um vazio: a falta de curtidas, ausência de comentários, a percepção de que “os outros vivem mais e melhor” constitui uma ferida na auto imagem. A validação social, modulada algoritmicamente e afetivamente, constitui-se como uma matriz de sofrimento: ela promete validação sob forma de visibilidade, mas impõe uma régua inalcançável que se desloca continuamente.

As falas dos jovens revelam empiricamente esse processo. Ao afirmar que se sentem “atrasados”, “inferiores”, “feios”, ‘menos produtivos” ou “mal com a vida aparentemente perfeita dos outros”, mostram que sua autoavaliação é mediada pela comparação com imagens moduladas. Mesmo aqueles que dizem “não me comparo” organizam seu discurso em torno do mal-estar que a comparação produz. O que evidencia a ambivalência típica da validação social: rejeita-se racionalmente o padrão, mas sente-se efetivamente sua imposição. A subjetividade passa a oscilar entre consciência crítica e vulnerabilidade digital, compondo aquilo que, nesta tese, designamos como *self* vulnerável, cuja consistência interna depende de retornos imagéticos e métricos.

A validação social tecnicamente mediada é a forma contemporânea de validação na ambiência digital: produz valor de si sem produzir laço; produz visibilidade sem produzir relação; produz autoexigência sem produzir dignidade. Nas falas analisadas, ele se manifesta sobretudo pela autocomparação constante, pela ansiedade oriunda do desempenho, pela frustração diante do fracasso métrico e pelo sofrimento associado à insuficiência percebida. Essa dinâmica é um dos elementos centrais da *modulação afetiva* como uma das dimensões da *modulação das subjetividades* dos jovens investigados.

Zuboff (2020) evidencia que essa recorrência não é neutra: o que aparece no *feed* aparece porque é funcional para o sistema, seja por engajamento, seja por preditividade. A vida exibida não é apenas recortada, é selecionada tecnicamente. E é justamente essa seleção que torna a autocomparação inevitável. O jovem não compara sua vida com a vida real das pessoas, mas com a vida amplificada que o algoritmo decidiu priorizar.

É aqui que emerge com força a categoria analítica de sociabilidade rasa: um convívio que se constrói pela circulação de imagens perfeitas, de afetos higienizados, de performances polidas, cuja função é reforçar a própria engrenagem de autocomparação que mantém o *self* vulnerável em permanente avaliação. Esses elementos encaixam-se integralmente ao Eixo 2 porque expressam vulnerabilidade digital afetiva, consciência crítica insuficiente, validação social, sofrimento pela comparação e tensão entre saber e sentir. O que é o núcleo duro do *self* vulnerável.

Entre aqueles que expõe sua imagem e sua vida pessoal no Instagram, a publicação não se dá de forma espontânea. Ocorre todo um preparo para a publicação, indicando que a exposição é menos registro e mais composição. Como frisa o Pesquisado 6: "*No Instagram cada um pode criar e postar a vida que quiser, não é diferente para mim, gosto de postar coisas apenas quando estiver perfeita. Tudo é planejado para construir uma imagem diferente*" (Pesquisado 6). O pesquisado 5 salienta que "*as minhas postagens se baseiam em fotos minhas, onde eu sou a atriz, a comandante da minha própria conta (...) As fotos têm que seguir alguns quesitos*" (Pesquisado 5). Portanto, não se posta qualquer foto, a imagem precisa passar por uma curadoria, uma performance de si.

A necessidade de planejar, ajustar e teatralizar a própria imagem revela o coração da visibilidade como regime de validação: a apresentação de si não é espontânea, mas ensaiada. Sibilia (2016) descreve esse fenômeno como o deslocamento do *self* para a superfície da imagem, onde a existência depende da capacidade de performar bem sob o olhar alheio. O sujeito se torna produtor e produto ao mesmo tempo, construindo uma versão de si calibrada para agradar e gerar retorno métrico. A espontaneidade desaparece, o que emerge é o *self cenográfico*, figura que só existe plenamente na medida em que é vista, curtida e validada.

A exposição da imagem e rotina pessoal ocorre a partir de um roteiro de um espetáculo ou exposição que será apresentado aos demais. Isso nos leva a pensar na atualidade de obras publicadas muito antes da ambiência digital, como a obra *A*

Sociedade do Espetáculo, publicada por Guy Debord, originalmente em 1967, e *A representação do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman, publicada originalmente me 1959. Ambas oferecem chaves interpretativas para compreender a performatividade contemporânea, na qual a vida passa a ser organizada como cena e a imagem se impõe como mediação central da existência social. Os pesquisados relatam que até a imagem de si chegar ao nível de perfeição, ou seja, instagramável, ocorrem vários ensaios de posição, iluminação, ângulos e testes de filtros. O público que consome tais espetáculos, muitas vezes, tem ciência de que se trata de uma realidade ensaiada, mas ainda assim responde emocionalmente à encenação.

A lógica do espetáculo, como Debord (1997) descreve, encontra no Instagram sua realização ampliada, não apenas tudo se torne imagem, como a própria vida passa a ser concebida para ser exibida. O “ensaio” descrito pelos jovens materializa a inseparabilidade entre o “eu” e sua representação. Essa dinâmica está em consonância com a dramaturgia da vida cotidiana de Goffman (1985), na qual os sujeitos organizam suas condutas como performances orientadas a um público, ajustando aparência, gestos e cenários para sustentar uma determinada definição de si. Essa estrutura reforça a ideia de validação social sob o regime de visibilidade. O sujeito não busca ser validado pelo que vive, mas pelo que consegue encenar.

O sofrimento surge quando a vida real não se alinha à vida representada, e essa discrepância, como mostram os relatos, produz ansiedade, autocobrança e desgaste emocional. Temos então uma realidade vivida, que é diferente da realidade ensaiada e que por sua vez é diferente da realidade exibida. Mesmo tendo consciência destes pontos, muitos dos jovens pesquisados comparam as vidas e corpos que são publicados nas redes sociais com as suas, o que evidencia o descompasso permanente entre imagem e experiência, gerando frustação e sofrimento por não alcançar o ideal estético-mediático.

Esse triplo deslocamento (viver, ensaiar, exibir), produz sujeitos que se percebem sempre aquém do ideal. É precisamente aqui que o *autogoverno performativo* opera, a vida construída para ser vista redefine a regra com a qual o jovem mede a si mesmo. O sofrimento decorre dessa discrepância estrutural: a vida concreta nunca alcança o ideal curado, filtrado e iluminado do *feed*. A autocomparação, portanto, não é acidente; ela é condição de funcionamento da plataforma e mecanismo de subjetivação.

Outro ponto importante a destacar é o empreendimento de si e a lógica do desempenho que envolvem tais publicizações. O pesquisado **5** diz: "*Lógico que quando vejo um comentário em minha foto logo vou conferir, curtidas a mesma coisa, me sinto como uma famosa*" (Pesquisado 5). O pesquisado **3** fala como se vê a partir do número de likes que recebe: "*as curtidas que eu recebo me fazem pensar que quem curte está de certa forma me notando, ou achando minha foto bonita*" (Pesquisado 3). O mesmo frisa: "*a quantidade de curtidas sempre influencia minhas emoções, quando eu posto algo, se tem poucas, penso que fiquei feia na foto, daí apago*" (Pesquisado 3). Podemos observar que aqui, as métricas operam como espelho de valoração de si, produzindo ajustes contínuos na autoimagem e apagamento das versões de si que não alcançam validação.

Dardot e Laval (2016) mostram como o neoliberalismo transforma o sujeito em empresa de si, e nas redes sociais, esse empreendimento assume forma métrica: curtidas, comentários, alcance. A oscilação entre prazer e angústia diante das interações revela que a validação não é apenas desejada, ela é necessária para sustentar um sentimento provisório de valor. Quando falta, o sujeito se percebe falho. Quando vem, é insuficiente. Essa é a mecânica da exaustão performativa que atravessa todo o Eixo 2.

Esse relato é central para a validação social tecnicamente mediada, pois o valor de si não deriva da relação com outros concretos, mas da resposta quantificada produzida por uma interface técnica. O ato de apagar conteúdos é um apagamento simbólico do próprio sujeito, aquilo que não performa não merece existir. Sibilia (2016) chama isso de gestão de si como marca através da fabricação da autoimagem, processo pelo qual o "eu" exibido passa por filtros seletivos constantes. O resultado é um *self* vulnerável, dependente da resposta métrica para se afirmar e instável a qualquer oscilação de visibilidade.

Outro ponto que se destaca nas falas de parte dos pesquisados é o que se refere à evitação da exposição pessoal por medo de se expor: "*me controlo no que posto, pois tenho medo do que as pessoas vão pensar sobre mim*" (Pesquisado 2). Já o pesquisado **7** frisa que "*nunca fui muito de mostrar minha vida pessoal, então uso mais para ver as postagens de outras pessoas*" (Pesquisado 7). O pesquisado **8** salienta que "*quando estou no Instagram sinto várias sensações, mas uma delas é o medo, porque apesar do Instagram ser um lugar divertido, ele também pode abrigar pessoas que podem falar coisas não muito legais*" (Pesquisado 8). Esse medo

evidencia a internalização do olhar avaliativo como ameaça permanente, produzindo autocensura e retração performativa.

O medo de se expor é o outro lado do regime de visibilidade, pois quando a validação é instável, o olhar do outro se torna potencialmente punitivo. A subjetividade passa a se organizar a partir da antecipação negativa do julgamento, da crítica, da chacota e da rejeição. O sujeito exerce vigilância sobre si antes mesmo do olhar alheio, ativando formas de *autogoverno performativo*, nas quais a conduta é regulada previamente em função de expectativas externas. Nesse sentido, a *modulação das subjetividades* não produz apenas desejos e orientações de consumo simbólico, mas também limites, medos e restrições que passam a organizar a forma de existir.

O pesquisado **5** frisa sobre os pontos negativos: "*os comentários desnecessários, as não curtidas, poucas curtidas, o isolamento social por passar horas e horas vidrada em uma tela, acaba transformando os usuários em escravos do aplicativo (...) acaba que me sinto em um tribunal virtual*" (Pesquisado 5). Esses relatos mostram que as interações funcionam como mecanismos de avaliação contínua, estruturando o valor de si a partir do olhar alheio e reforçando a condição do *self* vulnerável. O entrevistado **B** expressa em sua fala os aspectos contraproducentes do Instagram: "*as redes em geral são de extrema importância, mas podem trazer muitos malefícios também e no Instagram não é diferente. É maravilhoso, ajuda muito, diversas pessoas trabalham com isso".*

O entrevistado **B** também fala sobre a presença dos *haters* e da prática do cancelamento nessa ambiência: "*Mas essas pessoas que habitam intensamente nesse mundo sentem o peso, a parte ruim, os muitas vezes chamados haters. Podemos dizer que o Instagram hoje em dia se encontra muito tóxico com essa onda de cancelamento.* E finaliza afirmando o motivo de muitas pessoas estarem sob um policiamento constante ao se expor*: "Pessoas evitam aparecer e se apresentar em público com esse medo de ser cancelado por alguma atitude errada ou por simplesmente não agradar"*.

O "tribunal virtual", assim nomeado pelo próprio pesquisado, não remete apenas à ausência de validação, mas à transformação da visibilidade em instancia de julgamento coletivo. A referência direta aos "*haters"* e a "onda de cancelamento" evidencia que a exposição pública passa a ser percebida como riscos de punição simbólica. O cancelamento não aprece como evento excepcional, mas como horizonte difuso de deslegitimação, que organiza previamente as condutas e intensifica a

vigilância sobre si. Esse funcionamento atualiza o que Deleuze (2013) descreve como lógica de controle contínuo, agora exercida no plano da visibilidade e da exposição de si.

Diferentemente das formas de sanção social que operava em contextos pré-digitais, marcadas por circulação localizada, temporalidade mais curta e efeitos restritos, o cancelamento na ambiência digital assume contornos ampliados de velocidade, alcance e permanência simbólica. Se antes a desaprovação podia se manifestar por meio do afastamento, do silêncio ou de comentários circunscritos a determinados grupos e ambientes, hoje ela se produz como exposição reiterada, indexada e potencialmente viralizável.

A punição simbólica passa a operar sobre vestígios técnicos (imagens, falas, comentários, vídeos e recortes), que podem ser reativados e reinscritos em novos circuitos de circulação. Essa mutação altera qualitativamente a experiência da punição: não se trata mais apenas de enfrentar a reprovação de um grupo social situado, mas lidar com a possibilidade de que um fragmento da experiência seja convertido em marca durável.

Nesse cenário, o medo do cancelamento não atua apenas como reação a eventos concretos, mas como princípio organizador da conduta. A antecipação da punição simbólica reforça o *autogoverno performativo*, produz retração da exposição e estimula a formas preventivas de curadoria de si. A neutralização dos conteúdos, a evitação da autoapresentação e a escolha por postagens mais neutras passam a integrar a própria *modulação das subjetividades*, atravessada não apenas pelo desejo de visibilidade, mas também pela ameaça permanente de julgamento público.

Esse “medo” faz com que os jovens optem por publicar conteúdos mais neutros, como paisagens, animal de estimação, times, músicas. Essas postagens também geram expectativas de atingir as métricas de engajamento, porém os jovens afirmam que comentários negativos nesse tipo de conteúdo os afetam menos. Essa estratégia revela um modo de proteção subjetiva, pois o jovem reduz a exposição do *self* para minimizar o risco do julgamento. O medo do julgamento opera, nesse sentido, como um afeto modulado: ele não emerge apenas da experiência individual, mas é produzido e intensificado pelas dinâmicas técnicas da visibilidade, circulação e reação. Trata-se, portanto, de uma *modulação afetiva* que reorganiza a forma de sentir-se exposto, pertencente e avaliável.

Postar conteúdos neutros constitui um dispositivo de autoproteção emocional. Ao deslocar a exposição para aquilo que não compromete diretamente sua imagem corporal ou emocional, o jovem tenta participar da plataforma sem se oferecer plenamente à avaliação pública. O sujeito deseja visibilidade, mas teme o custo emocional de ser julgada. Nessa dinâmica, a *modulação das subjetividades* opera por meio de uma *modulação afetiva*: é o medo, enquanto afeto produzido e intensificado pelas condições materiais da ambiência digital. Especialmente pela possibilidade de registro, arquivamento e circulação ampliada dos conteúdos, que o sujeito reorganiza como sente o risco da exposição e, a partir disso, orienta suas escolhas sobre o que postar e o que evitar.

A fala dos jovens, quando confrontadas entre si, revelam um padrão recorrente: a autocomparação emerge como dispositivo central de sofrimento, modulando a autoimagem, expectativas e valoração de si. Esse movimento é evidente tanto nos relatos que descrevem o desconforto com corpos, estilos de vida e experiências (“me sinto atrasado”, “me sinto inferior”, “fui tratar isso em terapia”), quanto nas narrativas que reconhecem a artificialidade das imagens, mas ainda assim se veem capturados pela comparação.

Essa ambivalência indica que a operação do Instagram não se limita a induzir desejos específicos, mas a instaurar uma matriz avaliativa permanente, uma espécie de espelho psicopolítico, que devolve ao jovem uma imagem de si construída a partir de métricas, filtros e performances alheias. A gramática nativa dos pesquisados, expressa em termos como “*me sinto inferior*”, “*fico mal*”, “*parece que não estou aproveitando a vida*”, evidencia que o sofrimento não surge de uma percepção racional das diferenças, mas de uma internalização afetiva e contínua de padrões modulados na ambiência digital.

Além disso, os relatos mostram que a autocomparação não opera isoladamente, ela se articula com sentimentos de inadequação, vergonha, ansiedade, com a necessidade de ajustar a autoapresentação em função do olhar alheio e do medo do julgamento coletivo. Ao falar sobre “medo de se expor”, “preparo prévio antes de postar”, “necessidade de perfeição”, os jovens descrevem uma subjetividade que se prepara para entrar em cena, antecipando o julgamento e modulando a própria visibilidade.

Esse movimento reforça a categoria analítica de validação social tecnicamente mediada, pois desloca o eixo da validação para uma lógica quantitativa e imagética

que não se ancora na alteridade concreta, mas em padrões circulantes definidos pela própria plataforma. As narrativas também revelam fissuras importantes, alguns tensionam a comparação, criticam seus efeitos, tentam controlar o uso, mas reconhecem não conseguir romper. Essas tensões marcam o ponto de encontro entre sofrimento, dependência simbólica e formas de validação moduladas, consolidando empiricamente a existência de um *self* vulnerável que se reorganiza sob influência constante de um regime de visibilidade.

As narrativas dos jovens evidenciam que a autocomparação (seja em relação aos corpos, estilo de vida, conquistas ou modos de existência exibidos na plataforma), não é um movimento espontâneo do sujeito, mas uma resposta a um regime de mediação que organiza previamente o campo de visibilidade. O que emerge dessas falas é um *autogoverno performativo* ancorado na modulação algorítmica: um processamento sóciotécnico, que seleciona, hierarquiza e disponibiliza imagens, performances e estilo de vida como referenciais normativos, diante dos quais o jovem passa a avaliar e regular a si mesmo.

Nesse contexto, a instância diante da qual o jovem passa a se avaliar é produzida por um processamento sociotécnico que organiza previamente o campo da comparação, selecionando, hierarquizando e tornando visíveis certos corpos, estilos de vida e performances. Trata-se do que esta tese denomina *outro generalizado maquínico*: uma referência normativa produzida por arquiteturas técnicas de seleção, hierarquização e predição, diante da qual o sujeito passa a regular a si mesmo.

Diferentemente do outro generalizado de G. W. Mead, constituído na interação social concreta, essa referência não emerge da reciprocidade simbólica entre sujeitos, mas da operação contínua de sistemas técnicos que moldam os parâmetros da autoavaliação. Os relatos de inferioridade, inadequação autocensura e sofrimento presentes nas entrevistas e nas respostas do questionário, revelam que o eixo da comparação está ancorado nesse processamento técnico, que naturaliza padrões de valor e intensifica a vulnerabilidade digital subjetiva. Assim, o sofrimento registrado nas falas não decorre apenas de dinâmicas intersubjetivas clássicas, mas de um processo de modulação que captura a própria gramática da comparação, convertendo-a em um operador de governo da subjetividade.

A robustez do Eixo 2 se confirma ao integrar os dados das PAs, das correlações, das questões abertas do questionário (Apêndice A) e das entrevistas. Todas as dimensões convergem para a centralidade da autoimagem como esfera de

modulação das subjetividades. As correlações de maior densidade, especialmente Q32-Q48 (0,84), Q32-Q42 (0,80) e Q42 (0,71) evidenciam que agradar, ajustar e calibrar a autoapresentação não são práticas periféricas, mas estruturantes do modo como o jovem constrói relações, interpreta o olhar do outro e organiza sua subjetividade.

As entrevistas e as questões abertas do questionário confirmam essa tendência ao detalhar os efeitos subjetivos dessa dinâmica: sentimentos de inadequação, vergonha e ansiedade, bem como um esforço contínuo de parecer adequado, feliz, belo e performático. Essa articulação entre dados quantitativos e qualitativos demonstra que a validação social tecnicamente mediada opera como eixo transversal, reorganizando tanto o modo como os jovens se percebem quanto o modo como desejam ser percebidos. A PA da AFE reforça esse núcleo ao agrupar itens que articulam curadoria de si, impacto emocional e constituição da subjetividade sob o crivo de um regime de *autogoverno performativo* e da lógica da visibilidade. As cartas fatoriais que sustentam o eixo não descrevem apenas comportamentos pontuais, mas uma ecologia modulada na qual expressão, relação e constituição de si se reconfiguram simultaneamente.

Esse movimento aparece nitidamente nas falas dos jovens que relatam “apagar fotos que não foram bem”, “se sentir feio se tiver poucas curtidas”, “ter medo do olhar alheio, “dos *haters* e do cancelamento”. O dado empírico mostra que a modulação não se limita à performance pública, mas afeta a estrutura emocional e cognitiva do sujeito, que passa a ler sua própria trajetória a partir da economia da visibilidade. Assim, o Eixo 2 se consolida como um espaço analítico em que a vulnerabilidade digital subjetiva se torna visível como efeito direto do regime de visibilidade algorítmica.

O conjunto dos dados (cargas fatoriais, correlações e narrativas qualitativas) demonstra que o Eixo 2 se estrutura em torno de um deslocamento radical das formas contemporâneas de validação social e constituição de si. Estas deixam de ser ancoradas em interações concretas para se apoiar em um padrão de alteridade produzido tecnicamente. Ao evidenciar que a autoimagem, autoestima e as relações com os outros são reorganizadas a partir das dinâmicas de visibilidade da plataforma, os achados empíricos confirmam o papel central do *outro generalizado maquínico* como operador da v*alidação social tecnicamente mediada*.

Não se trata apenas de jovens que se comparam ou que buscam aprovação, mas de uma geração que aprende a se olhar através de métricas, filtros e narrativas

performativas, e que internaliza essas referências como parâmetros de valor. A análise integrada das três dimensões mostra que o *autogoverno performativo* não atua como fenômeno isolado: ele se imbrica à autocomparação, ao medo do olhar, ao sofrimento emocional e ao ajustamento constante do *self*. Por isso, o Eixo 2 revela o que há de mais sensível na *modulação digital psicopolítica*: a constituição de si mediada por dinâmicas de visibilidade, comparação e validação técnica, que articulam autoimagem, afetos e autogoverno performativo na produção e fragilização da subjetividade jovem.

7.4 Eixo 3 – Desejo modulado, *self* capturado e a-resistência performativa

A Constituição do Eixo 3 não foi definida a *priori*, mas emergiu do cruzamento entre as cargas fatoriais obtidas na Análise Fatorial Exploratória (PA3) e a leitura qualitativa das entrevistas, questionários e observações diretas na ambiência física e digital. Assim como nos demais eixos, a lógica aqui não é de categorias pré-estabelecidas, mas a de agrupamentos empíricos que revelam tendências estruturais de modulação da subjetividade.

Os itens que compõem a PA3 apresentaram convergência suficiente (cargas ≥ 0,40) para indicar um gradiente comum, não temático, mas operatório, vinculado à reorganização do desejo, à internalização de um olhar algorítmico e a captura performativa da autoimagem. Essa articulação entre estatística e interpretação qualitativa garante que o eixo não descreve apenas “opiniões”, mas formas de subjetivação empiricamente detectáveis, coerentes com uma das categorias analíticas desta tese: a *modulação digital psicopolítica*.

O Eixo 3 emerge como o espaço analítico no qual o desejo deixa de ser entendido como fluxo espontâneo e se revela como produto e alvo privilegiado da *modulação digital psicopolítica*. As correlações que estruturam este eixo evidenciam que os jovens não apenas interagem com conteúdos: eles aprendem a desejar, a sentir e a avaliar a si mesmos a partir de arranjos técnico-afetivos que atravessam as arquiteturas digitais.

Aqui que se torna visível a captura do desejo não como supressão, mas como reorientação produtiva, no sentido de deleuziano, alimentada por métricas, comparações difusas, circuitos afetivos e narrativas performativas que constituem o cotidiano de uso do Instagram. A plataforma opera como ambiente de indução

contínua, reorganizando o campo do sensível e do possível, aquilo que se deseja, aquilo que se evita, aquilo que se exibe e aquilo que se silencia.

É nesse ponto que Lordon (2015) se integra a tese de forma precisa: o desejo não se explica apenas como produção ou fluxo, mas como afetamento dirigido, estruturado por potências externas que capturam, orientam e modulam a dimensão afetiva do sujeito. O que a análise empírica deste eixo evidencia é precisamente essa captura afetiva: os jovens não apenas desejam coisas, corpos ou estilos, mas são afetados pelas formas de *validação social* que a plataforma institui. Eles passam a vibrar nos ritmos do algoritmo, internalizando aquilo que Lordon (2015) descreve como determinação heterônoma dos afetos: uma condução silenciosa que opera por meios desejantes e não coercitivos. Nesta tese, designamos essas dinâmicas como *desejo modulado*.

O *desejo modulado*, nesta tese, se trata de uma categoria analítica que constitui uma das dimensões centrais da *modulação das subjetividades* contemporâneas. Trata-se de um operador analítico que articula a produção do sujeito, a captura algorítmica e as expectativas de visibilidade próprias da ambiência digital. No entrecruzamento entre as dimensões técnica, simbólica e afetiva, o desejo deixa de operar apenas como impulso, vontade ou falta, e passa a ser continuamente orientado, antecipado e prefigurado pelos circuitos da *modulação digital psicopolítica*. Entendemos por *desejo modulado* a forma de reorganização do desejar na qual seus circuitos produtivos são continuamente orientados, antecipados e reconduzidos por agenciamentos sociotécnicos e dispositivos algorítmicos de natureza preditiva, no interior da *modulação digital psicopolítica*, que converte o querer em resposta progressivamente alinhada a padrões calculados de preferência e visibilidade.

Nesse sentido, o *desejo modulado* articula produção subjetiva, racionalidade neoliberal e captura algorítmica. Diferentemente de abordagens que concebe o desejo como falta ou carência, parto da concepção deleuzo-guattariana segundo a qual o desejo é produção (Deleuze e Guattari, 1997; 2010): ele fabrica realidades, orienta fluxos, conecta corpos, signos e máquinas. Assim, não se trata da produção de um desejo “novo”, mas da reorganização de seus circuitos, cuja produtividade passa a ser modulada por agenciamentos sociotécnicos próprios da ambiência digital.

A partir de Lazzarato (2014), compreende-se que esses processos de captura operam por meio de máquinas semióticas e signos digitais que modulam a atenção e o afeto ao mesmo tempo em que organizam os percursos do desejo. Desta forma, o

Instagram não apenas oferece objetos desejáveis, mas produz os signos que fazem desejar, articulando afeto, circulação e visibilidade como engrenagens de um mesmo regime psicopolítico. No interior desse processo o algoritmo atua como operador de prefiguração (Zuboff, 2020): ele antecipa disposições, calcula padrões de preferência e retroalimenta o sujeito com conteúdos que intensificam propensões já identificadas. O desejo é continuamente devolvido ao usuário sobre a forma de recomendação, estímulo e convocação, uma estética da antecipação que dilui a fronteira entre querer e ser conduzido a querer.

A racionalidade neoliberal, por sua vez, converte esse circuito em imperativo de performance e autoexploração. Como observa Han (2015; 2020), o sujeito passa a desejar exatamente aquilo que reforça sua própria sujeição, pois a lógica do desempenho converte o desejo em trabalho emocional, produtividade de si e auto-otimização permanente. Assim, o *desejo modulado* não é apenas orientado, ele é capturado dentro de uma gramática de eficiência, visibilidade e responsividade. Nesse cenário o desejo torna-se também mercadoria (Bucci, 2022): algo produzido, gerido e consumido no interior de uma economia de atenção que transforma afetos em capital de circulação. O que se deseja não é apenas o conteúdo, mas o próprio ato de ser visto, notado e *validado*, aquilo que Sibilia (2016) identifica como imperativo de exibição, no qual a busca pelo valor de si se converte em busca de visibilidade.

A *modulação digital psicopolítica*, portanto, não captura apenas gostos e preferências: ela captura o vetor do desejar, orientando a produção de si segundo parâmetros preditivos e métricas de validação. O resultado é um desejo que não opera mais como abertura ao mundo, mas como circuito retroalimentado por estímulos que atualizam continuamente a subjetividade no eixo da performatividade, do consumo dirigido e da *validação social*.

Assim, o *desejo modulado* constitui uma das engrenagens da *modulação das subjetividade*s: ele organiza a sensibilidade, orienta condutas e reconfigura expectativas de relação e reconfigura expectativas de relação e vínculo. Na ambiência digital psicopolítica, desejar é já ser convocado; e essa convocação, inscrita em arquiteturas técnicas, simbólicas e afetivas, passa a definir o horizonte de ação e de existência dos sujeitos contemporâneos.

O *desejo modulado* também reorganiza temporalidade da experiência, instaurando uma economia de antecipação que captura o sujeito antes mesmo do gesto consciente. A produção algorítmica, ao operar como vetor pré-objetivo do

desejo, antecipa caminhos e estreita horizontes de possibilidade, convertendo o futuro em cálculo e reduzindo o horizonte do possível ao regime do provável. Essa compressão temporal implica que o sujeito não apenas deseja dentro do que é permitido, ele deseja aquilo que já foi previsto como desejável, reduzindo o espaço de criação, execução ou ruptura.

Nesse processo, configura-se empiricamente o *self* capturado: uma forma de subjetividade que se constrói no entrelaçamento entre visibilidade, afetação e antecipação. Nesta tese, o *self* capturado constitui uma categoria analítica que designa uma forma de subjetividade na qual a captura não se manifesta como tensão, mas como naturalização. Diferentemente do *self* vulnerável, que oscila, o *self* capturado integra a modulação ao seu modo de ser, incorporando repertórios estéticos, expectativas relacionais e circuitos afetivos produzidos no interior da arquitetura algorítmica. Nesse caso, a captura não é percebida como tal, mas como parte constitutiva da vida contemporânea, vivida como entretenimento, rotina ou adesão cotidiana.

Do ponto de vista sociológico, o *self* capturado evidencia a fusão entre subjetividade e dispositivo, dialogando com o que Santaella (2023) identifica como sujeito permanentemente conectado e com o que Zuboff (2020) descreve como adesão comportamental preditivamente induzida. Nesse modo de subjetivação, o algoritmo não governa apenas o que o sujeito vê, mas o que ele deseja, como se percebe e como se relaciona. A captura não opera como interrupção do *self*, mas como sua própria continuidade modulada. O *self* capturado é aquele cuja subjetividade se produz no acoplamento estrutural entre arquitetura algorítmica e práticas cotidianas. É o sujeito que permanece na rede mesmo quando não posta, que consome mesmo quando não performa, que se deixa atravessar pela lógica da plataforma mesmo quando se percebe autônomo.

As evidências quantitativas mostram que os jovens modulam seus gestos expressivos (postar, apagar, revisar, ajustar a imagem) em resposta a sinais de validação percebidos, e passam a ajustar suas condutas aos parâmetros técnicos de visibilidade e engajamento. Trata-se de uma forma de governo afetivo em que o sujeito passa a desejar aquilo que confirma sua permanência no circuito. O desejo deixa de operar como escolha deliberada e passa a funcionar como vetor direcionado, produzido na interação contínua com métricas que recompensam determinados modos de existir. A inseparabilidade entre afeto e ação, aquilo que Han (2015; 2020)

caracteriza como psicopolítica do desempenho, torna-se evidente quando exposição, engajamento e autovigilância emocional convergem para modular um horizonte do desejável que é sempre relacional e tecnicamente mediado.

Ainda assim, mesmo imersos na dinâmica de captura, os jovens não aparecem apenas como sujeitos passivos. O eixo revela microgestos de hesitações, incômodos, tentativa de reduzir o tempo *online*, angústia em ter que “estar sempre bem” e dúvidas sobre a origem dos próprios desejos. É precisamente nesse deslocamento da modulação para o social, onde os códigos da ambiência digital passam a operar como gramática das interações e orientadores tácitos das condutas, que se tornam visíveis formas de expressão que aparentam ruptura, mas permanecem inteiramente produzidas pelas mesmas lógicas que pretendem tensionar.

Na medida em que o sujeito incorpora, fora da plataforma, as coordenadas simbólicas e afetivas derivadas da *modulação distribuída*, surgem manifestações de incômodo ou crítica que, embora pareçam contrapor-se ao regime, continuam inscritas em seu interior. É desse movimento contraditório que emerge a categoria analítica da *a-resistência performativa*. A *a-resistência performativa* é uma categoria analítica que emerge na análise dos dados empíricos e designa um tipo de ação que se apresenta como resistência, mas que, ao invés de romper com o regime psicopolítico, o reforça. Entende-se por *a-resistência performativa* a forma de ação que se apresenta como resistência, mas que se produz e se esgota no interior da *modulação digital psicopolítica*, expressando tensões subjetivas sem gerar ruptura estrutural, ao reinscrever microgestos críticos nos circuitos de visibilidade, *validação social* e afetação algorítmica.

Essas fissuras não rompem o sistema, mas funcionam como pontos de fricção que tornam visível a tensão constitutiva da subjetividade sob modulação: a consciência de estar sendo conduzido coexistindo com a dificuldade de romper o circuito. A *a-resistência* aqui não é exterior ao regime, mas um movimento interno, performado no próprio espaço onde a captura se dá, indicando que o desejo, mesmo modulado, guarda zonas de instabilidade onde novas interpretações e deslocamentos podem emergir. Trata-se de uma resistência a-histórica, no sentido de não produzir deslocamento estrutural (Safatle, 2024), pois emerge dentro das coordenadas simbólicas, afetivas e técnicas que moldam a *modulação das subjetividades*. Em vez de instaurar fissuras efetivas no regime de poder, ela se converte em gesto performativo, capturado pelo circuito de visibilidade, *validação* e afetação algorítmica.

Essa forma de resistência opera sobretudo dentro da *modulação distribuída*, quando sujeitos reagem às pressões simbólicas e afetivas das redes por meio de microgestos expressivos (postar menos, fazer "*detox* digital", ironizar o algoritmo, reclamar da plataforma, ou afirmar que "não liga pra *likes*"). Em superfície, parecem movimentos de recusa; em profundidade, recapitulações do próprio regime, pois: dependem da visibilidade para existir; são calculados segundo as lógicas da plataforma; e, mantêm o sujeito vinculado ao dispositivo que tenta negar.

Desta forma, a *a-resistência performativa* não é resistência no sentido político clássico, mas uma forma modulada de reatividade, que expressa tensões subjetivas sem gerar ruptura. Como observa Han (2015; 2020), o poder psicopolítico não precisa suprimir oposições: basta integrá-las como expressões da liberdade performativa. Assim, os gestos de "ruptura" acabam devolvidos ao circuito como dados, engajamento e afetação, compondo a retroalimentação contínua do regime psicopolítico (Han, 2020; Zuboff, 2020; Silveira, 2021a).

No interior da experiência juvenil, *a-resistência performativa* funciona como válvula simbólica de escape, oferecendo ao sujeito a sensação de autonomia ao mesmo tempo em que o reinscreve no diagrama de controle. É resistência que não resiste, porque nasce e morre dentro da lógica moduladora. Nesse ponto, torna-se visível que a *a-resistência performativa* não rompe, mas intensifica os circuitos da *modulação distribuída*: ao expressar tensões subjetivas dentro do próprio regime de visibilidade, ela reforça a gramática social produzida pela ambiência digital.

Aqui Safatle (2024) se insere com precisão: a *a-resistência* não é ruptura plena, mas expressão daquilo que o autor chama de adesão paradoxal, quando o sujeito sofre pela norma, mas continua a ela vinculado porque aprendeu a desejar aquilo que fere. A dor não leva à deserção, mas ao aumento dos investimentos afetivos na tentativa de corresponder, uma economia libidinal típica dos contextos modulados. Portanto, a *a-resistência performativa* é o ponto em que a dor aparece, mas ainda não consegue converter-se em descontinuidade; é o momento em que a captura se torna consciente, embora ainda eficaz.

A partir da análise fatorial exploratória (AFE), o agrupamento de cargas mais elevadas da PA3 revela o núcleo do Eixo 3, no qual o desejo aparece como dimensão modulada pelas arquiteturas digitais de visibilidade, comparação e autoapresentação. As afirmativas que compõem esse agrupamento, possuem cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,40, ponto de corte adotado para a análise qualitativa dos dados.

Embora esse valor seja convencionalmente classificado como fraco a moderado, sua adoção se justifica pelo caráter exploratório da análise e pela consistência empírica do agrupamento dos itens, que funciona como critério operativo para selecionar os itens a serem interpretados qualitativamente.

As cargas fatoriais evidenciam que a experiência do jovem no Instagram é atravessada por três movimentos simultâneos: a intensificação do tempo conectado, a afetação emocional continua e à conformação performativa de si. Esses itens não descrevem apenas comportamentos isolados, mas configuram uma esfera de forças no qual o desejo é produzido, ajustado e administrado. As cartas fatoriais mais altas da PA3 concentram-se em dimensões que articulam dependência afetiva, vigilância de si e orientação do desejo.

Nesse sentido, permanecer online sem perceber, sentir-se convocado a manter uma performance coerente com o ambiente de visibilidade, preocupar-se com olhar dos outros, não conseguir reduzir o tempo de uso e experimentar a necessidade de exibir uma vida interessante configuram dimensões articuladas da experiência digital dos jovens no Instagram. Esse conjunto forma o esqueleto empírico do *self* capturado, indicando que o eixo 3 não se organiza em torno de motivações externas, mas de processos internos de indução e retroalimentação subjetiva.

Assim, o quadro que se forma é o de uma subjetividade que vive em regime de ressonância afetiva com o algoritmo, uma ressonância que Lordon (2015) descreve como estabelecimento de uma economia afetiva dirigida, e que Safatle (2024) identifica como vínculo ao próprio mecanismo que produz a injúria subjetiva. Isso torna o Eixo 3 o lugar onde o desejo, captura e microgestos de desvio convivem de forma tensa, instável e profundamente reveladora da *modulação digital psicopolítica.*

As afirmativas analisadas a seguir sintetiza o núcleo empírico do Eixo 3, reunindo os elementos que estruturam esse espaço modulatório, permitindo visualizar como o desejo, afetação e a performance se entrelaçam na constituição da subjetividade jovem dentro do regime de *modulação digital psicopolítica*. Esses enunciados não operam como simples indicadores comportamentais, mas como marcadores das dinâmicas de captura e reorganização do desejo na ambiência digital. Eles evidenciam que permanecer conectado sem perceber, ajustar-se continuamente ao olhar alheio, sentir-se afetado pela visibilidade e aderir a um regime de autorrepresentação performática constituem um mesmo circuito modulatório.

A PA3, portanto, materializa estatisticamente aquilo que se evidencia qualitativamente nas entrevistas e observações: a formação de um self-capturado, atravessado por afetações, antecipações e uma vigilância distribuída que orienta o querer, modula a imagem e sustenta a *a-resistência performativa* como gesto ambivalente dentro da própria captura. A Tabela 4 evidencia a articulação entre desejo, afeto e performance como dimensões inseparáveis da *modulação digital psicopolítica* que estrutura a experiência dos jovens no Instagram.

Tabela 04 – Afirmações agrupadas na PA3 (Eixo 3)

Afirmações (Q30)	Carga Fatorial (PA3)
Fico muito tempo online sem perceber	**0,89**
Me preocupo com o que as pessoas pensam ao ver meu perfil	**0,72**
Me sinto pressionado(a) a seguir padrões de beleza que vejo no Instagram	**0,70**
Já tentei reduzir o tempo que passo nas redes sociais, mas não consegui	**0,55**
Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram	**0,54**
Sinto que meu uso das redes afeta minha autoestima, negativamente	**0,46**
Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações	**0,42**

Fonte: elaboração autoral com base nos dados da pesquisa

A PA3 evidencia um núcleo subjetivo em que o desejo se reorganiza a partir de arranjos técnicos e afetivos que atravessam o cotidiano dos jovens. As cartas fatoriais mais elevadas, especialmente "*Fico muito tempo online sem perceber*" (0,89), "*Me preocupo com o que as pessoas pensam ao ver meu perfil*" (0,72), "*Me sinto pressionado(a) a seguir padrões de beleza que vejo no Instagram*" (0,70) e "*Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram*" (0,54), não descrevem apenas hábitos de uso, mas processos de subjetivação em que a plataforma se torna coautora dos modos de querer, sentir e se narrar. O desejo que emerge aqui não é espontâneo: é um *desejo modulado*, produzido dentro das arquiteturas de visibilidade, comparação e desempenho que compõe o regime de *modulação digital psicopolítica*, dinâmicas que como aponta Lordon (2015), operam justamente pela captura dos afetos e pelo redirecionamento estrutural dos modos de desejar.

A forte presença de itens ligados ao autojulgamento ("*Me preocupo com o que as pessoas pensam ao ver meu perfil"* e *"Sinto que meu uso das redes afeta minha autoestima negativamente*") revelam a operação modulação algorítmica como matriz

de avaliação de si. Trata-se de um deslocamento do da *validação social*: não é mais o reconhecimento dialógico, ético ou político (Honneth, 2009), mas uma *validação social tecnicamente mediada*, fundada em métricas, curtidas e interpretações imaginadas do olhar de um público difuso. Nesse circuito, o sujeito passa a desejar aquilo que o mantém invisível, validado e aderente às expectativas percebidas. O desejo se torna vetor de autogoverno (Han, 2020; Dardot e Laval, 2016), enquanto os afetos modulados se ajustam a essa economia, mecanismo que ganha densidade quando articulado à leitura de Safatle (2024) sobre a vulnerabilidade afetiva como recurso de governamentalidade contemporânea.

As afirmativas que expressam dificuldade de reduzir o uso ("*Já tentei reduzir o tempo que passo nas redes sociais, mas não consigo*", 0,55) e a verificação compulsiva ("*Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações*", 0,42) indicam a presença de afetos modulados, mostrando que a indução algorítmica já foi interiorizada como hábito. O importante aqui não é o tempo em si, que pertence ao Eixo 1, mas o modo como o tempo se articula aos afetos e ao desejo.

Checar mesmo sem receber notificações revela uma subjetividade que antecipa o chamado, incorporando o algoritmo como parte da própria economia psíquica. Esse gesto é precisamente aquilo que Deleuze (2013) identifica como marca das sociedades de controle: um sujeito atravessado por sinais moduladores que não precisam mais "vir de fora" para operar. Lordon (2015) reforça essa lógica ao demonstrar que os sujeitos se movem por afeições coladas a determinações estruturais, acreditando agir por vontade própria.

A pressão para "*Mostrar uma vida interessante*" (0,54) e para "*seguir padrões*" (0,70) evidencia que o desejo, longe de ser expressão autêntica, se torna uma função da modulação. Em chave deleuziana, a produtividade do desejo permanece, mas é redirecionada, passando a operar dentro das trilhas definidas pela *modulação algorítmica como técnica psicopolítica*. O jovem aprende a desejar certas versões de si, mais interessantes, mais felizes, mais alinhadas ao que circula como desejável, e passa a organizar sua performance cotidiana a partir dessas expectativas. É essa tensão entre produtividade e captura que sustenta a figura do *self* capturado: um sujeito que agencia, mas agencia dentro dos limites definidos pelo próprio regime de visibilidade.

A presença simultânea de desconforto, pressão, desejo de aprovação e tentativa frustrada de interrupção configura um terreno fértil para compreender a *a-*

resistência performativa. Não se trata de ruptura nem de resistência clássica, mas de microgestos que tentam reorganizar a esfera do desejo dentro das mesmas condições que a modulam. A tentativa de reduzir o uso, o desconforto com a própria performance, a sensação de que a autoestima depende da plataforma, tudo isso aponta para fricções internas que não rompem o ciclo, mais o tensionam.

Assim, a PA3 confirma que o Eixo 3 se trata de tempo da reorganização do desejo, da modulação da subjetividade e da formação do *self* capturado. O que as afirmativas descrevem é uma ecologia subjetiva em que o desejo, os afetos e a autoexpressão são governados por mecanismos algoritmos que se apresentam como naturais, mas que operam como tecnologias psicopolíticas de condução cotidiana do sentir, do querer e do aparecer.

7.4.1 Circuitos do desejo modulado: análise das correlações do *self* capturado e da a-resistência

A análise de confiabilidade das correlações das questões que compõem o Eixo 3 revela um conjunto coeso e teoricamente robusto, ainda que atravessado pela complexidade própria dos fenômenos moduladores que investiga. O alfa de Cronbach ($\alpha = 0,65$) indica consistência interna moderada, compatível com escalas sociológicas compostas por dimensões distribuídas, sobretudo quando o construto estudado não é unidimensional, mas performativo, relacional e intensivo como é o caso do desejo modulado e da constituição de um *self* capturado pelas arquiteturas psicopolíticas.

O ômega hierárquico ($\omega h = 0,69$) aponta a existência de um componente estrutural compartilhado entre os itens, evidenciando que, apesar da heterogeneidade temática das questões, há um núcleo comum que sustenta o eixo: a captura do desejo enquanto operador subjetivo do regime de *modulação digital psicopolítica*. O ômega total ($\omega t = 0,67$) complementa essa leitura, sugerindo que, mesmo com variabilidades locais, as questões convergem para o mesmo gradiente estruturante, justamente porque descreve manifestações diferentes de uma mesma experiência social: a incorporação da modulação algorítmica no modo como o jovem performa, deseja, interpreta afetos e administra sua própria visibilidade.

A confiabilidade das correlações das questões do Eixo 3 deve ser interpretada à luz da natureza multivariada estruturalmente complexa do construto que ele mobiliza. Diferentemente de escalas unidimensionais típicas da psicometria tradicional, este eixo articula fenômenos distribuídos, desejo modulado,

performatividade, curadoria métrico-expressiva, afetação digital, *validação social* e orientações moduladas do desejo, que, embora relacionados, não se apresentam como um único traço homogêneo, mas como uma ecologia de práticas e afetos produzidos pela *modulação digital psicopolítica*.

Nesse contexto, o alfa de 0,65 não apenas é aceitável, mas metodologicamente sólido para escalas sociológicas que capturam experiências distribuídas e de alta densidade interpretativa. Como indica Christine Hine (2020), construtos complexos e atravessados por dinâmicas simbólicas, técnicas e afetivas tendem a apresentar alfas moderados, o que não representa a fragilidade, mas diversidade constitutiva. Esse entendimento se aproxima da leitura de Safatle (2024), segundo a qual a subjetividade contemporânea opera fragmentada, distribuída e atravessada por regimes de afetação que não se deixam reduzir a núcleos identitários estáveis.

Os valores de ômega reforçam essa coerência interna: tanto ômega total (0,67) quanto ômega hierárquico (0,69) demonstram a existência de um componente estrutural comum mesmo diante da variedade temática. Como o ômega não depende da suposição de unidimensionalidade rígida, seus valores superiores ao alfa indicam que as correlações do Eixo 3 possui consistências substantiva, convergindo para um núcleo compartilhado de significação: a captura do desejo como força produtiva da modulação da subjetividade (Deleuze e Guattari, 1997; 2010). Esse núcleo compartilhado pode ser compreendido com o apoio de Lordon (2015), como ponto em que os afetos convergem para formas de sujeição orientadas, o que faz com que diferentes expressões subjetivas se alinhem a um mesmo regime modulador.

Em termos sociológicos, isso revela que os itens descrevem diferentes expressões de um mesmo processo (a internalização do regime de visibilidade, o autogoverno afetivo e a performatividade algorítmica) operando de forma integrada. Assim, os índices de confiabilidade confirmam que as correlações das questões do Eixo 3 são estatisticamente consistentes, teoricamente densa e metodologicamente adequado para sustentar as análises críticas realizadas nesta tese sobre a produção, direção e administração do desejo no contexto das plataformas digitais.

A malha de correlações do Eixo 3 revela que o desejo, longe de ser um fluxo espontâneo, aparece atravessado por operações de modulação que articulam métricas, afetos e formas de autoexpressão orientadas pelo algoritmo. Os dezesseis pares com coeficientes iguais ou superiores a 0,48 não constituem apenas conexões estatísticas, mas expressam um regime de poder que atua diretamente sobre a forma

como os jovens se percebem, se expõem e se relacionam com objetos e estilos de vida. Trata-se, aqui, da materialização empírica daquilo que esta tese define como *modulação digital psicopolítica*: um modo de governo que opera por indução contínua, reorganizando o campo do sensível, do dizível e do desejável.

No plano teórico essa configuração confirma a leitura de que o desejo é produtivo e não simples falta, mas que, nas condições do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), sua produtividade é capturada e reconduzida por arquiteturas técnicas e simbólicas (Deleuze e Guattari, 1997; 2010). A racionalidade neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016) encontra, nas plataformas, um dispositivo privilegiado: as subjetividades são instadas a se autocompor como projetos permanentes de otimização de si, sob o crivo de algoritmos que filtram, hierarquizam e devolvem aquilo que deve ser visto, sentido e, por meio da exposição modulada, incorporado à esfera das preferências.

A juventude não apenas responde aos estímulos da plataforma, ela fabrica, ajusta e refina modos de desejar a partir de relações que se estabelecem simultaneamente no plano da visibilidade, da comparação e da performatividade. O que emerge desse entrelaçamento é um regime subjetivo que não se organiza por dicotomia simples, mas por intensidades: aquilo que afeta, que convoca, que desloca, que mantem o jovem orbitando em torno de expectativas moduladas. Essa arquitetura modulada do desejo não se apresenta de forma linear, mas como uma malha de atravessamentos cuja força está justamente na coexistência entre dimensões heterogêneas (afeto, métrica e autoapresentação) e que passam a operar como engrenagens de um mesmo processo de subjetivação.

Antes mesmo da análise detalhada dos blocos, torna-se evidente que o Eixo 3 não descreve apenas usos da plataforma, mas modos de produção de si que se constroem dentro das arquiteturas digitais de controle. As correlações que o compõem revelam, assim, relações que dão forma ao modo como o desejo é administrado, orientado e performado no interior do ecossistema algoritmo contemporâneo. As correlações do Eixo 3 evidenciam um percurso contínuo de reorganização do desejo: um primeiro bloco marcado pela sensibilidade métrica e pela captura inicial do gesto expressivo, em que apagar, ajustar ou calibrar postagens torna-se forma de responder às lógicas de aprovação e desaprovação inscritas no ambiente algorítmico.

Um segundo bloco é estruturado pela reconfiguração afetiva produzida pela interação contínua com a plataforma, no qual a dificuldade de se desconectar, a

necessidade de retorno e a dependência do clima afetivo do *feed* revelam a operação direta da *modulação digital psicopolítica* sobre o sentir. Por fim, o terceiro bloco evidencia a recondução desse desejo a formas de autoatualização performativa, orientadas pelos parâmetros de visibilidade, validação e conformidade simbólica reforçados pelos dispositivos algorítmicos.

Em todos esses blocos, algumas categorias analíticas formuladas nesta tese (*modulação digital psicopolitica*, *modulação das subjetividades, modulação algorítmica como técnica psicopolítica, self capturado, validação social tecnicamente mediada, modulação afetiva, a-resistência performativa*), são mobilizadas como operadores analíticos que permitem nomear e descrever os mecanismos pelos quais o desejo é articulado, regulado e intensificado nas ecologias digitais, configurando empiricamente aquilo que aqui se denomina *desejo modulado*.

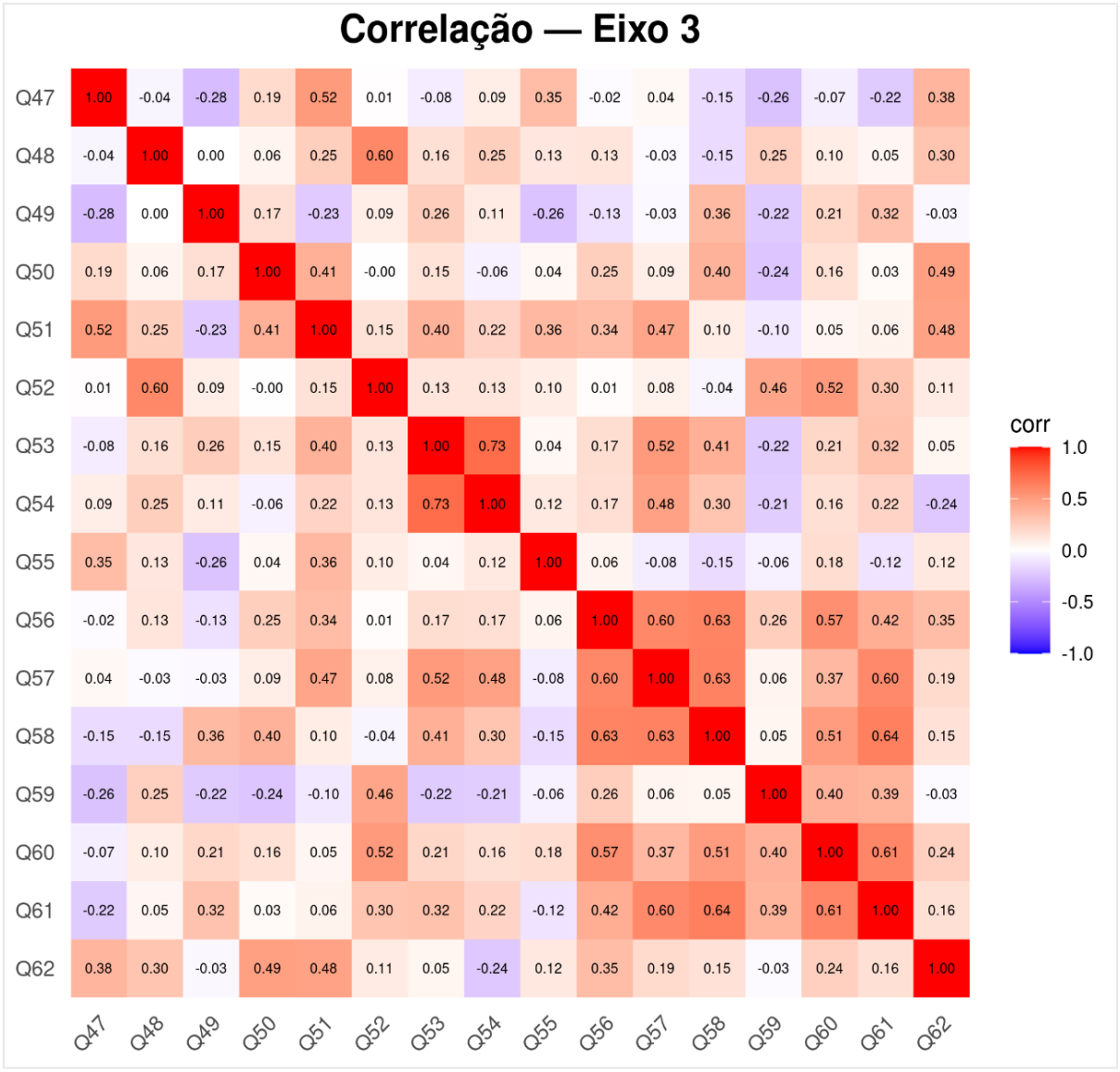
O mapa de correlações do Eixo 3 torna visível a arquitetura relacional que sustenta a reorganização do desejo sob o regime de *modulação psicopolítica digital.* Diferentemente de padrões dispersos ou temáticos, o conjunto de coeficientes revela a formação de um campo integrado de afetação métrica, performativa e emocional, no qual permanência *online*, vigilância de si, pressão estética, necessidade de aprovação e dificuldade de desconexão aparecem interligadas como dimensões complementares de um mesmo processo de subjetivação.

A malha de correlações evidencia que os jovens não vivenciam o Instagram como soma de comportamentos, mas como ecologia de induções contínuas, nas quais desejar, sentir e se apresentar são operações simultaneamente técnicas e afetivas. Assim, o mapa não apenas confirma a existência estatística de um núcleo modulatório, mas expõe empiricamente a lógica que conforma o *self* capturado: um sujeito que internaliza métricas, antecipações e expectativas algorítmicas como parâmetros para orientar sua autoexpressão e administrar seus afetos.

O primeiro bloco de correlações do eixo (Figura 23) é formado pelas correlações Q53-Q54 ($\rho \approx 0{,}73$), Q53-Q57 ($\rho \approx 0{,}52$), e Q54-Q57 ($\rho \approx 0{,}48$). Nesse agrupamento, a estética aparece como eixo inaugural da captura do desejo e da constituição do *self* capturado. As questões que compõem este bloco são:

- Q53 – “Você já deixou de postar algo com medo de não ter engajamento suficiente?”
- Q54 - “Você já apagou algo que postou porque teve pouca interação?”
- Q57 – “Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?”

Figura 23 — Mapa de correlações do Eixo 3



Fonte: Gráfico autoral com base nos dados coletados por meio de questionários

A correlação Q53 (“*Você já deixou de postar algo com medo de não ter engajamento suficiente?*”) e Q54 (“*Você já apagou algo que postou porque teve pouca interação?*”), ρ ≈ 0,73, indica uma associação muito forte entre práticas de curadoria de si (seleção, edição, filtragem do que é postado) e a exclusão de conteúdos que não performam bem em termos de interação. A força desse coeficiente sugere que a curadoria não é apenas uma escolha pontual, mas a forma dominante de presença na plataforma: o sujeito constrói uma versão de si calibrada por padrões imagéticos circulantes, aproximando-se do que percebe como “postável” e apagando aquilo que não corresponde às expectativas de visibilidade. É precisamente nessa calibragem

antecipatória que opera o que Lordon (2015) descreve como alinhamento heterodeterminado dos afetos: o desejo não nasce do sujeito, mas se ajusta às forças que o afetam, conduzindo-o a desejar aquilo que o sistema já predispunha como desejável.

Como aponta Sibilia (2016), a identidade passa a ser performada na forma de um “eu-espetáculo”, cuja consistência depende da exposição contínua e da aderência a códigos estéticos. A correlação evidencia, empiricamente, que o medo de não engajar e o gesto de apagar conteúdos pouco “bem-sucedidos” fazem parte de um mesmo regime de visibilidade, no qual o desejo de ser visto é recortado pela gramática algorítmica do que merece ou não permanecer em cena. Como aponta Safatle (2024), essa economia afetiva não opera apenas como reação, mas como forma de sujeição. Os afetos tornam-se dispositivos que modulam a conduta, capturando o sujeito pelo que ele teme perder, aqui, a visibilidade.

Do ponto de vista desta tese, a correlação Q53-Q54 torna visível a dimensão estética da *modulação das subjetividades*: o sujeito internaliza não apenas o olhar dos outros, mas o olhar técnico produzido pela modulação algorítmica, vivido como um *outro generalizado maquínico*, que organiza a visibilidade ao definir o que ganha alcance e o que é condenado ao esquecimento. A escolha de postar ou não, manter ou apagar, já não se reduz à vontade individual; ela é atravessada por uma economia de visibilidade que faz com que o próprio sujeito antecipe o julgamento algorítmico e ajuste a sua autoapresentação. A *modulação digital psicopolítica* aparece, aqui, como modulação da superfície: é pela pele da imagem, pelo enquadramento e pelo filtro que o desejo começa a ser capturado.

A correlação entre Q53 (“*Você já deixou de postar algo com medo de não ter engajamento suficiente?*”) e Q57 (*“Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?”*), $\rho \approx 0{,}52$ introduz um segundo elemento nesse circuito: a ligação entre curadoria de si (deixar de postar com medo do baixo engajamento) e a dificuldade em se afastar da plataforma, mesmo quando se tenta conscientemente desinstalar ou reduzir o uso.

Esse vínculo sugere que o sujeito não está apenas preocupado com o impacto público de suas postagens, mas que sua permanência na plataforma é sustentada por afetos modulados que se retroalimentam da própria lógica da visibilidade. O medo de não engajar e a dificuldade de se desconectar fazem parte da mesma engrenagem: quanto mais o sujeito organiza a própria aparição em função das métricas, mais se

torna dependente da retroalimentação contínua que confirma, corrige e sanciona essa performance.

Han (2015; 2020) descreve esse movimento como uma transição para um regime psicopolítico em que o sujeito se autoexplora na tentativa de corresponder às expectativas difusas de desempenho. A correlação Q53-Q57 mostra que essa autoexploração é também afetiva: a dificuldade em ficar longe do Instagram não é apenas "vício" em termos individuais, mas efeito de uma ambiência em que valor de si passa a depender da leitura incessante da resposta alheia. A categoria de *self* capturado torna-se empiricamente visível: a edição incessante de si não é fruto de autonomia ampliada, mas de um enredamento em que o jovem trabalha subjetivamente para permanecer "adequado" ao que imagina ser reconhecível e desejável.

Já a correlação entre Q54 ("*Você já apagou algo que postou porque teve pouca interação?*") e Q57 (*"Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?"*), $\rho \approx 0{,}48$, revela a ligação entre apagar postagens com pouca interação e a impossibilidade de se afastar da plataforma, mostrando que mostrando que o "fracasso" métrico não é neutro, mas vivido como um afeto concreto de frustação, insuficiência ou vergonha diante da baixa resposta recebida. Apagar o que performa pouco não é apenas um gesto técnico de limpeza do *feed*, mas um gesto de apagamento simbólico de versões de si que não alcançaram o nível esperado de validação numérica.

Ao mesmo tempo, a dificuldade de sair do Instagram indica que esse circuito métrico-afetivo vai se tornando fonte permanente de ansiedade, monitoramento e busca por reequilíbrio emocional. Trata-se de uma dinâmica em que baixa interação desencadeia desconforto, o desconforto intensifica a vigilância, e a vigilância reforça o retorno contínuo à plataforma, mesmo quando o sujeito deseja se afastar.

A noção de *validação social* aparece aqui como critério técnico de visibilidade: não se trata de reconhecimento ético ou político, mas de aprovação quantificada por curtidas e comentários. Quanto mais o sujeito suprime conteúdos com baixa resposta, mais se vincula aos sinais de aprovação, que funcionam como reguladores de sua permanência simbólica na plataforma, o que reforça o circuito de modulação algorítmica. Configura-se, assim, um primeiro momento da captura: o desejo de permanecer é reorganizado pelos retornos métricos, que passam a orientar o que deve ser mostrado ou escondido. A *modulação das subjetividades*, neste bloco,

manifesta-se como sensibilidade às métricas e ajuste performativo de si, antecipando os desdobramentos afetivos mais profundos observados no bloco seguinte.

O segundo bloco inclui as correlações Q56-Q57 (ρ ≈ 0,60), Q56-Q58 (ρ ≈ 0,63), Q56-Q60 (ρ ≈ 0,57), Q57-Q58 (ρ ≈ 0,63), Q57-Q61 (ρ ≈ 0,59), Q58-Q60 (ρ ≈ 0,51) e Q58-Q61 (ρ ≈ 0,64). Trata-se do núcleo mais denso do Eixo 3, no qual se pode observar a operação direta da modulação algorítmica sobre os afetos e sobre a trajetória do desejo. Compõem este bloco as seguintes questões:

- Q56 – "Você sente dificuldade em ficar longe do Instagram por algumas horas?"
- Q57 – "Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?"
- Q58 – "Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?"
- Q60 – "Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?"
- Q61 – "Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?"

A correlação entre Q56 ("*Você sente dificuldade em ficar longe do Instagram por algumas horas?*") e Q57 ("*Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?*"), ρ ≈ 0,60, liga duas dimensões da vinculação modulada à plataforma: a dificuldade em ficar longe da plataforma e a experiência de fracasso ao tentar se desconectar de modo mais radical (desinstalar ou reduzir significativamente o uso). Esse coeficiente indica que a relação com o Instagram não é apenas intensa em termos de frequência, mas resistente a tentativas conscientes de ruptura. Do ponto de vista desta pesquisa, isso sugere que a modulação não atua apenas nos conteúdos consumidos, mas na própria relação temporal com a plataforma, capturando o tempo disponível e organizando rotinas, pausas e retornos.

Como formula Lordon (2015), o desejo é sempre desejo de algo que nos move porque antes nos afetou: a própria plataforma constitui o campo de afetação que direciona o impulso de retornar. A categoria de *modulação afetiva* torna-se central: estar longe gera desconforto, ansiedade, sensação de perda de algo; estar dentro produz alívio momentâneo e, ao mesmo tempo, novas vulnerabilidades digitais. Essa correlação permite ler a hiperconexão não como fraqueza individual, mas como efeito estrutural de uma arquitetura desenhada para manter o sujeito em circulação contínua. Han (2015; 2020) mostra que, na sociedade do desempenho, o sujeito adere ao regime que o explora como se fosse expressão de sua própria liberdade. Aqui, a

tentativa de se afastar do Instagram encontra uma barreira subjetiva que é, em grande medida, produzida pela própria plataforma.

A dificuldade de se desconectar da rede social é sinal de que o *self* foi reorganizado em torno da presença constante nesse ambiente, fazendo com que o desligamento seja vivido como perda de referência, de vínculo e de visibilidade e de *validação social*. Safatle (2024) nos diz que quando os afetos se tornam estruturadores da experiência de mundo, eles podem funcionar como mecanismos de captura: perder a plataforma equivale a perder a moldura afetiva que garante a coesão do *self.*

A correlação entre as questões Q56 ("*Você sente dificuldade em ficar longe do Instagram por algumas horas?*") e Q58 ("*Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?*"), $\rho \approx 0{,}63$, torna ainda mais evidente a relação entre dificuldade de afastamento e a sensação de precisar do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a). Quanto maior a dificuldade em ficar longe, maior a tendência a ancorar a autoestima na permanência conectada, nos retornos afetivos que a plataforma oferece, nos sinais de aprovação ou de atenção.

A necessidade de estar conectado para "sentir-se bem" indica uma forma de colonização afetiva em que a esfera da experiência emocional é estreitada à dinâmica algorítmica: é ali que se busca alívio, confirmação, distração, pertencimento. Nesse ponto, Lordon (2015) ajuda a compreender que a dependência não é voluntária, mas efeito do desejo conduzido, enquanto Safatle (2024) evidencia que os afetos, quando organizados e governados, tornam-se estruturas de sujeição que estabilizam o comportamento.

Nessa perspectiva o Instagram funciona como tecnologia de *autogoverno performativo*. A modulação algorítmica direta (que organiza o *feed*, as notificações, as interações visíveis) alimenta a modulação distribuída dos afetos, que se estende para além da tela e passa a orientar o humor, autopercepção e o modo como o jovem lida com frustrações. Zuboff (2020) fala em "instrumentação do comportamento"; por analogia, nesta tese, é possível falar em instrumentação dos afetos: estados emocionais deixam de ser apenas respostas às experiências vividas *offline* e passam a ser produzidos e reajustados de acordo com as dinâmicas de visibilidade e retorno algorítmico.

A correlação entre Q57 ("*Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?*") e Q58 ("*Você sente que precisa do Instagram para se*

sentir bem consigo mesmo(a)?"), ρ ≈ 0,63, aprofunda esse circuito ao mostrar que a experiência de não conseguir se afastar da plataforma e a sensação de precisar do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a) compõem praticamente um mesmo eixo de subjetivação. Trata-se de um ponto em que a captura se torna mais evidente: o sujeito se sabe exausto ou saturado, chega a tentar reduzir o uso, mas reconhece que seu bem-estar subjetivo está colado à presença na rede.

A subjetividade antecipatória, aqui, é também afetiva: antes mesmo de se desconectar, o jovem antecipa o desconforto que sentirá longe da plataforma e, muitas vezes, recua. A modulação algorítmica não apenas orienta o que se posta, mas organiza o campo possível de sentimentos, o que funciona como uma espécie de regulador invisível da vida emocional cotidiana. A combinação entre desejo dirigido (Lordon, 2015) e a economia afetiva da sujeição (Safatle, 2024) nos ajuda a mostrar como sentir, desejar e retornar são movimentos coproduzidos pelo regime algorítmico.

Nas correlações entre Q56 ("*Você sente dificuldade em ficar longe do Instagram por algumas horas?*") e Q60 ("*Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?*"), ρ ≈ 0,57, e entre Q58 ("*Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?*") e Q60 (ρ ≈ 0,51), o elo entre afetos modulados e reorientação do desejo torna-se nítido. A questão Q60 introduz a percepção de que o Instagram faz desejar coisas que antes não se desejava; quando articulada à dificuldade de se afastar (Q56) e à sensação de precisar da plataforma para se sentir bem (Q58), indica que o processo de produção do desejo não é externo ao circuito da dependência, mas seu desdobramento interno. O sujeito não apenas passa mais tempo conectado ou se sente mal ao se afastar; nesse tempo, aprende a desejar de acordo com a cartografia algorítmica que organiza o que aparece, se repete e ganha intensidade. Nesse processo, a autonomia do querer é progressivamente deslocada em direção àquilo que foi apresentado como desejável.

Por fim, as correlações entre Q57 ("*Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?*") e Q61 ("*Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?*"), ρ ≈ 0,59, e entre Q58 ("*Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?*") e Q61 (ρ ≈ 0,64), evidenciam que a afetação emocional provocada pela visibilidade se converte em sensibilidade modulada, reorganizando a maneira como o jovem interpreta, valoriza e ajusta suas preferências e seus projetos de vida. A questão Q61 introduz uma dimensão mais ampla: a percepção de que o "desejo de vida ideal" mudou com o

tempo de uso da plataforma. Quando esse item se articula fortemente com “não conseguir reduzir o uso” (Q57) e com “precisar do Instagram para se sentir bem” (Q58), torna-se visível que o ideal de futuro já não é construído apenas em diálogo com instituições tradicionais (família, escola, trabalho), mas é recodificado por imagens, roteiros e comparações que circulam no *feed*.

Desse modo, o que aparece empiricamente como preferência ou sonho é, em grande medida, resultado de ciclos repetidos de modulação afetiva. Os jovens circulam na ambiência algorítmica orientados menos por escolhas deliberadas e mais por trajetórias afetivas pavimentadas por sugestões, respostas e reforços positivos. O desejo, assim, torna-se cada vez mais inseparável de um processo de orientação algorítmica que se apresenta como espontâneo, reorganizando tanto os pequenos gestos cotidianos quanto os horizontes de “vida ideal”. Este bloco mostra que a captura não é apenas estética, mas se aprofunda na camada dos afetos, onde a modulação algorítmica encontra sua força mais sutil. Lordon (2015) nos ajuda a iluminar esse fenômeno: o desejo é sempre desejo efeito de afetações que o precedem, de modo que o sujeito passa a desejar segundo o mundo que o afeta, e não apenas segundo escolhas deliberadas.

O terceiro bloco, composto pelas correlações Q47-Q51 ($\rho \approx 0{,}52$), Q48-Q52 ($\rho \approx 0{,}60$), Q52-Q60 ($\rho \approx 0{,}52$), Q50-Q62 ($\rho \approx 0{,}49$), Q51-Q62 ($\rho \approx 0{,}48$) e Q60-Q61 ($\rho \approx 0{,}61$), traz à tona a culminância do processo: a transformação do desejo modulado em formas de reconhecimento esvaziado e em um modo de existir orientado por matrizes desejantes produzidas no interior da própria ambiência algorítmica. Fazem partes do terceiro bloco as seguintes questões:

- Q47 – “Você já mudou algo em seu comportamento online para agradar o algoritmo ou ser mais visto(a)?”
- Q48 – “Você sente que sua presença no Instagram influencia quem você acredita ser?”
- Q50 – “Você sente que precisa estar sempre bem, feliz ou produtivo(a) quando está online?”
- Q51 – “Você já se sentiu “cansado(a)” de si mesmo(a) nas redes, como se estivesse atuando?”
- Q52 – “Você sente que é mais valorizado(a) quando suas postagens recebem muitas curtidas/comentários?”
- Q60 – “Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?”
- Q61 – “Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?”

- Q62 – “Você já se perguntou se aquilo que você deseja é realmente seu desejo ou algo que foi induzido pelos conteúdos da plataforma?”

Na correlação entre Q47 (“*Você já mudou algo em seu comportamento online para agradar o algoritmo ou ser mais visto(a)?*”) e Q51 (“*Você já se sentiu “cansado(a)” de si mesmo(a) nas redes, como se estivesse atuando?*”), ρ ≈ 0,52, observa-se uma ligação entre disposição de ajustar o comportamento para agradar o algoritmo ou ser mais visto(a) e o sentimento de cansaço de si nas redes, como se estivesse atuando. A associação indica que, quanto mais o sujeito adapta sua conduta para corresponder à lógica algorítmica, mais emerge a sensação de estar performando um personagem, de viver uma versão roteirizada e exaustiva de si.

Safatle (2024) nos mostra que a sensação de exaustão não é apenas psicológica, mas resultado de um modo de sujeição afetiva em que o sujeito se reconhece preso a formas de agir que não são inteiramente suas. A *modulação das subjetividade*s assume, então, uma forma comparativa e teatral: a existência é vivida sob imperativo de agradar não apenas aos outros visíveis, mas a uma instância técnica opaca que mede, distribui e hierarquiza a visibilidade (Rouvroy e Berns, 2013). Do ponto de vista desta tese, essa correlação explicita o *self* capturado em sua dimensão dramatúrgica. O jovem ajusta gestos, modos de falar, temas de postagem, frequência e estilo para funcionar bem no algoritmo e, ao fazê-lo, distancia-se de uma experiência mais orgânica de si.

O cansaço de si não é apenas fadiga psicológica, mas efeito sociopolítico da captura: trata-se de um sujeito que trabalha constantemente para se manter interessante, coerente e atraente em um palco permanentemente aberto, o que Han (2015) descreve como autoexploração voluntária sob regimes de desempenho. Essa correlação revela que agradar ao algoritmo é, ao mesmo tempo, agradar a um *outro generalizado maquínico* e submeter-se a um roteiro que tende a esvaziar a experiência de autenticidade.

A correlação entre Q48 (“*Você sente que sua presença no Instagram influencia quem você acredita ser?*”) e Q52 (“*Você sente que é mais valorizado(a) quando suas postagens recebem muitas curtidas/comentários?*”), ρ ≈ 0,60, indica a força do elo entre percepção de que sua presença no Instagram influencia quem o jovem acredita ser (Q48) e a sensação de ser mais valorizado(a) quando suas postagens recebem muitas curtidas/comentários (Q52). Expor-se na plataforma, neste contexto, já não é apenas comunicar algo, mas entrar em um circuito de trocas simbólicas e métricas

que reconfigura o próprio sentimento de quem se é. A autoimagem passa a ser coproduzida pela resposta visível: ser “valorizado(a)” em superfície torna-se indissociável da maneira como o sujeito se define.

Essa dinâmica é exemplar da *validação social tecnicamente mediada*: a validação recebida não se ancora em atributos éticos, em trajetórias coletivas ou em lutas por direitos, mas na intensidade de um engajamento que pode ser volátil e superficial. Ao mesmo tempo, essa validação tem peso real na forma como o jovem se percebe. Sibilia (2016) mostra como o “eu exibido” passa a depender de sua própria visibilidade para existir socialmente. Aqui, o dado empírico confirma que a quantidade de curtidas e comentários se torna um eixo estruturante do sentimento de valor pessoal. A modulação algorítmica atua como técnica psicopolítica: organizando o que é visto, quem é visto e como é visto, ela reconfigura a maneira como o sujeito define quem é.

Na correlação entre as questões Q52 (“*Você sente que é mais valorizado(a) quando suas postagens recebem muitas curtidas/comentários?*”) e Q60 (“*Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?*”), $\rho \approx 0{,}52$, torna-se evidente a articulação entre valorização recebida por meio das interações (Q52) e a percepção de que o Instagram faz desejar coisas que não desejava (Q60). Os dados sugerem que aquilo que o jovem passa a desejar, priorizar ou admirar não surge de escolhas espontâneas, mas de um processo de ajuste progressivo orientado pelas sugestões e narrativas que são mais fortemente recompensadas no interior da plataforma. Lordon (2015) nos traz que o campo das preferências não é independente das forças que nos afetam: ao serem reiteradas, essas forças instalam no sujeito novos vetores que orientam seu querer. Assim, o que ganha engajamento torna-se referência do que é desejável; o que é desejável tende a orientar novas formas de investimento subjetivo.

Em termos do *desejo modulado*, essa correlação mostra que o desejo é conduzido a partir de um circuito em que exposição, engajamento e intensificação se retroalimentam. Zuboff (2020) descreve essa dinâmica como a passagem da experiência para o *excedente comportamental*: cada reação do sujeito alimenta a máquina preditiva; cada resposta da máquina devolve ao sujeito trilhos de conteúdos alinhados com o que foi identificado como promissor. O resultado é um deslocamento silencioso daquilo que se deseja: experiências, estilos de vida e objetivos que antes não estavam no horizonte passam a compor o repertório de aspirações, não como

imposição explícita, mas como desdobramento natural de um caminho de “sugestões” reforçadas.

Nas correlações entre Q50 (“*Você sente que precisa estar sempre bem, feliz ou produtivo(a) quando está online?*”) e Q62 (“*Você já se perguntou se aquilo que você deseja é realmente seu desejo ou algo que foi induzido pelos conteúdos da plataforma?*”), ρ ≈ 0,49, e entre Q51 (“*Você já se sentiu “cansado(a)” de si mesmo(a) nas redes, como se estivesse atuando?*”) e Q62 (ρ ≈ 0,48), aprofunda-se a dimensão reflexiva da captura. A questão Q50, ao abordar a sensação de precisar estar sempre bem, feliz ou produtivo(a) quando se está *online*, associada à Q62, que questiona se o desejo é próprio ou induzido, revela que a curadoria performativa da figura de si está diretamente ligada à inquietação quanto à origem do próprio querer.

Quanto mais o jovem regula a sua aparência pública sob o imperativo de bem-estar e produtividade, mais se abre a suspeita de que suas inclinações e aspirações não são inteiramente autogeradas, mas orientadas por mecanismos opacos que operam segundo a lógica da plataforma. A performance positiva, estar sempre bem, aparece, assim, como resposta a um regime técnico de organização da visibilidade que não admite ambiguidade ou retraimento subjetivo e demanda presença, clareza e alinhamento contínuo ao fluxo de visibilidade.

A correlação entre Q51 e Q62, por sua vez, conecta o sentimento de estar atuando, de viver uma versão cansada e roteirizada de si, com a mesma pergunta sobre a autenticidade do desejo. É precisamente neste ponto que Safatle (2024) ilumina a experiência do sujeito como dividido entre aquilo que sente e aquilo que é levado a sentir, produzindo brechas de estranhamento que funcionam como potências da subjetividade. Aqui a *validação social* e o *self* capturado se encontram: o jovem percebe que o personagem que encena e o conjunto de desejos que o animam podem não ser inteiramente seus.

O desgaste performativo não é mero cansaço individual. É a expressão de um conflito entre a exigência de manter uma presença coerente e “vendável” e a intuição de que essa coerência é produzida externamente, por uma combinação de expectativas sociais e moduladores algorítmicos. A dúvida sobre o desejo funciona como fissura na captura: é um momento de *a-resistência performativa* em que o sujeito, ainda dentro do sistema, pergunta de quem é, afinal, o desejo que o move.

Por fim, a correlação entre Q60 (“*Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?*”) e Q61 (“*Você sente que seu desejo de vida ideal*

mudou com o tempo que passou no Instagram?"), ρ ≈ 0,61, indica que desejar coisas que antes não se desejava e mudar o ideal de vida com o tempo de uso da rede não são fenômenos isolados, mas manifestações convergentes de um mesmo processo de *desejo modulado*. A plataforma opera como um dispositivo que reorganiza o horizonte do possível e do desejável, reconfigurando a narrativa de futuro, os critérios de valor e as formas de imaginação social. O que aparece como "sonho de vida" passa a ser composto por elementos circulados nas telas, modos de morar, de trabalhar, de viajar, de se relacionar, que se sedimentam em parâmetros de realização.

Em termos sociológicos, essa correlação mostra que a modulação não atua apenas no presente do gesto ou da performance, mas na própria temporalidade do *self.* Projetos de vida, expectativas e ambições são reordenadas a partir de uma ecologia de signos que privilegia determinadas formas de sucesso, felicidade e *validação social*. O desejo de vida ideal deixa de ser uma construção apenas biográfica ou comunitária e passa a ser uma construção também algorítmica.

O Eixo 3, em seu conjunto, demonstra que o desejo, nos jovens pesquisados, é produzido e reprojetado em um circuito em que estética, afetos e formas moduladas de orientação do querer tornam-se dimensões indissociáveis da modulação algorítmica. O *self* capturado não é apenas uma figura teórica, mas uma configuração empírica de subjetivação: capturado inicialmente pela estética, aprofundado pela *modulação afetiva* e, por fim, reorientado por matrizes desejantes que operam dentro do próprio regime de visibilidade, comparação e antecipação algorítmica. Nesse percurso, as práticas de *a-resistência performativa* aparecem menos como ruptura e mais como pequenas fricções internas a um sistema cuja força reside precisamente em transformar desejo em matéria de governo cotidiano, reorganizando expectativas, aspirações e modos de se perceber no mundo.

As correlações analisadas no Eixo 3 mostram que o desejo, tal como aparece entre os jovens pesquisados, não é uma esfera espontânea, nem uma dimensão livre de determinações. Ele se constitui como efeito entrelaçado da modulação *digital psicopolítica*, operando simultaneamente na gestão da visibilidade, na economia dos afetos e na dramaturgia do *self*. A partir dos três blocos, torna-se evidente que a plataforma não apenas organiza o que é visto, mas também reorganiza o que pode ser sentido, esperado e imaginado como horizonte de vida, convertendo preferências, sensibilidades e projetos em respostas moduladas do regime algorítmico.

O primeiro bloco revela a entrada do desejo pela estética: postar, apagar, ajustar, calibrar a própria aparição tornam-se gestos que inauguram a captura, instaurando a sensibilidade métrica e o alinhamento performativo como pré-condições de presença. O segundo bloco aprofunda a captura ao demonstrar que a dependência afetiva não é acidental, mas estruturante: o jovem permanece conectado porque precisa do retorno para recompor aquilo que a própria plataforma fragiliza.

É nessa zona que o desejo deixa de ser apenas expressão e passa a funcionar como recurso de gestão emocional, o que confirma empiricamente o *desejo modulado* e a formação do *self* capturado. O terceiro bloco, por fim, expõe a culminância do processo: aquilo que se deseja, valoriza e projeta como "vida ideal" emerge cada vez mais nas narrativas que foram filtradas, reiteradas e intensificadas pelo algoritmo, produzindo formas de *validação social* e modos de existir orientados por matrizes desejantes que não nascem do sujeito, mas o atravessam.

Nesse conjunto, aparecem também tensões que marcam a experiência juvenil sob modulação: o cansaço de si, a sensação de atuar um personagem, o incômodo com a origem do próprio querer e as tentativas frustradas em reduzir o uso da plataforma. Esses elementos não operam como rupturas, mas como expressões de *a-resistência performativa*: microgestos que, sem dissolver o circuito, tornam visível o desconforto produzido por ele. Assim, o Eixo 3 demonstra que o desejo, nesse contexto, é matéria de governo: ele é modulado, reeditado e administrado por arquiteturas técnicas e simbólicas que colonizam o campo do sensível e instauram novas lógicas de autoapresentação, validação e futuro possível.

O que as correlações revelam é um regime subjetivo no qual o querer, o sentir e o narrar-se são mobilizados por forças externas naturalizadas como preferências próprias. A captura não se impõe pela proibição, mas pela produção de horizontes, e a subjetividade resultante não desaparece, ela é modulada. O Eixo 3, assim, expõe a engrenagem pela qual o desejo se torna dispositivo: produtivo, atravessado e continuamente reconduzido pela racionalidade algorítmica.

7.4.2 Entre afetos e capturas: narrativas do desejo modulado

Neste subtópico, apresento a análise qualitativa das entrevistas e das questões abertas do questionário, preservando a gramática nativa dos jovens e adotando o mesmo procedimento interpretativo utilizado no eixo anterior. A manutenção do modo de dizer dos participantes não se limita a um cuidado metodológico; trata-se de

reconhecer que suas expressões, hesitações e imagens espontâneas são caminhos de acesso às formas como vivem, sentem e interpretam o Instagram. É nas brechas do cotidiano narrado, no que afirmam, no que sugerem e até no que silenciam, que se revelam a *modulação do desejo*, as tensões afetivas e os modos como o *self* se percebe capturado.

A leitura das narrativas se apoia nas categorias analíticas formuladas ao longo da tese, especialmente *desejo modulado*, *self* capturado, *modulação direta*, *modulação distribuída*, *validação social tecnicamente mediada* e *a-resistência performativa*. Essas categorias não funcionam como molduras rígidas que antecedem a experiência, mas como elementos que emergem da relação entre dados e teoria, permitindo compreender como os jovens constroem sentido sobre si e sobre a plataforma. Assim, cada relato é interpretado não como opinião isolada, mas como expressão de um processo mais amplo de produção subjetiva atravessado pela *modulação digital psicopolítica*.

O objetivo desta seção não é apenas ilustrar o eixo, mas aprofundar a densidade afetiva da relação dos jovens com o Instagram: o que agrada e irrita, o que prende e afasta, o que gera conforto e cansaço. Nas narrativas, esses afetos aparecem entrelaçados a pequenos gestos de fuga, tentativas de conter o uso, ambivalências e justificativas, movimentos que configuram o campo da *a-resistência performativa*. Ao mesmo tempo, evidenciam como o *desejo modulado* orienta práticas, percepções e expectativas, desenhando um terreno onde afetos e capturas se tornam indissociáveis. É nesse entremeio, entre sentir e ser modulado, que as análises a seguir se inscrevem.

Alguns jovens apresentaram em seus relatos suas percepções sobre a modulação algorítmica que ocorre no Instagram. Vejamos, "*eu por exemplo, quando entro no Instagram só vejo coisas que de certa forma me agradam e me interessam, e me fazem ficar cada vez mais olhando os vídeos, as fotos*" (Entrevistado B). Mesmo sem perceberem os mecanismos técnicos envolvidos, os usuários passam a ser posicionados em recortes específicos de audiência, ou em bolhas virtuais como salienta Pariser (2011), a partir da operação da arquitetura algorítmica. Esse "agradar" revela não apenas uma afinidade espontânea, mas a produção de um desejo orientado por estímulos reiterados, cujo fluxo pode ser capturado e redirecionado, nos termos de Deleuze e Guattari (1997; 2010), para manter o sujeito em circulação. Trata-

se, portanto, de um mecanismo que tende a atravessar a experiência dos usuários das redes sociais, ainda que em intensidade distintas.

O mesmo jovem frisa que "*eles criam um ambiente reconfortante que nos prendem cada vez mais*" (Entrevistado B). Esse ambiente reconfortante que o jovem menciona, não somente atrai, mas captura o *self*. Um *self* capturado por estímulos e recompensas contínuas, como aponta Han (2020) ao descrever o psicopoder. Lazzarato (2014) ajuda a compreender esses "conteúdos que agradam", pois funcionam como signos que modulam percepções e afetos. Já Zuboff (2020) salienta que essa prefiguração do interesse é parte da fabricação comportamental do capitalismo de vigilância. Aqui também se manifesta a *modulação direta*, operada na interação imediata com o *feed*.

O que o relato nos demonstra é que ter acesso a conteúdo que traz um sentimento de reconforto (como cita o entrevistado **B)**, evidencia a engrenagem afetiva da *modulação digital psicopolítica*, que prende o usuário cada vez mais naquele espaço, dificultando a desconexão. Estudos na área da saúde apontam que esta sensação está relacionada ao disparo de dopamina no sistema de recompensa do cérebro, proporcionado pelo uso das redes sociais. No entanto, para além do aspecto neuroquímico, esse reconforto funciona como mecanismo de *desejo modulado*, intensificado por estímulos personalizados que reforçam o retorno, mecanismo descrito por Artieri et al. (2022) como arquitetura afetiva e por Han (2020) como forma de captura emocional e psíquica do sujeito.

No texto "*Dopamine, smartphones & you: A battle for your time*", Haynes e Clements (2018) salientam que os smartphones e as mídias digitais estão transformando os indivíduos em dependentes dos ambientes hipersociais que eles fornecem. Mesmo que não exista nada inerentemente viciante no aparelho, "os verdadeiros impulsionadores de nossos apegos a esses dispositivos são os ambientes hipersociais que eles fornecem" (Haynes e Clements, 2018, tradução nossa). Esse ponto dialoga diretamente com o funcionamento da *modulação direta*, que reorganiza o desejo do usuário em tempo real. Sibilia (2016) aponta que as mídias digitais transformam a necessidade de conexão em imperativo de visibilidade, compondo a engrenagem do *desejo modulado*.

A pesquisadora e psiquiatra Lembke (2022) aponta que o uso excessivo das tecnologias pode promover vícios comportamentais, afirmando que as mídias sociais são "conexão humana em forma de droga" (Lembke, 2022). Sob a lente da tese, esse

fenômeno não é apenas dependência comportamental, mas expressão da arquitetura afetiva das plataformas, que captura o sujeito pela via emocional e reforça o *self* capturado enquanto organismo responsivo a estímulos modulados. Safatle (2024) contribui ao mostrar que o corpo afetado é governado por uma economia política das emoções, na qual o sofrimento e o prazer são modulados para manter a adesão subjetiva. Assim, o "vício" descrito por Lembke (2022) opera como parte do *desejo modulado*, afetivamente produzido, e reforça o circuito de *validação social*, no qual vínculos são transmutados em métricas e retornos emocionais rápidos.

Os autores Haynes e Clements (2018) também detalham como o algoritmo opera para prender a atenção dos usuários, estimulando o sistema de recompensa e prolongando o tempo de permanência. Este processo corresponde ao núcleo da arquitetura técnica da modulação algorítmica, desenvolvida no capítulo teórico, que constitui a base da construção do *desejo modulado* descrita nos relatos. Deleuze (2013), em "Post-scriptum", já antecipava que o controle opera por modulação contínua; Zuboff (2020) demonstra que prolongar a permanência é parte da engenharia de comportamentos futuros; Han (2020) mostra que esse prolongamento atua diretamente no plano da interioridade do sujeito, aqui, afetada pelo processamento algorítmico.

O processo de modulação algorítmica atravessa as mídias digitais em geral, compondo o fenômeno da plataformização. No Instagram, porém, essa dinâmica se intensifica porque articula dois níveis: a *modulação direta*, que atua no feed personalizado, e a *modulação distribuída*, quando o sujeito ajusta seu comportamento futuro a partir dos retornos algorítmicos. Esse funcionamento automatiza a análise dos rastros digitais (dados pessoais que integram a esfera privada da vida dos sujeitos). Cada clique e tempo de visualização tornam-se insumos para a personalização. Trata-se do núcleo da arquitetura técnica, responsável por produzir a visibilidade do que é desejável e possível, condição para o *self* capturado e para a *validação social*, ao substituir substitui o olhar humano por um *outro generalizado maquínico*.

Podemos observar alguns pedidos de patentes da Meta Platforms relacionados à determinação de personalidade, indicação de influencers e previsão de estados futuros do usuário. Essas patentes materializam a operação interna da arquitetura técnica da modulação algorítmica e demonstram como a plataforma captura não apenas comportamentos, mas afetos, gostos e disposições, elementos centrais do *desejo modulado* e do *self* capturado. Esse funcionamento é interpretado por Zuboff

(2020) como parte de tecnologias que operam como máquinas de fabricação comportamental; por Han (2015; 2020), como dispositivos de psicopoder; e por, Silveira (2018) como formas de vigilância algorítmica. Já Santaella (2016) compreende esse processo como uma reorganização simbólica do sujeito.

A patente US9740752B2 (*Determinação de características de personalidade a partir de comunicações e características em um sistema de rede social,* tradução nossa) mostra que a plataforma busca determinar características de personalidade por meio da análise automática de textos, interações e padrões de uso dos usuários, inferindo traços subjetivos a partir de dados produzidos na própria navegação. Esse é um exemplo explícito da produção de *modulação direta* e *modulação distribuída*, pois ao identificar traços da subjetividade, a plataforma ajusta tanto o estímulo imediato (conteúdos, sugestões e hierarquização do *feed*) quanto o comportamento futuro (segmentação, predições e direcionamento de interesses). Esse processo reforça a captura do olhar, conforme Bucci (2021) transformando-o em mercadoria, e consolida o *self* capturado, que passa a se ver naquilo que o algoritmo devolve.

Além disso, esse tipo de tecnologia exemplifica a lógica da fabricação comportamental descrita por Zuboff (2020), na medida em que perfis inferidos são utilizados para orientar predições, personalizações e intervenções futuras sobre a conduta dos usuários. As *Big Techs* estruturam suas plataformas a partir de conjuntos de patentes que permitem a coleta de dados, a predição de comportamentos e a modulação personalizada de perfis, tecnologias que podem ser aplicadas simultaneamente a diferentes serviços de uma mesma empresa. Diferentemente da modulação massiva da mídia tradicional, aqui a modulação é ajustada à subjetividade, mecanismo que intensifica a produção do *desejo modulado* e reforça o *outro generalizado maquínico* como referência constitutiva.

Os jovens percebem a modulação algorítimica, porém não a compreendem como uma operação técnica, mas a entendem como simples sugestões de conteúdo. Vejamos: "*quando utilizo o Instagram geralmente aparece séries, filmes, fofocas e notícias nas sugestões*" (Pesquisado 7). O entrevistado **D** relata gostar das "dicas que aparecem de surpresa", revelando a dimensão emocional ambivalente da interação: "*gosto bastante das dicas que sempre aparecem de surpresa. Você está lá passando os stories do nada, as vezes é bom, mas as vezes não*" (Entrevistado D). Aqui temos uma combinação de prazer e irritação típica da *a-resistência performativa*, quando o sujeito percebe o incômodo, mas permanece capturado.

Essa oscilação afetiva presente no relato pode ser lida à luz de Dunker (2018), que compreende o sofrimento como expressão das formas contemporâneas de laço social, nas quais a comparação constante, a exposição e a autocobrança reorganizam a experiência subjetiva. Já em Han (2015; 2020), essa ambivalência não aparece como oscilação emocional, mas como efeito de um regime psicopolítico que exige desempenho contínuo e internalização das normas, produzindo um sujeito que se responsabiliza pelos afetos que o atravessam. Portanto, a permanência mesmo diante do incômodo se articula ao *self* capturado, que interpreta como falha pessoal aquilo que é efeito estrutural da modulação algorítmica.

A modulação algorítmica permite que a plataforma detecte sentimentos, gostos, estilos, ideologias e posição política, mecanismos que intensificam a produção de bolhas virtuais. Tais bolhas criam ambientes de reforço afetivo e cognitivo, consolidando o *self* capturado e eliminando o contraditório. Isso produz sujeitos que circulam em zonas de afinidade modulada, com baixa exposição a alteridades e perspectivas contraditórias, o que enfraquece a possibilidade de deslocamento crítico da própria posição.

Nas narrativas, a *modulação direta* aparece de modo quase transparente, como se fosse apenas parte natural do funcionamento da plataforma. O pesquisado **4**, ao afirmar que: "*no meu feed aparecem coisas que eu particularmente gosto, como animes, filmes e coisas que eu estou afim de comprar*" (Pesquisado 4), revela um ponto central da modulação algorítmica, a produção de um ambiente sensível feito sob medida, no qual o algoritmo antecipa e reorganiza as preferências do sujeito. A percepção dos jovens sobre o processo de modulação quase não é descrita nas narrativas, o que pode expressar a eficácia do regime modulador. A arquitetura técnica opera silenciosa, enquanto a arquitetura simbólica traduz essa interferência como "afinidade" ou "coincidência". O jovem não percebe captura, percebe conveniência.

O pesquisado **7** reforça essa mesma dinâmica quando relata que: "*geralmente aparece série, filmes, fofocas e notícias nas sugestões*" (Pesquisado 7). Ao narrar sobre o que aparece em seu *feed* não há elaboração crítica, mas naturalização do processo. A *modulação direta*, aqui, se expressa como uma rotina que organiza o cotidiano e o modo de estar na plataforma. A recorrência dos mesmos temas, repetição de conteúdos semelhantes, a previsibilidade da experiência, tudo isso constitui aquilo que Deleuze (2013) nomeia como "controle modulatório". Uma governamentalidade contínua, adaptativa, ajustada às microcondutas, as preferências

momentâneas e ao histórico de navegação. A ausência de consciência crítica não é um detalhe, é parte da arquitetura simbólica. O sujeito naturaliza o retorno incessante de conteúdos semelhantes como se fosse mera habilidade da plataforma de “adivinhar seus gostos”.

Quando o pesquisado **7** e o pesquisado **8** descrevem que enviam memes, vídeos engraçados e conteúdos diversos para os amigos pelo *direct*, encontramos a expressão clara de uma das formas de *modulação distribuída*. O gesto de enviar (aparentemente banal) já é efeito de uma curadoria algorítmica anterior, que organiza o que aparece, o que afeta, o que desperta riso ou interesse. São conteúdos pré-selecionados pela máquina que passa a circular entre pares, o que prolonga o efeito da modulação para fora da ambiência digital e para além da operação direta no *feed*.

O entrevistado **B** descreve o processo de deslocamento da *modulação direta* para a *modulação distribuída* como uma prática comum nas suas interações: “*quando estou com meus amigos eu sempre mostro memes, vídeos engraçados ou informações que eu curti no Instagram*” (Entrevistado B). É nesse ponto que a *modulação distribuída*, categoria analítica desenvolvida nesta tese, não se encerra na tela, mas se infiltra no circuito social, reorganizando conversas, modos de socializar e referências compartilhadas. O algoritmo produz temas, e os jovens os replicam como parte de sua interação social cotidiana.

O pesquisado **11** oferece um indício ainda mais sofisticado, embora não perceba isso: “*o Instagram também pode abrir outras portas (...) abrimos a mente para outros pensamentos, relacionamentos e muitas informações para trabalhar*” (Pesquisado 11). Essa sensação de “abrir a mente” não corresponde a uma ampliação livre do horizonte, mas a uma expansão dirigida, conduzida pela lógica do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020). O sujeito interpreta a modulação como descoberta, a personalização como autonomia, a predição como liberdade de escolha. É o ponto em que a *modulação digital psicopolítica* alcança seu objetivo máximo, fazer o sujeito desejar aquilo que lhe é oferecido como se fosse escolha própria. A “modulação das ideias”, observada na narrativa, aparece como efeito subjetivo de um processo técnico-afetivo que opera na base invisível da experiência.

O entrevistado **B** reforça o entrelaçamento entre modulação e racionalidade neoliberal: “*gosto de vídeos de rotina, onde mostram passos para um dia bem produtivo, de como fazer para que a gente consiga produzir mais. Pego essas dicas para tentar me organizar*” (Entrevistado B). A lógica do desempenho (Han, 2020)

penetra o cotidiano na forma de pequenos tutoriais, dicas, rotinas produtivas e narrativas de autoaperfeiçoamento. Aqui, o desejo não é apenas modulado, é orientado para um ideal neoliberal de performance contínua sem acúmulo, sem pausa. A plataforma fornece a estética da produtividade, o sujeito incorpora a necessidade de corresponder. Trata-se de *modulação distribuída* no plano ético, o algoritmo produz modelos de vida que passam a orientar o modo como o jovem concebe sua rotina, sua eficácia e até seus fracassos.

O entrevistado **C** reforça o ponto cego da experiência: "*quanto mais eu curto, mais coisas relacionadas são sugeridas a mim, e eu gosto, quando retorno ao app já aparece aquilo que eu gosto*" (Entrevistado C). Ele descreve o funcionamento da modulação como se fosse uma vantagem, um benefício. A retroalimentação é percebida como sintonia, não como captura. Isso demonstra a eficácia da arquitetura simbólica: o algoritmo se apresenta como ferramenta útil, inteligente, afinada ao sujeito. A governamentalidade algorítmica aparece como serviço, não como poder. É a forma mais eficaz de psicopolítica, aquela cuja violência é tão leve que se confunde com cuidado. O sujeito não percebe redução do horizonte; percebe facilidade.

No caso do entrevistado **D**, a descrição de conteúdos motivacionais, palavras de incentivo, vídeos de futebol e sentimentos associados ("*tenho alguns sentimentos e emoções quando vejo algo feliz ou triste*") revela a camada afetiva da modulação. A plataforma não apenas entrega conteúdo, ela organiza um circuito emocional antecipado. Han (2020) já apontava que o poder contemporâneo não opera mais reprimindo afetos ou comportamentos, mas produzindo-os. O Instagram cria atmosferas emocionais, microclimas afetivos que induzem reações antes mesmo que o sujeito tome consciência. Quando ele relata que gosta de "dicas que aparecem de surpresa", percebe-se o ponto exato da *modulação direta*. O inesperado é calculado, é o algoritmo que produz sensação de espontaneidade ao mesmo tempo em que regula o campo do possível.

Essas narrativas, mesmo breves, mostram a incidência simultânea das três arquiteturas da *modulação digital psicopolítica* (técnica, simbólica e afetiva) e evidenciam como desejo, no Eixo 3, é reorganizado em duas camadas. Uma, pela *modulação direta*, que define o que aparece, afeta e se torna disponível. A outra, pela *modulação distribuída*, que prolonga esse efeito para as relações, conversas, rotinas e expectativas dos jovens. O algoritmo produz não apenas conteúdos, mas estilos de vida possíveis, afetos circulantes e microgestos de autoexpressão. E, justamente

porque tudo isso opera sem ser percebido, a subjetividade se reorganiza sob aparência de espontaneidade. O *desejo modulado* não emerge como conflito explícito, mas como condição silenciosa do estar no mundo digital contemporâneo.

No conjunto das evidências analisadas, o Eixo 3 revela que o desejo não se expressa como impulso espontâneo, mas como campo continuamente reorganizado pela modulação algorítmica. As arquiteturas técnica, simbólica e afetiva da *modulação digital psicopolítica* operam em sincronia para produzir um regime de sensibilidade previamente editado, que orienta gostos, expectativas e modos de estar no mundo. O algoritmo não apenas seleciona conteúdos, ele vai definir o que pode afetar, o que se torna desejável e o que passa a compor a gramática emocional dos jovens.

Nas narrativas, a naturalização dessa modulação, percebida como conveniência, afinidade ou descoberta, demonstra o ponto exato em que a modulação se torna mais eficaz: ela desaparece como técnica e se apresenta como experiência cotidiana. Assim, o desejo aparece não como força livre, mas como força capturada, orientada e canalizada para dentro da axiomática neoliberal, que demanda produtividade, visibilidade contínua e autoexpressão modulada.

Ao mesmo tempo, o Eixo 3 evidencia que esse *desejo modulado* não encerra totalmente a possibilidade de microgestos de fuga. Aquilo que a tese conceitua como *a-resistência performativa* emerge justamente nos interstícios, nas pequenas escolhas, no uso criativo e às vezes desobediente da plataforma, ainda que sempre sob o regime modulatório. Não se trata de resistência plena, mas de brechas mínimas onde o sujeito tenta reconfigurar sua presença digital mesmo que temporariamente.

É nesse ponto que o desejo reorganizado convive com lampejos de agência, ambos atravessados pela *modulação distribuída* que retorna no plano social, afetivo e cotidiano. O Eixo 3, portanto, conclui mostrando que a subjetividade juvenil se constitui em um duplo movimento: de um lado, o *desejo modulado* e seu redirecionamento pela infraestrutura algorítmica; do outro, a emergência da *a-resistência performativa*, que embora não rompe o sistema, revelam tensões internas e a experiência ambivalente de ser jovem sob modulação.

7.5 Eixo 4 — Captura afetiva e ambivalências

A Constituição do Eixo 4 não resulta de um recorte prévio, mas de uma aproximação contínua entre os dados quantitativos e as narrativas qualitativas que emergiram do campo. Assim como nos eixos anteriores, não se trata de impor uma

categoria interpretativa às experiências dos jovens, mas de seguir as linhas de força que se que se repetem, se intensificam e se desdobram nas práticas, nos relatos e nas escolhas registradas. A análise fatorial exploratória aplicada às afirmações da Q30 identificou um agrupamento específico de itens que, quando lidos à luz das entrevistas e das observações diretas convergiu para uma dinâmica afetiva singular: uma oscilação entre desejo, medo, rotina e impulsos de consumo modulados. Esse conjunto define a espessura interpretativa do Eixo 4.

O Eixo 4 emerge, portanto, como uma zona de condensação na qual se articulam *modulação afetiva*, vontades direcionadas, pressões internalizadas e microcomportamentos de checagem e engajamento. As afirmativas com maior carga revelam que a plataforma opera como uma máquina afetiva capaz de suscitar vontades, inclinações e expectativas que não nascem espontaneamente do sujeito, mas são produzidas na fricção entre aquilo que se vê, aquilo que se sente e aquilo que se espera de si. Diferentemente dos eixos que tratam da *validação social* ou da performatividade, aqui o foco desloca-se para uma arquitetura de modulação que age diretamente sobre o afeto, sobre o “quero”, o “tenho vontade” e o “preciso mostrar”.

Esse eixo também evidencia a dimensão do consumo direcionado, que não deve ser confundida com consumo voluntário. As vontades relatadas pelos jovens (deseja comprar o que vem, desejar estar nos lugares exibidos pelos outros, sentir necessidade de mostrar uma vida interessante) são atravessadas por dispositivos de indução que operam tanto pela repetição imagética quanto pelas lógicas de curtidas, alcance e circulação algorítmica. É aqui que a *modulação digital psicopolítica* se mostra de maneira mais visível: o afeto deixa de ser apenas uma resposta subjetiva e passa a ser um vetor de *autogoverno performativo*, orientado por trilhas perceptivas, simbólicas e econômicas previamente distribuídas pela plataforma.

Ao mesmo tempo, o eixo expõe uma ambivalência constante. As cargas associadas às afirmativas “*Já tive vontade de parar de usar o Instagram*” e *“Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio*” revelam que essas vontades moduladas convivem com impulsos de recuo, tensão e desconforto. O desejo produzido pela plataforma encontra limites subjetivos, éticos e até morais, gerando pequenas fraturas no modo como os jovens compreendem seu próprio comportamento. Essa ambivalência, desejar e cansar, querer ir e recuar, mostrar e esconder, sustenta a complexidade interpretativa do eixo e reforça que, mais do que

um padrão de consumo, trata-se de um regime afetivo de captura, no qual as sensações são organizadas para gerar dependência, circulação e permanência.

Assim, o Eixo 4 opera como uma câmera de ampliação sobre o campo da *modulação afetiva*: ele mostra como o Instagram produz vontade, orienta escolhas, coloniza expectativas e, simultaneamente, provoca incômodo, saturação e desejo de fuga. É a partir dessa tensão que os dados se articulam. Não estamos diante de um comportamento isolado ou de um estilo de uso, mas de um processo de *modulação da subjetividade*, em que o consumo, afeto e rotina se constituem mutuamente, sustentando um ciclo de captura que se expressa tanto na adesão quanto no desconforto que leva alguns jovens a desejar se desconectar.

7.5.1 Arquiteturas afetivas da captura

Para compreender com maior precisão como essa dinâmica de captura afetiva e ambivalência se materializa nas experiências dos jovens, é fundamental observar o conjunto de afirmativas que compõem a PA2, originada da análise fatorial exploratória. Essas afirmativas não funcionam como descrições isoladas, mas como indicadores empíricos que condensam padrões recorrentes de sensibilidade, desejo, rotina e inquietação. Cada item aponta para um modo específico de relação com o Instagram, ora automático, ora desejante, ora ambivalente, que, em conjunto, delineia o núcleo estruturante deste eixo.

A tabela a seguir organiza essas afirmativas de acordo com suas cargas fatoriais, permitindo visualizar com nitidez quais elementos se destacam e como eles contribuem para a conformação do eixo. Esse movimento de sistematização é crucial para traduzir estatisticamente aquilo que emergiu qualitativamente no campo: a coexistência entre vontade e saturação, entre impulso e vigilância, entre adesão e desconforto. Assim, a leitura das cargas não é meramente técnica, mas parte de um esforço interpretativo que integra a modulação algorítmica, afetos e práticas cotidianas.

Pode-se observar na Tabela 5 as afirmativas da PA2, suas respectivas cargas fatoriais e os índices que elas oferecem para compreender a arquitetura afetiva e ambivalente que atravessa o Eixo 4. O conjunto de afirmativas que compõem a PA2 evidencia como certos afetos, entendidos aqui na chave sociopolítica proposta por Safatle (2024) e Lordon (2015), são mobilizados pelo ambiente algorítmico para orientar condutas e reorganizar expectativas dos jovens. Mais do que emoções

individuais, trata-se de movimentos afetivos que atravessam o sujeito socialmente, modulando inclinações, inquietações e impulsos de retorno que sustentam a lógica de uso contínuo da plataforma.

Tabela 05 — Afirmações PA2 – Eixo 4

Afirmações (Q30)	Carga Fatorial (PA2)
O Instagram faz parte de minha rotina diária	**0,85**
Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações	**0,82**
Sinto vontade de comprar os produtos que vejo nas postagens dos outros	**0,74**
Sinto vontade de estar nos lugares que vejo nas postagens dos outros	**0,73**
Já tive vontade de parar de usar o Instagram	**0,55**
Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram	**0,51**
Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio	**0,43**

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da pesquisa.

As respostas revelam uma ambivalência própria da *modulação digital psicopolítica* (categoria analítica definida no capítulo teórico): o Instagram se integra à rotina diária ao mesmo tempo em que produz uma tensão entre desejar, consumir, desejar estar “nos lugares” das postagens e, simultaneamente, experimentar medo de julgamento ou vontade de desconectar. É uma ambivalência não emocional no sentido psicológico, mas afetiva no sentido sociopolítico, uma energia que direciona ações, como descrevem Safatle (2024) e Lordon (2015), e que aqui assume a forma de um tipo de consumo direcionado, autoapresentação modulada e retorno compulsivo mesmo sem estímulo externo.

Nesse conjunto, a PA2 expressa um regime de afetos orientados, no qual inclinações, impulsos e disposições se tornam vetores de governo de condutas. O conjunto das respostas mostra que o ambiente algorítmico opera através de *modulação afetiva*: vontade de comprar, vontade de estar nos lugares vistos, medo de julgamento, inquietação com a autoapresentação, e, simultaneamente, a constituição de hábitos afetivos modulados, como checar no Instagram sem notificação ou integrar automaticamente a rotina diária.

Trata-se de uma captura afetiva que não atua pelo prazer ou pela promessa de reconhecimento, mas pela orientação de condutas, expectativas e impulsos cotidianos, compondo uma ambivalência entre vontade de permanecer e vontade de

desconectar. A rotina modulada, o consumo aspiracional, o medo de exposição e o automatismo do uso se articulam como efeitos diretos da modulação algorítmica. Diferentemente do eixo anterior, no qual o foco recai sobre o *desejo modulado* e a performance como gesto de *validação social*, aqui o que emerge é um regime de relação com o Instagram marcado por *vontades que não nascem inteiramente do sujeito*, mas que se consolidam como impulsos, inquietações e microdesejos modulados pela ambiência algorítmica.

As cargas fatoriais mais expressivas, como *"O Instagram faz parte da minha rotina diária"* (0,85) e *"Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações"* (0,82), sinalizam que o ponto de partida deste eixo é a incorporação cotidiana da plataforma como disposições habituais e reflexos automáticos, indicando que a modulação já opera no nível do corpo e da atenção. Trata-se de um tipo de captura que não depende apenas de estímulos externos, mas se manifesta como um *movimento espontâneo*, repetido, quase involuntário.

Esse processo de automatismo se alinha ao que Deleuze (2013) descreve como o "controle em tempo contínuo", e o que Han (2020) identifica como o deslocamento do poder disciplinar para um regime de autoincitação permanente. Nesse ponto, observa-se também a constituição de disposições afetivas moduladas nas quais determinadas inclinações e tensões passam a estruturar a experiência de forma repetida e internalizada.

Esse automatismo também pode ser lido à luz do que Safatle (2024) chama de "circuitos afetivos", estruturas repetitivas pelas quais o sujeito aprende a sentir e reagir de formas previsíveis. A incorporação do gesto automático, abrir o Instagram sem notificação, deslocar a atenção do ambiente físico para a tela, retomar o *feed* durante pausas mínimas, revela que o afeto, aqui, não é apenas emoção, mas disposição orientada, como propõe Lordon (2015).

O sujeito é capturado não porque quer, mas porque acostumou a querer, porque foi efetivamente treinado para uma ambiência que sincroniza atenção, rotina e pequenas descargas de expectativa. Assim a *modulação digital psicopolítica* não age apenas sobre o pensamento, mas sobre a economia afetiva e as microdisposições que sustentam o cotidiano, produzindo um estado de prontidão permanente.

A esse núcleo de rotina modulada somam-se afirmativas que expressam vontades orientadas, "*Sinto vontade de comprar produtos que vejo nas postagens dos*

outros" (0,74) e *"Sinto vontade de estar nos lugares que vejo nas postagens dos outros"* (0,73). Não são apenas afetos espontâneos, mas de afetações orientadas, produzidas, intensificadas e reiterados pela dinâmica aspiracional da plataforma. Aqui se revela a articulação entre afetividade e mercado: as emoções são convertidas em gatilhos que orientam o desejo, por sua vez, converte-se em vetor de consumo, dinâmica que Zuboff (2020) descreve como pré-configuração comportamental, e que Dardot e Laval (2016) permitem compreender como a reorganização da vida subjetiva sob a lógica neoliberal. Trata-se, portanto, de uma economia afetiva modulada, expressão concreta da *modulação digital psicopolítica*, na qual a plataforma organiza inclinações e aspirações de forma previsível.

A presença explícita da "vontade de comprar" e da "vontade de estar nos lugares vistos" evidencia aquilo que Lordon (2015) denomina afetação vertical: afetos que não surgem da interioridade, mas são instalados por dispositivos sociais que orientam aquilo que o sujeito aprende a desejar. No Instagram, essas vontades aparecem como efeitos de um regime de afetos dirigido, no qual imagens, performances e narrativas aspiracionais fixam coordenadas sobre o que é valioso, digno de investimento emocional ou indexado como "vida desejável". Esse regime não apenas orienta condutas de consumo, mas reordena disposições afetivas, modulando expectativas e calibrando sensibilidades. Tal processo constitui um dos mecanismos da *modulação digital psicopolítica*, que converte afetações em formas de governar o comportamento: afeta-se para conduzir; conduz-se para capturar.

Os elementos de ambivalência emergem com força quando aparecem afirmativas como *"Já tive vontade de parar de usar um Instagram"* (0,55) *e "Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram"* (0,51). Em conjunto, elas revelam a coexistência paradoxal entre saturação e permanência: o jovem deseja afastar-se, mas permanece; sente-se pressionado a performar, mas continua alimentando o ciclo. É esse movimento, simultâneo de adesão e exaustão, que dá ao eixo sua característica de ambivalência de e uso e consumos modulados, marcada por oscilações entre inclinações moduladas e tentativas de resistência (formas de *a-resistência performativa*).

A ambivalência aqui não é psicológica, mas estrutural. O mesmo circuito afetivo que conduz ao consumo, a visibilidade e à excitação também gera saturação, cansaço e desejo de fuga. Safatle (2024) descreve essa dinâmica como afetos contraditórios que coexistem sem resolução, e que, ao invés de produzir ruptura, sustentam formas

mais densas de captura. Já para Han (2020), trata-se do paradoxo central da subjetividade neoliberal: o sujeito exausto continua performando porque sente que não pode desaparecer do jogo. No Instagram, essa ambivalência se traduz em movimentos de afastamento interrompidos pela lógica algorítmica, que devolve continuamente ao sujeito o chamado para reentrar, postar, aparecer. A tentativa de desconectar torna-se ela mesmo modulada, controlada pelo mesmo sistema que produz a fadiga.

Finalmente, a afirmativa *"Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio"* (0,43) introduz um componente adicional: um medo como operador da relação com a plataforma. Ele não aparece aqui como sintoma principal (como no Eixo 2), mas como um afeto transversal que participa da captura. Trata-se de um medo não paralisante, mas modulador: um medo que regula, freia e ajusta a conduta. Esse tipo de afetação reforça a ambivalência do eixo, pois mostra como a subjetividade é atravessada simultaneamente pelo desejo de participar e pelo receio de não corresponder às expectativas.

Esse medo modulador corresponde àquilo que Safatle (2024) chama de poder afetivo negativo, isto é, estados afetivos que funcionam como mecanismo de regulação social sem jamais se tornarem tematizados como tais. O medo de julgamento não impede o sujeito de participar, ao contrário, o integra *melhor* ao jogo algorítmico, refinando aquilo que posta, quando posta e como posta. Lordon (2015) identifica esse tipo de afeto como "condicionamento da ação", pois ele atua como inclinação que restringe e direciona comportamentos, sempre dentro dos limites estruturais do campo. No Instagram, esse medo opera como microgestão afetiva da conduta, reforçando a dependência do olhar alheio sem que o sujeito perceba que está sendo governado por ele.

Nesta tese, os afetos são compreendidos não como estados psicológicos internos, mas como forças relacionais e políticas, em consonância com Safatle (2024) e Lordon (2015). Embora provenientes de tradições distintas, Safatle (2024), ancorado na teoria crítica e na psicanálise, e Lordon (2015) na ontologia espinosista do *conatus*, ambos convergem ao afirmar que os afetos estruturam regimes de ação, vinculação e sujeição.

Aqui, essa convergência é mobilizada para compreender como a *modulação digital psicopolítica* atua sobre disposições afetivas, capturando medo, desejo, insegurança e esperança como vetores de governo da conduta. Assim, a PA2 revela

um conjunto coerente de dimensões que, articuladas, desenham o Eixo 4: uma captura afetiva que opera na rotina, fabrica afetos orientados, produz ambivalências e regula comportamentos sempre sob a lógica da *modulação digital psicopolítica*.

As correlações do Eixo 4 foram analisadas a partir de um conjunto de questões do questionário que captam percepções dos jovens sobre processos de afetação emocional, indução de quereres e reorganização aspiracional associados ao uso do Instagram. A análise se apoia em correlações de Spearman entre itens conceitualmente convergentes, o que permite identificar padrões de coocorência empírica que configuram um núcleo experiencial comum suficientemente consistente para sustentar o tratamento conjunto das questões dentro do Eixo 4.

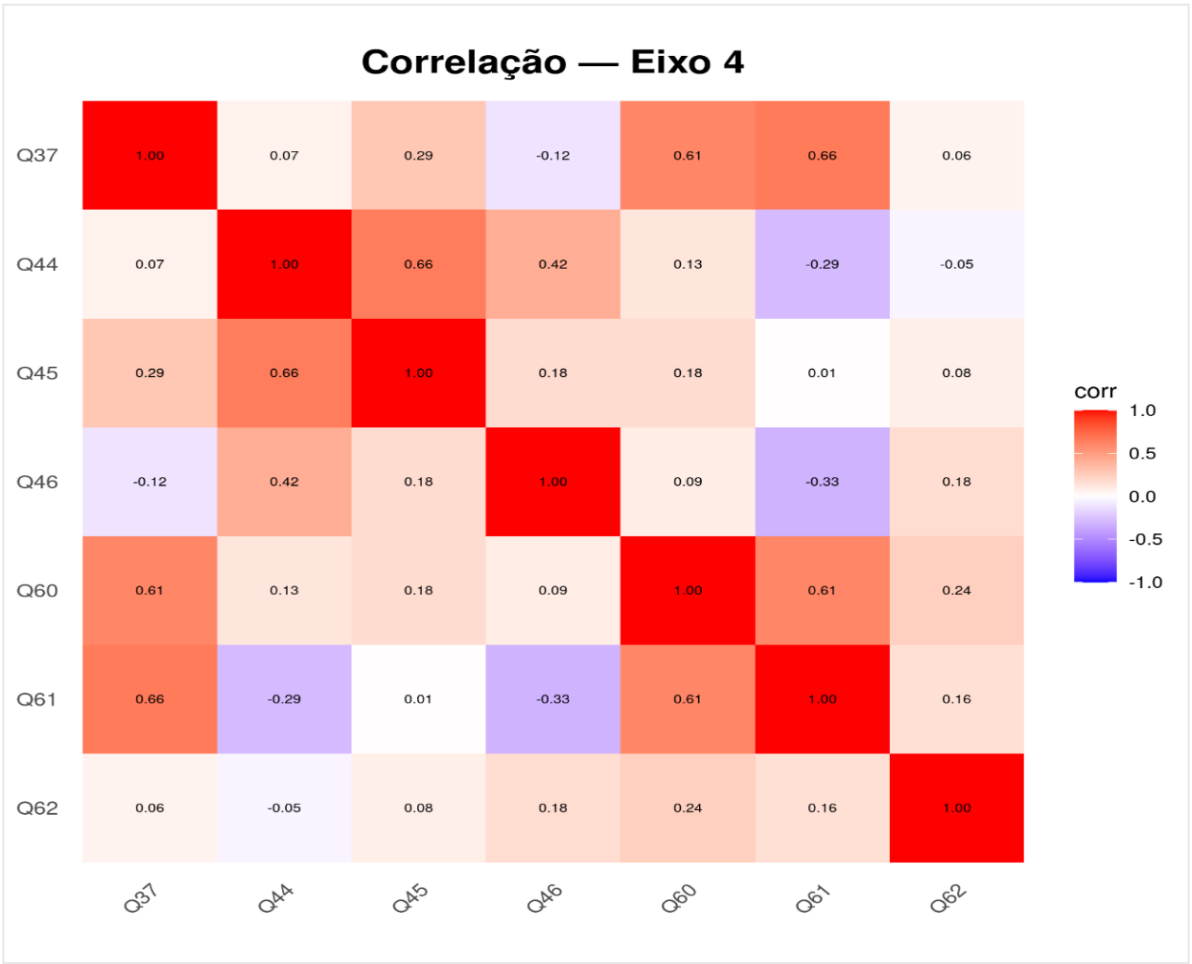
A análise de confiabilidade do conjunto de itens que compõem as correlações do Eixo 4 indica uma confiabilidade interna moderada, mas compatível com a natureza relacional e não homogênea do fenômeno que o eixo procura apreender. O coeficiente alfa alcançou α = 0,59, enquanto o índice de ômega total foi de ω_t = 0,65 e o ômega hierárquico ω_h = 0,70. Esses valores não indicam a presença de uma dimensão única ou unidimensional, mas apontam para a existência de um núcleo compartilhado de percepções e afetos que se articulam em torno da experiência de modulação dos quereres, da reconfiguração aspiracional e do questionamento sobre a origem do próprio desejo. Por essa razão, a consistência é suficiente para justificar o tratamento conjunto das questões como um mesmo bloco analítico de correlações, preservando, contudo, a heterogeneidade interna que caracteriza esse conjunto de experiências.

Em termos sociológicos, isso significa que as perguntas reunidas neste bloco de correlações não descrevem uma única disposição isolada, mas diferentes expressões de uma mesma configuração experiencial: a percepção de repetição e automatização no uso, a sensação de exposição a uma lógica invisível de organização de conteúdo, a impressão que a plataforma antecipa preferências e conhece demasiadamente o sujeito, a emergência de quereres que antes não existiam e a dúvida sobre a origem do próprio querer. A consistência moderada é, aqui, um indicativo de que estamos diante de um conjunto articulado de percepções e afetações, e não de um traço estático, compatível com a proposta desta tese de compreender a captura afetiva e o consumo direcionado como processos relacionais modulados pelas arquiteturas algorítmicas.

Assim, os índices de confiabilidade não são tomados como um selo psicométrico de precisão, mas como evidências auxiliares de que faz sentido, do ponto de vista empírico, agrupar essas questões em um mesmo bloco. Eles reforçam que apesar da diversidade temática entre os itens, há um gradiente comum de significação que atravessa o bloco. É sobre esse fundo de coesão moderada que se apoia a leitura qualitativa desenvolvida nas análises de correlação do eixo 4.

As correlações que estruturam o Eixo 4, observadas na Figura 24, revelam o arranjo consistente de percepções que convergem para a captura afetiva operada pela modulação algorítmica. As associações mais elevadas, Q37-Q61 (ρ ≈ 0,66), Q37-Q60 (ρ ≈ 0,61), Q44-Q45 (ρ ≈ 0,66), Q60-Q61 (ρ ≈ 0,61), permitem identificar três movimentos complementares que formam a espinha dorsal deste eixo: a indução de novos quereres, a reorganização aspiracional ao longo do tempo de uso da plataforma e a percepção crescente de que esses deslocamentos são mediados por uma lógica algorítmica opaca.

Figura 24 — Mapa de correlações de questões do Eixo 4



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da pesquisa

Abaixo segue a descrição de cada uma das questões que compõem as correlações do Eixo 4:

- Q37 – “Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?”;
- Q44 – “Você sente que o conteúdo que aparece no seu Instagram é controlado por algum tipo de “lógica invisível”?”;
- Q45 - “Você já teve a sensação de que o Instagram “sabe demais” sobre você?”;
- Q46 – “Você sente que vê sempre os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos na sua timeline, mesmo sem procurar?”;
- Q60 – “Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?”;
- Q61 – “Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?”;
- Q62 – “Você já se perguntou se aquilo que você deseja é realmente seu desejo ou algo que foi induzido pelos conteúdos da plataforma?”

A correlação entre as questões Q37 (“*Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?*”) e Q61 (“*Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?*”), $\rho \approx 0{,}66$, revela que os deslocamentos afetivos não operam em camadas separadas, mas articuladas: aquilo que reorganiza o modo de se vincular também reorganiza o horizonte do que se considera desejável. Trata-se de um deslocamento que dialoga com Safatle (2024) ao compreender os afetos como circuitos sociais que estruturam modos de avaliar o que vale a pena desejar, aspirar ou considerar realizável.

Essa associação evidencia que a experiência relacional mediada pela plataforma não se limita a alterar modos de conversação, atenção ou presença. Ela produz aquilo que esta tese denomina *sociabilidade rasa*: vínculos atravessados pela lógica da circulação, da rapidez, da comparação e da constante atualização, nos quais o contato face a face é substituído por micropercepções, curtidas, respostas breves e interações reduzidas à superfície do gesto. Trata-se de um modo de relação menos ancorado na estabilidade e mais dependente da ambiência algorítmica, uma forma de vínculo que reorganiza o que se toma como significativo no encontro com o outro.

A introdução dessa *sociabilidade rasa* como mediadora das relações desloca também a dimensão aspiracional: ao reconfigurar os modos de se relacionar, o Instagram também altera as coordenadas afetivas pelas quais o jovem imagina seu futuro. Aqui, a modulação algorítmica manifesta-se como operação simultânea sobre

a esferas relacional e sobre a dimensão aspiracional. Han (2020) permite compreender que o regime psicopolítico atua ao governar a interioridade; Sibilia (2016) sustenta que a visibilidade orienta formas de existir; e Zuboff (2020) oferece base para ler como a arquitetura de antecipação reorganiza aquilo que aparece como horizonte de realização possível.

A correlação entre as questões Q37 e Q61 confirma empiricamente esse duplo deslocamento: *sociabilidade rasa* e vida ideal modulada se coproduzem. Lordon (2015) reforça: não há desejo que não seja socialmente orientado. Assim, se os modos de se relacionar são reorganizados, também o são as expectativas de vida. A presença da *sociabilidade rasa* como elo entre relações e projetos de vida aprofunda a compreensão do eixo. Nas interações rápidas, nos vínculos intermitentes e na constante checagem de retornos simbólicos (visualizações, respostas mínimas, validações frágeis), o jovem passa a experimentar relações esvaziadas de densidade, que não produzem lastro, mas circulação.

Esse modo raso de sociabilidade desloca, por extensão, aquilo que se toma como vida ideal: se o vínculo é leve, a aspiração também se torna leve; se o encontro é breve, o futuro imaginado passa a ser preenchido por imagens rápidas, recortadas e avaliadas em termos de visibilidade. A aspiração é modulada pela forma do vínculo, e a forma do vínculo é modulada pela lógica algorítmica: é essa retroalimentação que a correlação entre as questões Q37-Q61 revela com precisão.

Da mesma forma, a associação entre Q37 (“*Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?*”) e Q60 (“*Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?*”), $\rho \approx 0{,}61$, evidencia o entrelaçamento entre *sociabilidade rasa* e o impacto relacional da rede, bem como a modulação de quereres, o que indica que os afetos não emergem como expressão interior espontânea, mas como afetações orientadas externamente. Essa correlação aprofunda a anterior ao mostrar que o impacto relacional não se limita às interações, mas reorganiza o campo dos afetos orientados.

Aqui, novamente a categoria de *sociabilidade rasa* torna-se central. A substituição de relações densas por interações rápidas, de conversas por reações, de convivência por circulação performativa, cria um ambiente em que o outro aparece menos como presença e mais como referência comparativa, modelo aspiracional ou medida de inadequação. Quando o vínculo é raso, o afeto orientado pelo vínculo

também o será: a rasura da relação facilita a entrada de novos quereres, porque o sujeito passa a desejar a partir do que circula e não a partir do que vive.

Assim, quando a sociabilidade se torna dependente de métricas, visibilidade e circulação algorítmica (Q37), a esfera dos quereres se desloca junto (Q60). O que antes não fazia parte do horizonte afetivo passa a compor um repertório de inclinações produzidas pela ambiência algorítmica. Esse par confirma a modulação algorítmica como técnica psicopolítica: não se governa apenas o comportamento, governa-se a esfera afetiva que antecede o comportamento.

Ao conectar *sociabilidade rasa* e indução de novos quereres, essa correlação mostra a engenharia afetiva do Instagram em funcionamento pleno. Relações autossustentadas exigem densidade, tempo, presença, responsabilidade mútua, mas relações rasas demandam apenas circulação e visibilidade. Nesse cenário, os quereres modulados encontram terreno fértil: é mais fácil desejar a partir do fluxo quando o próprio vínculo se organiza como fluxo. O Instagram, portanto, não apenas altera o que o jovem deseja, mas altera o modo pelo qual ele passa a desejar, um modo raso, comparativo e orientado pela visibilidade, coerente com a arquitetura da plataforma e plenamente alinhado ao diagnóstico da *sociabilidade rasa* formulado nesta tese.

O segundo núcleo de correlações, entre Q44 (“Você sente que o conteúdo que aparece no seu Instagram é controlado por algum tipo de “lógica invisível”?”) e Q45 (Você já teve a sensação de que o Instagram “sabe demais” sobre você?”), $\rho \approx 0{,}66$, reforça que essa reorganização afetiva ocorre num ambiente marcado por assimetria algorítmica. Essas duas afirmações formam o coração cognitivo-afetivo do eixo. Trata-se de uma consciência sensível, e não técnica, da antecipação algorítmica. O jovem não sabe “como” funciona, mas sente que algo opera antes dele. Zuboff (2020) denomina isso de poder instrumentário: um regime que antecipa e modula ações.

Deleuze (2013) descreve que, nas sociedades de controle, o controle ocorre de forma difusa e contínua, não espera, portanto, o gesto para agir. Han (2020) apresenta a psicopolítica como um poder que governa a psique, enquanto Dardot e Laval (2016) mostram como a racionalidade neoliberal converte a vida subjetiva em matéria governável. A correlação Q44-Q45 é a evidência empírica dessa percepção afetiva da opacidade: não se compreende, mas se sente. Não se domina, mas se é dominado. A plataforma aparece como instância que sabe demais porque antecipa gostos, quereres e trajetórias afetivas.

A convergência entre essas duas percepções confirma a presença de uma dimensão de antecipação, aquilo que Zuboff (2020) identifica como preempção comportamental. Por fim, o vínculo entre Q60 ("*Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?*") e Q61 ("*Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?*"), $\rho \approx 0{,}61$, revela o núcleo afetivo mais profundo do Eixo 4. Não se trata apenas de identificar novos interesses: trata-se de reconhecer que o campo afetivo que sustenta a construção do querer foi deslocado pela própria ambiência algorítmica.

Em termos sociológicos, essa correlação expressa a transição para um regime de orientação afetiva externa, atravessado pelas arquiteturas algorítmicas, que organizam o que aparece como desejável, valioso ou realizável. Aqui opera, de forma precisa, a *modulação digital psicopolítica*: um mecanismo que captura o afeto pela reorganização sensível de expectativas, aspirações e quereres, e não pela coerção, medo ou imposição. A captura se dá pela sedução imagética, pela repetição aspiracional e pela fabricação de horizontes afetivos compartilhados.

Tomadas em conjunto, as correlações revelam que o Eixo 4 descreve uma configuração experiencial marcada por três elementos articulados: (1) a indução de quereres que antes não existiam; (2) a reconfiguração de parâmetros afetivo-aspiracionais ao longo do tempo; e (3) a percepção crescente de que tais deslocamentos são mediados por mecanismos algorítmicos opacos que operam por antecipação. O eixo, portanto, não descreve um traço fixo nem uma disposição única: ele captura uma ecologia afetiva modulada, marcada por ambivalência, entre inclinar-se a querer, perceber a estranheza desses novos quereres e reconhecer a presença de uma lógica invisível que os organiza. É nessa trama que se consolida o campo interpretativo do Eixo 4: a captura afetiva como forma de condução e orientação dos quereres sob a racionalidade algorítmica.

Em conjunto, as correlações do Eixo 4 revelam o arranjo afetivo coerente, no qual *sociabilidade rasa*, indução de quereres e reorganização aspiracional se articulam sob o funcionamento contínuo da modulação algorítmica. Trata-se de um campo de experiência no no qual as relações interpessoais, os novos objetos de interesse e a própria ideia de vida ideal passam a operar em diálogo estreito com a ambiência algorítmica, que não apenas filtra o que aparece, mas produz coordenadas afetivas para o que se torna desejável, valioso ou imaginável. Esse conjunto de correlações expressa, portanto, o núcleo forte do eixo: a captura afetiva do sujeito

jovem, operada por meio de *sociabilidades rasas*, estímulos convergentes e lógicas de exposição reiterada.

Contudo, a inteligibilidade do eixo não se esgota nesse bloco correlacional: embora apresentem coeficientes baixos no mapa de correlações, as questões Q46 e Q62 capturam dimensões adjacentes, porém fundamentais, da mesma ecologia afetiva. Os dados da Q46 ("*Você sente que vê sempre os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos na sua timeline, mesmo sem procurar?*") revelam um padrão expressivo: 38,1% dos jovens afirmam "sempre" ver os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos, seguidos de 23,8% que afirmam "frequentemente". Somente 19% dizem "às vezes", 19% "raramente", e nenhum participante respondeu "nunca".

A soma de "sempre" + "frequentemente" (61,9%) indica que a experiência dominante entre os jovens é a de recorrência e repetição, típica de ambientes modulados por curadoria algorítmica personalizada. Essa recorrência não é acidental: ela expressa aquilo que Pariser (2011) define como filtro-bolha, a criação de ambientes informativos fechados, nos quais o algoritmo filtra o que considera relevante com base em rastros, padrões anteriores, interações e perfis semelhantes.

No caso do Instagram, essa operação se intensifica porque a plataforma combina recomendação, antecipação e modelagem comportamental, atuando não apenas sobre o que o sujeito escolhe, mas sobre o que ele é exposto antes mesmo da escolha (Zuboff, 2020). A sensação de ver sempre os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos emerge, portanto, não de uma percepção individual isolada, mas de uma arquitetura técnica baseada em repetição, reforço e convergência, característica da modulação algorítmica.

Contudo, os efeitos subjetivos mais significativos desse padrão aparecem quando se articula a Q46 com a categoria analítica de *sociabilidade rasa* desenvolvida nesta tese. Ver repetidamente "os mesmos tipos de pessoas" não implica apenas um ambiente cognitivo empobrecido, mas um empobrecimento relacional e afetivo: quando a plataforma estreita horizontes e reduz a heterogeneidade das interações, ela também reduz as possibilidades de construção de vínculos densos, divergentes e capazes de sustentar diferença. A *sociabilidade rasa* se intensifica num cenário onde o outro é escolhido pela máquina, e não pelas contingências do encontro humano, criando relações de superfície, baseadas em semelhanças rápidas, afinidades previsíveis e estéticas reiteradas, e não em convivência, conflito ou negociação.

Do ponto de vista sociológico, essa repetição algorítmica produz a sensação de mundo homogêneo, na qual crenças, modos de vida e valores parecem amplamente compartilhados. Não se trata de afirmar causalidade direta, e, metodologicamente, a análise não pode sustentar isso, mas é possível observar que ambientes de informação e relação empobrecidos em diversidade tendem a reduzir o contato com o contraditório, dificultando a percepção de alteridade e diminuindo a capacidade de reconhecer legitimidade nas diferenças. Santaella (2018) e Silveira (2019) descrevem esse processo como estreitamento cognitivo, e Han (2020) aponta que ambientes digitais homogêneos reforçam o "positivo", expulsam o conflito e criam um cenário de autoafirmação contínua que empobrece o pensamento crítico.

No contexto do Instagram, a repetição percebida pelos jovens (61,9% entre "sempre" e "frequentemente") indica que eles habitam zonas de convergência algorítmica, nas quais conteúdos e pessoas semelhantes se acumulam. Como resultado, os participantes encontram versões mais homogêneas de modos de vida, estéticas, opiniões e estilos comportamentais. Embora não haja dado direto sobre polarização, é teoricamente consistente, ainda que como hipótese contextual, não como resultado, reconhecer que ambientes altamente convergentes tendem a reduzir o contraditório, fragilizar o diálogo e fortalecer percepções de que o mundo confirma aquilo que o sujeito já pensa. Essa sensação de confirmação permanente, combinada a *sociabilidade rasa*, favorece vínculos frágeis, interpretações rápidas e distanciamento de perspectivas divergentes, como já sugerido por Bauman (2004) no âmbito dos vínculos líquidos.

Além disso, a uniformização da timeline pode ser interpretada como indício de que a plataforma homogeneíza sujeitos e estéticas, produzindo "tipos" mais parecidos entre si. Isso dialoga com Sadin (2020) quando aponta que as arquiteturas algorítmicas tendem a normatizar comportamentos, como parte do que ele designa como um processo de silicolonização do mundo, e com Santaella (2018) quando descreve a formação de ecologias comunicacionais cada vez mais previsíveis. Nesse sentido, a percepção da repetição não é apenas uma evidência da operação dos filtros, mas também da formação da *modulação da subjetividade* que converge em estilos, gostos e modos de performar, precisamente aquilo que esta tese identifica como reorganização afetiva e estética orientada por algoritmos.

Assim, a análise da Q46 revela que a experiência majoritária dos jovens de "ver sempre os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos" não é apenas um efeito técnico,

mas o indicador de que a *modulação digital psicopolítica* atua também sobre o campo da diversidade relacional, pois restringe a heterogeneidade, reforça a *sociabilidade rasa* e cria ambientes de confirmação contínua. A repetição percebida constitui, portanto, parte fundamental da arquitetura afetiva relacional e cognitiva que atravessa a subjetividade no Instagram.

As respostas à Q62 ("*Você já se perguntou se aquilo que você deseja é realmente seu desejo ou algo que foi induzido pelos conteúdos da plataforma?*"), formulada como questão aberta, revelam um padrão recorrente extremamente significativo para a compreensão da *modulação digital psicopolítica*. A maioria dos jovens não identifica, ou identifica apenas parcialmente, a possibilidade de que seus quereres sejam orientados externamente.

A grande parcela das respostas se concentra na negação explícita da influência ("*sei o que quero*", "*não mudo por causa dos outros*", "*nunca me perguntei*"), sustentando uma narrativa de autonomia que contrasta com as evidências empíricas oferecidas pelas demais correlações do eixo. Trata-se de um paradoxo central: mesmo quando reconhece mudanças nos próprios quereres ou descobertas mediadas por algoritmos, muitos respondentes afirmam que tais movimentos são expressão pura da própria vontade.

Esse padrão confirma o diagnóstico teórico de que a modulação não opera como imposição, mas como ambiente de afetação contínua. O que os jovens descrevem, ainda que sem nomear, é exatamente esse processo. Descobertas que se convertem em vontade ("*se eu não conhecia, nem tinha como querer*"), inclinações momentâneas produzidas pela circulação de conteúdos aspiracionais e objetos de desejo que aparecem como naturais porque foram incorporados antes de serem analisados.

Há também um grupo de respostas ambivalentes ("*sim, mas o desejo ainda é meu*", "*fui um pouco influenciada*", "*às vezes me pergunto*") que expressa um estado intermediário entre a percepção da influência e a insistência na autonomia. Essa ambiguidade é, sociologicamente, articulada ao *desejo modulado* e à *modulação afetiva*: a introdução contínua de novos objetos de interesse e a organização sensível dos estímulos reduzem a densidade reflexiva necessária para identificar a externalidade dos quereres. A plataforma introduz novos objetos afetivos, mas a experiência cotidiana de navegação faz com que esse processo seja naturalizado e reconhecido como escolha pessoal.

Por fim, o grupo que reconhece explicitamente a modulação ("*sim, foi algo induzido*", "*são desejos momentâneos gerados pelo Instagram e TikTok*") indica que, para uma parcela minoritária dos jovens, a influência é perceptível. Contudo, mesmo nesses casos, ela não é elaborada como forma de governo dos afetos, mas aprece como um efeito pontual da exposição de conteúdos. A modulação é reconhecida, mas não é compreendida como estrutura de orientação do querer e permanece inscrita no registro da experiência imediata, e não da crítica reflexiva.

O conjunto das respostas evidencia que a força da modulação algorítmica não reside apenas no que ela mostra ou oculta, mas na capacidade de tornar imperceptível a própria operação. Assim, a Q62 revela não apenas o grau de influência da plataforma, mas a dificuldade estrutural de reconhecê-la: para muitos jovens, desejar aparece como gesto interno e autônomo, ainda que o próprio repertório de objetos desejáveis tenha sido previamente organizado pela lógica algorítmica. Essa disposição entre experiência afetiva e percepção da modulação reforça o achado central do eixo: não é apenas o desejo que se desloca, mas a incapacidade do sujeito de perceber esse deslocamento.

Essa sensação de ver sempre os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos consolida uma ambiência que reforça percepções de mundo autocentradas e que reduz o espaço do contraditório, um efeito coerente da lógica algorítmica. Assim, a questão Q46 contribui para o eixo ao mostrar como a *modulação afetiva* circula dentro de bolhas estabilizadas, reforçando a tendência de convergência afetiva e relacional. A Q62, por sua vez, introduz o elemento subjetivo-reflexivo. As respostas mostram que, embora a maioria afirme a autonomia no próprio querer, emergem sinais de dúvida, oscilação e desconforto difuso quanto à origem dos desejos.

Essa ambiguidade reafirma a hipótese central do eixo: a captura afetiva não elimina a sensação de agência, ela a redistribui. O jovem sente-se livre ao mesmo tempo em que reconhece, ainda que de modo fragmentado, que algo o conduz. Essa oscilação entre autodeterminação percebida e influência não reconhecida revela uma camada sofisticada do funcionamento psicopolítico: ele não age contra o sujeito, mas através dele. A Q62, portanto, reforça o diagnóstico de uma ecologia afetiva marcada por ambivalência, entre crer na autonomia, perceber deslocamentos e não saber nomear exatamente a origem desses movimentos.

Tomadas em conjunto, Q46 e Q62 ampliam o eixo na direção que lhe é própria: mostram que a reorganização afetiva não ocorre em um vazio, mas dentro de um

ambiente que reestrutura tanto o espaço relacional quanto o espaço perceptível; e que a ambivalência do querer é atravessada por camadas de estabilidade (as bolhas) e incerteza (a dúvida sobre o próprio desejo). Assim, as análises evidenciam que a captura afetiva produzida pela modulação algorítmica se dá simultaneamente no plano das inclinações, das percepções de opacidade algorítmica, da *sociabilidade rasa* e das condições de possibilidade de o próprio querer.

A análise das correlações do Eixo 4, portanto, consolida-se como uma expressão empírica particularmente significativa da *modulação distribuída*, tal como formulada nesta tese, na qual sociabilidade, percepção, expectativa e quereres se entrelaçam sobre a racionalidade e algorítmica, de modo que resultam sujeitos atravessados por ambivalência, inclinados a sentir, avaliar e se mover a partir de afetos cuja origem não é plenamente transparente, inseridos em ambientes que reforçam a continuidade dessa captura.

Essa ambivalência não se expressa como contradição individual, mas como efeito estrutural de um regime de afetação que redistribui formas de perceber o mundo e se orientar nele. A plataforma torna-se, assim, um operador contínuo de reorganização do sensível, prolongando sua ação para além do uso direto e configurando o campo afetivo em que as condutas se tornam possíveis.

7.5.2 Afetos em disputa: narrativas empíricas

A análise qualitativa do Eixo 4 parte da compreensão de que os afetos não constituem uma interioridade individual, mas um campo socialmente produzido, distribuído e reorganizado pela *modulação digital psicopolítica*. Inspirada em Safatle (2024), Lordon (2015) e Deleuze e Guattari (1997; 2010), essa abordagem considera que os afetos circulam como forças sociais que configuram modos de agir, reagir e se relacionar. As narrativas aqui reunidas são mais breves e menos elaboradas do que em outros eixos, o que não aponta para limitação empírica, mas para um dado estrutural: os jovens têm dificuldade em nomear os afetos que atravessam suas experiências.

Esses afetos são modulados de forma silenciosa, incorporada e naturalizada nas experiências cotidianas dos jovens. Assim, o material narrativo é menor em extensão, mas amplo em sua capacidade de revelar como a plataforma produz atmosferas que organizam medo, entusiasmo, desconforto, identificação e

vulnerabilidade. A densidade analítica, portanto, não está na quantidade de relatos, mas naquilo que eles permitem evidenciar sobre a disputa social em torno dos afetos.

O Eixo 4 evidencia que os afetos não aparecem nos depoimentos como estados internos plenamente conscientes, mas como efeitos relacionais da interação com a plataforma. O que se manifesta nas falas não é a emoção individual, e sim a forma como a modulação digital psicopolítica estrutura possibilidades de sentir e reagir. A ambivalência recorrente, entre querer estar e querer sair, entre desejar visibilidade e temer exposição, emerge como resultado de um regime que produz simultaneamente atração e desgaste.

A dificuldade dos participantes em verbalizar esses afetos não é um limite da pesquisa, mas parte do fenômeno investigado: o próprio processo de modulação reduz a capacidade de percebê-los como construções sociais. Assim, este eixo se inicia reconhecendo que os afetos em disputa não são meras expressões pessoais, mas índices sociológicos das condições contemporâneas de vida digital, em um terreno no qual a captura e hesitação coexistem como efeitos das arquiteturas técnica, simbólica e afetiva.

O medo aparece nas narrativas como afeto produzido pelas dinâmicas da modulação digital psicopolítica, e não como emoção interna ou individualizada. Quando alguém afirma que: "*só tenho um pouco de medo em relação aos comentários negativos e maldosos*" (Pesquisado 8), a fala não descreve o sentimento íntimo, ela revela a inscrição do sujeito em um campo de afetação (Lordon, 2015) organizado por dispositivos de visibilidade, julgamento e exposição.

É um medo como força social, ou, nos termos de Safatle (2024), como operador político que orienta condutas e antecipa reações. O receio de comentários negativos não nasce do indivíduo, mas da própria economia moral da plataforma, que transforma a exposição em risco permanente. Assim, o medo não aparece como vivência psicológica, aparece como índice da forma contemporânea de governança afetiva, em que estar visível implica estar vulnerável digitalmente.

Esse medo da exposição é reforçado quando se diz que "*depois do que vi que acontece com pessoas que se expõem demais na internet (...) temos que ter cuidado dobrado e estar mais atentos a quem nos segue, quem curte e ao tipo de comentário que fazem*" (Pesquisado 7). A frase não expressa apenas cautela, ela marca um deslocamento coletivo da experiência afetiva, o medo se torna norma.

A plataforma institui um regime de vigilância difusa, na qual sujeito aprende a monitorar quem o observa, quem comenta e de que modo comenta. Em termos deleuzianos, é uma modulação contínua que ajusta a conduta antes mesmo que o gesto aconteça. O medo, aqui, é preventivo, fabricado na antecipação do olhar do outro, um outro humano que é atravessado pelo *outro generalizado maquínico*, entendido como alteridade técnica que estrutura os critérios de visibilidade e exposição.

Esse campo afetivo se intensifica quando surge a percepção de que "*os comentários desnecessários, as não curtidas, poucas curtidas e o isolamento social de quem passa horas na frente da tela, acabam transformando esses usuários em escravos do aplicativo*" (Pesquisado 5). A palavra "escravos" aparece como uma expressão crítica da captura afetiva. O medo da insuficiência, de não receber curtidas, de ser ignorado opera como força que prende o sujeito ao ciclo de visibilidade. Trata-se de um medo socialmente distribuído, que regula condutas. O medo não se produz dentro do indivíduo, ele se estabelece como um mecanismo de controle organizado pelas dinâmicas sociotécnicas da plataforma.

A ambivalência desse afeto também se expressa quando se afirma que "*o Insta é bom e ruim ao mesmo tempo*" (Pesquisando 4). O medo e o prazer coexistem e conformam aquilo que Safatle (2024) entende como economias afetivas ambivalentes. O medo não recai apenas sobre o julgamento, mas também sobre a possibilidade de perder o lugar ou não corresponder ao padrão visível de felicidade e sucesso. Isso aparece na narrativa em que alguém relata ter pensado em desinstalar o aplicativo "*por autoestima, por questionamento socioeconômico, por comparação da minha estética com o padrão*" (Pesquisado 3). Aqui, o medo é produto de uma relação desigual com imagens curadas algoritmicamente que estabelecem quem pertence e quem fica à margem, um medo sociologicamente produzido pelos regimes estéticos e simbólicos.

A dimensão política do medo emerge com força quando se afirma que "*pessoas evitam aparecer e se expressarem em público com medo de ser canceladas*" (Entrevistado B). Trata-se de um medo produzido por uma economia de punição difusa, característica das plataformas, onde a possibilidade de erro público e exposição amplia a vigilância sobre si. Essa lógica se torna ainda mais evidente quando alguém acrescenta que "*no Instagram tem pessoas racistas*" (Entrevistado C). O medo aqui é atravessado por marcadores sociais, o que revela assimetrias de

vulnerabilidade. Determinados corpos são mais expostos à violência, o que evidencia que o medo é distribuído de maneira desigual dentro da plataforma.

O medo também se expressa como sensação de perda de controle diante do fluxo modulatório, como na fala: "*um dos aplicativos que você vai do céu ao inferno em segundos. Infelizmente você não escolhe o que quer ver*" (Entrevistado D). Aqui aparece o medo como efeito da arquitetura técnica, a irrupção inesperada de conteúdos, a quebra de previsibilidade afetiva.

A advertência de que é preciso "*manter a mente blindada*" (Entrevistado D) torna-se sociologicamente um indício de que o sujeito percebe a necessidade de se proteger de um campo afetivo que não controla, mas não nomeia isso como modulação. O mesmo entrevistado associa essa dinâmica ao bullying: "*já sei como é sofrer bullying presencialmente, já superei isso, então pouco me importa*", indicando que a exposição digital reativa experiências sociais prévias e revela que o medo é relacional, histórico e incorporado.

O bloco de análise das narrativas se fecha com uma fala que sintetiza a ambivalência do eixo: "*eu realmente não sei como seria a minha vida sem Instagram. Ele me auxilia bastante, até mesmo quando eu estou tendo as minhas crises de ansiedade*" (Pesquisado 8). O medo e o alívio convivem nesse relato, não como contradição individual, mas como expressão da própria estrutura da *modulação afetiva*, que captura o sujeito pelo mesmo afeto que o produz. O medo não é mero efeito colateral, é componente central da relação com a plataforma, organizando modos de ser, reagir e sentir na ambiência digital.

As narrativas analisadas revelam que o medo, longe de se constituir como experiência interiorizada, opera como afeto socialmente produzido no interior da *modulação digital psicopolítica*. A cada relato, observa-se que o medo é induzido por arquiteturas técnicas e simbólicas que organizam o campo da visibilidade, instituem expectativas normativas e distribuem riscos desigualmente entre os sujeitos.

Safatle (2024) lembra que os afetos se tornam dispositivos de governança quando moldam antecipações e definem o que se pode ou não fazer. É precisamente isso que aparece nos relatos: o medo como direcionador de condutas, como força que antecede a ação e delimita as fronteiras do aparecer. Assim, o medo não emerge como reação ao acaso, mas como componente estruturante do regime de sensibilidade que conforma a experiência contemporânea de exposição nas plataformas.

Ao mesmo tempo, o medo mostrado pelos jovens confirma a leitura de Lordon (2015) de que os corpos são orientados por redes de afetação que os colocam em sintonia com determinados regimes sociais. Os jovens temem o julgamento, o cancelamento, a agressão racializada e a crítica anônima, não porque esses elementos estejam sempre presentes, mas porque a estrutura algorítmica os torna possíveis e permanentemente à espreita.

A *modulação digital psicopolítica* torna o medo uma atmosfera, não um evento isolado. É nesse ponto que a plataforma opera como aparelho que captura e reorganiza as variações de potência. O medo diminui a potência de agir, estreita o campo das possibilidades expressivas e reforça a vigilância sobre si, colocando os usuários em constante ajuste performativo. O medo, portanto, funciona como técnica de ordenação afetiva e modula subjetividades em consonância com as expectativas neoliberais de autocontrole, prudência e autorregulação.

Por fim, o conjunto das narrativas evidencia que o medo não suprime totalmente a presença dos jovens na plataforma, mas os inscreve em um movimento ambivalente que caracteriza o Eixo 4. Eles permanecem, mesmo quando desejam sair, se mostram, mesmo quando receiam o julgamento e buscam refúgio, mesmo quando se sentem atacados. Essa coexistência entre a atração e o temor confirma o diagnóstico de que o afeto é um território de disputa, produzido pela plataforma, incorporado pelos sujeitos e negociado a cada gesto.

A modulação digital psicopolítica, ao mesmo tempo em que convoca a visibilidade, produz vulnerabilidade digital; ao mesmo tempo em que oferece pertencimento, induz insegurança. A análise do medo, portanto, revela que os afetos não apenas atravessam a experiência dos jovens, mas constituem o próprio mecanismo pelo qual o poder se exerce no ambiente digital contemporâneo. É nesse ponto que este eixo se fecha: mostra que o medo não é exceção, mas engrenagem central da ambiência afetiva que estrutura a vida digital.

Tomadas em conjunto, os dados quantitativos e qualitativos do Eixo 4 revelam a consolidação de uma ecologia afetiva modulada, na qual a rotina, o desejo e a forma de se relacionar são continuamente reorganizados pela ambiência algorítmica. As cargas fatoriais mais elevadas da AFE, “*O Instagram faz parte da minha rotina diária*” (0,85) e “*Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações*” (0,82), evidenciam que a plataforma não é apenas um dispositivo acessado, mas uma infraestrutura

incorporada ao cotidiano, cuja presença regular cria o terreno sobre o qual os afetos circulam.

A partir desse envolvimento rotinizado, os deslocamentos afetivos tornam-se possíveis: "*sinto vontade de comprar produtos que vejo nas postagens dos outros*" (0,74) e "*sinto vontade de estar nos lugares que vejo nas postagens dos outros*" (0,73) revelam não apenas novas inclinações, mas aquilo que Lordon (2015) define como afetação vertical, na qual os objetos de desejo passam a ser organizados externamente e inseridos em um circuito social de aspirações.

As narrativas qualitativas confirmam esse mecanismo: o medo do julgamento, o receio do cancelamento, a percepção da opacidade, a sensação de repetição e o esgotamento revelam que a plataforma opera ao modular tanto os afetos quanto a forma de senti-los. Sob a lente teórica desta tese, esses movimentos correspondem ao funcionamento da *modulação digital psicopolítica*, que age simultaneamente sobre a sociabilidade, a predisposição afetiva e o horizonte aspiracional dos jovens.

O Eixo 4 demonstra que a captura afetiva ocorre de maneira distribuída, articulando ambivalência, indução de quereres, repetição algorítmica e sensação de autonomia preservada. A presença de itens como "*Já deixei de postar algo por medo de julgamento alheio*" (0,43) e "*Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram*" (0,51) revela que a lógica da visibilidade, que Sibilia (2016) identifica como imperativo performativo, é atravessada por medo, autovigilância e busca por validação. Já a carga de "*Já tive vontade de parar de usar o Instagram*" (0,55) mostra que a captura não elimina fissuras, ela opera em regime de ambivalência, no qual o desejo de permanecer convive com a vontade de fuga, como visto nas narrativas que oscilam entre cansaço, ansiedade e apego à plataforma.

Essa simultaneidade entre permanência e desconforto confirma a leitura de Safatle (2024) sobre afetos como circuitos sociais contraditórios e reforça a hipótese de que os jovens operam dentro de uma *sociabilidade rasa*: vínculos leves, interações curtas, circulação constante e pouca densidade relacional. Assim, o Eixo 4 se fecha ao apontar que o afeto, mais do que uma dimensão subjetiva, torna-se um modo de governo, uma forma pela qual a racionalidade algorítmica orienta quereres, ajusta percepções e reconfigura expectativas de vida. Trata-se do nível mais profundo da modulação, aquele que captura não apenas o que se faz, mas aquilo que se passa a sentir como possível, desejável e real.

Os quatro eixos analisados revelam que a experiência dos jovens no Instagram não se organiza em elementos isolados, mas em um circuito integrado de modulação que atravessa rotina, validação social, desejo e afetos. A hiperconexão cotidiana, a performatividade orientada pela *validação tecnicamente mediada*, que se traduz em práticas de *autogoverno performativo*, a reorganização do desejo sob lógicas algorítmicas e a ambivalência afetiva em articulação com a *sociabilidade rasa*, compõem um mesmo regime de subjetivação próprio da *modulação digital psicopolítica*.

Esse conjunto de evidências empíricas mostra que a *modulação digital psicopolítica* opera de forma distribuída e reorganiza disposições do querer, vínculos e expectativas. O Eixo 4 mostra que até mesmo os afetos (medo, insegurança, desejo de visibilidade), emergem não como interioridades individuais, mas como efeitos de uma arquitetura que antecipa, induz e regula as formas de sentir e se relacionar. Com isso, fecha-se o percurso analítico dos dados empíricos, consolidando o terreno a partir do qual se torna possível compreender padrões mais amplos de autoassujeitamento.

É nesse ponto que se insere o tópico seguinte. As evidências empíricas não apenas revelam tendências dispersas, mas delineiam configurações relativamente estáveis de relação com a plataforma, modos específicos de estar no Instagram, de ser afetado por ele e de reorganizar a vida segundo sua lógica. Esses arranjos não se reduzem a perfis psicológicos, mas expressam formas sociais de subjetivação produzidas na interseção entre racionalidade neoliberal e modulação algorítmica.

Assim, a próxima seção apresenta quatro tipos ideais de sujeitos e formas de assujeitamentos, como modelos interpretativos construídos a partir da convergência entre dados quantitativos, narrativas qualitativas e categorias analíticas desenvolvidas nesta tese. Esses tipos ideais não representam indivíduos reais, mas constelações de disposições, afetos e práticas que ajudam a compreender como diferentes jovens são modulados, como se assujeitam e como se movem dentro (e a partir) da ambiência algorítmica que estrutura sua vida cotidiana.

7.6 Tipos ideais de autoassujeitamento e configurações da modulação das subjetividades

A heterogeneidade dos modos de estar no Instagram, evidenciada nos dados desta pesquisa, não se deixa reduzir a um perfil único de usuário. Pelo contrário, os

jovens investigados articulam temporalidades, afetos, performances e expectativas que se distribuem de maneira desigual entre si, revelando formas distintas de captura, participação e reflexividade dentro da plataforma. Diante dessa pluralidade, torna-se necessário adotar um instrumento analítico capaz de organizar essas variações sem apagá-las: os tipos ideais, tal como propostos por Max Weber, permitem construir figuras interpretativas que acentuam determinados traços empíricos para iluminar processos sociais mais amplos.

Aqui, esses tipos ideais e formas de autoassujeitamento são analisados em estreita relação com os atravessamentos do processo de *modulação da subjetividade*. Em cada figura, observam-se combinações específicas da *modulação direta*, *modulação distribuída* e *modulação distribuída reflexiva*, além das dinâmicas de *a-resistência performativa* e *pressão simbólica*, que tornam visíveis as diferentes formas pelas quais os jovens são capturados, negociam e atualizam sua presença no Instagram.

A identificação de quatro perfis distintos de jovens (sujeito hiperperformático, sujeito capturado, sujeito ambivalente e sujeito oblíquo) emerge diretamente da análise cruzada entre os eixos empíricos, as entrevistas e as observações diretas. Esses perfis não são categorias empíricas “puras”, mas derivações interpretativas construídas a partir de recorrências e tensões nos dados. Para descrevê-los sem reducionismos, adoto o instrumental weberiano do tipo ideal.

Para Weber (1999), o tipo ideal não é uma média estatística nem uma descrição exata de indivíduos; é uma construção analítica acentuada, obtida pela intensificação de certos traços observados na realidade, permitindo interpretar fenômenos complexos. Ele descreve que o tipo ideal é “um quadro de pensamento” que destaca elementos essenciais para compreender um processo social, não um retrato fiel da realidade. Dessa forma, ao invés de buscar o “jovem médio do Instagram”, emprego o tipo ideal como método de acentuação e organização das tensões subjetivas encontradas na pesquisa. Isso é crucial porque:

- Não há um sujeito unitário, coerente ou estável na ambiência digital psicopolítica;
- Os efeitos da modulação são heterogêneos e não produzem um único modo de estar na rede, mas configurações específicas de conduta, afeto e expectativa;
- Os tipos ideais permitem revelar a regularidade dentro da instabilidade, sem transformar indivíduos reais em caricaturas;
- E, sobretudo, permitem compreender formas distintas de sujeição ao regime de modulação digital psicopolítica, sem partir de determinismos.

Assim, os quatro tipos ideais que construo não existem como sujeitos estáveis, mas funcionam como instrumentos heurísticos para interpretar práticas moduladas, apoiados em Weber (1999) e articulados à categoria analítica da modulação da subjetividade. As categorias analíticas que atravessam os tipos ideais (*modulação direta*, *modulação distribuída* e *modulação distribuída reflexiva*, e *a-resistência performativa*) compõem o quadro interpretativo da análise.

Essas categorias oferecem o enquadramento necessário para compreender como a *modulação digital psicopolítica* opera de forma diferenciada sobre os jovens pesquisados. A partir dessas formas de modulação, torna-se possível identificar configurações recorrentes de afeto, presença, oscilação e captura que não se reduzem a indivíduos específicos, mas expressam modos de autoassujeitamento característicos da ambiência digital.

7.6.1 Os quatro tipos ideais de sujeitos que emergem dos dados empíricos

É com base nesse arcabouço conceitual que se delineiam os quatro tipos ideais de autoassujeitamento construídos nesta pesquisa, os quais condensam, de maneira acentuada e interpretativa, as diferentes maneiras pelas quais a *modulação da subjetividade* se atualiza no Instagram. A seguir, apresentam-se esses tipos ideais, articulando-os às formas de modulação que os atravessam e às evidências empíricas que sustentam sua construção.

Sujeito hiperperformático

O sujeito hiperperformático intensifica a lógica da performance contínua, típica do Eixo 1 (*Hiperconexão e tempo capturado*) articulado ao Eixo 2 (*Self vulnerável e autogoverno performativo*) e ao Eixo 3 (*Desejo modulado, self capturado e a-resistência performativa)*. Ele exemplifica o que Weber (1999) descreve como um tipo ideal construído por acentuação unilateral: aqui, intensifica-se a dimensão performativa até seu limite. Esse sujeito está imerso na ambiência digital: posta frequentemente, executa uma curadoria de si, monitora métricas, consome conteúdos de forma constante e “gera” sua própria visibilidade como parte de um circuito de *validação social tecnicamente mediada*.

Ele não apenas usa a plataforma: ele se conforma a ela, produzindo-se como persona algorítmica. Em termos weberianos, trata-se do tipo ideal que exagera a racionalização da própria presença, alinhando-se aos imperativos da visibilidade. A ação não é instrumental apenas; é também afetiva, regulada pelo retorno modulatório

do algoritmo. Ele vive a hiperconexão como condição estrutural de existência. No plano da *modulação digital psicopolítica*, o hiperperformático evidencia a subsunção integral do tempo, dos afetos e das expectativas ao ciclo de atualização-recuperação-exposição.

Assim, o sujeito hiperperformático constitui a expressão mais intensa da *modulação direta*, entendida como o governo psicopolítico que atua no próprio ato da navegação. Alguns sujeitos são atravessados pela *modulação distribuída reflexiva* orientada à otimização da própria performance. Contudo, nem todos os hiperperformáticos são atravessados por ela; parte do grupo opera apenas no automatismo modulatório da plataforma. Na *modulação direta*, o algoritmo ajusta continuamente estímulos, métricas e retornos em tempo real, orienta a performance, a frequência de posts e o desejo de visibilidade. É nesse regime de modulação direta que se sustenta sua hiperconexão (Eixo 1), ao mesmo tempo em que intensifica o Eixo 2 e o Eixo 3, em uma dinâmica em que cada gesto performativo é imediatamente capturado e recompensado pelo algoritmo.

Além da *modulação direta*, que governa sua navegação em tempo real, o sujeito hiperperformático é também profundamente atravessado pela *modulação distribuída*, pois sua performance excede a tela e reorganiza suas relações, conversas, rotinas e expectativas no mundo offline. Sua sociabilidade é filtrada pelo imperativo de visibilidade e ele se torna simultaneamente agente e alvo da *modulação distribuída* dos outros: interpreta o cotidiano como material performático e internaliza as normas de validação social que circulam entre os pares.

Assim, sua presença na plataforma retroage continuamente sobre sua vida social, o que o torna um dos sujeitos mais intensamente modulados para além da interface. Portanto, o sujeito hiperperformático é aquele cuja existência depende da retroalimentação entre ver e ser visto, entre cálculo e exibição, uma subjetividade produzida no entrelaçamento entre performatividade, desejo, *validação social* e códigos algorítmicos.

Sujeito capturado

O sujeito capturado representa outro tipo ideal: aquele que quase não performa, mas permite ser continuamente afetado e modulado pela plataforma. Ele não posta, não produz conteúdo, mas consome de forma prolongada (4, 5, 6 horas diárias) sem consciência clara dos mecanismos de modulação. Ele encarna o que Weber (1999)

chamaria de distorção típica produzida pela intensificação analítica: um sujeito cuja ação não é orientada pela finalidade de performance, mas pela submissão passiva ao fluxo contínuo de estímulos.

Nos dados ele aparece no entrecruzamento do Eixo 1, Eixo 3 e Eixo 4. Ele não quer aparecer, mas não consegue sair. Ele vive a captura não por escolha estética, mas por dependência relacional, afetiva e modulada. Na lógica da *modulação digital psicopolítica*, o capturado é exemplo da modulação direta.

Ele é governado na rolagem infinita, no engajamento invisível, na vigilância autoaceita. Seu comportamento confirma a hipótese de que o sujeito pode ser capturado sem performar, pois a captura não depende de visibilidade, mas de exposição e permanência. O sujeito capturado opera na intersecção entre o Eixo 1, o Eixo 3 e o Eixo 4: ainda que quase não performe, ele é continuamente governado pela oferta infinita de conteúdos.

O sujeito capturado é afetado tanto pela *modulação direta* quanto pela *modulação distribuída*, e parte desse grupo é atravessado por uma *modulação distribuída reflexiva* mínima e pragmática, voltada ao ajuste do consumo, e não a uma crítica do sistema. A *modulação direta* manifesta-se no consumo prolongado, na rolagem infinita e na absorção contínua de conteúdos que orientam seus afetos no próprio ato da navegação. Já a *modulação distribuída* prolonga essa captura para fora da tela, reorganizando expectativas, humor, autoimagem e disponibilidade afetiva.

Sujeito ambivalente

O sujeito ambivalente é aquele que vive no limiar: entra e sai, posta pouco, consome de maneira irregular, não sustenta nem rejeita a plataforma. É o tipo ideal construído a partir de uma tensão, não de um extremo: por isso é o mais “weberiano” enquanto síntese interpretativa. A ambivalência é reforçada pelos dados qualitativos, jovens que dizem “uso muito pouco, mas uso”, “não me faz bem, mas não consigo desinstalar”. Esse sujeito atravessa o Eixo 2, o Eixo 3 e o Eixo 4 sem se fixar em nenhum.

Em Weber (1999), esse tipo corresponde ao que ele chama de construção orientada por “afinidades eletivas”: categorias que não são extremas, mas revelam como forças sociais múltiplas atuam simultaneamente sobre o ator. Nesta tese, o ambivalente mostra como a modulação não opera apenas por intensidade, mas também por oscilação e incerteza. Não existe autonomia: existe deslocamento

contínuo entre *modulação direta* e *modulação distribuída*. Ele é o sujeito que fica e sai, porque a sua subjetividade é constantemente atualizada.

O sujeito ambivalente é atravessado *pela modulação distribuída* e, quando está conectado, é submetido a uma modalidade específica de sujeição: a *modulação direta*. O sujeito ambivalente materializa uma forma de subjetividade e sujeição que se situa, sobretudo, no Eixo 2, Eixo 3 e Eixo 4. O que distingue o ambivalente dos demais tipos ideais é justamente sua forma particular de deslocamento subjetivo: ele não otimiza o uso (como no hiperperformático), não se submerge passivamente (como no capturado) e não se mantém apenas por pressão relacional (como no oblíquo).

Sua experiência é marcada pela hesitação modulada, ele sente o desconforto, reconhece efeitos afetivos negativos, mas não rompe. Essa tensão é produto direto da *modulação distribuída*, que reorganiza afetos, ânimos e expectativas sociais, e da *modulação direta*, que o reintegra ao fluxo sempre que retorna. Trata-se, portanto, de uma sujeição oscilante: ele sabe, mas não elabora; percebe, mas não desloca; sente, mas não rompe.

Essa ambivalência não é sinônimo de reflexividade, pois ele não ajusta estrategicamente o comportamento, mas de um estado afetivo-cognitivo modulatório, em que a percepção parcial do mal-estar convive com a impossibilidade prática de desligamento. O ambivalente é, assim, o tipo ideal que expressa a captura na sua forma emocionalmente instável, marcada por idas e vindas que reforçam sua posição na ecologia modulada da plataforma.

Sujeito oblíquo

O sujeito oblíquo é o mais sofisticado conceitualmente, pois ele não é alheio à plataforma: ele é inclinado, atravessado lateralmente pela ambiência. Ele quase não consome, posta raramente, entra esporadicamente, mas não pode sair, porque sua existência social presencial também depende de estar *lá*. Ele mantém a conta para existir nas redes de amizade, para seguir e ser seguido, para não desaparecer do circuito social modulatório. É o tipo ideal que Weber (1999) chamaria de tipo-limite, construído pela acentuação dos traços socialmente possíveis, mas não majoritários.

Ele evidencia o modo de sujeição marcado pela pressão simbólica e não pela intensidade do uso. Sua relação com a plataforma se revela fora da plataforma, no círculo de sociabilidade, no medo de não existir socialmente, no constrangimento de “não ter Instagram”. Ele é oblíquo porque sua ação não é orientada pela

performatividade, nem pela hiperconexão, mas por exigências simbólicas externas, produzindo um sujeito que se inclina, sem aderir plenamente.

O sujeito oblíquo expressa de modo acentuado a *modulação distribuída* e a pressão simbólica, derivada diretamente dessa modulação distribuída, pois sua sujeição se manifesta principalmente no plano das relações e expectativas sociais que atravessam o uso da plataforma. Ainda que acesse pouco e quase não performe, ele permanece moduladamente presente no Instagram em razão da pressão simbólica que atravessa a sua sociabilidade, articulando-se sobretudo ao Eixo 2 e ao Eixo 3.

A presença oblíqua, portanto, revela uma outra face da modulação digital psicopolítica: aquela em que o sujeito não é capturado pela intensidade, mas pela *obrigatoriedade relacional* que a plataforma institui no mundo social. Sua presença no Instagram não nasce do desejo de engajar, mas do medo de desaparecer, medo de não acompanhar conversas, de não ser lembrado, de não participar das trocas que hoje se dão quase integralmente mediadas pelas redes.

O oblíquo vive a plataforma como um *dever de presença*, não como um espaço de expressão. Ao contrário do hiperperformático, que maximiza sua visibilidade, o oblíquo minimiza sua exposição, mas não pode eliminar a exigência de estar localizável, reconhecível e acessível. Trata-se de uma forma de sujeição que opera pela via simbólica: a plataforma se torna o lugar mínimo da existência social, o registro necessário para manter vínculos elementares.

Essa forma de sujeição cria um paradoxo característico do sujeito oblíquo: ele não performa, mas é continuamente interpretado; ele não engaja, mas é afetado por tramas de comparação, pertencimento e expectativa relacional que configuram as sociabilidades moduladas. Sua retirada parcial não o imuniza da modulação, ao contrário, o expõe a um tipo específico de tensão, porque sua presença rarefeita exige esforço constante de justificar-se presencialmente (“quase não uso”), enquanto mantém a conta ativa para não produzir ruído na dinâmica social dos pares. A obliquidade, assim, revela uma modalidade de captura silenciosa, marcada pela internalização da pressão simbólica como norma: é menos um sujeito conectado ao Instagram e mais um sujeito *obrigado a estar inscrito*, mesmo que de modo mínimo, na lógica de visibilidade que estrutura a validação contemporânea.

7.6.1.1 Os Tipos Ideais no Regime de Modulação Digital Psicopolítica

Situar os tipos ideais no regime de modulação digital psicopolítica significa reconhecê-los como formas de subjetivação derivadas da ambiência digital, o que torna possível observar como a racionalidade inscrita no Instagram constitui o primeiro plano de modulação: é nessa ambiência digital que se fabricam as exigências de visibilidade, os afetos dirigidos, as métricas de validação e as dinâmicas de desejo que depois se distribuem para a vida social. Os tipos ideais permitem compreender como diferentes sujeitos são modulados por essas operações técnicas, afetivas e simbólicas que estruturam o uso do Instagram, evidenciando que a captura, ainda que se prolongue para o offline, tem origem na arquitetura digital do regime psicopolítico.

Podemos visualizar, na tabela abaixo, a correspondência entre cada tipo ideal de autoassujeitamento e a forma predominante de modulação que o atravessa, categorias analíticas desenvolvidas nesta tese para captar a heterogeneidade da *modulação digital psicopolítica*. O quadro sintetiza de modo comparativo, como diferentes formas de captura, reflexividade e pressão simbólica se distribuem entre os quatro tipos ideais identificados a partir dos dados. Essa organização permite ao leitor apreender, de imediato, distinções estruturantes entre eles e situar a análise que se desenvolve nos próximos parágrafos.

A relação entre tipo ideal e modulação digital psicopolítica permite visualizar, de modo sistemático, como diferentes arranjos de subjetividade emergem da articulação entre presença na plataforma, intensidade de uso, formas de reflexividade, pressões relacionais e regimes afetivos. A tabela opera não apenas como elemento ilustrativo, mas como dispositivo analítico que condensa regularidades empíricas e categorias analíticas. Ela sintetiza como as formas de modulação, direta, distribuída e reflexiva, se articulam às dinâmicas de captura, validação social e pressão simbólica, evidenciando que tais experiências não são aleatórias, mas estruturadas pelo regime psicopolítico que atravessa o Instagram.

Além de facilitar a leitura comparativa, a tabela explicita que as formas de modulação não se aplicam como “tipos puros”, mas como configurações predominantes, isto é, arranjos que se sobrepõem, se intensificam ou se atenuam a depender da modalidade de sujeição. Dessa forma, a visualização sintetiza não apenas diferenças entre os sujeitos, mas a lógica mais ampla do regime psicopolítico que o produz, revelando que a captura é sempre plural, estratificada e diferenciada. A

seguir a Tabela 6 com os tipos ideais e as respectivas formas de modulação que os atravessam.

Tabela 06 – Tipos ideais e modulações

Tipo Ideal	Modulação direta	Modulação distribuída	Modulação reflexiva	A-Resistência Performativa	Pressão simbólica
Hiperperformático	Intensa	Presente	Em parte do grupo	-	-
Capturado	Presente	Forte	Em parte do grupo	-	-
Ambivalente	Presente	Forte	-	-	-
Oblíquo	Mínima	Predominante	-	Presente	Forte

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da pesquisa

A partir da articulação entre os quatro eixos analíticos, das entrevistas e dos padrões de uso descritos pelos jovens, emergem quatro tipos ideais de sujeito que condensam modos distintos de sujeição à *modulação digital psicopolítica*. O sujeito hiperperformático encarna a captura direta intensa da plataforma, calibrando sua própria presença a partir de métricas, retornos e exigências de visibilidade. O sujeito capturado, por sua vez, quase não performa, mas permanece submerso no consumo contínuo e nos efeitos moduladores que transbordam para fora da tela.

Já o sujeito ambivalente manifesta uma oscilação afetiva que não produz modulação reflexiva; reconhece parcialmente os impactos da plataforma, oscila entre afastamento e retorno e vive sob tensão afetiva. Por fim, o sujeito oblíquo representa a modalidade de captura distribuída que opera sobretudo pela pressão simbólica da sociabilidade, mantendo-se na plataforma mais por necessidade relacional do que por desejo próprio. Esses quatro tipos não descrevem indivíduos concretos, mas configurações analíticas que tornam visíveis diferentes formas de captura, desejo e validação social no Instagram.

Essa diferenciação permite observar que não apenas os graus de uso variam, mas também as formas pelas quais a modulação se infiltra nos gestos, percepções e narrativas sobre o próprio uso. Assim, o hiperperformático é atravessado pela racionalidade performativa e pela maximização da presença; o capturado pela lógica da atenção contínua; o ambivalente pela tensão afetiva não resolvida; e o oblíquo, pela pressão simbólica que organiza sua permanência mínima, mas obrigatória. Cada

tipo ideal expressa um regime específico de subjetivação, evidenciando que a modulação digital psicopolítica opera em múltiplos níveis (técnico, afetivo, relacional e simbólico), e conforma formas diferenciadas de sujeição.

Com base em Weber (1999), esta tese apresenta esses quatro tipos ideais porque:

1) Não há um sujeito único modulatório, mas expressões heterogêneas da modulação digital psicopolítica;
2) Os tipos permitem organizar empiricamente essas expressões sem reduzir a complexidade dos dados;
3) Eles capturam afinidades e tensões que atravessam os eixos empíricos da tese;
4) Eles são instrumentos heurísticos para interpretar como a modulação da subjetividade se atualiza de formas distintas;
5) Eles tornam visível que a modulação não produz uniformidade, mas arranjos plurais de sujeição, desejo, visibilidade e afeto.

Assim, os tipos ideais operam como ferramentas analíticas que iluminam quatro modos de ser jovem sob a *modulação digital psicopolítica*. Os dados evidenciam que o Instagram não produz um tipo único de usuário, mas uma ecologia de subjetividades moduladas, alinhadas à racionalidade neoliberal e à arquitetura técnica, simbólica e afetiva do poder.

Em conjunto, os quatro tipos ideais e as categorias de modulação aqui apresentadas revelam que a experiência juvenil no Instagram não pode ser compreendida como linha contínua entre engajamento e afastamento, mas como uma ecologia complexa em que diferentes formas de captura, desempenho, afetação e reflexividade se entrelaçam. A *modulação direta, distribuída e reflexiva*, somadas a *a-resistência performativa* e à *pressão simbólica*, não atuam de modo isolado, mas compõem arranjos específicos que produzem subjetividades distintas e, ao mesmo tempo, atravessadas por uma mesma racionalidade psicopolítica.

Os tipos ideais funcionam, portanto, como dispositivos heurísticos capazes de tornar visíveis essas combinações, evidenciando que, embora cada jovem seja alcançado de maneira singular, todos são modulados dentro de um mesmo regime que reorganiza desejo, validação social e presença. Esta síntese final ressalta que o valor analítico dos tipos ideais não reside em classificações fixas, mas na possibilidade de iluminar as variações da sujeição sob o domínio da *modulação digital psicopolítica*, campo no qual a vida social, afetiva e performativa dos jovens é continuamente produzida.

Os tipos ideais organizam configurações recorrentes de sujeição, mas não esgotam a dinâmica das subjetividades sob modulação. As posições analíticas descritas são atravessadas por deslocamentos e passagens contínuas, o que exige uma categoria capaz de captar essa dimensão móvel da experiência digital.

7.6.2 CyberWalkers: sujeitos em trânsito entre o físico e o cibernético

Das modulações contínuas da subjetividade emerge uma nova forma de existência, marcada pela errância digital e pela mobilidade entre planos, os *CyberWalkers*. Esses sujeitos, em trânsito simultaneamente corporais e cibernéticos, representam o ponto de inflexão do *outro generalizado maquínico*: estão em toda a parte e em lugar nenhum, deslocando-se pelas superfícies da vida conectada.

Essa errância não significa dispersão, mas uma forma de presença distribuída, resultado direto das modulações que deslocam o sujeito para uma condição híbrida, parcialmente ancorada no corpo e parcialmente sustentada pelo fluxo informacional. Trata-se de uma categoria analítica derivada do campo empírico, formulada a partir das narrativas e práticas observadas entre os jovens participantes da pesquisa.

Entende-se por *CyberWalker* o sujeito que sua existência se constitui no trânsito contínuo entre ambiências físicas e digitais, resultantes dos processos de modulação da subjetividade operados por arquiteturas técnicas, simbólicas e afetivas. Trata-se de uma figura de subjetivação errante e híbrida, na qual cada gesto corporal se converte em rastro informacional e cada convocação da rede retorna como modulação sobre afetos, percepções e condutas. O *CyberWalker* não corresponde a um tipo empírico fixo, mas a uma figura analítica que expressa a presença distribuída do sujeito contemporâneo, produzido pela retroação contínua entre a ação, captura de dados, predição e reorientação comportamental, no interior do regime de *modulação digital psicopolítica*.

A partir da perspectiva de Santaella (2021), que compreende o sujeito contemporâneo como inseparável de suas extensões técnicas e cognitivas, a elaboração dessa categoria parte da compreensão de que o humano não pode mais ser pensado fora das ecologias mediadas por dispositivos digitais. Como propõem Deleuze e Guattari (1997; 2010), o social é composto por agenciamentos (conexões entre corpos, máquinas e signos) que produzem modos de existência sempre provisórios e relacionais.

Nessa perspectiva, o *CyberWalker* emerge como o efeito desses agenciamentos, corporificando o encontro entre o biológico e o técnico, entre o sensível e o informacional. Ele encarna a subjetividade produzida pelas modulações externas (técnicas e simbólicas) e pelas modulações distribuídas, que deslocam condutas, afetos e percepções para uma lógica de presença contínua em múltiplos espaços.

Em sintonia, Santaella (2021) observa que a experiência contemporânea é marcada pela expansão do corpo em direção às interfaces digitais, instaurando uma condição de presença híbrida e distribuída. Assim, essa categoria nomeia um modo específico de subjetivação que se constitui no trânsito entre dimensões físicas e digitais, entre arquiteturas técnicas e gramáticas simbólicas.

O *CyberWalker* não é um tipo social empírico, mas uma figura analítica que traduz a experiência de sujeitos atravessados pela copresença constante de múltiplos espaços e temporalidades, articulando-se a partir das modulações que redefinem o sensível e o modo de ser no mundo. Sua subjetividade opera em um entrelugar: não pertence integralmente a um ambiente físico, nem tampouco ao digital; é resultado do acoplamento contínuo entre ambiências, como descrevem Silveira (2021a) e Santaella (2021).

Nas experiências das juventudes contemporâneas, as transformações da alteridade sociotécnica e os processos de modulação das subjetividades entrelaçam-se e convergem em uma forma de subjetivação errante, híbrida e processual (Deleuze e Guattari, 1997; 2010; Santaella, 2021). O *CyberWalker* é uma figura que habita simultaneamente a rua e o *feed*, o corpo e o dado: cada gesto físico reverbera como traço algorítmico, e cada convocação da rede retorna como modulação sobre afetos, percepções e condutas. Aqui se evidencia a *modulação distribuída*: aquilo que o sujeito faz fora da plataforma retorna a ela como sinal; e aquilo que a plataforma convoca retorna ao corpo como conduta e afeto, um movimento de mão dupla que estrutura a própria existência do *CyberWalker*.

No interior desse regime de poder psicopolítico (Han, 2020), emerge a *modulação da subjetividade* como forma contemporânea de produção do sujeito, resultante das dinâmicas de controle imanentes à *modulação digital psicopolítica*. O psicopoder, ao operar pela via da autoexploração e da transparência voluntária, cria as condições para que a subjetividade seja continuamente ajustada às lógicas de desempenho, produtividade e visibilidade (Han, 2015; Dardot e Laval, 2016). É nesse

processo que o *CyberWalker* se torna o sujeito paradigmático da era digital, simultaneamente produto e operador do regime psicopolítico.

A *modulação da subjetividade* opera como um circuito contínuo de retroação entre ação, coleta de dados e reconfiguração comportamental (Zuboff, 2020; Silveira, 2021a). Nesse circuito, o *self* é constantemente reprogramado pela mediação algorítmica: cada gesto é traduzido em dado, cada dado em predição, cada predição em nova convocação de conduta (Andrejevic, 2013). A ambiência digital, ao capturar e retroalimentar a ação, transforma a experiência em dado e o comportamento em recurso, e instaura um regime de autorregulação contínua. O *CyberWalker* é, nesse ponto, o sujeito que vive essa retroação como condição existencial: ele age, é capturado, é predito e então age novamente, não mais por espontaneidade, mas por ajustes contínuos à lógica do dispositivo.

Desse modo, a modulação algorítmica não produz apenas uma realidade simulada (Baudrillard, 1991), mas configura subjetividades performativas e imprevisíveis, continuamente ajustadas à lógica do cálculo e do controle. O “eu” torna-se efeito de um processo de retroação permanente, no qual o agir e o sentir são atravessados por camadas de vigilância, predição e convocação psicopolítica. No *CyberWalker*, esse “eu” performativo assume forma extrema: sua subjetividade é permanentemente exteriorizada, convertida em índice, rastro e visibilidade.

Na ambiência digital, essa genealogia culmina em uma nova forma de subjetivação, na qual o olhar do outro é mediado pelo cálculo e pela vigilância algorítmica (Zuboff, 2020; Lyon, 2018). A reflexividade meadiana (Mead 2021) é reconfigurada em termos psicopolíticos: o sujeito aprende a se ver pelos olhos da máquina. É nesse ponto que o *self* deixa de ser apenas interacional e se torna modulado, fundindo-se às arquiteturas técnicas e simbólicas da contemporaneidade (Silveira, Cassino e Souza (2021); Santaella, (2021). Assim, o *CyberWalker* é aquele cuja reflexividade não é apenas social, mas sociotécnica: ele se percebe tal como é calculado.

Os *CyberWalkers* representam, portanto, o ponto de condensação das transformações que atravessam a subjetividade contemporânea. Neles se expressa a coexistência entre o biológico, o simbólico e o técnico, o que configura uma forma de vida em trânsito constante, que habita fronteiras móveis entre presença física e conexão digital. Essa figura analítica sintetiza o efeito das modulações que, ao mesmo tempo em que produzem novas formas de sensibilidade e interação, instituem também

um regime de autogoverno performativo mediado pela visibilidade e pela lógica algorítmica.

Ao condensar essas camadas de modulação, o *CyberWalker* se torna um operador central de uma sociabilidade regida pela psicopolítica: um sujeito que age, sente e se orienta dentro de um ambiente em que a presença digital é tão constitutiva quanto a presença física. Sua existência não é dividida, é distribuída. Não é duplicada, é modulada. Ele encarna a transição histórica entre o sujeito disciplinar da modernidade, o sujeito empreendedor neoliberal e o sujeito modulável das plataformas.

Considerações finais

A análise desenvolvida nesta tese evidenciou que a experiência juvenil no Instagram não pode ser compreendida como simples adesão a uma rede social, mas como inserção contínua em um regime de modulação digital psicopolítica, categoria analítica desenvolvida nesta pesquisa, que reorganiza afetos, vínculos e formas de desejar. Os dados quantitativos e qualitativos demonstraram que a relação dos jovens com a plataforma ultrapassa o registro do uso, do entretenimento ou da comunicação. Ela opera como ambiência de subjetivação, incidindo simultaneamente sobre o tempo, o corpo, a sociabilidade, o campo dos quereres e a forma como os sujeitos se percebem e percebem os outros.

O que emerge não é um conjunto de efeitos isolados, mas uma ecologia afetiva e relacional modulada, na qual a vida cotidiana, o imaginário aspiracional e o espaço das relações passam a ser atravessados por arquiteturas algorítmicas invisíveis, porém operantes. Ao longo da tese, o cruzamento entre eixos analíticos, correlações estatísticas e narrativas qualitativas revelou que a plataforma reorganiza dimensões fundamentais do viver jovem.

No campo da temporalidade, as análises empíricas mostraram que o Instagram introduz uma dinâmica de hiperconexão e captura do tempo que dissolve o ócio, reorganiza a atenção e produz novas formas de dependência simbólica e emocional. No campo relacional, o Eixo 2 demonstrou que a performatividade e a busca por reconhecimento, frequentemente naturalizadas pelos jovens, constituem mecanismos centrais de funcionamento da plataforma, onde a visibilidade atua como métrica de valor e onde o outro torna-se simultaneamente espelho, referência comparativa e operador de *autogoverno performativo*, outra categoria analítica produzida nesta tese.

Já os Eixos 3 e 4 evidenciaram que, para além da performatividade, opera também a reorganização afetiva e desejante. Aquilo que o jovem deseja, valoriza ou imagina como vida possível é, em parte, produzido pela circulação contínua de estímulos, expectativas e imagens moduladas, fenômeno aqui conceituado como desejo modulado e modulação afetiva, categorias que emergiram empiricamente do material coletado. Trata-se de um processo que se realiza por indução sensível mais do que por imposição consciente, compondo uma rede de afetação orientada por arquiteturas algorítmicas.

A tese demonstrou ainda que essa modulação não é apenas direta, no encontro imediato com o algoritmo, mas distribuída, prolongando-se para além da tela e

reorganizando condutas, comparações, modos de se relacionar e avaliações de si no cotidiano offline. Foram elaboradas, a partir deste achado empírico, categorias analíticas como modulação direta, modulação distribuída e modulação reflexiva, que permitem compreender como a plataforma atua de maneira simultânea sobre percepções, afetos e práticas.

Do mesmo modo, categorias como *sociabilidade rasa*, *a-resistência performativa* e *CyberWalkers*, *self* vulnerável, *self* capturado, *modulação da subjetividade* e *outro generalizado maquínico*, constituem ferramentas analíticas originais criadas nesta tese para iluminar os modos pelos quais os jovens vivem a ambivalência entre sentir-se livres e, ao mesmo tempo, serem afetados por lógicas invisíveis que antecedem, modulam e orientam seus movimentos sensíveis.

A análise empírica também dialogou com uma matriz teórica que sustenta a compreensão sociológica da subjetividade enquanto fenômeno relacional e processual. George Herbert Mead (2021) foi fundamental para situar o *self* como construção social, emergente do diálogo entre “eu”, “mim” e o “outro generalizado”, o que permitiu compreender, nesta tese, como o Instagram reorganiza os referenciais simbólicos pelos quais os jovens interpretam e avaliam suas próprias ações. A partir dessa base, autores como Debord (1997) contribuíram para compreender a espetacularização das interações, Baudrillard (1991) permitiu problematizar a simulação e a hiper-realidade como condições de produção da subjetividade, e Sibilia (2016) ofereceu parâmetros para analisar a estetização da vida cotidiana e a exposição de si como imperativo contemporâneo.

Somam-se a isso contribuições de Goffman (1985) sobre a apresentação de si e a dramaturgia social. Integrar Mead (2021) à crítica da mídia e à análise performativa permitiu demonstrar que o Instagram não apenas atualiza formas históricas de visualidade e aparição social, mas desloca o próprio campo de constituição do outro generalizado, dando origem à categoria analítica aqui formulada como *outro generalizado maquínico*.

A articulação entre esses achados e os demais referenciais teóricos utilizados permitiu compreender que a modulação digital psicopolítica governa não apenas comportamentos, mas a esfera afetiva que antecede a ação. As contribuições de Han (2020) sobre a psicopolítica, de Deleuze (2013) sobre sociedades de controle, de Dardot e Laval (2016) sobre racionalidade neoliberal, de Zuboff (2020) sobre

capitalismo de vigilância, de Deleuze e Guattari (1997; 2010) sobre o desejo como produção, forneceram o pano de fundo para situar o fenômeno.

O imperativo da visibilidade desloca o valor social do sujeito de sua existência encarnada para sua performance imagética. A validação social tecnicamente mediada, como forma de valoração do "eu", pautada por métricas, visualizações e engajamento, produz uma forma de validação que já não envolve a alteridade humana, reciprocidade ou injunção ética, mas sim alteridade técnica, processamento algorítmico, circulação, exposição e comparação. Paralelamente, autores como Sibilia (2016), Lordon (2015) e Safatle (2024) foram fundamentais para compreender que os afetos não emergem como interioridades espontâneas, mas como afetações sociais orientadas por circuitos coletivos.

Nesse sentido, quando o jovem afirma "*não sei como seria minha vida sem o Instagram*" ou expressa medo do julgamento, receio da exposição, necessidade de performar interesse, desejo de aderir a padrões aspiracionais ou esgotamento diante do fluxo contínuo de estímulos, o que está em jogo não é uma experiência íntima individual. Trata-se de um efeito socialmente produzido por essa arquitetura de *modulação digital psicopolítica*, tal como demonstrado ao longo da análise.

Do ponto de vista sociológico, a tese evidenciou que a subjetivação juvenil ocorre hoje em diálogo estreito com esse regime modulador. O *self* não se constitui a *priori*, mas como efeito de uma ambiência que orienta quereres, organiza comparações, distribui afetos, estabiliza inseguranças e oferece modelos de vida ideal. Em outras palavras, a subjetividade não emerge apesar da mediação algorítmica, mas através dela.

Nesse sentido, os tipos ideais formulados (Hiperperformático, Ambivalente, Capturado e Oblíquo) sintetizam diferentes configurações de autoassujeitamento e distintas formas de modulação das subjetividades, evidenciando que não há experiência homogênea no Instagram. Há maneiras diversas de ser afetado, de aderir, de resistir, de performar ou de deslocar-se no interior das lógicas algorítmicas.

Por fim, podemos sugerir que a contribuição central desta tese consiste em demonstrar que a *modulação digital psicopolítica*, enquanto categoria analítica construída nesta pesquisa, não é um fenômeno lateral, acidental ou periférico da vida digital, mas um regime estruturante de produção de subjetividade na juventude contemporânea. Ao articular arquiteturas técnicas, simbólicas e afetivas, e ao evidenciar como operam na reorganização da sociabilidade, dos afetos e da esfera do

desejo, esta tese oferece elementos para compreender as formas atuais de configuração do “eu” e dos vínculos sociais. Formas atravessadas por ambivalência, por microcapturas distribuídas e pela constante negociação entre a agência percebida e influência não percebida.

Em vez de propor diagnósticos totalizantes ou prescrições normativas, concluímos que compreender esse regime modulador é condição necessária para tornar inteligível o próprio momento histórico, marcado pela imbricação profunda entre algoritmos, subjetividade e modos de vida. A tese abre, assim, um possível caminho analítico para futuros estudos, indicando que o campo da sociologia digital crítica precisa acompanhar, de modo rigoroso e atento, as dinâmicas emergentes da vida modulada.

Referências bibliográficas:

ABÍLIO, Ludmila. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?** Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, Jan/Abril 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008. Disponível: https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/. Acesso em: 08 de novembro de 2022.

ABRAÃO FILHO, Claudio Luiz Cecim. **Comunicação e subjetividades na cibercultura: contribuições para a crítica da (des) subjetivação em redes sociais.** 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4656. Acesso em: 28 de março de 2023.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios.* Chapecó: Argos, 2009. p. 23–49.

ARNONI, Vitor Abreu. **Vender a si e a sua verdade: o processo de empresarização do eu dos músicos produtores de conteúdo digital.** 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_19fca68a0da86d00ef1da00b87cd8d67. Acesso em: 02 de abril de 2023.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In.: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDREJEVIC, Mark. **Automating Surveillance.** Revista Surveillance & Society, v 17, n 1-2, p. 7-13, 2019. https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/index ISSN: 1477-7487 Acesso em: 18 setembro de 2025.

ANDREJEVIC, Mark**. Infoglut: How Too Much Information is Changing the Way We Think and Know.** New York: Routledge, 2013. Disponível em: https://archive.org/details/infogluthowtoomu0000andr/page/208/mode/2up Acesso em: 23 de maio 2025.

ARTIERI, Giovanni Boccia; GARCÍA-BILBAO, Pedro A.; LA ROCCA, Gevisa. **Rethinking affective polarization and sharing of emotions in digital platform ecosystems: theories and research practices**. International Review of Sociology, v. 31, n. 2, p. 223–230, 2021. DOI: 10.1080/03906701.2021.1947949 Acesso em: 29 de setembro de 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BENTES, Anna Carolina Franco. **Da Madison Avenue ao Vale do Silício: ciências comportamentais do engajamento, tecnologias de influência e economia da atenção.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=23 Acesso em 12 jul. 2023.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

BOYD, Danah. **It's complicated: the social lives of networked teens.** New Haven: Yale University Press, 2014. Disponível em: https://www.danah.org/books/ItsComplicated.pdf. Acesso em: 04 de julho 2025.

BRATTON, Benjamin H. ***A Pilha: Sobre Software e Soberania****.* Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY FILHO, Paulo. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 26, n. 3, e33095, dez. 2019. DOI:10.15448/1980-3729.2019.3.33095 Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

BUCCI, Eugênio***. A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível***. São Paulo: Autêntica, 2021.

BUCHER, Taina. **If... Then: Algorithmic Power and Politics.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. **Vidas precárias: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BUCKINGHAM, David. **Repensando a Criança-consumidora: Novas Práticas, Novos Paradigmas.** Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 43-

72, ago. 2012. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/311 Acesso em: 11 de outubro de 2025.

BUCKINGHAM, David. **Defining digital literacy: What do young people need to know about digital media?** Nordic Journal of Digital Literacy, Oslo, v. 10, n. 4, p. 21-34, 2015. DOI: 10.18261/ISSN1891-943X-2015-Jubileumsnummer-03. Disponível em: https://www.scup.com/doi/10.18261/ISSN1891-943X-2015-Jubileumsnummer-03 Acesso em: 11 de outubro de 2025.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. **Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach.** The Guardian, Londres, Sat 17 Mar 2018 22.03, Seção News. Disponível em: https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election Acesso em: 15 de outubro de 2021.

CASSINO, João Francisco. **Modulação deleuziana, modulação algorítmica e manipulação midiática.** In.: SOUZA, Joyce; Avelino, Rodolfo; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A Sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes. São Paulo: Hedra, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede:** A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol.1**.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTRO, Julio César Lemes de. **Plataformas algorítmicas: interpelação, perfilamento e performatividade**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 26, n. 3, set. - DEZ. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/mathe/AppData/Local/Temp/33723-Texto%20do%20artigo-155273-1-10-20191227. Acesso em: 18de outubro de 2021.

CESARINO, Letícia. **Antropologia digital não é etnografia: explicação cibernética e transdisciplinaridade.** Civitas - *Revista De Ciências Sociais*, v. 21, n. 2, Maio/Ago. 2021, p. 304-315. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39872. Disponível: https://www.scielo.br/j/civitas/a/JqrLW6qzD7FydZMbMkj39xx/. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa; MICHELIS, Marina. **Protocolo para uma biopolítica dos meios**. Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 55, p. 45–63, 2019. Disponível https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/41770 Acesso em: 21 abril de 2024.

COSTA, Elisabetta. **Affordances-in-practice: An ethnographic critique of social media logic and context collapse.** New Media & Society, v. 20, n. 10, p. 3641–3656, out. 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/1461444818756290. Disponível: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444818756290. Acesso em: 08 de julho de 2022.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **Le colonialisme des données: repenser la relation entre le big data et le sujet contemporain.** Questions de communication, v. 42, p. 205-221, 2022. Disponível em:

https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.29845 Acesso em: 18 de outubro de 2025.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

COULDRY, Nick. **Colonialismo de dados e esvaziamento da vida social antes e pós-pandemia de Covid-19.** In: **A escalada da algoritmização da vida em tempos de pandemia.** XI Simpósio Internacional IHU – Unisinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br Acesso em: 18 de outubro de 2025.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality.** Cambridge: Polity Press, 2017.

CRONBACH, Lee. J**.** Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, v. 16, n. 3, p. 297–334, set. 1951. Disponível em: http://cda.psych.uiuc.edu/psychometrika_highly_cited_articles/cronbach_1951.pdf. Acesso em: 12 outubro 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVENPORT, Thomas; BECK, John C. **The Attention Economy: Understanding the New Currency of Business.** Boston: Harvard Business School Press, 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DÍAS, Hernando Thau Barrios; PÉREZ, Vianney Dias; GUERRA, Yolanda. **Subjetividades e inteligência artificial: desafios para lo humano.** *Veritas*, Valparaíso, v. 47, p. 81-107, dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4067/S0718-92732020000200081 Acesso em: 10 de julho de 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz**. Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano.** São Paulo: Ubu Editora, 2021.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALTAY FILHO, Paulo. **Máquinas paranoides e sujeito influenciável: conspiração, conhecimento e subjetividade em redes algorítmicas**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) — Escola de Comunicação, Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://medialabufrj.net/wp-content/uploads/2021/04/Maquinasparanoides_pfaltay_tese.pdf Acesso em: 12 de julho de 2023.

FEIXA, Carles. **Generación @ La Juventud En La Era Digital**. Nómadas (Col), n. 13, p. 75-91, 2000, (13), ISSN: 0121-7550. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115264007 Acesso em: 08 de novembro de 2023.

FEIXA, Carles; FERNÁNDEZ-PLANELLS, Ariadna. **Generación @ versus Generación #: La juventud en la era hiperdigital.** In: HUERTA BAILÉN, Amparo; FIGUERAS MAZ, Mònica (eds.). Audiencias juveniles y cultura digital. Bellaterra: Institut de la comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2014. p. 35-55. ISBN: 978-84-941310-5-9

FIRMINO, Rodrigo; EVANGELISTA, Rafael. **Colonização digital: tecnologia, poder e política na era das plataformas.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna***.* 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Jeferson Moreira. **Do toque ao touch**: **a hiperconexão como regime contemporâneo.** 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível: https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-22112022-165142. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à sociologia da juventude***.* Petrópolis: Vozes, 2017.

GUARDA, Rebeka Figueiredo da. **O self e suas autorrepresentações nas redes sociais digitais**: um estudo de perfis profissionais a partir da semiótica. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível: https://doi.org/10.11606/D.27.2020.tde-05032021-205841. Acesso em: 09 de maio de 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2021a.

HAN, Byung-Chul. **O desaparecimento dos rituais: uma topologia do presente**. Petrópolis: Vozes, 2021b.

HAN, Byung-Chull. **Psicopolítica: o Neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Àyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

HAN, Byung-Chul. **A agonia do eros.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital.** Petrópolis: Vozes, 2018.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

HELMOND, Anne. **The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready**. Social Media + Society, v. 1, n. 2, jul./dez. 2015.

HINE, Christine. **A Internet 3E: incorporada, corporificada e cotidiana**. Tradução de Marcelo Carmo. Cadernos de Campo (São Paulo), n. 28, p. 1–28, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v28i28p1-28 Acesso em 02 outubro de 2025.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramatica moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

IASULAITIS, Sylvia; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). **Estudos sociopolíticos da Inteligência Artificial**. Campina Grande: EDUEPB, 2025. 417 p. DOI: https://doi.org/10.7476/9786552210234 Acesso em 28 outubro de 2025.

JIN, Dal Yong. **Platform Imperialism.** Cambridge: Polity Press, 2019.

JONES, Stacy Holman; ADAMS, Tony E.; ELLIS, Carolyn (Orgs.). **Handbook of Autoethnography**. Abingdon: Routledge, 2013. Disponível em: https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315427812 Acesso em: 15 de novembro de 2022.

KAUFMAN, Dora; SANTAELLA, Lúcia. **O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais**. Revista FAMECOS, v. 27, n. 1, p. 1-10, jan/dez., 2020. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.34074 . Disponível: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/34074. Acesso: 18 de junho de 2022.

LAZZARATO, Maurizio. Signos, máquinas, subjetividades. São Paulo: Editora Hacker, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo.** São Paulo: Editora Record, 2006.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

LEITE, Rogerio Proença. **Uma introdução à psicopolítica: autovigilância e ascese do desempenho**. In: LEITE, Rogerio Proença; VIEIRA, Ewerthon C. J. (Orgs.). Distopias urbanas. 1º ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v.4). E-Book (PDF 2 Mb). ISBN 978-65-88593-71-4.

LEITE, Rogerio Proença. **Vida acelerada e esgotamento: ensaio sobre a mera-vida urbana contemporânea**. Caderno CRH, *[S. l.]*, v. 35, p. e022039, 2022. DOI: 10.9771/ccrh.v35i0.49599. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/49599. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

LEMBKE, Anna. **Nação dopamina:** por que o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar. São Paulo: Vestígios, 2022.

LEMOS, Andre. **Things (and People) Are The Tools Of Revolution!** Revista Politics, Sorocaba, Edição 9, abril de 2011. Disponível: https://www.politics.org.br/index.php/pt-br/acesso-news/things-and-people-are-tools-revolution Acesso: 11 de julho de 2021.

LIMA, Gerbson da Silva. **A vida instagramável: perfornaces identitárias das adolescentes pretas e pardas da periferia do Recife.** 2022. Dissertação (Mestrado em Hebiatria). Programa de Pós-Graduação em Hebiatria – Universidade de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível: https://w2.solucaoatrio.net.br/somos/upe-hebiatria/index.php/pt/eventos/275-atrio2pub-thesis-id-130. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

LOBO, Denis Augusto Carneiro. **Discursos de ódio e modulação psicopolítica nas redes sociais digitais:** interações, afetos e governamentalidade algorítmica no Twitter. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em https://www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/39937 Acesso em: 21 de abril de 2024.

LORDON, Frédéric. **A sociedade dos afetos: por um estruturalismo das paixões.** Petrópolis: Vozes, 2015.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdade e controle: uma genealogia política da internet**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

McDONALD, Roderick P. *Test theory: a unified treatment*. New York: Routledge, 2011. Disponível em: https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9781135675318_A25036655/preview-9781135675318_A25036655.pdf Acesso em: 10 outubro de 2025.

MACHADO, Débora. **A modulação dos comportamentos nas plataformas de mídias digitais.** In.: SOUZA, Joyce; Avelino, Rodolfo; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A Sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes. São Paulo: Hedra, 2021.

MANNHEIM, Karl. **O problema das gerações**. In: MANNHEIM, Karl. Ensaios de sociologia da cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 67-105.

MANZANO, Jose Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jair Figueiredo de. **Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores**. Taubaté/SP: Editora Érica, 2005.

MARCON, Frank. **Agências estetizadas, geração digital, ativismos e protestos no Brasil.** Ponto Urbe [Online], 23 | 2018. DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.4539 Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/4539. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

MARCON, Frank. **Geração e juventude na era digital**. Revista Política &Sociedade, Florianópolis/SC, v. 15, n. 32 (2016), p. 332-338. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p332. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p332. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 2017.

MARRES, Noortje. **Digital sociology: the reinvention of social research.** Cambridge: Polity Press, 2017.

MEAD, George Herbert. **Mente, self e sociedade.** Petrópolis, RJ: Vozes 2021.

MEAD, Margaret. **Culture and commitment: a study of the generation gap**. Garden City, N.Y.: Published for the American Museum of Natural History by Natural History Press/Doubleday, 1970. Disponível em: https://archive.org/details/culturecommitmenmeadrich/page/n1/mode/2up Acesso em 20 out. 2025.

META PLATFORMS, INC. **Determining user personality characteristics from social networking system communications and characteristics**. Patente norte-americana US9740752B2. Depositante: Meta Platforms, Inc. Estados Unidos, 2017.

META PLATFORMS, INC. **Predicting the future state of a mobile device user**. Pedido de patente norte-americano US20180192263A1. Depositante: Meta Platforms, Inc. Estados Unidos, 2018.

META PLATFORMS, INC. **Generating a Feed of Content Items Based on User Signals**. Pedido de patente norte-americano US20160321260A1. Depositante: Meta Platforms, Inc. Estados Unidos, 2016. Concedida sob o número US10229219B2 em 2019.

META PLATFORMS, INC. **Tracking User Activity Across Multiple Devices**. Pedido de patente norte-americano US20140195554A1. Depositante: Meta Platforms, Inc. Estados Unidos, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: UBU Editora, 2018.

MORAES, Candida Maria Nobre de Almeida. **Reconstruções de si na cultura do algoritmo do Facebook.** 2021. Tese (Doutorado em Estudos de Mídia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia, Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48264. Acesso em: 21 de julho de 2023.

NUNES, Júlia Maria. **A inteligência artificial ChatGPT, produções discursivas e governamentalidade neoliberal.** 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3985 Acesso em: 28 de outubro de 2025.

NUNES, Victor Tufani. **O capital visual: redes sociais, imagem e subjetividade no capitalismo contemporâneo**. 2024. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/23752 Acesso em: 20 de outubro de 2025.

PAASONEN, Susanna. **Depressive pleasures: affective digital mediations.** Cambridge, MA: MIT Press, 2021.

PARISER, Eli. **The filter bubble: What the Internet is hiding from you**. Londres/UK: Penguin Books Limited, 2011.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de (orgs.). **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PERON, A.; ALVAREZ, M.; CAMPELLO, R. Apresentação do Dossiê: Vigilância, Controle e Novas tecnologias **Introduction: Surveillance, Control and new Technologies.** Revista Mediações, Londrina, V. 23 N. 1, P. 11-31, JAN.-ABR. 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018.1v23n1p11. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/33884. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

PELBART, Peter Pál. **Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2018.

PINTO, Simã Catarina de Lima. **A algoritmização da vida intensificada pela pandemia da Covid-19.** Revista Informação em Pauta, Fortaleza, v. 7, n. 00, p. 1-16, 22 ago. 2022. DOI: https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v7i00.2022.71228.1-16 . Acesso em: 12 de julho de 2023.

PIRES, Thalia da Silva. **Psicopolítica da informação: reflexões sobre o panóptico digital na filosofia de Byung-Chul Han**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/ Acesso em: 07 de outubro de 2023.

PIXAR ANIMATION STUDIOS. *Divertida Mente* [filme]. Direção de Pete Docter; produção Jonas Rivera; roteiro Pete Docter, Meg LeFauve & Josh Cooley. Estados Unidos: Walt Disney Pictures / Pixar Animation Studios, 2015. 1 DVD (95 min), som, cor.

PIXAR ANIMATION STUDIOS. *Divertida Mente 2* [filme]. Direção de Kelsey Mann; produção Mark Nielsen; roteiro Meg LeFauve & Dave Holstein. Estados Unidos: Walt Disney Pictures / Pixar Animation Studios, 2024. 1 DVD (96 min), som, cor.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, Jose. **Plataformização**. Revista Fronteira - Estudos Midiáticos, v. 22, n. 1 - janeiro/abril 2020 https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01. Acesso em: 11 de outubro de 2021.

QUEIROZ, Joristela de Souza. **Redes sociais digitais: uso, potencialidades e fragilidades na construção identitária de adolescentes escolares no município de Manacapuru no Amazonas.** 2022. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – Instituto de Filosofia, Ciências humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8959. Acesso em: 14 de junho de 2023.

RABÊLO, Edna Maria Souza. **As redes sociais sob a perspectiva da subjetividade e dos processos de subjetivação do exisitir humano em Kierkegaerd: memória, poder, riscos e alteridade.** 2014. Dissertação (Mestrado em memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em memória: Linguagem e Sociedade – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. Disponível: http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/producao-turma-mestrado/turma-de-2014/. Acesso em: 30 de maio de 2023

REIHER, Carla. **Sociabilidades e Cotidiano: A Praça da Alfândega em Porto Alegre**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6319/1/CARLA_BETANIA_REIHER.pdf

RODRIGUES, Luciana Ribeiro; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Desejo algorítmico na Sociedade da Exposição: uma análise sobre aplicativos de relacionamentos**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, São Leopoldo/RS, Vol. 25, n. 21 (2023): janeiro/abril. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/24794 Acesso em: 12 de novembro de 2023.

ROGERS, Richard. **Digital methods.** Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina, 1993.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: as transformações das estruturas temporais na Modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. **Gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation.** *Réseaux*, Paris, v. 177, n. 1, p. 163–196, 2013.

SADIN, Éric. **La silicolonización del mundo:** la irresistible expansión del liberalismo digital. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

SANTAELLA, L.; KAUFMAN, D. **Os dados estão nos engolindo?** Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 2, Maio/Ago. 2021, p. 214–223. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39640. Disponível: https://www.scielo.br/j/civitas/a/bKChbysdyGw5bX9Q9GgCWNH/abstract/?lang=pt. Acesso em: 06 de abril de 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **Humanos Hiper-Híbridos: Linguagens e cultura na segunda era da internet.** São Paulo: Paulus, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo: Paulus, 2016.

SANTOS, S. M. A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios**. Plural, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2017.113972 . Disponível: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

SCHRADIE, Jen. **Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação à política digital.** Revista Parágrafo, v.5, n. 1, janeiro-junho, 2017, p.85-99. Disponível: https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/564. Acesso em: 14 de maio de 2022.

SCRIMIM, Nayara Dias. **A influência das redes sociais na subjetividade d@s sujeit@s contemporâne@s.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação, Universidade estadual de Campinas, Campinas/SP, 2019. Disponível: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1089143. Acesso em: 11 de maio de 2023.

SEEMANN, Michael. **Die Macht der Plattformen: Politik in Zeiten der Internetgiganten.** Berlin: Ch. Links Verlag, 2021.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SILVA, Heriton Vinícios Serrão. **Subjetividades instagramáveis: cartografias da autovigilância no Instagram.** 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021. Disponível: https://www.deposita.ibict.br/handle/deposita/441. Acesso: 28 de abril de 2023.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SILVA, Igor Gacheiro da. **Isso é muito Black Mirror: narcisismo digital e vigilância algorítmica na composição da crise ética contemporânea.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Acesso em: 22 de agosto de 2023

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A noção de modulação e os sistemas algorítmicos.** In.: SOUZA, Joyce; Avelino, Rodolfo; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A Sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes. São Paulo: Hedra, 2021a.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A Sociedade da Informação e a Infoesfera Pública.** São Paulo: Editora Elefante, 2021b.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce (orgs.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal.** São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Tudo sobre Tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: Edições SESC, 2017.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SIMON, Herbert. **Designing Organizations for an Information-Rich World.** In: MARTIN, James; MARCH, Adrian (orgs.). Computers, Communications, and the Public Interest. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971. p. 40-41.

SITN BOSTON. HAYNES, Trevor; CLEMENTS, Rebecca. **Dopamine, smartphones & you: A battle for your time.** Boston: Harvard University - The Graduate School of Arts and Sciences, 01 maio de 2018. Disponível em: https://sitn.hms.harvard.edu/flash/2018/dopamine-smartphones-battle-time/. Acesso em:18 de novembro de 2022.

SOUZA JÚNIOR, Luiz Gonzaga de. **Plataformas digitais e as mudanças na sociabilidade e na cultura: uma análise do TikTok**. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-02072025-171704/ Acesso em: 12 de outubro de 2025.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **A Sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes.** São Paulo: Hedra, 2021.

SPAGNOLETTI, Paolo; RESCA, Andrea; LEE, Gwanhoo. **A design theory for digital platforms supporting online communities: a multiple case study.** Journal of Information Technology, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 364-380, 2015. DOI: 10.1057/jit.2014.37. Disponível em: https://doi.org/10.1057/jit.2014.37

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA/USA: Polity Press, 2016.

SUZUKI, Shin. **Dopamina: por que a busca desenfreada por estímulos pode tirar satisfação da vida**. BBC News Brasil, São Paulo, 09 de maio de 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61303597. Acessado em: 19 de novembro de 2022.

TURKLE, Sherry. **Alone together: why we expect more from technology and less from each other.** New York: Basic Books, 2011.

VAN DIJCK, Jose; POELL, Thomas; NIEBORG, David. **Plataformização**. Revista Fronteira - Estudos Midiáticos. Vol. 22 Nº 1 - janeiro/abril 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01 Acesso em: 06 setembro de 2022.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

WEBB, Amy. **Os nove Titãs da IA: como as gigantes da tecnologia e suas máquinas pensantes podem subverter a humanidade.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

GLOSSÁRIO

A-RESISTÊNCIA PERFORMATIVA: uma forma de ação que se apresenta como resistência, mas que se produz e se esgota no interior da *modulação digital psicopolítica*, expressando tensões subjetivas sem gerar ruptura estrutural, ao reinscrever microgestos críticos nos circuitos de visibilidade, *validação social* e afetação algorítmica.

AUTOGOVERNO PERFORMATIVO: um regime de validação social regido pela racionalidade neoliberal, no qual os sujeitos passam a regular a si mesmos com base em métricas de visibilidade, engajamento e desempenho, que configura uma forma de governo de si mediada por dispositivos algorítmicos, em que o sujeito internaliza imperativos de produtividade, exposição e positividade, e transforma a própria vida em objeto de gestão contínua. O autogoverno performativo designa um regime no qual o sujeito passa a regular a si (autoimagem, exposição e suas práticas) a partir de métricas de visibilidade e engajamento, e incorpora os imperativos da plataforma como critérios de valor de si.

CYBERWALKER: o sujeito que sua existência se constitui no trânsito contínuo entre ambiências físicas e digitais, resultantes dos processos de modulação da subjetividade operados por arquiteturas técnicas, simbólicas e afetivas. Trata-se de uma figura de subjetivação errante e híbrida, na qual cada gesto corporal se converte em rastro informacional e cada convocação da rede retorna como modulação sobre afetos, percepções e condutas. O *CyberWalker* não corresponde a um tipo empírico fixo, mas a uma figura analítica que expressa a presença distribuída do sujeito contemporâneo, produzido pela retroação contínua entre a ação, captura de dados, predição e reorientação comportamental, no interior do regime de *modulação digital psicopolítica*.

DESEJO MODULADO: uma forma de reorganização do desejar na qual seus circuitos produtivos são continuamente orientados, antecipados e reconduzidos por agenciamentos sociotécnicos e dispositivos algorítmicos de natureza preditiva, no interior da *modulação digital psicopolítica*, que converte o querer em resposta progressivamente alinhada a padrões calculados de preferência e visibilidade.

ECOLOGIA DE ALTERIDADES: a ecologia das alteridades é simultaneamente um achado empírico e uma chave teórica para compreender o presente. Ela traduz a coexistência entre gerações analógicas e digitais, entre práticas simbólicas e técnicas, entre presenças humanas e inteligências maquínicas que compartilham o mesmo campo social. Nesse entrelaçamento, a validação social e a subjetividade passam a constituir processos híbridos, compostos por afetos, performances e mediações digitais que redefinem o sentido contemporâneo do estar-com-o-outro.

MODULAÇÃO AFETIVA: o processo sociotécnico de produção e regulação dos afetos que atua sobre a capacidade do sujeito de sentir, desejar e atribuir valor a si mesmo. Trata-se de uma forma específica de *modulação da subjetividade* que opera no plano emocional e pulsional, reorganizando disposições afetivas e orientando a experiência de si a partir de dinâmicas algorítmicas de visibilidade, *validação social* e comparação.

MODULAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: um processo psicopolítico pelo qual arquiteturas algorítmicas (entendidas como técnicas do psicopoder) passam a governar não apenas comportamentos, mas afetos, desejos, percepções e o modo como os próprios sujeitos se veem. Desse modo, esse processo produz sujeitos continuamente calibrados por métricas, expectativas de visibilidade, disponibilidade, produtividade e empreendimento de si.

MODULAÇÃO DIGITAL PSICOPOLÍTICA: regime contemporâneo de poder que articula arquiteturas técnicas, simbólicas e afetivas na convergência entre infraestruturas digitais e racionalidade neoliberal, atravessadas pelo psicopoder, para operar a captura, reorganização e governo das subjetividades. Opera por modulação contínua, opacidade técnica e gestão algorítmica da visibilidade, do desejo e da performance, como uma forma de governo da conduta que converte o espaço de circulação de dados em um espaço de produção de subjetividades.

MODULAÇÃO DIGITAL PSICOPOLÍTICA DIRETA: forma de exercício do psicopoder que atua nas interações imediatas entre sujeito e plataforma, no próprio ato da navegação. Opera por meio da interface, do *feed*, da rolagem infinita e dos retornos ao algorítmicos contínuos, mobilizando estímulos, métricas, notificações, *loop* de atenção e ajustes comportamentais. Nessa modalidade, o algoritmo incide sobre disposições, afetos e expectativas enquanto o sujeito está conectado e configura-se um regime de governo psicopolítico em tempo real.

MODULAÇÃO DIGITAL PSICOPOLÍTICA DISTRIBUÍDA: processo pelo qual as lógicas algorítmicas da ambiência digital se estendem para além da interface e incidem sobre afetos, percepções, julgamentos e condutas no plano das relações sociais e da vida cotidiana. Seus efeitos manifestam-se no corpo, no humor, na autoimagem, no desejo, nas dinâmicas de sociabilidade e nas formas de validação social. Trata-se da fusão das arquiteturas técnicas e simbólicas das plataformas para o espaço social presencial, de modo relacional, que reorganiza práticas, valores e modos de existir mesmo quando o sujeito está desconectado.

MODULAÇÃO DIGITAL PSICOPOLÍTICA DISTRIBUÍDA REFLEXIVA: forma derivada da modulação distribuída na qual o sujeito apreende parcialmente as lógicas operacionais da ambiência digital e ajusta a sua conduta tanto nas interações *online* quanto nas relações pessoais. Trata-se de um tipo de modulação em que a reflexão sobre si ocorre sob parâmetros produzidos pelas arquiteturas algorítmicas e transpostos para o espaço social, a qual orienta performances, escolhas e formas de apresentação de si dentro e fora da plataforma. Não constitui resistência, mas intensificação adaptativa da captura, pois o ajuste reflexivo se orienta por critérios de visibilidade, engajamento e aceitabilidade social derivados da ambiência digital.

OUTRO GENERALIZADO MAQUÍNICO: instância de alteridade técnica produzida pelas arquiteturas algorítmicas das plataformas digitais que atua como operador ativo da experiência social. Trata-se de um agenciamento sociotécnico que converte a circulação simbólica da vida social em circuito de dados e transforma a interação entre sujeitos em relação mediada por processamento algorítmico. Aquilo que o sujeito vê, sente e expressa retorna a ele por meio dessa alteridade técnica, que calcula, hierarquiza e retroalimenta sua própria ação, e converte o olhar social em olhar técnico-produtivo. O outro generalizado maquínico constitui uma forma contemporânea de alteridade que organiza a visibilidade, governa afetos e regula

condutas a partir de critérios técnico-algorítmicos de priorização, ordenamento e distribuição do que aparece, circula ou desaparece.

***SELF* CAPTURADO:** uma forma de subjetivação na qual a captura não se manifesta como tensão, mas como naturalização. O *self* capturado integra ao seu modo de ser, repertórios estéticos, expectativas relacionais e circuitos afetivos produzidos sob o regime da modulação digital psicopolítica e operacionalizados pela modulação algorítmica. Trata-se de uma forma de constituição do *self* que se constrói no entrelaçamento entre visibilidade, afetação e antecipação, o que evidencia a fusão entre sujeito e dispositivo. Nesse regime, a modulação digital psicopolítica não se apresenta como coerção explícita, mas como horizonte normativo da experiência social, enquanto a modulação algorítmica opera como técnica que ajusta expectativas, afetos e práticas por meio de processos contínuos de antecipação e reorientação da conduta.

***SELF* VULNERÁVEL:** uma forma de subjetivação produzida pela modulação contínua que reorganiza os afetos, expectativas e disponibilidades do sujeito na ambiência digital. Trata-se de uma condição sociotécnica, e não psicológica, resultante da exposição permanente a estímulos moduladores, da instabilidade dos retornos algorítmicos e da exigência de atualização constante de si. Essa forma de *self* caracteriza-se pela dificuldade de construir continuamente narrativa, não por fragilidade interna, mas pela dissolução das referências externas que, em outros regimes sociais, estabilizam o “eu”. Sua plasticidade não expressa autonomia, mas vulnerabilidade digital modulada: o sujeito não se ajusta ao ambiente, ele é continuamente recalibrado por arquiteturas algorítmicas. Essa vulnerabilidade cumpre função psicopolítica ao manter o sujeito disponível, sensível e responsivo às injunções da modulação.

SOCIABILIDADE RASA: uma forma de vínculo social produzida sob a modulação digital psicopolítica, na qual a relação preserva sua aparência formal, mas perde a densidade afetiva, temporal e simbólica. Substitui a reciprocidade relacional por responsabilidade técnica, convertendo a interação em operação regulada por visibilidade, performance e métricas. Seu traço central é o enfraquecimento da espessura relacional: a convivência persiste sem duração compartilhada, atenção recíproca ou sustentação expressiva profunda. Nessa sociabilidade, expectativas humanas articulam-se às prescrições algorítmicas do outro generalizado maquínico e desloca o eixo normativo da relação social da partilha de sentido para o retorno mensurável. O valor do vínculo não decorre da troca simbólica, mas da capacidade de produzir circulação e atualização visível. Manifesta-se tanto interações mediadas por redes socias quanto em contextos presenciais atravessados pela ambiência digital, que organiza a presença como tarefa performativa e não como relação.

SUJEITO AMBIVALENTE: configuração de subjetividade marcada pela oscilação entre permanência e afastamento da plataforma digital, caracterizada por irregular, baixa produção de conteúdo e consumo intermitente, sem adesão plena nem recusa efetiva. Trata-se de um tipo ideal constituído pela tensão entre modulação direta e modulação distribuída, no qual a percepção de efeitos afetivos negativos convive com a impossibilidade prática de desligamento. Sua experiência é atravessada por hesitação modulada, expressa em idas e vindas que não resultam em ruptura, mas em reintegração contínua ao fluxo da plataforma. O sujeito ambivalente não otimiza o

uso nem submerge passivamente, mas ocupa uma posição intermediária na ecologia modulada, na qual sabe, percebe e sente o mal-estar, sem elaborar estratégias de deslocamento ou ruptura.

SUJEITO CAPTURADO: configuração de subjetividade caracterizada pela permanência prolongada na plataforma digital com baixa ou nenhuma produção de conteúdo, marcada por consumo contínuo e passivo de informações e estímulos. Trata-se de um tipo ideal no qual a imersão não ocorre pela performance ou pela busca ativa de visibilidade, mas pela exposição constante ao fluxo algorítmico. Sua experiência é atravessada principalmente pela modulação direta, que opera por meio da rolagem infinita, da personalização contínua e da absorção ininterrupta de conteúdos, que passam a orientar afetos e condutas no próprio ato da navegação. A modulação distribuída prolonga essa imersão para além da interface, reorganiza expectativas, humor, autoimagem e disponibilidade afetiva. O sujeito imerso não busca aparecer, tampouco consegue se desligar e expressa uma forma de sujeição fundada na permanência, na dependência relacional e na incorporação silenciosa das lógicas da plataforma.

SUJEITO HIPERPERFORMÁTICO: Configuração de subjetividade caracterizada pela intensificação extrema da lógica da performance e da visibilidade na ambiência digital. Trata-se de um tipo ideal no qual a presença na plataforma se organiza em torno da produção contínua de conteúdos, da curadoria de si e do monitoramento permanente de métricas de engajamento, de modo que a própria existência social passa a depender da validação tecnicamente mediada. Sua ação articula hiperconexão, desejo de visibilidade e autogoverno performativo, de forma que o tempo, os afetos e as expectativas se subordinam ao ciclo de exposição, retorno algorítmico e atualização permanente. A modulação direta atua sobre sua navegação por meio do ajuste contínuo de estímulos, métricas e recompensas, que orienta a frequência de postagens e formas de autoapresentação. A modulação distribuída estende essa lógica para além da interface, reorganiza relações sociais, rotinas e expectativas no cotidiano. O sujeito hiperperformático expressa a forma mais intensa de subsunção da subjetividade às lógicas da visibilidade, da validação social e da modulação algorítmica.

SUJEITO OBLÍQUO: Configuração de subjetividade caracterizada por uma presença mínima e lateral na plataforma digital, marcada pela baixa frequência de acesso e pela quase ausência de performance, sem que isso implique desligamento efetivo da rede. Trata-se de um tipo ideal no qual a relação com a plataforma não se organiza pela intensidade do uso nem pelo impulso performativo, mas pela necessidade de permanecer inscrito nos circuitos de sociabilidade contemporânea. Sua permanência no Instagram decorre da necessidade de existir nos circuitos de pertencimento, visibilidade e acessibilidade social, mesmo sem engajamento ativo. A modulação distribuída atua de forma predominante, pois a sujeição se manifesta principalmente no plano das relações presenciais, das expectativas dos pares e do medo de desaparecer socialmente. O sujeito oblíquo expressa uma forma de captura baseada na obrigatoriedade relacional e na internalização da norma de estar localizável e reconhecível, o que produz uma presença rarefeita, mas necessária à manutenção dos vínculos sociais na ambiência digital psicopolítica.

VALIDAÇÃO SOCIAL TECNICAMENTE MEDIADA: uma forma de atribuição de valor social reorganizada pelas arquiteturas técnicas das plataformas digitais, na qual o reconhecimento interpessoal é convertido em índice de visibilidade, engajamento e circulação. Nessa dinâmica, a avaliação do sujeito deixa de depender prioritariamente da interação direta com os outros sujeitos e passa a ser mediada por métricas algorítmicas que hierarquizam visibilidade, conteúdos e performances. Trata-se de um regime de validação que articula relações sociais e processamento técnico, no qual produz critérios de valor baseados em curtidas, visualizações, compartilhamentos e alcance, que reorganiza a autoestima, a exposição e as condutas dos sujeitos segundo parâmetros calculáveis. A validação social tecnicamente mediada desloca o reconhecimento do campo simbólico-relacional para o campo técnico-operacional, que inscreve a experiencia social em circuitos de mensuração, comparação e otimização performativa.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: O uso do Instagram

Este questionário faz parte de uma pesquisa científica que desenvolvo que tem como base a construção de minha tese de doutorado em Sociologia, que curso no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo da pesquisa é compreender as experiências de jovens e suas relações com o uso do Instagram. O questionário é anônimo, você não precisa se identificar. Os dados aqui coletados serão usados exclusivamente para a pesquisa científica.

A participação nesta pesquisa está condicionada à leitura e assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

1. Como você descreve seu uso do Instagram?
2. Quanto tempo por dia você passa no Instagram, e na semanalmente?
3. Você tem algum tempo diário configurado no Instagram, como programar para receber o alerta, a notificação que já atingiu o tempo diário?
4. Caso tenha configurado esse recurso de tempo limite por dia, o que você faz quando recebe o alerta do tempo atingido?
5. Como você costuma realizar suas postagens no Instagram?
6. Sobre a questão de curtidas, visualizações, como você se sente sobre isso a partir daquilo que você posta?
7. Você costuma curtir as postagens de seus amigos?
8. Que tipo de conteúdo você costuma ver no Instagram, que tipos de páginas segue?
9. Qual a dimensão do Instagram em sua vida?
10. Quais as emoções, sentimentos que você tem quando usa o Instagram, quando vê alguns conteúdos?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: Influências digitais e comportamento juvenil

Olá!
Este questionário faz parte de uma pesquisa científica que tem como objetivo escutar e compreender as experiências de jovens em sua relação com o uso cotidiano do Instagram. Queremos conhecer como você percebe esse ambiente, como ele aparece no seu dia a dia e de que formas ele influencia suas escolhas, sentimentos e percepções.
Não há certo ou errado, o mais importante aqui é a sua experiência. As respostas são **anônimas e confidenciais**, e serão utilizadas apenas para fins da pesquisa que realizo para a construção da minha tese de doutorado.
Você pode responder com tranquilidade, sinceridade e no seu tempo. A sua contribuição é muito valiosa para esta pesquisa, e agradecemos demais por topar participar.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, de uma pesquisa científica que desenvolvo como parte da minha tese de doutorado em Sociologia, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). O objetivo da pesquisa é compreender os efeitos das redes sociais, especialmente o Instagram, na formação da subjetividade de jovens entre 16 e 24 anos. A sua participação consiste apenas em responder a este questionário. Os dados coletados são confidenciais, utilizados exclusivamente para a pesquisa científica e apresentados de forma anônima.

Sua participação é fundamental, mas você pode se recusar a participar ou desistir a qualquer momento.

Ao prosseguir e responder ao questionário, você declara estar ciente e de acordo com os termos acima.

Você concorda em participar?

( ) Sim, li e concordo em participar. (*Pular para a pergunta 1.)*

( ) Não concordo em participar. (*Obrigada pelo seu tempo!)*

* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail*

_____

Coloque aqui o @ do seu perfil no Instagram* *(O seu perfil do Instagram me permitirá fazer uma observação de sua página do Instagram. Isto é muito importante para a pesquisa. Não será divulgado seus dados e seu anonimato será mantido, servirá somente para análise da pesquisa.)*

BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS

1. Idade:* _____

2. Com qual identidade de gênero você se reconhece?
*(Marque a opção que melhor representa você. Caso queira, use a opção "Outro" para se identificar livremente.)**
Sabemos que o gênero é uma vivência diversa e pessoal. Esta pergunta existe apenas para fins de análise sociológica e os dados serão tratados com absoluto respeito e sigilo.

( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher transgênero
( ) Homem transgênero
( ) Pessoa não binária
( ) Pessoa agênero
( ) Prefiro não responder
( ) Outro: _____

3. Qual cidade e bairro você mora?* _____

4. Qual é a faixa de renda familiar mensal?
*(Considere a soma de todas as rendas das pessoas que moram com você.)**
( ) Sem renda
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 2 salários mínimos
( ) De 2 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

5. Qual é a sua religião (ou crença religiosa)?*
( ) Catolicismo
( ) Protestantismo / Evangélica
( ) Espiritismo Kardecista
( ) Religiões Afro-brasileiras
( ) Judaísmo
( ) Islamismo
( ) Budismo
( ) Hinduísmo
( ) Ateísmo
( ) Agnosticismo
( ) Prefiro não responder

( ) Outro: _____

6. Com quem você mora atualmente?*
( ) Sozinho(a)
( ) Com pai, mãe e/ou irmãos
( ) Com apenas um dos pais e/ou irmãos
( ) Com avós
( ) Com outros familiares
( ) Com companheiro(a)
( ) Com amigos(as)/colegas de quarto
( ) Em república ou alojamento estudantil

7. Qual o tipo de conexão de internet que você possui em casa?*
( ) Não tenho acesso
( ) Internet via celular (dados móveis)
( ) Wi-Fi compartilhado com vizinhos
( ) Wi-Fi compartilhado com locais públicos
( ) Banda larga fixa
( ) Outro: _____

8. Para quais finalidades você mais utiliza a internet em casa? *(Pode marcar mais de uma opção)**
( ) Estudo
( ) Trabalho
( ) Redes sociais
( ) Entretenimento (filmes, jogos, música)
( ) Comunicação (chamadas de vídeo, mensagens)
( ) Outro: _____

9. Quais desses aparelhos você possui em casa?*
( ) Celular próprio
( ) Celular emprestado/compartilhado
( ) Computador próprio
( ) Computador emprestado/compartilhado
( ) Tablet próprio
( ) Tablet emprestado/compartilhado
( ) Nenhum dos acima

10. Quais desses aparelhos você utiliza para acessar a internet e as redes sociais quando esta fora de casa?*
( ) Celular próprio
( ) Celular emprestado/compartilhado
( ) Computador próprio
( ) Computador emprestado/compartilhado
( ) Tablet próprio
( ) Tablet emprestado/compartilhado
( ) Computador/tablet da escola

11. Qual o seu grau de escolaridade?*
( ) Ensino Médio incompleto

( ) Ensino Médio completo
( ) Ensino Superior incompleto
( ) Ensino Superior completo
( ) Pós-graduação em andamento ou completa

12. Atualmente você:*
( ) Estuda
( ) Trabalha
( ) Estuda e trabalha

13. Se estuda, qual curso? _____

14. Se estuda, qual período?
( ) Manhã
( ) Tarde
( ) Noite

15. Se trabalha, qual sua ocupação? _____

16. Se trabalha, qual período?
( ) Manhã
( ) Tarde
( ) Noite

BLOCO 2 – USO DAS REDES SOCIAIS

17. Com que idade você começou a usar redes sociais, como YouTube, WhatsApp, Instagram, TikTok, Facebook, entre outras? *(Considere a primeira vez que começou a usar com frequência qualquer uma dessas plataformas, mesmo que apenas para assistir vídeos ou conversar com amigos.)**
( ) 6 a 8 anos
( ) 9 a 11 anos
( ) 12 a 14 anos
( ) 15 a 17 anos
( ) 18 anos ou mais

18. Qual foi a primeira rede social que você acessou com frequência? *(Considere aquela que você usava para assistir vídeos, conversar, postar ou interagir com outras pessoas.)**
( ) YouTube
( ) WhatsApp
( ) Instagram
( ) Facebook
( ) TikTok
( ) Twitter/X
( ) Snapchat
( ) Não me lembro
( ) Outro: _____

19. Com que idade você começou a utilizar o Instagram?*
( ) 6
( ) 7
( ) 8
( ) 9
( ) 10
( ) 11
( ) 12
( ) 13
( ) 14
( ) 15
( ) 16
( ) 17
( ) 18 ou mais

20. Com que frequência você acessa o Instagram?*
( ) Mais de uma vez por dia
( ) Uma vez por dia
( ) Algumas vezes por semana
( ) Raramente

21. Quantas horas, em média, você passa no Instagram por dia?*
( ) Menos de 1 hora
( ) 1 a 2 horas
( ) 3 a 4 horas
( ) Mais de 4 horas

22. Em qual período do dia você mais costuma usar o Instagram?*
( ) Manhã (entre 6h e 12h)
( ) Tarde (entre 12h e 18h)
( ) Noite (entre 18h e 23h)
( ) Madrugada (entre 23h e 6h)

23. Qual o principal motivo do seu uso do Instagram?*
( ) Interação com amigos/família
( ) Acompanhamento de notícias
( ) Entretenimento
( ) Trabalho/divulgação
( ) Passar o tempo

24. Você costuma postar fotos, vídeos ou stories no Instagram?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Raramente

25. Você costuma acompanhar influenciadores digitais no Instagram?*
( ) Sim
( ) Não

26. Que tipo de conteúdo você mais consome no Instagram? *(Você pode marcar mais de uma opção, se quiser)**
( ) Moda e beleza
( ) Esportes
( ) Vida fitness
( ) Notícias e atualidades
( ) Humor e memes
( ) Música e cultura pop
( ) Celebridades e influenciadores
( ) Conteúdo educativo/profissional
( ) Ativismo social e político
( ) Comida e gastronomia
( ) Animais e pets
( ) Arte, design e fotografia
( ) Estética do corpo

27. Quais são suas principais formas de lazer atualmente? *(Você ode marcar mais de uma opção)**
( ) Jogar videogame ou jogos no celular
( ) Usar o Instagram
( ) Usar outras redes sociais 9TikTok, YouTube, etc.)
( ) Assistir séries, filmes ou vídeos online
( ) Ouvir música ou podcasts
( ) Sair com amigos(as)
( ) Praticar esportes ou atividades físicas
( ) Ler livros, revistas, quadrinhos
( ) Ir a festas, shows ou eventos
( ) Passear em shoppings, praças ou outros espaços públicos
( ) Criar conteúdo digital
( ) Praticar hobbies artísticos (desenhar, pintar, tocar instrumentos, etc.)
( ) Participar de grupos religiosos, culturais ou sociais
( ) Ficar em casa descansando ou sem fazer nada, sem acessar nenhuma rede social ou plataforma digital

28a. Quantas horas por dia você passa em outras redes sociais além do Instagram?* _____

28b. E quais são elas?* _____

29. No seu tempo de folga, você costuma usá-lo para passar tempo no Instagram?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes

BLOCO 3 – PERCEPÇÕES SOBRE O INSTAGRAM (Escala Likert)

Instrução: Para cada uma das afirmativas abaixo, assinale a alternativa que melhor representa o quanto você concorda com ela:

(1) Discordo totalmente
(2) Discordo
(3) Nem concordo e nem discordo
(4) Concordo
(5) Concordo totalmente

30. Sobre o uso do Instagram, marque o quanto você concorda com as afirmativas abaixo:

Eu me preocupo com o número de curtidas que minhas postagens recebem.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Eu apago postagens que não têm engajamento suficiente.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Me comparo com outras pessoas no Instagram.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Já deixei de postar algo por medo do julgamento alheio.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Sinto vontade de estar nos lugares que vejo nas postagens dos outros.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Sinto que preciso mostrar uma vida interessante no Instagram.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Me sinto pressionado(a) a seguir padrões de beleza que vejo no Instagram.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Já tentei mudar meu estilo ou aparência por influência do Instagram.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Costumo checar o Instagram mesmo sem notificações.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Me sinto frustrado(a) quando não recebo retorno (curtidas, comentários).
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Já tive vontade de parar de usar o Instagram.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

O Instagram faz parte da minha rotina diária.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Me preocupo com o que as pessoas pensam ao ver meu perfil.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Fico muito tempo online sem perceber.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

As redes sociais influenciam meu humor.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Busco reconhecimento através de curtidas, comentários e seguidores.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Já me senti mal por não alcançar o que outras pessoas mostram nas redes.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Sinto que meu uso das redes afeta minha autoestima, negativamente.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Já tentei reduzir o tempo que passo nas redes sociais, mas não consegui.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Sinto que meu comportamento no Instagram é influenciado por aquilo que acredito que terá mais visibilidade, aceitação ou reconhecimento.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo
( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

Sinto vontade de comprar produtos que vejo nas postagens dos outros.
( ) 1 – Discordo totalmente ( ) 2 – Discordo ( ) 3 – Nem concordo e nem discordo ( ) 4 – Concordo ( ) 5 – Concordo totalmente

BLOCO 4 – IMPACTOS PERCEBIDOS DO USO DO INSTAGRAM

31. O Instagram influencia a maneira como você se vê?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

32. Você já ajustou o que compartilha no Instagram para agradar ou obter mais reações (curtidas, comentários, etc.) de outras pessoas?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

33. Você já se sentiu mal com o próprio corpo ou aparência por causa de algo que viu no Instagram?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

34. Você já desejou ser como alguém que viu no Instagram?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

35. Você sente que o Instagram afeta sua autoestima?*
( ) Positivamente
( ) Negativamente
( ) De ambas as formas
( ) Não afeta

36. Já deixou de fazer algo no mundo offline (como sair, estudar, dormir) para ficar no Instagram?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

37. O Instagram influencia suas escolhas de consumo (como roupas, corpo, viagens, produtos)?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Em partes
( ) Sempre

38. Você sente que o Instagram impacta a forma como você se relaciona com outras pessoas (amizades, afetos, redes sociais)?*
( ) Sim

( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

39. Você sente que precisa parecer feliz, bem-sucedido(a) ou interessante no Instagram, mesmo quando não está se sentindo assim?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes
( ) Sempre

40. Você já percebeu mudanças na forma como você se comporta ou se expressa desde que começou a usar o Instagram?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Um pouco

41. Você sente que o Instagram influencia a forma como você deseja ser reconhecido(a) socialmente?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Em partes

42. O Instagram contribui para o modo como você constrói e expressa sua identidade?
( ) Sim
( ) Não
( ) Um pouco

43. Você sente que o Instagram afeta sua rotina emocional, como causar ansiedade, euforia ou sensação de inadequação?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes

BLOCO 5 – INTERAÇÕES COM O INSTAGRAM

44. Você sente que o conteúdo que aparece no seu Instagram é controlado por algum tipo de “lógica invisível”?*
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Nem concordo e nem discordo
( ) Concordo
( ) Concordo totalmente

45. Você já teve sensação de que o Instagram “sabe demais” sobre você?*
( ) Sim, frequentemente
( ) Às vezes
( ) Nunca

46. Você sente que vê sempre os mesmos tipos de pessoas ou conteúdos na sua timeline, mesmo sem procurar?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente
( ) Sempre

47. Já mudou comportamento para agradar o algoritmo e ser mais visto?
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes

BLOCO 6 – INTERAÇÕES COM O INSTAGRAM

48. Você sente que sua presença no Instagram influencia quem você acredita ser?*
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Nem concordo e nem discordo
( ) Concordo
( ) Concordo totalmente

49. Você já sentiu que precisa produzir conteúdo mesmo sem vontade?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Às vezes

50. Você sente que precisa estar sempre bem, feliz ou produtivo(a) quando está online?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente
( ) Sempre

51. Você já se sentiu “cansado(a)” de si mesmo(a) nas redes, como se estivesse atuando?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes

( ) Frequentemente
( ) Sempre

BLOCO 7 – INTERAÇÕES SOCIAIS E FEEDBACK DIGITAL

52. Você se sente mais valorizado(a) quando suas postagens recebem muitas curtidas/comentários?*
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Nem concordo e nem discordo
( ) Concordo
( ) Concordo totalmente

53. Já deixou de postar algo com medo de não ter engajamento suficiente?*
( ) Sim
( ) Não
( ) Já, mas agora não me importo

54. Já apagou algo que postou porque teve pouca interação?*
( ) Sim
( ) Não

55. Você se compara com outras pessoas a partir do número de seguidores, curtidas ou comentários?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente
( ) Sempre

BLOCO 8 – DINÂMICA EMOCIONAL NAS INTERAÇÕES DIGITAIS

56. Você sente dificuldade em ficar longe do Instagram por algumas horas?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente
( ) Sempre

57. Você já tentou desinstalar ou reduzir o uso do Instagram e não conseguiu?*
( ) Sim
( ) Não

58. Você sente que precisa do Instagram para se sentir bem consigo mesmo(a)?*
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo

( ) Nem concordo e nem discordo
( ) Concordo
( ) Concordo totalmente

59. Você sente que o Instagram impacta seu humor de forma imediata (ex: alegria, ansiedade, irritação)?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente
( ) Sempre

60. Você sente que o Instagram te faz desejar coisas que antes você não queria?*
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Nem concordo e nem discordo
( ) Concordo
( ) Concordo totalmente

61. Você sente que seu desejo de vida ideal mudou com o tempo que passou no Instagram?*
( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente
( ) Sempre

62. Você já se perguntou se aquilo que você deseja é realmente seu desejo ou algo que foi induzido pelos conteúdos da plataforma?*

Resposta: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ESTREVISTAS

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa que realizo para a minha tese de doutorado e perpassa sobre como os jovens constroem a si mesmos e vivem suas experiências no Instagram. Não existem respostas certas ou erradas. O que importa é o que você pensa, sente ou já viveu. Tudo que você disser será mantido em sigilo.

1. Quando e por que você começou a usar o Instagram?
2. O que te motiva a continuar usando o Instagram, hoje?
3. Quantas horas por dia em média você passa no Instagram?
4. Você posta que tipo de conteúdo, imagens suas, ou outros conteúdos? Pode me explicar como é essa dinâmica de postar para você e se você tem expectativas sobre o que posta e como isso afeta você?
5. Você se lembra de um momento marcante (positivo ou negativo) que viveu no Instagram?
6. O quanto as curtidas, visualizações e comentários importam para você?
7. Você tem alguma percepção de como o Instagram “decide” o que mostrar para você?
8. Você já sente prazer, alegria ao usar o Instagram? Pode me explicar o que lhe dá esse sentimento e como isso influência seu cotidiano?
9. Você já sentiu cansaço, ansiedade ou tristeza ao usar o Instagram? Pode me explicar por que e se isso influência seu cotidiano?
10. O Instagram influencia o que você deseja para si, para o corpo, mente, para a sua vida?
11. Tem algo que você gostaria de dizer que eu não perguntei, mas que você acha importante?